OS MELHORES SÃO APENAS BONS PARA A INFANTARIA

HISTÓRIA DA ARMA DO COMBATE APROXIMADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: 1822-2021

ELONIR JOSÉ SAVIAN

ELONIR JOSÉ SAVIAN

“OS MELHORES SÃO APENAS BONS PARA A INFANTARIA”:

HISTÓRIA DA ARMA DO COMBATE APROXIMADO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1822/2021)

CURITIBA
2021

ejsavian@hotmail.com

www.ejsavian.com.br

Capa: Elonir José Savian

Imagem da capa: soldados brasileiros nos Apeninos. Arquivo Histórico do Exército.

Savian, Elonir José
S267m "Os melhores são apenas bons para a Infantaria" : história da arma do combate aproximado do Exército Brasileiro (1822-2021) / Elonir José Savian. Curitiba (PR) : edição do autor, 2021.
310f. : il. ; 21 x 29,7 cm

ISBN 978-65-00-21403-1

1. História Militar. 2. Guerras. 3. Exército. 4. Infantaria. I. Título.

CDD 350
CDU 355

A infantaria é a arma principal. Em concerto com a artilharia ela abate o inimigo com seu fogo. Só ela pode quebrar-lhe a última resistência. Cabe-lhe a parte mais pesada do combate, caindo sobre ela os maiores sacrifícios; são por isso suas as maiores glórias. A infantaria precisa cultivar sua tendência natural para a ofensiva; sua ação deve inspirar-se num só pensamento para frente, sobre o inimigo, custe o que custar.

Regulamento de Exercícios para a Infantaria, 1914

SUMÁRIO

Apresentação..... 7

I Da Independência até a Guerra contra Oribe e Rosas..... 9

II A Guerra da Tríplice Aliança..... 43

III Do fim da Guerra da Tríplice Aliança até os combates em Canudos..... 87

IV Do término da Guerra de Canudos até as lutas no Contestado..... 121

V Do final das lutas no Contestado até o início da II Guerra Mundial..... 159

VI A Força Expedicionária Brasileira..... 195

VII Pós-II Guerra Mundial..... 243

Conclusão..... 287

Referências..... 291

SIGLAS E ABREVIATURAS:

ORGANIZAÇÕES E FRAÇÕES MILITARES

BC: Batalhão de Caçadores
BCC: Batalhão de Carros de Combate
BCP: Batalhão de Caçadores Paulistas
Bda: Brigada
Bda Art: Brigada de Artilharia
Bda Cav: Brigada de Cavalaria
Bda Inf: Brigada de Infantaria
BE: Batalhão de Engenharia
BI: Batalhão de Infantaria
BIM: Batalhão de Infantaria Montado
BIS: Batalhão de Infantaria de Selva
Btl: Batalhão
Btl Art: Batalhão de Artilharia
Btl Fuz: Batalhão de Fuzileiros
Btl Gnd: Batalhão de Granadeiros
BVP: Batalhão de Voluntários da Pátria
Cav GN: Cavalaria da Guarda Nacional
C Ex: Corpo de Exército
Cia: Companhia
Cia C: Companhia de Caçadores
Cia Fuz: Companhia de Fuzileiros
Cia Mtr: Companhia de Metralhadoras
Cia Mtr L: Companhia de Metralhadoras Leves
Cia Mtr Mistas: Companhia de Metralhadoras Mistas
Cia Mtr P: Companhia de Metralhadoras Pesadas
CMA: Comando Militar da Amazônia
CMP: Comando Militar do Planalto
CPP: Companhia de Petrechos Pesados
CM: Circunscrição Militar
Div Bld: Divisão Blindada
DC: Divisão de Cavalaria
DE: Divisão de Exército
DI: Divisão de Infantaria
DIE: Divisão de Infantaria Expedicionária
DIO: Divisão de Infantaria em Operações
Div Mth: Divisão de Montanha
Dst: Destacamento
Dst FEB: Destacamento da Força Expedicionária Brasileira
EM: Estado-Maior
EME: Estado-Maior do Exército
Esq: Esquadrão
Esq Cav: Esquadrão de Cavalaria
Esq Obs: Esquadrão de Observação
Esq Rec: Esquadrão de Reconhecimento
Esqu: Esquadra
Ex: Exército
FEB: Força Expedicionária Brasileira
FT: Força Tarefa
GAC: Grupo de Artilharia de Costa/de Campanha
GA Mth: Grupo de Artilharia de Montanha
GC: Grupo de Combate
Gp Can 37: Grupo de Canhão 37
Gp Mrt: Grupo de Morteiro
Pç: Peça
Pelotão: Pel
QG: Quartel-General
RAM: Regimento de Artilharia Montado
RAP: Regimento de Artilharia Pesada
RCD: Regimento de Cavalaria Divisionário
Rgt Art: Regimento de Artilharia
Rgt Art Mth: Regimento de Artilharia de Montanha
Rgt Cav: Regimento de Cavalaria
RI: Regimento de Infantaria
RM: Região Militar
Seç: Seção
Seç Art Mth: Seção de Artilharia de Montanha
Seç Cmdo: Seção de Comando
Seç Mtr: Seção de Metralhadoras
Seç Mtr L: Seção de Metralhadoras Leves
Seç Mtr P: Seção de Metralhadoras Pesadas
Seç Petr Acomp: Seção de Petrechos de Acompanhamento
Seç Sau: Seção de Saúde
Sv Dvs: Serviços Diversos
Vol Cav GN: Voluntários de Cavalaria da Guarda Nacional

POSTOS E GRADUAÇÕES

Mar: Marechal
Gen Ex: General de Exército
Gen Div: General de Divisão
Gen Bda: General de Brigada
Cel: Coronel
Ten Cel: Tenente-Coronel
Maj: Major
Cap: Capitão
Ten: Tenente
Alf: Alferes
Asp Aspirante
Sub Ten: Subtenente
Sgt: Sargento
Cb Cabo
Ansp: Anspeçada
Sd: Soldado

PAÍSES

BRA: Brasil
DEU: Alemanha
GBR: Reino Unido
ITA: Itália
USA: Estados Unidos
ZAF: África do Sul

ESCOLAS MILITARES

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras
CPOR: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
EAO/EsAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EASA: Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas
ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEM: Escola de Estado-Maior
ESA: Escola de Sargentos das Armas
ESI: Escola de Sargentos de Infantaria
NPOR: Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

PARTIDOS POLÍTICOS/OUTRAS

Cmdo: Comando
CM: Comissão Militar
FOGUERA: Força de Guerrilha do Araguaia
PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PD: Partido Democrático
PL: Partido Libertador
PRM: Partido republicano Mineiro
PRP: Partido Republicano Paulista
PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos séculos, o dever de sobrepujar os oponentes e a necessidade de superar as complexas vicissitudes que se poderiam encontrar nos campos de batalha, levaram os comandantes militares a constituir tropas com diferentes especialidades, destinadas a desempenhar missões específicas, tendo em vista contribuir para que determinados objetivos fossem alcançados.

O Exército Brasileiro segue tal paradigma e divide suas tropas em armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações), quadros (Engenheiros Militares, Material Bélico, Auxiliar de Oficiais e Complementar de Oficiais) e serviços (Intendência, Saúde e Assistência Religiosa).

No que toca à Infantaria, suas missões básicas são executar ações ofensivas, tendo em vista capturar ou destruir o inimigo; e realizar operações defensivas, a fim de manter o terreno, e repelir ou eliminar o adversário. Para isso, os infantes são preparados para combater a pé, em todo tipo de terreno, sob quaisquer condições meteorológicas, o que não os impede de fazer uso, caso seja possível, de variados meios de transporte, como aeronaves e viaturas blindadas.

No "Estandarte de Ur", datado de 2600-2400 a.C., podem ser visualizados infantes em marcha após campanha exitosa, portando capas, túnicas, elmos e espadas curtas. De aqueles dias para os atuais, a essência da infantaria não se alterou, apenas o aparato bélico sofreu avanços tecnológicos, o que ocasionou mudanças de condutas nos campos de batalha. Assim, os infantes do presente fazem uso de uniformes camuflados, capacetes e coletes balísticos, fuzis de assalto, sistemas integrados de comunicações, entre muitos outros instrumentos julgados imprescindíveis. Também abandonaram as formações cerradas que preponderaram durante séculos por outras que possibilitam a dispersão no terreno.

No Brasil, no Período Colonial, tropas de infantaria destacaram-se em lutas que asseguraram a Portugal o domínio de extensos territórios, em parte reivindicados por outras nações. A participação heroica das tropas de Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão, quase que exclusivamente formadas por indivíduos nascidos em solo brasileiro, na Primeira Batalha de Guararapes, durante a campanha contra os holandeses, simbolicamente representa o surgimento do Exército Brasileiro. Oficialmente, tal força e sua infantaria passaram a existir somente com a organização do Estado brasileiro, a partir da declaração de independência, em 1822.

O presente estudo visa analisar a evolução da arma de Infantaria do Exército Brasileiro, da Independência até os dias atuais. Para tanto, aborda transformações ocorridas em elementos doutrinários, a exemplo de estruturas organizacionais; formas de recrutamento e de seleção de pessoal; provisão de armamentos, equipamentos e fardamentos; modos de adestramento da tropa e de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças; e processos de combate adotados e efetivamente empregados. Também versa sobre conflitos que puseram à prova o pensamento doutrinário vigente em determinados períodos, expondo seus pontos fortes e fracos. Ainda trata do desempenho dos soldados brasileiros, particularmente dos infantes, nas campanhas examinadas.

Os capítulos da obra comportam etapas sucessivas da evolução da Infantaria. Todos foram divididos em duas partes: na primeira, versa-se sobre os elementos doutrinários supracitados; na segunda, aborda-se um conflito em que esses foram postos em evidência.

O livro compõe-se de sete capítulos, concernentes aos seguintes períodos: fase inicial do Império (1822- 1852), auge do Império (1853-1870), transição do Império para a República (1871-1897), apogeu da "República Velha" (1898-1915), declínio da "República Velha" até meados do "Período Vargas" (1916-1938), participação do Brasil na II Guerra Mundial (1939-1945), e tempos pós-II Guerra Mundial. Os conflitos analisados nessas etapas são, na ordem, a Guerra contra Oribe e Rosas, a Guerra da Tríplice Aliança, a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, a "Revolução Constitucionalista", a Campanha da Força Expedicionária Brasileira, e a Guerrilha do Araguaia.

A pesquisa foi embasada em vasta bibliografia, de renomados pesquisadores; diversas memórias, de proeminentes militares; larga documentação oficial, a exemplo de legislações e relatórios; dentre diversas outras fontes.

Faz-se importante alertar que exames de determinados tópicos foram sintetizados, principalmente os relacionados às técnicas militares (emprego de tropas em ações ofensivas e defensivas, por exemplo). Nesses casos, recomenda-se ao leitor que desejar aprofundar conhecimentos, consultar os documentos referenciados (muitos disponíveis na rede mundial de computadores).

Cabe-se também salientar que o presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, o que se evidencia pela amplitude de sua delimitação. Busca, no entanto, além de examinar importantes elementos que delinearam a evolução da Infantaria brasileira, suscitar, em leitores/pesquisadores, o interesse por temáticas que possam ser objeto de estudos mais pormenorizados. A extensa documentação referenciada a isso presta importante auxílio.

Ainda convém ressaltar que no estudo constam variados quadros, organogramas e esboços, elaborados com o objetivo de destacar, detalhar ou facilitar a compreensão de conteúdos específicos.

Elonir José Savian

PARTE I

DA INDEPENDÊNCIA ATÉ A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS

> *O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai-se completando conforme o permite a população; e de disciplina, em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo. Por duas vezes tenho mandado socorros à província da Bahia, um de 240 homens, outro de 735, compondo um batalhão com o nome de Batalhão do Imperador: o qual em oito dias foi escolhido, se aprontou, embarcou e partiu. Além disso, foram criados um regimento de estrangeiros e um batalhão de artilharia de libertos, que em breve estarão completos. Nos arsenais do Exército tem-se trabalhado com toda a atividade, preparando-se tudo quanto tem sido preciso para defesa das diferentes províncias, e todas desde a Paraíba do Norte até Montevidéu, receberam os socorros que pediram.*[1]
>
> D. Pedro I, 1823

A emancipação do Brasil trouxe a seus governantes a responsabilidade de estruturar e guiar uma nação com enormes potencialidades, mas desprovida das bases necessárias para um desenvolvimento tranquilo e harmônico. Havia diversos problemas sociais, econômicos e políticos a serem resolvidos, sem falar das ameaças internas e externas à integridade e à soberania nacionais.

A população do País, em 1822, foi estimada em 4,4 milhões; por ocasião da Guerra contra Oribe e Rosas, em 1852, teria quase dobrado. A maioria dos brasileiros vivia em áreas rurais, ao longo ou nas proximidades da faixa litorânea. A sede do Império e as capitais provinciais eram os principais centros urbanos. Na década de 1820, cerca de ¼ dos habitantes estava sob o jugo da escravidão.[2]

Nas primeiras três décadas pós-independência, no campo social visualizava-se enorme desigualdade, pois boa parte da riqueza e o domínio político estavam sob posse de uma minoria, detentora de terras e escravos. No campo econômico verificava-se a dependência dos recursos provindos da produção de bens primários, voltados para a exportação (açúcar, algodão, café, etc.). Na esfera financeira passava-se por sérias dificuldades decorrentes de

[1] FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 8-9.
[2] SOUZA, Paulino José Soares. Relatório do ano de 1869, apresentado à Assembleia Geral na 2ª Sessão da 14ª Legislatura, em 1870, pelo ministro e secretário de estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870. Anexo "D", p. 164-167. De acordo com estimativas feitas por Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, em 1819; Malte-Brun, em 1830, e Candido Baptista, em 1850.

gastos com a estruturação de órgãos e instituições próprios de um país independente, bem como das despesas resultantes de conflitos bélicos. No âmbito político, sucediam-se crises, a exemplo das que levaram à abdicação de D. Pedro I, à instalação de regências e à coroação antecipada de D. Pedro II.

Na área militar precisava-se organizar e manter forças armadas capazes de assegurar a independência e a integridade territorial. Em um primeiro momento, houve a necessidade de expulsar as forças leais a Portugal, o que resultou em campanhas nas províncias da Bahia, Cisplatina, Maranhão, Piauí e Grão-Pará. Em seguida, por quase 30 anos, foi preciso debelar revoltas que eclodiam de norte a sul, ameaçando fragmentar o País, como a Confederação do Equador (1824) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Não menos preocupantes eram os litígios na bacia do Prata, que ocasionaram as guerras da Cisplatina (1825-1828) e contra Oribe e Rosas (1851-1852). Tudo isso em meio à falta de recursos financeiros, que dificultava a organização, o preparo e o emprego de tropas.

Logo que subiu ao trono, D. Pedro I tratou de organizar corpos de tropa, tendo em vista consolidar a libertação do País. Assim, deu ordens para que fossem constituídos o Batalhão de Henriques da Corte, formado por negros forros; e o Batalhão do Imperador, integrado por oficiais e praças escolhidos dentre os melhores da guarnição do Rio de Janeiro. Também determinou a contratação de mercenários na Europa, que deram origem aos "batalhões de estrangeiros".[3]

Passada a fase mais crítica, o Imperador houve por bem organizar apropriadamente os corpos de tropa, *"acabando com as formações irregulares, fragmentares e deficientes que havia"*, o que se deu via decreto de 1º de dezembro de 1824.[4] Ficava o Exército constituído por unidades de infantaria, cavalaria e artilharia, além de um estado-maior geral, um estado-maior e um corpo de engenheiros, perfazendo um efetivo teórico de aproximadamente 30 mil homens.[5]

A tropa de infantaria foi dividida em batalhões de granadeiros (Btl Gnd) e de caçadores (BC), sediados na capital do Império e em diversas províncias, conforme o Quadro I (p. 11). Tradicionalmente, os granadeiros compunham tropas de infantaria pesada, ou seja, constituídas por homens mais robustos, que atuavam em formações densas, portando armamentos mais potentes, tendo em vista, pelo fogo e choque, conquistar ou manter posições. Os caçadores formavam unidades de infantaria leve (ou ligeira), integradas por homens mais ágeis, que combatiam de forma dispersa fazendo uso de armamentos menos potentes, com o objetivo de fustigar com seus fogos o inimigo, em preparação para a ação da infantaria pesada. O efetivo previsto para tais unidades e o realmente existente, no ano de 1829, encontram-se no Quadro II (p. 11).

[3] BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. p. 42-45.
[4] Ibid., p. 47.
[5] MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 249.

QUADRO I - UNIDADES DE INFANTARIA DE 1ª LINHA E SUAS SEDES, 1824[6]

SEDE	UNIDADES	SEDE	UNIDADES
Corte	BC do Imperador; 1º Btl Gnd, 2º Btl Gnd e 3º Btl Gnd; e 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 26º e 27º BCs	Recife	17º e 18º BCs
São Paulo	7º BC	Paraíba	19º BC
Desterro	8º BC	Oeiras	20º BC
Porto Alegre	9º BC	Natal	21º BC
Montevidéu	10º e 11º BCs	Fortaleza	22º BC
Vitória	12º BC	São Luís	23º BC
Cidade da Bahia	13º, 14º e 15º BCs	Belém	24º e 25º BCs
Alagoas	16º BC	-	-
Obs.: 1) o 2º Btl Gnd, o 3º Btl Gnd, o 26º BC e o 27º BC eram formados por estrangeiros; 2) eram previstas unidades de infantaria de 2ª linha (tropas de milícias).			

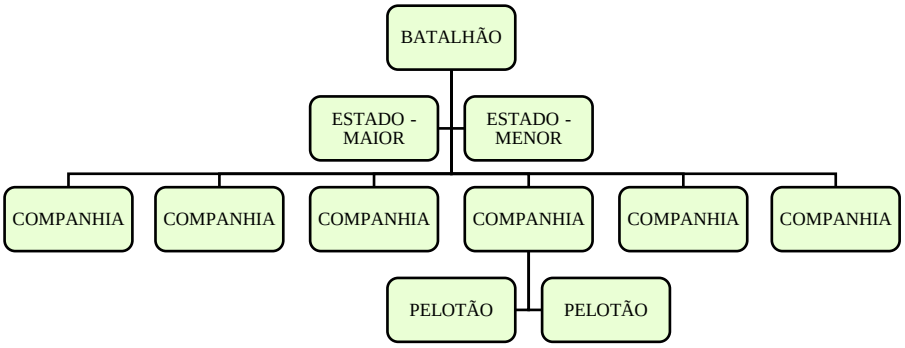
QUADRO II - EFETIVOS PREVISTOS E EXISTENTES DOS BATALHÕES DE GRANADEIROS E DE CAÇADORES, JANEIRO DE 1829.[7]

UNIDADES/SUBUNIDADES	BTL GND		BC	
	Previsão	Existência	Previsão	Existência
Batalhões Existentes	3	3	31	31
Número de Companhias	18	18	170	170
MILITARES	EFETIVOS			
Oficiais Superiores	6	5	57	57
Estado-Menor	87	71	703	652
Oficiais de Companhia	54	54	516	605
Oficiais Inferiores (sargentos e furriéis)	72	63	673	692
Cornetas e Tambores	48	40	334	290
Cabos, Anspeçadas e Soldados	1.890	1.169	17.673	12.397
Efetivo Total	2.157	1.402	19.956	14.693

A estrutura dos batalhões era a seguinte: comando, exercido por um coronel ou tenente-coronel (diretamente assessorado por um major fiscal); estado-maior, destinado a assessorar o comandante; estado-menor, dedicado a auxiliar os oficiais do estado-maior; e companhias, elementos de combate. As companhias, comandadas por capitães, eram constituídas por pelotões, que tinham à frente tenentes ou alferes.[8] Os pelotões, para fins de treinamento, formatura ou combate, poderiam ser fracionados em "subdivisões", "seções" e "esquadras". Sargentos, cabos e anspeçadas auxiliavam os oficiais.[9]

[6] 1) BRASIL. Decreto de 1º de dezembro de 1824. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Catálogo de destino dos acervos das organizações militares do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 2019.
[7] VALENTE, Thomaz Joaquim Pereira. Relatório do ano de 1829, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1830, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, [1830?]. p. 8. Nesse documento consta equivocadamente que o efetivo total de cabos, anspeçadas e soldados, dos batalhões de granadeiros, era de 1.809. Não há menção sobre oficiais componentes do estado-maior.
[8] BRASIL. Decreto nº 301, de 27 de maio de 1843.
[9] BERESFORD, William Carr. (Marquês de Campo Maior). **Regulamento para Instruções e Disciplina dos Corpos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima.** Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820. p. 76, passim.

ORGANOGRAMA I - BATALHÃO DE CAÇADORES, 1843[10]



. Comando: coronel ou tenente-coronel (comandante) e major (fiscal).
. Estado-Maior: ajudante, quartel-mestre, secretário, capelão, cirurgião-mor e cirurgião ajudante.
. Estado-Menor: sargento ajudante, sargento quartel-mestre, espingardeiro, coronheiro, corneta-mor mestre de música e músicos.
. Oficiais de companhia: capitães, tenentes e alferes.
. Oficiais inferiores: 1º sargentos, 2º sargentos e furriéis.
. Outros: cabos de esquadra, anspeçadas, soldados e cornetas.

A hierarquia estabelecida no Exército, que perdurou até o fim do Império, pode ser visualizada no quadro abaixo.

QUADRO III – HIERARQUIA E INSÍGNIAS DO EXÉRCITO, PERÍODO IMPERIAL[11]

Marechal

Tenente-General

Marechal de Campo

Brigadeiro

Coronel

Tenente-Coronel

Major

Capitão

Tenente

Alferes

1º Sargento

2º Sargento

Furriel

Cabo

Anspeçada

Os oficiais generais eram diferenciados por bordados de folhagens de carvalho, colocados nas golas ou canhões. Os oficiais, dentre outros detalhes, pelos galões colocados nos canhões: um de cinco linhas de largura para alferes; dois da mesma dimensão para tenente; um de sete linhas para capitão; um de sete e um de cinco linhas para major, dois de sete linhas para tenente-coronel e três de sete linhas para coronel. Os oficiais inferiores usavam divisas, postas diagonalmente nas mangas: três para furriel, quatro para 2º sargento e cinco para 1º sargento. Cabos tinham duas divisas; anspeçadas, uma.

[10] BRASIL. Decreto nº 301, de 27 de maio de 1843.
[11] 1) BARROSO, 1922, passim. 2) BRASIL. Decreto nº 1.029, de 7 de agosto de 1852. 3) Os bordados dos generais representados no Quadro III eram os colocados nas golas. Os posicionados nos canhões eram um pouco diferentes.

Na capital do Império e no âmbito provincial, os corpos de tropa ficavam subordinados aos governadores (ou comandantes) das Armas, que deviam prestar conta de seus atos a autoridades da Corte ou aos presidentes de província. Todavia, nem todas as províncias possuíam governadores das Armas; nesse caso, as funções destes eram acumuladas pelos presidentes das referidas divisões administrativas.

Provisão do Conselho Supremo Militar, de 11 de maio de 1829, esclareceu os limites da atuação dos governadores das Armas e dos presidentes de províncias em relação à administração militar:

> *[...] os presidentes eram responsáveis pela inspeção das fortalezas e fortificações, por assistir os exercícios das tropas, aprovar ou desaprovar as nomeações feitas pelos governadores das Armas para os empregos de comandantes de fortalezas e outros postos militares. Ao governador das Armas cabia regular, dirigir e inspecionar a economia, disciplina e instrução de toda a tropa, bem como a instrução das tropas de primeira e segunda linha, além de nomear, dependendo da aprovação do presidente, os comandantes das fortalezas e outros postos militares, remeter aos presidentes todos os requerimentos e representações de militares, propostas e ofícios, e cuidar do provisionamento da tropa em todos os objetos que lhes são relativos.*[12]

Para fins de inspeção, em 1851, o Império foi dividido em distritos militares.[13] Sobre esses, quatro anos depois, o ministro da Guerra Luís Alves de Lima e Silva comentaria:

> *Os inspetores são obrigados a inspecionar uma vez por ano os corpos estacionados nos respectivos distritos; e conquanto em geral não se tenham conseguido todas as vantagens que deve produzir em bem do serviço este elemento de administração militar, ainda em consequência de sua recente instituição,[...] já tem [o governo imperial] conhecimento de certos abusos que se tem na administração de vários corpos, e tem providenciado convenientemente para fazê-los desaparecer, a fim de estabelecer a uniformidade que deve haver nessa administração.*[14]

No início do Período Regencial, o contingente do Exército sofreu drástica redução. Isso ocorreu em razão de se estar concluído o processo de emancipação política, por terem diminuído as tensões na bacia do Prata e por causa da crise financeira vigente. Também havia o desejo, por parte de lideranças políticas, de diminuir a influência dos militares em questões governamentais (oficiais e tropas do Exército haviam tido papel significativo nos eventos que levaram à abdicação de D. Pedro I).

Diante disso, os efetivos previstos para a Infantaria, a Cavalaria e a Artilharia, que unidos somavam 33.276 homens, em 1829, foram reduzidos para 13.554, em 1831. Foram extintos, dentre outros, todos os batalhões de granadeiros e de estrangeiros, além do Batalhão do Imperador. Segundo Manoel da Fonseca Lima e Silva, ministro da Guerra (1831-1832), o corte

---

[12] ARQUIVO Nacional. Memória da Administração Pública Brasileira. Governadores/Comandantes das Armas. *Site*.
[13] BRASIL. Decreto nº 785, de 6 de maio de 1851.
[14] SILVA, Luís Alves de Lima e Silva. (Marquês de Caxias). Relatório do ano de 1855, apresentado na Câmara dos Deputados, em 1856, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856. p. 10-11.

orçamentário que o Exército havia sofrido reduzira drasticamente sua força, levando-o a quase desaparecer.[15]

Por outro lado, surgiu a Guarda Nacional. Estava subordinada ao Ministério da Justiça e fora criada para substituir as milícias, ordenanças e guardas municipais. Tinha, dentre outros, os encargos de defender a Constituição, manter a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.[16] Na prática, poderia ser usada por lideranças civis para se contrapor a possíveis interferências de militares em questões políticas. Segundo Nelson Werneck Sodré:

> *Criando a Guarda Nacional, em 1831, a classe dominante dos senhores de terra e de escravos ou de servos, numa fase que travava intensa luta para manter-se no controle dos aparelhos de Estado, estava forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas a segundo plano, as de terra particularmente.*[17]

A eclosão de revoltas em algumas regiões do País e o surgimento de novas crises na bacia do Prata fizeram com que se voltasse a elevar os efetivos do Exército, embora esses continuassem muito aquém dos que haviam sido previstos durante o I Reinado. Ademais, em 1843, voltara o Exército a ter infantaria pesada, na forma dos batalhões de fuzileiros (Btl Fuz). No Quadro IV (p. 15), podem ser verificados os efetivos previstos para a Infantaria em 1831, 1839, 1843 e 1851, anos em que houve importantes reorganizações do Exército. [18]

Cabe-se destacar que o efetivo do Exército era anualmente fixado por lei. Assim, para o ano financeiro de 1833/1834, regulou-se que os contingentes dos corpos de tropa de infantaria, cavalaria e artilharia, somados, não poderiam exceder a oito mil homens.[19]

Em relação ao recrutamento de pessoal, o preenchimento do quadro de oficiais não apresentava problemas. Normalmente esse era composto por indivíduos que provinham de famílias sem muitas posses, levados a servir por vocação ou desejo de ocupar cargos de prestígio, com remunerações satisfatórias. Versando sobre a origem social dos alunos da Escola Militar, Jehovah Motta ressalta que, em meados do século XIX:

> *Para a Academia acorriam rapazes filhos de militares, de modestos funcionários, de pequenos comerciantes e pequenos proprietários. Ela não era solução, nem atrativo, para os filhos de senhores de terra e escravos, nem para os filhos da alta cúpula burocrática. O Exército, já naquela época, mostrava-se como haveria de ser por muito tempo: instituição popular, de gente pobre, com ímpeto afirmativo, ávida por se realizar social e culturalmente.*[20]

---

[15] 1) VALENTE, [1830?], p. 8. 2) BRASIL. Decreto de 4 de maio de 1831. 3) SILVA, Manoel da F. Lima e. Relatório do ano de 1831, apresentado na Câmara dos Deputados, em 1832, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Patriotica D'Astrea, 1832. p. 7.

[16] BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831.

[17] SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 117.

[18] BRASIL. Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851. Os números apresentados referem-se aos corpos móveis. Existiam também os corpos de guarnição, fixos, para a defesa local, que tinham constituição diferenciada.

[19] BRASIL. Lei de 25 de agosto de 1832.

[20] MOTTA, Jeohvah. **Formação do oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 71.

QUADRO IV - EFETIVO PREVISTO PARA A INFANTARIA EM 1831, 1839,1843, 1851.[21]

UNIDADES/SUBUNIDADES		1831	1839	1843		1851	
		BC	**BC**	**BC**	**BTL FUZ**	**BC**	**BTL FUZ**
Batalhões		16	12	8	8	6	8
Número de Companhias por Batalhão		8	8	6	8	8	8
MILITARES		EFETIVO DE UM BATALHÃO					
Comando	Coronel/Tenente-Coronel	1	1	1	1	1	1
	Major	1	1	1	1	1	1
Estado - Maior	Ajudante	1	1	1	1	1	1
	Quartel-Mestre	1	1	1	1	1	1
	Secretário	1	1	1	1	1	1
	Capelão	1	1	1	1	-	-
	Cirurgião-Mor	1	1	1	1	-	-
	Cirurgião Ajudante	1	1	1	2	-	-
Estado - Menor	Sargento Ajudante	1	1	1	1	1	1
	Sargento Quartel-Mestre	1	1	1	1	1	1
	Coronheiro	-	1	1	1	1	1
	Espingardeiro	-	1	1	1	1	1
	Mestre de Música	-	1	1	1	1	1
	Músicos	16	16	16	16	12	16
	Corneta, Clarim-Mor	1	1	1	-	1	-
	Tambor-Mor, Pífanos	-	-	-	3	-	3
	Cabo de Tambores	-	-	-	1	-	
Soma das seis ou oito Companhias	Capitães	8	8	6	8	8	8
	Tenentes	8	8	6	8	8	8
	Alferes	9	8	12	16	16	16
	1º Sargento	8	8	6	8	8	8
	2º Sargento	16	16	12	16	16	16
	Furriéis	8	8	6	8	8	8
	Tambores	-	-	-	16	-	16
	Cornetas e Clarins	8	16	12	-	16	-
	Cabos	32	48	48	64	48	64
	Anspeçadas	32	-	48	64	48	64
	Soldados	416	488	480	640	480	640
TOTAL DE UM BATALHÃO		572	638	666	882	679	877
SOMA DE TODOS OS BATALHÕES		9.152	7.656	5.328	7.056	4.074	7.016
SOMA TOTAL DA INFANTARIA		**9.152**	**7.656**	**12.384**		**11.090**	

[21]1) BRASIL. Decreto de 4 de maio de 1831. 2) BRASIL. Decreto nº 30, de 22 de fevereiro de 1839. 3) BRASIL. Decreto nº 301, de 27 de maio de 1843. 4) BRASIL. Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851.

Em contrapartida, o arrolamento de praças constituía-se em um sério problema, em razão da falta de voluntários e da ausência de leis que tornassem universal e obrigatório o serviço militar. Em geral, havia aversão em servir ao Exército como soldado raso, por causa das más condições de serviço (sujeição a castigos físicos; baixos soldos, por vezes pagos com atraso; alimentação, fardamentos e aquartelamentos inadequados e/ou insuficientes; etc.); da duração demasiada do tempo destinado a servir (não raramente prorrogada de forma arbitrária); e da possibilidade de deslocamentos para locais distantes a fim de participar de conflitos (com os previsíveis riscos de morte). Em consequência, em ocasiões emergenciais, para se completar os efetivos, houve a necessidade de se incorporar indivíduos de forma coercitiva, bem como contratar mercenários estrangeiros.[22]

O princípio norteador do recrutamento e do serviço militar no Brasil independente consta na Constituição de 1824. Ficava estabelecido que todos os brasileiros eram obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos.[23]

Não obstante, em se tratando do Exército, foi de suma importância a Decisão do Governo nº 67, de 10 de julho de 1822, publicada ainda durante a regência de D. Pedro. Visava atender à necessidade premente de se completar os efetivos dos corpos de tropa de 1ª linha sediados na Corte. Sua aplicação deveria ficar restrita à província do Rio de Janeiro, mas acabou servindo, por décadas, como base para o recrutamento em âmbito nacional, por não ter sido elaborada legislação substitutiva.[24]

Na referida Decisão constavam instruções para que, inicialmente, por um mês, fossem incorporados voluntários que se comprometessem a servir por três anos; depois, caso estes não fossem suficientes, deveria se passar a recrutar compulsoriamente todos os homens brancos solteiros e pardos libertos, com idade de 18 a 35 anos. Não se fazia menção sobre o tempo de serviço dos não voluntários, mas se pode inferir que continuaria a ser de 16 anos, previsto no Decreto de 13 de maio de 1808 (este estabelecia oito anos para os voluntários).[25]

Entretanto, havia também no referido documento, diretriz do Príncipe Regente para que o recrutamento incidisse sobre indivíduos ociosos, de modo a não prejudicar o desenvolvimento das artes, navegação, comércio e agricultura. Isso redundou no assentamento de diversas isenções, que reduziam drasticamente o universo recrutável. Com efeito, ficavam dispensados de incorporação os que exercessem atividades produtivas, tais como boiadeiros, carpinteiros e pescadores (desde que tivessem bom comportamento); além de homens casados, arrimos de família, estudantes com bom aproveitamento; entre muitos outros. Na prática, portanto, o serviço militar recaía sobre indivíduos que não estivessem realizando atividades vistas como úteis e/ou fossem tidos como de má índole.[26]

[22] Houve contratação de tropas mercenárias estrangeiras nas guerras da Independência, Cisplatina e contra Oribe e Rosas.
[23] BRASIL. Constituição Politica do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824.
[24] BRASIL. Decisão do Governo nº 67, de 10 de julho de 1822.
[25] Ibid.
[26] Ibid.

No início do Período Regencial, a redução do efetivo do Exército diminuiu a demanda por soldados, mas o número desses continuou insuficiente nos corpos de tropa. Em mapa demonstrativo, relativo ao ano financeiro de 1837/38, consta que ingressaram no Exército 335 voluntários e 3.881 recrutados, o que demonstra a falta de interesse em se arregimentar espontaneamente.[27]

A criação da Guarda Nacional agravou ainda mais o problema do recrutamento de praças, pois os guardas nacionais, salvo exceções, ficavam isentos de servir no Exército.[28]

Em face disso, legislou-se para incentivar o voluntariado e regular outras questões atinentes ao alistamento de pessoal.

Em relação aos incentivos, firmou-se que os voluntários receberiam soldos superiores e ficariam arregimentados menos tempo em relação aos obrigados a servir, bem como teriam direito a uma data de terras ao darem baixa. Além disso, todos os praças fariam jus a uma gratificação caso optassem por continuar na caserna depois de terem completado o tempo de serviço regular (este passou por alterações, em 1852 foi fixado em seis anos para os voluntários e nove anos para os demais).[29]

Por outro lado, estabeleceu-se que os alistados poderiam eximir-se de servir mediante indenização em dinheiro. Era-lhes, também, autorizado a apresentar substitutos idôneos, mas se estes assim não fossem considerados pelo governo, teria lugar a substituição mediante determinada quantia monetária.[30]

Entretanto, a falta de pessoal invariavelmente permanecia. Diversas lideranças militares, entre as quais vários ministros da Guerra, relatavam porque isso ocorria: devido às numerosas isenções previstas nas Instruções de 10 de Julho do 1822; em razão da ação de patronatos locais, que impediam, se fosse de seu interesse, o alistamento dos não isentos; por causa do defeituoso método de alistamento dos guardas nacionais, que qualificava como tais a maior parte dos indivíduos recrutáveis; em virtude da falta de interesse da população em seguir a carreira das armas, por considerar que nela só havia privações e incômodos, sem qualquer compensação; em função das deserções ocasionadas por promessas não cumpridas e baixos soldos; entre outros motivos.[31]

Sargentos e furriéis, então classificados como oficiais inferiores, eram recrutados dentre soldados que satisfizessem determinados requisitos, como bom comportamento. Em 1841, o ministro da Guerra, José Clemente Pereira, alertava que os corpos de tropa se ressentiam *"da falta de oficiais inferiores por ser impossível encontrar-se entre os recrutados quem esteja nas circunstâncias de poder ser nomeado para tais postos*".[32]

---

[27] BARROS, Sebastião do Rego. Relatório do ano de 1838, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1839, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Mapa demonstrativo do número de voluntários e recrutados nas províncias do Império.

[28] BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831.

[29] 1) BRASIL. Carta de Lei nº 55, de 6 de outubro de 1835. 2) BRASIL. Lei nº 45, de 29 de agosto de 1837. 3) BRASIL. Decreto nº 73, de 6 de abril de 1841. 4) BRASIL. Lei nº 648, de 18 de agosto de 1852. 5) BRASIL. Decreto nº 1.089, de 14 de dezembro de 1852.

[30] 1) BRASIL. Carta de Lei nº 55, de 6 de outubro de 1835. 2) BRASIL. Lei nº 45, de 29 de agosto de 1837. 3) BRASIL. Decreto nº 73, de 6 de abril de 1841. 4) BRASIL. Lei nº 648, de 18 de agosto de 1852. 5) BRASIL. Decreto nº 1.089, de 14 de dezembro de 1852.

[31] RELATÓRIOS apresentados pelos Ministros da Guerra à Assembleia Geral Legislativa.

[32] PEREIRA, José Clemente. Relatório do ano de 1840, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1841, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841. p. 8.

Quanto aos uniformes, proclamada a Independência, D. Pedro I teve a preocupação em torná-los diferentes dos usados pelos soldados portugueses, particularmente no que se refere a distintivos, golas, canhões e penachos. Não obstante, segundo Gustavo Barroso, havia muitas irregularidades e grande confusão até 1852, quando eles foram detalhados. Assim, até essa data, para delineá-los seria preciso *"estudar a vida de cada unidade do Exército de per si, o que é materialmente impossível, porque seus arquivos não existem mais*".[33]

O fardamento dos granadeiros e caçadores, na década de 1820, e o dos fuzileiros e caçadores, nos anos 1850, podem ser visualizados no Quadro V (p. 19). Deve-se salientar que existiam uniformes mais simples, destinados ao uso diário. Assim, para os soldados do Depósito Geral de Recrutas da Fortaleza da Praia Vermelha, em 1823, prescrevia-se fornecer "*barrete, jaqueta e calça de polícia, uma camisa, uma gravata de couro, e um par de sapatos [...]*".[34]

Sobre a disponibilidade de fardamentos, o que havia em estoque nos armazéns, em 1º de abril de 1844, foi assim discriminado: 10.801 camisas de brim ou algodão, 10.761 calças de brim ou pano, 7.130 fardetas, 2.717 *bonets*, 3.578 pares de sapatos, entre outros.[35]

No que toca ao armamento, no I Reinado e na Regência, os granadeiros eram dotados de fuzis[36]de pederneira, com baioneta triangular; e os caçadores, de carabinas de pederneira, com baioneta triangular ou de lâmina.[37] Já no início do II Reinado, os fuzileiros contavam com fuzis de fulminato, com baioneta triangular; e os caçadores, com carabinas de fulminato, com sabre-baioneta ou iatagã.[38] As características principais dos fuzis de pederneira e de fulminato podem ser verificadas no Quadro VI (p. 20). A substituição de um pelo outro deu-se aos poucos.

Na Guerra contra Oribe e Rosas foram usados, em pequena escala, fuzis *Dreyse* e do tipo *Minié*. Suas especificidades serão expostas no próximo capítulo, já que foram, particularmente os tipo *Minié*, largamente empregados na Guerra da Tríplice Aliança.[39]

Em 1836, o ministro da guerra José Vieira de Carvalho assim se posicionava em relação ao suprimento de armamento:

> [...] *o governo querendo evitar despesas na compra de grande porção de armamento novo, e pôr em estado de servir tudo o que está suscetível de conserto, mandou ajustar na Europa alguns armeiros, os quais juntos aos que efetivamente trabalham no Arsenal, poderão habilitar o governo a ter uma suficiente reserva de armas prontas, proporcional à Força do Exército; além das que devem anualmente ser compradas para suprir a falta daquelas que de todo se inutilizam.*[40]

---

[33] BARROSO, 2000, passim.
[34] BRASIL. Decreto de 22 de fevereiro de 1823.
[35] COELHO, Jeronimo Francisco. Relatório do ano de 1843, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1844, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1844. Mapa nº 7.
[36] O termo fuzil é originário da França, *fusil*, e foi adotado no Brasil no Período Republicano. No Período Imperial, tal armamento era denominado espingarda, nomenclatura que ainda persiste em Portugal. Preferiu-se utilizar em todo o trabalho a palavra fuzil.
[37] BARROSO, 2000, p. 101.
[38] Ibid., p. 102.
[39] Ibid., p. 102.
[40] CARVALHO, João Vieira de. Relatório do ano de 1836, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1837, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1837. p. 9.

QUADRO V - UNIFORMES DA INFANTARIA

GRANADEIROS E CAÇADORES, DÉCADA DE 1820

Da esquerda para a direita: soldado e alferes (granadeiros), tenente-coronel e soldado (caçadores), todos em grande gala.[41]

Em 1823, os granadeiros usavam barretina afunilada, jaqueta azul, calças brancas ou azuis, polainas, sapatos, alamares, dragonas e correames brancos (uniforme de gala). Os caçadores faziam uso de indumentária semelhante, com alterações nas cores dos correames (pretos) e penachos. Os oficiais dos batalhões de caçadores não usavam dragonas e se distinguiam pelos galões do punho.[42]

FUZILEIROS E CAÇADORES, DÉCADA DE 1850

Da esquerda para a direita: a) fuzileiros: capitão (grande uniforme) e dois alferes (um em grande e o outro em pequeno uniforme); b) caçadores: capitão (grande uniforme) e dois alferes (um em pequeno e o outro em grande uniforme).[43]

Em 1852, os infantes dispunham do grande uniforme (de gala) e do pequeno uniforme (de rotina). O primeiro era similar ao de 1823, o segundo diferenciava-se do primeiro, principalmente, pela substituição da barretina por *bonet* e da jaqueta por sobrecasaca. Os fuzileiros usavam fardas azul-ferrete; os caçadores, verde-escuras.[44] Além da cor de suas fardas, fuzileiros e caçadores também se distinguiam pelo emblema em suas barretinas, na devida ordem, escudo das armas imperiais e cruz de malta; e ainda pela cor dos penachos: encarnada e branca para os primeiros, verde-escura para os segundos.[45] Os batalhões, tanto de fuzileiros como de caçadores, distinguiam-se, entre si, por numeração colada na barretina/*bonet* e pelas cores das golas e canhões.[46]

[41] BARROSO, Gustavo (org.). **Uniformes do Exército Brasileiro (1730-1922)**. Aquarelas e documentação de J. Easth Rodrigues. Publicação Oficial do Ministro da Guerra comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Paris: A. Ferroud, F. Ferroud, 1922. p. 89, estampas nº 44 e 41.
[42] BARROSO, 2000, passim.
[43] BARROSO, 1922, p. 92, estampas nº 72 e 75.
[44] 1) BARROSO, 2000, passim. 2) BRASIL. Decreto nº 1.029, de 7 de agosto de 1852.
[45] 1) BARROSO, 2000, passim. 2) BRASIL. Decreto nº 1.029, de 7 de agosto de 1852.
[46] 1) BARROSO, 2000, passim. 2) BRASIL. Decreto nº 1.029, de 7 de agosto de 1852.

QUADRO VI - ARMAMENTOS UTILIZADOS PELA INFANTARIA – 1822/1852

FUZIL DE PEDERNEIRA[47]

As armas de pederneira surgiram na Europa, na segunda metade do século XVII. Para nelas efetuar o tiro, inicialmente era feito carregamento antecarga, ou seja, introduzia-se no cano, pela "boca", a pólvora, o projétil e a bucha, que vinham juntos em um "cartucho". Em seguida, esses eram socados usando-se uma vareta. Depois, colocava-se uma porção de pólvora em uma escorva. Por fim, feita a pontaria, acionava-se o gatilho, que liberava o cão, no qual se encontrava fixada uma pederneira. Esta ação fazia com que a pederneira se chocasse com uma parte metálica denominada "fuzil". Disso resultavam faíscas que atingiam a escorva, que por sua vez fazia detonar a carga principal, deflagrando o disparo. Os projéteis eram esféricos e podiam chegar até a distância de 200 metros, embora só causassem danos sérios até cerca de 50 metros. Soldados bens adestrados realizavam dois a três disparos por minuto.[48]

FUZIL DE FULMINATO[49]

Nas armas de fulminato utilizava-se cápsula de percussão (espoleta) como elemento de iniciação da queima da pólvora. Mais confiáveis e práticas se comparadas com as de pederneira, passaram a ser rapidamente adotadas a partir da década de 1830. A espoleta era de fulminato de mercúrio, um explosivo muito sensível à fricção e ao impacto. Para realizar o disparo, o atirador colocava a espoleta no "ouvido" da arma. Dessa forma, a espoleta passava a ter comunicação com a pólvora. Acionado o gatilho, o cão chocava-se com a espoleta, provocando uma pequena explosão que, por sua vez, detonava a pólvora, fazendo com que o projétil fosse expelido do cano. O carregamento da arma continuava a ser antecarga.[50]

BAIONETA TRIANGULAR E IATAGÃ [51]

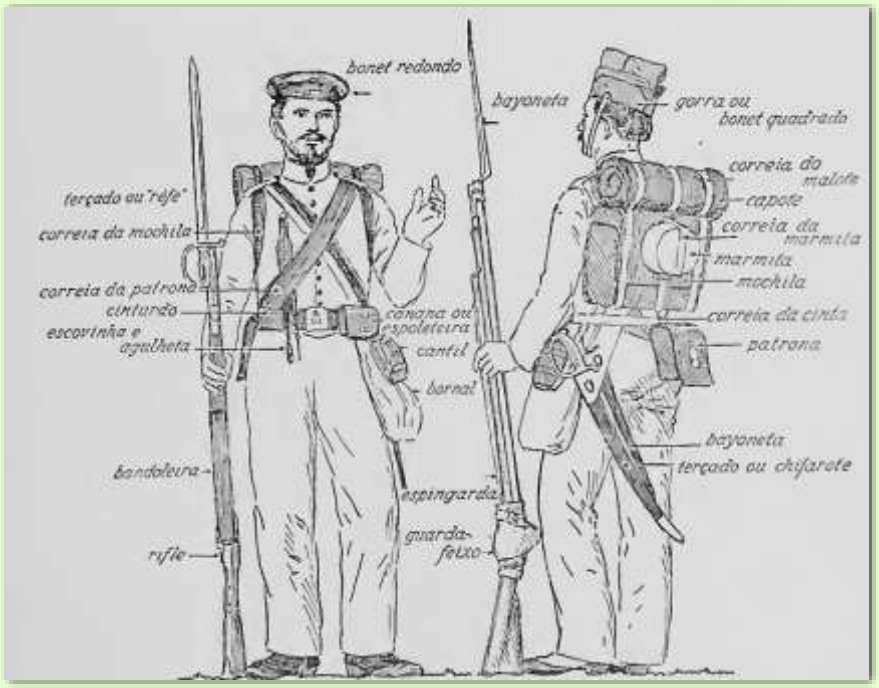
A baioneta surgiu na França, em meados do século XVII. Inicialmente consistia de um pequeno sabre que era colocado na "boca" do cano do fuzil. Mais tarde surgiram diferentes modelos, entre as quais as de alvado, que podiam ser acopladas ao cano sem impedir o disparo. A junção dela ao fuzil possibilitou aos soldados contar com um armamento que oferecia, ao mesmo tempo, poder de fogo e de choque. O iatagã era uma espada curta e curva, adaptada para ser usada como baioneta.[52]

[47] 1) ACCESS HERITAGE. *Site*. 2) GASSEN. CURSOS DE ARMAMENTO E TIRO. *Site*.
[48] LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Introdução ao estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015. p. 140.
[49] MUZZLE-LOADER. *Site*.
[50] LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 189.
[51] 1) UNION DRUMMER BOY. *Site*. 2) REBEL GUN WORKS. *Site*.
[52] LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 140.

Em abril de 1844, havia nos armazéns do Arsenal de Guerra da Corte 20.959 fuzis, com ou sem baionetas. A maior parte aguardava conserto e era de origem inglesa (também havia os de procedência francesa e de produção nacional). De fulminato existiam 1.160, todos novos.[53]

Equipamentos, armamentos e acessórios usados pelos infantes podem ser visualizados no quadro abaixo.

QUADRO VII – EQUIPAMENTOS, ARMAMENTOS E ACESSÓRIOS DOS INFANTES, FINAL DA DÉCADA DE 1840[54]



Armamentos e acessórios
Fuzileiros: fuzil (espingarda), bandoleira, baioneta com bainha, vareta da arma, patrona, cartucheira, martelinho, saca-trapo, correia da cinta, escovinha e agulheta, guarda-fechos, e terçado com bainha (este para inferiores). Caçadores: carabina (refle ou rifle), bandoleira, terçado com bainha, vareta da arma, patrona, cartucheira, cinturão, canana (espoleteira), escovinha, agulheta e guarda-fechos.

Equipamentos
Fuzileiros: mochila de brim, marmita, capote, cantil de madeira, bornal de brim para víveres, canudo para guarda de papéis/documentos (este somente para oficiais inferiores). Caçadores: mochila de brim, marmita, capote, cantil de madeira e bornal de brim para víveres.

Quanto à formação e carreira, às dos oficiais poderiam se dar de diferentes formas. Elton Licério Rodrigues Machado explica:

> *Diante da realidade bélica em que o Exército se encontrava, a Academia Militar não possuía capacidade para formar os oficiais em quantidade suficiente e, também, com qualidade profissional para exercer as suas funções. Somente ao final da década de 1840, quase trezentos alunos seriam matriculados e, mesmo assim, um terço deste número era de civis que faziam o curso de engenharia.*

[53] COELHO, 1844, Mapas nº 5 e 6.
[54] 1) BARROSO, 1922, p. 35. 2) BRASIL. Decreto nº 547, de 8 de janeiro de 1848. 3) No I Reinado, os materiais eram semelhantes, conforme consta em: BRASIL. Decreto de 3 de setembro de 1824.

Prossegue:

> *Para contornar este óbice, o Exército lançava mão do antigo sistema de formação de oficial, no qual o militar incorporava em uma unidade e galgava os postos tendo, como referência a sua participação em campanhas militares ou seus vínculos familiares e sociais. Dessa forma, a formação do oficial, nesses primeiros quarenta anos de ensino militar, seria constituída de dois campos, sem nenhuma vinculação entre si. De um lado, o ensino formal, ministrado na Academia em forma de aulas, com preleção e livros sobre as ciências matemáticas e a teoria da guerra sobre batalhas e processos de combates vividos na Europa. Do outro, a formação fazia-se com a participação nas guerras, nos combates dos diversos conflitos que ocorriam de norte a sul do Império. A realidade do armamento, do soldado, das marchas e dos acampamentos eram os instrumentos de aprendizado, e as "cicatrizes" dos combates afiançavam a promoção ao oficialato. A consequência desses fatos foi o aparecimento de dois tipos de oficiais no Exército: o oficial acadêmico, conhecedor de teorias, egresso da Academia Militar, mas sem vivência profissional na caserna; e o oficial tarimbeiro, formado na prática dos quartéis, egresso dos campos de batalha, mas com pouca instrução escolar.*[55]

O ensino teórico que então predominava na Escola Militar,[56] localizada no Largo de São Francisco, era fruto de seus propósitos, concebidos, em 1811, pelo ministro da Guerra D. Rodrigo Coutinho, ou seja, ser "*um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia*". Daí o pensamento de em uma mesma escola ensinar técnicas para fins militares e civis, estas destinadas à construção de estradas, portos, canais, etc.[57]

Em 1830, o ministro da Guerra, Pereira Valente, apontava:

> *[...] a necessidade, que existe, de se dar outra organização a este Estabelecimento, correspondente ao título e fins da sua instituição, [...]; parece indispensável, que além da instrução científica, seja ali ao mesmo tempo a escola do regime militar, onde se aprenda as principais virtudes, que devem possuir aqueles, que, dedicando-se a tão nobre profissão, tem um dia de servir de exemplo, e guia, na heroica carreira das Armas.*[58]

Não obstante, pelo currículo de 1842, predominavam disciplinas que pouco ou nada versavam sobre atividades militares, a exemplo de Física Experimental, Trigonometria Esférica, e Mecânica Racional e Aplicada. Previa-se o ensino de Tática, Estratégia, e Ataque e Defesa de Praças, mas isso se dava somente de forma teórica.[59]

Ademais, o tempo de formação dos oficiais era distinto, menor para infantes e cavalarianos, maior para artilheiros e engenheiros. Entendia-se que os primeiros apenas necessitavam de "*conhecimentos elementares de Matemática e de técnica profissional*", já para

---

[55] MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução da formação militar: escolas e reformas no ensino do EB. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 330.

[56] Inicialmente foi denominada Real Academia Militar; com a Independência, Imperial Academia Militar; após a abdicação de D. Pedro I, Academia Militar da Corte; e, em 1839, Escola Militar. Conforme: ACADEMIA Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Resende: Ipsis, 2011. p. 36-37.

[57] MOTTA, 1998, p. 21.

[58] VALENTE, [1830?], p. 17.

[59] MOTTA, 1998, Quadro nº 1, Evolução curricular entre 1832 e 1850.

os últimos dever-se-ia acrescentar estudos de *"Matemática Superior, de Ciências da Natureza, de Geodésia, de Astronomia, ao lado de estudos profissionais mais desenvolvidos*".[60]

Em 1851, passou-se a dar prioridade de promoção para os alferes que tivessem concluído o curso de formação de sua arma e contassem com determinado tempo de serviço arregimentado. Para não deixar os "tarimbeiros" em desvantagem, foi criado um curso de infantaria e cavalaria no Rio Grande do Sul, composto por disciplinas do primeiro e do quinto anos da Escola Militar, que lhes deveria dar a formação teórica necessária para a promoção.[61]

A formação e instrução dos sargentos, furriéis, cabos, anspeçadas e soldados dava-se geralmente nos corpos de tropa.

Todavia, em determinados períodos houve a instalação de "depósitos de recrutas", destinados a treinar soldados rasos. Em 1823, por exemplo, foram baixadas orientações para a organização de um depósito geral de recrutas de infantaria, a ser constituído na província do Rio de Janeiro. Dentre outras prescrições, previa-se a seleção de instrutores que tivessem conduta irrepreensível e métodos de ensino claros, enérgicos e concisos; a fim de servirem de exemplo aos novos soldados. Também se deveria ler para os recrutas os artigos de guerra, de cinco em cinco dias, para lhes mostrar, o "*quanto horroroso é o crime de deserção, pois aquele que se anima a perpetrá-lo, ofende a Deus, ao Imperador e à Nação*". Estabelecia-se, ainda, ensino todos os dias, por espaço de duas horas, tanto de manhã como de tarde, não se devendo demorar muito tempo em só uma parte do exercício, para não desgostar os recrutas.[62]

Nas referidas orientações, registrou-se também que o ensino se deveria pautar pelos princípios gerais determinados nas partes *"1ª e 2ª do regulamento e instruções dos recrutas, de 7 de agosto de 1820"*. Tratava-se do "Regulamento Beresford", elaborado pelo Marques de Campo Maior, a mando de D. João VI, a fim de normatizar a instrução e os movimentos a serem executados pelos diversos corpos de infantaria, em diversas situações (formaturas, marchas, batalhas, etc.). Dividia-se em três partes: instrução dos recrutas, do pelotão ou companhia, e do regimento ou batalhão.[63]

Porém, a instrução da tropa era também influenciada pelo "Regulamento de 1763", elaborado pelo Conde de Lippe, por ordem de D. José I.[64] Segundo Francisco Ruas Santos, a influência do Conde de Lippe, *" [...] pelo menos como legislador, no Brasil, foi longa e pertinaz, embora só vigorasse aqui, em toda a sua extensão, o regulamento de tática formal e os artigos de guerra, constantes no Regulamento de 1763".*[65]

Na verdade, os regulamentos de Beresford e de Lippe pouco se diferenciavam e refletiam processos de emprego da infantaria que pouco haviam mudado entre a elaboração de um e a redação do outro. A seguir constam algumas prescrições do "Regulamento Beresford":

---

[60] MOTTA, 1998, p. 82.
[61] 1) BRASIL. Decreto nº 772, de 31 de março de 1851. 2) MACHADO, 2015, p. 346.
[62] BRASIL. Decreto de 22 de fevereiro de 1823.
[63] BERESFORD, 1820, passim.
[64] LIPPE. Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-. (Conde de Lippe). **Regulamento para Instruções e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima.** [S.I.]: Secretária de Estado, 1763.
[65] SANTOS, Francisco Ruas. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 176.

a) os recrutas deveriam ser basicamente treinados em movimentos de ordem unida[66] e no manuseio do armamento, aprendendo a obedecer, sem pestanejar, as ordens emanadas por seus comandantes. O objetivo final era que nas formaturas das companhias, batalhões e regimentos houvesse "*rigorosa uniformidade, para exata perfeição de todas as manobras, e movimentos combinados";*[67]

b) os soldados deveriam ser perfeitamente adestrados, pois um deles que "*não souber marchar perfeitamente, desconcertará a sua divisão, e, portanto, influirá a desordem no batalhão, ou em uma extensa linha; o que ainda tem mais graves consequências*". Também deveriam ser conscientizados da *"necessidade da boa ordem, firmeza e silêncio, para que tudo executem deliberadamente, e sem precipitação*";[68]

c) os recrutas deveriam ser inicialmente instruídos individualmente, ou em grupos de três ou quatro, a fim de saberem como minuciosamente proceder quando lhes fossem dadas as ordens de "sentido", "descansar", "direita volver", etc. Também lhes era necessário ensinar os movimentos sequenciais necessários para a realização do tiro, os quais deveriam ser executados mediante comandos (carregar, tirar cartucho, escorvar, etc.);[69]

d) os soldados, depois de considerados aptos na instrução individual, deveriam passar a fazer treinamentos conjuntos em grupos cada vez mais numerosos, ou seja, esquadras, pelotões, companhias e batalhões. Nesta fase, aprenderiam a movimentar-se em linha ou em coluna, passar da formação em coluna para a em linha e vice-versa, aumentar ou diminuir a frente da fração, entre diversas outras evoluções que poderiam ser executadas nos campos de batalha.[70]

Cabe-se salientar que havia também preocupação quanto ao desempenho dos oficiais. Assim, determinava-se que:

> *Todo o oficial deverá ter um inteiro conhecimento de quanto individualmente se exige do recruta, ou soldado. Deverá saber manejar a sua espada, estar habituado a dar as vozes de comando com a energia e exatidão que seja essencialmente necessária. Qualquer oficial que se unir a um regimento, deverá ser examinado pelo comandante, e se não souber praticar os movimentos que pertencem ao soldado, deverá ser mandado exercitar, para que aprenda a sua perfeita execução; e enquanto não tiver inteligência bastante para instruir os seus soldados, não lhe será permitido comandar um pelotão no batalhão.*[71]

A tática da infantaria brasileira também teve como base os regulamentos de Beresford e do Conde de Lippe, que se norteavam por condutas de combate que priorizavam o fogo ao movimento, o emprego de formações rígidas em detrimentos das flexíveis, e a adoção de dispositivos lineares em prejuízo dos profundos, conforme se fazia na Europa, em fins do século XVIII e início do século XIX.

---

[66] Havia também a ordem aberta, na qual os soldados se posicionavam de forma mais espaçada entre si. Raramente era adotada.
[67] BERESFORD, 1820, passim.
[68] Ibid., p. 4, 118.
[69] Ibid., passim.
[70] Ibid., passim.
[71] Ibid., p. 116.

No referido espaço temporal, as tropas geralmente marchavam em formação profunda (em coluna) para o campo de batalha. A cavalaria seguia na frente e na retaguarda, protegendo a infantaria e a artilharia que se deslocavam no centro. Grupos de volteadores eram destacados para também fazer segurança das unidades de infantaria. No local do embate, a infantaria adotava a formação linear (era disposta no centro do dispositivo em duas ou três linhas de batalhões, dentro dos quais os soldados se posicionavam em três fileiras). A cavalaria, por sua vez, era colocada nos flancos. A artilharia, por seu turno, era assentada na frente da primeira linha para apoiar diretamente os batalhões, ou em outros locais de onde pudesse apoiar a manobra geral (vide Esboço I, p. 26).[72]

Em caso de se optar pela ofensiva, a artilharia iniciava as ações lançando fogos a fim de desorganizar o dispositivo adversário. Em seguida, as tropas de infantaria partiam para o assalto, a passo de marcha, para evitar desalinhamentos. Enquanto avançavam, disparavam salvas, a comando, visando atingir a formação inimiga com um volume denso de fogos. Por ocasião das salvas, a tropa fazia alto, a primeira fileira de atiradores ficava de joelhos, a segunda em pé e curvada, e a última completamente em pé, de modo que todos pudessem realizar o disparo simultaneamente. Não havia grande preocupação em se fazer a pontaria, devido à imprecisão do armamento. A cerca de vinte passos do objetivo, os infantes disparavam a última salva, para depois abordarem o inimigo à baioneta. A cavalaria apoiava a infantaria, atacando os flancos do inimigo.

Durante o ataque, os soldados eram obrigados a manter a coesão das fileiras, mesmo sofrendo cerrados fogos do inimigo, o que só era conseguido por tropas altamente disciplinadas e rigorosamente treinadas. O aproveitamento do terreno para abrigar-se não era permitido, pois levaria à desorganização da formação. Os combatentes deveriam permanecer sempre em pé (exceto parte deles, nas salvas), pois somente nessa posição poderiam com presteza preparar a arma para o disparo.

Em caso de se optar pela defensiva, o dispositivo linear também era adotado, pois possibilitava a defesa de frentes extensas. Todavia, tal formação mostrava-se vulnerável a ataques pelos flancos. Dependendo do caso, a tropa poderia fazer uso da proteção de parapeitos, sebes e abatises.[73]

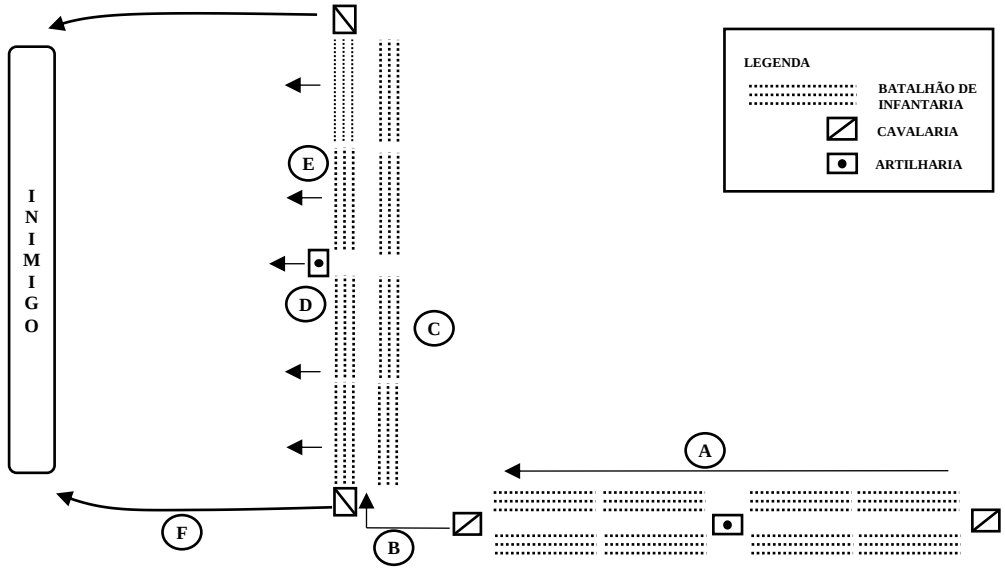
Cabe-se destacar, notadamente a partir da Revolução Francesa, a adoção pela infantaria da formação em quadrado para a defesa de ataques de cavalaria. Também o emprego de grupos de caçadores, que de forma dispersa atacavam as tropas inimigas, a fim de desorganizá-las. Além disso, passou-se a adotar a formação mista, na qual se empregavam conjuntamente batalhões em linha e em coluna, para se obter, ao mesmo tempo, poder de fogo e de choque.[74]

Eram também comuns as lutas em torno de fortalezas. Os defensores, abrigados por muralhas, buscavam repelir o inimigo utilizando-se dos fogos da infantaria e da artilharia. Os atacantes tentavam sobrepujar o adversário lançando assaltos, apoiados pelo fogo de canhões; ou prolongando o cerco, a fim de levar os sitiados a se render por falta de suprimentos.[75]

[72] LACERDA; SAVIAN, 2015, passim.
[73] 1) LACERDA; SAVIAN, 2015, passim. 2) BERESFORD, 1820, p. 166-167.
[74] LACERDA; SAVIAN, 2015, passim.
[75] Ibid.

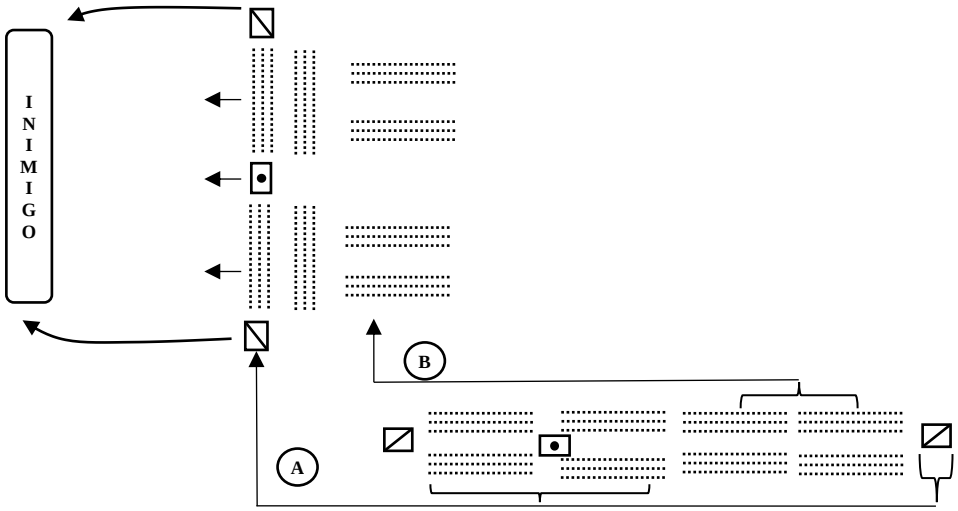
ESBOÇO I - ORDEM LINEAR E MISTA, QUADRADOS E CONVERSÕES

ATAQUE EM FORMAÇÃO LINEAR, A PARTIR DE MARCHA DE APROXIMAÇÃO



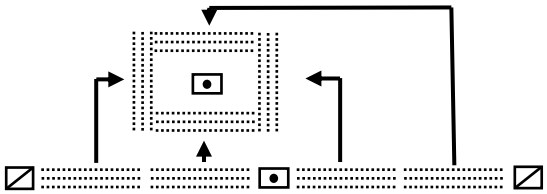
A tropa marchava em colunas (A). Quando chegavam no local do combate, as colunas mudavam de direção e passavam a marchar paralelamente à linha inimiga (B). Estando a tropa alinhada à do inimigo, era ordenado que parasse e que os soldados fizessem um movimento de conversão de base fixa na direção da linha oponente (C). Ficava, desse modo, o exército todo posicionado em linha defronte ao adversário. Em seguida seriam realizados disparos de artilharia para desorganizar o inimigo (D), depois a infantaria e a cavalaria avançavam para definir o embate (E) (F).

ATAQUE EM FORMAÇÃO MISTA, A PARTIR DE MARCHA DE APROXIMAÇÃO

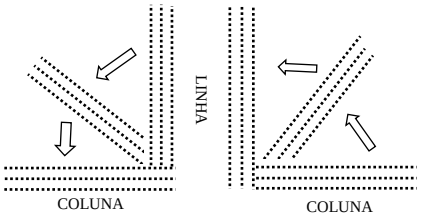


Semelhante a anterior, porém alguns batalhões ficavam em linha (A) e outros em coluna (B), o que proporcionava ao conjunto da tropa poder de fogo e de choque.

FORMAÇÃO EM QUADRADO



CONVERSÕES



Realizando movimentos de ordem unida, a tropa poderia formar quadrados para proteger-se de ataques de cavalaria, e realizar variados tipos de conversões, como as de linha para coluna e vice-versa.

O "Regulamento Beresford", em alguns detalhes diferenciava-se do que acabou de ser exposto. Por exemplo, em relação ao posicionamento dos soldados por ocasião da salva, orientava que os da primeira fileira se ajoelhassem, os da segunda dessem um passo de mediano à direita, e os da terceira dessem um passo completo à direita, de modo que todos pudessem realizar o tiro conjuntamente. No caso dos caçadores, dependendo da situação e estando eles em duas fileiras, todos poderiam ajoelhar, dando-se, evidentemente, espaço para que um não obstruísse o tiro do outro.[76]

Neste contexto, no início da década de 1850, o Exército Brasileiro e sua infantaria seriam destacados para atuar na bacia do Prata, cenário de litígios desde os tempos coloniais.

Boris Fausto explica as intrincadas relações de poder lá estabelecidas:

> *O Vice-Reinado do Rio da Prata não sobreviveu como unidade política ao fim do colonialismo espanhol, nas primeiras décadas do século XIX. Naquele espaço territorial, após longos conflitos, nasceram a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. O nascimento da República Argentina ocorreu depois de muitos vaivéns e guerras, em que se opunham, as correntes unitária e federalista. Os unitários representavam principalmente os comerciantes de Buenos Aires, defendendo um modelo de estado centralizado sob o comando da capital do antigo Vice-Reinado. [...]. Os federalistas reuniam as elites regionais, os grandes proprietários, pequenos industriais e comerciantes mais voltados para o mercado interno. Defendiam o estado descentralizado para que suas rendas fossem garantidas e não se submetessem a impostos estabelecidos pela burguesia comercial de Buenos Aires. O Uruguai nasceu após três anos de luta entre argentinos, brasileiros e partidários da independência. [Depois da independência], as facções dos "blancos" e dos "colorados" disputaram o poder a ferro e fogo. Os "colorados" ligavam-se aos comerciantes e às potências europeias, simpatizando com os ideais liberais. Os "blancos", compostos principalmente por proprietários rurais, herdaram a velha tradição autoritária espanhola e viam com suspeita os avanços das novas potências europeias no país.*[77]

A principal preocupação do Império era a reunificação do antigo Vice-Reinado, na forma de uma república forte, que poderia ameaçar a hegemonia brasileira na região e atrair a simpatia de lideranças da província do Rio Grande do Sul, algumas com ideias separatistas. Assim, o governo brasileiro defendia cabalmente a independência do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia. Paralelamente, buscava fixar fronteiras definitivas com os países da região, e manter a livre navegação na bacia do Prata, vital para que embarcações nacionais chegassem ao Mato Grosso. Para tanto, o Império procurava exercer influência nas disputas políticas que lá ocorriam, particularmente no Uruguai, onde apoiava os *colorados*, mais afinados com os seus interesses.[78]

Na década de 1840, ocorria guerra civil no Uruguai, entre *blancos* e *colorados*, chefiados por Manuel Oribe e Frutuoso Rivera, respectivamente. Juan Manuel Rosas, um "federalista" que governava a província de Buenos Aires, almejando reconstruir o antigo Vice-Reinado, resolveu intervir em favor dos *blancos*. Para isso, enviou tropas para apoiar Oribe.[79]

---

[76] BERESFORD, 1820, p. 50-53, 59.
[77] FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 210.
[78] Ibid., p. 211.
[79] MAIOR. A. Souto. **História do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1968. p. 312.

Rivera, que estava na presidência do Uruguai, resolveu pôr fim à ameaça representada por Oribe. As tropas de ambos "*defrontam-se no Arroyo Grande, em 6 de dezembro de 1842, e batem-se com ousadia. Rivera padece completa derrota. Deixa nas mãos do vencedor artilharia, bandeiras, parque, bagagens e grande número de animais. Muitos oficiais e sargentos prisioneiros são degolados*".[80]

Com a vitória, Oribe passou a ocupar quase todo o território uruguaio. Para consolidar seu poder faltava-lhe apenas a posse de Montevidéu, então governada por Joaquim Suarez, sucessor legal de Rivera. Iniciou, então, um cerco à capital uruguaia, que duraria quase nove anos. Rivera organizou tropas para retomar o controle da situação, mas sofreu nova derrota na Batalha de India Muerta, em 27 de março de 1845. Diante disso, asilou-se no Brasil.[81]

Suarez resistiu ao sítio. Inicialmente contou com o apoio da França e da Grã-Bretanha, que com suas marinhas, por algum tempo, chegaram a bloquear o porto de Buenos Aires. Tais países, que tinham interesses comerciais na região, defendiam a livre navegação na bacia do Prata, a independência do Uruguai e o estabelecimento da paz, o que percebiam estar em risco em razão de medidas tomadas por Rosas. Todavia, em fins da década de 1840, os franco-britânicos chegaram a acordo com Rosas e a ajuda deles a Suarez cessou. Este, então, solicitou ajuda ao governo imperial, que passou a apoiá-lo, a partir de setembro de 1850, com recursos financeiros.[82]

Em meio às lutas, tropas de Oribe e Rosas invadiram terras rio-grandenses, saqueando e roubando gado, a fim de obterem recursos para a campanha que empreendiam. Em represália, o Barão de Jacuí organizou incursões em território uruguaio. Rosas exigiu satisfações do Império pelo que acontecia na fronteira uruguaia-brasileira. Fez isso através de seu embaixador no Rio de Janeiro, Tomás Guido, que procedeu de modo descortês, levando ao rompimento das relações diplomáticas entre o Império e o governo de Buenos Aires.[83]

Em 3 de maio de 1851, D. Pedro II assim expôs seu pensamento acerca do que ocorria:

> *O general Oribe recusou-se a adotar providências que fizessem cessar as violências e vexames que, em virtude de ordens suas, eram e são exercidas sobre as pessoas e propriedades de grande número de brasileiros estabelecidos nas fronteiras do Estado Oriental. O ministro argentino insistiu em tomar a si essa questão, e como lhe não fosse dada a solução que exigia o governador de Buenos Aires, pediu os seus passaportes, que lhe foram concedidos. Por maior que seja o meu desejo de manter a paz, não deixarei de dar aos meus súditos a proteção que lhes devo, nem serei indiferente a acontecimentos que possam prejudicar a segurança e tranquilidade futura do Império, tendo sempre por um dever respeitar a independência, as instituições e a integridade dos Estados vizinhos, e nunca me envolver de modo algum em seus negócios internos.*[84]

---

[80] FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. p. 35

[81] Ibid., p. 37.

[82] MAIOR, 1968, p. 312.

[83] 1) HISTÓRIA do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Rio de Janeiro/Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972. p. 547. 2) SILVA. Gláucio Érico de Almeida. A Ação militar da Independência até a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 160.

[84] FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 454-455.

Entrementes, o governo brasileiro recebeu informações de que o Congresso de Províncias havia autorizado Rosas a tomar providências para anexar o Paraguai.[85]

Em razão do que se sucedia, o Império resolveu intervir militarmente. Para isso empenhou-se em formar uma aliança, que se materializou em 29 de maio de 1851, tendo como membros o Brasil, o governo de Montevidéu e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Essas eram governadas, na ordem, por José de Urquiza e Benjamín Virasoro, "federalistas", que se haviam desentendido com Rosas.[86]

O objetivo inicial seria enviar tropas para o Uruguai, tendo em vista derrotar Oribe e, assim, dar fim ao sítio a Montevidéu. Depois, as mesmas forças seguiriam para Buenos Aires, para apear Rosas do poder.

Luís Alves de Lima e Silva, conde de Caxias, foi encarregado de organizar a campanha terrestre, que seria apoiada por uma Divisão da Marinha imperial, comandada pelo inglês John Grenfell.

Dando início às operações, Grenfell deslocou-se para o rio da Prata. Paralelamente, Caxias passou a concentrar tropas na fronteira com o Uruguai, em Sant'Ana do Livramento, Jaguarão e Quaraí. Essas forças deram origem a quatro divisões, além de unidades de artilharia (conforme Quadro VIII, p. 30). O efetivo perfazia 16.200 homens (6.500 de infantaria, 8.900 de cavalaria e 800 de artilharia, com 23 "bocas de fogo").[87] Em relação às unidades de infantaria, cabe-se destacar que Caxias as denominou "batalhões de infantaria", não fazendo distinção entre as que eram de fuzileiros e de caçadores. Dentre os batalhões, havia um formado por mercenários alemães, o nº 15.[88]

Além dessa força, em números estimados, os aliados contavam com quatro mil "colorados", sitiados em Montevidéu; 7.500 homens de Virasoro, em reserva na localidade de Diamante; e 10 mil combatentes de Urquiza, prontos para partir de Entre Ríos (entre estes estavam tropas uruguaias, sob comando de Eugenio Garzón).[89]

Pelo outro lado, Oribe teria cerca de 12 mil homens, a maioria cercando Montevidéu (os demais vigiavam o rio Uruguai e a fronteira brasileira); e Rosas poderia mobilizar aproximadamente 46 mil combatentes, a maioria nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé.[90]

Tendo em vista dar início as ações, Caxias enviou o tenente-coronel Manuel Luís Osório, comandante do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, para fazer ligação com Urquiza. Desse contato resultou um plano de operações conjunto. Foi acordado que Urquiza atravessaria o rio Uruguai, seguiria paralelamente à fronteira brasileira, e juntar-se-ia às forças de Caxias nas proximidades da confluência dos rios Negro e Taquarembó. Dali, todas as tropas aliadas seguiriam para combater o grosso das forças de Oribe, nas proximidades de Montevidéu.[91]

---

[85] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 547.
[86] 1) MAIOR, 1968, p. 313. 2) O Império também firmou acordos com o Paraguai e a Bolívia, que não participaram das ações armadas.
[87] DUARTE, Paulo de Queiroz. **Sampaio**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. p. 173-174.
[88] Ibid., p. 173.
[89] 1) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 549. (Sitiados em Montevidéu). 2) FRAGOSO, v.1, 2009, p. 52. (Forças de Virasoro). 3) TITÁRA, Ladisláo dos Santos. **Memorias do Grande Exército Alliado Libertador do Sul da America**. [Porto Alegre?]: Typographia de B. Berlink, 1852. p. 87 (Forças de Urquiza).
[90] 1) DUARTE, 1988, p. 178. (Tropas de Oribe). 2) TITÁRA, 1852. p. 166. (Tropas que poderiam ser mobilizadas por Rosas).
[91] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1971, p. 550.

QUADRO VIII - TROPAS BRASILEIRAS, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1851[92]

1ª Divisão Brigadeiro Manuel Marques de Sousa	1ª Brigada	Batalhão de Infantaria nº 8
		Batalhão de Infantaria nº 11
		2º Regimento de Cavalaria Ligeira
	3ª Brigada	3º Regimento da Guarda Nacional – Bagé
		4º Regimento de Cavalaria Ligeira
	10ª Brigada	Batalhão de Infantaria nº 3
		Batalhão de Infantaria nº 5
		Batalhão de Infantaria nº 14
		Companhia do Corpo das Dores
2ª Divisão Brigadeiro João Frederico Caldwell	2ª Brigada	Batalhão de Infantaria nº 2
		Batalhão de Infantaria nº 6
		Batalhão de Infantaria nº 13
	5ª Brigada	3º Regimento de Cavalaria Ligeira
		4º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional - São Borja
	6ª Brigada	Batalhão de Infantaria nº 4
		Batalhão de Infantaria nº 12
	7ª Brigada	1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional
		Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Itaqui
3ª Divisão Brigadeiro José F. dos Santos Vieira	4ª Brigada	2º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional
		Corpo da Guarda Nacional - Rio Pardo
		Esquadrões Provisórios (dois)
		Corpo da Guarda Nacional - Encruzilhada
	8ª Brigada	Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Jaguarão
		Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Pelotas
		Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Piratini
		Esquadrão - Boqueirão
	9ª Brigada	Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional - Rio G.do Sul
		Batalhão de Infantaria nº 7
		Batalhão de Infantaria nº 15 (alemães)
		Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Rio Grande
		Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - S. José do Norte
4ª Divisão Brigadeiro David Canavarro	11ª Brigada	2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Alegrete
		Corpo da Guarda Nacional - São Gabriel
	12ª Brigada	1º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Alegrete
		3º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional - Uruguaiana
		Corpo de Voluntários da Guarda Nacional
Artilharia	1º Regimento de Artilharia a Cavalo e Bateria de Foguetes à Congreve	
	2º Regimento de Artilharia a Cavalo (prussiano)	
	1º Batalhão de Artilharia	

[92] TITÁRA, 1852, p. 110-114.

Caberia à Divisão naval brasileira bloquear o rio da Prata, a fim de evitar possíveis ligações entre as tropas de Oribe e Rosas.[93]

Em 18 de julho de 1851, Urquiza transpôs o rio Uruguai, marchou para leste e rapidamente chegou ao local onde os aliados fariam a junção de tropas. No caminho, em vez de resistências, recebeu adesões de partidários de Oribe. Assim, o efetivo de suas forças aumentava e o das tropas adversárias se reduzia.

A tropa brasileira deslocava-se de forma mais lenta. Isso se explica por ser a força de Urquiza formada por cavalaria ligeira, irregular, típica dos pampas, que levava pouca impedimenta; já a de Caxias era um exército regular, com toda a parafernália prevista. A marcha dos brasileiros ainda foi dificultada por intenso frio e copiosas chuvas, pelo estado da cavalhada e boiada prejudicados pelo mau tempo, e pela falta de equipagem de pontes que facilitasse a travessia de rios caudais.[94]

Em desacordo com o plano, Urquiza resolveu não esperar as tropas brasileiras e por conta própria decidiu enfrentar Oribe. As razões disso foram reveladas por Domingo Sarmiento, argentino que o acompanhava:

> *Tinham estipulado com o Exército Brasileiro, como era natural, a ordem das marchas recíprocas até se operar a reunião das forças aqui coligadas. Os brasileiros estavam mais expostos à demora do que a avanço com relação ao tempo indicado, pois tinham um exército de 16.000 homens, com trens pesados e bagagens de um exército de linha e empreendiam uma campanha séria. Urquiza aproveitou-se dessa circunstância e forçou as suas marchas, para se apresentar diante de Oribe quatro dias antes da chegada dos brasileiros. Assim procedendo nada arriscava; seus cavaleiros poderiam retrair-se para o lado dos mesmos brasileiros, se acaso fossem atacados; o próprio Oribe renunciaria a qualquer tentativa inútil desse gênero, porque as tropas da praça estavam à retaguarda, e os brasileiros se apresentariam dentro de três a quatro dias.*[95]

De fato, Urquiza nada tinha a perder se seguisse na vanguarda. Se as ações lhe fossem favoráveis, ficaria com o prestígio de ter sozinho derrotado Oribe; caso contrário, recuaria e juntaria suas forças às imperiais, para nova investida.

De todo modo, Urquiza defrontou-se com Oribe nas proximidades de Montevidéu. Após algumas escaramuças, Oribe capitulou, em 10 de outubro, por perceber que não tinha condições de fazer frente às tropas que lhe vinham de encontro. Urquiza imediatamente aceitou a rendição, sem consultar os aliados.

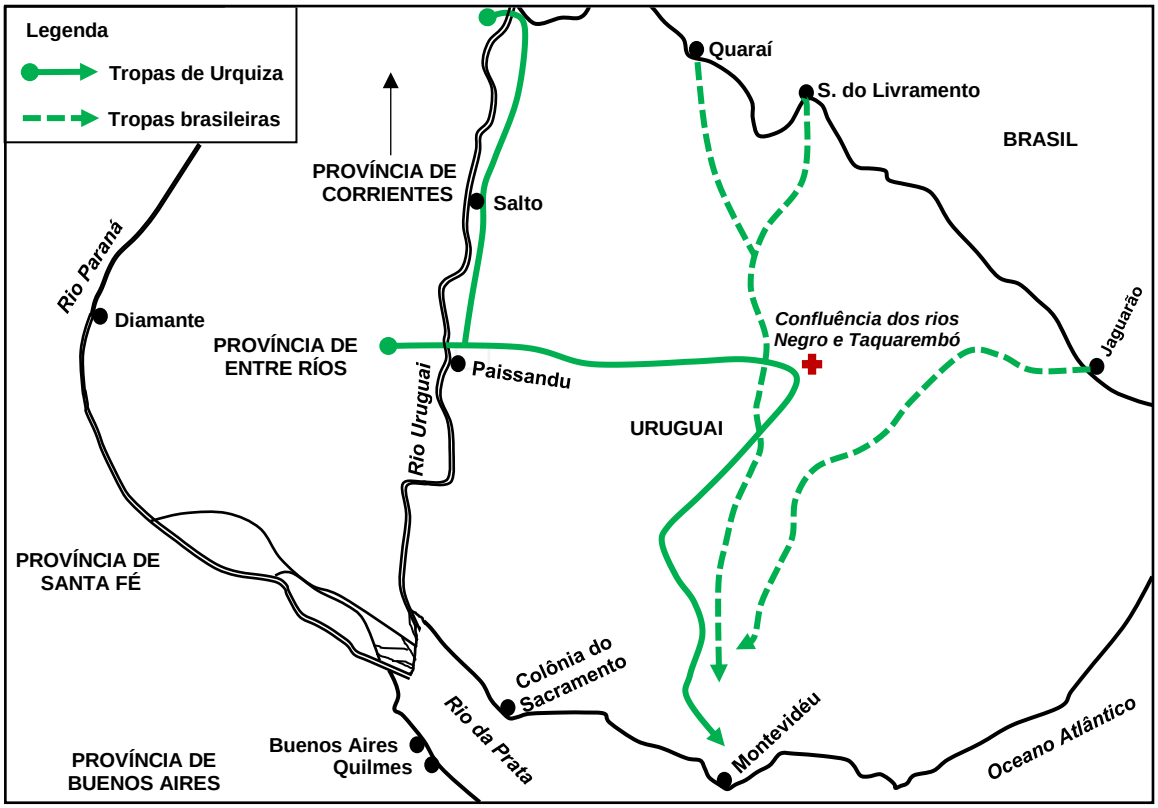
Pelo acordo, Oribe permaneceu em liberdade e sua tropa foi desfeita. Parte dessa acabou incorporada às forças aliadas (oficiais que isso desejassem e 3.800 praças).[96]

A campanha, porém, não estava encerrada. Faltava tirar Rosas do poder.

---

[93] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 550.
[94] DUARTE, 1988, p. 173.
[95] Apud FRAGOSO, v.1, 2009, p. 53.
[96] TITÁRA, 1852, p. 106.

ESBOÇO II – CAMPANHA CONTRA ORIBE[98]



Em 14 de outubro, Caxias e Urquiza reuniram-se para concertar plano a isso destinado. Após outras conferências entre autoridades aliadas, decidiu-se, em 21 de novembro, que:

> *[...] o objeto da ação material era libertar o povo argentino da opressão do referido tirano [Rosas] e auxiliá-lo para que se organizasse livre e solidamente. Urquiza tomaria a direção da campanha. O Brasil proporcionaria um contingente de 3.000 homens, um regimento de cavalaria e duas baterias de artilharia. A sua esquadra colaboraria nas operações a juízo de seu respectivo chefe. O grosso do seu exército permaneceria em ponto conveniente da costa do Uruguai, mas poderia passar para o teatro de operações, se os sucessos da guerra assim o exigissem. O Brasil ministraria ainda, como empréstimo, aos estados de Entre Ríos e Corrientes, a quantia de 100.000 patacões durante o prazo de quatro meses. Forneceria duas mil espadas e proporcionaria os suprimentos de armas e munições de guerra que lhe fossem requisitados. Urquiza, por seu lado, devia fornecer os cavalos necessários aos corpos de cavalaria do contingente imperial. O Estado Oriental concorreria com uma força de 2.000 homens e uma bateria de seis bocas de fogo.*[98]

Para acompanhar as tropas de Urquiza, agora denominadas "Grande Exército Libertador da América do Sul", foi destacada a 1ª Divisão, comandada pelo brigadeiro Manuel Marques de Sousa, que passou a ser chamada "Divisão Auxiliadora Brasileira". Sua composição encontra-se no Quadro IX (p. 33).

[97] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.
[98] FRAGOSO, v.1, 2009, p. 54-55.

QUADRO IX - COMPOSIÇÃO DA DIVISÃO AUXILIADORA BRASILEIRA[99]

Comandante: brigadeiro Manuel Marques de Sousa		
Comandante da 1ª Brigada: coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto Comandante da 2ª Brigada: coronel Feliciano Antônio Falcão		
Unidade	Comandante	Efetivo
Batalhão nº 5 de Infantaria	Major Manoel Lopes Pessegueiro	510
Batalhão nº 6 de Infantaria	Tenente-Coronel Luiz José Ferreira	600
Batalhão nº 7 de Infantaria	Tenente-Coronel João Guilherme Bruce	490
Batalhão nº 8 de Infantaria	Major Carlos Resin	549
Batalhão nº 11 de Infantaria	Tenente-Coronel Francisco V. M. Albuquerque	529
Batalhão nº 13 de Infantaria	Tenente-Coronel Martinho B.F. Tamarindo	452
2º Regimento de Cavalaria	Tenente-Coronel Manuel Luís Osório	550
1º Regimento de Artilharia	Major Joaquim José Gonçalves Fontes	200
Baterias de Foguetes à Congreve		
TOTAL		3.880
Obs.: atiradores alemães, armados com fuzis *Dreyse*, reforçavam a infantaria.		

Dando início à execução do plano, forças aliadas deslocaram-se, sob comando de Urquiza, para Diamante, na província de Entre Ríos (navios brasileiros transportaram a artilharia e a infantaria até o rio Uruguai). Em Diamante, deveriam aguardar a Divisão naval brasileira, que transportaria a Divisão de Marques de Sousa, e depois as auxiliaria na transposição do rio Paraná. Em seguida, os aliados rumariam para Buenos Aires, margeando o referido curso de água. Caxias partiu para Colônia do Sacramento com o restante das tropas imperiais. Nesse local aguardaria o desenrolar das ações. Se essas fossem desfavoráveis a Urquiza, atravessaria o rio da Prata, desembarcaria em Quilmes e buscaria atacar as forças de Rosas pela retaguarda.

Em 17 de dezembro, quando se deslocava para Diamante, a Divisão naval se chocou com posições fortificadas de Rosas, no passo do Tonelero. Ladislau Titára descreve o embate:

> *[...] ao avançar [a Divisão naval], pouco depois do meio-dia, pelo passo do Tonelero onde o general Mancilla, havia tempos, se achava fortificado com 16 peças de grosso calibre, e fornalhas para balas ardentes, sendo as ditas peças guarnecidas por dois batalhões de infantaria, e mais um esquadrão de artilharia, e outro de carabineiros, além da grande força de cavalaria em reserva; rompeu de terra, a meio tiro de fuzil, um fogo tão vivo de artilharia, balas ardentes, e fuzilaria, que se não pode imaginar. Os navios brasileiros responderam imediatamente com tiros de metralha, e fuzil, mandando o comandante em chefe Grenfell, para baixo da coberta, a força de terra, que neles ia, isto contra a vontade de todos os praças, restando sobre a tolda somente os comandantes, e oficiais, porque pediram, e se lhes facultou, permanecerem em cima, e ter partilha nos perigos: felizmente nenhum dano sofreram estes, nem aqueles.*

[99] TITÁRA, 1852, p. 163-164.

Prossegue:

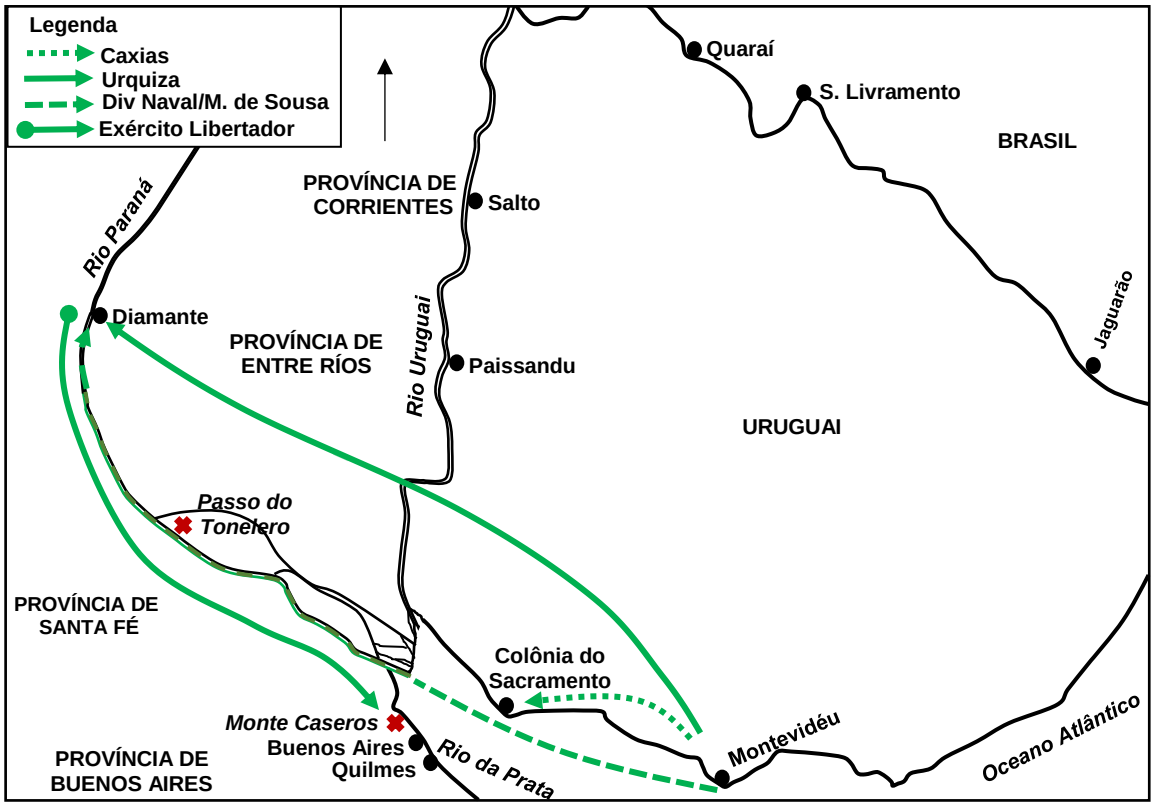
> *O fogo de artilharia, e fuzilaria perdurou cerca de uma hora, e com o maior encarniçamento; porém a Divisão naval brasileira, colhendo mais um louro imurxável [sic], e grandioso, forçou denodada o difícil passo, havendo zombado da tenaz oposição do inimigo, a quem causou a perda de vários mortos, e mais de dezenove feridos; só tendo, entretanto, a lamentar a morte de três praças da Esquadra, e sete feridos.*[100]

Em 8 de janeiro de 1852, com a ajuda da Divisão naval, as tropas aliadas terminaram a transposição do rio Paraná. Rumaram, então, para Buenos Aires, sem encontrar resistência de vulto. O único contratempo foi a deserção de 500 portenhos e santafesinos, que se bandearam para o lado de Rosas (haviam antes servido a Oribe). Entrementes, Caxias fazia reconhecimentos no rio da Prata, tendo em vista ultimar planos para possíveis ações.[101]

Enquanto isso, Rosas buscava concentrar tropas no arroio Morón, em Caseros (ou Santos Lugares). Em 2 de fevereiro, as tropas aliadas chegaram a esse local e iniciaram os preparativos para a batalha. Marques de Sousa descreve como isso se deu:

> *Depois das penosas marchas que fizemos, pelo centro de uma campanha estéril e balda de recursos, sofrendo a sede, o calor, a fadiga, e um milhar de outros contratempos, chegamos no dia 2 do corrente à vista do inimigo, que se achava colocado sobre a coxilha, situada à margem oriental do arroio das Conchas, no lugar denominado Ponte de Marques.*

ESBOÇO III – CAMPANHA CONTRA ROSAS[102]



[100] Ibid., p. 151.
[101] Ibid., p. 158.
[102] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

Prossegue:

Supondo a sua posição nesse lugar tivesse muita vantagem sobre nós, por que dominava a ponte sobre a qual tinha de desfilar o Exército; contudo o inimigo a desamparou depois de um pequeno tiroteio de guerrilha com as avançadas da nossa vanguarda. Desassombrado o campo, fez alto o Exército, e acampou sobre a coxilha desocupada pelo inimigo. Entregues ao prazer de uma vitória certa cuidamos todos em aumentar os preparativos para o combate no dia seguinte. Por essa ocasião tive ordem do general em chefe para incorporar à força, que V. Ex. [Caxias] confiou ao meu comando, o corpo de artilharia de D. José Maria Piran, com 21 bocas de fogo de vários calibres, mais três batalhões de infantaria de Buenos Aires, que pertenceram ao Exército do general Oribe, e dos quais tinha em comando em chefe o coronel D. Mathias Rivero. [103]

O efetivo dos contendores na batalha que ocorreria no dia seguinte consta no quadro abaixo.

QUADRO X – EFETIVO DAS TROPAS NO COMBATE DE MONTE CASEROS[104]

ALIADOS				
Brasil	Brigadeiro Marques de Sousa	Infantaria	3.130	3.880
		Cavalaria	550	
		Artilharia	200	
Entre Ríos	Brigadeiro-General José de Urquiza	Infantaria	850	10.650
		Cavalaria	9.370	
		Artilharia	430	
Corrientes	General Benjamín Virasoro	Infantaria	710	5.260
		Cavalaria	4.420	
		Artilharia	130	
Uruguai	Coronel Cezar Diaz	Infantaria	1.770	1.970
		Cavalaria	-	
		Artilharia	200	
Buenos Aires	Coronel Miguel Galán	Infantaria	1.720	3.735
		Cavalaria	1.805	
		Artilharia	210	
Subtotal		Infantaria	8.180	25.495
		Cavalaria	16.145	
		Artilharia	1.170	
Trens, parques, etc.				2.000
TOTAL GERAL				27.495
ROSAS				
Infantaria				8.000
Cavalaria				13.000
Artilharia				1.000
TOTAL GERAL				22.000

[103] SOUSA, Manoel Marques. Parte de combate ao Conde de Caxias. Quartel-General da Divisão Auxiliadora Brasileira, Palermo, 4 de fevereiro de 1852. In: TITÁRA, 1852, p. 283.
[104] TITÁRA, 1852, p. 163. Esse autor soma em 4.020 o efetivo brasileiro, o que não está de acordo com o número de infantes, cavalarianos e artilheiros que registrou, ou seja, 3.880.

Por ocasião do combate, Rosas posicionou suas tropas no alto de uma coxilha, formando uma extensa linha que se estendia de Santos Lugares até Caseros. No centro, dispôs sua artilharia e tropas de infantaria; nas alas, forças de cavalaria. Estabeleceu seu posto de comando na ala direita, onde existiam casas de soteia e um grande pombal (palomar), os quais foram fortificados com paliçadas e fossos, e guarnecidos por atiradores e peças de artilharia. Cabe mencionar que havia um banhado na frente de parte da ala direita do dispositivo de Rosas, constituindo-se em obstáculo para a progressão de tropas (Esboço IV, p. 38).[105]

Urquiza dispôs seus comandados também em linha, de forma oblíqua em relação ao dispositivo do inimigo. No centro, posicionou a infantaria e a artilharia lideradas por Marques de Sousa (brigadas Falcão, Felix Pinto e Rivero, mais 32 peças de artilharia e quatro obuses de foguetes à Congreve). Na ala direita, ao lado da tropa brasileira, colocou forças sob comando de Anacleto Medina (infantaria argentina, sob comando de Miguel Galán, apoiadas por duas baterias de artilharia; mais uma divisão de cavalaria de Juan Madariaga, e outra divisão de cavalaria do próprio Medina). Na extrema direita, dispôs numerosa tropa de cavalaria, comandada pelo próprio Urquiza (divisões La Madrid e Galarza), que deveria ficar em reserva, mas pronta para realizar ações decisivas sobre o flanco e a retaguarda do adversário (o regimento de Osório fazia parte da Divisão La Madrid). Na ala esquerda, ao lado da tropa brasileira, colocou a infantaria uruguaia, sob comando de Cezar Diaz, apoiada por seis peças de artilharia; e mais tropas de cavalaria, sob comando de Juan Pablo Lopez (uma divisão de cavalaria do próprio Lopez, e outras duas comandadas por Abalo e Urdinarrian). Na extrema esquerda, destacou tropa de cavalaria, comandada por Benjamín Virasoro, destinada a ficar em reserva ou, se fosse o caso, a desencadear ações decisivas sobre o flanco e a retaguarda do inimigo.[106]

Pelo dispositivo adotado constata-se que Urquiza pretendia realizar um duplo desbordamento, ou seja, com as tropas do centro fixaria o inimigo, e com as cavalarias de ambas as alas atacaria seus flancos e retaguarda.[107]

Todavia, Urquiza mudou de plano, provavelmente em virtude do terreno alagadiço que protegia parte da ala direita de Rosas. Optou por concentrar o grosso das forças destinadas a flanquear o inimigo na ala direita do dispositivo aliado, e com estas atacar o flanco esquerdo e a retaguarda de Rosas. As tropas de Virasoro, em consequência, mudaram-se da ala esquerda para a da direita. No entanto, permaneceram na ala esquerda tropas de cavalaria em condições de investir, embora com menos intensidade, sobre o flanco direito e retaguarda de Rosas.[108]

As ações iniciaram por volta das 6h, quando tropas aliadas, na área alagadiça, realizaram um ataque diversionário sobre a ala direita inimiga, tendo em vista atrair a atenção de Rosas para esse setor. Tal investida foi rechaçada. [109]

[105] TITÁRA, 1852, p. 168-170.
[106] Ibid.
[107] Ibid.
[108] Ibid.
[109] Ibid.

Por volta das 8h, Rosas ordenou a artilharia que disparasse contra o inimigo. A artilharia aliada foi colocada em posição para responder, mas logo se ordenou que retraísse, por ter ficado vulnerável, já que os fogos da oponente mostravam ter alcance superior aos dela.[110]

Entre 8 e 9h, Urquiza percorreu as fileiras aliadas comunicando a mudança de plano. Caberia à tropa de Marques de Sousa atacar o centro do dispositivo inimigo; à infantaria uruguaia de Cezar Diaz, a ala esquerda; e à infantaria argentina de Miguel Galán, a ala direita. Enquanto isso, ele próprio, com o grosso aliado, lideraria ataque no flanco esquerdo e na retaguarda das tropas de Rosas. Alertou, também, que a tropa brasileira deveria iniciar sua ação logo depois que a infantaria de Miguel Galán iniciasse movimentação.[111]

Urquiza atacou por volta das 11h. Marques de Sousa, conforme ordens que recebera, aguardou a movimentação de Galán. Como essa não ocorria e percebendo que Cezar Diaz e a cavalaria de Urdinarrian já avançavam, resolveu também lançar suas tropas ao ataque (Galán ficou esperando ordens de Urquiza para avançar, as quais não lhe chegaram).[112]

A infantaria brasileira avançou em colunas, apoiadas por artilharia e precedidas por linhas de atiradores alemães dotados de fuzis *Dreyse*. Logo assumiu a dianteira e, mesmo sendo alvo de intensos fogos, seguiu resolutamente até as casas de soteia e o pombal, dos quais se apossou após árdua luta. Rosas, dali pouco antes se havia retirado, em face da movimentação aliada que o cercava.[113]

Ladislau Titára detalha a tomada do ponto forte de Rosas:

> *Aquela 1ª Brigada brasileira, que ia de proteção à oriental, e a 2ª ao mando do coronel Feliciano Antônio Falcão, ora brigadeiro, chegaram quase a um tempo, às casas da soteia, tendo avançado por terrenos irregulares, e atravessado um banhado, que era como a 300 braças da frente da posição, a que as colunas se conduziam, até que a 1ª Brigada ocupara a frente da entrada do lado de oeste, praticada no valo que fecha a frente dos edifícios de Monte Caseros; e por aí penetrou, transpondo dois batalhões da 2ª Brigada o mesmo valo, quando já o então comandante do Batalhão n° 11 de Infantaria ligeira, atualmente 10º do Exército, o tenente-coronel Francisco Victor de Mello e Albuquerque, se havia adiantado com os atiradores, sendo tal a rapidez, com que investira, que foi ele o primeiro, que transpondo aquele profundo valo, onde este circulava a casa da soteia, e onde a afronta era maior, porquanto mui bem acastelados os contrários, se ostentavam com alta pertinácia, os acometera, e desalojara, à baioneta calada, socorrido oportuna, e prontamente por uma descarga tremenda, desfechada por ordem do digno comandante da 1ª Brigada coronel Francisco Felix, que, à testa de toda ela, havia avançado a marche-marche, e galgado assim aquela fortificação. [...]. Por tal modo assenhoraram-se as tropas brasileiras da posição mais importante, e mais defendida, a despeito da coragem, com que o adversário ainda procurou sustentar-se, pois a intrepidez, e sangue frio dos assaltantes fez desaparecer esse resto da valor, que a presença do bárbaro Rosas, comandando em pessoa o seu exército, ainda lhe inspirava, mas que esvaeceu-se logo que ele com a fuga procurou salvação, nada conseguindo a inútil pertinácia de uma pequena parte de seus infantes, que ainda insistiram, por mais de quinze minutos, em bater-se com bravura digna de melhor causa.*[114]

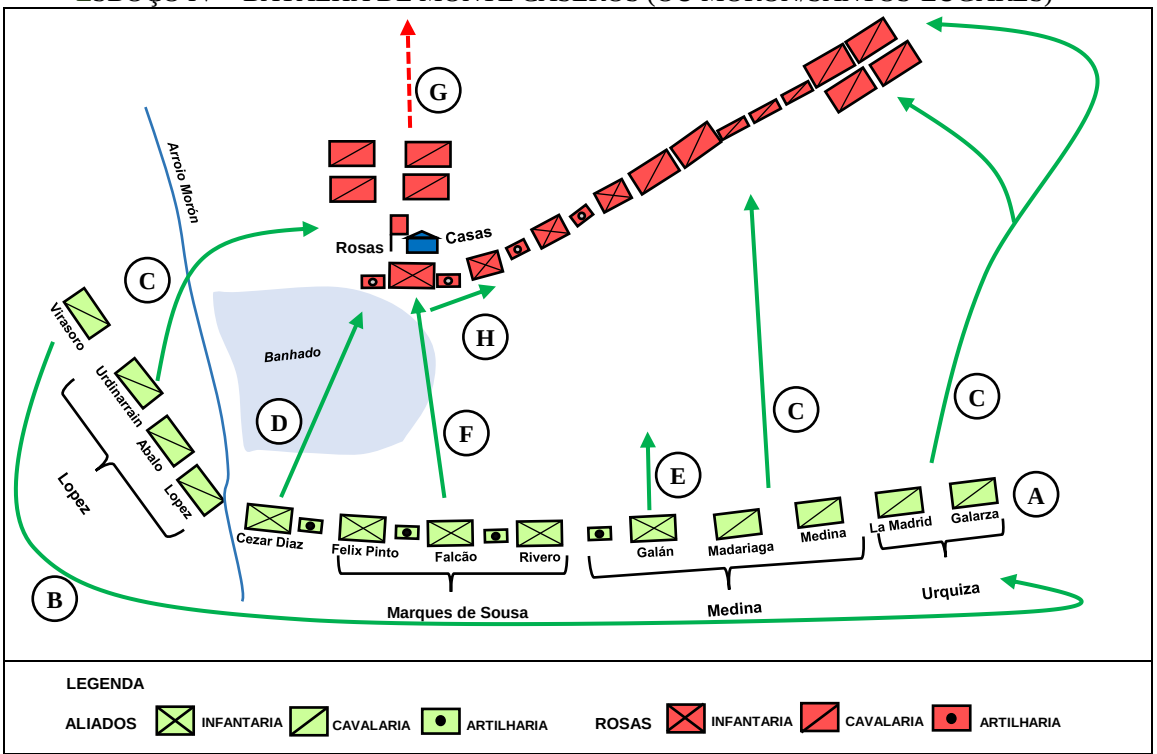
[110] Ibid.
[111] Ibid.
[112] Ibid.
[113] Ibid. Parte do Batalhão nº 15, de alemães, foi incorporada à tropa de Marques de Sousa.
[114] Ibid., 1852, p. 172-173.

Consolidada a conquista da posição, a infantaria brasileira convergiu para o centro do campo de batalha, desmantelando posições de artilharia. Entrementes, os batalhões portenhos postos a comando de Marques de Sousa, se haviam apossado de parte do centro da linha inimiga, pondo em fuga os que a defendiam. Em desacordo com o previsto, a infantaria de Galán não avançou, o que na parte inicial do combate deixou perigosamente exposto o flanco direito das tropas comandadas por Marques de Sousa.[115]

Por volta das 13h, a batalha havia terminado. As tropas de Urquiza e Urdinarrian, que atacaram os flancos e a retaguarda, também obtiveram sucesso, obrigando os oponentes a abandonar a área de combate.[116]

As baixas aliadas foram por volta de quatrocentas. As das forças de Rosas, cerca de quatro vezes mais. Além disso, os aliados fizeram aproximadamente sete mil prisioneiros, e capturaram numerosa cavalhada e quase todo o material bélico que dispunha o inimigo.[117] O restante das tropas de Rosas se dispersou e os que se rendiam preferiam fazê-lo aos "com calças" (os brasileiros), pois temiam represálias dos seus conterrâneos, que usavam chiripá.[118]

ESBOÇO IV – BATALHA DE MONTE CASEROS (OU MORÓN/SANTOS-LUGARES)[119]



Ordem inicial das tropas aliadas (A). Virasoro recebe ordens de Urquiza para reforçar a extrema direita (B). Cavalaria Aliada ataca (C). Infantaria uruguaia avança (D). Infantaria de Galán hesita em avançar sem receber ordens de Urquiza (E). Tropas de Marques de Sousa assumem a dianteira e atacam o posto de comando de Rosas e as casas de soteia (F). Rosas retira-se do campo de batalha (G). Tropas de Marques de Sousa, após se apossarem das casas de soteia, atacam o centro do dispositivo do inimigo, derrotando as forças que ali se encontravam (neste momento, os cavalarianos aliados dispersavam os de Rosas) (H).

[115] 1) TITÁRA, 1852, p. 168-178. 2) BARROSO, v.1, 2009, p. 181-185.
[116] TITÁRA, 1852, p. 168-170.
[117] 1) TITÁRA, 1852, p. 177. 2) CUESTAS, Juan Lindolfo. **Páginas sueltas**. Tomo II. Montevideo: Dornaleche y Reyes, 1898. p. 33.
[118] TITÁRA, 1852, p. 177-178.
[119] 1) TITÁRA, 1852, p. 163. 2) ALENCASTRO, Antonio Pedro de. Plano de Batalha de Morón. Desenho a nanquim.1852. Acervo da Biblioteca Nacional. Há divergências entre as fontes consultadas.

No quadro abaixo encontra-se parte do relatório de Marques de Sousa, enviado ao Conde de Caxias, acerca do combate que tomara parte.

QUADRO XI: TRECHO DO RELATÓRIO DE MARQUES DE SOUSA ACERCA DA BATALHA DE MONTE CASEROS [120]

Na qualidade de comandante da primeira Divisão do Exército Brasileiro, nada me pode ser tão satisfatório como a honra que hoje me cabe de levar ao conhecimento de V.Ex.ª o brilhante feito das armas desta Divisão na gloriosa batalha campal que na província de Buenos Aires, junto ao povo de Morón, quatro léguas distante da capital, teve lugar no dia 3 do corrente. Este dia, Exm. Sr., tornou-se memorável para o Brasil inteiro; [..]. Uma parte do Exército Brasileiro reunida em nobre aliança ao do valente general Urquiza, derramando seu sangue nos campos de Morón pela Liberdade de um povo inteiro, adquiriu para o nosso Exército honra, glória e reputação. Desculpe V.Ex.ª este pequeno prelúdio filho do entusiasmo de quem viu brilharem nossos soldados no meio de 50 a 60 mil homens, que se bateram desapiedadamente.[...]. No dia 3, às 4 horas e 30 minutos da manhã, principiamos a marchar para o campo de Batalha, e às 5 horas e 30 minutos avistamos o inimigo colocado em uma posição eminentemente militar, não só por dominar todas as alturas que podiam ser por nós ocupadas, como também por se achar senhor de duas casas de soteia, onde entrincheirou três batalhões de infantaria, tendo, além disso, a sua direita apoiada por um forte banhado. Não obstante esta superioridade, o Exército tomou a formatura conveniente, ocupando as forças de meu comando o centro da linha de batalha. Às 6 horas e 15 minutos principiou o combate à nossa esquerda pelo fogo de fortes guerrilhas, na qual teve parte o Segundo Regimento de Cavalaria Ligeira, como adiante mencionarei, com o fim de chamar a atenção do inimigo para o seu flanco direito, enquanto se operava o movimento que, segundo as ordens do general comandante do Exército, deviam fazer algumas colunas de cavalaria sobre a retaguarda e flanco esquerdo da linha do inimigo. Acossada por força maior, retirou-se a nossa guerrilha, repassando o banhado, em que estava apoiada a nossa esquerda. Tendo às 8 horas da manhã feito o inimigo jogar sua artilharia sobre nossa linha, mandei imediatamente responder-lhe pelas nossas baterias, reconhecendo, porém que os tiros eram ineficazes nesta distância, atenta a diferença de calibre, fiz cessar o fogo, e retirar a bateria, para não ficar exposta inutilmente. Das 8 às 9 horas o general em chefe do Exército aliado, percorrendo da direita para a esquerda a nossa linha de batalha, deu vivas à S. M. o Imperador e à Nação brasileira, e preveniu-me de que tinha mudado de plano, e ordenou-me que atacasse o centro da linha inimiga, logo que sentisse os movimentos da infantaria, que ficava à minha direita ao mando do coronel Galán, devendo a Divisão oriental carregar sobre o flanco direito, e a Brigada argentina, sobre o esquerdo da mesma linha inimiga. Dispus as forças para este movimento, e só depois das 11 horas, é que a general Virasoro, ponderando-lhe eu a demora, que havia em hostilizar o inimigo, respondeu-me que o general em chefe estava naquele momento acometendo o flanco esquerdo e retaguarda do inimigo, e que a Divisão oriental ia avançar pelo flanco direito. Logo que vi esta Divisão pôr-se em movimento, entendi que, além de outras providências a tomar, a devia proteger, por se dirigir ao ponto mais forte: mandei avançar a artilharia para lugar de onde pudesse bater o inimigo, e distrair seus fogos sobre aquela Divisão. À Primeira Brigada determinei que avançasse em auxílio dos orientais, no entretanto que eu à testa da Segunda o fazia de frente sobre a dita posição. Este movimento arriscadíssimo teve um brilhante êxito; a Divisão oriental, encontrando obstáculos, que a obrigaram a retardar sua marcha, foi corajosamente precedida pela Primeira Brigada, que estendendo duas companhias de atiradores dos batalhões 11 e 13, dirigidas pelo tenente-coronel Francisco Victor de Mello e Albuquerque, em colunas de ataque

[120] SOUSA, Manoel Marques. Parte de combate ao Conde de Caxias. Quartel-General da Divisão Auxiliadora Brasileira, Palermo, 4 de fevereiro de 1852. In: TITÁRA, 1852, p. 283-289.

cobertas pelos atiradores, não obstante o fogo vivíssimo, que lhes dirigia a bateria inimiga de 12 peças de calibre de 18 e 12, quatro obuses de 6 polegadas, e uma estativa de foguete à Congreve guarnecida por três batalhões de infantaria, avançou a peito descoberto, subindo por um terreno suavemente inclinado o espaço de oito a dez quadras de extensão. Ao aproximar-se às casas de soteia, junto às quais se achava colocada a artilharia, chega a 2ª Brigada, que marchou por um terreno irregular, atravessando também um banhado que ficava a trezentas braças pouco mais ou menos, em frente da posição, a que nos dirigíamos. Investiu o intrépido tenente-coronel Victor à frente de seus atiradores, e foi o primeiro que, transpondo o valo que circundava as casas de soteia, onde o inimigo se achava, rompeu sobre ele fogo vivíssimo que foi seguido sem demora por outra descarga horrível dirigida pelo valente e intrépido comandante da Primeira Brigada o coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto. Tomada a posição inimiga pelo flanco direito, a Segunda Brigada, a cuja frente me achava, e que era comandada pelo digno coronel Feliciano Antônio Falcão, realizava o ataque pela frente; não obstante a coragem desesperada com que o inimigo se defendia, a intrepidez dos comandantes dos corpos orientais e mais praças dos nossos batalhões, cuja temerária ousadia, amedrontando os mais temíveis chefes inimigos, fez de todo desaparecer a coragem que o prestígio de Rosas, há pouco dali saído, ainda lhes inspirava, e puseram-se em precipitada fuga. Ficando sobre as casas de soteia a sustentar o fogo uns cento e cinquenta, a duzentos soldados, não obstante ter chegado a Divisão oriental, que denodadamente secundou nossos esforços, resistiram ainda por espaço de quinze minutos com coragem por sem dúvida digna de melhor causa. Ao passo que os nossos soldados se apoderavam das posições mais fortes do inimigo, a Brigada argentina ao mando do valente coronel D. Mathias Rivero, que avançava em consequência da ordem que eu lhe havia dado, teve de fazer alto por não se terem abalado da linha primitiva os batalhões que lhe ficavam à direita, apesar de eu haver mandado prevenir ao respectivo comandante o coronel Galán do movimento que se ia fazer, deixando assim descoberto o flanco direito da linha que eu comandava. Vendo, porém, o Coronel Rivero, que as colunas da minha Divisão empreendiam a carga, carrega sobre o centro da linha inimiga, pondo-a em completa fuga. Apesar de tão assinalada derrota, contudo ainda o inimigo conservava à nossa direita uma bateria de 14 bocas de fogo; avancei a ela com o Batalhão 6 de infantaria, e tal foi o valor dos defensores que somente abandonaram o seu posto quando nos viram a 80 ou 100 passos de distância. Sendo de muita importância o trem e petrechos de guerra que tomamos ao inimigo nas posições que ocupava, e vendo que continuava o fogo de uma outra bateria de oito peças, que ficava à esquerda daquelas já tomadas por nós, avancei contra ela com a 2ª Brigada, e ordenei à Primeira que destacasse a ala de um batalhão para tomar conta dos prisioneiros, e seguisse com o resto os movimentos que eu fizesse à frente. Ao aproximarmo-nos à bateria, o chefe de uma força de cavalaria veio dizer-me que ela, apoiada por alguma infantaria e cavalaria inimiga, estava causando grandes prejuízos aos seus soldados. Fazendo então avançar a passo de carga duas companhias de atiradores, consegui tomar a artilharia, pondo em fuga a tropa que a guarnecia, e mandando acossá-la pelo piquete de cavalaria do 2º Regimento, composto de 20 praças, comandada pelo valente alferes Luiz Joaquim de Sá Brito, conseguiu este pô-los em completa debandada, e tomar-lhes ainda de quarenta a cinquenta prisioneiros. Por esta mesma ocasião, tendo eu já requisitado ao major-general Virasoro, força de Cavalaria, que me era de absoluta necessidade para o caso em que me achava, e que nesta ocasião seria por mim empregada com extraordinária vantagem, não havendo quem atendesse às minhas reclamações, mandei ordem a um corpo de cavalaria que vi mais próximo para ajudar-me a perseguir o inimigo que se retirava, isto mesmo não podendo obter, lamentei ainda uma vez a falta do 2º Regimento, e com os atiradores infantes perseguimos o inimigo com velocidade tal que conseguimos fazer-lhe prisioneiros alguns soldados de cavalaria. À uma hora da tarde já não havia inimigo a combater. [...].

Rosas, após se retirar do campo de batalha, renunciou ao cargo que ocupava, disfarçou-se de marinheiro, embarcou em um navio e asilou-se na Inglaterra, não mais retornando para a sua terra natal. Urquiza assumiu o poder, reorganizou politicamente a Argentina, o que se concretizou com a Constituição de 1853. Foi eleito presidente em 1854 e governou até 1860. As tropas brasileiras, depois de desfilarem em Buenos Aires, deixaram a Argentina em 1º de março de 1852. Caxias, em junho, considerou findo o estado de guerra e dissolveu as divisões que liderou.

O Império conseguiu resolver os problemas fronteiriços com o Uruguai, obteve junto ao governo argentino a confirmação da independência do Uruguai e do Paraguai, e fez valer seus direitos acerca da livre navegação na bacia do Prata.

Faz-se sobremaneira importante salientar que, nesta fase da história nacional, começou a se destacar Antônio de Sampaio, futuro patrono da Infantaria brasileira. Nascido em Tamboril, em 24 de maio de 1810, assentou voluntariamente praça, vinte anos depois, no 22º Batalhão de Caçadores, sediado em Fortaleza.

Um "tarimbeiro", foi ascendendo hierarquicamente por méritos conquistados nos campos de batalha. Seu batismo de fogo ocorreu em Icó, em 1832, quando tropas do Exército enfrentaram sediciosos insatisfeitos com o governo regencial. Posteriormente, participaria ativamente em combates que deram fim à Cabanagem (1835-1840) e à Balaiada (1838-1841). Também participou de ações que levaram a termo a Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a Revolta Praieira (1848-1850). Paulo de Queiroz Duarte, seu biógrafo, salienta que:

> *Por tudo isso ganhara Sampaio uma sólida experiência; uma atilada visão dos pontos mais vulneráveis do inimigo matreiro, valente e disposto à luta como ele próprio. Aprendera a guerrear em um sem-número de combates, sem ter lido nos livros ou manuais da arte, pois nunca os seus fundilhos burniram os bancos da academia militar. Sua "ciência" emanava da assimilação dos princípios táticos da sua infantaria no tabuleiro dos campos de ação, em correrias desenfreadas, por sobre atoleiros suspeitos, na transposição de rios a nado, galgando elevações ou varando matas intrincadas em uma luta de vida ou morte contra um inimigo de mau bofe.*[121]

Em 1851, Sampaio encontrava-se no Uruguai, com o posto de capitão. Integrava o Batalhão de Infantaria nº 2. Porém, essa unidade não foi selecionada para fazer parte da "Divisão Auxiliadora Brasileira", o que lhe desagradou, pois teria de ficar com o grosso da tropa brasileira na Colônia do Sacramento. Decidido a ter participação ativa nas operações, solicitou ser incluído no Batalhão de Infantaria nº 7, comandado pelo tenente-coronel João Guilherme Bruce. Seu pedido foi aceito e ele liderou a 8ª Companhia, na Batalha de Monte Caseros.[122]

Terminada a guerra, Sampaio passou boa parte dos anos seguintes comandando unidades na província do Rio Grande do Sul, sempre de forma exemplar, o que lhe propiciou ascender ao posto de brigadeiro.

---

[121] DUARTE, 1988, p. 140.
[122] DUARTE, 1988, p. 179-180.

A campanha contra Oribe e Rosas demonstra claramente como se encontrava o Exército Brasileiro em meados do século XIX. Para mobilizar o efetivo julgado necessário, houve a necessidade de se empregar quase todos os batalhões de infantaria de linha existentes, além de se lançar mão de efetivos da Guarda Nacional, particularmente de tropas de cavalaria da província do Rio Grande do Sul. Tais contingentes compuseram, de forma improvisada, brigadas e divisões, cuja organização não era prevista em tempo de paz, o que, evidentemente, dificultou a preparação da força de Caxias.

Os batalhões de infantaria de linha tinham a seu dispor armas de fulminato, semelhantes às usadas pelos principais exércitos europeus; além dos fuzis *Dreyse*, levados pelos mercenários alemães. Estavam satisfatoriamente fardados e equipados, se comparados às tropas dos países vizinhos; e suficientemente adestrados para bem utilizar seu armamento e realizar os movimentos básicos de ordem unida previstos para serem executados em batalhas campais.

Por ocasião da Batalha de Monte Caseros, os aliados adotaram a formação então usual: infantaria e artilharia no centro do dispositivo e cavalaria nos flancos. Os batalhões de infantaria brasileiros também seguiram o modo de ataque vigente, ou seja, avançaram parte em linha e parte em coluna, tendo em vista fazerem uso ao máximo do poder de fogo e de choque. O assalto deu-se a marche-marche e a combate à baioneta.

Os infantes brasileiros, apesar das más condições de serviço a que eram submetidos em tempo de paz, mostraram extrema bravura em combate e com seu ímpeto levaram as fileiras adversárias à derrocada. Os oficiais, dando o exemplo, seguiram à frente das tropas, mostrando-lhes o caminho da vitória.

A Infantaria brasileira e Antônio de Sampaio atuaram decisivamente na campanha contra Oribe e Rosas. Voltariam aos campos de batalha alguns anos depois, em um conflito muito mais sangrento, a Guerra da Tríplice Aliança.

PARTE II

A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

O presidente da República do Paraguai, contra todas as regras de direito internacional, mandou apresar o vapor brasileiro "Marquês de Olinda", que à sombra da paz se dirigia para Mato Grosso, e levava o presidente nomeado para essa província, o qual, assim como outros brasileiros, ainda hoje se acha preso. As tropas paraguaias invadiram depois, por um modo inaudito, a mesma província de Mato Grosso. O governo brasileiro, no firme empenho de vingar a soberania e a honra nacional ultrajadas, tem empregado todos os meios ao seu alcance na organização do Exército e da Armada para a guerra a que fomos provocados por aquela República. Apelando para os sentimentos da nação, tem ele sido correspondido da maneira a mais nobre e a mais digna; de todos os ângulos do Império surgem voluntários para defender a honra da sua pátria. A justiça da causa, o patriotismo da nação e o valor de nossos soldados afiançam-nos o mais completo triunfo.[123]

D. Pedro II, 1865

Os acordos diplomáticos decorrentes da Guerra contra Oribe e Rosas fizeram arrefecer temporariamente as tensões na bacia do Prata. Todavia, em meados da década de 1860, o Império foi levado a intervir novamente no Uruguai, o que, inesperadamente, o lançou a uma guerra contra o Paraguai.

Para fazer frente ao repentino conflito, o governo imperial apressadamente iniciou a maior mobilização militar da história do País. Houve, de imediato, o recrutamento de milhares de homens para aumentar os quadros do Exército, que eram diminutos para fazer frente aos desafios que se apresentavam.

O efetivo do Exército, para o ano financeiro de 1864/1865, às vésperas do conflito, havia sido fixado em 18 mil praças, em circunstâncias ordinárias, e 24 mil, em casos extraordinários.[124] Acerca disso, o ministro da Guerra, Visconde de Camamu, manifestou-se:

[123] FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 602-603.
[124] Lei nº 1.220, de 20 de julho de 1864.

Nem a força para o caso ordinário, nem a decretada para casos extraordinários são suficientes, como a experiência o havia demonstrado e os últimos acontecimentos o comprovam. Não é possível com a força decretada atender-se a todas as exigências do serviço, e cada um de vós sabe perfeitamente, como é fraca muitas vezes a ação da justiça por não haver nas províncias força que a auxilie. Dezoito mil homens para acorrerem à guarnição e serviço policial das províncias é número tão diminuto que as nossas fronteiras ficarão indefesas, ou aquele serviço padeceria, como sabeis. [...]. Bem pouca tropa tínhamos nós em pontos fronteiros assaz importantes, e quando o dever indeclinável de nos fazermos respeitar do vizinho turbulento, obrigou-nos a recorrer à última razão das nações ofendidas, vós sois testemunhas das dificuldades que se encontraram em fazer convergir para um ponto batalhões espalhados pelas províncias, e nestas mesmas subdivididos em longínquos destacamentos pelo interior, de modo que ainda hoje vem chegando à Corte contingentes de corpos, que marcharam incompletos para o teatro da guerra.[125]

Em relação à Infantaria, previa-se, em tempo de paz, a existência de sete batalhões de fuzileiros e seis batalhões de caçadores (corpos móveis, de linha), além de outras unidades, como as de guarnição (corpos de fixos). Caso completos, somados os corpos móveis e fixos, se chegaria a 16.104 homens. Em março de 1864, porém, ao todo, encontravam-se arregimentados somente 11.130.[126]

Não obstante, deflagrada a guerra contra o Paraguai, o contingente do Exército foi aumentado significativamente, conforme quadro abaixo (nesse também se encontram os efetivos de argentinos, uruguaios e paraguaios, que participaram do conflito).

Foram criados mais nove batalhões de infantaria de linha, que se somaram aos 13 existentes. A partir de 5 de julho de 1865, todos passaram a ser denominados batalhões de infantaria, deixando, assim, de serem diferenciados como unidades de fuzileiros e de caçadores. A estrutura interna deles permaneceu semelhante à prevista pela reorganização do Exército de 1852 (Quadro IV, p. 15).[127]

QUADRO XII - HOMENS EM ARMAS AO LONGO DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA.[128]

ANO	BRASIL	ARGENTINA	URUGUAI	PARAGUAI
1865	27.106(1)	11.000	-	Entre 50.000 e 150.000(3)
1866	67.350	Menos de 7.000(2)	2.487	
1867	71.039	-	-	
1868	54.364	Entre 4.000 e 5.000	-	
1869	42.380	Entre 2.500 e 4.000	600 a 1.000	
Obs.: 1) somente no sul do Brasil; 2) fins de 1866; 3) os dados relativos ao Paraguai referem-se a estimativas de personalidades que tomaram parte do evento e de historiadores, já que não foram encontrados registros oficiais.				

[125] BARBUDA FILHO, José E. Gorgulho de. (Visconde de Camamu). Relatório do ano de 1864, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1865, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.
[126] 1) MATTOS, José Marianno de. Relatório do ano de 1863, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1864, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Quadro do Exército/Mapa da Força dos Corpos do Exército, por Armas, e da Guarda Nacional destacada. 2) Em relação à reorganização de 1851, fora suprimido o 7º Batalhão de Fuzileiros (a identificação dos batalhões que tinham numeração superior foi alterada; assim o 8º passou a ser o 7º, o 9º tornou-se 8º, até se chegar ao 13º); conforme: BRASIL. Decreto nº 1.074, de 30 de novembro de 1852.
[127] 1) BRASIL. Decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865. 2) Aviso de 5 de julho de 1865. In: DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
[128] 1) FRAGOSO, v.2, 2009, p. 51-60. 2) FRAGOSO, v.4, 2009, p. 245.

O recrutamento para os corpos de tropa foi feito de acordo com as legislações em vigor e por outras com urgência criadas. De imediato, foram incorporados milhares de guardas nacionais, o que já era previsto em lei.

Novidade foi a criação dos batalhões de voluntários da Pátria (BVP), para reforçar as tropas de linha. Neles poderiam se alistar cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos (inclusive guardas nacionais), que receberiam, em contrapartida, diversas vantagens, entre as quais: soldo superior ao dos voluntários incorporados nos corpos de tropa do Exército, baixa assegurada ao fim do conflito, gratificação extra e recebimento de um lote de terras em colônias militares ou agrícolas quando fossem dispensados do serviço, pensão para a família em caso de morte em campanha, e isenção de servir no Exército, Marinha e Guarda Nacional.[129]

No início da guerra, milhares de voluntários apresentaram-se, motivados pela indignação de verem a Pátria ser invadida. Porém, ao longo dos anos, o entusiasmo arrefeceu e outras medidas foram tomadas para completar os contingentes. Por meio de uma delas, de novembro de 1866, ordenou-se que aos escravos em condições de servir ao Exército se concedesse gratuitamente a liberdade, desde que fossem empregados naquele serviço (sendo casados, o benefício deveria ser estendido para as suas esposas). Por outro lado, em setembro do ano anterior, havia sido reafirmada a prática de isentar do recrutamento quem apresentasse um substituto, desde que o substituído exercesse atividade de interesse do Estado.[130]

De qualquer forma, partiram paulatinamente da Corte e das províncias, para guerra, 91.218 homens, que se juntaram aos que já estavam no sul no início de 1865 (quadro abaixo).

QUADRO XIII – SOLDADOS QUE SEGUIRAM DA CORTE E PROVÍNCIAS PARA O PARAGUAI[131]

	Voluntários da Pátria	Guardas Nacionais	Voluntários e Recrutas	Libertos	Substitutos (Libertos)	Substitutos
Alagoas	1.041	787	791	36	-	1
Amazonas	247	309	167	1	-	-
Bahia	7.764	5.312	1.861	272	-	18
Ceará	1.412	3.096	1.019	119	2	-
Corte	6.234	1.851	1.170	1.958	238	16
Espírito Santo	341	285	324	11	-	5
Goiás	-	424	118	-	-	-
Maranhão	1.509	1.787	1.083	156	1	-
Mato Grosso	1.417	1.843	38	-	-	-
Minas Gerais	894	1.768	1.366	18	13	11
Pará	1.461	1.440	861	33	32	-
Paraíba	984	599	820	50	1	-
Paraná	480	1.296	230	4	11	1
Pernambuco	4.158	1.104	1.734	85	55	-
Piauí	960	1.134	446	165	-	-
Rio G. do Norte	542	348	419	2	-	-
Rio G. do Sul	460	3.387	279	52	305	-
Rio de Janeiro	3.585	2.315	1.615	1	199	136
Santa Catarina	969	264	180	1	24	99
São Paulo	2.271	1.125	2.553	51	61	443
Sergipe	1.099	724	391	40	-	-
Total	37.828	31.198	17.465	3.055	942	730

[129] 1) BRASIL. Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. 2) BRASIL. Decreto nº 3.725, de 6 de novembro de 1866.
[130] BRASIL. Decreto nº 3.513, de 12 de setembro de 1865.
[131] Conforme dados de João Nogueira Jaguaribe. Apud FRAGOSO, v.5, 2009, p. 236-241.

Durante boa parte da guerra, as forças imperiais foram enquadradas em dois corpos de exército, que passaram por modificações. Um terceiro foi constituído e atuou no período de comando do Marquês de Caxias. A organização do 1º Corpo de Exército, em 1º de março de 1866, quando os aliados se concentravam nas proximidades do rio Paraná, para adentrar no Paraguai, consta no Quadro XIV (p. 47).

Além de mobilizar os efetivos necessários, havia a necessidade de suprir e equipar o Exército. Como nos arsenais não havia estoque suficiente de materiais, fez-se urgente adquiri-los ou confeccioná-los.

Dez anos antes da guerra, o então ministro da Guerra, Marquês de Caxias, assim se expressou acerca dos equipamentos e armamentos disponíveis:

> *O nosso exército acha-se ainda estacionário em relação aos progressos que tem feito na Europa os sistemas de armamento e equipamento dos corpos [...]. O exército está ainda armado com as pesadas espingardas de fuzil, ainda usa o incômodo e molesto correame antigo, e as mochilas descomunais, cujo sistema de prisões para facilitar a condução individualmente, tolhe a liberdade de movimento dos braços do soldado, e lhe comprime extraordinariamente a caixa do peito pela ação gravitante do peso da mochila carregada de sua roupa e mais pertenças ordinárias. Aquelas espingardas, além de estarem já reprovadas nos exércitos europeus, precisam de uma substituição quase geral, porque o uso constante as tem danificado, e os repetidos consertos são um paliativo que não pode afiançar segurança. Por isso, o governo, tendo em vista acompanhar o movimento europeu no melhorar o armamento do exército, encarregou a pessoa habilitada de examinar na Europa quais as espingardas que tem provado nas últimas guerras maiores vantagens de condução e de ação; e sob informações verídicas, encomendou as necessárias para o armamento de parte do nosso exército, por ter reconhecido quão convenientes elas são às proporções físicas de nossos soldados, e à natureza de nossas guerras.*[132]

Em relação aos armamentos, nos anos seguintes a tal pronunciamento, decidiu-se adquirir os do tipo *Minié*, adotados pelos melhores exércitos europeus, para suprir os corpos de tropas móveis (vide características no Quadro XV, p. 48). Entretanto, tendo em vista à economia financeira, julgou-se necessário que os de pederneira continuassem a ser utilizados pelos corpos de guarnição e em atividades policiais. Os deste modelo que fossem recolhidos para manutenção no Arsenal de Guerra da Corte, caso fossem passíveis de conserto, deveriam ter seu mecanismo de disparo substituído pelo usado nas armas de fulminato.[133]

Em março de 1865, já em estado de guerra com o Paraguai, a Comissão de Melhoramento de Material do Exército examinou 6.245 fuzis e 8.318 carabinas, todos tipo *Minié*, adquiridos na Bélgica. O ministro da Guerra, Barbuda Filho, comentou: *"É bom o armamento recebido, mas não é suficiente, porque o que se estragar deve ser prontamente substituído, mas também porque as forças em operações serão elevadas ao número que não calculamos em 1863, quando se fizeram tais encomendas".*[134]

---

[132] LIMA E SILVA, Luís Alves de. (Marquês de Caxias). Relatório do ano de 1855, apresentado na Câmara dos Deputados, em 1856, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856. p. 28-29.
[133] RELATÓRIOS apresentados pelos Ministros da Guerra à Assembleia Geral Legislativa (1855-1864). passim.
[134]BARBUDA FILHO, 1865, p. 15/Mappa do armamento examinado pela Commissão de Melhoramentos do Material do Exercito, de abril do ano passado [1864] até fevereiro do corrente anno [1865].

QUADRO XIV - ORGANIZAÇÃO DO 1º CORPO DE EXÉRCITO, EM 1º DE MARÇO DE 1866.[135]

Comando: Manuel Luís Osório e oito brigadeiros		
Corpo de Engenheiros, Estado-Maior de Artilharia, Estado-Maior de 1ª e 2ª Classe, Corpo de Saúde, Repartição Eclesiástica e comandantes superiores		
1ª Divisão Argolo Ferrão	7ª Brigada Jacinto Machado	1º BI, 13º BI, 6º BVP, 9º BVP, 11º BVP e Cia de Zuavos
	10ª Brigada Carlos Resin	2º BI, 2º BVP e 26º BVP
2ª Divisão José de Andréa	1ª Brigada Sanches Brandão	2º Rgt Cav, 3º Rgt Cav, 1º Corpo Cav GN e 2º Corpo Cav GN
	4ª Brigada Oliveira Bueno	5º Corpo Cav GN, 7º Corpo Cav GN e 8º Corpo Cav GN
3ª Divisão Antônio de Sampaio	5ª Brigada Oliveira Belo	4º BI, 6º BI, 12º BI, 4º BVP e 16º BVP
	8ª Brigada José da Silveira	8º BI, 16º BI e 10º BVP
4ª Divisão Guilherme de Sousa	2ª Brigada Joaquim Kelly	14º BI, 1º BVP e 13º BVP
	11ª Brigada Auto Guimarães	10º BI, 20º BVP e 31º BVP
5ª Divisão Andrade Neves	3ª Brigada Sezefredo de Mesquita	4º Corpo Cav GN e 6º Corpo Cav GN
	15ª Brigada Tristão Pinto	3º Corpo Cav GN e 9º Corpo Cav GN
	16ª Brigada Demétrio Ribeiro	10º Corpo Cav GN e 11º Corpo Cav GN
6ª Divisão Vitorino Monteiro	12ª Brigada Lopes Pessegueiro	5º BI, 7º BI, 3º BVP e 16º BVP
	14ª Brigada Pereira lobo	21º BVP, 30º BVP e 51º BVP
	18ª Brigada Evaristo da Silva	38º BVP, 40º BVP e 41º BVP
Comando Geral de Artilharia Antônio Melo	17ª Brigada Hilário Gurjão	1º Rgt Art a Cavalo, 1º Btl Art a Pé e 3º Btl Art a Pé
	19ª Brigada Gomes Freitas	Btl de Engenheiros, 7º BVP e 42º BVP
Brigada Ligeira Antônio Neto	1º Corpo Vol Cav GN, 2º Corpo Vol Cav GN, 3º Corpo Vol Cav GN, 4º Corpo Vol Cav GN e 5º Corpo Vol Cav GN	
Embarcados na Esquadra	9º BI, 12º BVP, 15º BVP, 43º BVP e Contingente de Voluntários Alemães	
Esquadrão de Transportes		
Efetivo Total	Prontos	27.759
	Empregados	729
	Doentes	4.380
	Total	32.868

[135] 1) FRAGOSO, v.2, 2009, p. 342-346. Osório tornou-se Barão de Herval em 1866; Visconde, em 1868; e Marquês, em 1869.

Dessarte, novas compras foram feitas e as armas do tipo *Minié* dotaram quase todo o Exército na longa guerra que tomava forma. Não obstante, em pequena escala e por curto período, parte da infantaria também usou o fuzil *Dreyse* (vide características no quadro abaixo).[136] Cabe-se destacar que foram feitos estudos para a adoção de outros modelos de fuzis. Chegaram a ser adquiridos cinco mil *Roberts*, que não foram distribuídos à tropa por terem apresentado defeitos, dentre os quais a imperfeição dos cartuchos metálicos.[137] No conflito, foram enviados aos soldados brasileiros pelo menos 53 mil fuzis/carabinas.[138]

QUADRO XV - ARMAS USADAS PELA INFANTARIA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

CARABINA *MINIÉ*[139]

As armas tipo *Minié* diferenciavam das anteriores por terem cano raiado e projétil cilíndrico/ogival. Os armeiros, desde o início do século XIX, sabiam que canos com alma raiada davam mais precisão e alcance às armas, porém os processos para encaixar os projéteis nas raias eram complicados. Todavia, em 1849, o oficial francês Claude-Étienne Minié desenvolveu um novo projétil, dotado de uma cavidade cônica na sua base, com um pequeno copo de cobre. A carga, ao explodir, lançava o copo para dentro da cavidade cônica, fazendo com que a parte detrás do projétil se expandisse, encaixando-se nas raias. Isso impedia o escape de gases, o que aumentava a força que expelia o projétil e consequentemente seu alcance, além de fazê-lo girar, dando-lhe mais precisão. Assim, o alcance das armas, que era de cerca de 200 metros nas armas com cano de alma lisa e projétil esférico, com o sistema *Minié* passou para aproximadamente mil. Os dispositivos de pontaria também foram aperfeiçoados. Tudo isso deixava as armas do tipo *Minié* muito mais letais em relação às predecessoras. O carregamento, porém, continuava a ser antecarga.

FUZIL *DREYSE*[140]

O fuzil *Dreyse*, conhecido como "fuzil de agulha", era de retrocarga. Para prepará-lo para o disparo, por meio de uma alavanca, puxava-se o ferrolho para a retaguarda, o que abria a culatra. Era, então, introduzido na arma um cartucho de papel, em cujo interior se encontravam a carga de pólvora, a espoleta e o projétil. Acionando-se o gatilho, era liberado um percussor (na forma de uma agulha), que perfurava o cartucho de papel, atravessava a carga de pólvora e atingia a espoleta. Isso provocava a detonação, que expelia o projétil (esperava-se que o papel do cartucho se desintegrasse por ocasião do disparo). As vantagens desse armamento eram sua cadência de tiro (seis a doze por minuto), superior à dos fuzis antecarga (dois a três por minuto), e a possibilidade do atirador poder facilmente preparar o tiro estando deitado, não ficando, dessa forma, totalmente exposto aos fogos do inimigo. O *Dreyse*, porém, tinha sérias limitações: seu alcance útil, 400 metros, era inferior ao das armas *Minié*; resíduos do papel do cartucho causavam frequentes falhas no mecanismo de disparo; o percussor frequentemente quebrava; e o escape de gases resultante da deflagração do tiro, por vezes, feria o atirador.

[136] BARROSO, 2000, p. 102.
[137] FRAGOSO, v.5, 2009, p. 290-291.
[138] Ibid., p. 243.
[139] 1) HERITAGE AUCTIONS. *Site.* (Arma completa). 2) JOE SALTER *Site.* (Parte da arma). 3) CLUB CONFÉDÉRÉ ET FÉDÉRAL DE FRANCE. *Site*. (Cartucho). 4) ARMURERIE GUNS & CO. *Site*. (Projétil). 5) LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 189.
[140] 1) WIKIWAND. Dreyse needle gun. *Site*. (Arma completa). 2) ARMAS, MUNIÇÕES E ACESSÓRIOS. História do cartucho metálico. *Blog*. (Parte da arma e cartucho). 3) LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 189.

O montante da produção do Laboratório Pirotécnico do Campinho, referente ao período da guerra, permite vislumbrar que quase todos os cartuchames destinavam-se a armas tipo *Minié*. Também demonstra o esforço realizado para abastecer as tropas (quadro abaixo).

QUADRO XVI - PRODUÇÃO DE CARTUCHAMES E CÁPSULAS FULMINANTES NO LABORATÓRIO PIROTÉCNICO DO CAMPINHO, 1865-1870 [141]

ANO/TIPO	CARTUCHAME *MINIÉ*	CARTUCHAME *DREYSE*	CÁPSULAS FULMINANTES
1865	7.932.000	-	6.671.000
1866	18.406.200	20.000	8.183.000
1867	23.228.000	984.480	10.340.000
1868	10.742.000	-	19.795.000
1869	6.658.300	-	5.915.000
1870	193.000	-	-
Total	67.159.500	1.004.480	50.904.000

Quanto aos equipamentos, a solução adotada pouco antes da guerra foi a de torná-los mais confortáveis, modificando-os nos arsenais em conformidade com modelos usados em exércitos europeus. Também foram manufaturados novos e adquiridos outros na Europa, que deveriam substituir oportunamente os antigos. Em 1857, os corpos de tropa sediados na Corte já estavam equipados com materiais novos.[142]

No que concerne aos fardamentos, alguns anos antes do conflito havia reclamações relacionadas a sua má confecção e buscava-se adquirir matéria-prima na Europa, por ser mais barata e de melhor qualidade se comparada à nacional.[143]

No início do confronto com o Paraguai, o ministro da Guerra, Barbuda Filho, comentou sobre as dificuldades em fornecer o material necessário às tropas:

> *Extraordinário tem sido o trabalho, porque avultam os pedidos de muitos pontos do Império, e o zelo e dedicação dos empregados do Arsenal de Guerra tem vencido o que talvez parecesse superior às forças das oficinas daquele estabelecimento. Ali prepara-se todo o fardamento que precisamos para as nossas forças em operações. Preparam-se igualmente artigos de equipamento. Remete-se o armamento e tudo quanto exige o nosso Exército. E tudo isto desempenha-se lutando-se muitas vezes com dificuldades não pequenas. Em outros países pode-se com rapidez fazer grandes fornecimentos, porque as fábricas e o superabundante número de braços os auxiliam. Entre nós, porém não existem esses recursos. No mercado nem sempre se encontra a necessária matéria-prima e de braços temos escassez. Para suprir esta última falta tem-se distribuído por particulares, casa de detenção, e de caridade, costuras e outros trabalhos em que podem auxiliar o arsenal. E apesar destes embaraços, as remessas, como já vos disse, vão-se fazendo para que todas as munições se achem em tempo de aproveitarem as nossas forças.*[144]

[141] PARANHOS, José Maria da Silva. Relatório do ano de 1870, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1871, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866. Mappa de toda a munição e artificios de guerra confeccionados desde o começo da campanha do Paraguay - Laboratorio Pirotechnico do Campinho. 2 de janeiro de 1871.
[142] RELATÓRIOS apresentados pelos Ministros da Guerra à Assembleia Geral Legislativa (1855-1864). passim.
[143] Ibid.
[144] BARBUDA FILHO, 1865, p. 21.

Na realidade, no começo da luta, faltavam materiais de toda ordem e recorria-se a improvisações. Antônio de Lima Fernandes, que, sob comando de David Canabarro, tentou barrar o avanço dos paraguaios em território gaúcho, relatou:

> *Na 1ª Divisão, por pouco tempo, e em maior escala e mais tempo na 2ª, eram extraordinárias as privações e misérias que passava a tropa. Não tinham mais que a pura carne, magra e cansada, e muitas vezes esta mesma faltou. Completamente nus, sem soldo, há muitos meses, abatidos pela fome, mortos de fadiga, sem abarracamento e expostos ao tempo no rigor do inverno, os soldados começaram desde logo a povoar os hospitais, que nunca passaram de improvisadas enfermarias, onde tudo faltava, tudo era perfeitamente caos; faleceram muitas praças, inclusive alguns oficiais.*[145]

Diante da difícil situação, emergencialmente foram adquiridos uniformes em outros países, que não seguiam os padrões nacionais. Gastão de Orléans, conde d'Eu, genro de D. Pedro II, descreveu as variações de fardamento, em 11 de setembro de 1865, em Uruguaiana, poucos dias antes da rendição dos paraguaios que lá estavam:

> *O mais brilhante [batalhão] era o 5º (da província do Rio de Janeiro); usava fardas verdes, ao passo que o resto da infantaria levava blusa de flanela encarnada, que não favorece o aspecto militar da tropa. [Sobre a 2ª Divisão] tem essa tropa singular aspecto; quase nunca traz uniforme; o poncho é o único distintivo comum a todos os corpos; o chapéu, de qualquer feitio, tem uma fita encarnada com uma inscrição patriótica ou o nome do município. Seu trajo deixa a desejar, ao menos estão bem armados, cada homem tem uma lança ou uma clavina, um sabre e uma pistola, sem contar o laço e, sobretudo, as bolas, que em suas mãos exercitadas se podem converter, se preciso for, em arma terrível. Na divisão de Canabarro havia esquadrões bem vestidos, com boas fardas de pano azul, e outros que não tinham uniforme. [A 1ª Companhia de Zuavos era] a mais linda tropa do Exército Brasileiro.*[146]

Com o passar do tempo, buscou-se padronizar as vestimentas da tropa. Em fevereiro de 1866, o plano de uniformes de 1852 sofreu alterações (vide Quadro XVII, p. 51).[147] Segundo Gustavo Barroso, o fardamento do Exército "*sentiu de modo definitivo a influência francesa, que já se acentuava na pomposa indumentária de 1850 e 1860*". Ele também observa que, em razão da dificuldade de fornecimentos regulares e da longa duração do conflito, houve grande confusão: *"soldados andavam descalços, de alpercatas, de coturnos, de chapéu de feltro ou pano, de gorro, de quepe de capa branca argelina ou sem ela"*.[148]

De todo modo, durante a guerra, a tropa brasileira foi suprida com 434.564 blusas (de pano, brim ou baeta), 623.425 calças (de pano ou brim), 253.017 bonés e 433.693 pares de sapatos ou coturnos, dentre muitas outras peças.[149]

---

[145] Apud. FRAGOSO, v.2, 2009, p. 138.
[146] Ibid., p. 217.
[147] BRASIL. Decreto nº 3.260, de 28 de fevereiro de 1866.
[148] BARROSO, 2000, p. 73-74.
[149] FRAGOSO, v.5, 2009, p. 253.

QUADRO XVII - UNIFORMES DA INFANTARIA NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA[150]

Da esquerda para a direita: coronel, capitão, alferes, tambor e soldado, todos em pequeno uniforme.

Da esquerda para a direita: alferes (uniforme de meia-marcha), coronel e soldados (todos em pequeno uniforme).

Em 1866 buscou-se padronizar o fardamento dos infantes, sendo a cor predominante a azul-ferrete. Embora todos os batalhões fossem considerados, para fins de emprego, como de infantaria, previu-se diferenciar os que originalmente eram unidades de fuzileiros dos que antes eram de caçadores. Assim, como exemplo, restringindo aos praças, os *bonets* dos fuzileiros tinham vivos e borlas encarnados, e uma estrela amarela na frente; os dos caçadores, vivos amarelos, borlas pretas e uma corneta amarela na frente. Os batalhões, entre si, diferenciavam-se pela numeração constante em seus *bonets.*

Além de equipar, precisava-se instruir à tropa.

Em relação à formação dos oficiais, anos antes do conflito ocorreram reformas que levaram os alunos a frequentar duas escolas. Deveras, em 1860, havia a Escola Central, no Largo de São Francisco, voltada para o ensino científico; e a Escola Militar, na Praia Vermelha, direcionada para a instrução profissional e prática. Nesta, previa-se regime de internato, disciplina rigorosa, formaturas, marchas, acampamentos e manejo de armas, o que somente em parte se realizava.[151] Jehovah Motta comenta sobre o ensino na Escola Militar:

> *Os relatórios do diretor da Escola, general Polidoro, nos dão conta do que foi esse "ensino prático", que não ocorreu tão bem quanto imaginaram os seus idealizadores, mas que de qualquer forma, significou um grande avanço em relação ao pouco ou nada que se fizera até então. Em 1861, falando dos trabalhos realizados no ano anterior, diz aquele general que a instrução de infantaria "estendeu-se desde o manejo desta Arma, pesada e ligeira, e dos movimentos especiais da escola de pelotão, até as manobras gerais de batalhão, e ao tiro ao alvo com espingardas 'à tige' e do sistema 'Minié'".*[152]

[150] 1) BARROSO, 1922, p. 97, estampas nº 114 e 115. 2) BRASIL. Decreto nº 3.260, de 28 de fevereiro de 1866.
[151] MACHADO, 2015, p. 332.
[152] 1) MOTTA, 1998, p. 116. 2) As armas *à tige*, assim como as *Minié*, tinham canos raiados, mas possuíam mecanismos complicados para forçar o encaixamento dos projéteis nas raias.

Os alunos de infantaria e cavalaria frequentavam apenas o 1º ano de ambas as escolas, os de artilharia e engenharia, todos os previstos.[153] O curso de infantaria e cavalaria que existia no Rio Grande do Sul foi transformado em um ensino preparatório para o ingresso nas escolas militares existentes na Corte. Durante a guerra, a Escola Militar foi fechada.

Nos corpos de tropa, a instrução era dificultada pela dispersão deles pelas províncias e pelo emprego dos soldados em atividades policiais. O ministro da Guerra, Francisco Coelho, em 1857, ponderava que:

> *[...] a força de linha distribuída pelas províncias, além do serviço das guarnições, que lhes é próprio, é continuamente empregada em serviços meramente policiais, e fracionada em pequenos destacamentos por lugares remotos, o que traz graves inconvenientes à disciplina, à moralidade, e mesmo à sorte e tratamento das praças destacadas; e na verdade, afastadas de seus chefes, sem sujeição rigorosa aos seus superiores imediatos, sem poderem receber instrução pelo fracionamento, às vezes difícil e tardiamente pagas, e mal armadas e fardadas, segundo as circunstâncias do afastamento, das comunicações, e dos recursos das localidades, em que se acham, as praças incompetentemente empregadas nestes serviços e destacamentos policiais, são moralmente perdidas para o serviço do Exército, cujo destino é muito diverso.*[154]

Para Caxias, a instrução deveria se pautar pela conformidade com as armas em uso, presteza nos movimentos individuais e coletivos, e perfeito conhecimento da tática elementar, pequena tática ou sistema de manobras. Considerava que o adestramento das tropas não deveria ficar estacionário, mas sim evoluir para acompanhar os aperfeiçoamentos que nos armamentos aconteciam. Salientava que a tática elementar do Exército nacional estava longe de reunir as indicadas condições da conveniência militar, não estando a par da dos exércitos mais disciplinados. Lembrava que a Infantaria brasileira, desde 1850, adotava o sistema de instrução elaborado pelo oficial português Bernardo Antônio Zagalo[155], porém alertava que o próprio Exército português não adotara tal ordenança de manobras, por considerá-la defeituosa e complicada, o que atestava exuberantemente sua aplicação nos corpos de tropa brasileiros. Recomendava a adoção do sistema de instrução do Exército português (Ordenanças de Tática Elementar), que já se encontrava aperfeiçoado, enquanto "*se não organiza uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares do nosso Exército e com a natureza de nossas guerras".*[156]

O "Regulamento Zagalo" compreendia dois livros: *"Systema de Instrucção para a Infantaria, oferecido aos novos officiaes do Exercito"* e *"Systema de Instrucção para a Infantaria Ligeira, oferecido aos novos officiaes do Exercito",* publicados em Portugal, em 1825 e 1827, respectivamente (reimpressos no Brasil, em 1850).[157] Na sua essência e estrutura, pouco se diferenciava do "Regulamento Beresford", que veio a substituir em 1850. Na verdade,

---

[153] Ibid., p. 117.
[154] COELHO, Jeronimo Francisco. Relatório do ano de 1857, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1858, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858. p. 25.
[155] BRASIL. Decreto nº 750, de 5 de outubro de 1850.
[156] LIMA E SILVA, 1856, p. 25-26.
[157] 1) ZAGALO, Bernardo Antonio. **Systema de Instrucção para a Infantaria**, oferecido aos novos officiaes do Exercito. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850. 2) ZAGALO, Bernardo Antonio. **Systema de Instrucção para a Infantaria Ligeira**, oferecido aos novos officiaes do Exercito. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850.

a obra de Zagalo foi elaborada quase ao mesmo tempo da de Beresford, e, assim, tinha os mesmos referenciais, ou seja, os métodos de combate do final do século XVIII e do Período Napoleônico, que se embasavam, primordialmente, nos movimentos de ordem unida, rigorosa disciplina e rígidas mudanças de formação (coluna para linha, linha para quadrado, etc.).

Zagalo dividiu o *"Systema de Instrucção para a Infantaria"* em cinco partes principais: instrução do soldado, instrução do pelotão, instrução do batalhão, evoluções de brigada e evoluções de linha. Estruturou o *"Systema de Instrucção para a Infantaria Ligeira"* em quatro partes principais: as três primeiras levavam a mesma nomenclatura das três iniciais do sistema anterior, a quarta foi denominada pequena guerra.

Os movimentos de ordem unida e as evoluções previstas por Zagalo, no entanto, eram mais numerosos e complexos se comparados aos propostos por Beresford. Assim se entende as razões que levaram Caxias a considerá-los complicados.

De fato, para Zagalo, o movimento mais elementar a ser realizado por um soldado, ou seja, a tomada da posição de "descansar", dever-se-ia dar da seguinte forma:

> *A voz de "sar", o recruta retira o pé direito perpendicularmente à retaguarda ou para trás, unindo o joanete ao calcanhar do esquerdo. Bate ao mesmo tempo com a mão direita sobre a esquerda junto ao ventre, voltando a palma da mão desta para o corpo, e ficando o dedo polegar daquela entre a palma e o polegar da mão esquerda. Depois curva o joelho correspondente, decaindo o peso do corpo sobre a perna direita, sem com tudo perder a quadratura dos ombros.*[158]

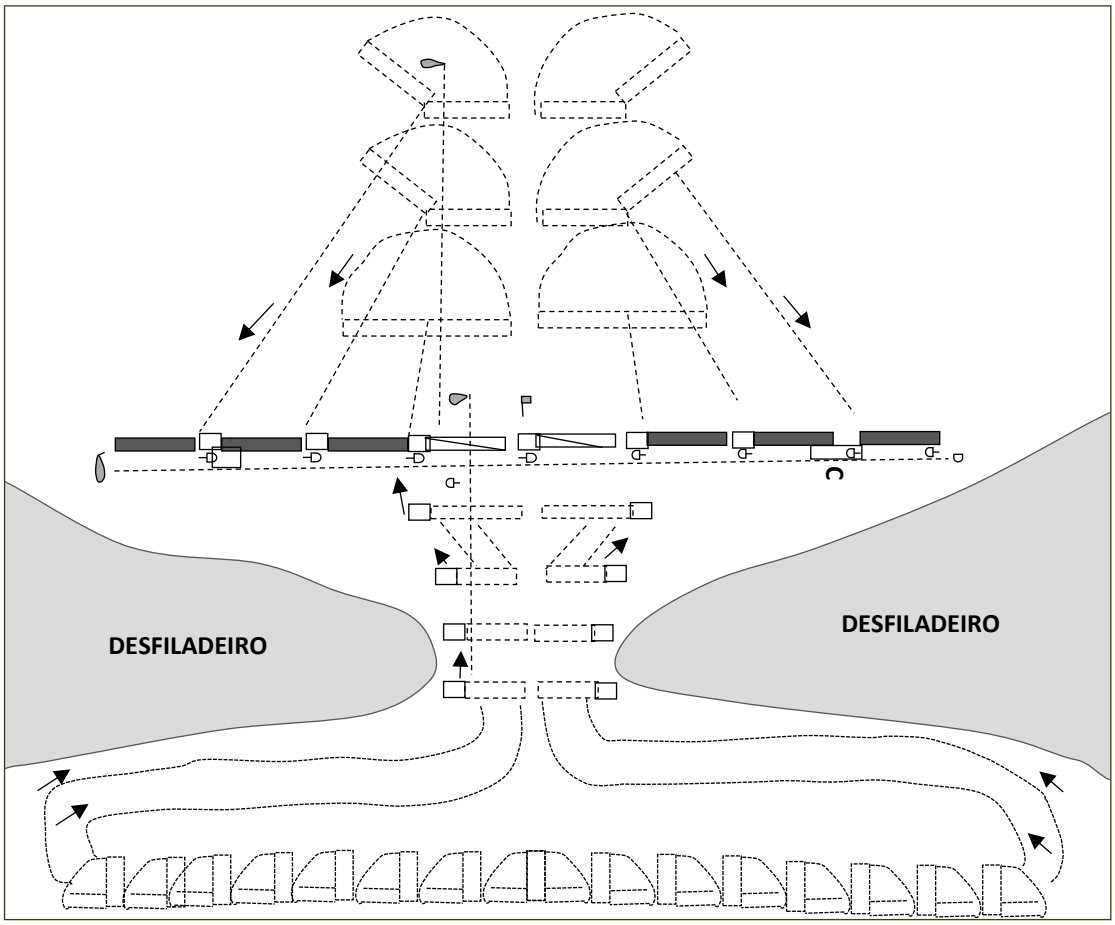
Em relação às evoluções previstas, uma delas, denominada: *"O Batalhão, retirando por Divisão dos flancos para passar hum desfiladeiro, a sessenta ou oitenta passos depois dele, fórma linha sobre a cauda frente á retaguarda"*, pode ser visualizada no Esboço V (p. 54).[159] Para o assalto a ser desencadeado por uma brigada em linha, ele recomendava os seguintes comandos: "*avançar em linha, marche, brigada alto, fogo em frente, avançar em linha em dobrado [cadência duas vezes mais rápida], calar baioneta e marche-marche [marcha acelerada, corrida]"*.[160]

Para a infantaria leve (caçadores), Zagalo previa a utilização da ordem aberta, bem mais flexível do que a unida, prescrita para a infantaria pesada. Nela, os soldados poderiam guardar distâncias maiores entre si, não seguir alinhamentos rígidos, utilizar o terreno para abrigarem-se, e atirar estando na posição deitada. Preconizava, também, que os infantes leves fossem bem condicionados fisicamente e soubessem atirar com perfeição, condições imprescindíveis para terem bom desempenho nas escaramuças, emboscadas e patrulhas, em que deviam ser preferencialmente empregados.[161]

---

[158] ZAGALO, 1850, p.7.
[159] Ibid., p.133.
[160] Ibid., p.188-189.
[161] Ibid., passim.

ESBOÇO V - EVOLUÇÃO DE BATALHÃO PREVISTA POR ZAGALO[162]



Em relação às ações defensivas, Zagalo deu ênfase às fortificações, que poderiam ser estabelecidas em bosques, desfiladeiros, rios, áreas edificadas, etc. Para estruturá-las, aconselhava a utilização de valas, abatises, muros e quaisquer outros recursos disponíveis.[163]

O principal problema era que o pensamento de Zagalo refletia um tempo em que se combatia com armas de pederneira; as quais, pouco potentes e imprecisas, não causavam elevadas baixas às tropas que avançavam em formação cerrada até a posição de assalto e dali partiam para o combate corpo a corpo. Ocorre que com o surgimento das armas do tipo *Minié*, de alcance e letalidade muito superiores, as lentas e compactas formações de infantaria que atacavam sofriam enorme número de baixas até chegarem a posição de assalto, por serem alvo por muito mais tempo dos disparos dos defensores, que para se livrarem dos fogos dos atacantes passaram a fazer uso de entrincheiramentos sempre que possível. Isso fora constatado nas guerras da Crimeia (1853-1856) e Civil Americana (1861-1865).[164]

Na realidade, a partir de meados do século XIX, entrava-se em um período, que perduraria até a II Guerra Mundial, no qual tropas na defensiva levavam expressiva vantagem em relação às que estavam na ofensiva. Os comandantes militares não encontravam uma fórmula adequada para resolver o problema da vulnerabilidade das forças que atacavam em

[162] Ibid., Est. 19/Fig. 1 (esboço no final da obra).
[163] Ibid., passim.
[164] LACERDA; SAVIAN. 2015, passim.

face do crescente aumento da letalidade e do volume de fogo produzidos por armas constantemente aperfeiçoadas. Buscaram minimizar as baixas dando prioridade às manobras de desbordamento em detrimentos dos ataques frontais, e fazendo uso ao máximo dos fogos da artilharia para desgastar o inimigo e destruir suas fortificações. Também procuraram fortalecer o moral dos soldados, a fim de que estes marchassem resolutamente em direção ao inimigo mesmo sendo alvejados intensamente. Na Guerra Civil Americana, tropas tentaram avançar por meio de lanços, ou seja, alternadamente metade dos homens progredia até determinada linha, enquanto os demais, deitados, mantinham o inimigo engajado pelo fogo. Entretanto, todos esses procedimentos não alcançaram resultados satisfatórios. Somente na II Guerra Mundial a situação se modificou, já que as forças atacantes passaram a contar com expressiva proteção e mobilidade, proporcionadas por veículos motorizados e blindados, muitos dotados de armas potentes (além de serem apoiadas pela aviação).[165]

De toda sorte, pouco anos antes da Guerra da Tríplice Aliança, persistia no Exército a ideia de Caxias de substituir o "Regulamento Zagalo" pelas "Ordenanças de Tática Elementar". Em 1863, o ministro da Guerra Polidoro Jordão tratou dessa questão:

> *Por Decreto de 2 de outubro do ano próximo passado [nº 2.978], foram adotadas provisoriamente e mandadas distribuir, pela oficialidade dos corpos, as ordenanças de tática elementar em uso no Exército português, as quais se tinham mandado vir para esse fim: com a execução dessas ordenanças, persuado-me que a instrução prática se tornará regular, e os corpos dentro em pouco tempo trabalharão uniformemente, mediante os contínuos exercícios que tenho recomendado se façam. Pretendo nomear comissões compostas de oficiais habilitados das diferentes armas para que, revendo aquelas ordenanças, proponham as alterações que forem julgadas necessárias e mais apropriadas à organização especial dos corpos do exército.*[166]

A eclosão da guerra provavelmente inviabilizou ou pelo menos dificultou a substituição dos processos de instrução e dos métodos de combate que se pretendia realizar. Efetivamente, o Exército adotou outra ordenança acerca dessas questões somente em 1892. Tratava-se do manual *"Instrucções para a infantaria do Exército Brazileiro, tomando-se por base a instrucção portuguesa"*, mais conhecido como "Regulamento Moreira César". Como sua nomenclatura sugere, baseava na doutrina portuguesa.[167]

De todo modo, no conflito contra o Paraguai, o que se viu foram ataques de formações compactas de infantaria, normalmente em linha de atiradores ou em colunas, apoiadas por fogos da artilharia e/ou cargas de cavalaria. Quando na defensiva, se possível, a tropa se entrincheirava; caso contrário, punha-se em linha ao combater outra infantaria, ou formava quadrados, em face de tropas de cavalaria.

---

[165] ZAGALO, 1850, passim.

[166] 1) JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha. Relatório do ano de 1862, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1863, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863. p. 5-6. 2) BRASIL. Decreto nº 2.978, de 2 de outubro de 1862.

[167] QUEIROZ, José Clarindo; MOREIRA CESAR, Antonio; CASTELLO, João de Souza; ACHÉ, Napoleão Fellippe. I**nstrucções para a Infantaria do Exército Brazileiro, tomando-se por base a instrucção portuguesa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

Cabe-se salientar que as forças terrestres brasileiras, em campanha no Paraguai, atingiram sua plena capacidade de combate durante o comando de Caxias, iniciado em novembro de 1866. Para isso, ele tomou diversas medidas:

> *A reorganização das forças aliadas, comando, Caxias, evidenciava aspectos notáveis desse extraordinário chefe militar, interferindo diretamente nos problemas relativos ao apoio logístico, à instrução e à disciplina da tropa. [...]. Reorganizaram-se hospitais, depósitos e outras instalações na extensa linha de transportes. [...]. A cavalhada mereceu muita atenção [...]. Os corpos de exército e as unidades, de modo geral, reestruturados, de vez que, o 1º e o 2º corpos de exército, verificou Caxias, apresentavam características de organização diversas e pareciam "pertencer a duas nações distintas, tais as disparidades que neles se encontravam". Intensificou as instruções dos quadros e da tropa, principalmente, combate e serviço de campanha. [...]. À parte relativa à remoção e suprimento emprestado novo impulso, além das providências efetuadas, quanto à linha de transportes. Promoveu-se a aquisição de cavalos e mulas, aumentado os estoques de milho e alfafa. Finalmente, o moral da tropa carinho especial do Comando-Chefe, visando a elevá-lo e melhorar o estado disciplinar desolador. Organizaram-se, nesse sentido, teatros, casas de diversões, levantou-se uma igreja e estruturou uma chefia de polícia*.[168]

As lembranças de Dionísio Cerqueira, um jovem voluntário que combateria durante toda a guerra, inicialmente na Artilharia e depois na Infantaria, revelam a trajetória de muitos que como ele alistaram-se para defender a Pátria. Também permitem vislumbrar aspectos do Exército, da sociedade e do País de então.

Ele era aluno da Escola Central, quando, diz ter visto:

> *[...] o Graça, o Amarílio, o Schmidt, o Paulo Alves e todos aqueles caros companheiros em ordem de marcha, com mochila às costas, de capote bem emalado, a marmita reluzente, os malotes pintados de alvaiade, talabarte alvo do bornal bem engomado, com a mais honrosa das grã-cruzes, a chapa do cinturão limpa como ouro, o punho reluzente do sabre-baioneta, o cantil de madeira sobre o bornal vazio e a patrona lustrada a cera, como se tivesse sido envernizada, e carregando garbosos a carabina com que iam defender a Pátria; achei-os admiráveis e, confesso meu pecado, tive tanta inveja, que não pude mais abrir um livro. Não podia ficar no Rio de Janeiro estudando, quando a Pátria reclamava o sangue dos filhos para a sua desafronta.*[169]

Sobre sua apresentação como voluntário:

> *Levaram-me à presença do major Elesbão, da repartição do Ajudante-General; e, se bem me recordo, secretário do general Caldwell. Era um homem alto, barbado e bem fornido de suas carnes. Eu tinha dezessete anos, mas parecia mais moço. Trajava com certo apuro. Mirou-me de alto a baixo, com grande ar de superioridade tão desdenhosa, que me senti invadido por uma onda de sangue. Perguntou-me em tom áspero: - quer assentar praça? – Sim, Senhor. – Para estudar? – Não, Senhor, para ir para a guerra. Lançou-me um olhar de pouco caso e disse a um negro alto, de olhos vermelhos, que estava perfilado na entrada da sala: - cabo, leva este homem para ser inspecionado.*

[168] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 640-641.
[169]CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**: 1865-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 47.

Prossegue:

Ninguém pode avaliar como me senti humilhado com esse tratamento. Aquele oficial superior não ligava importância alguma ao ato de abnegação que eu estava praticando. Os outros talvez pensassem como ele. Entre meus colegas, professores e amigos de minha família, eu era considerado, estimado e tratado de igual para igual. Ali, no Quartel-General, onde ia depor minhas oferendas ao altar da Pátria, diziam a um cabo brutal e analfabeto, apontando desdenhosamente para mim: leva este homem. A minha resolução era, porém, inabalável - seria soldado custasse o que custasse. [170]

Acerca da inspeção médica:

O cabo acompanhou-se sem dizer palavra até uma sala onde estava um médico, com ares de sargento, metido em farda sebosa, sobre uma calça branca já muito amarrotada. – "Seu dotô", aí está o "recoluta" para V. S. "inspecioná". - Dispa-se - roncou o cirurgião. Tirei o fraque e o colete – e parei. – Dispa-se tudo; fique nu... O sangue subiu-me às faces – e obedeci. Fiquei de botinas. – Tire os sapatos. Tenho mais o que fazer. Olhou-me, mirou-me algum tempo e, sem me auscultar nem fazer pergunta ou exame, resmoneou: vista-se... Vesti-me e acompanhei o cabo, que em pouco tempo seria meu superior, à sala do major Elesbão. Em que corpo quer servir? No 1º Batalhão de Artilharia – e partir o mais breve possível. – Ninguém lhe perguntou isso. Chamou um sargento e ordenou que fizesse um ofício, para eu assentar praça no Batalhão de Engenheiros, com destino ao 1º de Artilharia.[171]

A respeito de sua incorporação e viagem para o Uruguai, onde passou a integrar as tropas de Osório:

Segui para a Praia Vermelha com outros recrutas, todos das camadas mais baixas da sociedade. [...] fomos apresentados ao oficial de estado. Subimos à secretaria do Batalhão, onde juramos bandeira, depois de lidos os 29 artigos de guerra do Conde de Lippe. O ato, longe de ter a solenidade que eu esperava e que ainda hoje acho que o deve decorar, passou em tom joco-sério, porque o oficial que lia os célebres artigos, mirava-me de soslaio, com ar de mofa, como que dizendo: - "Vê, desgraçado, o que te espera". [...]. Fui adido a uma companhia, onde me deram um par de sapatos reiúnos enormes, uma fardeta ou jaqueta de pano branco muito ordinário, uma calça que não me abotoava e um gorro de recruta em forma de pão-de-ló. [...]. Fui mandado adir ao 16º, que ficou aquartelado na Armação, em Niterói. Comigo foram muitas outras praças, entre as quais o Costa Matos, o Andrade Silva e o Juvêncio, que era 1º sargento e me incluiu na relação como cadete, por ordem do Quartel-General. Tinha direito por meu pai a 2º cadete e por meus avós a 1º. Ali recebi equipamento, armamento e 100 cartuchos, que guardei parte na patrona e o resto na mochila. [...]. Senti-me orgulhoso, quando formei na 7ª Companhia em ordem de marcha, no dia 5 de fevereiro para embarcar a bordo do vapor "Imperatriz", com destino a Montevidéu. [...]. Depois de uma viagem de inclemências, que suportei satisfeito, porque ia cumprir meu dever de brasileiro, chegamos em frente ao Buceu, próximo a Unión, no meado de fevereiro.[172]

[170] Ibid., p. 48.
[171] Ibid., p. 49-50.
[172] Ibid., p. 51.

Quanto aos primeiros tempos em campanha:

Acampamos em Unión. Foi a primeira vez que entrei em barraca, onde depois morei, em diversas épocas, quatorze longos anos. Pareceu-me bastante pitoresco. Éramos quatro companheiros e procuramos dormir o melhor que foi possível. No estio, por aquelas paragens, os dias são muito quentes, mas as noites frescas; por isso, foi suportável a nossa arrumação na pequena tenda mal armada. Toda aquela gente, que acabava de chegar, era bisonha e não sabia como se arranjar.[173]

Acerca do encontro com os amigos que vira partir do Rio de Janeiro antes de se alistar:

Que misto de alegria e pena senti ao ver os meus amigos Graça, Amarílio, Santiago Dantas, Schmidt, Norbertino e outros, com os uniformes empoeirados e cobertos de barro, os sapatos acalcanhados, os cabelos grandes e emaranhados, as caras cobertas de mascarras, em torno de fogões, onde ardia lenha escassa e fumosa e engrolando detestável guisado de carne cheia de terra! Os mais exigentes, os que gostavam de passar bem, pobres rapazes, cozinhavam pedaços de abóbora e engoliam a pitança desprezível, rilhando nacos duros de churrasco mal assado.[174]

Em referência à marcha inicial:

A princípio a marcha foi regular; os pelotões mantinham as distâncias e se conservavam alinhados. Depois, começou o cansaço daquela gente, que ainda não estava habituada a marchar de mochila às costas e 100 cartuchos na patrona. Ia-se formando pouco a pouco uma cauda de retardatários, que aumentava a cada alto da coluna. Houve um momento em que chegamos à beira de um banhado ou melhor, um lamaçal negro, onde nos enterrávamos até os joelhos. Ia patinhando na lama infecta [...]. Apesar de não ser longa a marcha, cheguei ao Cerro cansadíssimo, com a cintura dolorida pelo peso dos 100 cartuchos embalados, e os ombros pisados pelas correias da mochila e da carabina, que passava, alternadamente, de um para outro.[175]

Em relação ao preparo da tropa:

A exceção dos poucos corpos que haviam invadido o Estado Oriental, [o Exército] era constituído de soldados bisonhos dos batalhões de linha que viviam nas províncias, dando guardas e destacamentos pelo sertão e fazendo diligências policiais; e de paisanos recentemente alistados "Voluntários da Pátria", que não tinham ainda tido tempo de passar a pronto do exercício de recrutas. [Sobre os batalhões de linha mais experientes] alguns tinham as mais honrosas tradições de disciplina e valor, que lhe advieram dos seus grandes comandantes. O 3º, o 4º, o 6º, o 12º, e o 13º rivalizavam no garbo, quando manobravam, na limpeza, na firmeza, na disciplina e na instrução tática. O 12º de Infantaria tinha o apelido de "Treme-Terra" porque, diziam os veteranos, quando marchava em coluna cerrada ou dava em linha uma carga de baioneta, o chão estremecia. Ao 13º deram o nome de "Arranca-Toco", porque era como as antas da floresta: nada resistia aos seus embates, e os pés nus e robustos passavam incólumes sobre espinhos e tremedais, pedras cortantes e areais abrasados pelo sol de verão.[176]

[173] Ibid., p. 51.
[174] Ibid., p. 52.
[175] Ibid., p. 53-54.
[176] Ibid., p. 63.

Sobre por que, pouco depois de um ano de sua incorporação, solicitou transferência para a Infantaria:

> *A ideia de passar para a infantaria não me abandonava. Esta arma exercia sobre mim indizível fascinação. Quando passava um daqueles belos batalhões da Divisão Sampaio, a "Encouraçada", como lhe chamavam os soldados, de bandeira desfraldada, os pelotões alinhados, guardando bem as distâncias, marchando airosos e elegantes, ao som alegre dum dobrado vibrante, não me podia conter e punha-me a marcar passo, olhando com inveja para aquelas fileiras garbosas. No dia 4 de maio, pedi transferência para o 12º, o "Treme-Terra".*[177]

A respeito de seu encontro com o brigadeiro Antônio de Sampaio, por ocasião de sua promoção a alferes, dias antes da 1ª Batalha de Tuiuti:

> *Entrei no acampamento arrastando o espadagão e passei pela sentinela da guarda da frente, que perfilou arma. Quando passava, os soldados levantavam-se e o "Pureza" felicitou-me muito satisfeito. Nesta mesma tarde, já ao pôr-do-sol, fui apresentar-me ao general Sampaio, comandante da 3ª Divisão, a "Encouraçada". Foram comigo o Horácio de Almeida e o Nelson Celso Borges de Assis, que morreu gloriosamente dias depois, em 24 de maio. Tinham sido também promovidos. O ilustre general, glória do Exército pelo valor e amor à disciplina, estava completamente uniformizado debaixo de sua ramada, lendo uma história de Napoleão, seu capitão-modelo. Quando nos viu, fechou o livro, marcando-o com o índice da mão esquerda. Adiantei-me, perfilei-me levando a mão à pala do boné e disse: Pronto, senhor general, venho apresentar-me a V. Exa., por ter sido promovido para o 4º de Infantaria. O velho soldado mirou-me de alto a baixo, e eu firme como uma estaca. Parecia ter simpatizado comigo, porque disse em tom afetuoso: - Estimo muito, senhor alferes. Apresente-se à Brigada. Desejo que seja feliz. Depois, quase sorrindo, perguntou-me: - Você é filho do Ceará? Achou-me talvez com a cabeça chata. – Não, Senhor, Sr. general, sou baiano. E quase acrescentei – "por graça de Deus". Despediu-me com um nobre gesto de bondade. Foi a primeira e a última vez que tive a honra de falar com aquele exemplar homem de guerra.*[178]

Em se falando de Antônio de Sampaio, logo após a Guerra contra Oribe e Rosas, em julho de 1852, ele fora promovido a major e nomeado comandante interino do 4º Batalhão de Fuzileiros, com sede em Caçapava (RS). Em 1854, à frente dessa tropa, compôs a Divisão Auxiliadora, enviada ao Uruguai, a pedido dos governantes locais, para restabelecer a ordem que se via desestabilizada por desavenças políticas. De volta ao Brasil, em 1855 foi alçado ao posto de tenente-coronel e foi-lhe entregue o comando do 6º Batalhão de Fuzileiros, estacionado em São Gabriel. Em 1859, foi chamado para comandar e disciplinar o Corpo Policial da Corte. Cumprida a missão, no ano seguinte retornou para São Gabriel. Foi promovido a coronel em 1861 e nesse posto comandou a 1ª Brigada da Divisão do marechal João Propício Mena Barreto, encarregada, em 1864, de novamente restabelecer a paz no Uruguai. Atingidos os objetivos firmados para essa campanha, ascendeu à patente de brigadeiro. Em face da guerra contra o Paraguai, foi-lhe confiado o comando da 3ª Divisão, a

[177] Ibid., p. 146.
[178] Ibid., p. 150.

"Encouraçada", a qual liderou até ser ferido três vezes em seu derradeiro combate, em 24 de maio de 1866 (1ª Batalha de Tuiuti).[179]

A guerra que envolveria Sampaio, Cerqueira e dezenas de milhares de outros brasileiros, não era esperada, pois as relações do Brasil com o Paraguai haviam sido até então pacíficas. Existiam divergências em relação a limites fronteiriços e à livre navegação pelo rio Paraguai, mas nada indicava que isso viesse a ocasionar um conflito armado. Além disso, o Império defendia de forma intransigente a independência paraguaia, questionada por argentinos ávidos por restabelecer os limites do extinto Vice-Reino do Rio da Prata.

Porém, no início da década de 1860, Solano López, governante do Paraguai, rompeu a tradicional política isolacionista de seu país ao buscar influir nas questões platinas. Barbosa Lacerda esclarece:

> *O ano de 1862 foi decisivo para os países platinos e para o Brasil. No Paraguai, Francisco Solano López ascendeu ao poder; na Argentina houve a unificação do país sob a liderança de Buenos Aires e, no Brasil o Partido Liberal substituiu o Conservador. Nesse ano teve fim à moratória para a definição dos limites, estabelecida na década anterior pelo Paraguai com seus vizinhos. Solano López, por sua vez, aproximou-se do governo uruguaio "blanco" e dos "federalistas" argentinos, querendo se apresentar como árbitro na região e buscando se nivelar com a Argentina e o Brasil. Os acontecimentos não se processaram como esperado por Assunção. O Império do Brasil, na questão uruguaia de 1864, aproximou-se da Argentina e apoiou o partido Colorado, que conseguiu a mudança de governo no Uruguai levando ao poder Venâncio Flores. O governo imperial entendia que o Paraguai apenas protestaria diplomaticamente sobre a situação de fato no Uruguai e não acreditava que este iria à guerra. A notícia da entrada de tropas brasileiras no Uruguai chegou à Assunção em 25 de outubro de 1864, na forma de rumor. O representante uruguaio solicitou, então, a Solano López, o prometido auxílio ao governo Aguirre, não obteve resposta conclusiva do governante paraguaio. [...]. Na madrugada de 11 de novembro, chegou à Assunção o navio brasileiro "Marquês de Olinda". A embarcação levava, a bordo, o novo presidente da província do Mato Grosso, o coronel Carneiro Campos. Horas após partir de Assunção, o "Marquês de Olinda" foi alcançado pela canhoneira paraguaia "Tacuarí" e obrigado a retornar ao porto da capital. López entendia que o Brasil havia declarado guerra ao Paraguai, ao invadir, meses antes, o Uruguai, seu aliado.*[180]

A questão do Uruguai, que foi o estopim da guerra, insere-se no contexto das disputas que lá travavam *blancos* e *colorados*. Em 1º de março de 1864, assumiu a presidência uruguaia o *blanco* Atanásio Aguirre, que tomou medidas contrárias aos interesses do Brasil. Paralelamente, ocorriam saques em fazendas de proprietários brasileiros, realizados por uruguaios. O Império fez diversas reclamações a Aguirre, que foram ignoradas. Em represália, decidiu realizar ações contra ele, aliando-se, para isso, com o *colorado* Venâncio Flores. Bartolomé Mitre, presidente argentino, que tinha boas relações com Flores, não se opôs a ação de *colorados* e brasileiros. Isso levou Aguirre a pedir apoio a López, que lhe prometeu auxílio

[179] DUARTE, 1988, passim.

[180] LACERDA, Paulo Henrique Barbosa. A Guerra da Tríplice Aliança. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 165-166.

e enviou uma nota ao governo brasileiro, pondo-se contra a intervenção no Uruguai que se evidenciava.

As ações bélicas contra Aguirre começaram na margem do rio Uruguai, com a ocupação de Salto, sem reação, em 28 de novembro, realizada em conjunto por tropas de Flores e da Marinha imperial (estas comandadas por Joaquim Marques Lisboa, barão de Tamandaré). Depois, os aliados deslocaram-se para Paissandu, onde se encontrava forte contingente de *blancos*, comandados por Leandro Gómes.[181]

O cerco a Paissandu iniciou-se em 3 de dezembro. Para reforçar as forças de Flores e Tamandaré, o governo imperial destacou tropas sob comando de João Propício Mena Barreto (Exército do Sul), que lá começaram a chegar em 14 de dezembro (Quadro XVIII e Esboço VI, p. 62).[182] Concentradas as tropas e feitos os ajustes finais, decidiu-se que, após bombardeio a ser realizado por tropas navais e terrestres, as forças brasileiras atacariam os setores norte e leste da posição inimiga; e os *colorados*, a parte sul.

A investida teve início na madrugada de 31 de dezembro. Houve intensa reação dos defensores e os combates se espalharam pelas ruas da vila. Queiroz Duarte descreve o combate, atendo-se à participação brasileira:

> *Às 04,20 da madrugada partiu o primeiro tiro; foi o sinal do início do combate, que logo se travou por um contínuo e vivíssimo bombardeio. [...]. Cessado o fogo de artilharia, o Marechal [Mena Barreto] mandou carregar a marche-marche, e as duas brigadas [2ª e 3ª] atacaram uma pelo lado norte e a outra pelo de leste. Ao toque de cornetas e de tambores marcharam em colunas cerradas, entrando pelas ruas da cidade, cujas primeiras casas estavam guarnecidas por defensores que faziam nutrido fogo pelas janelas e das soteias. [...]. A brigada do coronel Carlos Resin, quando entrava numa rua, levando na frente o 13º Batalhão, recebeu uma descarga que fez abater 27 soldados dos primeiros pelotões, e muitos feridos. O próprio coronel Resin foi ferido nessa ocasião, e seu cavalo morto. As espessas nuvens de fumo não permitiam responder com justeza a esta fuzilaria; mas logo que elas se dissiparam, viu-se o batalhão dividido e cosido às casas, respondendo com vigoroso fogo aos tiros do inimigo, arrombando e invadindo casas, lutando a ferro e fogo, e ocupando aos poucos as casas conquistadas. A mesma coisa acontecia com a Brigada Antônio de Sampaio, mais coordenada e sempre impetuosa; mas a partir de certo momento não houve mais formatura e começou a conquista geral das casas e das ruas, passando-se de uma para as outras até a noite, em que foram ocupadas as posições conquistadas. A Brigada Sampaio que avançara pelo lado norte da praça, tomou à baioneta as barricadas opostas pelo inimigo, de quarteirão em quarteirão; cada soteia transformada em verdadeiro reduto, exigiu uma escalada em regra. [...]. As bombas e metralhas cruzavam-se por toda parte; o sangue corria a jorros, formando poços, escorrendo pelas sarjetas das ruas, cobertas de mortos e feridos. A tenacidade do ataque igualava o heroísmo da defesa. [...]. Foram cinquentas e duas horas consecutivas de combate. [...] às 08,20 da manhã de 2, [...] entregaram-se os defensores da posição à discrição.*[183]

---

[181] 1) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 573-576. 2) DUARTE, 1988, p. 236. 3) Marques Lisboa tornou-se barão em 1860, visconde em 1865, conde em 1887 e marquês em 1888.

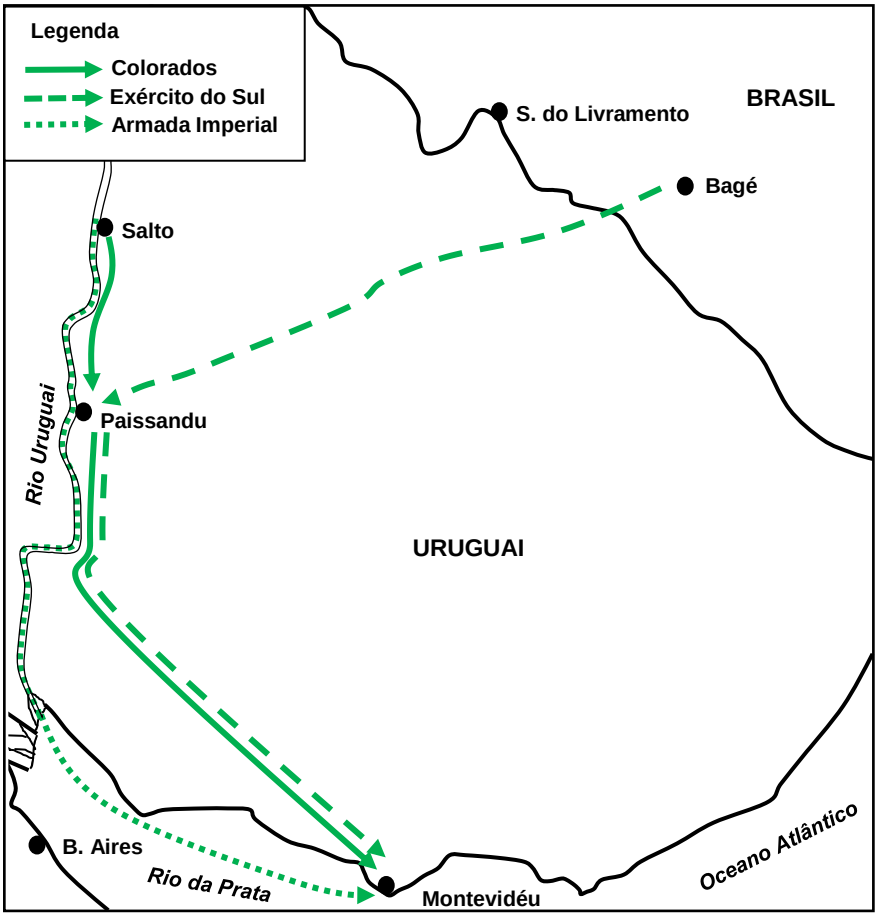
[182] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 573-576.

[183] 1) DUARTE, 1988, p. 240-243. 2) Perdas brasileiras no combate (somados Exército e Marinha): 91 mortos e 207 feridos; *blancos*: 400 mortos e feridos e 700 homens aprisionados; conforme FRAGOSO, v.1, 2009, p. 157. 3) Não foram encontrados registros das perdas dos *colorados*.

QUADRO XVIII - EFETIVOS NO COMBATE DE PAISSANDU.[184]

BRASILEIROS E COLORADOS				
Força Naval do Barão de Tamandaré		Marinheiros, fuzileiros navais e contingente do 1º BI		900
Tropa de Venâncio Flores		Colorados		760
Exército do Sul João Propício Mena Barreto	1ª Divisão Manuel Luís Osório	1ª Bda Cav Silva Brandão	2º Rgt Cav, 3º Rgt Cav, 4º Rgt Cav e 5º Rgt Cav	6.000
		2ª Bda Inf Carlos Resin	3º BI e 13º BI	
		3ª Bda Inf Antônio de Sampaio	4º BI, 6º BI e 12º BI	
	2ª Divisão José L. Mena Barreto	3ª Bda Cav Andrade Neves	5º Corpo GN e 6º Corpo GN	
		Bda Cav Gomes Portinho	Três Corpos GN	
		Bda Cav Alves Valença	Três Corpos GN	
	Regimento de Artilharia Emílio Luís Mallet			
TROPA DE AGUIRRE				
Leandro Gómes		Blancos		1.500

ESBOÇO VI – CAMPANHA CONTRA AGUIRRE [185]



[184]1) DUARTE, 1988, p. 236-239. 2) FRAGOSO, v.1, 2009, p. 145-146, 152. Há discrepância entre os números apresentados por esses autores em relação aos efetivos. Todos os apresentados são os registrados por Duarte, exceto o efetivo do "Exército do Sul".

[185] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas. Refere-se à fase seguinte à ocupação de Salto.

Ocupada Paissandu, brasileiros e *colorados* seguiram para Montevidéu e a sitiaram no início de fevereiro. No dia 15 desse mês, por término de mandato, Aguirre entregou a presidência a Tomás Villalba. Este, cinco dias depois, passou o poder a Flores, pondo fim as hostilidades em solo uruguaio.

Entretanto, nesse momento, o Império já se encontrava em conflito com o Paraguai. López havia considerado a intervenção brasileira no Uruguai uma afronta e ordenou, em 12 de novembro de 1864, a apreensão do navio brasileiro "Marquês de Olinda", que passava por Assunção, com destino ao Mato Grosso. Viana de Lima, representante brasileiro na capital paraguaia, protestou contra tal ato. Obteve como resposta que este se devia à agressão do Império ao Uruguai.

López preparava a anos seu país para a guerra. Dispunha de um Exército de cerca de 70 mil homens e buscava reforçar a Marinha.[186] Também contava com a proteção da fortaleza de Humaitá, no rio Paraguai, que controlava o acesso a Assunção. Seu plano de campanha era aliar-se com Urquiza, governante de Entre Ríos, que se havia desentendido com B. Mitre; e com Aguirre, então no poder no Uruguai. Depois, lançaria uma ofensiva, com o apoio de Urquiza, contra B. Mitre; e se deslocaria rumo ao Uruguai, onde, com o apoio dos *blancos*, pretendia derrotar as tropas brasileiras e *coloradas*. Paralelamente, pensava em ocupar parte do Mato Grosso, a fim de proteger o norte de seu país contra uma investida brasileira e ocupar territórios fronteiriços que considera serem paraguaios (entre os rios Apa, Branco e Ivinhema).

Embora, economicamente, todos os países que se envolveram no conflito fossem dependentes da exportação de produtos primários, havia grande discrepância, em desfavor do Paraguai, dos recursos que poderiam mobilizar. No quadro abaixo encontram-se dados que indicam isso.

QUADRO XIX - POPULAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS DOS PAÍSES ENVOLVIDOS NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA.[187]

	POPULAÇÃO	ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS (£)
BRASIL	9.100.000	4.392.226
ARGENTINA	1.737.000	1.710.324
URUGUAI	250.000	870.714
PARAGUAI	650.000	314.420

Nesse contexto, em 13 de dezembro de 1864, López declarou formalmente guerra ao Brasil e iniciou operações bélicas. Destacou duas colunas para invadir o Mato Grosso. Uma delas, com cerca de 3.200 homens, sob comando de Vicente Barrios, ocupou o Forte Coimbra, Albuquerque e Corumbá; outra, composta por aproximadamente 3.500 soldados, chefiada por Isidoro Resquín, se apossou da Colônia Militar dos Dourados, Nioaque, Miranda e Coxim (Esboço VII, p. 64).

As tropas brasileiras que defendiam tais localidades, com pouco efetivo e mal equipadas, pouco puderam fazer (em agosto de 1864, havia somente 875 homens do Exército na província

[186] FRAGOSO, v.1, 2009, p. 220.
[187] CANSIAN, Renato. História do Brasil. Guerra do Paraguai: tríplice aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai. *Site*.

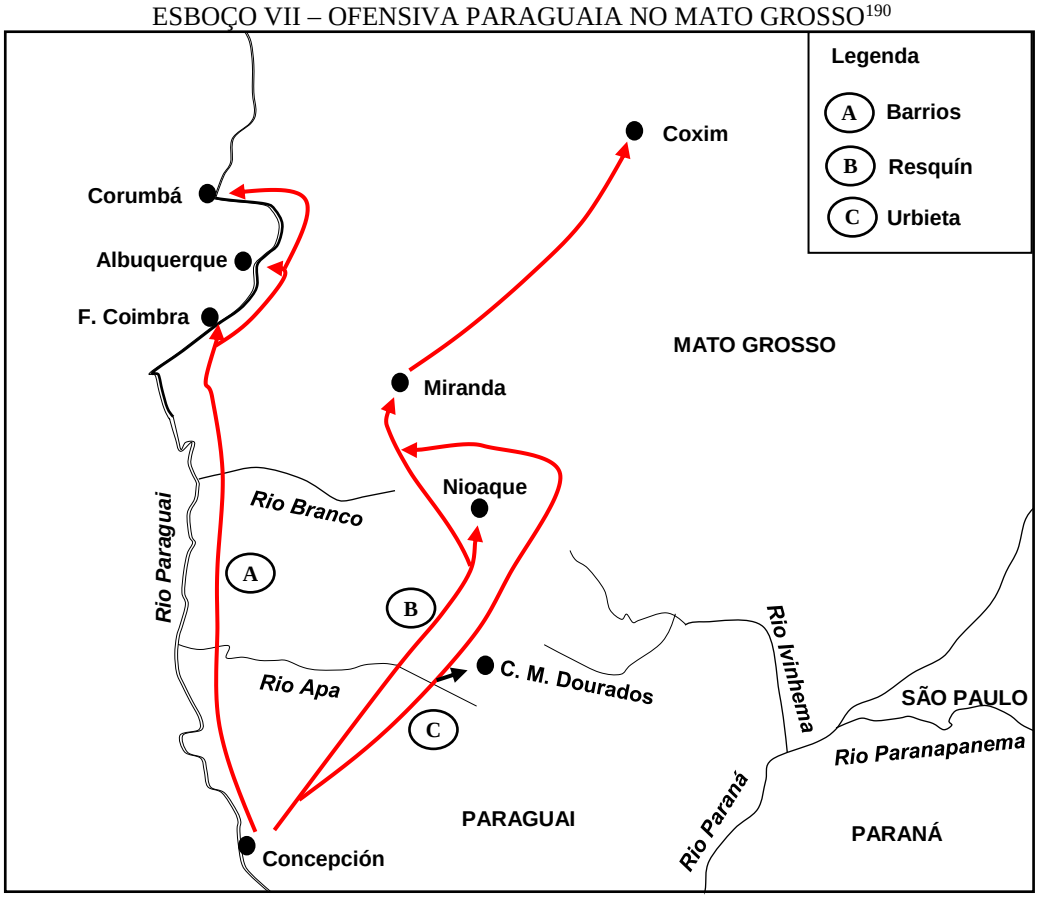
do Mato Grosso, espalhados por várias localidades). Não obstante, houve heroicas resistências no Forte Coimbra e na Colônia Militar dos Dourados (nesta morreu bravamente o tenente Antônio João Ribeiro, comandante da guarnição).[188]

Enquanto ocorria a invasão no Mato Grosso, López solicitou permissão a B. Mitre para passar por território argentino, tendo em vista invadir o sul do Brasil. Teve o pedido recusado e, em 18 de março de 1865, em represália, declarou guerra à Argentina. Nesse momento, porém, o presidente paraguaio não podia mais contar com o apoio dos *blancos*, que já haviam sido derrotados no Uruguai. Além disso, a esperada adesão de Urquiza não ocorreu.

Em 14 de abril, uma coluna precursora paraguaia (cerca de três mil soldados), comandada por Wenceslao Robles, invadiu a Argentina e ocupou a cidade de Corrientes (Esboço VIII, p. 67). Em resposta, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai, firmaram, em 1º de maio, o Tratado da Tríplice Aliança, que só se deveria extinguir com a deposição do governante paraguaio.[189]

Em relação ao comando de tropas, os aliados pactuaram que a chefia geral caberia a um general do país onde aconteciam as operações. Se estas ocorressem no Paraguai, em território fronteiriço com a Argentina, tocaria a um general argentino. Inicialmente, B. Mitre comandou as forças argentinas; Flores, as uruguaias; Osório, as terrestres brasileiras; e Tamandaré, as navais imperiais.

ESBOÇO VII – OFENSIVA PARAGUAIA NO MATO GROSSO[190]



[188] 1) FRAGOSO, v.1, 2009, passim. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, passim. Perdas estimadas brasileiras: 33 mortos e 23 feridos; paraguaias: 44 mortos e 168 feridos, quase todos nas ações no Forte Coimbra.
[189] 1) FRAGOSO, v.2, 2009, passim. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, passim. 3) LACERDA, 2015, passim.
[190] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

Cabe-se ressaltar que até Caxias assumir o pleno comando das forças aliadas (o que se deu efetivamente em 13 de janeiro de 1868, com a saída definitiva de B. Mitre do Paraguai), não havia unidade de comando, pois discordâncias entre os chefes militares aliados eram frequentes, inviabilizando operações que não fossem ajustadas de forma consensual.

Robles, após ocupar a cidade de Corrientes, empreendeu, com cerca de 20 mil homens, marcha para o sul até Goya, sempre pelas margens do rio Paraná. Entretanto, em 25 de maio de 1865, uma força argentina, comandada por Wenceslao Paunero, transportada pela Armada imperial, desencadeou ações na sua retaguarda e recuperou o controle da capital correntina. Os argentinos foram apoiados pela 9ª Brigada brasileira, de João Guilherme Bruce, que, embarcada, fazia a proteção dos navios da Marinha. No combate, defrontaram-se cerca de 2 mil aliados e aproximadamente 1.500 paraguaios.[191]

A ação de Paunero levou López a ordenar a Robles que interrompesse o avanço e retornasse para a cidade de Corrientes, já que poderia ter suas linhas de comunicações cortadas. Robles cumpriu a ordem, mas não encontrou as tropas aliadas, que da citada localidade já se haviam retirado, por não terem recebido os reforços prometidos.[192]

No combate em Corrientes destacou o 9º Batalhão de Infantaria, conforme relata Paunero:

> *O 9º Batalhão brasileiro tomou parte da peleja, contribuindo poderosamente para dispersar guerrilhas inimigas que apareceram mais tarde pelo nosso flanco esquerdo, com a pretensão ostensiva de flanquear-nos, distinguindo-se o 1º tenente de artilharia Tibúrcio Ferreira de Souza, que com dois canhões-obuses fez fogo ativíssimo sobre o inimigo. A Esquadra brasileira, a mando de Francisco Manuel Barroso, que tantos serviços já tem prestado ao Exército, também nos auxiliou de modo importante, dirigindo disparos certeiros contra o quartel que ocupava o inimigo".*[193]

López entendeu que não poderia prosseguir com as operações ao longo do rio Paraná sem destruir os navios da Armada brasileira. Diante disso, ordenou a sua força naval, comandada por Pedro Meza, que os atacasse. O combate deu-se em 11 de julho, nas proximidades do arroio Riachuelo, e terminou com a vitória da Marinha imperial, liderada por Manuel Barroso. O resultado da batalha consolidou o bloqueio fluvial que dificultava o deslocamento das tropas paraguaias invasoras e restringia a chegada ao Paraguai de mercadorias adquiridas por López em países neutros.[194]

---

[191] 1) THOMPSON, Jorge. **La Guerra del Paraguay.** Buenos Aires: Imprénta Americana, 1969. p. 80-81. 2) SCHNEIDER, L. **A Guerra da Triplice Alliança (Império do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o Governo do Paraguay**: 1964-1870. v.1. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902. p. 159.

[191] FRAGOSO, v.3, 2009, p. 238-240.

[192] 1) FRAGOSO, v.2, 2009, p. 72-76. Perdas estimadas brasileiras em Corrientes: um morto e quatro feridos; argentinas: 62 mortos e 149 feridos; paraguaias: 120 mortos e 83 feridos. 2) Robles acabaria insubordinando-se devido as más condições a que fora deixada a sua tropa; acabou fuzilado a mando de López; foi substituído por Resquín.

[193] Apud THOMPSON, 1969, p. 69.

[194] Tropa brasileira: 2.297 homens, nove navios e 59 canhões; perdas: 874 mortos,107 feridos e 20 extraviados, mais um navio afundado e dois encalhados. Tropa paraguaia: 2.500 homens, oito navios, seis chatas e 58 canhões; perdas: cerca de 1.500 baixas, mais quatro navios e seis chatas afundados. Conforme: SCHNEIDER, v.1, 1902, p. 164-178. Há divergência entre os dados do autor e os de J. M. da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), autor das notas constantes na obra. Optou-se em registrar os dados do último.

Enquanto tais ações ocorriam ao longo do rio Paraná, outra força paraguaia, composta por cerca de 10 mil homens, comandada por Antônio Estigarribia, avançou até o rio Uruguai. Em São Tomé, formou duas colunas. Uma delas, sob seu comando, com aproximadamente dois terços do efetivo, adentrou em território brasileiro em 10 de junho, por São Borja, e seguiu para o sul; outra, com o restante dos homens, chefiada por Pedro Duarte, avançou também para o sul, por território argentino. A ideia de Estigarribia era que uma coluna apoiasse a outra em caso de ataques, que poderiam ser desencadeados tanto por forças brasileiras como por argentinas.[195] Tropa brasileira, comandada por David Canabarro, não conseguiu deter Estigarribia, que ocupou Uruguaiana.

Não obstante, a coluna de Duarte acabou cercada e destroçada por forças aliadas, com efetivo em torno de 10 mil homens, na Batalha de Jataí, nas proximidades de Paso de los Libres, em 17 de agosto. Os brasileiros que tomaram parte do embate faziam parte da Brigada comandada por Joaquim Kelly, formada pelo 5º e 6º BIs e 3º BVP.[196]

O oficial argentino José Garmendia descreveu como se deu a fase de perseguição às tropas paraguaias:

> *A partir desse instante não houve batalha, porém matança; tinha-se perdido a formação; com a desordem, não se viam senão pequenos grupos que recebiam a morte de pé. Fuzilados, baionetados pela infantaria, golpeados pela cavalaria oriental, pelo San Martín e pelo 1º de linha argentino e por outras forças que avançavam pela margem do Uruguai atacando-os pela esquerda, os paraguaios dispersos já não sabiam como resistir; sem embargo, um que outro vendia cara a vida, metidos até a cintura no pântano formado pelo terreno baixo, vizinho da foz do Yatay, onde os corpos orientais, afundando-se no atoleiro, os perseguiam sem piedade.*[197]

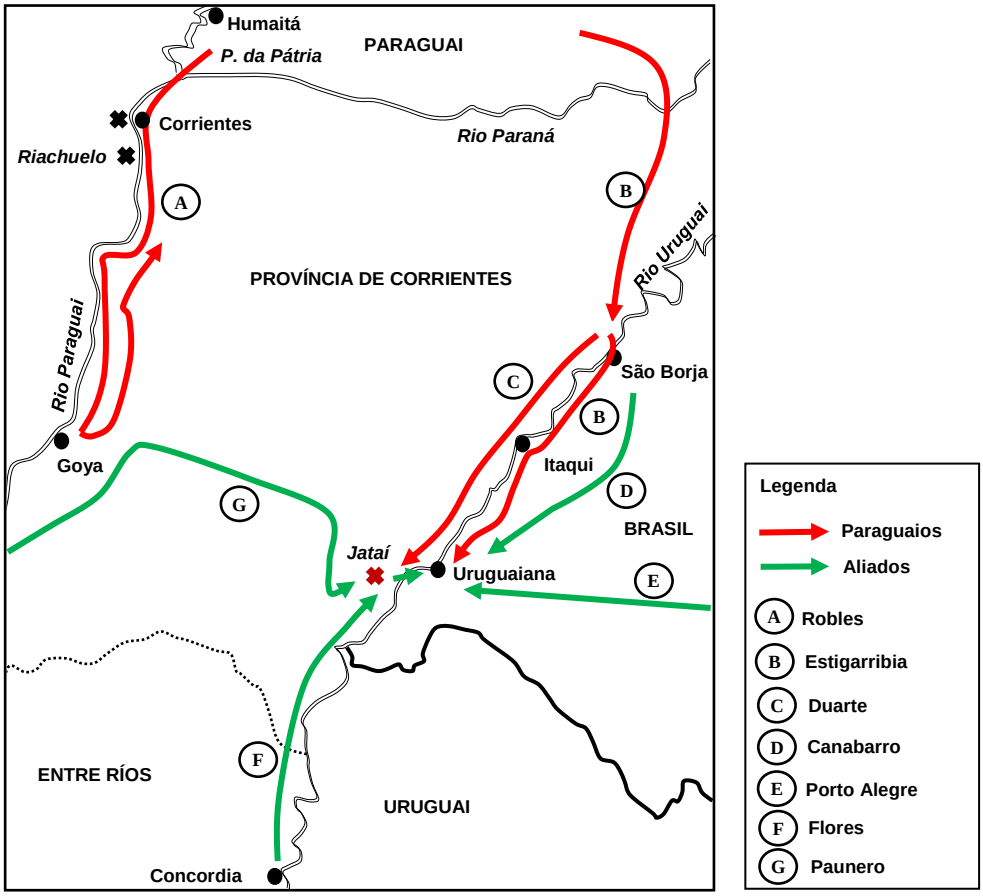
Estigarribia nada fez para socorrer Duarte. Ele próprio e sua tropa, por volta de 5.200 homens, acabaram cercados em Uruguaiana por aproximadamente 17 mil soldados aliados. Terminaram por se render em 18 de setembro.[198] Nesse momento, Manuel Marques de Sousa, barão de Porto Alegre, comandava as tropas brasileiras que estavam no Rio Grande do Sul.[199] Osório encontrava-se se deslocando de Concordia, na fronteira entre a Argentina e o Uruguai, para a região de Uruguaiana (havia assumido o comando das tropas brasileiras que estavam no Uruguai, pois João P. Mena Barreto solicitara substituição por estar enfermo).

López, ao tomar conhecimento da rendição, condenou a conduta de Estigarribia, declarando que este responderia "*ante Deus e à Pátria do único ato que com vergonha registramos na história*".[200] Também, em face da previsível contraofensiva aliada, ordenou o retorno ao Paraguai das tropas posicionadas em Corrientes.

---

[195] FRAGOSO, v.2, 2009, passim. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, passim.
[196] FRAGOSO, v.2, 2009, p. 190-191.
[197] Apud FRAGOSO, v.2, 2009, p. 196-197. Perdas brasileiras na Batalha de Yatay: 19 mortos e 34 feridos; argentinas: 13 mortos e 86 feridos; uruguaias: 51 mortos e 137 feridos; paraguaias: 1.700 mortos, 300 feridos e 1.200 prisioneiros.
[198] FRAGOSO, 2009, v.2, p. 209, 216-217.
[199] Marques de Sousa tornou-se visconde em 1866 e conde em 1868.
[200] In: LA GAZETA FEDERAL. Ordem do dia do marechal Solano López, Humaitá, 6 de outubro de 1865. Apud: Leonardo Castagnino. Historia. Guerra del Paraguay: Uruguayana. *Site.*

ESBOÇO VIII – OFENSIVA PARAGUAIA E REAÇÃO ALIADA[201]



Controlada a invasão, o contingente brasileiro comandado por Osório (mais tarde denominado 1º Corpo de Exército), e as tropas argentinas e uruguaias seguiram, por território argentino, rumo ao Paraguai (Esboço IX, p. 69). O objetivo era ocupar Assunção e depor López. A marcha foi lenta devido ao uso de meios de transporte inadequados, fornecidos por particulares. Em fins de dezembro, as forças aliadas estavam às margens do rio Paraná, na região de Passo da Pátria. Iniciaram, então, preparativos para cruzar o rio e invadir o Paraguai. B. Mitre estava no comando, conforme prescrevia o Tratado da Tríplice Aliança. Em abril de 1866, os aliados haviam concentrado cerca de 65 mil homens, além de suprimentos para a campanha. Em oposição, na outra margem estavam aproximadamente 30 mil paraguaios, posicionados no Forte de Itapiru e em trincheiras.[202] Enquanto isso, tropa liderada por Porto Alegre (posteriormente daria origem ao 2º Corpo de Exército) dirigiu-se para a região das Missões, onde deveria ficar em reserva, em condições de defender o território rio-grandense e apoiar, se fosse o caso, as operações das demais tropas aliadas.[203]

A travessia para o Paraguai, das tropas que estavam nas margens do rio Paraná, iniciou-se em 16 de abril, com o apoio da Marinha imperial (Esboço X, p 69). A Brigada de Antônio de Sampaio, como 4.060 homens, compôs o 1º escalão. Já em solo paraguaio, liderados por

[201] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.
[202] FRAGOSO, 2009, v.2, p. 351, 358.
[203] Ibid., v.3, p. 49.

Osório, os brasileiros derrotaram os oponentes e ocuparam o Forte de Itapiru, que fora evacuado por ordens de López. Este verificara que na borda do rio suas tropas ficavam expostas aos fogos da Marinha brasileira e sujeitas de serem cercadas, por isso, ordenou que elas recuassem para posições mais seguras, na região de Estero Bellaco.[204]

Após ocupar Passo da Pátria, os aliados decidiram seguir para a Fortaleza de Humaitá, que barrava o acesso a Assunção. Entretanto, em 2 de maio, sua vanguarda, formada por 1.900 brasileiros e 1.700 uruguaios, foi emboscada em Estero Bellaco, por aproximadamente 4.500 paraguaios. Ocorreu sangrento combate e, após ser reforçada, a vanguarda aliada rechaçou a investida inimiga.[205]

Rodrigues da Silva, oficial brasileiro que participou da guerra, descreve parte do combate:

> *A 2 de maio, a vanguarda ao mando de Flores composta dos orientais seus compatriotas, a Brigada de Infantaria do coronel Pedra e 4 peças de artilharia, foi surpreendida [...]. Acudindo forças próximas, destacou-se o 26º de Voluntários da Pátria, de Figueira de Melo, forte de 800 homens, um dos batalhões bem cotados no Exército, que trabalhava com precisão admirável, constituído de gente escolhida no Ceará e valente bastante. Marcha apressado, ora estendido em atiradores, ora carregando em linha, ora, finalmente, formando quadrado em defesa às agressões da cavalaria. O inimigo, dado o golpe de surpresa, de pronto embrenha-se na mata, por uma picada larga de vinte metros, bem trilhada. Figueira, supondo-o em retirada, forçada, sai-lhe em perseguição, avançando denodadamente. Já não avistava mais o Exército e distanciou-se além de mil e quinhentos a dois mil metros, mata adentro. O inimigo, em ocasião propícia, contorna-o, acomete-o pela retaguarda com cavalaria e mete-o entre dois fogos. A derrota, súbita, foi tremenda! Desfeita logo a ordem da formatura, sob o domínio do pânico nas fileiras, ninguém mais se entendeu. Vieram a confusão, a balbúrdia, o desatino, o horror. A luta, corpo a corpo, tomou proporções que não se descrevem assim facilmente. Cada qual defendia-se como podia. Era o salve-se-quem-puder, o pandemônio, debaixo de uma gritaria infernal. Matava-se, feria-se, golpeava-se a lança, a espada, a baioneta e a tiro de revólver. [...]. A hecatombe só cessou quando não houve mais sangue a correr.*[206]

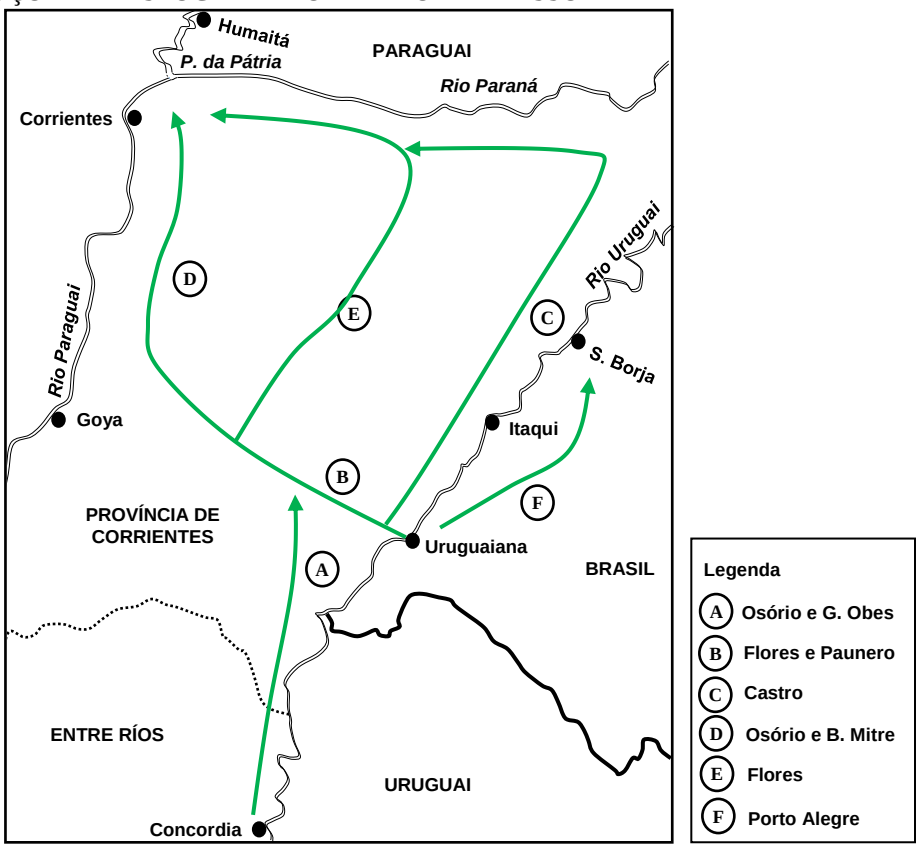
Prosseguindo, as tropas aliadas acamparam na região de Tuiuti. Lá, em 24 de maio, foram novamente atacadas, pois López decidira travar batalha decisiva, a fim de aniquilar o grosso das tropas inimigas e fazer os remanescentes recuar para a margem argentina do rio Paraná.

Tendo em vista tal objetivo, o governante paraguaio resolveu realizar um duplo desbordamento. Por conseguinte, encarregou Barrios, com 8.700 homens, de atacar a ala esquerda aliada; Resquín, com 6.300, a ala direita; e duas colunas, comandadas por José Diaz e Hilário Marco, somando 9 mil, o centro. A vegetação permitia aos paraguaios aproximarem-se das posições aliadas sem serem percebidos, o que favorecia o ataque de surpresa planejado (vide ataque paraguaio e posicionamento das tropas aliadas no Esboço XI, p. 71). [207]

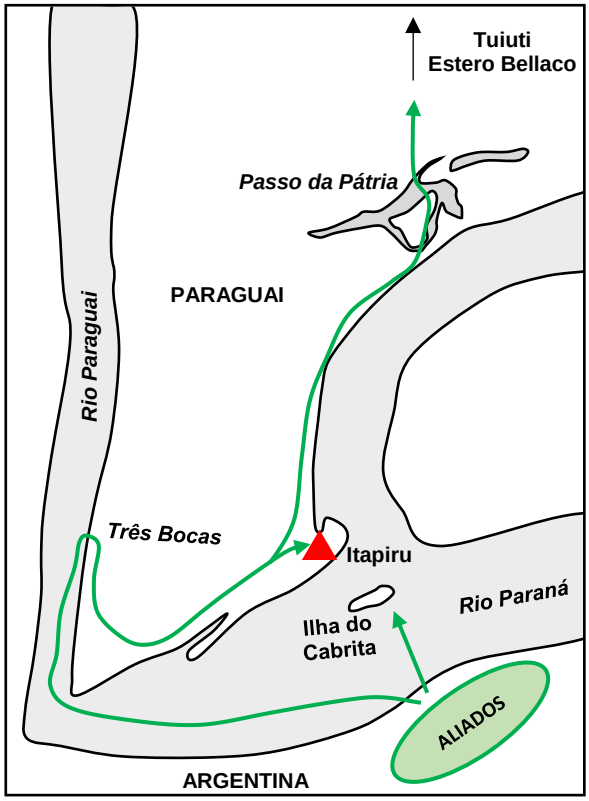
---

[204] Ibid., v.2, p. 356-363. Perdas brasileiras nos combates de 16 e 17 de abril: 65 mortos, 288 feridos e quatro extraviados; paraguaias: cerca de 500, entre mortos e feridos.
[205] Ibid., p. 372-381. Baixas brasileiras no combate de 2 de maio (mortos e feridos): 1.102; argentinas: 49; uruguaias: 400; paraguaias: cerca de 2.300.
[206] SILVA, José Luís Rodrigues da. **Recordações da Campanha do Paraguai.** Brasília: Senado Federal, 2007. p. 46-47.
[207] FRAGOSO, v.2, 2009, p. 397-398.

ESBOÇO IX – DESLOCAMENTO ALIADO ATÉ PASSO DA PÁTRIA[208]



ESBOÇO X – TRAVESSIA ALIADA PARA O PARAGUAI[209]



[208] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.
[209] Ibid.

Os aliados haviam se posicionado no sentido da profundidade e a cavaleiro da estrada que levava a Humaitá. Contavam com um efetivo de cerca de 31.400 homens (18 mil brasileiros, 12 mil argentinos e 1.400 uruguaios).[210]

Em primeiro escalão, à esquerda, estavam tropas uruguaias, comandadas por Flores, reforçadas por unidades brasileiras, inclusive o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, de Emílio Mallet. À retaguarda desse contingente, encontrava-se a 3ª Divisão, de Sampaio; e o 1º Batalhão de Engenheiros, de Conrado. À direita posicionava-se a 6.ª Divisão brasileira, de Vitorino Monteiro. Em segundo escalão, estavam a 1ª e a 4ª Divisões, mais a 19ª Brigada Auxiliar, todas brasileiras, comandadas, respectivamente, por Argolo Ferrão, Guilherme de Sousa e Francisco de Freitas.[211]

Em terceiro escalão encontravam-se a 2ª e 5ª Divisões, mais a Brigada de Cavalaria Ligeira e o Comando Geral de Artilharia, liderados, nessa ordem, por José Luís Mena Barreto, Tristão Pinto, Antônio Neto e José de Andréa.

Os argentinos posicionaram-se à direita do dispositivo tomado pelos brasileiros e uruguaios. À frente estava o 1º Corpo de Exército, de Paunero; e à retaguarda o 2º Corpo de Exército, de Emilio Mitre (irmão de Bartolomé). A frente de batalha da tropa argentina quase alinhava-se com a da força de Flores.

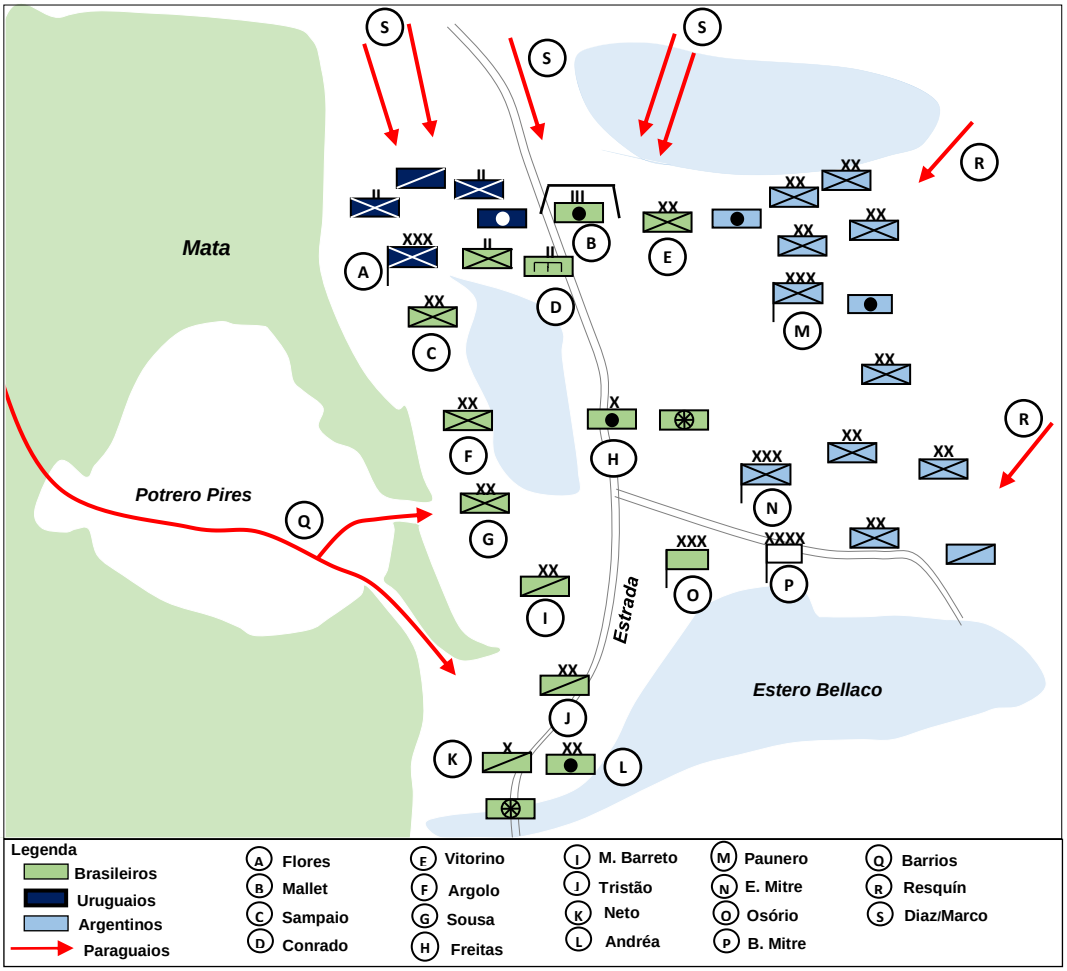
No centro do dispositivo, encontravam-se os postos de comando de Osório e B. Mitre, além dos trens e outras tropas.

Por volta das 12h, os paraguaios dispararam um foguete à Congreve. Era o sinal para que se iniciasse o ataque. Diaz lançou suas tropas contra às de Flores, que surpreendidas começaram a recuar. Mallet apoiou Flores bombardeando o flanco dos paraguaios. Para fazer frente a essa ameaça, Diaz ordenou a sua cavalaria que manobrasse e atacasse a posição de Mallet. A ordem foi executada, mas ao avançar, a cavalaria paraguaia foi destroçada pelos tiros rápidos da artilharia brasileira. Esta se encontrava protegida por um fosso, que impedia o avanço dos cavalarianos inimigos. Não obstante, as tropas de Flores continuavam em situação difícil e em seu apoio acorreu a 3ª Divisão, de Sampaio. Dionísio Cerqueira descreve:

> *Grandes colunas de infantaria inimigas surdiam pelas bocainas da esquerda e acometiam a 3ª Divisão. Sampaio cavalgava, trajando o seu belo uniforme de general, bordado a ouro, à frente das suas tropas: mandou estender linhas e avançar. O nosso ímpeto foi violento. [...]. Os batalhões avançavam; a artilharia rugia rápida, infatigável, a revolver, era um contínuo trovejar. Parecia uma tempestade. Cornetas soavam a carga; lanças se enristavam; cruzavam-se as baionetas; rasgavam-se os corpos sadios dos heróis, espadas brandidas a duas mãos, como os montantes dos pares de Carlos Magno, abriam crânios, cortavam braços, decepavam cabeças. Quadrados formavam-se aqui; além, ouvia-se o toque de "assembleia" e as linhas de atiradores se reuniam, ora em círculo, ora formando os quatro camaradas de combate, de baioneta cruzada contra a cavalaria que vinha a galope: era uma confusão imensa e cheia de fortes impressões. A batalha atingia seu momento decisivo. O ataque mais forte fora à 3º Divisão, que resistia heroica, a dez mil homens de Diaz. Todos, modéstia à parte, consideravam-na o escol do Exército.*[212]

[210] FRAGOSO, v.2, 2009, p. 396.
[211] Ibid., 2009, p. 389-393.
[212] CERQUEIRA, 1980, p. 158-161.

ESBOÇO XI – 1ª BATALHA DE TUIUTI/ATAQUE PARAGUAIO[213]



Após cerca de cinco horas, sob coordenação de Osório, forças brasileiras repeliram os ataques de Diaz, bem como os de Marco e Barrios, que haviam investido em outros setores. Os argentinos igualmente derrotaram o assalto de Resquín.

Sampaio fora ferido três vezes. Faleceria em 6 de julho de 1866, no navio-hospital Eponina, nas proximidades de Buenos Aires. O jornal *La Nación* noticiou:

> *Diremos de passagem que esse chefe é um dos homens mais valentes que se podem encontrar, foi seu desmedido valor que de soldado o levou a general, sendo hoje ainda moço. Na batalha de 24 de maio, o brigadeiro Sampaio com sua brilhante divisão, chamada "Encouraçada", por compor-se das melhores tropas brasileiras, foi a que aguentou o inimigo, e no meio do fogo infernal, viu-se o brigadeiro Sampaio a cavalo dirigindo ousadamente suas manobras. Foi ferido, e momentos depois morto o seu cavalo. Então a pé, continuou, com espada em punho, a dirigir as suas forças. Vendo cair ferido o comandante do heroico 4º Batalhão de Voluntários, vários oficiais e a metade dos soldados dessa unidade, compreendendo que esse batalhão era a chave desse círculo de baionetas, colocou-se à frente do mesmo com o que, por tal forma o animou, fazendo o 4º Corpo se fizesse dizimar pelo inimigo, mas sempre mantendo a sua posição. Foi nessa ocasião que o general Sampaio, sendo novamente ferido, caiu nos braços de seus soldados e foi conduzido exangue ao seu quartel-general.*[214]

[213] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.
[214] Apud DUARTE, 1988, p. 284.

A batalha custara caro aos contendores.[215] Os aliados, além das baixas, passaram a se ressentir da falta de suprimentos, meios de transporte e cavalhada. López buscou reestruturar seu exército e, para ganhar tempo, o entrincheirou nas rotas que demandavam a Humaitá.[216]

Dessarte, as operações estagnaram. Os aliados também se entrincheiraram e muito penaram enquanto aguardavam ordens para voltar à ofensiva. Rodrigues da Silva, comenta:

> *Devido à ausência de cavalhada própria e de recursos de ordem imprescindível à mobilização pronta do Exército, nem mais um passo adiante foi permitido dar, ulteriormente ao gigantesco sucesso [vitória em Tuiuti). Preparou-se, varreu-se a arena assinalada de Tuiuti, estabeleceu-se a mortífera "linha negra" – e invernamos debaixo de incessante bombardeio do inimigo, afinal de contas, sem maior mossa moral à força do hábito, que transforma o organismo. [...]. Começando a grassar a disenteria, de modo assustador, e, atribuindo-se ao fato da distribuição da carne no momento de abatido o gado, este serviço passou a ser feito com antecedência de 12 horas, cessando o mal em erupção, para reaparecer mais tarde, transformando em cólera morbo asiático, bexiga pele de lixa, tifo e sarampo, tudo a um tempo. Esta ocorrência fúnebre, porém, em nada desmereceu o tom alegre dos acampamentos, sempre recrudescente, na razão direta das contrariedades emergentes do oceano de lutas em que nos víamos mergulhados. É um caso impressionante, o estoicismo daquela época. Ninguém se apavorava da incongruência da sorte, desferindo os seus lances funestos. A terrível "linha negra" – vamos tentar descrevê-la – situava-se na mata cerrada, com pequenas soluções de continuidade em partes baixas e altas, depressões sensíveis do terreno, mais ou menos alagadiço, onde parcimoniosamente penetrava o ar e a luz. Em dias enuviados, fazia-se a escuridão. Na retaguarda, qualquer elevação obrigava a força, com direção a ela a marchar em acelerado, quase de cócoras, outras ocasiões a arrastar-se, a fim de evitar as pontarias certeiras do inimigo, descobrindo-nos através da ramagem. Nos lugares secos, sacos de areia sobrepostos; nos úmidos, chapas de ferro da espessura de um centímetro serviam de abrigo passageiro às sentinelas, rendidas de hora em hora, às vezes, em menos tempo, tal a exalação pútrida e deletéria de cadáveres em decomposição adiantada, nunca sepultados, por se acharem entre as duas linhas beligerantes. A distância de uma a outra era tão curta, que se ouvia distintamente os paraguaios baterem no rosto para matar mosquitos. A quantidade destes insetos subia a coisa inenarrável. Insinuavam-se pelos ouvidos, boca, narinas. Um inferno em suma. [...]. Diariamente a maldita linha enviava feridos ao hospital e cavava fundo no estômago combalido do brasileiro guloso, pois sair de serviço sem expelir boa cópia de perdigotos, julgava-se milagre. Ainda assim, havia indivíduos aos quais o ambiente deletério não envenenava nem produzia abalo. Não admira, porque nas margens do Nilo africano há quem viva sem a mais leve dor de cabeça. Segredos do temperamento humano.*[217]

Osório, em julho, por motivo de saúde, deixou temporariamente o Paraguai. Assim, o 1º Corpo de Exército passou a ser comandado por Polidoro Jordão, recém-chegado da Corte. Ainda nesse mês, as tropas do 2º Corpo de Exército, comandadas por Porto Alegre, juntaram-se às demais no Paraguai. Tratava-se de um reforço de 10.160 homens, bem armados e disciplinados.[218]

---

[215] Baixas brasileiras no combate de 24 de maio: 719 mortos e 2.292 feridos (desses, 1.033 baixas da 3ª Divisão, de Sampaio); argentinas: 126 mortos e 480 feridos; uruguaias: 133 mortos e 163 feridos; paraguaias: aproximadamente 12 mil mortos e feridos. Conforme: FRAGOSO, v.2, 2009, p. 413-414.
[216] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 633.
[217] SILVA, 2007, p. 51-52.
[218] FRAGOSO, v.3, 2009, p. 73.

Em meio a alguns combates de pequena envergadura, os comandantes aliados passaram a planejar uma ação ofensiva. Após muito discutirem, decidiram se apossar das posições paraguaias situadas em Curuzu, às margens do rio Paraguai, o que, julgavam, lhes possibilitaria posteriormente desbordar a linha de entrincheiramentos inimiga. Tal plano também permitiria à Marinha brasileira apoiar com seus fogos a investida, o que foi levado em conta.

Dessarte, em 3 de setembro, Porto Alegre, como cerca de 8.400 homens, atacou e se apossou da posição de Curuzu, defendida por aproximadamente 2.500 paraguaios. Todavia, ele não deu prosseguimento às ações, o que possibilitou a López reforçar outro entrincheiramento, um pouco mais à retaguarda, em Curupaiti, que até então se encontrava quase desguarnecido.[219] Porto Alegre justificou sua atitude alegando que não tinha informações acerca da distância e da natureza do terreno a percorrer, bem como das condições de resistência e de defesa de Curupaiti (vide operações em torno de Humaitá no Esboço XII, p. 75).[220]

Porto Alegre recebeu reforços e o efetivo aliado na região de Curuzu chegou a 20 mil homens. Em 22 de setembro, ele e Mitre resolveram realizar um ataque frontal a Curupaiti, posição agora defendida por cerca de 5 mil paraguaios. A Marinha imperial novamente deveria apoiar a arremetida.[221]

A ofensiva acabou redundando em enorme fracasso. O bombardeio da Marinha não causou o esperado impacto nas posições paraguaias e os batalhões aliados que avançavam em massa, por terrenos alagadiços, foram dizimados pelos inimigos entrincheirados. Além disso, ações de outras tropas aliadas, previstas em apoio ao assalto, não foram realizadas.[222]

Segundo Rodrigues da Silva, por ocasião do combate, Porto Alegre, na contraescarpa do baluarte, de chicote em punho, a cavalo, gritava aos seus camaradas que não esmorecessem e avançassem com intrepidez. Na retirada, após o desastre do rechaçamento, depois de muitos soldados terem sido trucidados a golpes de machadinha ao buscarem penetrar na fortificação, em altas vozes, explanara: "*Tanta desgraça, só para mim não há uma bala!"*.[223]

O resultado do combate abalou o moral das tropas aliadas e levou a outro período de estagnação. Flores, insatisfeito com o andamento das operações, voltou para o Uruguai, em 25 de setembro. Passou o comando de suas tropas para Henrique Castro.[224]

D. Pedro II, em outubro, nomeou o Marquês de Caxias para comandar as tropas brasileiras, inclusive as da Marinha. Em dezembro, Joaquim José Inácio, visconde de Inhaúma, substituiu Tamandaré, que há meses solicitava tal providência, por estar com enfermidades.[225]

Em 9 de fevereiro de 1867, foi a vez de B. Mitre voltar para seu país, a fim de debelar uma rebelião. Passou o comando aliado a Caxias. Retornaria ao Paraguai em 27 de julho e dali

[219] Baixas brasileiras no combate de 3 de setembro: 159 mortos e 629 feridos; paraguaias: 800 mortos, 1.800 feridos e 32 prisioneiros. Conforme: FRAGOSO, v.3, 2009, p. 93-94.
[220] FRAGOSO, v.3, 2009, p. 94.
[221] Ibid., p. 124 -129.
[222] Baixas brasileiras no combate de 22 de setembro: 2.011; argentinas: 2.082; paraguaias: entre 50 e 250. Conforme: FRAGOSO, v.3, 2009, p. 136 -137.
[223] SILVA, 2007, p. 107.
[224] 1) SCHNEIDER, v.2, 1902, p. 119. 2) Flores acabou assassinado no Uruguai, em 19 de fevereiro de 1868.
[225] Luís Alves de Lima e Silva tornou-se barão, em 1841; conde, em 1845; marquês, em 1852; e duque, em 1869.

se retiraria definitivamente em 13 de janeiro de 1868, devido à morte do vice-presidente argentino que o substituía.

Após meses de preparativos e reconhecimentos, Caxias resolveu empreender uma manobra de flanco para contornar as trincheiras inimigas e cercar Humaitá. Assim, pretendia livrar as tropas do desgaste e das baixas previstas em caso de realização de ataques frontais. Contava exclusivamente para essa operação com 28.137 homens (21.521 brasileiros, 6.016 argentinos e 600 uruguaios), que se defrontariam com cerca de 30 mil paraguaios.[226]

A força brasileira, nesse momento, formava três corpos de exército, 1º, 2º e 3º, comandados, respectivamente, por argolo (substituíra Polidoro, que voltara à Corte, por motivo de saúde), Porto Alegre e Osório (que retornara ao Paraguai depois de organizar o corpo de exército que passou a comandar).

A manobra teve início em 22 de julho de 1867. O 1º e o 3º Corpos de Exército marcharam rompendo as defesas que encontravam e se apossaram de Tuiu-Cuê, São Solano, Laureles, Tahi e Estabelecimento. O 2º Corpo de Exército ficou em Tuiuti e em Passo da Pátria, para proteger a retaguarda e as linhas de comunicações. Paralelamente, um destacamento da Marinha, comandado por Delfim de Carvalho, passou por Humaitá, juntando-se às tropas que estavam em Tahi (posteriormente chegou a bombardear Assunção). Completava-se, assim, em 19 de fevereiro de 1868, o cerco planejado.

Enquanto tais ações ocorriam, López ordenou um outro ataque a Tuiuti. Em caso de sucesso, tal ação poderia isolar as tropas aliadas que realizavam a manobra de flanco, colocando-as em sérias dificuldades. Todavia, em 3 de novembro de 1867, a tropa destacada para a missão, composta por cerca de 9 mil combatentes, foi derrotada pelo 2º Corpo de Exército, que contava com aproximadamente 2.700 homens em condições de combate.[227]

Depois de cercarem Humaitá, os aliados passaram a realizar preparativos para assaltá-la. No entanto, em 16 de julho, López ordenou a retirada da tropa que a guarnecia, devido a dificuldades em abastecê-la. Seguindo a ordem, os paraguaios deixaram repentinamente a fortaleza, atravessaram o rio Paraguai e seguiram em direção norte. Em 25 de julho, as forças aliadas entraram no baluarte.[228]

Cabe destacar que enquanto Caxias preparava as tropas para a manobra de Humaitá, houve uma investida brasileira em território paraguaio, a partir do Mato Grosso. Foi realizada por uma coluna composta por cerca de 1.700 homens (a maioria de infantaria, do 17º BVP e dos 20º e 21º BIs), comandada por Carlos de Morais Camisão, que havia assumido o comando em 1º de janeiro de 1867, na localidade de Miranda. O objetivo da expedição era atingir Concepción, localizada na margem ocidental do rio Paraguai, e, assim, se constituir em uma ameaça para Assunção, dali distante cerca de 250 km a jusante.[229]

---

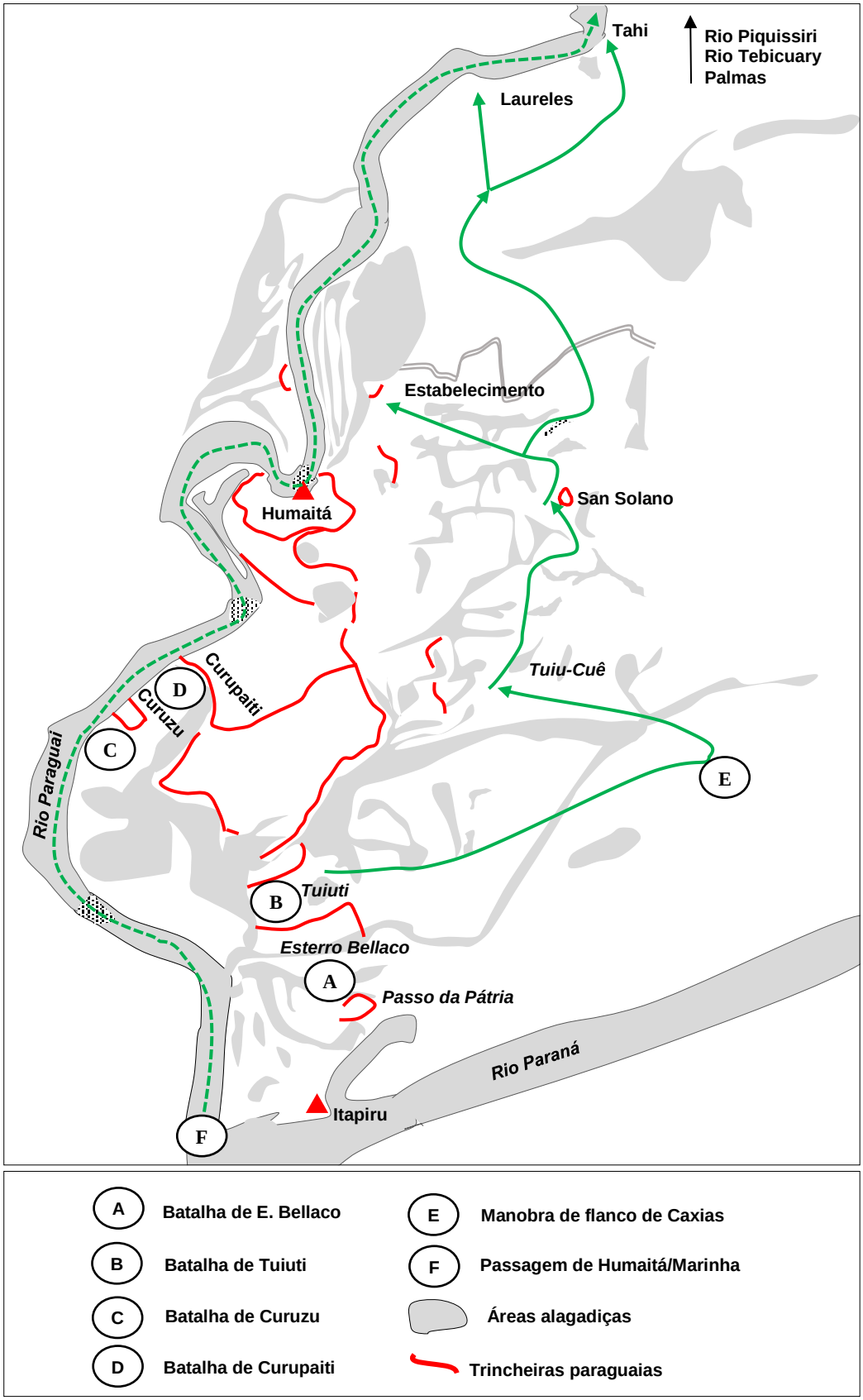
[226] FRAGOSO, v.3, 2009, p. 238-240.

[227] Ibid., p. 347, 349, 357. Baixas brasileiras no combate de 3 de novembro de 1867: 259 mortos, 1.165 feridos e 394 extraviados; argentinas: 35 mortos, 151 feridos e 41 extraviados; paraguaias: entre 1.200 e 2.734 mortos/feridos e 155 prisioneiros.

[228] Baixas aliadas da Batalha de Curupaiti (exclusive) até o término da Manobra de Humaitá (inclusive as da Campanha do Mato Grosso, comandada por Camisão) - brasileiras: 1.479 mortos, 5.498 feridos e 572 extraviados; argentinas: 163 mortos, 243 feridos e 106 extraviados; uruguaias: um morto e três feridos. Conforme: FRAGOSO, v.3, 2009, p. 487-488. Baixas paraguaias: não encontrados registros.

[229] TAUNAY. Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle. **A Retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874. passim.

ESBOÇO XII – OPERAÇÕES EM TORNO DE HUMAITÁ[230]



[230] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

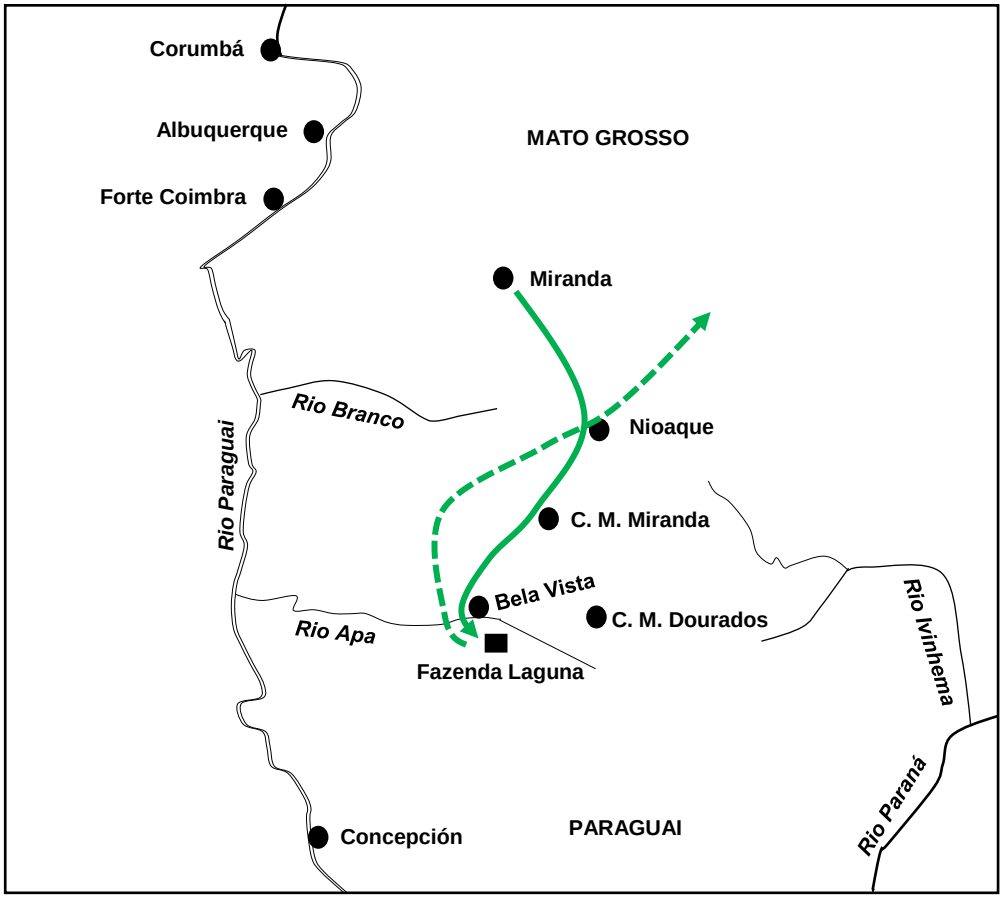
Os expedicionários inicialmente deslocaram-se de Miranda para Nioaque. Em 25 de fevereiro de 1867, deixaram esta localidade e, em 21 de abril, em Bela Vista, atravessaram o rio Apa, adentrando em território paraguaio. Todavia, passaram a sofrer devido à falta de suprimentos e em razão de doenças, o que era agravado pelo desconhecimento do terreno e por frequentes escaramuças com o inimigo.[231]

Ciente da falta de víveres, Camisão estabeleceu como vital a ocupação da Fazenda da Laguna, distante cerca de 8 km do local da travessia, onde haveria rebanho suficiente para abastecer os soldados. Lá chegando, em 1º de maio, os brasileiros nada encontraram. Diante disso, Camisão, seis dias depois, resolveu retornar com seus soldados para o Mato Grosso, já que percebera ser impossível continuar o avanço sem suprimentos.[232]

Iniciava-se uma dramática marcha, que ficaria conhecida como a "Retirada da Laguna", realizada sob frequentes ataques paraguaios, inclementes condições meteorológicas, terrenos desfavoráveis, falta de suprimentos e proliferação de doenças (principalmente o cólera).[233]

Após muitas desventuras, em 4 de junho, a força brasileira voltou a adentrar em Nioaque. A partir dali não mais seria fustigada pelo inimigo. Só restavam 700 homens, os demais, em sua maioria haviam morrido, inclusive Camisão.

ESBOÇO XIII – INCURSÃO DE CAMISÃO NO PARAGUAI E RETIRADA DE LAGUNA[234]



[231] TAUNAY, 1874, passim.
[232] Ibid.
[233] Ibid.
[234] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

Alfredo d'Escragnolle Taunay, que participou da expedição, relata os infortúnios de uma noite:

> *Para a noite caiu abundante chuva, agravadora de todos os nossos padecimentos. Amontoados perto da pequena barraca dos médicos, sem abrigo e ao ar livre, receberam os coléricos, nos corpos gélidos, as bátegas que desabavam, de espaço em espaço. Era horrível ver esse míseros, presos de agitação extrema, dilacerando os andrajos com que procurávamos cobri-los, rolando uns sobre os outros, a se torcerem com câimbras, vociferando, soltando brados, que se fundiam numa só voz: água. Os médicos não tinham recursos; os enfermeiros, a princípio zelosos e ativos, tinham desanimado diante do número sempre crescente dos doentes, e, apesar da ordem que proibira como fatal o uso da água, davam-na para satisfazer um instante ao menos aos moribundos: a isso limitavam-se todos os cuidados.*[235]

O sul do Mato Grosso acabou completamente desocupado pelos paraguaios em junho de 1868, por ordem de López, que necessitava urgentemente de tropas na região de Humaitá.[236]

Voltando-se a tratar das operações na frente de combate principal, López, ao perceber que não poderia manter Humaitá, ordenou a evacuação do grosso de suas tropas para uma linha defensiva ao longo do rio Tebicuary. Todavia, pouco depois decidiu retroceder um pouco mais, até o rio Piquissiri, onde julgou poder estruturar um sistema defensivo mais eficaz. Ali estabeleceu dois pontos fortes: Angostura e Ita-Ivaté. Os aliados, depois de ocuparem Humaitá, deslocaram-se para Palmas, situada poucos quilômetros ao sul do rio Piquissiri. Houve mudanças no comando do 1º e 2º Corpos de Exército brasileiros, que passaram a ser comandados por Jacinto Machado Bittencourt e Argolo, respectivamente.[237]

Caxias novamente percebeu que ataques frontais trariam enormes perdas às suas tropas e, por isso, planejou outra manobra de flanco. De acordo com essa, parte da tropa fixaria os paraguaios em Piquissiri, enquanto o restante, como o apoio da Marinha, atravessaria o rio Paraguai, contornaria a posição paraguaia, voltaria a transpor o referido curso de água e atacaria o adversário pela retaguarda. Antes de colocá-la em prática, porém, ordenou a Argolo a construção de uma estrada, na margem ocidental do rio Paraguai, por onde passariam as tropas que fariam o movimento de cerco.

Pronta a estrada, em 4 de dezembro de 1868 teve início a marcha de flanco, liderada por Caxias. Dela participavam os três corpos de exército brasileiros, perfazendo um total de 18.667 homens. Na frente da posição inimiga do Piquissiri ficou um contingente de 8 mil soldados (2.846 brasileiros, 4.354 argentinos e 800 uruguaios).[238] Nesse momento, López contava com cerca de 10 mil soldados na região do Piquissiri (vide manobra no Esboço XV, p. 82).[239]

A movimentação pelo flanco ocorria conforme o planejado, até que, em 6 de dezembro, no arroio Itororó, os brasileiros encontraram forte resistência. A luta, da qual tomaram parte cerca de 11 mil brasileiros e cinco mil paraguaios, deu-se pela posse de uma ponte que

---

[235] TAUNAY, 1874, p.164-165.
[236] THOMPSON, 1969, p. 299.
[237] 1) FRAGOSO, v.4, 2009, passim. 2) MANUSCRITO de mil oitocentos e sessenta e nove ou resumo histórico das operações militares dirigidas pelo marechal d'exercito Marques de Caxias na Campanha do Paraguay. Rio de Janeiro/Brasília: Typographia e Lithographia Popular de Azeredo Leite, 1872. p. 84.
[238] 1) FRAGOSO, v.4, 2009, p. 60. 2) MANUSCRITO, 1872, p. 84.
[239] THOMPSON, 1969, p. 320.

canalizava o avanço das tropas imperiais.[240] O embate foi violento e os ataques dos brasileiros foram repetidamente repelidos, o que levou Caxias a ordenar a Osório que desbordasse o inimigo. Enquanto Osório marchava para cumprir sua missão, a situação na ponte ficou crítica e Caxias, à frente das tropas, liderou mais uma arremetida.[241] Dionísio Cerqueira relata:

> *Fernando Machado caiu fulminado na frente de sua brigada. A cavalaria recuou e atropelou os infantes na estreita ponte. Uma linha de atiradores do 10º foi acutilada e o comandante Guedes morreu como um herói. Repelimos os paraguaios e os levamos até bem longe; mas, voltaram à carga com fúria e o Azevedo caiu exangue. As nossas tropas, lutando desesperadamente, foram arrojadas aquém da ponte. As cornetas repetiam incessantemente o toque de avançar; mas as tropas pareciam hesitantes. O Argolo e Gurjão foram feridos. Muitos comandantes estavam fora de combate, a ação estava indecisa e o terreno não permitia o desenvolvimento de grandes forças. As reservas estavam inativas. Apenas alguns batalhões foram substituir outros, que estavam dizimados. O terreno não se prestava a grande desenvolvimento de tropas. Passou pela nossa frente animado, ereto no cavalo, o boné de capa branca com tapanuca, de pala levantada e preso ao queixo, pela jugular, a espada curva desembainhada, empunhada com vigor, e presa pelo fiador de ouro, o velho general-chefe [Caxias], que parecia ter recuperado a energia e o fogo dos vinte anos. Estava realmente belo. Perfilamo-nos como se uma centelha elétrica tivesse passado por todos nós. Apertávamos o punho das espadas, e ouvia-se num murmúrio de bravos ao grande marechal. O batalhão mexia-se agitado e atraído pela nobre figura que abaixou a espada em ligeira saudação aos seus soldados. O comandante deu a voz de "firme". Dali a pouco, o maior dos nossos generais arrojava-se impávido sobre a ponte, acompanhado dos batalhões galvanizados pela irradiação de sua glória. Houve quem visse moribundos, quando ele passou, erguerem-se brandindo espadas ou carabinas para caírem mortos adiante. A carga foi irresistível e o inimigo completamente feito em pedaços. As bandas tocaram o hino nacional, cujas notas sugestivas se mesclaram com a alvorada alegre, repetida pelos corneteiros que ainda viviam.*[242]

Após breve descanso, as tropas brasileiras prosseguiram rumo às posições do rio Piquissiri, mas antes que lá chegassem depararam-se com mais um contingente inimigo, no arroio Avaí, em 11 de dezembro.

Bernardino Caballero, comandante paraguaio, havia colocado suas forças, que não passavam de 7 mil homens, em uma colina. Caxias dispôs sua tropa, 17.833 combatentes, também em uma elevação, na frente da ocupada pelo inimigo. Entre as ditas alturas corria o arroio Avaí (Esboço XIV, p. 80).[243]

Caxias decidiu realizar um duplo desbordamento, ou seja, fixaria o centro do inimigo com parte da tropa e com o restante atacaria as suas alas, tendo em vista cercá-lo. Para isso, ordenou a Osório que realizasse um ataque frontal, com o 3º Corpo de Exército, reforçado pela 5ª Divisão de Cavalaria, de Câmara; enquanto isso, Andrade Neves deveria investir sobre o flanco direito do inimigo, com a 2ª e a 3ª Divisões de Cavalaria; e José Luís Mena Barreto,

[240] 1) FRAGOSO, v.4, 2009, p. 57-69. 2) MANUSCRITO, 1872, p. 97.
[241] FRAGOSO, v.4, 2009, p. 57-69.
[242] 1) CERQUEIRA, 1980, p. 272-273. 2) Baixas brasileiras no combate de 6 de dezembro: 241 mortos, 1.343 feridos, 130 contusos e 92 extraviados; paraguaias: cerca de 1.200 fora de combate. Conforme: FRAGOSO, v.4, 2009, p. 68.
[243] MANUSCRITO, 1872, p. 109-110.

arremeter-se contra o flanco esquerdo, com a 1ª Divisão de Cavalaria. Pouco antes do combate, uma forte chuva fez aumentar o volume do arroio e encharcou o local.

Conforme planejado, por volta das 8h, Osório atacou, empregando a 3ª Brigada. Concentrou sua ação na ala direita de Caballero, mas encontrou forte reação e sua tropa ficou em situação difícil devido a contra-ataques e à exposição aos fogos da artilharia adversária. Osório reforçou o ataque com a cavalaria de Câmara, o que não alterou o quadro. Nesse momento, a artilharia brasileira apoiava disparando contra a posição inimiga.[244]

Dionísio Cerqueira descreve o que se passava:

> *A coxilha, onde estávamos, tinha ao sopé o Avaí, correndo para a nossa direita com o caudal aumentado pela chuva que lhe dera os tons de vermelho da argila arrastada, que podiam também ser do sangue derramado. Nas alturas fronteiras, as forças paraguaias batiam-se com tenacidade e firmeza. O Marquês comandava em pessoa a bela batalha. A nossa artilharia, troando nas alturas, abria avenidas nas colunas inimigas. Dois batalhões nossos, o 9º do Lima e Silva, o Chicão, e o 15º do Méier foram acutilados à nossa vista pela cavalaria do Ditador. O Câmara vingou-os, varrendo-a do campo de batalha*.[245]

Em face do que se sucedia, Caxias ordenou a Osório que empregasse o restante de sua infantaria contra o centro e a direita inimiga, enquanto ele próprio interviria com o 2º Corpo e parte do 3º Corpo na ala esquerda do dispositivo adversário, contando com o apoio da divisão de Mena Barreto. Durante o embate, Osório foi ferido e teve de se retirar da luta.

Após dura refrega, os brasileiros ocuparam a posição dos paraguaios, que recuaram para outra elevação, buscando se reorganizar. Rapidamente, Caxias ordenou às cavalarias de Andrade Neves e Mena Barreto que os cercassem, o que foi feito com êxito, com o reforço de outras tropas. Por volta das 13h, o combate havia terminado. A vitória brasileira foi completa e não mais de 200 paraguaios conseguiram fugir.[246]

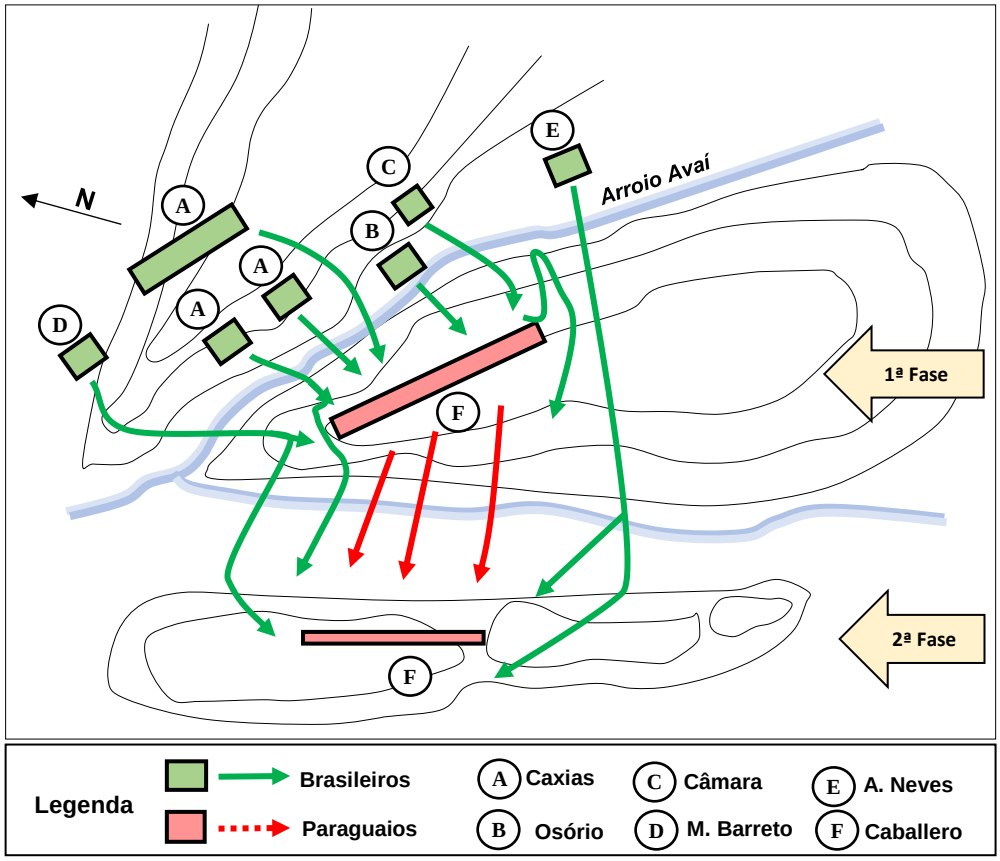
Em seguida, as tropas brasileiras deslocaram-se para o sul, a fim de atacar pela retaguarda as posições paraguaias do Piquissiri.

Caxias resolveu se apossar inicialmente de Ita-Ivaté, o que lhe permitiria isolar Angostura. Para isso, definiu que um destacamento principal, sob seu comando, atacaria aquela posição. Tal ação seria apoiada por Andrade Neves, que com a 2ª e 3ª Divisões de Cavalaria, deveria desbordá-la por leste, em missão de exploração e reconhecimento. Paralelamente, caberia a João Manuel Mena Barreto, com a 1ª Divisão de Cavalaria, romper as trincheiras de Piquissiri; e a Câmara, com a 5ª Divisão de Cavalaria, vigiar Angostura. O destacamento de Palmas ficou incumbido de aferrar o inimigo e, assim, facilitar a ação de João Manuel. [247]

---

[244] FRAGOSO, v.4, 2009, p. 72-79.
[245] CERQUEIRA, 1980, p. 276-277.
[246] FRAGOSO, v.4, 2009, p. 72-79. Baixas brasileiras no combate de 11 de dezembro: 166 mortos, 473 feridos, 63 contusos e 27 extraviados; paraguaias: cerca de 3 mil mortos, 600 feridos e 800 prisioneiros.
[247] Ibid., p. 97-131.

ESBOÇO XIV – BATALHA DO AVAÍ[248]



López dispunha de cerca de 9.500 homens em Ita-Ivaté, 700 em Angostura e 2.800 entrincheirados ao longo do Piquissiri. Os aliados poderiam contar com cerca de 23 mil, incluídos os deixados em Palmas.[249]

Caxias atacou Ita-Ivaté em 21 de dezembro. Os batalhões de infantaria, estendidos em linhas de atiradores, investiram contra as posições inimigas. A cavalaria, apesar de atuar em terreno completamente desfavorável, conseguiu penetrar nas trincheiras e auxiliar a ação. Os atacantes, todavia, encontraram tenaz resistência.[250]

Dionísio Cerqueira retrata o que se passava:

> *O "Dezesseis" ia garboso por lhe ter cabido a honra de iniciar o assalto. Logo adiante, passamos pelo Marquês, olhou-nos sorrindo e exclamou: Não... Ali está López. Havemos de agarrá-lo, disseram os soldados. Quem prendê-lo, terá um conto de réis, gritou um oficial de seu estado-maior. Brasileiro não briga por dinheiro, morre por gosto pela Pátria; e ouviu-se das mesmas vozes meio roucas: - Viva o Marquês de Caxias. Logo após estendemos linhas de atiradores. A linha era extensa. Descemos a colina, chegamos ao vale, e subimos a encosta oposta, a "marche-marche", de armas suspensas e dando vivas. O entusiasmo era indescritível. O inimigo esperava-nos nas suas trincheiras. Acendeu-se a crista dos parapeitos. A metralha chocalhando varria-nos impiedosa. A fuzilada chovendo a barrisco sobre os bravos do "Dezesseis" ia dizimando rapidamente suas fileiras. Avançavam sempre. Foi-me preciso pôr o cavalo a galope para não ficar atrás.*

[248] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.
[249] FRAGOSO, v.4, 2009, p. 97-131.
[250] Ibid.

Prossegue:

Tinham pressa de chegar e não pensavam em abdicar a honra de servir de alvo. Um corneta, o Domingos, caiu ferido e erguendo-se a meio ainda deu o toque de avançar; foi o último. Quando alcançamos a contraescarpa do fosso, já éramos poucos. O terreno estava juncado de soldados do "Dezesseis", mas os artilheiros que chegavam às peças iam caindo: os nossos atiradores não lhes davam trégua. Somente separavam os combatentes, o parapeito e o fosso, donde nos fuzilavam à queima roupa muitos paraguaios, que foram mortos à baioneta, em grande parte. [...]. Ainda não havia apeado. O meu tordilho dançava de um ponto para outro. Não sabia onde se achavam o comandante e o major. É que já estavam fora de combate. De repente, senti à esquerda um grande clarão na cabeça, um golpe pesado, que pareceu a pancada de um martelo e me produziu no cérebro uma zuniada, que bem se podia comparar ao tinido de um malho contundindo bigorna de aço. Tonteei e agarrei-me ao arção da sela com as duas mãos. O cavalo empinou-se. Caí sem sentidos. Tudo isso passou rápido [...]. Depois... não posso dizer quanto tempo durou essa vertigem; tornei a mim e sentei-me no chão. [...]. Avistei perto o Castelo Branco, que animava os seus soldados. Acheguei-me dele. O "Dezesseis" pelejava em grupos, desordenado. Apertou-me a mão e com carinho fraternal disse-me: - É inútil continuardes; não podes mais prestar serviços; vai-te curar no hospital de sangue. [...]. Cheguei ao hospital de sangue, pobre rancho paraguaio, coberto de palha, junto de um laranjal. Estava cheio, atopetado de feridos. Sentei-me fora, sobre uma pedra. [...]. Chegaram dois soldados [...]". Pedi-lhes notícias do Castelo Branco. - Seu capitão morreu... - Como? Vocês viram? - Sim, seu Ajudante, ele ficou despedaçado por um "cacho de uvas": morreu sem dar um ai...".[251]

O grupamento de ataque chegou a se apossar da primeira linha de trincheira e de canhões paraguaios, mas não conseguiu manter a posição devido a contra-ataques. Como a noite se aproximava, Caxias ordenou a tropa manter o terreno, para utilizá-lo como base de partida em outro assalto.[252]

Enquanto ocorriam os combates em Ita-Ivaté, a cavalaria de João Manuel rompia as trincheiras no Piquissiri e, com isso, isolava Angostura e fazia junção com as tropas que atacavam a partir de Palmas.[253]

As ações do dia 21 de dezembro extenuaram os contendores. Pior fora para os paraguaios que não possuíam reservas e se encontravam isolados.[254]

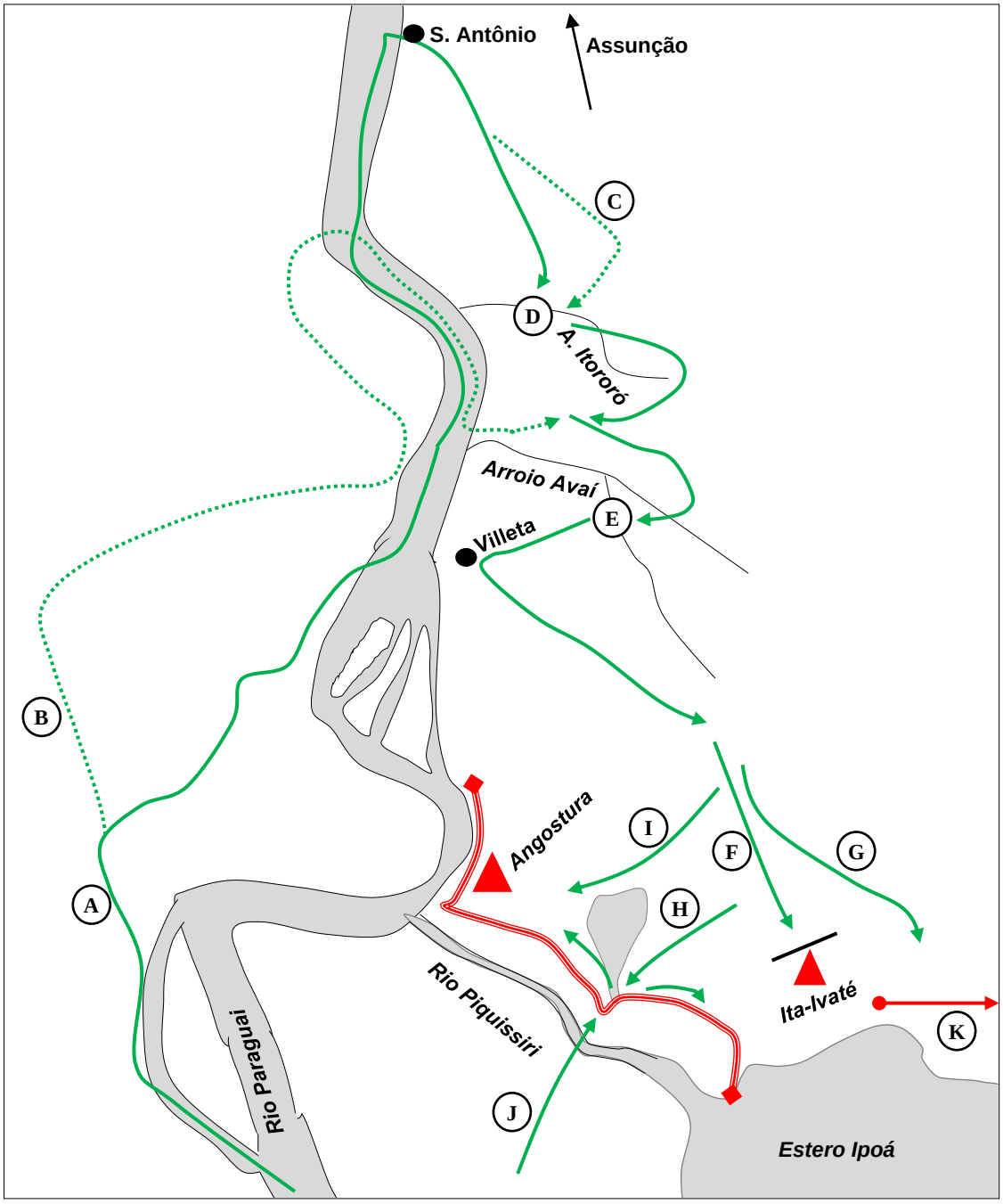
Em 27 de dezembro, Caxias voltou à carga. Após intensa preparação de artilharia, tropas brasileiras, reforçadas por um contingente argentino, investiram sobre Ita-Ivaté e cercaram o inimigo, que não teve forças para reagir. López, aproveitando-se da confusão, retirou-se do campo de batalha.[255]

Dominada Ita-Ivaté, os aliados apertaram o cerco sobre Angostura. A tropa que lá estava se rendeu em 30 de dezembro, depois de seus comandantes se certificarem de que López havia abandonado a área de luta.[256]

---

[251] 1) CERQUEIRA, 1980, p. 282-284. 2) "Cacho de uvas" é uma munição de canhão composta por balins unidos. Com o disparo, a munição se fragmenta, espalhando os balins (tiro de metralha).
[252] FRAGOSO, v.4, 2009, p. 97-131.
[253] Ibid.
[254] Ibid. Baixas brasileiras no combate de 21 de dezembro: 157 mortos, 983 feridos, 102 contusos e 70 extraviados; paraguaias: cerca de 8 mil mortos e feridos.
[255] Ibid. Baixas brasileiras no combate de 27 de dezembro: cinco mortos, 23 feridos e dez contusos; argentinas: 64 mortos, 242 feridos e 34 contusos; paraguaias: todo o efetivo, exceto algumas dezenas que escapuliram.
[256] Renderam-se em Angostura 1.350 homens, conforme: FRAGOSO, v.4, 2009, p. 130.

ESBOÇO XV – MANOBRA DO PIQUISSIRI[257]



[257] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.

Caxias não ordenou perseguição a López. Julgou que as tropas aliadas estavam extenuadas e precisavam se recompor. Partiu, então, para Assunção, lá chegando nos primeiros dias de 1869. Cansado e doente, solicitou substituição. Considerava a guerra vencida com a ocupação da capital paraguaia e em razão da fuga de López.

O Conde d'Eu substituiu Caxias. Chegou em Assunção em 14 de abril, e iniciou reconhecimentos e outros preparativos para prosseguir a campanha. Nesse momento, a tropa brasileira compunha-se de dois Corpos de Exército (Caxias extinguira o 3°, em 6 de janeiro de 1869): o 1º comandado por Osório e o 2º por Polidoro Jordão, que retornava ao Paraguai (Argolo, que antes comandava o 2º Corpo de Exército, encontrava-se enfermo devido a ferimento recebido na Batalha de Itororó; Bittencourt, que comandou o 1º, havia falecido em consequência de hepatite).[258]

Enquanto isso, López buscava organizar um novo exército a leste de Assunção, na região das cordilheiras, mais especificamente nas localidades de Ascurra e Peribebuí (declarou esta sua nova capital). Ressentia-se, entretanto, da falta de toda a sorte de material bélico e suprimentos. Além disso, devido a não mais encontrar homens em condições de combater, passou a recrutar velhos e crianças.[259]

Em julho de 1869, d'Eu concentrou suas tropas em Piraju, cerca de 20 km a oeste de Peribebuí (cerca de 33.500 homens, sendo 28.400 brasileiros, 4 mil argentinos e mil uruguaios). Em seguida, planejou uma manobra de envolvimento para aniquilar a tropa de López (aproximadamente 13 mil combatentes; o grosso estava em Ascurra e havia destacamentos em Peribebuí, Altos e em outras localidades). A ação principal do envolvimento seria liderada pelo próprio Conde e se daria por meio de um movimento que passaria por região ao sul das posições inimigas. Emilio Mitre foi encarregado de realizar ações secundárias frontais e ao norte, a fim de fechar o cerco (vide manobra no Esboço XVI, p. 85).[260]

Dessarte, d'Eu, com cerca de 21 mil homens, saiu de Piraju em 1º de agosto. Contornou as posições inimigas passando por Sapucai e Valenzuela, e, em 12 de agosto, atacou a retaguarda dos paraguaios em Peribebuí. Paralelamente, a força de Emilio Mitre, composta por aproximadamente 10 mil combatentes, cerrou sobre Ascurra, Altos e Atirá. [261]

Taunay presenciou o ataque à fortificação de Peribebuí, que se encontrava defendida por cerca de 1.800 paraguaios:

> *O dia começou encoberto. Espessa neblina envolvia tudo e só se dissipou à ação mais constante do sol. Apesar dessa circunstância, rompeu violento o bombardeio às 6 1/2 horas da manhã, tornando-se os tiros, uma hora depois, mais espaçados e certeiros. O inimigo respondeu com frouxidão, atirando por vezes metralha e balas de calibre 32. Nesse tempo formavam-se, nos lugares determinados, as colunas de ataque. [...]. Duas horas durou o bombardeio que introduziu visivelmente a confusão na praça, vindo as baterias se chegando a poderem atirar com metralha.*

[258] FRAGOSO, v.4, 2009, p. 168-169.
[259] Ibid., p. 154-246.
[260] Ibid., 2009, p. 154-246.
[261] Ibid., p. 246-302. Baixas aliadas no combate de 12 de agosto: 53 mortos, 370 feridos e 76 contusos; paraguaias: cerca de 700 mortos e 1.100 prisioneiros, feridos ou não.

Prossegue:

A manhã tornara-se então limpidíssima e o espetáculo era majestoso. Às 8 horas, Sua Alteza, consultando o relógio, mandou continuar o bombardeio por mais meia hora, finda a qual ordenou o sinal de infantaria avançar. Os três grupos assaltantes marcharam à trincheira simultaneamente, levando à sua frente carros de alfafa para atulharem rapidamente o fosso. [...] . Na direita, o batalhão 23 de voluntários da Pátria ganhou, no meio de um chuveiro de balas, o fosso e tratou de galgar a trincheira, enquanto nela fincava a bandeira o heroico alferes Gaspar Ribeiro de Almeida Barros que recebeu cinco ferimentos. Já então faziam o mesmo os argentinos, cuja bravura obteve mais uma brilhante confirmação. Na esquerda, o tenente-general Osório avançara em pessoa à frente de uma coluna de ataque; colocara, com as próprias mãos, pranchões sobre o fosso e incutira em todos os seus comandados essa coragem hoje histórica e nunca assaz admirada. Outra coluna, entregue ao brigadeiro João Manuel Menna Barreto, igualmente zombou de todos os embaraços, se bem logo de princípio tivesse uma bala de fuzil arrebatado a vida do seu chefe, traspassando-lhe a bexiga. Durante o conflito, Sua Alteza achou-se debaixo do fogo das balas de infantaria, animando a todos com sua serenidade. No centro, o ataque simulado transformou-se em realidade, pois o marechal Vitorino foi adiante e fez avançar os batalhões 36 e 40, dirigindo a sua linha de atiradores o intrépido tenente-coronel Tibúrcio. Os batalhões do primeiro corpo de exército foram os primeiros, embora com muito curto intervalo de tempo, de todos os outros que penetraram no recinto da praça, e logo tocaram das trincheiras a gente que as defendia. Penetrando então, por duas das abertas, a 2ª e 3ª divisões de cavalaria, tornou-se impossível a resistência, que, às 9 horas, achava-se na verdade completamente sufocada.[262]

Não obstante, López, que estava em Ascurra, conseguiu se desvencilhar do envolvimento e seguiu com tropas rumo noroeste. Cientes disso, d'Eu seguiu para Caacupé, e Emilio Mitre, para Tobati. Dessas localidades, continuaram a perseguir López.

Em Campo Grande (Acosta Ñu), em 16 de agosto, entre cinco e seis mil paraguaios, comandados por Caballero, que estavam na retaguarda da coluna de López, opuseram resistência aos aliados, mas sofreram pesada derrota.[263]

Enquanto ocorria a batalha, López com o restante de sua tropa seguiu para Caraguataí. Alguns dias depois, quando chegaram a essa localidade, os aliados souberam que ele havia partido rumo à fronteira do Paraguai com o Brasil (província de Mato Grosso). Após buscas, em razão da falta de suprimentos, d'Eu decidiu suspender operações de vulto.[264]

No início de 1870, os aliados tomaram conhecimento que López e algumas centenas de seguidores estavam nos contrafortes da serra de Amambaí. Em 1º de março de 1870, tropa brasileira, comandada por Correia da Câmara, localizou-os em Cerro Corá e houve uma breve luta. López tentou fugir novamente, mas foi alcançado e morto, nas margens do rio Aquidaban (Esboço XVII, p. 85).[265]

---

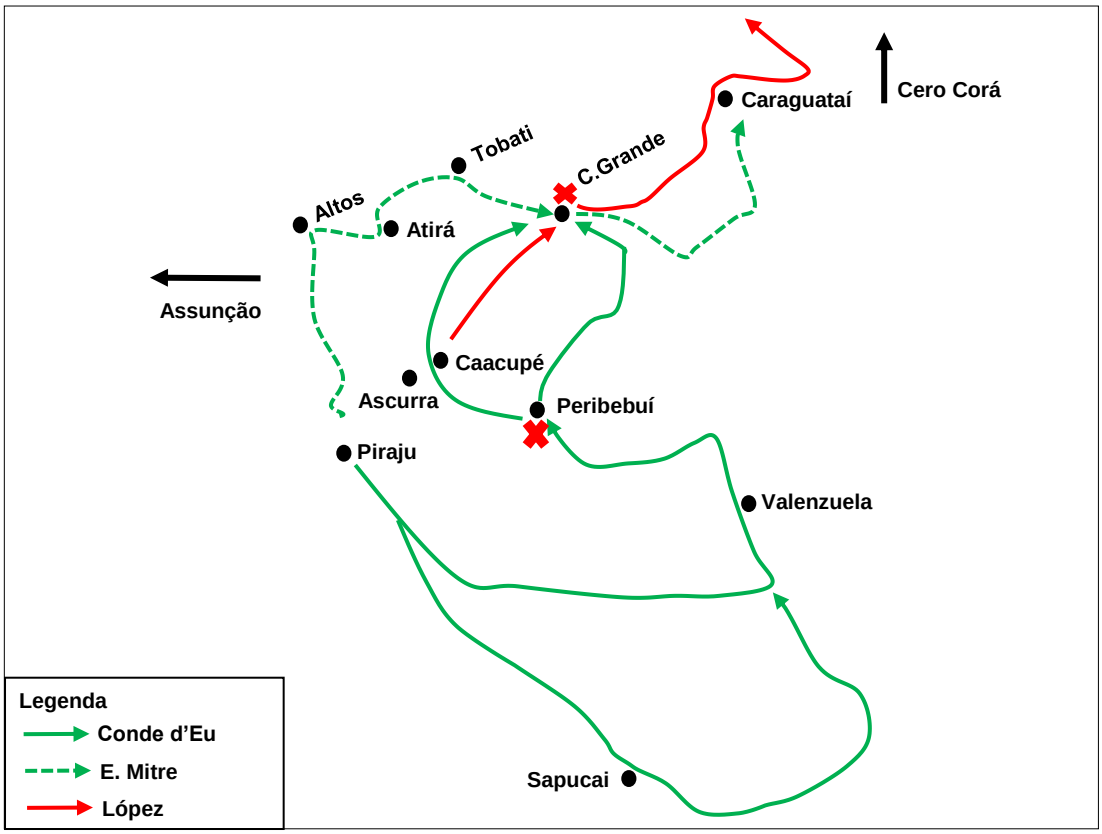
[262] TAUNAY. Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle. (Visconde de Taunay). **A Campanha da Cordilheira**: Diário do Exército. São Paulo: Melhoramentos, [19--?]. p. 185-187. 2) Menna é grafia antiga de Mena.

[263] Ibid., p. 202. Baixas aliadas: 65 mortos e 366 feridos; paraguaias: cerca de 2 mil mortos e 1.300 prisioneiros. O autor atribui a desproporção de baixas à superioridade do armamento e melhor direção dos tiros.

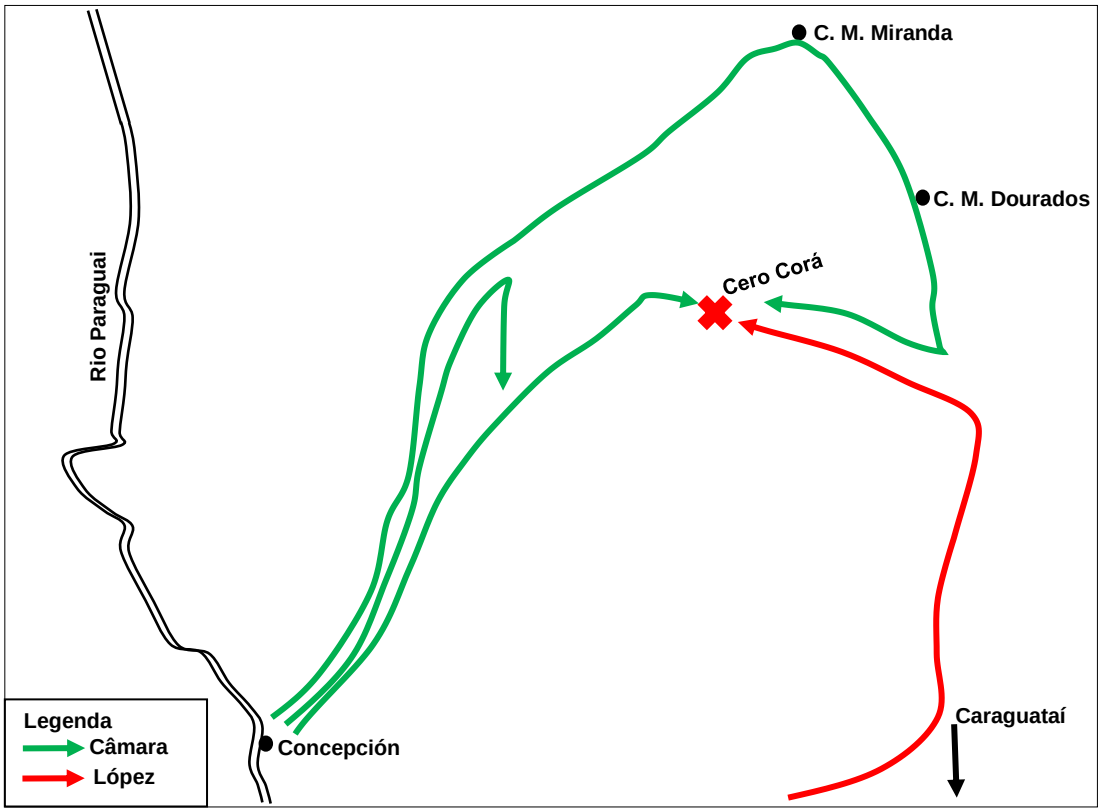
[264] 1) FRAGOSO, 2009, v.4, p. 292-293. 2) Baixas aliadas durante toda a campanha de agosto: 169 mortos e 834 feridos; paraguaias: 3.817 mortos e 5.762 prisioneiros. Conforme: Planta da Campanha da Cordilheira. In: JOURDAN E. C. (Org.). **Atlas Historico da Guerra do Paraguay.** Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1871.

[265] FRAGOSO, v.5, 2009, passim.

ESBOÇO XVI – MANOBRA DE PERIBEBUÍ[266]



ESBOÇO XVII – PERSEGUIÇÃO FINAL A LÓPEZ[267]



[266] Adaptado de: FRAGOSO, 2009, Mapas.
[267] Ibid.

Com a morte de López, encerrou-se a guerra.[268] O Império manteve tropas no Paraguai durante alguns anos, até que a situação se normalizasse.

O conflito havia demonstrado o despreparo militar do Brasil. Apesar dos alertas que faziam autoridades militares, a invasão paraguaia surpreendera o Império. Partiu-se, então, para a improvisação. Com muito esforço, foram mobilizados, armados, equipados e instruídos dezenas de milhares de soldados, que constituíram batalhões, brigadas e corpos de exército. Não se pode negar, porém, que o governo buscou suprir adequadamente as tropas e dotá-las com armamentos avançados tecnologicamente.

Quanto à doutrina, evidenciou-se que buscar conquistar uma posição fortificada, empregando tropas em formação densa, por meio de investidas frontais, resultava em grande número de baixas para os atacantes, a exemplo de Curupaiti. Daí a importância das célebres manobras de flanco de Caxias, que fizeram cair, com menos custos, as posições inimigas.

O valor dos soldados brasileiros foi amplamente demonstrado. Atuaram com bravura, em terrenos inóspitos, sob condições climáticas adversas, padecendo de doenças, em face de um inimigo não menos aguerrido. Os infantes, em sua grande maioria gente humilde procedente de todas as partes do País, mostraram tenacidade, intrepidez, e com seus assaltos puseram abaixo as defesas adversárias. Não se pode olvidar dos grandes comandantes, a exemplo dos futuros patronos do Exército: Caxias, Sampaio, Osório, Mallet, Villagran Cabrita e Antônio João Ribeiro, sempre à frente de suas tropas, nos momentos mais críticos.

As consequências do conflito foram significativas para o Brasil. Diplomaticamente, foram resolvidas as questões dos limites territoriais e da livre navegação na bacia do Prata, bem como foi assegurada a independência do Paraguai, até então questionada por algumas lideranças argentinas. Economicamente, o País saiu enfraquecido devido aos elevados gastos militares, em parte saldados com empréstimos contraídos no exterior. Socialmente, aumentaram as críticas e pressões para que se pusesse fim à escravidão, importante sustentáculo da economia, mas percebido por importantes lideranças políticas e militares como algo não mais aceitável. Politicamente, a oficialidade do Exército, respaldada pelos esforços que realizara na guerra, desejava ter papel mais ativo no delineamento dos rumos da nação, o que geraria sérios atritos com políticos avessos a tal pretensão.

Menos de duas décadas depois do término da Guerra da Tríplice, o Império viu-se substituído pela República. No início dessa, ocorreram sérios conflitos internos e o Exército foi chamado para pacificá-los. Um dos mais traumáticos foi a Guerra de Canudos.

[268] Segundo relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, referente a 1870, do início da guerra até 18 de agosto de 1869, em combate, as baixas brasileiras foram as seguintes: 4.332 mortos, 18.597 feridos e 998 extraviados. Apud FRAGOSO, v.5, 2009, p. 255. Todavia, no relatório não constam dados de 19 de agosto de 1869 até o fim da guerra, nem dos feridos que vieram a falecer em decorrência dos ferimentos em combate, nem dos vitimados por doenças, além dos civis que vieram a perecer em razão das operações bélicas. Francisco Doratioto estima que cerca de 50 mil brasileiros morreram em consequência da guerra. O número de paraguaios mortos, em combate, doença ou inanição é controverso, mas historiadores concordam que foi significativamente mais elevado ao dos brasileiros.

PARTE III

DO FIM DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA ATÉ OS COMBATES EM CANUDOS

Cabe ao Exército e a Armada a glória de ter efetuado a revolução de 15 de novembro, data esta que será d'ora em diante a hégira da República Brasileira; e esta conquista representa uma soma tão grande de sacrifícios heroicos e de resignados sofrimentos, que ainda quando uma nova organização, não devesse ser efetuada, após a revolução, em reconhecimento a serviços de que a Pátria guardará sempre agradecida lembrança, não seria possível demorar a decretação de reformas que colocassem as Forças Armadas do Brasil em condições de responder pela integridade do solo brasileiro, pela inquebrantada manutenção da ordem geral. Para atingir desideratum de tanto alcance, era indispensável começar pela elevação do nível moral do soldado brasileiro, dar-lhe a instrução necessária, aperfeiçoar-lhe o conhecimento e manejo das armas, formar-lhe o caráter e a disciplina militares, e tirar aos seus serviços a expressão de imposto de sangue, para qualificá-los como a mais elevada e a mais nobre função pública que o cidadão é chamado a desempenhar. Cumpria elevar também o nível dos estudos superiores, adaptá-los aos progressos, programas e adiantamentos da civilização moderna nas especialidades que a um militar devem ser familiares, e preparar assim os mais altos destinos para essa mocidade que acode fervorosa de todos os ângulos da República, pedindo lugares nas fileiras do nosso Exército. Tais reformas estão feitas, e só o tempo poderá dizer se os programas adotados precisam receber alterações consentâneas às necessidades verificadas e à experiência conhecida.[269]

Deodoro da Fonseca, 1890

No período que se estende do fim do conflito com o Paraguai (1870) até o término da Guerra de Canudos (1897), o Brasil passou por profundas transformações, ensejadas por lideranças que buscavam modernizá-lo, tendo como referência países que passavam por pujante desenvolvimento, como a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos.

A população do País, que em 1872 somava cerca de 10 milhões de habitantes, passou para aproximadamente 17,5 milhões, três décadas depois.[270] A intensa imigração europeia, ocorrida principalmente entre os anos 1880-1900, contribuiu de forma significativa para isso. Houve também a emancipação dos escravos, em 1888, fruto de décadas de pressões de diversos segmentos sociais. Entretanto, de modo geral, a população vivia em extrema pobreza, principalmente nos sertões, onde as instituições governamentais não se faziam presentes.

[269] FONSECA, Manoel Deodoro da. Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 14-16.
[270] 1) RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro. Typographia. G, Leuzinger, [1874?]. 2) SYNOPSE do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Directoria Geral de Estatistica. Rio de Janeiro. Typographia de Estatística, 1905.

Na década de 1880, a Monarquia perdeu o apoio de três importantes setores que a sustentavam: do Exército, em razão da "Questão Militar"; da Igreja, em virtude da "Questão Religiosa"; e de grandes proprietários de terra, por causa da "Questão Servil". Em 1889, políticos e militares, adeptos da forma republicana de governo ou insatisfeitos com autoridades monárquicas, proclamaram a República. Em um primeiro momento não houve luta armada, mas durante a consolidação do novo regime ocorreram sérios conflitos, como a "Revolução Federalista" e a "Revolta da Armada", a muito custo controlados. Consolidada a República, ainda houve o sangrento conflito em Canudos, que mais adiante será tratado.

O setor primário, notadamente a produção cafeeira, era a base da economia nacional. Não obstante, principalmente na província/estado de São Paulo, gradativamente aumentava o número de estabelecimentos industriais, quase todos voltados para a produção de bens de consumo. A situação financeira durante o ocaso do Império estava controlada, em que pese as dívidas a serem saldadas decorrentes da guerra contra o Paraguai. No início da República, porém, medidas tomadas pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, levaram à "Crise do Encilhamento", marcada pelo aumento da inflação, quebra de empresas e especulação financeira, o que se refletiu negativamente nas contas do governo e fez aumentar o custo de vida.

Em se tratando do Exército, no final da década de 1870, faleceram o Duque de Caxias e Osório, suas principais lideranças. Deram lugar a outros oficiais, também veteranos da Guerra da Tríplice Aliança, como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

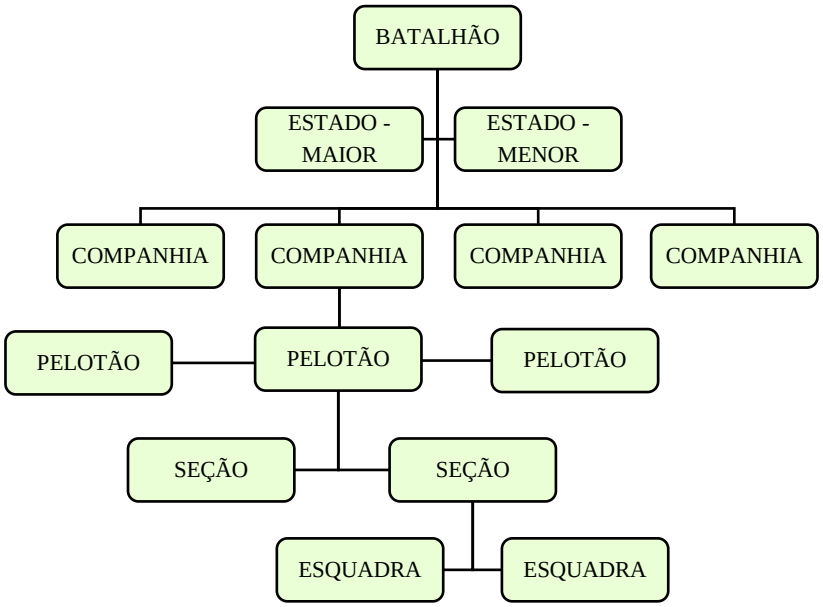
De todo modo, nos primeiros tempos da República, os chefes militares buscariam modernizar as instituições castrenses e moldá-las de acordo com os princípios do novo regime.

Logo depois do conflito com o Paraguai, o governo imperial desmobilizou os corpos de voluntários da Pátria e da guarda nacional. Também reorganizou o Exército, tendo em vista a diminuição de gastos. No que coube à Infantaria, fixou a existência de seis batalhões de infantaria pesada e de 15 batalhões de infantaria ligeira, mais oitos companhias ligeiras de guarnição. Para o ano financeiro de 1870/1871, o governo assentou o número de praças do Exército em 16 mil, em circunstâncias ordinárias, o que estava bastante abaixo dos 23.346 necessários para se completar o efetivo previsto.[271] Entre 1881 e 1889, o número estabelecido oscilou entre 11.300 e 13 mil homens.[272]

Em 1888, a quantidade de batalhões de infantaria foi aumentada para 26 e deixou de haver a distinção entre pesados e ligeiros.[273] A estrutura e o efetivo deles encontram-se no Organograma II e no Quadro XX (p. 89). Algumas atribuições dos integrantes das unidades de infantaria podem ser visualizadas no Quadro XXI (p. 90), outras podem ser consultadas no documento referenciado.

[271] 1) BRASIL. Lei nº 4.572, de 12 de agosto de 1870. 2) Lei nº 1.765, de 28 de junho de 1870.
[272] MAGALHÃES, 1998, p. 296.
[273] BRASIL. Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888.

ORGANOGRAMA II – ESTRUTURA DOS BATALHÕES DE INFANTARIA, 1888[274]



QUADRO XX – EFETIVO DO BI, EM TEMPOS DE PAZ (TP) E GUERRA (TG), 1888.[275]

ESTADO-MAIOR											
	Coronel/Tenente-Coronel Comandante		Major Fiscal	Capitão Ajudante	Alferes Quartel-Mestre		Alferes Secretário				Total
TP	1		1	1	1		1				5
TG	1		1	1	1		1				5
ESTADO-MENOR											
	Sargento Ajudante		Sargento Quartel-Mestre		Armeiro	Mestre de Música		Músico		Corneta-Mor	Total
TP	1		1		1	1		20		1	25
TG	1		1		2	1		20		1	26
COMPANHIA (CADA UMA)											
		Cap	Ten	Alf	1º Sgt	2º Sgt	Furriel	Cb	Ansp/Sd	Corneta	Total
Cia	TP	1	1	2	1	4	1	12	60	4	86
	TG	1	1	2	1	6	1	16	132	4	164
Pel	TP			1		2		4	20	1	28
	TG			1		2		4	44	1	52
Seç	TP					1		2	10		13
	TG					1		2	22		25
Esqu	TP							1	5		6
	TG							1	11		12

EFETIVOS:

	EM TEMPO DE PAZ	EM TEMPO DE GUERRA
ESTADO-MAIOR E ESTADO-MENOR	30	31
COMPANHIAS (CADA)	86	164
TOTAL DO BATALHÃO (QUATRO CIAS)	374	687

[274] BRASIL. Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888.
[275] Ibid.

QUADRO XXI – ALGUMAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DOS BATALHÕES DE INFANTARIA.[276]

ESTADO-MAIOR E ESTADO-MENOR		
Coronel ou Tenente-Coronel	Comandante	É inteiramente responsável, tanto pela ordem e disciplina, como pela exata observância às ordens gerais do Exército e da autoridade competente.
Major	Fiscal	É particularmente responsável ao comandante por todos os papéis, e os inspecionará frequentemente para verificar se estão ou não em boa ordem.
Capitão	Ajudante	É o assistente imediato do major em todos os diversos serviços que são determinados a este; além do que, deve pessoalmente vigiar com a mais incansável atenção o que acontecer no corpo, providenciando logo o que estiver em suas atribuições e dando parte do que necessitar da intervenção do major ou do comandante.
Alferes	Secretário	Escriturar os livros mestres, o da caixa da música e todos os mais da secretaria, conforme as ordens do comandante do corpo. Fazer a correspondência do corpo com o quartel-mestre general e outras autoridades, e qualquer escrituração que ordenar o comandante, guardando o sigilo necessário.
Alferes	Quartel-Mestre	Ter a seu cargo as arrecadações do rancho das praças, do armamento, equipamento, fardamento e utensílios, tendo o cuidado em que todos os gêneros e mais objetos estejam guardados com asseio, bem arrumados e de tal sorte dispostos que se achem sempre a coberto do tempo, participando imediatamente ao major qualquer defeito ou necessidade de conserto que houver na arrecadação.
Sargento	Ajudante	É o assistente imediato do ajudante, e deve esmerar-se em adquirir as habilitações precisas para oficial.
Sargento	Quartel-Mestre	Está à imediata disposição do quartel-mestre, devendo cumprir as obrigações deste oficial quando não estiver presente, e tudo quanto se acha prescrito para o quartel-mestre se aplicará igualmente a ele.
Armeiro		É responsável pelo conserto do armamento, devendo instruir os cabos na nomenclatura de todas as peças das respectivas armas, para que eles a ensinem aos praças a eles entregues, especialmente na maneira de armar e desarmar.
Corneteiro-Mor		Deve ter conhecimento dos toques das diferentes armas, e é responsável pelo ensino dos da sua.
COMPANHIA		
Capitão	Comandante	É responsável ao comandante do corpo pela boa ordem e disciplina de sua companhia, e pela pontual observância de tudo que diz respeito aos regulamentos.
Tenente/Alferes	Subalternos	São responsáveis a seu comandante de companhia pelas partes da companhia de que estiverem encarregados, bem como pela disciplina, instrução, ordem, arranjo, vestuário, armas, correame e munições, tendo cuidado em que os regulamentos sejam fielmente executados, e para esse fim inspecionarão inesperada e frequentemente os quartéis, usando da maior diligência, para que nenhuma irregularidade possa escapar ao seu conhecimento.
Sargentos		Além de saberem ler, escrever e contar bem, devem ter atividade, prudência e zelo, e ser hábeis em tudo que respeita às qualificações de um bom soldado e em relação à arma a que pertencerem, a fim de poder ensinar aos outros o que souberem.
Furriel		Guardar os objetos da companhia que se acharem na arrecadação, conservando-os limpos, bem arrumados e em bom estado, tendo um mapa de carga de tudo quanto possuir, não só arrecadado, como distribuído aos praças da companhia.
Cabos e Anspeçadas		Cuidar dos soldados que lhes forem entregues, ensinando-lhes suas obrigações, exigindo asseio e arranjo em seus uniformes e fazendo com que o respectivo armamento e equipamento estejam sempre dispostos com toda a uniformidade.
Soldados e Corneteiros		Devem ser subordinados fiéis, asseados e exatos nos seus uniformes, terão aspecto e garbo militar, e serão ativos e diligentes em aprender e desempenhar suas obrigações com pontualidade.

[276] BRASIL. Decreto nº 338, de 23 de maio de 1891.

Proclamada a República, o número de BIs foi aumentado e chegou a 40, em 1894. O efetivo previsto de cada um deles, em tempo de paz, passou para 425.[277] A maioria das unidades localizava-se na capital da República, em razão de sua relevância política; e no Rio Grande do Sul, devido à importância desse estado em caso de conflito na bacia do Prata (quadro abaixo).

A partir de 1891, os BIs passaram a ser enquadrados em distritos militares (DM), que vieram a substituir os comandos de armas. Os comandantes de DM seriam responsáveis, dentre outros encargos, *"pela instrução e disciplina das tropas, pela boa marcha da sua administração, bem como pela de todos os estabelecimentos subordinados ou pertencentes ao Ministério da Guerra que existirem nos respectivos distritos"*.[278]

Em 1892, o efetivo previsto dos BIs, somados, totalizava 15.300 homens. Entretanto, em quase todos havia falta de pessoal. Efetivamente, em 30 de março desse ano, existiam 11.971 militares servindo em tais unidades. A situação mais grave era a do 13º BI, localizado em Porto Alegre, que só dispunha de 192 integrantes.[279]

Realmente, a falta de pessoal, principalmente de soldados rasos, era um problema crônico que se prolongava desde as lutas pela Independência. Para solucioná-lo, em 1874, foi publicada a Lei nº 2.556, que regulava o serviço militar.[280]

QUADRO XXII - DISTRITOS MILITARES E BATALHÕES DE INFANTARIA, 1891[281]

DM	ESTADOS	LOCALIZAÇÃO DOS BI
1º	AM, PA, MA e PI	15º (Belém), 5º (São Luís), 35º (Teresina) e 36º (Manaus)
2º	CE, RN, PB e PE	11º (Fortaleza), 27º (Paraíba), 2º e 14º (Recife), e 34º (Natal)
3º	BA, SE e AL	9º e 16º (Salvador), 26º (Maceió) e 33º (Aracaju)
4º	SP, MG e GO	20º (Goiás) e 31º (São João del-Rei)
5º	PR e SC	17º (Curitiba) e 25º (Desterro)
6º	RS	3º (Jaguarão), 4º (São Gabriel), 6º (Uruguaiana), 12º (Rio Grande), 13º e 30º (Porto Alegre), 18º (Alegrete), 28º (Rio Pardo) e 29º (Pelotas)
7º	MT	8º (Cuiabá), 19º (Cáceres) e 21º Corumbá
(1)	Capital da República e ES	1º, 7º, 10º, 22º, 23º e 24º (Capital da República) e 32º (Vitória)
Obs.: 1) sob as imediatas ordens do Ajudante General do Exército; 2) em 1894, foram criados mais quatro BIs: o 37º (São Paulo, transferido no mesmo ano para Florianópolis), 38° (Niterói), 39º (Ouro Preto, transferido no mesmo ano para Curitiba) e 40º (Belém).		

[277] BRASIL. Decreto nº 56, de 14 de dezembro de 1889.
[278] BRASIL. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891.
[279] MOURA, Francisco Antonio de. Relatório do ano de 1891, apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1892, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Annexos/Mapa Geral da Força do Exercito.
[280] BRASIL. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874.
[281] 1) BRASIL. Decreto nº 56, de 14 de dezembro de 1889. 2) BRASIL. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891. 3) BRASIL. Decreto nº 1.682, de 28 de fevereiro de 1894. 3) BRASIL, EXÉRCITO, AHEx, Catálogo, 2019 (este informa que o 17º BI estava sediado em São Paulo, em desacordo com outras fontes). 4) BARROSO, 2000, p. 77. 5) MOURA, 1892, Annexos/Mapa Geral da Força do Exercito.

Tal legislação definiu que o recrutamento dar-se-ia por engajamento e reengajamento de voluntários; e, na falta desses, por sorteio de cidadãos brasileiros alistados. O tempo de serviço para todos seria de seis anos em tempo de paz e os que quisessem continuar no serviço poderiam fazê-lo como contratados.[282]

Entretanto, as isenções permaneceram em grande número. Em tempo de guerra, por exemplo, ficavam dispensados os graduados e estudantes de faculdade, os eclesiásticos, os arrimos de família, os deficientes físicos e os que tivessem pago compensação pecuniária para não servir (neste caso, se isso tivesse sido feito antes da deflagração do conflito). Em tempo de paz, o rol aumentava, incluindo-se, entre outros, sob determinadas condições, pescadores, caixeiros, vaqueiros e todos os que apresentassem um substituto idôneo.[283]

No que toca aos incentivos para servir, definiu-se que os voluntários receberiam soldo maior ao dos demais; e quem servisse por 20 anos teria direito à reforma, com o respectivo soldo por inteiro. Além disso, o tempo de serviço militar seria contado para a aposentadoria e quem tivessem servido teria preferência em qualquer emprego.[284]

Em relação às penalidades, previram-se multas e procedimentos criminais ou civis para os que transgredissem o contido na lei; e proibiu-se admitir em emprego público, até a idade de 30 anos, quem não demostrasse ter satisfeito as obrigações relativas ao serviço militar. Também foram abolidos os castigos corporais no Exército e o recrutamento forçado.[285]

Todavia, para desapontamento dos que desejavam a melhoria do sistema de recrutamento, a Lei nº 2.556 não foi posta em prática, por questões políticas e financeiras, além da falta de um sistema de registro civil regular. Em consequência, as práticas de seleção habituais permaneceram e a falta de pessoal continuou.

A Constituição de 1891 acabou com a gratificação (prêmio) oferecida aos voluntários, o que, evidentemente, desestimulou ainda mais o ingresso espontâneo nas Forças Armadas. Todavia, manteve a resolução de que todo brasileiro era obrigado ao serviço militar e ratificava as proibições relativas ao recrutamento forçado e aos castigos físicos.[286]

Em 1897, José F. L. Vianna, capitão de artilharia, descreveu como se processava o recrutamento:

> *E como o voluntário não aparece, salvo um ou outro caso singular; as mais das vezes, o arrastão do recrutamento forçado arranca das ruas e das praças públicas a vasa das populações vadias e desordeiras e lança-a nas fileiras do Exército. E como a Constituição proíbe a caçada humana (§ 3° do art. 87), o sabre policial transforma o recrutado em voluntário. Seja qual for a origem, o soldado brasileiro é sempre considerado como voluntário, salvo casos especiais previstos em lei, em que ele perde essa qualidade de praça.*[287]

[282] BRASIL. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874.
[283] Ibid.
[284] Ibid.
[285] Ibid.
[286] BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.
[287] VIANNA, José Feliciano Lobo. **Guia militar para o anno de 1898 (abrangendo os annos de 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897)**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1897. p. 396.

Em muitos quartéis persistia a prática dos castigos físicos, conforme passagem contada por Mascarenhas de Moraes, acerca de procedimento contrário a tal conduta, adotado por Isidoro Dias Lopes, destacado líder militar nas primeiras décadas da República:

> *Declarado alferes aluno, foi incluído, em 19 de janeiro de 1889, no 4º Batalhão de Infantaria, em S. Gabriel, no Rio Grande do Sul, então comandado pelo famoso coronel Francisco de Lima e Silva, conhecido por sua energia e rigor disciplinar, arrancando entusiásticos aplausos da população quando, à frente do batalhão, desfilava garboso ao som de vibrantes dobrados. O alferes Isidoro é escalado para o primeiro serviço de oficial de dia. Seguindo a rotina, o brigada, hoje sargento-ajudante, vem pedir-lhe permissão para executar os castigos corporais determinados pelo comando, O jovem alferes nega-a. Cientificado, o major fiscal – hoje subcomandante – o conduz à presença do coronel-comandante. O coronel Lima e Silva, sombrio e calmo, pergunta: - por que se nega a cumprir minha ordem? – Porque a chibata e a vara já estão proibidas por lei – respondeu com firmeza o alferes Isidoro. Com presença de espírito e acentuada habilidade, continuou o bravo comandante: - procedeu muito bem o meu jovem comandado. Nem poderia ter outra conduta um oficial recém-saído da Escola Militar. Mas advirto-o de que não pode continuar a servir nesta unidade, em que a disciplina e o seu brilho são mantidos pelos castigos físicos corporais. Aqui servem os tarimbeiros para os quais a minha palavra é uma ordem, uma definição imutável. De fato, menos de um mês depois, o sobranceiro alferes Isidoro era transferido para o 28º Batalhão de Infantaria. Sua força de vontade se igualara à do experiente e bravo coronel Lima e Silva, herói de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e muitas outras. Ambos os contendores saíram prestigiados do incidente.*[288]

Em se falando dos oficiais "tarimbeiros", deve-se salientar que, em 1891, foi promulgado decreto estabelecendo ser o curso das armas combatentes (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia) condição imprescindível para o acesso e preenchimento das vagas de alferes. Isso, na prática, significava o gradativo fim dos "tarimbeiros", embora fosse ainda prevista em legislação promoção por bravura em caso de guerra (os "tarimbeiros" que estavam na ativa poderiam permanecer no Exército).[289] Em consequência, o quadro de oficiais passaria a ser ocupado somente por aqueles que se formassem na Escola Militar.

As vagas dos sargentos, furriéis, cabos e anspeçadas eram preenchidas por engajados que atendessem requisitos como bom comportamento, determinado tempo de serviço e aprovação em curso de escola regimental.[290] Na primeira metade da década de 1890, chegou a ser criada uma escola para a formação de sargentos. Localizada na capital federal, teve existência curta, sendo extinta em 1897. O motivo alegado foi que os *"resultados colhidos não corresponderam à expectativa do governo e menos ao sacrifício pecuniário que a Nação fazia com essa instituição de ensino".*[291]

---

[288] MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. **Memórias.** 2. ed. v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p. 79-80.

[289] BRASIL. Decreto nº 1.351, de 7 de fevereiro de 1891.

[290] As escolas regimentais eram destinadas "*a ministrar ensino primário suficiente às praças de pret do Exercito, instrução elementar do soldado e a especial a cada arma e correspondente às diferentes graduações até a de sargento"*. Conforme: BRASIL. Lei nº 330, de 12 de abril de 1890.

[291] CANTUARIA, João Thomaz. Relatório do ano de 1897, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1898, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 18.

Em relação ao fardamento, até a República não houve grandes alterações. Todavia, o novo regime imediatamente estabeleceu uniformes com profundas modificações, a fim de que esses não fizessem lembrar o passado monárquico.[292] O equipamento individual dos infantes pouco mudou, mas houve mudança nas insígnias de oficiais e praças (conforme Quadros XXIV e XXV, p. 95).

QUADRO XXIII - UNIFORMES DA INFANTARIA, 1894[293]

Da esquerda para a direita: capitão ajudante em 1º uniforme, tenente em 2º uniforme, soldado em grande uniforme e cabo em pequeno uniforme.

Oficiais - 1º uniforme: capacete com penacho, sobrecasaca azul-ferrete com alamares, dragonas, calças de pano garance com galão de ouro, banda, talim de couro, espada com bainha de metal, fiador de cordão de ouro, luvas (de camurça, fio de escócia ou pelica), meias botas; 2º uniforme: quepe, tope, dólmã de pano cinzento-escuro, dragonas, calças garance com listras, talim de cadarço, espada e fiador do 1º uniforme, luvas brancas (de camurça, fio de escócia ou pelica), meias botas; 3º uniforme: quepe, dólmã de pano cinzento-escuro, platina, calças garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada de bainha de couro, fiador de retrós, luvas brancas (de camurça, fio de escócia ou pelica), meias botas; 4º uniforme: quepe, túnica de flanela cinzento-escura, calças de flanela garance com listras ou de brim branco, talim do 2º uniforme, espada e fiador do 3º, meias botas.

Praças - grande uniforme: capacete, sobrecasaca com alamares, calças garance com listras, charlateiras, banda, divisas de galão, botinas e polainas; pequeno uniforme: quepe e gorro com ou sem capa branca, dólmã de pano e túnica de flanela cinzento-escura, grava, calças de pano e de flanela garance com listras ou de brim branco, banda, divisas de pano, botinas e polainas.

Esses fardamentos se adaptavam a toda infantaria; os corpos de tropa apenas se reconheciam entre si pelo número colocado na gola da sobrecasaca, dólmã, túnica ou blusa, e pelo do quepe ou capacete.

Cabe salientar terem sido adotados, em 1894, os distintivos que, com pequenas alterações, até hoje identificam as armas do Exército Brasileiro; ou seja, duas carabinas com bandoleiras cruzando-se, para a Infantaria (abaixo); duas lanças com bandeirolas cruzando-se, para a Cavalaria; uma granada em chamas, para a Artilharia de campanha; e um castelo, para a Engenharia.

[292] a) BRASIL. Decreto nº 21, de 28 de novembro de 1889. b) BRASIL. Decreto nº 1.729A, de 11 de junho de 1894.
[293] 1) BARROSO, 1922, p. 102 /estampas 168-169. 2) Decreto nº 1.729A, de 11 de junho de 1894. 3) VIANNA, 1897, p. 394-395.

QUADRO XXIV: EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DOS INFANTES, DÉCADA DE 1890[294]

Soldado em pequeno uniforme

Vianna descreve equipamentos e acessórios adotados em serviço ou campanha:

Quando em serviço, o cinturão branco, a patrona de couro envernizado, o sabre-punhal e a carabina Mauser modelo brasileiro, c. 7,5; quando em ordem de marcha, a mochila garance às costas envolta pelo capote alvadio enrolado e preso aos malotes, os dois bornais de brim branco a tiracolo cruzando-se em forma de "X" no peito e nas costas, o cantil e os cartuchos embalados nas cartucheiras e os de reserva nas patronas. Em longas marchas de estrada, acrescentemos os paus das barracas, a marmita e o marmitão ao lado do cantil, a barraca dobrada em quatro envolvendo em geral a mochila.

QUADRO XXV –HIERARQUIA E INSÍGNIAS DO EXÉRCITO, 1897

Marechal

General de Divisão

General de Brigada

Coronel

Tenente-Coronel

Major

Capitão

Tenente

Alferes

1º Sargento

2º Sargento

Furriel

Cabo

Anspeçada

Vianna descreveu as diferenciações hierárquicas e as insígnias, em 1897:

Os postos se distinguem pela divisa de pano garance cosida em pano branco no antebraço direito ou esquerdo em forma de ângulo agudo com o vértice para o ombro. Uma divisa, em geral de 0^{m},012 de largura, corresponde a anspeçada; duas, a cabo de esquadra; três, a furriel; quatro, a 2º sargento; cinco, a 1º sargento. Os sargentos ajudantes e quartéis-mestres usam fardamento de pano fino igual ao dos oficiais e trazem no antebraço direito ou esquerdo um emblema de metal dourado representando o centro da bandeira nacional. [...]. Para os oficiais as insígnias são: duas estrelas bordadas a prata ou de metal branco no punho da manga e na gola do dólmã de general de brigada, três estrelas para o general de divisão e [duas estrelas, mais] as Armas da República para os marechais; nos grandes uniformes (1° e 2º) os punhos da manga e da gola da sobrecasaca ou dólmã são bordados, e esses bordados variam conforme o posto. Para os oficiais superiores, capitães e subalternos são tantas divisas de galão dourado nos punhos das mangas da sobrecasaca, dólmã ou túnica quantos os postos. Assim, o alferes usa uma divisa; o tenente, duas; o capitão, três; e assim por diante até o coronel que tem seis.[295]

[294] 1) BARROSO, 1922, p. 102 /estampa 169. 2) VIANNA, 1897, p. 394-395.

[295] 1) VIANNA, 1897, p. 394-395. 2) Além das Armas da República, para os marechais eram previstas também duas estrelas, conforme: Decreto nº 1.729A, de 11 de junho de 1894.

No que se refere ao armamento, na década de 1870, a infantaria passou a adotar a carabina *Comblain.* Essa, nos anos 1890, passou a ser substituída pelos fuzis *Mannlicher*, e carabinas e fuzis *Mauser.* Todos eram de retrocarga, de origem europeia (vide características no quadro abaixo, e no XXVII, p. 97).

QUADRO XXVI: ARMAS USADAS PELA INFANTARIA, DÉCADA DE 1870 ATÉ OS ANOS 1890

CARABINA *COMBLAIN* [296]
Foi adotada na década de 1870. Recebeu diversos aperfeiçoamentos e era carregada colocando-se um cartucho por vez na câmara. Após cada disparo, repetia-se a operação. Utilizava cartucho metálico, calibre 11 mm, que tinha como propelente pólvora negra.
FUZIL *MANNLICHER* [297]
Foi adquirido na primeira metade da década de 1890, para substituir a carabina *Comblain*. Era de repetição, ou seja, exigia do atirador, após cada disparo, ação manual em uma alavanca (que agia sobre o ferrolho) para alimentar a câmara com munição. Essa era inserida na arma por meio de um carregador (ou clipe) metálico, com capacidade para cinco cartuchos, calibre 7,92 mm, de pólvora sem fumaça. O carregador permanecia na arma até o último cartucho ser introduzido na câmara, sendo ejetado automaticamente em seguida. A pólvora sem fumaça apresentava três vantagens em relação à negra: não denunciava a posição do atirador quando a arma era disparada; tinha maior poder de propulsão, e consequentemente um alcance maior; e deixava menos resíduos no armamento após o disparo, o que diminuía os emperramentos.
FUZIL *MAUSER* 1894/1895[298]
O modelo brasileiro 1894/1895 foi adotado em substituição ao *Mannlicher*. Era semelhante ao fuzil que vinha a substituir e manejado da mesma forma. Todavia, tinha em relação ao *Mannlicher* uma inovação simples e eficaz: permitia que os cartuchos fossem colocados de forma escalonada, em ziguezague, em um depósito localizado na coronha, e não uns sobre os outros. Essa mudança fez com que o depósito fosse encurtado e ficasse inteiramente encoberto pela coronha, que o protegia. Os cartuchos eram de 7 mm e podiam ser inseridos na arma um de cada vez ou conjuntamente, nesse caso fazendo-se uso de um clipe (que não ficava na arma). Além dos fuzis, foram adquiridos milhares de carabinas. Não há consenso sobre a datação do modelo deste *Mauser*, pois em parte das armas consta gravado o ano de 1894 e em outros o de 1895.

[296] CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Armas do Brasil**. *Site.* A *Comblain* da imagem é a modelo nº *5*.
[297] Ibid.
[298] 1) NETO, Carlos F. P. **Armas On-line**. *Site*. 2) CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Armas do Brasil**. *Site.*

QUADRO XXVII - DADOS TÉCNICOS: *COMBLAIN*, *MANNLICHER* E *MAUSER* 1895.[299]

Dados	*Comblain*	*Mannlicher*	*Mauser* 1894/1895
Calibre	11x54 mm	7,92 x57 mm	7x57 mm
Comprimento	127 cm	124,5 cm	114,2 cm
Peso	4,2 kg	4,4 kg	4,2 kg
Raias	4 à direita	4 à direita	4 à direita
Alcance útil	500 m	500 m	600 m
Cadência de fogo útil	8 tiros/min	22 tiros/min	22 tiros/min
Idem, máxima	16 tiros/min	40 tiros/min	40 tiros/min
Velocidade inicial	?	646 m/s	697 m/s

No que diz respeito à formação de oficiais, em 1874, a Escola Central deixou de ter vínculos com o Exército e, com a designação de Escola Politécnica, passou a ser responsável unicamente pela formação de engenheiros civis. Assim, o ensino militar passou a ser integralmente ministrado na Escola Militar, na Praia Vermelha.

Entretanto, o ensino na Escola Militar foi profundamente influenciado por movimentos sociais, políticos e culturais que grassavam pelo País (reivindicações abolicionistas, agitações republicanas, aspirações positivistas, etc.). Isso resultava em sérios prejuízos para o bom desempenho profissional dos que lá se formavam.

Segundo Mascarenhas de Moraes:

> *O processo político-social, de que resultou a forma republicana, promoveu sérias reações contra a ordem e a disciplina do Exército. O ensino militar se desvirtuava pela infiltração, nas Escolas do Exército, da doutrina positivista, abraçada e explorada pelos oficiais mais cultos, entre os quais se destacavam os próceres da República. O bacharelismo pretensioso dos institutos militares afastava da caserna a flor dos jovens oficiais, atraídos pela política partidária e pelas comissões civis. A Campanha de Canudos (1896-1897) culminou na afirmação da incapacidade técnica do Exército, uma vez que nem mesmo a bravura pessoal dos chefes militares conseguira superar os vícios de nossa organização militar e a ignorância profissional dos quadros e da tropa.* [300]

Para Bernardo Vasques, ministro da Guerra (1894-1896), os programas de ensino eram eminentemente teóricos, centrados em estudos meramente especulativos, de teorias filosóficas, com prejuízo da instrução propriamente militar, do que mais carece o soldado.[301]

A formação do oficial de infantaria, prevista em 1890, durava sete anos. Nos primeiros três, os alunos frequentavam o curso preparatório; nos três seguintes, o curso geral; e, no derradeiro, o curso das três armas. O ensino nos seis primeiros anos balizava-se em conhecimentos científicos, relacionados a disciplinas como Mecânica, Matemática, Biologia, Sociologia e Química. Somente no último ano havia instruções práticas. Dentre estas, destacavam-se as de *"sistemas de armas de fogo portáteis mais em uso; montagem,*

[299] CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Armas do Brasil**. *Site*. Dados são da *Comblain* modelo nº 5.
[300] MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 58-59.
[301] VASQUES, Bernardo. Relatório do ano de 1894, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1895, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. p. 14.

desmontagem e limpeza dessas armas; cartuchame nelas empregado; prática do tiro com as mesmas armas. Esgrima de baioneta".[302]

Nos corpos de tropas, manuais estabeleciam que as instruções para os recrutas fossem ministradas por oficiais, auxiliados por sargentos. Entre outras, eram previstas as de ordem unida, sinais de respeito, armamento e serviços de guarda.[303]

A perfeição da instrução deveria ser buscada, pois julgava-se que isso levaria os soldados a tirar o máximo proveito dos ensinamentos, passando a confiar mais em si e no armamento, fatores percebidos como indispensáveis para se conservar a calma nos lances difíceis.[304]

O instrutor deveria possuir alguns atributos: paciência, suavidade, método e garbo militar. Prescrevia-se que ele desse explicações acompanhadas do exemplo, porque seria mais fácil *"ao recruta imitar o que vê, do que compreender uma linguagem inteiramente nova".* [305]

Entretanto, o que constava nos regulamentos poderia não ser seguido. Assim, a qualidade da instrução dependia do grau de comprometimento dos oficiais, da existência de meios auxiliares e da disponibilidade de recursos financeiros, o que tendia a mudar de quartel para quartel.

Vianna descreve suas impressões sobre a rotina e peculiaridades dos recrutas, bem como acerca da instrução a eles ministrada:

> *Conferido o juramento, o recruta é incluído n'uma das companhias do batalhão e em seguida recebe o fardamento de recruta no ensino. Ei-lo: todo de pardo (blusa e calça parda), gorro de pano, metido n'umas grossas botinas ou n'uns pesados coturnos, de gravata de couro envernizado sobressaindo desordenadamente pela camisa de algodão afora..., em caminho da escola do ensino de recruta. E aí, quase sempre depara com um cabo de esquadra, arvorado em instrutor, em vez de um oficial inteligente e instruído. E durante quatro horas, sendo duas pela manhã e duas à tarde, o pobre recruta lá vai para a aprendizagem, onde o cabo instrutor irrita-se a cada passo, gesticula, ameaça... No intervalo que medeia entre as horas de instrução o recruta exercita-se em..., serviço de faxinas: limpar as privadas, lavar as companhias, varrer o pátio, etc. E logo no segundo dia, é visto de plantão: dão-lhe um apito e uma vassoura. Nos nossos batalhões não há aparelhos de ginástica, nem exercícios de natação e esgrima, por meio dos quais ele adquira o vigor e a energia tão precisos não só ao seu desenvolvimento físico como às próprias necessidades da vida militar. O nosso recruta, em geral, não conhece o serviço; nada lhe é ensinado. O que ele sabe, adquire por intuição, e muitas vezes por espírito de imitação. O recruta adquire facilmente hábitos de camaradagem. Dois ou três dias de estada no quartel bastam para que esses hábitos surjam e transformem-se dentro de pouco tempo em relações tão íntimas, tão estreitas que, na maioria dos casos, elas perduram eternamente, através de todas as distâncias, de todos os obstáculos e perigos. Em geral, o soldado brasileiro é valente e abnegado; corajoso e resignado; honrado e leal.*[306]

Como referencial para a preparação para o combate, a partir de 1892, o Exército adotou as *"Instrucções para a infantaria do Exército Brazileiro, tomando-se por base a instrucção*

[302] BRASIL. Lei nº 330, de 12 de abril de 1890.
[303] QUEIROZ; MOREIRA CESAR; CASTELLO; ACHÉ; 1892, passim.
[304] Ibid., p. 3-4.
[305] Ibid.
[306] VIANNA, 1897, p. 397-400.

portuguesa", mais conhecidas como "Regulamento Moreira César". Essas dividiam-se em três partes principais: "Ensino do Recruta" (instrução sobre movimentos de ordem unida, manejo do armamento, serviço de guarda, etc.), "Ensino da Companhia" (treinamento das diversas formações que a subunidade poderia adotar), e "Ensino do Batalhão e da Brigada" (prática conjunta de evoluções e manobras de subunidades/batalhões).[307]

Cabe-se alertar que as referidas instruções partiam do pressuposto que uma companhia era dividida em dois pelotões, o que estava em desacordo com a reestruturação do Exército de 1888, que previa a existência de três.[308] Como se verá adiante, o ministro da Guerra Medeiros Mallet queixava-se de o Exército utilizar a ordem quaternária; disso se infere que, pelo menos em combate, se previa empregar companhias com dois pelotões (quatro seções).[309]

De todo modo, o "Regulamento Moreira César" preconizava diversas formações que as frações poderiam adotar em combate (vide Esboço XVIII, p. 100). Para passar de uma para a outra ou para mudanças de frente, havia diversos tipos de evoluções, que podiam ser feitas a pé firme ou em marcha.

As frações poderiam movimentar-se em ordem unida (de forma cerrada, obedecendo seus componentes rigorosamente os comandos de seus líderes), em ordem aberta (de forma dispersa, dispostos seus integrantes em linha de atiradores, os quais deveriam progredir individualmente ou em pequenos grupos, por meio de lanços e movimentos céleres, fazendo uso de cobertas e abrigos, tudo sem perder a coesão/unidade); e em ordem mista (parte das frações adotaria a ordem unida; o restante, a aberta).

Pregava-se preferencialmente o uso da ofensiva, o que contribuiria para elevação da força moral; conferiria a iniciativa do ataque e a escolha do objetivo; proporcionaria liberdade de distribuição de forças; e possibilitaria o emprego da surpresa, de ações sobre os flancos, e de forças numericamente superiores em locais e momentos cruciais. Quanto aos inconvenientes dessa forma de agir, visualizava-se o desconhecimento do terreno, a necessidade de se combater a descoberto contra um inimigo abrigado, e a inferioridade na certeza do tiro.[310]

A ofensiva da infantaria deveria ser desencadeada em quatro fases: *"1º período - Reconhecimento, compreendendo o percurso do terreno batido pela artilharia, até se adentrar na zona eficaz dos fogos da infantaria. 2º período - Aproximação à frente da posição, tomada e ocupada dos postos avançados. 3º período - Assalto, ataque de flanco, desalojamento do inimigo e posse da posição. 4º período - Perseguição ou retirada".*[311]

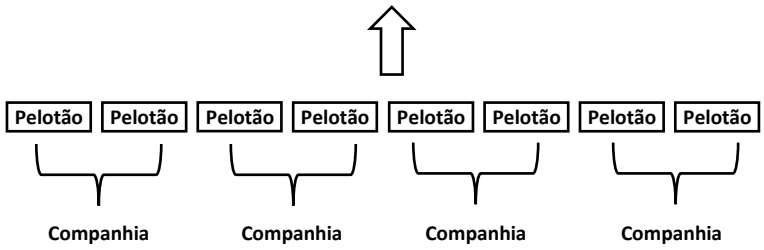
Tinha-se ciência que a evolução do armamento, caracterizada pelo aumento da cadência, alcance e precisão dos tiros, levava à preponderância do fogo sobre o movimento. Em consequência, recomendava-se a adoção da formação mista, particularmente nas proximidades da posição inimiga e no momento do assalto.

---

[307] QUEIROZ; MOREIRA CESAR; CASTELLO; ACHÉ; 1892, p. 100-105/passim.
[308] 1) BRASIL. Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. 2) QUEIROZ; MOREIRA CESAR; CASTELLO; ACHÉ; 1892, p. 63.
[309] MALLET, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1899, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 4.
[310] QUEIROZ; MOREIRA CESAR; CASTELLO; ACHÉ; 1892, p. 100-105/passim.
[311] Ibid., p. 169.

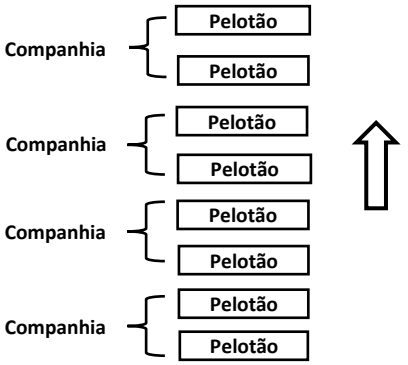
ESBOÇO XVIII – TIPOS DE FORMAÇÃO E EXEMPLO DE MUDANÇA DE FRENTE

FORMAÇÃO EM LINHA - BATALHÃO



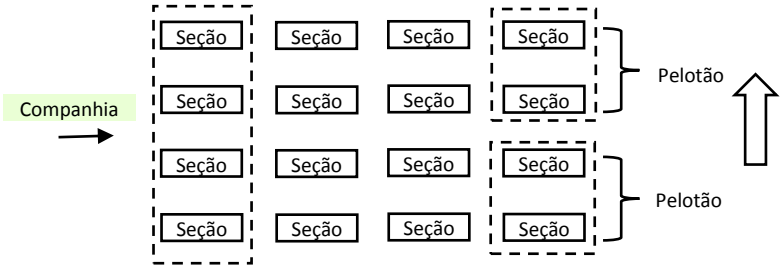
As frações, desde as companhias até as seções, entram uma ao lado da outra. Nelas, os soldados posicionam-se, normalmente, em duas fileiras (um ao lado do outro, todos voltados para a mesma frente).

FORMAÇÃO EM COLUNA - BATALHÃO



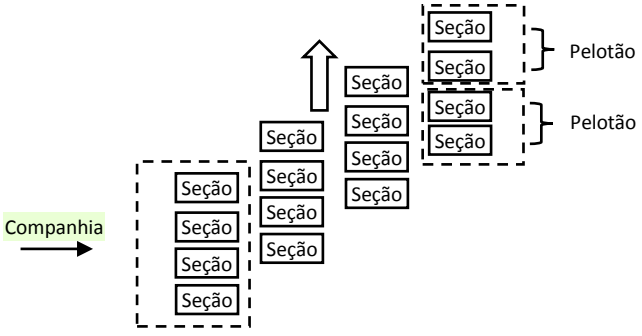
As frações, desde as companhias até as seções, entram uma atrás da outra.

FORMAÇÃO EM LINHA DE COLUNAS - BATALHÃO



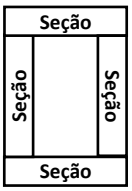
As companhias posicionam-se uma ao lado das outra, com suas frações semelhantes alinhamento-se.

FORMAÇÃO EM ESCALÃO - BATALHÃO



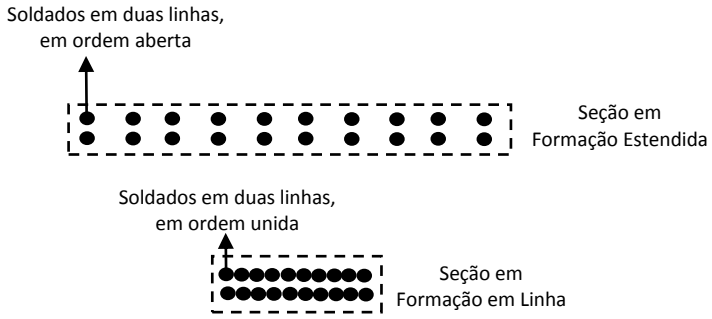
As companhias posicionam-se em formato de degrau.

FORMAÇÃO EM QUADRADO - COMPANHIA



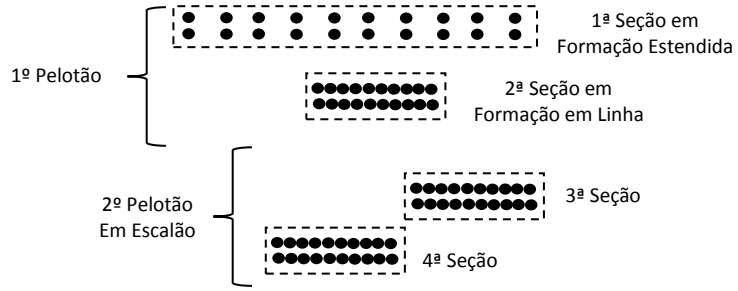
As seções posicionam-se de modo a fechar um recinto.

FORMAÇÃO ESTENDIDA - SEÇÃO



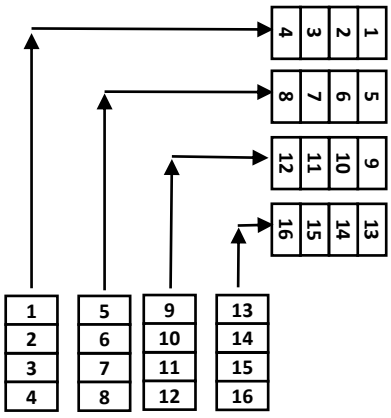
Ocorre quando uma linha de soldados tem entre suas filas intervalos maiores (ordem aberta) em relação aos existentes na formação em linha (ordem unida).

FORMAÇÃO MISTA - COMPANHIA



As frações são dispostas em diferentes formações (estendidas, em coluna, em linha, etc.)

TIPO DE EVOLUÇÃO - MUDANÇA DE FRENTE



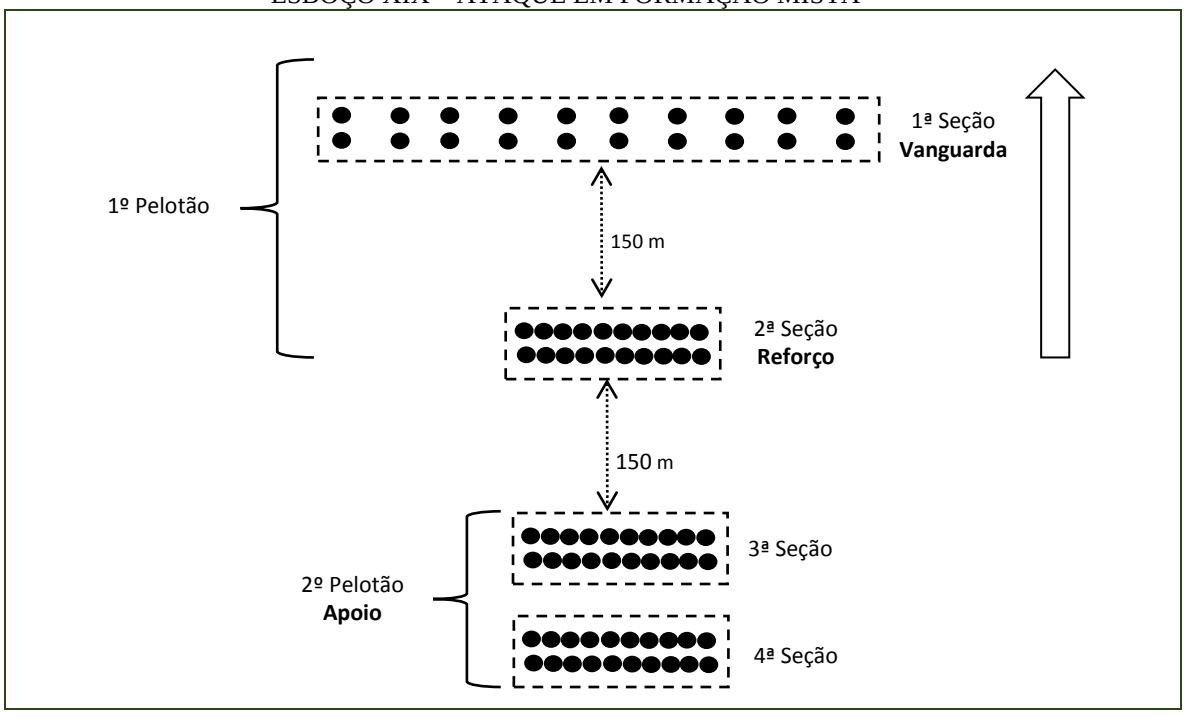
A ordem mista preconizava que as tropas avançassem fracionadas, de acordo com a organização quaternária prevista para as companhias e batalhões. No caso de uma companhia isolada, na vanguarda deveria seguir uma seção, em ordem aberta; depois outra seção, denominada "reforço", em ordem unida (tal fração, no momento do assalto, aumentaria a linha da seção vanguardeira ou se posicionaria para atacar o flanco do inimigo); e, em seguida, as duas seções derradeiras, chamadas de "apoio", em ordem unida (seriam empregadas em auxílio das demais, de acordo com o desenvolvimento do combate) (esboço abaixo).

O assalto, momento decisivo, seria desencadeado da seguinte forma, quando efetuado por uma companhia:

> *A linha já então com os intervalos bem reduzidos, simples ou reforçados, executa o assalto das posições adversas pela carga de baioneta. O capitão manda fazer o sinal de – "preparar para a carga", ao qual todos armam baioneta, sem dependência da voz dos chefes das frações, que desde logo indicam os pontos sobre que devem dirigir-se. Ao sinal de – "avançar e carregar", mandado executar pelo capitão, e repetido por todos os corneteiros, a linha inteira cessa o fogo, e levanta-se, quando a pé firme, rompendo o passo de carga com a maior impetuosidade e cruzando as baionetas os homens que se acharem na fileira da frente, no caso de alguma fração se achar na ordem unida. Os oficiais e sargentos dirigem suas frações excitando os homens pelos gritos de - "avança", que os soldados devem repetir.*[312]

Nos anos de 1896 e 1897, o Exército ver-se-ia envolvido na Guerra de Canudos, que ficaria marcada por combates em área edificada. Para tal situação, também havia prescrições (vide Quadro XXVIII, p. 103).

ESBOÇO XIX – ATAQUE EM FORMAÇÃO MISTA[313]



[312] Ibid., p. 95.
[313] Ibid., p. 93.

QUADRO XXVIII – ATAQUE A LOCALIDADE[314]

Entendia-se que as povoações adquiriam, por vezes, importância considerável em razão da resistência que seus defensores poderiam oferecer. Não obstante, pensava-se que a ação da artilharia, por si só, em muitos casos, forçaria o inimigo a abandonar as casas, devido principalmente aos incêndios que seus projéteis provocariam. Não era descartada a ação da infantaria, no caso de ser necessário conservar as edificações existentes, assim se evitando os danos causados pelos canhões.[315]

Caso houvesse a necessidade de se empregar a infantaria, as ações dever-se-iam iniciar com reconhecimentos nas imediações do povoado, a fim de se identificar pontos dominantes, caminhos que convergissem à localidade e as caraterísticas de suas fortificações. Feito isso, com máxima brevidade, deveriam ser ocupados pontos dominantes que permitissem bater o recinto e as linhas de comunicações que para lá se dirigissem. Depois, caberia ser empregada a artilharia para destruir defesas exteriores, tais como muros, valados, sebes, nos locais onde se previa desencadear o ataque. Em seguida, pouco a pouco, as companhias de infantaria avançariam, fazendo uso, os atiradores, de cobertas e abrigos para progredir.

Entrementes, o comandante, por meio de fintas, deveria tentar ludibriar o inimigo quanto ao principal objetivo a ser conquistado, para que esse não fosse reforçado pelo oponente. Também deveria buscar com outras tropas cercar o povoado, para cortar possíveis linhas de retirada.

Tendo a tropa de ataque chegado a um bom alcance do objetivo principal, deveriam seus integrantes intensificar os fogos, o que poderia ganhar ainda mais força se o contingente que atacava fosse apoiado por outros que estavam em reserva.

O assalto final só deveria ser ordenado quando se percebesse que o inimigo hesitava. Uma vez iniciada a ação, caberia aos atacantes ocupar as primeiras casas, tendo em vista protegerem-se dos fogos do adversário. Ocupada uma parte da localidade com solidez, passariam os atacantes a penetrar no seu interior, devendo os atiradores irem se assenhorando das casas, passando de uma para outras, por dentro, quando fosse possível praticar aberturas. Tropas de apoio deveriam atacar as forças inimigas que se mantivessem em lugares abertos. Barricadas, porventura encontradas, não deveriam ser atacadas de frente, mas flanqueadas. Todas as posições ocupadas deveriam ser guardadas por tropas reservas.

Caso o inimigo ocupasse um forte reduto, um ataque somente de tropa de infantaria deveria ser evitado. Caberia isolar tal posição até que chegasse o apoio de peças de artilharia, que com seus fogos mais potentes tenderiam a levar o inimigo à rendição.

Na defensiva, os inconvenientes e vantagens eram opostos dos da ofensiva. Dessarte, as vantagens principais eram o conhecimento da zona de ação ocupada e que o inimigo teria de atravessar; a faculdade de aproveitar plenamente as qualidades defensivas do terreno e de aumentá-las pela fortificação; a possibilidade de estabelecer campos de tiro e de determinar distâncias por alça; a viabilidade de efetuar fogos certeiros e de forçar o inimigo a passar por determinados lugares, e a capacidade de erigir abrigos eficazes.[316]

[314] Ibid., p. 222-223.
[315] Ibid., p. 222-223.
[316] Ibid., p. 106.

Os inconvenientes de tal postura seriam o abatimento do moral, incerteza sobre os planos do inimigo, sujeição à movimentação do adversário, disponibilidade de campos limitados para operar, acumulo obrigatório de forças, fraqueza nos flancos, risco de envolvimento, e possibilidade de ter as linhas de retirada cortadas.[317]

As fases de uma defensiva seriam quatro: reconhecimento e ocupação da posição; defesa do campo exterior ou "contra-aproximação" do ataque; defesa da frente e redutos interiores, retorno e contra-ataque; e perseguição ou retirada. [318]

A posição defensiva, dentre outras características, deveria ter comandamento eficaz sobre o exterior, possibilitar bater com eficácia os locais por onde o inimigo poderia progredir, permitir o cruzamento de fogos, propiciar abrigos suficientes, e possuir uma retaguarda que possibilitasse a retirada por caminhos seguros.[319]

Escolhida e ocupada a posição, os atiradores deveriam imediatamente executar os:

> *[...] trabalhos precisos para se cobrirem dos tiros do inimigo e embaraçarem quanto possível a sua marcha; abrem-se as trincheiras, abrigos, seteiram-se os muros, valados ou sebes, estabelecendo-se as comunicações necessárias e colocam-se os abatises; durante a execução destes trabalhos, cada grupo tem um homem em vedeta, que observa o terreno em frente.*[320]

Em caso de a tropa ser surpreendida em campo aberto por uma carga de cavalaria, recomendava-se a adoção do dispositivo em quadrado; nesse caso fazendo-se uso da ordem unida. Isso porque se acreditava que a resistência contra a cavalaria dependia principalmente da segurança dos flancos, pois que, a não ser por estes pontos vulneráveis, a cavalaria nunca poderia atacar um corpo que dispusesse da totalidade de seus fogos. Considerava-se, ainda, que os choques da cavalaria produziam mais efeito moral do que físico e disso deveria se convencer o infante, que contra tal ameaça deveria manter a confiança e a disciplina.[321]

Por fim, cabe-se destacar algumas máximas então pregadas na Infantaria:

> *- não queime inutilmente os teus cartuchos: atirai pouco, porém bem;*
> *- lança-te ousadamente sobre o inimigo, sem olhar para trás, porque do contrário a morte e a derrota te esperam;*
> *- se o inimigo te atacar, combata-o, enquanto te restar um pouco de vigor;*
> *- dez ou quinze homens que carregam à baioneta valem por cem inimigos;*
> *- em caso de ataque imprevisto, aquele que primeiro gritar "avante!" e atirar-se contra o inimigo com sua baioneta – é um bravo!;*
> *- maldito seja aquele que, num assalto geral, conserva-se quedo e inerte!*[322]

Em maio de 1896, o ministro da Guerra, Bernardo Vasques, declarava que os corpos de tropa estacionados na capital da República estavam regularmente fardados, armados e

[317] Ibid., p. 106.
[318] Ibid.
[319] Ibid., p. 107.
[320] Ibid., p. 108.
[321] Ibid., p. 207.
[322] VIANNA, 1897, p. 135.

equipados, e todos com os vencimentos pagos em dia, sendo lisonjeiras a sua disciplina e instrução. Salientava, porém, que por circunstâncias diversas, nos estados isso não ocorria.[323] Por certo ele não esperava que o Exército fosse colocado à prova meses depois, em Canudos. Lá se defrontaria com sertanejos, liderados por Antônio Vicente Mendes Maciel, popularmente conhecido como Antônio Conselheiro.

Antônio Conselheiro era um místico que, desde o século XIX, andava pelo sertão nordestino pregando a redenção divina e a justiça mundana. Em 1893, se estabeleceu no arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, em área semiárida, marcada pela extrema pobreza e falta de recursos (vide Esboço XX, p. 106). Nesse povoado, distante cerca de 400 km de Salvador, buscou, juntamente com seus adeptos, viver de forma autônoma, sem interferência de autoridades da Igreja e da República. Em seu auge, o vilarejo chegou a contar com cerca de cinco mil habitações e aproximadamente 25 mil moradores.[324]

Manoel Benício, correspondente do "Jornal do Commercio", junto às forças legais, descreve Canudos:

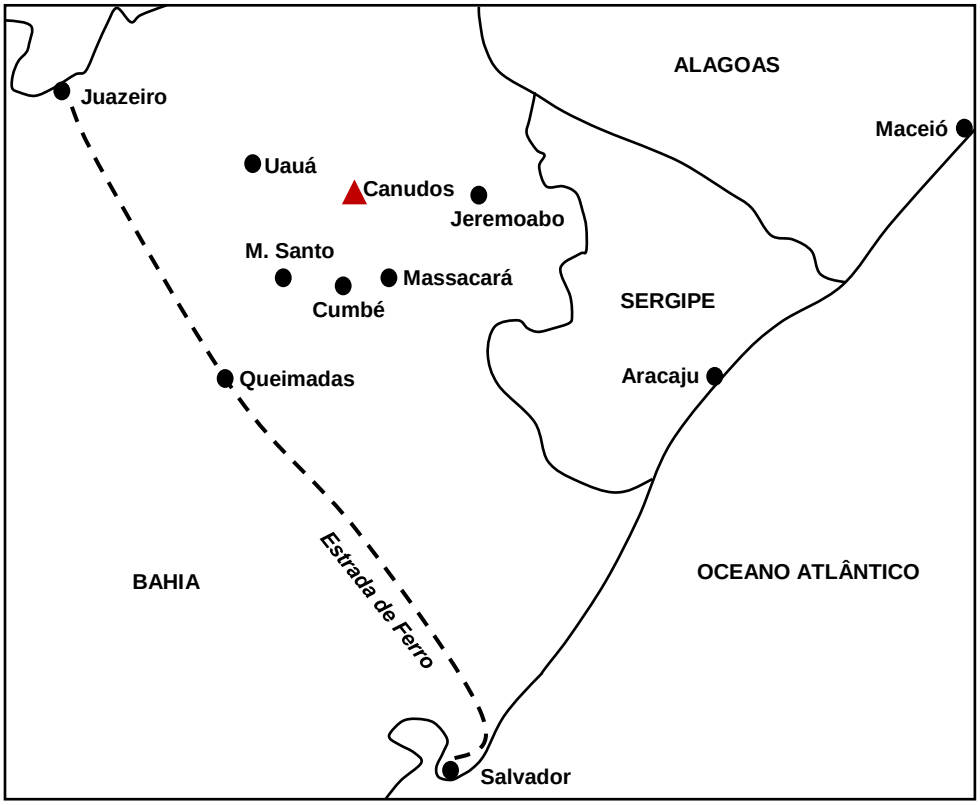
> *Depois de ter percorrido bosques e povoados, cidades e rios, fazendas e portos fluviais de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia, Conselheiro chegou por uma tarde no arraial de Canudos, terreno do Dr. Fiel, que tinha diversas fazendas de criação e sítios agrícolas por aquelas bandas. [...]. Já havia então no arraial a igreja velha e duas casas de negócio. Ali encontravam-se as estradas de Jeremoabo, Uauá, Cambaio, Rosário, Chorrochó e Curral dos Bois, e pernoitavam comboieiros de todas as bandas.[...]. Conselheiro começou a reinar então em Canudos, que batizou por Belo Monte, mandando o seu povo comerciar por toda a redondeza. [...]. O maior comércio era o de couros, especialmente de bode e carneiro, que abundam como peste pelas caatingas. [...]. Centenas de "tejupares" de taipa cobertos de folha de coqueiros sobrepostas com barro de tabatinga, edificavam-se para abrigo do povo que chegava, em Canudos, por devoção, curiosidade, moléstia, e perseguição da justiça, ou particulares.*[325]

Euclides da Cunha deixou suas impressões sobre o sertanejo local:

> *Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu achamboado, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento inesperado de força e agilidade extraordinárias.*[326]

[323] VASQUES, Bernardo. Relatório do ano de 1895, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1896, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 6.
[324] SILVA, João Barbosa da. A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna da proclamação da República até a II Guerra Mundial. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 212.
[325] BENICIO, Manoel. **O rei dos jagunços**: chronica historica e dos costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos, documentada e comentada. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1899. p. 165-183/passim.
[326] CUNHA, Euclides. **Os sertões:** Campanha de Canudos. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert, 1905. p. 115.

ESBOÇO XX – ÁREA ENVOLVIDA NA GUERRA DE CANUDOS [327]



Macedo Soares, tenente de infantaria que participou da campanha, aponta a importância do povoado de Canudos sob ponto de vista militar:

> *Situado numa zona eriçada de inúmeras serras pedregosas e peladas, em cujas vertentes correm caatingas sem fim, espinhosas e emaranhadas. Como ponto estratégico, o é de primeira ordem: qualquer força para lá chegar, fosse de qualquer ponto, teria de atravessar uma região estéril, sem água e nem recursos de espécie alguma e teria de conduzir bagagens e mantimentos através de inúmeras dificuldades. Em lá chegando, teria de arcar com maiores contrariedades, além de lutar com um inimigo astuto e conhecedor do terreno, geralmente acidentado e sáfaro, sem fáceis comunicações [...].* [328]

A existência de Belo Monte preocupou políticos da Bahia e membros da Igreja Católica, que julgaram estar lá se formando uma seita político-religiosa, que estimulava o cisma religioso e desrespeitava o governo republicano. Rumores de que Antônio Conselheiro era monarquista, em uma fase que a República se consolidava, acirravam os ânimos.

Em outubro de 1896, Antônio Conselheiro desentendeu-se com comerciantes de Juazeiro, com os quais tratara sobre a compra de madeira destinada à construção de uma igreja. Como não recebera o material na data prevista, ordenou a seus seguidores apanhar a encomenda, usando a força caso preciso.

---

[327] Adaptado do *Google Earth.*

[328] SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo**. A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Alpina/Assembléa 96, 1902. p. 33.

O juiz de direito de Juazeiro, Arlindo Leone, ao tomar conhecimento do que se passava, solicitou ao presidente do estado da Bahia, Luís Viana, tropas para manter a ordem. O referido presidente repassou o pedido ao governo federal, que destacou um contingente do 9º BI, aquartelado em Salvador, para controlar a situação. Tal força era composta por três oficiais e 104 praças, e foi colocada sob comando do tenente Manoel da Silva Pires Ferreira.[329]

A tropa legalista, mal equipada e sem ter noção do poderio dos conselheiristas, percorreu de trem o trajeto de Salvador até Juazeiro. Nesta localidade, em 12 de novembro, iniciou marcha a pé, de cerca de 200 km, por estradas péssimas, para Canudos. Sete dias depois chegou exausta em Uauá, distante aproximadamente 60 km do seu objetivo final (Esboço XXI, p. 110).

Dois dias depois de chegar em Uauá, os soldados foram atacados de surpresa pelos conselheiristas. Pires Ferreira descreve o embate:

> *Imediatamente, dispus a força para a defensiva, fazendo colocar em distância conveniente do acantonamento uma linha de atiradores, que causou logo enormes claros nas fileiras dos bandidos. Estes, não obstante, avançaram sempre, fazendo fogo, aos gritos de viva o nosso Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! Viva a monarquia! etc., etc., etc., chegando até alguns a tentarem cortar a facão os nossos soldados. Um deles trazia alçada uma grande cruz de madeira, e muitos outros traziam imagens de santos em vultos. Avançaram e brigaram com incrível ferocidade, servindo-se de apitos para execução de seus movimentos e manobras. Pelo grande número que apresentaram foram por algumas praças calculados em três mil! Há, porém, nisso exagero, proveniente de erro de apreciação; seriam uns quinhentos, mais ou menos, os que nos atacaram, divididos em vários grupos, que procuravam envolver a nossa força e apoderar-se do arraial, o que não conseguiram devido às enérgicas providências que tomei, eficazmente auxiliado pelos oficiais e a disciplina das praças. Conseguiu, entretanto, grande número deles, apoderar-se de algumas casas abandonadas, que se achavam desguarnecidas por insuficiência da força e de onde nos fizeram algum mal, mas, sendo necessário incendiar as ditas casas, a fim de desalojá-los, o que conseguimos depois de algum trabalho. Chegados a esta fase do combate, depois de mais de quatro horas de luta, conhecendo que eles já se achavam desmoralizados, pela dificuldade com que respondiam, ao nosso fogo, e porque já tentavam fugir, passei a tomar a ofensiva, e fiz persegui-los até meia légua de distância, morrendo muitos deles nessa ocasião, e ficando o resto completamente desbaratado. Não levei mais longe a perseguição e mandei tocar a retirar, por constar-me, achar-se um grande reforço deles um pouco adiante, e por estar a nossa gente cansada e sem alimentar-se desde a véspera.*[330]

Pires Ferreira considerou ser impossível vencer os rebeldes ou mesmo permanecer em Uauá com os meios que dispunha (pouca munição, água e alimentos). Em razão disso, optou por retornar para Juazeiro.[331] Em seu relatório, reclamou da fragilidade do fuzil *Mannlicher* e da má qualidade do fardamento e dos calçados, o que teria dificultado o cumprimento da

[329] ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições militares contra Canudos**: seu aspecto marcial. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p. 11.
[330] FERREIRA, Manoel da Silva Pires. Relatório da Expedição contra Canudos, em 10 de dezembro de 1896. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Aristides Augusto Milton. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902. As tropas legalistas perderam 10 homens, outros 15 foram feridos; os conselheiristas mais de 150, sem contar os que viriam a morrer na caatinga devido a ferimentos.[330]
[331] BENICIO, 1899, p. 191.

missão. Também descreveu o armamento dos sertanejos: carabinas *Comblain* e "Chuchu", bacamartes, garruchas, facões, foices e machados. [332]

O insucesso da expedição de Pires Ferreira preocupou importantes autoridades republicanas e outra tropa foi destacada para controlar a situação. Tratava-se de uma força de cerca de 550 soldados do Exército e da polícia baiana, (contingentes do 9º, 26º e 33º BIs, de Salvador, Maceió e Aracaju respectivamente; contavam com dois canhões *Krupp* 7,5 e duas metralhadoras *Nordenfelt*). Para o comando da expedição foi designado o major Febrônio de Brito, fiscal do 9º BI.[333]

A força de Febrônio deslocou-se por via ferroviária até Queimadas, onde chegou em 26 de novembro. Dali iniciou marcha a pé, de aproximadamente 150 km, até Canudos, seguindo pela estrada Monte Santo/Cambaio (Esboço XXI, p. 110). Paradas rotineiras a fim de preparar a tropa para o combate retardavam o deslocamento.

Em meados de janeiro de 1897, já desgastada pelo terreno inóspito e pela falta de suprimentos, a expedição chegou nas proximidades de Canudos. Após escaramuças, deu-se, em 19 de janeiro, forte combate na serra do Cambaio, assim descrito por Febrônio:

> *No dia 19 pela manhã, dispunha eu a marcha para ataque definitivo de Canudos, quando, às 7 horas, no momento dos primeiros passos, as avançadas de toda a coluna foram envolvidas por número superior a 4.000 canibais. Nunca vimos, eu e os meus bravos camaradas, tanta ferocidade! Vinham morrer como panteras, dilacerando entranhas, agarrados às bocas das peças, não tão mal armados como se dizia. Todos eles traziam armas de fogo, bons e afiados facões, cacetes, pendentes dos pulsos. [...]. Travou-se combate medonho em que a maior parte dos adversários se mediam corpo a corpo. Esgotada a munição de artilharia, prestes a extinguir-se a de infantaria que se pôde conduzir, o número de feridos, se multiplicava à proporção que os atacantes que eram varridos pelo canhão e fuzil, se reforçavam. Diante do espetáculo da fome e da sede e das tristes consequências de um sítio no curral, em serranias de Canudos, reuni os oficiais para deliberar sobre o caso e suas emergências e da unanimidade deles foi resolvida a retirada que se efetuou na melhor ordem. [...]. Os feridos foram conduzidos em padiolas, outros a três num só cavalo, ficando todos os oficiais a pé, eles como eu, puxando canhões a pulso. Só às 6 ½ da tarde pudemos romper o círculo dos atacantes e tomar, a 2 léguas, posição regularmente defensiva. Chegamos a poder contar com 600 bandidos mortos, enquanto que nós tínhamos 10 destes e 60 feridos não contando muitos contusos. A tropa está morta, extenuada, maltrapilha, quase nua, impossível de refazer-se em Monte Santo.*[334]

Na capital federal, a notícia de mais um fracasso levou o governo a mandar organizar uma terceira expedição. Essa contava com cerca de 1.300 combatentes, a maioria do Exército, que formaram uma brigada. Para comandá-la foi destacado o coronel Antônio Moreira César, ardoroso defensor da causa republicana, conhecido como "corta-cabeças".

---

[332] FERREIRA, 1902.

[333] 1) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 711. 2) CUNHA, 1905, p. 255; 3) ARARIPE, p. 40-41. Este registra, provavelmente por equívoco, a presença do 21º BI, que estava no Mato Grosso, segundo ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório do ano de 1896, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1897, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. Mappa da Força Effectica do Exército, de 13 de fevereiro de 1897.

[334] Apud BENICIO, 1899, p. 205-206.

Assim, com destino a Canudos, seguiram do Rio de Janeiro o 7° BI, uma bateria do 2º Rgt Art (levava quatro peças de canhão) e um esquadrão do 9º Rgt Cav.[335] Na Bahia, tal contingente foi reforçado com soldados da polícia e dos 9º e 16º BIs. Também passou a contar com médicos, farmacêuticos e ambulâncias, além de alguns comboios de munições de guerra e de boca.[336]

Todavia, como se sucedeu com as expedições anteriores, não houve a necessária preocupação com questões relacionadas ao suprimento. Também não foram levantadas informações detalhadas sobre o terreno e o inimigo.[337] Segundo Alencar Araripe:

> *A esta altura, é de indagar se a Moreira César ocorreu a pergunta curial: que poderá fazer o adversário? Tudo faz crer que só lhe ocorreu que os jagunços debandariam com o seu aparecimento. [...]. Também Moreira César não meditou sobre outro adversário temeroso - o terreno, essa "terra de ninguém", desconhecida e desprovida de quaisquer recursos de vida, principalmente de aguadas. Não soubera ou não quis conhecer da advertência de Febrônio de Brito a esse respeito. O grande descampado já era, por si só, sério adversário. [...]. Também não considerou o destemido chefe a impropriedade dos meios de que dispunha para realizar a operação cometida: sua tropa, mal fardada, mal equipada e mal treinada para o grande esforço, mal instruída para a natureza da operação e não tendo meios de transporte de abastecimento para vários dias e para a longa luta*[338].

Moreira César, assim como Febrônio, seguiu até Queimadas por trem e dali a pé para Canudos. Porém, a partir de Monte Santo, optou pela rota que passava por Cumbé e Gravatá. Com isso, o percurso estendeu-se para aproximadamente 180 km (Esboço XXI, p. 110).

Em 3 de março de 1897, a tropa legalista chegou em Canudos, após sofrer algumas emboscadas pelo caminho, uma das quais em Pitombas. Moreira César resolveu se apoderar imediatamente da localidade, sem dar descanso e alimentar a tropa, que vinha de uma fatigante marcha forçada, marcada pela falta de víveres e água.[339]

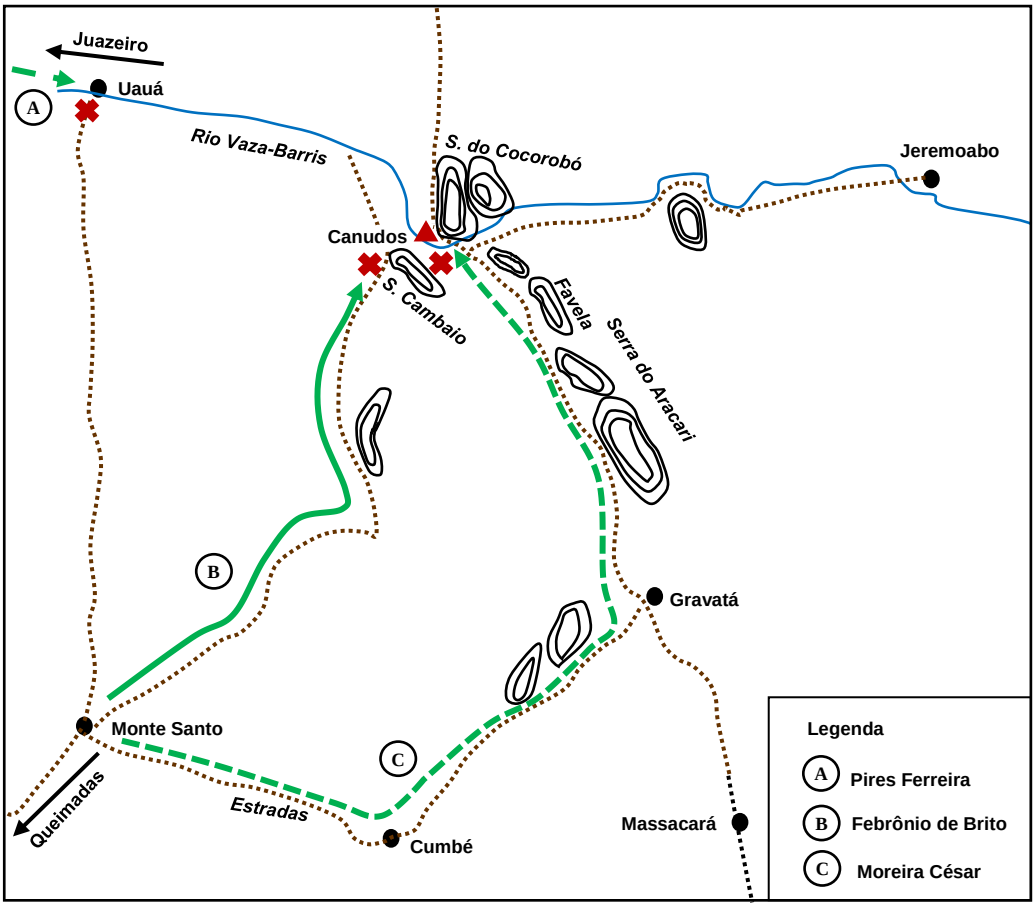
Inicialmente, o comandante legalista ordenou à artilharia que ocupasse o alto da Favela (também chamado alto do Mário), distante 1.200 metros de Canudos, de onde se podia visualizar o objetivo a ser conquistado. Lá chegando, os artilheiros foram atacados pelos sertanejos. Foi ordenada uma carga de infantaria para apoiá-los. Tal ação, embora desordenada, repeliu o inimigo. Em seguida, a artilharia foi deslocada para outra elevação, chamada Fazenda Velha, a 600 metros de Canudos.[340]

Prosseguindo com as ações, após alguns disparos de canhão, Moreira César ordenou que a infantaria descesse do alto da Favela, atravessasse o rio Vaza-Barris e tomasse de assalto o arraial. Não houve preocupação em se reconhecer as posições inimigas ou de se constituir forças reservas e de apoio, nem sequer para a proteção da artilharia (Esboço XXII, p.110).

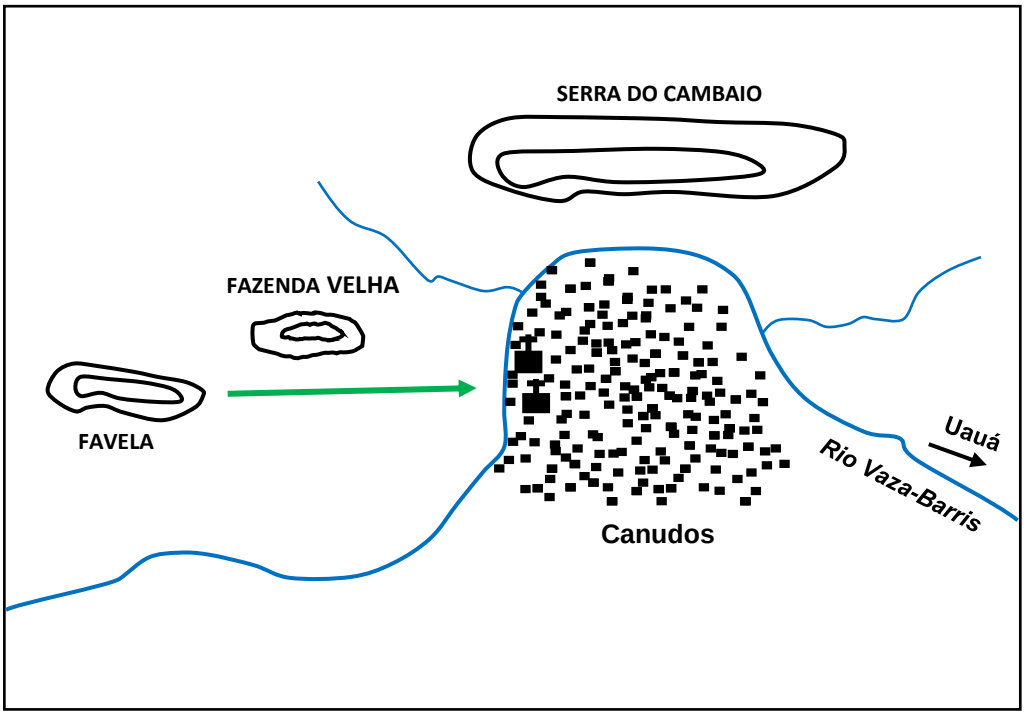
---

[335] ARGOLLO, 1897, p. 8.
[336] 1) BENICIO, 1899, p. 214. 2) ARARIPE, 1985, p. 54-55.
[337] ARARIPE, 1985, p. 56-57.
[338] Ibid., p. 58.
[339] BENICIO, 1899, p. 225-226.
[340] Ibid., p. 225-226.

ESBOÇO XXI – ROTAS DE P. FERREIRA, FEBRÔNIO DE BRITO E MOREIRA CÉSAR[341]



ESBOÇO XXII – ATAQUE DE MOREIRA CÉSAR EM CANUDOS [342]



[341] Adaptado da: Carta do Plano de Operações de Guerra no Estado da Bahia, 1897. Acervo da Biblioteca Nacional.
[342] Adaptado de: HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 725.

Manoel Benício relata o ataque:

> *Descia a infantaria desordenadamente por terreno pedregoso e acidentado, caindo os soldados aqui e acolá uns sobre os outros na carreira que levavam. Aquém do rio as cornetas tocaram "carga" e a infantaria precipitou-se sobre o rio, sempre debaixo de vivíssimo e certeiro fogo do inimigo entrincheirado nas duas igrejas, casas e depressões do terreno próximas da barranca do rio, que em alguns lugares tinha a profundidade de um metro. As forças atravessaram o rio em completa confusão, promiscuidade de oficiais e praças de todos os corpos. Eram 2 horas da tarde. O ataque foi simultâneo pelo centro, ponto mais forte, e pelos flancos, sendo provável que as forças atacantes se tivessem ferido mutuamente, pois que partiram de pontos opostos para o centro, não havendo mais de mil metros da direita para a esquerda. Nem todos penetraram em Canudos; a maioria da força ficou abrigada na barranca do rio e daí se destacavam os mais bravos que penetravam no arraial, expulsando os fanáticos de suas casas e incendiando estas. Não havia direção, nem mesmo entre os bravos e ousados, que pagaram bem caro a sua temeridade, sendo mortos uns e feridos outros, entre estes o tenente Figueira, do 7º de Infantaria, que foi sempre, durante a expedição, o comandante da guarda avançada. Cada um operava por si, à vontade, isoladamente. Nenhuma concentração de esforços sobre os pontos mais fortes; pouca eficácia dos tiros pelo cansaço dos soldados arquejantes e pelo modo desordenado porque atiravam, distraindo-se muitos deles no interior das casas com os alimentos e objetos que encontravam. Não havia força de reserva e descansada para auxiliar os bravos assaltantes, que eram bem poucos, a sustentar as posições tomadas por eles.*[343]

Em meio à luta, entre 16 e 17h, depois de ordenar a ação de uma tropa de cavalaria, Moreira César foi gravemente ferido. Acabou conduzido para uma casa em ruínas, localizada perto de onde se encontrava a artilharia.[344]

Assumiu o comando o coronel Pedro Tamarindo, comandante do 9º BI, que tentou reorganizar a tropa. Essa, entretanto, cansada, esfomeada e fustigada pelo inimigo, começou a retroceder também para junto da artilharia. Depois, por volta das 20h, o grosso do contingente legalistas deslocou-se para uma elevação ainda mais à retaguarda, buscando proteção. Ali amontoaram-se oficiais e praças de todos os corpos, a artilharia com as suas viaturas e animais atrelados, cargueiros de munições e de ambulâncias, e animais de montaria dos oficiais. Com dificuldade buscava-se prestar socorro aos feridos.[345]

Às 4h30min do dia seguinte, Moreira César faleceu, o que abalou ainda mais o moral da tropa. Por volta das 6h, Tamarindo ordenou a retirada, que não se deu em boa ordem.[346]

Macedo Soares descreve:

> *O resultado foi que, pela manhã de 4 de março, ao iniciar a força a retirada, foi subitamente atacada, e por todos os lados por uma nuvem de fanáticos, vitoriosos desde a véspera e sedentos de vingança. Todas as tentativas de resistência foram baldadas; formavam-se grupos de infantes, tiroteando em retirada, mas eram desbaratados e obrigados a fugir. A artilharia tentou resistir, embora improficuamente: seu comandante, o capitão Salomão da Rocha, vitimado; e a maior parte da guarnição morta, ou ferida, e a carnificina assumiu proporções de verdadeira hecatombe.*

[343] BENICIO, 1899, p. 228.
[344] Ibid., p. 228.
[345] Ibid., p. 229-230.
[346] ARARIPE, 1985, p. 63.

Prossegue:

> *O coronel Tamarindo, não podendo conduzir a retirada, entregou-se ao Destino e foi também morto. Quando o major Cunha Matos e outros oficiais tentaram, após a morte daquele coronel, reorganizar a coluna, era tarde. Irresistível pânico apossara-se dos sobreviventes e a debandada manifestou-se completa. Os que, escapando do facão afiado dos fanáticos, conseguiram ganhar a caatinga, passaram por cruéis transes, até Monte Santo.*[347]

Com a vitória, os conselheiristas apoderaram-se de grande quantidade de armamento e munição. Estima-se em 500 carabinas/revólveres/espadas e 600 mil cartuchos.[348] Além disso, estavam a adquirir armas em regiões próximas e em estados vizinhos, que vinham a se juntar a outras que improvisavam. Desertores passaram a instruir os sertanejos no manejo das carabinas modernas, bem como sobre táticas de ordem dispersa, que, na realidade, eles instintivamente já praticavam. Ademais, milhares de pessoas passaram a se deslocar para Canudos, convictos da santidade e da invencibilidade de Antônio Conselheiro. Gêneros eram comprados em localidades vizinhas para abastecê-las.[349]

A nova derrota das tropas federais repercutiu intensamente na capital da República. Manifestações ocorreram reclamando providências para que Canudos fosse destruída, as quais foram acompanhadas de distúrbios que levaram a saques a estabelecimentos comerciais e a depredações de redações de jornais tidos como monarquistas.

Em face disso, o governo federal ordenou a preparação de outra expedição, a quarta. Essa, comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, compunha-se de duas divisões (colunas), comandadas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget. A constituição da tropa, em 5 de abril de 1897, consta no quadro abaixo. Seu efetivo pode ser estimado em cerca de 5 mil homens.[350]

QUADRO XXIX - CONSTITUIÇÃO DA 4ª EXPEDIÇÃO, EM 05 DE ABRIL DE 1897.[351]

1ª Divisão (Coluna) Silva Barbosa	1ª Brigada	7º, 14º e 30º Batalhões de Infantaria
	2ª Brigada	16º, 25º e 27º Batalhões de Infantaria
	3ª Brigada	5º e 9º Batalhões de Infantaria e 5º Regimento de Artilharia
2ª Divisão (Coluna) Savaget	4ª Brigada	12º, 31º e 33º Batalhões de Infantaria e contingente de artilharia
	5ª Brigada	34º, 35º e 40º Batalhões de Infantaria
	6ª Brigada	26º e 32º Batalhões de Infantaria, uma bateria do 5º Regimento de Artilharia e 50 praças do 1º Batalhão de Engenharia

[347] 1) SOARES, 1902, p. 25-26. 2) Nos combates do dia 3 e durante a retirada, a terceira expedição teve 14 oficiais e 56 praças mortos; 10 oficiais e 120 praças feridos; além de dois oficiais e 18 praças extraviados, conforme BENICIO, 1899, p. 236-237.
[348] Dados de SOARES, 1902, p. 38. Em relação à munição, BENÍCIO, 1899, p. 216, cita existir no comboio geral 60 mil cartuchos.
[349] SOARES, 1902, p. 36- 39.
[350] Somente a Coluna de Savaget somava 2.350 soldados, conforme: CUNHA, 1905, p. 405.
[351] 1) BENICIO, 1899, p. 297. 2) SOARES, 1902, p. 47-48. 3) ARARIPE, 1985, p. 85. 4) Havia também uma ala do 9º de Cavalaria, conforme: HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 716; e CUNHA, 1905, p. 369.

A tropa de artilharia contava com um canhão *Withworth* 32, diversos *Nordenfeldt* 37 mm, entre outras peças. Inicialmente, a infantaria estava equipada com fuzis *Mannlicher*, exceto o 31º BI, que usava ainda as carabinas *Comblain*. Há registro do uso de fuzis *Mauser*.[352]

A intenção do general Artur Oscar era envolver Canudos, para depois realizar um ataque decisivo. Para isso, a coluna de Savaget partiria de Aracaju em direção a Canudos (cerca de 300 km), passando por Jeremoabo; e a de Silva Barbosa seguiria rota semelhante a percorrida por Moreira César (nesta se deslocaria o comandante-em-chefe). A junção das tropas deveria acontecer nas cercanias de Canudos, em 27 de junho de 1897.[353]

Antes de iniciar as operações, houve preocupação em abastecer adequadamente a tropa, mas as dificuldades foram enormes, conforme relata Macedo Soares:

> *Militarmente organizada a força sob suas vistas imediatas, o general Artur Oscar voltou a atenção sobre o ponto principal: a formação de grandes depósitos de munição de guerra e de boca em Queimadas e Monte Santo, bem como o competente transporte, para o que deu o governo todos os recursos monetários. [...]. Em Queimadas, nada existia organizado, esperando tudo por obter. Também em Monte Santo, os recursos eram escassos visto terem esgotado os poucos existentes, na passagem da anterior expedição. Assim, muares para a tração da artilharia, cavalos para montada e o gado, faltavam, tendo este de vir de pontos longínquos e por elevado preço. [...]. Os projéteis dos canhões Krupp 7,5 e a pólvora do 32 chegavam, ou mal confeccionados, ou trocados, sendo necessário devolver e pedir outros. Em Queimadas, não havia invernadas para animais, sucedendo que os cavalos e mulas, chegando gordos e fortes, em pouco tempo emagreciam e definhavam, por falta de pastagem. Quanto ao serviço de transporte, tudo estava por fazer. Faltavam animais, cargueiros e carroças. [...]. Os gêneros eram consumidos à proporção que chegavam em pequenos e mal preparados comboios, idos de Queimadas, pior guarnecidos.*[354]

A Divisão de Savaget, em Sergipe obteve os suprimentos necessários para a marcha até a região de Canudos. Estando nesta, porém, passaria a depender dos recursos a serem providenciados por Artur Oscar.

Em que pese as dificuldades relacionadas ao abastecimento, foi dada ordem para o início das operações contra os conselheiristas (Esboço XXIII, p. 115).

Em 22 de maio, a Coluna de Savaget iniciou marcha e, em 7 de junho, já estava em Jeremoabo. O deslocamento desenvolveu-se em boa ordem, mas foi longo e penoso. Macedo Soares descreve:

> *Os batalhões marchavam à vontade, mas com formação regular; na retaguarda seguiam o comboio, muitas mulheres e crianças, companheiras e filhos dos soldados. Estes, que abnegados! Vergados ao tríplice peso da carabina e acessórios, 200 cartuchos e barracas, além da ração para quatro dias; cobertos de poeira, levantada em turbilhões pela estrada afora, ou então encharcados sob bátegas de água, patinando na lama, marchavam alegres, vencendo léguas e léguas, cantarolando ou assobiando. Ao escurecer, chegando ao ponto do acampamento, ainda carneavam, e, após armarem suas barracas, saíam à procura de água e lenha, vasculhando o mato, zombando dos espinhos.* [355]

---

[352] 1) SOARES, 1902, p. 45. 2) CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Armas do Brasil**. *Site*.
[353] CANTUARIA, 1898, p. 6.
[354] SOARES, 1902, p. 55-57.
[355] Ibid., p. 64-65.

De Jeremoabo, a 2ª Coluna seguiu para Canudos. Entretanto, em 25 de junho, suas tropas de reconhecimento entraram em confronto com os conselheiristas na serra do Cocorobó, já nas proximidades de seu objetivo final. Ocorreu então intenso embate, relatado pelo coronel Carlos Maria da Silva Telles, comandante da 4ª Brigada:

> *Ali, naquela garganta, a 25 de junho, cerca de 200 jagunços aproveitando-se das elevadas e ótimas posições, fortificadas com trincheiras naturais nos flancos direito e esquerdo e na frente com boas trincheiras formadas pelas barrancas do rio Vaza-Barris, ofereceram forte e tenaz resistência à Coluna, detendo em sua marcha a 5ª brigada, que fazia nesse dia a vanguarda. O ilustre general Savaget, que marchava na frente da brigada do centro e que era a de meu comando, reconhecendo que o tiroteio da 5ª brigada e o fogo de dois canhões Krupp, não era suficiente para desalojar o inimigo que continuava forte e fazendo muitas baixas naquela brigada, ordenou-me que com a 4ª carregasse à baioneta, tomando a posição de assalto. Incontinente desenvolvi em linha os dois batalhões, um apoiando o outro, e com o esquadrão de lanceiros também em linha no flanco esquerdo, ordenei a carga, que ao respectivo toque, mandado fazer pelo comandante da divisão, foi logo executada, debaixo de mortífero e nutrido fogo do inimigo. Tomadas à baioneta as trincheiras da frente, nas barrancas do rio, e que eram guarnecidas pela maior parte da força inimiga, a outra parte, que ocupava as elevações dos flancos, para não ficar cortada, foi forçada a abandonar essas posições, com precipitada fuga pela caatinga.*[356]

Em 26 de junho, a 2ª Coluna acampou a cerca de 4 km de Canudos, sempre inquietada pelos conselheiristas. No dia seguinte, prosseguiu a marcha em meio a novos embates.

A Divisão de Silva Barbosa, acompanhada por Artur Oscar, em 14 de junho iniciou a marcha de Queimadas para Canudos. Os comboios de suprimentos, mais lentos, foram deixados para trás, tendo-se em vista apressar a chegada do grosso da tropa a seu destino. Em 27 de junho, após escaramuças em Angico e Umburana, sob vivo fogo, quase toda a expedição ocupou o alto da Favela.[357]

No dia seguinte, Artur Oscar ordenou ataques sobre Canudos, que foram violentos, mas infrutíferos. O 7º e o 9º BIs perderam boa parte de seus efetivos. Para piorar, verificou-se que havia pouca munição e víveres, que as tropas estavam cercadas e que os comboios de suprimento não chegavam (haviam sido bloqueados pelo conselheiristas).[358]

Diante da situação, Artur Oscar ordenou a Savaget que deslocasse a 2ª Divisão para junto da 1ª, a fim de concentrar o poder de combate de ambas. Isso foi feito, mas, em consequência, a tropa de Savaget viu-se obrigada a deixar as posições que havia duramente ocupado.

De toda forma, em 28 de junho, as duas divisões estavam no alto da Favela. Chegaram, na mesma noite, os comboios tão necessários, porém não com toda a carga, já que parte dos gêneros alimentícios e armamentos, além de cerca de 300 mil cartuchos, haviam caído em poder dos conselheiristas.[359]

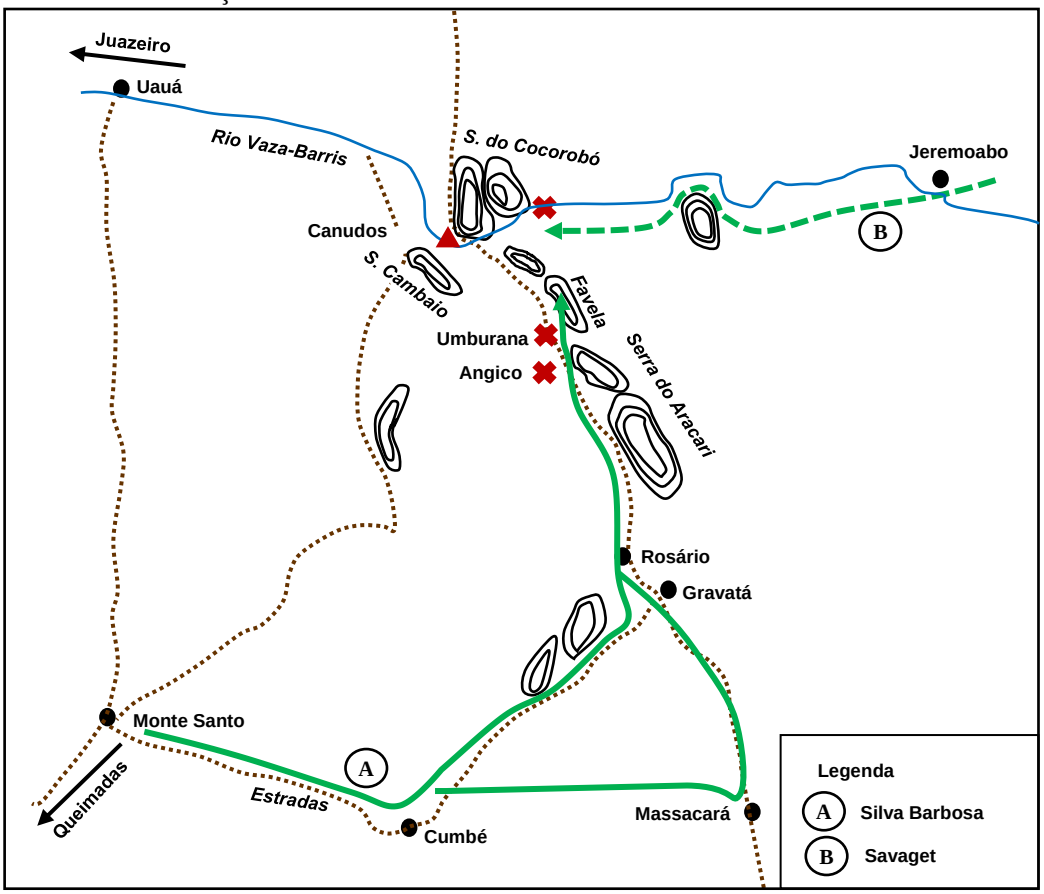
---

[356] Parte do coronel Carlos Maria da Silva Telles, comandante da 4ª Brigada, de 21 de setembro de 1897, ao general Arthur Oscar de Andrade Guimarães. In: CANTUARIA, 1898, Anexo "A", p. 123. 2) O general Savaget foi ferido no combate; acabou substituído pelo general Carlos Eugênio, irmão de Artur Oscar, conforme BENÍCIO, 1899, p. 372.
[357] BENICIO, 1899, p. 302-303.
[358] 1) BENICIO, 1899, p. 302-303. 2) SOARES, 1902, p. 131. 3) ARARIPE, 1985, p. 93.
[359] BENICIO, 1899, p. 316-317.

Nos vinte dias seguintes, os legalistas permaneceram imóveis, embora ocupassem posições precárias, fossem inquietados diuturnamente pelos sertanejos e carecessem de suprimentos de toda ordem. Um caderno, encontrado entre cadáveres, em Canudos, traz o relato um combatente sobre a situação da tropa:

> *Como ruge este inferno tumultuosamente em desordem! Soldados sequiosos, esguridos, maltrapilhos, escassez de água, fartura de porcaria, burros que se devoram o pelo, clarins que tocam a que ninguém atende, cavaleiros que passam levantando pó, resmungo rouco de quem sucumbe à fome, respirações cansadas, gemidos pungentes, um brado ao longe, bois que mugem e morrem, mulheres de cócoras como múmias, falta de medicamento para os feridos nas malas da ambulância médica, um tiro desgarrado, uma ordem que não se cumpre, cavalos escarvando o chão, todos varados de fome, feridos esmolando o que comer, burros lambendo a crosta da terra, ar de estupor nas fisionomias lúgubres, ambulâncias cheias de conserva, vinho, água do Setz e ovos em lata! - Um punhado de farinha senão eu morro! - Bangues trazendo mortos e feridos com bicheiras, doentes no pó, oficiais deitados na poeira, praças ao pé, vento e sol canicular, poeira, exalação fétida, horrível, podre, dos cadáveres insepultos, animais assombrados em esparrame no meio do povo, gritos, palavrões, ameaças, tudo sofre; a fome tortura, o calor queima, a sede abrasa, a poeira sufoca e olhos esbugalhados fitam o vácuo! Quem os poderá fechar no meio estonteador deste inferno tumultuariamente em desordem! Favela 30·6-97.*[360]

ESBOÇO XXIII – ROTAS DE SILVA BARBOSA E SAVAGET [361]



[360] Ibid., p. 325-326.
[361] Adaptado da: Carta do Plano de Operações de Guerra no Estado da Bahia, 1897. Acervo da Biblioteca Nacional. Na carta consta que Silva Barbosa seguiu a mesma rota de Febrônio. Na realidade seguiu rota semelhante à de Moreira César, conforme: SOARES, 1902, p. 80; e CUNHA, 1905, p. 372.

Em meados de julho, após terem chegado comboios com suprimentos, foi marcada outra investida sobre Canudos, com 3.349 homens. A 1ª Divisão atuaria na vanguarda, em linha de atiradores, e a 2ª deslocar-se-ia em apoio, em colunas de pelotão ou desenvolvida, dependendo das circunstâncias e do terreno. Duas brigadas ficariam no acampamento, para protegê-lo.[362]

Por volta das 7h30min, do dia 18, iniciou-se o ataque, sem reconhecimentos prévios e sem se conhecer o posicionamento e o efetivo do inimigo. A tropa que assaltava, em massa, foi recebida por intenso volume de fogos, disparados pelos sertanejos, que estavam bem posicionados e abrigados. Não obstante, após sofrerem 918 baixas, os legalistas apossaram-se de parte da localidade.

O major Olegário Antônio de Sampaio, comandante interino do 35º BI, descreve a ação de sua unidade:

> *Como estava determinado e convencionado, o batalhão formou às quatro e meia horas da manhã, mais ou menos, no acampamento do alto da Favela, [...] e dali marchou contornando o povoado de sua parte sul para o ocidente, para assaltá-lo por este lado, onde, chegando à distância conveniente depois de algumas descargas de fuzilaria que fez, carregou à baioneta até ao ponto em que presentemente se acha acampado dentro do povoado, proximamente às duas igrejas, distendo de uma delas cerca de quatrocentos metros, correspondendo ao centro das avançadas. O terreno onduloso e a edificação desordenada das casas foram obstáculos quase insuperáveis por ocasião da entrada de nossas forças no arraial, pois o inimigo entrincheirado e aproveitando-se desses recursos, disputou palmo a palmo todas as posições que ocupava, dizimando as nossas fileiras e fazendo-nos o maior mal que pôde, resultando daí, que só depois, com muita dificuldade e sempre debaixo de fogo, pôde-se formar o batalhão de novo corretamente.*[363]

No dia 19, cerca de 2.300 homens estavam defronte ao inimigo, 900 no alto da Favela e os demais mortos ou no hospital de campanha.[364] Artur Oscar considerou que não tinhas forças suficientes para um assalto final e, em consequência, ordenou que fossem mantidas as posições. Em seguida, solicitou ao ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt, mais cinco mil soldados.[365]

Enquanto aguardava a chegada dos reforços, a tropa voltou a sofrer em razão da falta de suprimentos, o que era agravado pelos tiroteios diuturnos.

Em resposta à solicitação de reforços, Bittencourt destacou mais oito batalhões de infantaria (37°, de Florianópolis; 38º, de Niterói; 22º e 24º, da capital da República; e 4º, 28º, 29º e 39°, do Rio Grande do Sul), além de tropas das polícias dos estados de São Paulo, do

[362] BENICIO, 1899, p. 354-355. b) Parte do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, chefe das Forças em Operações de Guerra no Estado da Bahia e do 3° Distrito Militar, de 4 de setembro de 1897, ao ministro da Guerra. In: CANTUARIA, 1898, Anexo "A", p. 98.

[363] Parte de Olegário Antônio de Sampaio, comandante do 35º Batalhão de Infantaria, de 30 de julho de 1897, ao comandante da 5º Brigada. In: CANTUARIA, 1898, Anexo "A", p. 43-44.

[364] SOARES, 1902, p. 230.

[365] Parte do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, chefe das Forças em Operações de Guerra no Estado da Bahia e do 3° Distrito Militar, de 4 de setembro de 1897, ao ministro da Guerra. In: CANTUARIA, 1898, Anexo "A", p. 98.

Amazonas e do Pará (no total, cerca de 4.500 homens). O próprio marechal deslocou-se para a Bahia, a fim de acompanhar as operações.[366]

Bittencourt logo constatou diversos problemas em relação ao fluxo de suprimentos e tomou medidas para saná-los. Macedo Soares descreve:

> *Aos calamitosos e longos meses de penúria, sucederam tempos de abundância e de prosperidade. Com a ida do ministro da Guerra, o marechal Bittencourt, para Monte Santo [...], foi regularizado o serviço de fornecimento de munição de guerra e de boca. Duas a três vezes, diariamente, os comboios chegavam, depositando suas cargas no grande depósito da Repartição do Quartel-Mestre-General. [...]. As rações, mesmo as de fumo, café e açúcar, eram distribuídas inteiras. Não havia mais o ridículo comércio de fragmentos de fumo, de punhados de farinha, vendidos a elevado preço. Regularmente iam a Monte Santo proverem-se do necessário a si e seus camaradas. A essa localidade voltou a ordem, havendo um encarregado do policiamento [...]. As casas de comércio baixaram os preços dos artigos e ao toque do recolher cerravam as portas. Os hospitais, ali e em Queimadas foram reorganizados e os de Canudos estavam providos dos medicamentos necessários, de sorte que o baixar-se ao hospital não constituía mais um motivo de desespero e terror. O corpo médico foi reforçado com muitos estudantes da Faculdade do Estado [....].*[367]

Com as providências de Bittencourt e a chegada de reforços, as tropas da linha de frente se revigoraram e apertaram os bloqueios, tendo em vista deixar os conselheiristas sem suprimentos.

Em 7 de setembro, as forças legalistas ocuparam Fazenda Velha e a serra do Cambaio. No dia 23, bloquearam os caminhos que levavam até Uauá, e, assim, fecharam o cerco a Canudos. Nos dias seguintes, dominaram o vilarejo, exceto a igreja nova e adjacências (Esboço XXIV, p. 118). A situação dos sertanejos era então de extrema penúria e o número deles diminuía paulatinamente, em razão das mortes e fugas decorrentes do desabastecimento e dos combates.[368] Antônio Conselheiro falecera em 22 de setembro, para alguns, devido a causas naturais, para outros, em razão de ferimento provocado por estilhaço de granada.

Artur Oscar tinha em mente levar os conselheiristas a se render por falta de suprimentos. Todavia, passou a ser pressionado por oficiais recém-chegados, por políticos e pela opinião pública, para que imediatamente desse fim ao conflito. Assim, ordenou um derradeiro ataque em 1º de outubro de 1897. De acordo com o referido general:

> *Dado o assalto, o inimigo internou-se nas casas do centro, as únicas que ocupava, sendo difícil aos soldados carregar à baioneta pela latada adentro, diante dos embaraços que ofereciam as casas agrupadas e as cercas existentes, ficando apenas livres três entradas, onde os nossos camaradas, nas investidas, eram recebidos a descarga e a nutrido fogo. [...]. Demais, unidas as casas umas às outras e comunicando-se por subterrâneos, tomada uma delas, escoava-se para outra, donde algumas vezes já havia sido desalojado.*

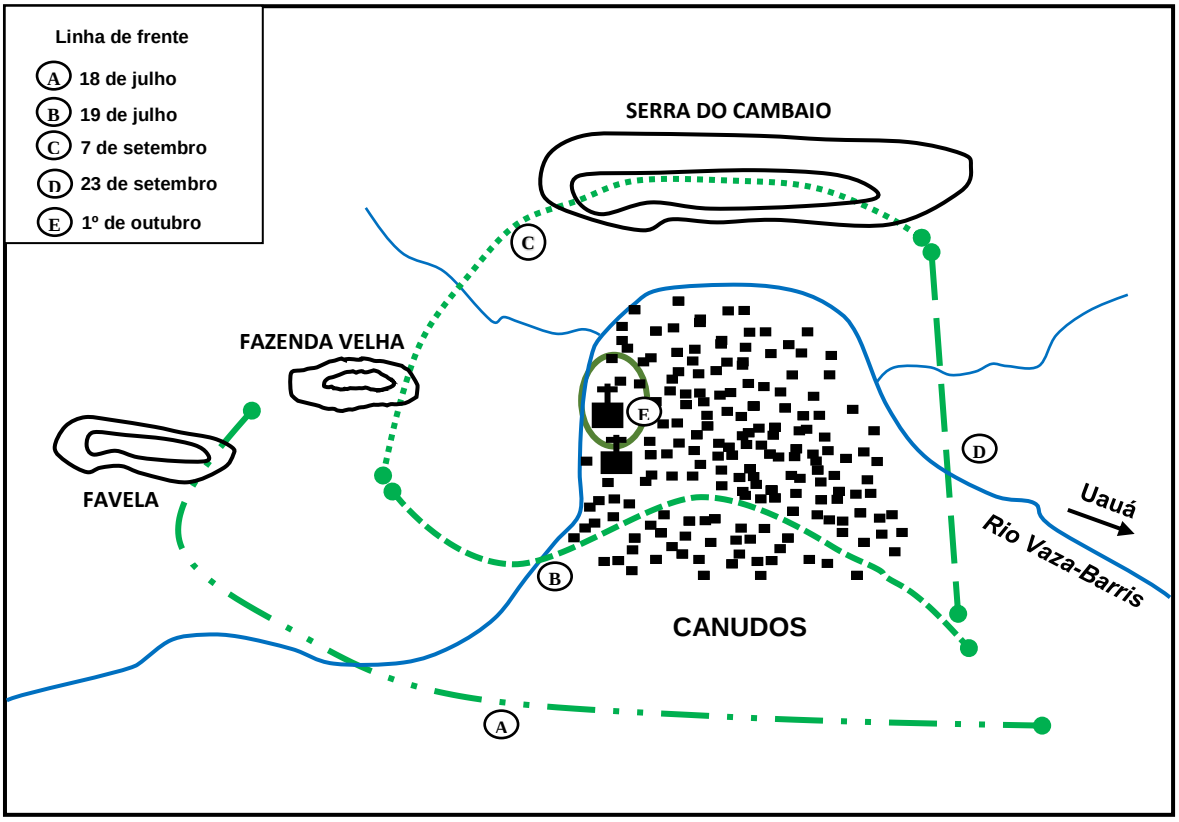
---

[366] 1) ARARIPE, 1985, p. 177. 2) CANTUARIA, 1898, passim. 3) SOARES, 1902, p. 232. 4) BRASIL, Exército, AHEx, Catálogo, 2019.
[367] SOARES, 1902, p. 314.
[368] BENICIO, 1899, p. 385-386.

Prossegue:

Conquanto caíssem vítimas do dever militar e patriótico muitos dos nossos bons companheiros, realizou-se o que eu almejava, e que era tomar ao inimigo a aguada de que dispunha, para reduzi-lo à sede, as igrejas e inúmeras casas e fojos, onde abrigava-se e fugia à fuzilaria de nossas linhas. Às 7 horas da manhã, sendo mandado tocar 5º Corpo de Polícia da Bahia, avançar, este tomou a posição que lhe foi indicada à retaguarda da igreja nova e reforçado depois com o 1º do estado do Pará, firmaram esta posição, tendo sido às 11 horas colocada a bandeira da República nas ruínas da mencionada igreja, tocando as bandas de música o hino nacional, seguidas pela marcha de continências das cornetas, tambores e clarins e saudada pelo estampido dos canhões e gritos de entusiasmo que acompanhavam as cargas à baioneta e de calorosos vivas à República. [...]. É impossível descrever a intensidade dos fogos inimigos e o cruzamento de balas que sofriam as nossas forças, que os iam desalojando, ora à bala, ora com brilhantes cargas à baioneta. Como sempre, nesta campanha os nossos bravos soldados foram sublimes de valor e entusiasmo. Avançava uma força numerosa e, em pequeno espaço de tempo, diminuía de metade, mas não recuava. Também, como era natural, a raiva tocava o seu auge, e tanto o inimigo como os nossos esqueciam-se da misericórdia. Fuzilavam-se a dois passos de distância ou matavam-se à baioneta, a machado, à faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio. Ao meio-dia, definidas as nossas conquistas, aí colocaram-se as nossas forças, entrincheirando-se. Estava terminado o combate, restando ao inimigo poucas casas e fojos.[369]

ESBOÇO XXIV – CERCO A CANUDOS [370]



[369] Parte do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, chefe das Forças em Operações de Guerra no Estado da Bahia e do 3° Distrito Militar, de 5 de outubro de 1897, ao ministro da Guerra. In: CANTUARIA, 1898, Anexo "A", p. 129-132. No embate, os legalistas sofreram 467 baixas, entre mortos e feridos. Os conselheiristas perderam o dobro. Foram capturados 90 prisioneiros gravemente feridos, 600 armas, quatro canhões *Krupp*, caixas de guerra, cornetas e munições.
[370] Adaptado de: HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 723.

Em 2 de outubro, quase toda população do vilarejo rendeu-se. Entretanto, alguns sertanejos continuaram a resistir em redutos, que terminaram por ser subjugados três dias depois. Findava-se, assim, o conflito no qual o Exército mobilizou cerca de 12 mil homens e que resultou em milhares de mortes.[371]

Os combates em Canudos exibiram como o Exército Brasileiro estava despreparado para operações de grande envergadura, particularmente no que tange ao suprimento da tropa. As expedições enviadas contra os sertanejos, preparadas afoitamente, de improviso, isso testemunham.

O pensamento de chefes militares em modernizar o Exército, de acordo com os princípios republicanos, não se efetivara. Os conflitos decorrentes do processo de consolidação da República e a crise econômica constituíram-se em sérios óbices para a consecução de tal propósito.

Doutrinariamente, o processo de combate usado pelos conselheiristas, na forma de guerrilha, desconcertou as tropas legalistas, não preparadas para as emboscadas que rotineiramente sofriam. Os embates na localidade de Canudos não foram menos difíceis para as forças governamentais, que atacavam normalmente em formações densas, sofrendo, em consequência, elevado número de baixas, perpetradas por inimigos entrincheirados.

Não obstante, paulatinamente os sertanejos foram subjugados, e isso ocorreu principalmente pelo ideal de bem cumprir a missão, presente em oficiais e praças. Os oficiais de infantaria, mesmo por vezes surpreendidos e sem saber como adequadamente proceder em face do inimigo, jamais deixaram de atuar bravamente. Com espada em punho, à frente de seus comandados, em muitas ocasiões lançaram-se contra as posições conselheiristas, em meio a saraivadas de tiros. Os soldados não esmoreceram, mesmo inadequadamente fardados, instruídos, equipados e supridos. Atuaram com denodo, em terrenos e condições climáticas inóspitos, contra um inimigo aguerrido, ardorosamente motivado por preceitos religiosos.

A debandada ocorrida por ocasião da 3ª expedição ocorreu devido a circunstâncias pontuais, dentre as quais se ressalta a morte de seu principal líder, Moreira César. Cabe-se lembrar que os batalhões que protagonizaram tal episódio, reorganizados, voltaram a combater com galhardia pouco tempo depois.

De toda sorte, reformas profundas no Exército iniciar-se-iam na década seguinte; e logo seriam colocadas à prova em um outro conflito interno de caráter religioso, a Guerra do Contestado.

[371] O Exército teve cerca de 5 mil baixas, conforme: HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 731. O número de conselheiristas mortos é difícil de estimar. Foram em torno de 10 mil para: COSTA, Carla. **Cronologia resumida da Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Museu da República/IBRAM/MinC, 2017. p. 45.

PARTE IV

DO TÉRMINO DA GUERRA DE CANUDOS ATÉ AS LUTAS NO CONTESTADO

Da inteligente e esmerada combinação das peças da engrenagem que movem os exércitos, cautelosa e pacientemente preparadas e constituídas pelos elementos combatentes ou não, depende o valor da defesa nacional, hoje mais que outrora: - a guerra moderna é mais racional, mais violenta e mais célere; exige maiores conhecimentos e vocação, mais disciplina e aptidão, mais pronta mobilização e decisão; enfim, lhe é imprescindível saber e poder combater nas melhores condições. A vitória pertencera a quem, ocupando antecipadamente a melhor posição, mais acertada e rapidamente regular seu tiro, de forma a causar o máximo dano ao adversário, e souber conseguir, metódica e inteligentemente, reunir os maiores recursos para empenhá-los na ação no momento propício. Os exércitos constituídos por levas de voluntários, alistados nos últimos momentos que precedem à mobilização para a guerra, são sempre fracos e desastrosos, máxime hoje, que não se combate fazendo agir grandes massas autômatas pelos fogos cerrados ou pelo choque, e sim com o grande discernimento à inteligência que cada elemento deve possuir, cooperando da melhor forma e metodicamente para a realização do plano traçado pelo comando em chefe.

Medeiros Mallet, 1900

No início do século XX, o Brasil firmou diversos tratados que fixaram definitivamente seus limites fronteiriços. Isso ocorreu de forma pacífica, no âmbito diplomático, embora, em alguns casos, sob forte tensão, caso da questão do Acre, com a Bolívia.

No governo de Campos Sales, 1898-1902, tomou forma a "política do café com leite", cujo principal objetivo era fazer com que os presidentes da República fossem eleitos de acordo com os interesses do setor agrário dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Desse modo, passaram a se revezar na presidência do País representantes do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano Mineiro.[372] Também foi resolvida a crise financeira que o Brasil passava, o que se deu graças a um acordo de renegociação da dívida externa, ajustado com banqueiros ingleses (*funding loan).*

O café continuou a ser o sustentáculo da economia nacional. Em razão disso, o governo federal passou a adotar procedimentos que tinham em vista evitar a queda do valor desse

[372] Houve uma exceção. Em 1910, foi eleito Hermes da Fonseca, pelo Partido Republicano Conservador.

produto no mercado internacional (intervenções no câmbio, compra do excedente de produção, etc.). Não obstante, o setor industrial, voltado para o mercado interno, ganhava importância.

Para o transporte da produção, principalmente de produtos agrícolas, investimentos foram feitos na malha ferroviária. Desse modo, duas importantes ferrovias, que se também prestavam para fins militares, foram construídas: a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A população do País, que era de aproximadamente 17,5 milhões em 1900, chegaria a cerca de 23,4 milhões em 1910 e 30,6 milhões em 1920. Paralelamente, iniciava-se um crescente processo de urbanização, provocado pelo aumento da industrialização.[373]

Tudo isso gerou um período de estabilidade no País, possibilitando que as rotineiras crises políticas e sociais fossem contornadas. Porém, a maioria dos brasileiros vivia mal: os do campo padeciam da exploração secular exercida por latifundiários; os da cidade, devido à falta de moradia e precárias condições de trabalho vigentes nas indústrias.

No Exército, lideranças passaram a conceber planos de modernização, em face dos problemas observados nos embates em Canudos, e à luz de procedimentos de combate empregados em conflitos internacionais, como as guerras dos Bôeres (1899-1902) e Russo-Japonesa (1904-1905).

Na virada do século, Medeiros Mallet, ministro da Guerra (1898-1902), considerava que, ao longo da história, a evolução dos engenhos bélicos, particularmente dos armamentos, levara a modificações na organização dos exércitos, inclusive de ordem estratégica e tática. Em razão disso, defendia mudanças no Exército Brasileiro, a fim de adequá-lo aos avanços tecnológicos que de forma cada vez mais rápida se processavam.[374]

Em relação à organização das tropas, ponderava que a ordem quaternária adotada nos BIs era inadequada. Reconhecia que a maior parte dos exércitos estrangeiros seguia essa tendência, ou seja, os regimentos de infantaria compreendiam quatro batalhões a quatro companhias, e estas, quatro seções, a fim de que o terceiro escalão de combate tivesse efetivo duplo em relação aos outros dois. Assim, em um ataque de batalhão, uma companhia atacaria frontalmente o inimigo (1º escalão), outra reforçaria esse ataque (2º escalão), uma terceira realizaria ataque nos flancos e outra ficaria em reserva (as duas últimas do 3º escalão).[375]

Sua reprovação em relação a tal modo de proceder dava-se em razão de crer que o ataque decisivo não se dava frontalmente, mas pelos flancos; portando não se conviria atacar este setor empregando-se somente um quarto da força disponível.[376]

Em consequência, defendia que o ataque fosse realizado por frações (batalhão, regimento, brigada, etc.) divididas em três grupos iguais (ordem ternária). Um grupo atacaria

---

[373] 1) BRAZIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920: População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Volume IV - 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1926. p. VIII-X. A população conjunta das capitais passou de 2.032.214 habitantes, em 1900, para 3.473.689, em1920.

[374] MALLET, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1899, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1900. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 4.

[375] MALLET, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1900, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 75.

[376] MALLET, 1901, p. 75.

frontalmente; outro, pelo flanco; e um terceiro ficaria em reserva para atender a eventualidades e dar impulso às ações desencadeadas.[377]

Em resumo, atacando-se com três escalões de combate, o primeiro prepararia e o segundo decidiria o combate; ao terceiro caberia consolidar a vitória ou proteger o recuo dos outros dois em caso de fracasso.[378]

Tal pensamento vingou anos depois, quando o marechal Hermes da Fonseca estava à frente do Ministério da Guerra (1906-1908). Este, além de defender a ordem ternária, considerava necessário que as tropas de 1ª linha fossem agrupadas e mantidas em atividade permanente, em grandes unidades, nos pontos do País de capital importância militar. Nas outras regiões deveriam ser disseminadas pequenas unidades, que se constituiriam em centros de instrução de tropas de 2ª linha.[379]

Hermes assim justificava a necessidade de reestruturação:

> *Não havendo unidades constituídas outras que batalhões e os regimentos, o Exército estava efetivamente sem comando, porque aos distritos, já absorvidos pela administração, faltavam os órgãos essenciais ao exercício daquela função, e mais ainda, como ficou dito acima, a própria unidade a comandar. [...]. Na emergência de conflito armado, as grandes unidades se têm improvisado sob comando de generais sem o tirocínio necessário, porque não tiveram oportunidade de se exercitarem, e nos longos períodos de paz, as forças dispersas por vasto território, sem laços que revelem a mínima preocupação de seu verdadeiro destino, mais parecem organizadas para a vida pacífica e indolente das guarnições, que para os intensos labores da campanha. Acresce que esse viver isolado dos corpos não deixa perceber a necessidade dos elementos de mobilização, de que eles têm absoluta carência, parecendo a profanos em assuntos militares que o equipamento da praça, o carro de munição e a barraca constituem todo o material indispensável, pois que mais do que isso não possuem os mais bem aquinhoados. É, no entanto, o material de guerra é tão indispensável às unidades táticas como o fuzil ao soldado.*[380]

Para ele, a concentração dos corpos de tropa facilitaria e tornaria mais econômica a realização de manobras, a mobilização rápida de forças e a distribuição de equipamentos e gêneros.

Em 1908, ocorreu a esperada reestruturação. As grandes unidades do Exército passaram a ser as brigadas estratégicas, as brigadas de cavalaria, as divisões de exército e o exército. As duas últimas seriam constituídas somente em caso de mobilização geral ou de manobras.[381]

Em consequência, foram criadas cinco brigadas estratégicas: 1ª, na capital da República; 2ª, em Curitiba; 3ª, em Santa Maria; 4ª, em São Gabriel; e 5ª, em Aquidauana. Os elementos previstos para sua constituição encontram-se no quadro XXX (p.124).[382]

---

[377] Ibid.
[378] Ibid.
[379] FONSECA, Hermes Rodrigues da. Relatório do ano de 1907, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em junho de 1908, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 5.
[380] FONSECA, Hermes Rodrigues da. Relatório do ano de 1906, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1907, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 5-6.
[381] BRASIL. Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908.
[382] BRASIL, EXÉRCITO, AHEx, Catálogo, 2019.

QUADRO XXX - COMPOSIÇÃO DA BRIGADA ESTRATÉGICA[383]

. Quartel-General	. Uma equipagem de telégrafos
. Três regimentos de infantaria (RI) formados por três batalhões de infantaria (BI) de três companhias	. Dois ou três batalhões de caçadores (BC)
. Um regimento de artilharia montado formado por três grupos de três baterias de quatro peças	. Duas ou três companhias de caçadores (Cia C)
. Uma bateria de obuseiros de quatro peças	. Um parque de artilharia
. Um regimento de cavalaria de dois esquadrões	. Três colunas de munição
. Um batalhão de engenharia de quatro companhias	. Um comboio administrativo
. Uma companhia de metralhadoras (Cia Mtr), de três seções de três peças	. Três ambulâncias de brigada
. Um esquadrão de trem	. Uma equipagem de pontes
. Um pelotão de estafetas e exploradores de cavalaria	. Um depósito de remonta móvel
Obs.: Os BCs e as Cias C só seriam incorporados em caso de mobilização.	

Para fins de inspeção, as brigadas estratégicas, mais os corpos de tropa que permaneceram autônomos, foram distribuídos em 13 regiões (Quadro XXXI, p. 125).

A Infantaria passou a ser constituída por 15 RIs, 12 BCs, 13 Cias C, 05 Cias Mtr e 12 seções de metralhadoras (Seç Mtr).[384] A sede de tais corpos verifica-se no quadro XXXI (p. 125).

Conforme se constata no quadro acima, passaram a coexistir RIs (formados por três BIs) e BCs. A estrutura organizacional de um BI (integrante de RI) era semelhante à de um BC, mas este, por poder atuar isoladamente, tinha estado-maior e estado-menor com efetivos superiores. Nos quadros XXXII e XXXIII (p. 126 e 127) encontram-se a organização dos RIs (e seus respectivos BIs), dos BCs e das Cias de Mtr. Os efetivos de tais frações somavam, respectivamente, 906, 281, 321 e 94 homens.[385] As Cias de Mtr foram organizadas em razão da importância que tal armamento passou a ter nos campos de batalha e deviam ser empregadas, primordialmente, em apoio a RIs e BCs.

Convém ressaltar que na estrutura organizacional dos regimentos aparece o cargo de subcomandante, a ser ocupado por um tenente-coronel. Ele deveria ser o auxiliar imediato e substituto do coronel comandante. Dentre suas atribuições constavam as de transmitir as ordens do comandante, fiscalizar cuidadosamente a instrução do regimento, dirigir a secretaria e inspecionar as dependências do quartel.[386]

[383] BRASIL. Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908.
[384] BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908.
[385] Dados dos efetivos referem-se à organização existente em 1915. Conforme: Decreto nº 11.499, de 25 de fevereiro de 1915. In: FARIA, José Caetano de. Relatório do ano de 1914, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1915, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915. Anexo "A"/p. 144/Quadro "A".
[386] Regulamento para instrucção e serviço interno dos corpos do Exército. In: FONSECA, 1907, Anexo "E"/p. 65-67.

Além disso, o posto de alferes deixou de existir. Em seu lugar surgiu o de aspirante a oficial, que tinha um status especial. Para J. Motta:

> *Não se trata mais de um aluno, nem se trata ainda de um tenente [...]. Após concluir o curso da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, o aluno é declarado aspirante a oficial, e incluído na tropa, com o encargo de auxiliar os oficiais subalternos no serviço interno. Com o tempo, o sistema se revelaria utilíssimo. De um lado ao aspirante se concedia um interregno, entre os estudos e o oficialato, em que viveria o ambiente militar autêntico, que só o serviço arregimentado propicia; do outro lado, nos corpos de tropa, anualmente, a instrução recebia o influxo ardente dos moços egressos das lides escolares.*[387]

As graduações de sargento quartel-mestre e furriel também foram extintas, mas surgiu a de 3º sargento. Este teria a função de comandante de seção, competindo-lhe auxiliar o comandante de pelotão nas instruções e demais atividades de sua fração. Poderia, ainda, ser encarregado de atividades administrativas, relacionadas ao controle de fardamento, equipamento, fundos, entre diversas outras.[388]

QUADRO XXXI - REGIÕES DE INSPEÇÃO E UNIDADES DE INFANTARIA, 1909[389]

R INSP	UF	LOCALIZAÇÃO DOS CORPOS DE INFANTARIA
1ª	AM e AC	46º BC (Manaus) e 1ª Seç Mtr (Manaus)
2ª	PA	47º BC (Belém) e 2ª Seç Mtr (Belém)
3ª	MA e PI	48º BC (São Luís), 3ª Seç Mtr (São Luís) e 1ª Cia C (Teresina)
4ª	CE e RN	2ª Cia C (Fortaleza) e 3ª Cia C (Natal)
5ª	PE e PB	49º BC (Recife), 4ª Seç Mtr (Recife) e 4ª Cia C (Paraíba)
6ª	AL e SE	5ª Cia C (Maceió) e 6ª Cia C (Aracaju)
7ª	BA e ES	50º BC (Salvador), 5ª Seç Mtr (Salvador) e 7ª Cia C (Vitória)
8ª	MG e RJ	51º BC (São João del-Rei), 6ª Seç Mtr (São João del-Rei), 8ª Cia C (Niterói) e 9ª Cia C (Belo Horizonte)
9ª	Distrito Federal	1º RI, 2º RI, 3º RI, 52º BC, 1ª Cia Mtr e 7ª Seç Mtr
10ª	SP e GO	53º BC (Lorena), 10ª Cia C (São Paulo), 11ª Cia C (Goiás) e 8ª Seç Mtr (Goiás)
11ª	PR e SC	4º RI (Curitiba), 5º RI (Ponta Grossa), 6º RI (Porto União da Vitória), 54º BC (Florianópolis), 55º BC (Blumenau), 2ª Cia Mtr (Curitiba), 12ª Cia C (Colônia Militar do Iguaçu), 9ª Seç Mtr (Florianópolis),10ª Seç Mtr (Blumenau) e 12ª Seç Mtr (São José)
12ª	RS	7º RI (Santa Maria), 8º RI (Cruz Alta), 9º RI (Povinho), 10º RI (São Gabriel), 11º RI (São Vicente), 12º RI (Dom Pedrito), 56º BC (Porto Alegre), 57º BC (Jaguarão), 3ª Cia Mtr (Cruz Alta), 4ª Cia Mtr (São Gabriel) e 11ª Seç Mtr (Porto Alegre)
13º	MT	13º RI (Corumbá), 14º RI (Aquidauana), 15º RI (Nioac), 13ª Cia C (Cuiabá) e 5ª Cia Mtr (Aquidauna)
Obs.: Os RIs foram numerados de 1 a 15. Os BIs que os compunham, de 1 a 45. Dessa forma, o 1º RI enquadrava o 1º, 2º e 3º BIs; o 2º RI, os 4º, 5º e 6º BIs, e assim por diante. Os BCs foram numerados de 46 até 57.		

[387] 1) MOTTA, 1998, p. 238. 2) Brasil. Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905.

[388] a) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. b) Regulamento para instrucção e serviço interno dos corpos do Exército. In: FONSECA, 1907, Anexo "E"/p. 82-83.

[389] 1) BORMANN, José Bernardino. Relatório do ano de 1909, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1910, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. 42-111/passim. 2) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. 3) A 2ª Região de Inspeção também compreendia Aricari (Amapá).

QUADRO XXXII – ESTADO-MAIOR E ESTADO-MENOR DE RI, BI/RI E BC, 1915.[390]

Posto/Graduação	Batalhão de Regimento	Regimento	Batalhão de Caçadores
Estado-Maior			
Coronel	0	1	
Coronel ou Tenente-Coronel	0	0	1
Tenente-Coronel	0	1	0
Major	1	3	1
Capitão	0	2	1
1º Tenente	1	6	1
2º Tenente	0	0	2
Total	2	13	6
Estado-Menor			
Sargento Ajudante	1	4	1
1º Sargento	0	4	3
2º Sargento	3	12	4
3º Sargento	1	6	3
Cabo	2	11	6
Anspeçada	1	4	1
Soldado	1	12	7
Músico	0	30	20
Total	9	83	45
Total Geral	11	96	51
Obs.: a) cargos previstos no estado-maior: comandante e subcomandante de unidade, ajudante, intendente, médico e secretário; b) cargos previstos no estado-menor: ajudante, arquivista, enfermeiro, veterinário, intendente, especialista de material bélico, artífice, armeiro, seleiro/correeiro, carpinteiro, serralheiro, ferrador, corneteiro, músico, ordenança, condutor e auxiliar; c) os números do estado-maior e do estado-menor do regimento incluem a soma dos integrantes dos três batalhões que o formavam, assim, dos quatro sargentos-ajudantes previstos para o regimento, três estavam destacados nos batalhões.			

Em relação aos efetivos, no mapa da força do Exército, de março de 1907, constava serem previstos para a Infantaria 840 oficiais e 17 mil praças. Existiam, de fato, 473 oficiais a mais e 7.821 praças a menos.[391]

Percebe-se, portanto, que continuavam a faltar soldados rasos, o que se devia a não observância da Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, que previa o recrutamento do pessoal necessário para Exército por meio de sorteio de cidadãos alistados. Tal cenário fazia com que chefes militares passassem a reclamar por uma nova lei de serviço militar e por sua devida aplicação. Em 1899, por exemplo, Medeiros Mallet asseverava que *"sem a prática do sorteio militar, para a formação dos contingentes necessários aos claros do Exército, nunca se terá uma força nacional disciplinada, instruída e educada nos sentimentos do patriotismo [...]".*[392]

Diante disso, em 1908, a Lei nº 1.860 e o Decreto nº 6.947 passaram a regular o preenchimento dos claros do Exército.

Tais normas especificavam que todos os cidadãos, com idade entre 21 e 44 anos, seriam obrigados a prestar o serviço militar. A incorporação dos recrutas poder-se-ia dar por meio do voluntariado ou sorteio (no primeiro caso, seriam admitidos quaisquer cidadãos, com idade entre 17 e 30 anos, desde que julgados aptos; na segunda situação, seria feito um sorteio dos

[390] BRASIL. Decreto nº 11.499, de 25 de fevereiro de 1915. In: FARIA, 1915, Anexo "A"/p. 144/Quadro "A".
[391] FONSECA, 1907, Anexo "A"/ Mappa da Força do Exercito, de accordo com a lei de fixação que vigora em 1907.
[392] MALLET, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1898, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. p. 11.

indivíduos que tivessem completado 20 anos de idade no ano anterior, previamente listados por juntas de serviço militar). A duração do serviço seria de até dois anos na ativa e sete na reserva. Os voluntários ou sorteados poderiam continuar a servir até os 35 anos de idade completos, desde que satisfizessem determinadas condições, como bom comportamento.[393]

Para fins de alistamento, o País foi dividido em 21 regiões, correspondentes aos estados e ao Distrito Federal, as quais ficaram subordinadas a inspetores permanentes. Nelas, juntas de alistamento, revisão e sorteio, eram responsáveis pelo processo de seleção.[394]

As isenções ao serviço militar diminuíram, restringindo-se aos arrimos de família, casos de incapacidade física ou mental, e por motivo de crença. Em tempo de paz, os sócios civis das sociedades da Confederação do Tiro Brasileiro e alunos de estabelecimentos de instrução secundária e de colégios militares, onde se previa haver instrução militar, também ficavam dispensados de incorporação. Definiu-se, também, que não mais seriam admitidos substitutos para o serviço militar e nem haveria isenção alguma mediante contribuição pecuniária. [395]

QUADRO XXXIII - ORGANIZACÃO DAS CIAS DE MTR, CIAS DE BI/RI E CIAS DE BC, 1915.[396]

Posto/Graduação	Cia de Mtr[(a)]			Cia de BI/RI[(a)]			Cia de BC[(a)]		
Pessoal das frações de combate									
	Cia	Seç	Pç	Cia	Pel	Esq	Cia	Pel	Esq
Capitão	1	0	0	1	0	0	1	0	0
1º Tenente	2	0	0	1	0	0	1	0	0
2º Tenente	2	0	0	2	1	0	2	1	0
1º Sargento	1	0	0	1	0	0	1	0	0
2º Sargento	2	2	0	1	0	0	1	0	0
3º Sargento	2	0	0	2	1	0	2	1	0
Cabo de Metralhadora	8	2	1	0	0	0	0	0	0
Cabo de esquadra	0	0	0	9	3	1	9	3	1
Anspeçada	8	2	1	9	3	1	9	3	1
Soldados	16	4	2	54	18	6	54	18	6
Pessoal de Saúde, Veterinária, Administração, Material Bélico e outros									
Cabo de Saúde	0	0	0	1	0	0	1	0	0
3º Sargento Intendente	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Cabo Intendente	2	0	0	1	0	0	1	0	0
Soldado Auxiliar	2	0	0	1	0	0	1	0	0
Cabo de Material Bélico	1	0	0	1	0	0	1	0	0
Soldado Corneteiro	3	0	0	2	0	0	2	0	0
Soldado Tambor	0	0	0	2	0	0	2	0	0
Soldado Condutor	33	7	30	1	0	0	1	0	0
Outros	11[(b)]	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	94	17	34	90	26	8	90	26	8
Obs.: a) As Cias Mtr eram formadas por quatro seções e cada uma destas por duas peças; as Cias de batalhões, por três pelotões e estes por três esquadras; b) também faziam parte das Cias Mtr um 1º tenente médico, um 2º sargento intendente, um 3º sargento de saúde, um 3º sargento veterinário, um cabo corneteiro, um cabo artificie, um soldado armeiro, um soldado seleiro/correeiro, um soldado carpinteiro, um soldado serralheiro e um soldado ferrador; c) os números das companhias incluem a soma dos integrantes dos pelotões/seções; e os destes os das esquadras/peças.									

[393] 1) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. 2) BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908.
[394] 1) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. 2) BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908.
[395] 1) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. 2) BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908.
[396] BRASIL. Decreto nº 11.499, de 25 de fevereiro de 1915. In: FARIA, 1915, Anexo "A"/p. 144/Quadro "A".

Como incentivos, aqueles que estivessem no serviço ativo teriam direito, bem como os seus filhos, à matrícula gratuita nas escolas federais. Ao concluírem-no, poderiam receber lotes de terra do governo federal; teriam preferência a emprego em obras e oficinas públicas, estradas de ferro e quaisquer repartições federais; e poderiam somar o tempo de caserna para fins de aposentadoria (até dez anos).[397]

Estipulou-se, ainda, uma série de punições a quem fraudasse o processo de recrutamento e estabeleceu-se que nenhum cidadão, depois de alistado, seria admitido até a idade de 30 anos completos, a emprego público de ordem civil ou militar, sem que provasse haver cumprido as obrigações impostas pela lei.[398]

Entretanto, os sorteios não foram realizados e o problema da falta de efetivo persistiu. Em 1914, o ministro da Guerra d'Albuquerque e Silva apontava as razões:

> *Publicada a lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, foram expedidos e observados os regulamentos subsidiários a sua completa e fiel execução. Desde logo, porém, foi inquinada de inoportuna a execução do sorteio, por não se realizar, então, como nos anos subsequentes, a hipótese constitucional da falta de voluntariado, continuando, por isso a ser este o único processo de recrutamento para o preenchimento dos claros abertos nas tênues fileiras do nosso exército.*[399]

Henrique Teixeira Lott, aspirante a oficial da turma de 1914, descreve sobre o pessoal que servia na primeira unidade em que serviu (56º BC, sediado na capital federal):

> *Naquele tempo não tinha havido o sorteio militar, de sorte que os nossos soldados eram voluntários e ficavam no Exército até enjoar ou envelhecer. [...]. Eram homens pobres, que não tinham meios de vida lá fora. Em grande proporção, quase três-quartos, eram nordestinos. E eles ficavam no Exército. Alguns chegavam a cabo; outros, pouco melhores, a sargento. Não havia ainda, nessa ocasião, a escola para formação de cabos e sargentos; os sargentos e cabos eram formados na tropa, mas eram homens obedientes, muito capazes, valentes em geral.*[400]

O sorteio passaria a ocorrer a partir de1916, em reflexo da guerra mundial que se desenrolava e em razão de intensa campanha por sua aplicação liderada por personalidades civis e militares. O poeta Olavo Bilac, um dos principais defensores do serviço militar obrigatório, considerava ser esse um remédio para a falta de patriotismo, o triunfo completo da democracia, o nivelamento das classes, e a escola da ordem, da disciplina e da coesão.[401]

Porém, não bastava reorganizar administrativamente o Exército e a Infantaria. Reformas se faziam necessárias em diversos outros setores, conforme constatou Hermes da Fonseca, em

---

[397] 1) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. 2) BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908.
[398] 1) BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. 2) BRASIL. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908.
[399] SILVA, Vespasiano Gonçalves d'Albuquerque e. Relatório do ano de 1913, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em outubro de 1914, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1914. p. 3.
[400] LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Depoimento, 1978. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
[401] Apud: TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército**: essa grande escola. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p. 66.

1905 e 1906, quando estava à frente do 4º Distrito Militar.[402] Ele, sob a orientação do Estado-Maior do Exército, organizou manobras nas regiões de Santa Cruz e Gericinó, a fim de avaliar a situação operacional da tropa. Os resultados não foram animadores:

> *Havia deficiências em carros para transporte de material e abastecimento logístico. O calçado das praças era de péssima qualidade e muitas marchas tinham que ser realizadas com a tropa descalça. O arreamento da cavalhada era ruim e as barracas da artilharia e da engenharia eram muito pequenas. O equipamento individual não atendia aos mínimos requisitos operacionais básicos, principalmente as mochilas, que eram muito pesadas e apertavam as axilas, a ponto de adormecer os braços, fazendo com que os soldados derrubassem as armas no chão. As fivelas dos cintos abriam facilmente e as cartucheiras abriam nas costuras, deixando cair a munição. Da mesma forma, o material bélico estava obsoleto, os quadros incompletos e as casernas eram velhos casarões sem as mínimas condições de higiene e conforto.*[403]

Em razão disso, os uniformes sofreram remodelação no ano de 1908. A principal mudança ocorreu com os de campanha, cuja tonalidade passou a ser preponderantemente cáqui, tendo em vista contribuir para a camuflagem (quadro abaixo).[404] Outras adaptações ocorreriam nos anos seguintes.

Os equipamentos a serem conduzidos pelos praças de infantaria também foram revistos em 1908, e divididos em três categorias: equipamento propriamente dito, ferramentas de sapa e material de acampamento (Quadro XXXV, p. 130).

QUADRO XXXIV - UNIFORMES DA INFANTARIA, 1908[405]

Da esquerda para a direita: capitão com 2º uniforme, tenente com 5º uniforme, e soldados com 1º e 5º uniformes (o último praça com equipamento anterior ao adotado em 1908).

[402] A sede do 4º Distrito Militar foi transferida da capital paulista para a capital federal em 1899.
[403] Apud MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução doutrinária do Exército: da Independência ao início do século XXI. In: **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 366.
[404] Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908.
[405] 1) BARROSO, 1922, p. 105, estampas nº 190 e 191. 2) Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908.

QUADRO XXXV - EQUIPAMENTOS DOS PRAÇAS DE INFANTARIA, 1908[406]

Cabo e soldado de infantaria, na primeira metade da década de 1910.

Equipamento propriamente dito:

a) mochila: de tela impermeável, de cor cáqui, com dimensões médias. Destinava-se à condução de peças de fardamento, artigos de limpeza e acampamento, víveres de reserva e uma pequena parte dos cartuchos. Os objetos a serem nela levados, além dos víveres e munição, eram: uma calça, uma túnica e uma capa para gorro, tudo de brim ou flanela cáqui; duas camisas de algodão; dois pares de meias; duas ceroulas; dois lenços; uma toalha de rosto; um cobertor; um par de botinas; uma tesoura pequena; escova para dentes; escova para roupa; escova de botina; lata com vaselina; lata com graxa; linha, agulhas, botões, etc.; acessórios de limpeza do fuzil; e saco do equipamento de combate;

b) bornal: de tela impermeável e de cor cáqui. Destinava-se à condução dos víveres de consumo do dia, dos utensílios adiante indicados e dos cartuchos suplementares distribuídos no início do combate;

c) cinturão: de sola com a cor natural, com 0,55m de largura e abotoado por uma placa fosca de metal amarelo. A ele eram suspensas duas cartucheiras, o porta-sabre, a ferramenta de sapa e o bornal;

d) cartucheiras: de sola com a cor natural e capacidade para 45 cartuchos cada uma;

e) porta-sabre: de sola com a cor natural;

f) canudo: de alumínio, revestido exteriormente de feltro de cor cáqui, com cordão da mesma cor. Usava-se para acondicionar papel e outros artigos necessários à escrita (entre os praças, era de dotação somente dos sargentos).

Ferramentas portáteis de sapa: pás, serras articuladas, alicates, picaretas e facões de mato.

Materiais de acampamento:

a) marmita: de alumínio enegrecido exteriormente e conduzida presa à capa da mochila por correias. Destinava-se ao preparo dos alimentos. Nela notavam-se o corpo da marmita com asa de arame e a tampa com cabo. Tinha capacidade para 2,5 litros;

b) cantil: de alumínio e revestido de feltro de cor cáqui que fechava por botões de pressão. Era destinado à condução de água. Tinha capacidade para um litro e nele notavam-se o corpo, o bocal com a rolha reforçada por uma chapa também de alumínio e a correia de suspensão com a presilha que serviam para prendê-lo ao bornal;

c) caneco: de alumínio;

d) barraca: de tecido impermeável de cor cáqui. Compunha-se de dois panos retangulares formando os lados e dois triangulares destinados a fechar uma das aberturas. Era mantida por uma armação composta de duas hastes dividida cada uma em quatro partes, e fixada ao solo por oito estacas. Cada praça conduzia dois panos, metade da armação desarticulada e quatro estacas;

e) outros: garfo e colher (conduzidos dentro do bornal), pacote de curativo individual, placa de identidade e caderneta.

[406] 1) BARROSO, 1922, p. 106/estampas 199-202. 2) Decreto nº 7.231, de 4 de dezembro de 1908.

Em relação aos armamentos, passou-se gradativamente a substituir o fuzil *Mauser* 1895 pelo *Mauser* 1908. Para equipar as companhias e seções de metralhadoras recém-criadas, foram adotadas as *Maxim 1908* (modelo brasileiro) (quadro abaixo).

Chegaram a ser também compradas metralhadoras *Madsen*, aqui denominadas fuzis-metralhadoras modelo 1906-1909. Porém, essas, em sua maioria, foram devolvidas ao fabricante para reparos por não atenderem as especificações previstas. Acabaram não mais retornando ao Brasil. Depois da I Guerra Mundial, diversos outros modelos de *Madsen* foram adquiridos para equipar o Exército Brasileiro.[407]

QUADRO XXXVI - ARMAS USADAS PELA INFANTARIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

MAUSER MODELO 1908 [408]

Era semelhante ao modelo 1894/1895, porém fora reforçado, continha aperfeiçoamentos que facilitavam o engatilhamento e o manejo, e os projéteis eram propelidos com velocidade superior, 884 metros por segundo.

METRALHADORA *MAXIM* 1908[409]

Refrigerada a água, era capaz de realizar cerca de 400 tiros por minuto. Seu automatismo dava-se pela ação dos gases gerados pela deflagração da pólvora da munição, cuja força agia sobre mecanismos que introduziam na câmara da arma cartuchos colocados em uma cinta; depois detonava-os e ejetava os estojos. A arma atirava ininterruptamente enquanto o atirador mantivesse pressionado o gatilho ou até que acabasse a munição colocada na cinta. Em 1916, foi publicado um regulamento de tiro da *Maxim*, que discorria sobre noções e instrução de tiro, avaliação de distâncias, alvos e munições, etc.[410]

[407] 1) RELATÓRIOS apresentados pelos ministros da Guerra ao Presidente da República, 1905-1915. passim. 2) BRASIL. Decreto nº 11.981, de 8 de março de 1916. 3) NETO, Carlos F. P. **Armas On-line**. As metralhadoras Madsen no Brasil. *Site*.

[408] 1) NETO, Carlos F. P. **Armas On-line**. Fuzis Mauser no Brasil e as espingardas da Fábrica de Itajubá. *Site*. 2) KOLOWSKI. Mauser 08 (1908). *Blog*.

[409] 1) NETO, Carlos F. P. **Armas On-line**. Metralhadoras e submetralhadoras na I e II Grandes Guerras. *Site.* 2) LINKFANG. Maxim (metralhadora). *Site*. 3) LINKFANG. MG 08. *Site.* 4) A imagem é da *Maxim* modelo alemão.

[410] 1) RELATÓRIOS apresentados pelos ministros da Guerra ao Presidente da República, 1905-1915. passim. 2) BRASIL. Decreto nº 11.981, de 8 de março de 1916.

Sobre a qualidade dos armamentos, equipamentos e fardamentos, no relatório da 9ª Região de Inspeção, de 1910, ressaltava-se:

> *Depois dos consertos realizados, estão os corpos desta inspeção providos de armamento, desde há muito tempo em grande uso. A munição distribuída aos corpos tem sido suficiente para as necessidades, e a sua qualidade tem melhorado sensivelmente, diminuindo o número de fendas durante o tiro. O novo equipamento de mochila continua a manifestar a sua excelência relativamente aos tipos anteriormente adotados, se bem que o tempo e a intensidade de serviço ainda não tenham dito a última palavra quanto a sua resistência e real preferência. [...]. O fardamento distribuído é em geral de boa aparência, exceção feita do de pano cáqui que, por sua má qualidade e aspecto, tem provocado contínuas reclamações dos corpos.*[411]

Quanto à instrução, retornando-se à virada do século, Medeiros Mallet considerava ser o ensino teórico, em todos os escalões, não suficiente para o devido preparo da tropa. Em razão disso, pregava a necessidade de os indivíduos aplicar na prática seus conhecimentos, por iniciativa própria, *"acertando, melhorando, cometendo erros e corrigindo-os, para que, volvendo aos estudos de gabinete, compare o que executou e ordenou, o que 'viu' enfim, com o que devia ter executado e ordenado*".[412]

Entretanto, a realidade era bem diversa do que almejava Medeiros Mallet. Estevão Leitão de Carvalho, oficial subalterno naquele tempo, comenta sobre o ensino na Escola Militar:

> *No terceiro ano do Curso Geral, ou das Três Armas, como nos dois anteriores, preponderavam as matérias científicas: mesmo a Cadeira de Artilharia, da qual fazia parte o estudo das pólvoras, era de cunho inteiramente teórico. Tudo ensinado seriamente, mas de forma alguma contribuía para dotar o aluno com os conhecimentos práticos de aplicação imediata às atividades militares.*[413]

Também fez alusão ao que ocorria nos quartéis:

> *A vida arregimentada, nesse tempo, e não só no meu batalhão, nada tinha de atrativa. A instrução [...] não exigia esforço intelectual dos oficiais. Toda a atividade do quartel se concentrava nos afazeres administrativos, sob cuja dependência estava a manutenção da unidade: alimentação, fardamento, armamento, disciplina, relação com o exterior; banda de música, único órgão da tropa que, naquela época, preenchia cabalmente seus fins.*[414]

O que se passava nas escolas e quartéis era do conhecimento e preocupava as lideranças militares. Em face disso, em 1905, foram aprovadas novas diretrizes para o funcionamento dos institutos militares de ensino. O objetivo, de forma geral, era tornar o ensino menos teórico e mais prático, direcionado para as lides castrenses.[415]

---

[411] BARRETO, Emygdio Dantas. Relatório do ano de 1910, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1911, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1911. p. 64-65.
[412] MALLET, 1890, p. 6.
[413] CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016, p. 39.
[414] Ibid., p. 36.
[415] BRASIL. Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905.

A formação dos oficiais subalternos de infantaria passou a se desenvolver em três anos. Os dois primeiros na Escola de Guerra, situada em Porto Alegre, e o último na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, localizada em Rio Pardo. Na primeira, haveria instruções preliminares; na segunda, de aperfeiçoamento e complementares.[416]

Dentre as atividades de natureza militar, eram previstas instruções de tiro; exercício das três armas; construção, ataque e defesa de entrincheiramentos; destruição de vias férreas, pontes e viadutos; reconhecimento e exploração; e esgrima de espada, florete e baioneta.[417]

Todavia, a carência de recursos financeiros, as deficiências qualitativas do pessoal executor e a falta de armamentos e equipamentos básicos, entre outras razões, acabaram reduzindo o ensino prático a quase nada, similar ao de antes.[418]

De qualquer forma, em 1913, outro regulamento de ensino foi publicado, no qual novamente enfatizava-se a necessidade da prática. Visando a diminuir gastos e concentrar esforços, a formação dos oficiais passou a dar-se somente na Escola Militar (do Realengo), na capital federal. Apesar dos esforços, o ensino novamente não transcorreu como se esperava, em parte por ter tido o regulamento em questão pouco tempo de execução, já que foi substituído em 1918.[419]

A partir de 1909, o ensino nos corpos de tropa passou a ser orientado pelo "Regulamento para Instrução e Serviço Interno dos Corpos do Exército".[420] Dentre diversas determinações, esse definiu que as instruções deveriam transcorrer ao longo do ano, de modo contínuo e progressivo, de forma a abranger paulatinamente todas as frações e seus integrantes; regulou que os treinamentos teriam uma parte teórica e outra prática; e estabeleceu que os exercícios deveriam ser tão variados quanto possível, a fim de que a repetição não fatigasse o corpo e o espírito. Também assentou que todo comandante, a partir do de companhia, seria responsável perante a autoridade imediatamente superior, pela instrução regulamentar de seus comandados. Ainda versou sobre a função do soldado, que em campanha seria simples: estar sempre pronto a marchar e a servir-se de sua arma.[421]

Cabe-se salientar que, entre os anos de 1906 e 1912, foram enviados oficiais para estagiar no Exército alemão, a fim de que tivessem contato com o que havia de mais moderno na ciência da guerra. Esses acabariam conhecidos como "jovens turcos", devido ao empenho que posteriormente demonstraram na busca por aprimorar o Exército Brasileiro.[422]

Em 1914, foi publicado o "Regulamento de Exercícios para a Infantaria", que reformulava prescrições publicadas no Regulamento de 1909, além de inserir orientações

---

[416] Ibid.
[417] Ibid.
[418] MOTTA, 1998, p. 241.
[419] Ibid. p. 242-248/passim.
[420] BRASIL. Decreto nº 7.459, de 15 de julho de 1909.
[421] Ibid. A instrução teórica era constituída pelo conjunto dos princípios que deveriam inspirar os militares no desempenho de seus deveres para com a Pátria, os superiores, os camaradas e os concidadãos; e também pelos elementos indispensáveis ao preparo do soldado para receber a instrução prática. A instrução prática trataria da aplicação dos regulamentos vigentes em exercícios diários.
[422]A expressão "jovens turcos" fazia alusão a oficiais otomanos que também haviam estagiado no Exército alemão e, como os brasileiros, ao retornarem a seu país, buscaram realizar reformas. Conforme: CPDOC/FGV. Jovens turcos. Verbete. *Site.*

relativas à tática.[423] Leitão de Carvalho, um "jovem turco", foi relator da comissão que formulou tal norma, servindo-se, para isso, dos ensinamentos que colheu enquanto estagiário do 4º RI, da Turíngia.

O novo regulamento partia da premissa que:

> *A infantaria é a arma principal. Em concerto com a artilharia ela abate o inimigo com seu fogo. Só ela pode quebrar-lhe a última resistência. Cabe-lhe a parte mais pesada do combate, caindo sobre ela os maiores sacrifícios; são por isso suas as maiores glórias. [...]. A infantaria precisa cultivar sua tendência natural para a ofensiva; sua ação deve inspirar-se num só pensamento para frente, sobre o inimigo, custe o que custar. Isto exige da tropa um grande valor moral. Criá-lo e desenvolvê-lo é o principal objetivo da instrução em tempo de paz. Uma infantaria enérgica, bem instruída e bem comandada, tem probabilidades de êxito, mesmo em circunstâncias difíceis contra um inimigo superior em número.*[424]

Quanto a instrução, em linhas gerais, ressaltava-se a importância em bem adestrar os comandantes das diversas frações, devendo o oficial ser modelo para a tropa. Dos soldados, particularmente quando em ordem aberta, esperava-se que fossem hábeis atiradores, destros na utilização do terreno, audazes, dotados de iniciativa, conscientes em relação a como proceder, atentos a seus chefes e inimigos, e dispostos a bem cumprir seus deveres.[425]

Em relação à tática, preconizava-se que o ataque, caso o inimigo estivesse desenvolvido em linhas defensivas, fosse realizado por três grupos. Em se tratando de uma companhia isolada, três pelotões. Nesse caso, um pelotão deveria realizar uma investida frontal; outro, em um dos flancos; e um terceiro ficaria à retaguarda, a fim de apoiar os que estavam engajados.[426] A adoção dessa organização ternária já era defendida pelo ministro Medeiros Mallet, no início do século, como já foi exposto.

Ainda se versando sobre o ataque, previa-se desencadeá-lo por fases. Inicialmente, grupos de soldados seriam lançados em reconhecimento, tendo em vista esclarecer questões relevantes, como as características do terreno e o valor do inimigo. Tais informações contribuiriam para a preparação dos planos da investida. Feitos os planos, a tropa, em meio a medidas de segurança, faria "marcha para o combate" até a posição inicial da surtida (localizada fora do alcance dos fogos do inimigo). Logo após, a artilharia, caso presente, lançaria seus fogos para facilitar o avanço da infantaria, o que também poderia revelar novos detalhes sobre a organização do adversário, haja vista a reação deste. Em seguida, a infantaria atacaria, formando suas frações linhas de atiradores, que avançariam fazendo uso de cobertas e abrigos para protegerem-se dos fogos do inimigo. Na ausência de cobertas e abrigos, as frações (preferencialmente as de menor efetivo) avançariam por lanços, quando, alternadamente, uma apoiaria com seus fogos a progressão da outra, o que se devia dar até a posição de assalto. Nesse espaço de tempo, fogos de artilharia e metralhadoras deveriam fazer

[423] BRASIL. Decreto nº 11.380, de 16 de dezembro de 1914.
[424] Ibid.
[425] Ibid.
[426] Esse dispositivo era o julgado o mais propício para o atacante obter êxito, mas poderiam ser adotados outros, levando-se em conta os diversos formatos de defesa que o inimigo poderia adotar, bem como as variadas circunstâncias que se poderiam apresentar durante o embate.

com que o inimigo ficasse abrigado em suas trincheiras, sem, portanto, poder disparar contra o atacante. Da posição de assalto até a linha defensiva inimiga, preceituava-se que o deslocamento se desse em acelerado, devendo o adversário ser sobrepujado por meio de fogos e de combates à baioneta. Conquistada a posição, caberiam ser tomadas medidas para se fazer frente a possíveis contra-ataques, o que incluía o envio de reforços e de armas com mais poder de fogo até o objetivo recém-atingido. As ações prosseguiriam com enérgica perseguição ao inimigo, a fim de aniquilá-lo; pois se isso não ocorresse, o adversário poderia se reorganizar e um novo combate se faria necessário.[427]

O emprego das companhias de metralhadoras caberia aos comandantes de brigada, que poderiam conservá-las todas sob seu comando ou distribuí-las pelos regimentos. A missão principal delas era apoiar diretamente as linhas de atiradores, no que toca ao aumento do volume de fogo. [428]

No que tange à defensiva, recomendava-se que a tropa, além de manter a posição, ficasse em condições de realizar contra-ataques, pois tal postura poderia redundar em vitória decisiva. Em regra, deveria haver uma só linha de defesa, reforçada com todos os meios possíveis. Considerava-se os flancos como as partes mais vulneráveis de uma posição de defesa, caso não estivessem cobertos por outras tropas ou pelo terreno. As principais condições que a posição defensiva teria de satisfazer seriam: possuir campos de tiro extensos e descobertos, proporcionar liberdade de movimento no interior e na retaguarda, e dispor de apoio seguro em pelo menos um dos flancos. O comandante deveria dividi-la em setores, de acordo com as caraterísticas do terreno; e a guarnição de cada um deles deveria ter reserva própria. A tropa, ao ocupar seu setor, deveria iniciar trabalhos de fortificação, limpar campos de tiro, determinar distâncias e instalar as comunicações (telefones ou postos de sinalização). Não se exigia que a linha defensiva fosse contínua, desde que os intervalos pudessem ser batidos por fogos. O contra-ataque só deveria ser realizado depois de se ter repelido o ataque e tirado todo o proveito das armas de fogo; ou então quando se pretendesse expulsar, da frente da posição, o adversário que ali tivesse buscado abrigo. Por fim, devia-se impedir que inimigo realizasse reconhecimentos, o que poderia ser levado a efeito patrulhando-se a área ou nela instalando-se postos avançados.[429]

Cabe-se destacar que, entre os anos de 1912 e 1915, o Exército viu-se envolvido na Guerra do Contestado, na qual a maioria dos embates ocorreu em áreas de mata. Sobre combates dessa natureza, o Regulamento de 1909 nada tratou; já o de 1914 fez considerações sucintas. Este enfatizava que em locais arborizados era muito difícil de manter a ligação entre as diferentes unidades; não obstante, caminhos e picadas facilitariam a orientação e ofereceriam a única possibilidade de se avançar em ordem unida. Destacava, também, que os atacantes, depois de penetrarem em área arborizada, deveriam imediatamente reorganizar as unidades; em seguida, deveriam avançar em frentes não muito extensas, formando linhas de atiradores densas, acompanhadas de perto por forças de apoio. Salientava, ainda, que os flancos

[427] BRASIL. Decreto nº 11.380, de 16 de dezembro de 1914.
[428] Ibid.
[429] Ibid.

caberiam ser protegidos por tropas reservas, dispostas em escalão; já as frações de metralhadoras deveriam ser conservadas, a princípio, à retaguarda, e levadas oportunamente à frente, a fim de defender os setores conquistados ou bater clareiras, caminhos, etc.[430]

Nesse contexto, deu-se a Guerra do Contestado, há pouco citada, na qual tropas federais e estaduais iriam se defrontar com sertanejos, como ocorrera em Canudos, poucos anos antes. O conflito desenrolou-se em território disputado pelos estados de Santa Catarina e do Paraná, por isso denominado "Contestado" (Esboço XXV, p. 137).[431]

Efetivamente, a contenda desenvolveu-se na parte leste da região contestada, em locais sob jurisdição catarinense, exceto ao longo do rio Negro, onde os litigantes buscavam impor sua autoridade. Tal área pode ser assim delimitada: trecho Rio Negro-União da Vitória, da Estrada de Ferro São Francisco-União da Vitória (norte); trecho União da Vitória-rio Uruguai, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (oeste); carreteira que ligava Rio Negro a Lages (leste); e rios Caveiras, Canoas, Pelotas e Uruguai (sul) (Esboço XXVI, p. 137).

O território em que se daria a luta era predominantemente serrano, de clima temperado, com muitos cursos de água, florestas, campos e faxinais. Caminhos de tropa e algumas estradas precárias ligavam os povoados, poucos com mais de dez mil habitantes. Destacavam-se as ferrovias São Paulo-Rio Grande, que cortava a área de norte a sul, acompanhando o rio do Peixe; e a São Francisco-União da Vitória, que ligava o planalto ao litoral. As linhas telegráficas e telefônicas eram poucas e com funcionamento limitado.[432]

As principais atividades econômicas da região eram a pecuária e o extrativismo de madeira e mate, as quais estavam sob controle de grandes proprietários, os "coronéis". A maioria da população era composta por sertanejos pobres, supersticiosos, desprovidos de terras e carentes de educação. Muitos desses, às vezes, abandonavam a vida de peões ou agregados nas grandes fazendas para tentar a sorte em novas paragens, como posseiros, praticando economia de subsistência. Ainda havia malfeitores, que lá buscavam refúgio.[433]

As disputas de jurisdição entre os governos de Santa Catarina e do Paraná, principalmente em relação à cobrança de impostos, também contribuíam para deixar a situação tensa. Para Demerval Peixoto, tenente que tomou parte das operações, o Contestado era *"um filho infeliz de dois pais adotantes, ambos ávidos da sua maravilhosa riqueza e ambos manifestamente impotentes para debelar os males terríveis que o assoberbam, a ignorância dos habitantes e a falta de um policiamento extraordinário e duradouro".*[434]

---

[430] Ibid.

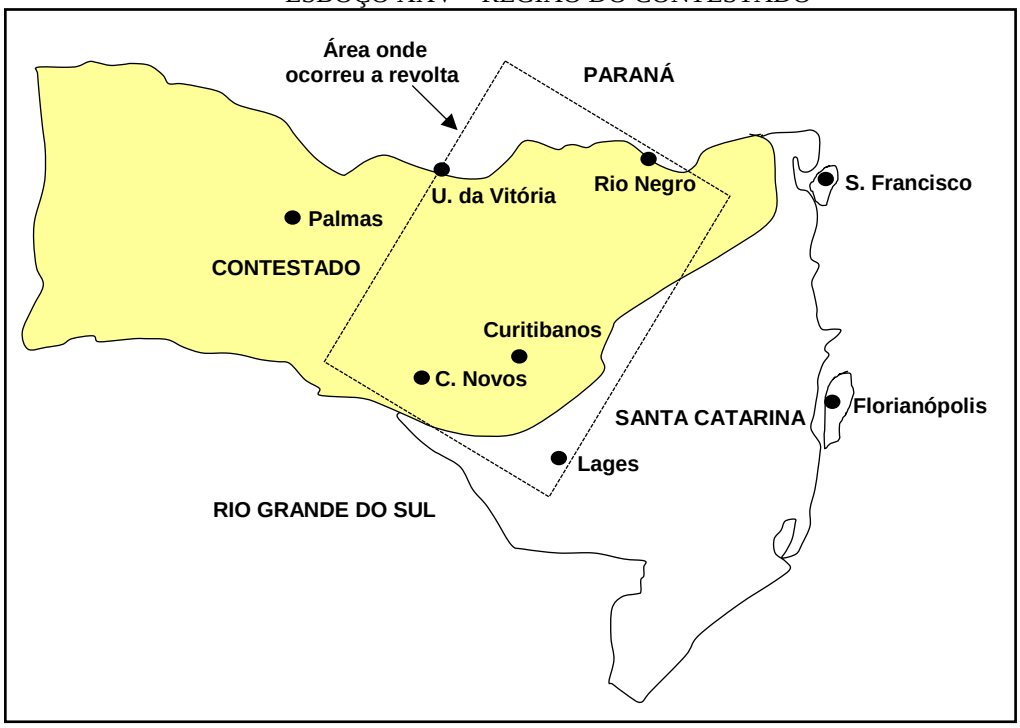
[431] A região do Contestado, em sua totalidade, era delimitada pelos rios Negro e Iguaçu (norte); serra Geral e rios Marombas e Canoas (leste); rios Pelotas e Uruguai (sul); e rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (oeste).

[432] MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado**: a guerra cabocla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 26-27.

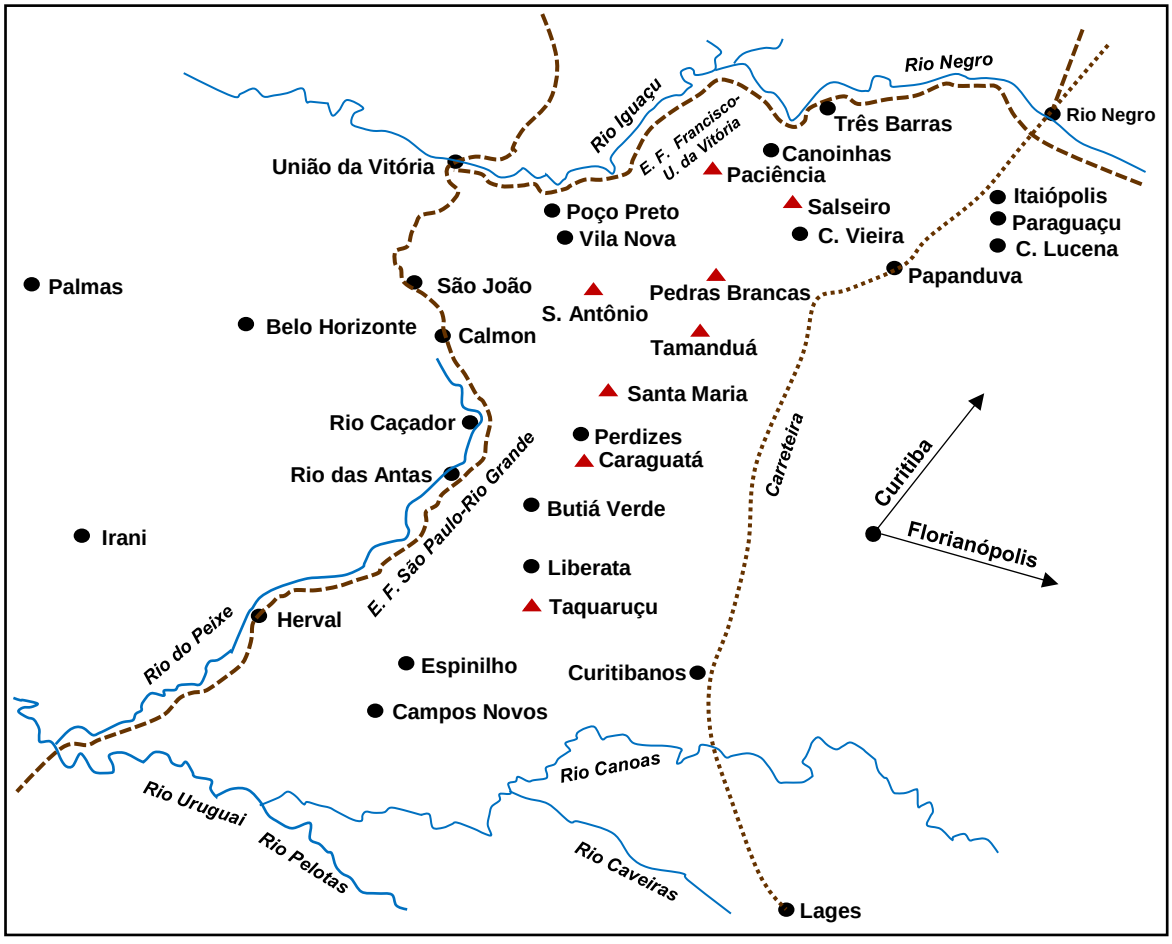
[433] PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 118-119.

[434] PEIXOTO, Demerval. **A Campanha do Contestado**: episódios e impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920. p. 31.

ESBOÇO XXV – REGIÃO DO CONTESTADO [435]



ESBOÇO XXVI – ÁREA DO CONTESTADO EM QUE OCORREU A REVOLTA[436]



[435] Adaptado de: SANTA Catarina. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. p. 11.
[436] Adaptado da: CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.

Para agravar a situação, o governo federal concedeu à empresa norte-americana *Brazil Railway*, responsável pela construção de parte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, como forma de remuneração, o direito de explorar o equivalente a 15 km de terras (ricas em madeiras-de-lei) em cada margem da ferrovia. Isso resultou na expulsão de muitos posseiros, que se dispersaram, acirrando os rotineiros conflitos agrários.

Nesse tempo, místicos muito respeitados, denominados "monges", perambulavam pela região. Em agosto de 1912, um deles, chamado José Maria, juntamente com seus seguidores, fundou a comunidade do Quadro Santo, em Taquaruçu, no município de Curitibanos, então sob jurisdição catarinense.

Os habitantes do povoado estabeleceram suas próprias leis e passaram a ignorar mandados vindos de autoridades legalmente constituídas, bem como se indispuseram com alguns grandes fazendeiros. Para sua defesa, criaram uma guarda de honra, constituída por 24 cavaleiros, intitulados "Doze Pares de França", em alusão à cavalaria do imperador Carlos Magno.[437]

Alertadas, as autoridades republicanas passaram a considerar que a comunidade de José Maria representava um risco para a ordem e a segurança da região. Boatos de que seus moradores eram monarquistas, inflamaram os ânimos.

Por conseguinte, em setembro, Eugênio Müller, vice-governador de Santa Catarina, enviou uma força policial, comandada pelo capitão Januário Cortes, para dar fim ao problema. Paralelamente, partiram de Curitiba, com destino à localidade de Rio Caçador, por via ferroviária, 160 homens do 14º Regimento de Cavalaria (Rgt Cav), liderados pelo tenente-coronel Álvaro Pereira Franco. A missão destes era proteger a estrada de ferro e impedir que os sertanejos seguissem para territórios considerados pelos paranaenses como de sua jurisdição.[438]

Antevendo problemas, José Maria e seus adeptos transpuseram a estrada de ferro e seguiram para a localidade de Irani, que então fazia parte do munícipio de Palmas. Tal deslocamento amedrontou os palmenses, que solicitaram ao governo paranaense tropas para lhes proteger. Em atenção à solicitação e também por considerar a ação do "monge" uma invasão catarinense a áreas sob sua jurisdição, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná, destacou tropas policiais para a região, comandadas pelo coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho.

A força policial paranaense foi mobilizada às pressas e, com efetivo de 158 homens, seguiu para Palmas (Esboço XXVII, p. 140). Levava uma metralhadora *Maxim Nordenfelt*, modelo 1895, na qual depositava-se grande confiança. A missão consistia em proteger a população.

João Gualberto e sua tropa deslocaram-se de trem de Curitiba até União da Vitória. Acompanhava-os Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti, chefe de polícia do Paraná, que

[437] 1) José Maria era a alcunha de Miguel Lucena Boaventura, ex-soldado do Exército e também desertor da polícia paranaense. 2) Carlos Magno foi rei dos francos, na Idade Média.
[438] 1) MOURA, 2003, p. 69-70. 2) O governador de Santa Catarina era Vidal Ramos, que estava de licença na capital da República, em tratamento de saúde.

também se julgava comandante da expedição. De União da Vitória, a força policial iniciou marcha a pé rumo a Palmas. No meio do caminho, em Belo Horizonte, João Gualberto tomou conhecimento de que o "monge" estaria em Irani e resolveu para lá seguir. Até esse momento, José Maria e seus seguidores não haviam causado desordens de vulto e pareciam não querer lutar. Vieira Cavalcanti admoestou João Gualberto que a missão recebida fora a de proteger Palmas e não a de atacar os sertanejos. João Gualberto insistiu em prosseguir para Irani e, para isso, selecionou 73 homens. Vieira Cavalcanti, com o restante da tropa, seguiu para Palmas.[439]

Em Irani, no dia 22 de outubro, após breve tentativa de negociação, iniciou-se um confronto. O alferes da polícia Adolpho Ribeiro Guimarães descreveu o que presenciou:

> *Às 2 horas da manhã do referido dia 22, tendo sido dado sinal de partida para a nossa força que estava acampada no lugar Caçador, organizada a coluna partimos às 3½ da madrugada com destino ao Faxinal. Antes de chegar a esse lugar, em uma colina à esquerda de uma casa ali existente, formou a infantaria em linha de atiradores, tendo o pelotão sob meu comando se reunido ao do tenente João Busse à frente e direita da mesma casa. Soube então pelo sargento Romeu que o primeiro pelotão já tinha tido pequeno tiroteio com os caboclos que se internaram no mato em frente. Apenas armada a metralhadora, o coronel Joao Gualberto fez uma pequena experiência dando alguns tiros e nesse momento começou a sair do mato a força dos fanáticos em número de mais ou menos 300 homens. Começamos então o tiroteio que não pareceu incomodar os bandidos, pois estes avançavam sempre à frente. A cavalaria atirou de pé por cima dos cavalos, só montando quando os fanáticos se aproximaram muito. O fogo era dirigido de toda parte, da estrada em que vinha a gente do monge. Eles, porém, corriam sempre para frente, até chegarem na linha de atiradores, matando a facão os primeiros soldados que os enfrentaram. Aí houve luta a ferro branco, tendo os soldados atirado de carabina até acabar a munição. Ainda momentos antes, eu a pé, forneci cartuchos para a infantaria [...]. Montando em seguida, coloquei-me ao lado da cavalaria, que foi atacada logo por grupo numeroso, obrigando-nos a reunir até onde estava a metralhadora, sendo imediatamente cercada pelos fanáticos, que se dirigiam para nós de facão desembainhado. [...]. Fomos perseguidos até pequena distância pelos bandidos a pé. Eles tinham tomado já toda a munição e armamento e a infantaria estava dispersada e procurando ver o comandante João Gualberto não o enxerguei mais.*[440]

João Gualberto estava morto e também José Maria, ambos caíram durante a luta, que se constituiu em um rápido e violento entrevero. De fato, antes que as ações se intensificassem, os contendores se dispersaram. A metralhadora, que deveria ter um papel decisivo, não funcionou adequadamente, pois travou após alguns disparos. Abandonada no local, foi recuperada, juntamente com 40 carabinas *Comblain*, por um tenente farmacêutico que voltou ao local para socorrer os feridos.[441]

O fracasso da expedição de João Gualberto alarmou Carlos Cavalcanti, que solicitou ao presidente da República, Hermes da Fonseca, intervenção de tropas federais. Em

---

[439] 1) MOURA, 2003, p. 72-75. Segundo outras fontes, o efetivo da força de João Gualberto seria de até 400 homens. 2) PEIXOTO, 1920, p. 126-127.

[440] GUIMARÃES, Adolpho Ribeiro. Parte ao major Rosário. In: **A Republica**. O combate – Informações do chefe de policia ao presidente do Estado. Curitiba, n. 252, p. 2, 26 out. 1912.

[441] 1) MOURA, 2003, p. 79-81. 2) PEIXOTO, 1920, p. 128-130. 3) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 771. 4) Tombaram mortos em Irani dez praças e 13 seguidores do "monge". A metralhadora não funcionou porque na noite anterior havia sido derrubada em um arroio e não fora manutenida; além disso, as cintas de lona com munição encontravam-se molhadas.

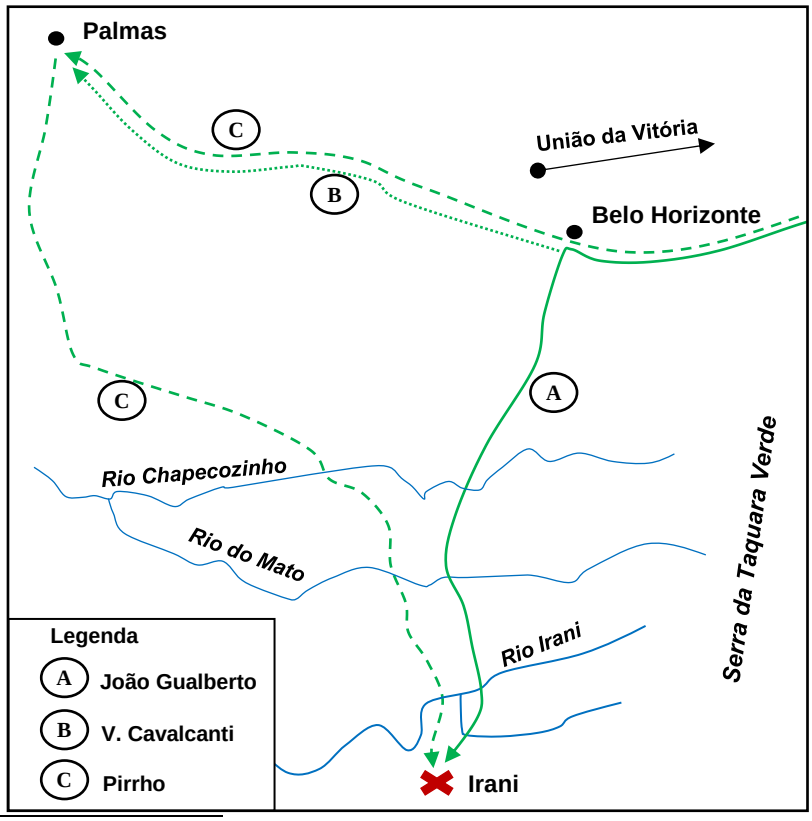
consequência, foram organizadas novas forças para controlar a situação. Assim, para as localidades de Palmas e Irani, seguiu tropa comandada pelo coronel Antônio Pirrho, formada pelo 5º RI, 14º Rgt Cav, 2ª Cia Mtr e 2º RAM (Regimento de Artilharia Montado), além de contingente da polícia paranaense. Paralelamente, em direção a Curitibanos e Lages, importantes cidades que também poderiam ser alvo dos sertanejos, seguiu o 54º BC, reforçado por policiais catarinenses, liderado pelo coronel Duarte Aleluia Pires.[442]

As chegarem a seus destinos, tais forças não encontraram os seguidores do "monge" e julgaram que estes se haviam dispersados. Considerando estar a situação resolvida, as tropas retornaram para seus quartéis.

O ano de 1913 parecia transcorrer sem problemas de vulto no Contestado e as autoridades governamentais consideravam estar resolvida a questão relacionada a José Maria. Todavia, muitos sertanejos não acreditavam na morte do "monge", que teria sido visto vagando pela região. Outros passaram a crer na ressureição dele, que se daria para liderar um exército celestial e conduzir o povo à vitória. Isso era reforçado por suposto contato, por meio de "visões", que uma menina chamada Teodora estaria tendo com ele, em Taquaruçu.[443]

Na verdade, as "visões" não passavam de engodos utilizados por lideranças sertanejas com o fito de legitimar suas decisões. Não obstante, os boatos espalharam-se e muitos sertanejos passaram a se concentrar em Taquaruçu, com o intuito de erigir uma "cidade santa", autônoma, sob as ordens de José Maria, que lhes chegariam por intermédio de Teodora.[444]

ESBOÇO XXVII – ROTAS DE JOÃO GUALBERTO, V. CAVALCANTI E PIRRHO[445]



[442] 1) MOURA, 2003, p. 83-86. 2) PEIXOTO, 1920, p. 134-136. 3) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 772.
[443] MOURA, 2003, p. 87.
[444] SILVA Natália Ferronatto da. As "Virgens Messiânicas": participação e influência das "Virgens" Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). **Revista Santa Catarina em História,** Florianópolis, UFSC, v.1, n.1, p. 52-62, 2010.
[445] 1) Adaptado de: PEIXOTO, 1920, p. 129. 2) CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.

Para defender Taquaruçu, os sertanejos buscaram se armar, conseguir mantimentos e construir fortificações.

Todavia, a movimentação dos adeptos do "monge" voltou a preocupar os grandes proprietários de terra. Um destes, o "coronel" Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente de Curitibanos, sentindo-se ameaçado pelos habitantes do vilarejo, pediu a Vidal Ramos, governador de Santa Catarina, o envio de tropas para a região. Ramos comunicou o fato ao presidente do Paraná e solicitou intervenção a Hermes da Fonseca. Em consequência, novamente tropas federais e das polícias de Santa Catarina e do Paraná foram destacadas para a região, a partir de 15 de dezembro.[446]

A intenção de Vidal Ramos pode ser verificada em mensagem enviada ao desembargador Sálvio Gonzaga, chefe de polícia encarregado de comandar a tropa catarinense destacada para a pacificação:

> *Sentimentos humanidade para com infelizes sertanejos, mulheres e crianças que talvez mais por ignorância do que por outra causa constituem no momento ameaça para tranquilidade dessa zona, aconselham, antes de empregar a força, procurar todos os meios possíveis para dispersá-los e desarmá-los sem derramamento de sangue. Convém igualmente verificar se entre eles existem criminosos ou bandidos para sobre eles recair pelos meios adequados, a ação da Polícia. Confio, como sempre, no vosso esclarecido espírito e alto tino.*[447]

A tropa do Exército foi constituída por uma Cia do 5º RI e outra do 6º RI, mais uma Seç Mtr. A missão inicial era observar a movimentação dos insurgentes, sem hostilizá-los.[448] Tal efetivo parecia suficiente, pois se estimava que os sertanejos capazes de combater não passavam de 80, conforme informações prestadas pelo vigário de Curitibanos, frei Rogério, que vinha tentando sem sucesso pacificá-los.[449]

Verificada a impossibilidade de por via pacífica resolver a questão, foi ordenado às tropas a realização de uma ação de força sobre Taquaruçu. Para isso, três colunas, sob comando geral do capitão Esperidião José de Almeida, deveriam executar movimentos convergentes até a referida localidade. Nessa, poderiam enfrentar, segundo novas informações, entre 300 ou 400 insurgentes. A data da investida final foi prevista para 28 de dezembro. A composição e o itinerários das colunas constam no quadro abaixo. [450]

QUADRO XXXVII: CONTINGENTE DO PRIMEIRO ATAQUE A TAQUARUÇU[451]

Coluna Sul - comandante: capitão Esperidião José de Almeida; tropa: 68 homens do 5º RI e 80 civis locais; itinerário: Herval - Campos Novos - Espinilho - Taquaruçu.
Coluna Norte - comandante: capitão Adalberto de Menezes; tropa: 60 homens do 6º RI, uma Seç Mtr e civis locais, perfazendo um total de 110 combatentes; itinerário: Rio Caçador - Liberata - Taquaruçu.
Coluna Leste - comandante: chefe de polícia Sálvio Gonzaga; tropa: 60 soldados da polícia catarinense e mais 60 civis locais; itinerário: Curitibanos - Taquaruçu.

[446] RAMOS, Vidal José de Oliveira. Synopse apresentada ao presidente do Congresso representativo do Estado, em 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914. passim.
[447] RAMOS, 1914, p. 46.
[448] PEIXOTO, 1920, p. 143.
[449] 1) MOURA, 2003, p. 89. 2) RAMOS, 1914, p. 43-44. 3) O nome de batismo de frei Rogério era Henrique Neuhaus.
[450] 1) MOURA, 2003, p. 91-93. 2) PEIXOTO, 1920, p. 144-149. 3) MENEZES, Adalberto de. Parte de combate ao general de brigada Alberto Ferreira de Abreu, comandante da 2ª Brigada Estratégica/Relatório da marcha para Taquaruçu e combate realizado neste local. In: RAMOS, 2014, p. 49-67.
[451] 1) MOURA, 2003, p. 89. 2) RAMOS, 1914, p. 44. 3) PEIXOTO, 1920, p. 143.

A Coluna Norte iniciou seu deslocamento em 21 de dezembro e quatro dias depois encontrou a Coluna Leste, na localidade de Butiá Verde. As duas seguiram juntas para o objetivo e, à medida que dele se aproximavam, civis começaram a abandonar a expedição. A vanguarda, constituída pela Coluna Leste, acabou emboscada nas proximidades de Taquaruçu e seus integrantes recuaram desordenadamente.[452] O capitão Adalberto posicionou os soldados da Coluna Norte e iniciou um combate, que assim descreve:

> *Contestamos o fogo com violência e entrou em ação a metralhadora varrendo a zona inimiga. A segunda metralhadora já havia galgado a colina do flanco esquerdo, onde foi assestada em direção da casa do chefe Praxedes Gomes, conseguindo boa pontaria sobre o alvo e o efeito não se fez esperar, porquanto foram ouvidos, após cessar fogo, gritos e lamentações, tendo se divulgado correria de homens e mulheres. Às 2 1/2 horas da tarde passava-se a fase mais aguda do combate, o flanco direito era atacado, porém, sem resultado, visto os nossos soldados se conservarem deitados. A frente sofria forte fuzilaria que visava de preferência a metralhadora, tanto assim que foram caindo feridos sucessivamente o 3º sargento Alexandre de Almeida, anspeçada Irineu da Costa e o soldado Vulpiano Silva, sendo substituídos nos perigosos postos por praças das disciplinadas seções, sem vacilação alguma. Às 3 horas da tarde examinei novamente a situação e, com pasmo, me ia convencendo de que a força do capitão Esperidião não aparecia. O calmo e refletido 1º tenente Ildefonso Jardim que fazia o serviço da retaguarda mandou-me comunicar que, apesar dos esforços empregados, todos os cargueiros achavam-se dispersados no mato, tendo fugido a maior parte dos tropeiros e alguns civis dos que acompanharam o Dr. Chefe de Polícia. Às 4 horas da tarde reuni os oficiais e expus a situação, sendo todos unânimes, juntamente com o Dr. Chefe de Polícia, que uma retirada em regra se impunha. Neste sentido transmiti ordens e enquanto o flanco direito da vanguarda e a frente com a metralhadora faziam fogo, consegui com dificuldade insana reunir a tropa, tendo 2 animais sem as respectivas cargas, que se compunham de víveres e um cunhetes de munição.*[453]

O capitão Esperidião, da Coluna Sul, estava próximo de Taquaruçu, em Fazenda Venâncio, mas resolveu retrair antes de ter contato com o inimigo. Deserções de civis, boatos sobre indisciplina das demais colunas e temor de ver-se cercado teriam influído em tal conduta.[454]

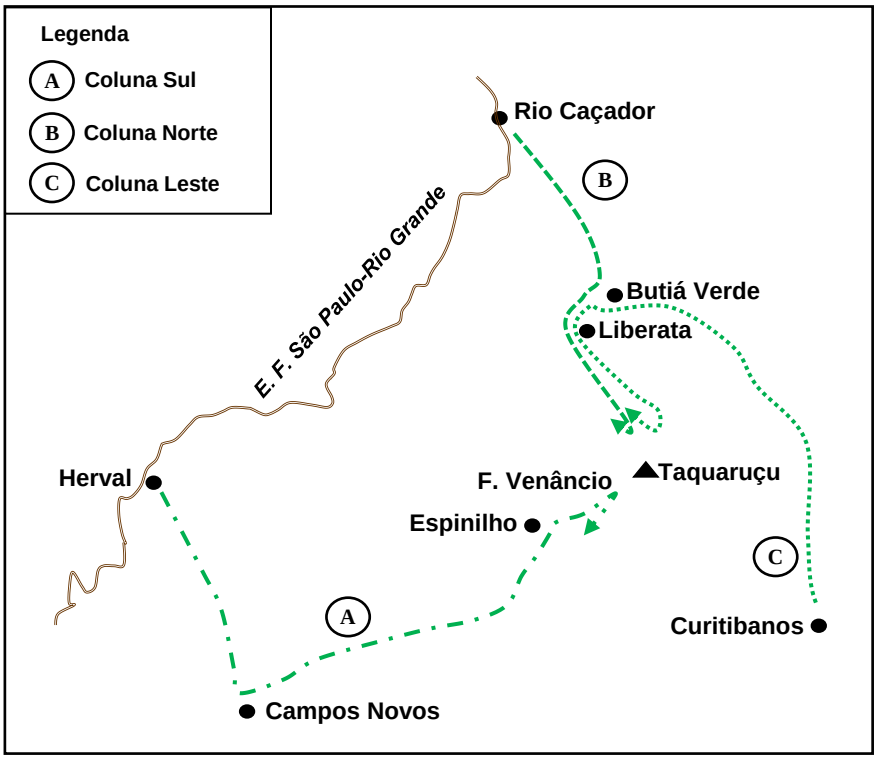
Terminava, desse modo, a investida em fracasso (Esboço XXVIII, p. 143). As baixas entre os atacantes foram poucas, tendo o 6º RI registrado três feridos.

O resultado do embate fortaleceu o ânimo dos insurgentes, que ainda se apoderaram de armamentos e víveres abandonados pela tropa. O número deles aumentava, assim como os roubos de gado e saques que perpetravam. Um pequeno grupo chegou a atacar Curitibanos com o objetivo de recuperar mercadorias apreendidas destinadas a Taquaruçu, mas foi repelido por policiais e civis.[455]

---

[452] MENEZES, Adalberto de. Parte de combate do capitão Adalberto de Menezes ao general Alberto Ferreira de Abreu, comandante da 2ª Brigada Estratégica/Relatório da marcha para Taquaruçu e combate realizado neste local. In: RAMOS, 1914, p. 49-67.
[453] MENEZES, Parte de Combate. In: RAMOS, 1914, p. 49-67.
[454] 1) MOURA, 2003, p. 91-93. 2) PEIXOTO, 1920, p. 144-149. 3) MENEZES, Parte de Combate. In: RAMOS, 1914, p. 49-67.
[455] 1) MOURA, 2003, p. 93-94. 2) RAMOS, 1914, p. 84-86.

ESBOÇO XXVIII – ROTA DAS TROPAS QUE REALIZARAM O 1º ATAQUE A TAQUARUÇU[456]



Em janeiro de 1914, foi organizada outra expedição para investir sobre Taquaruçu. A tropa destacada contava com cerca de 750 homens e o comando coube ao tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires, comandante do 54º BC.

O plano de Aleluia Pires era constituir três colunas, concentrá-las em Espinilho, e atacar Taquaruçu em 8 de fevereiro, a partir da Fazenda Antônio Vicente, o que foi realizado (quadro abaixo, e Esboço XXIX, p. 144).

QUADRO XXXVIII: CONTINGENTE DO SEGUNDO ATAQUE A TAQUARUÇU[457]

1ª Coluna - tropas do 54º BC e do 5º RI, mais uma Seç Mtr. Itinerário: caminho da Fazenda Velha.
2º Coluna - tropas do 4º RI e do 6º RI, mais uma Seç Mtr, um esquadrão de cavalaria (Esq Cav) do 14º Rgt Cav e uma seção de Artilharia de Montanha (Seç Art Mth). Itinerário: caminho do Rio das Pedras.
3ª Coluna - tropas do 54º BC e da polícia catarinense. Itinerário: caminho de Curitibanos.

Aleluia Pires relata o combate que se seguiu:

> *Às 8 e meia horas marchou a força expedicionária do acampamento da fazenda de Antônio Vicente, com direção ao reduto [...]. A dois quilômetros aproximadamente do ponto inicial foi descoberta uma patrulha inimiga que fugiu aos primeiros tiros da ponta [...]. Às 10 horas e 20 minutos, a referida ponta desalojava um posto avançado inimigo colocado na colina fronteira ao reduto e ocupava essa posição até a chegada da seção de artilharia de montanha e dos outros escalões da vanguarda, fornecidos pela terceira coluna.*

[456] 1) Adaptado de PEIXOTO, 1920, p. 145. 2) CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.
[457] 1) MOURA, 2003, p. 96. 2) PEIXOTO, 1920, p. 152.

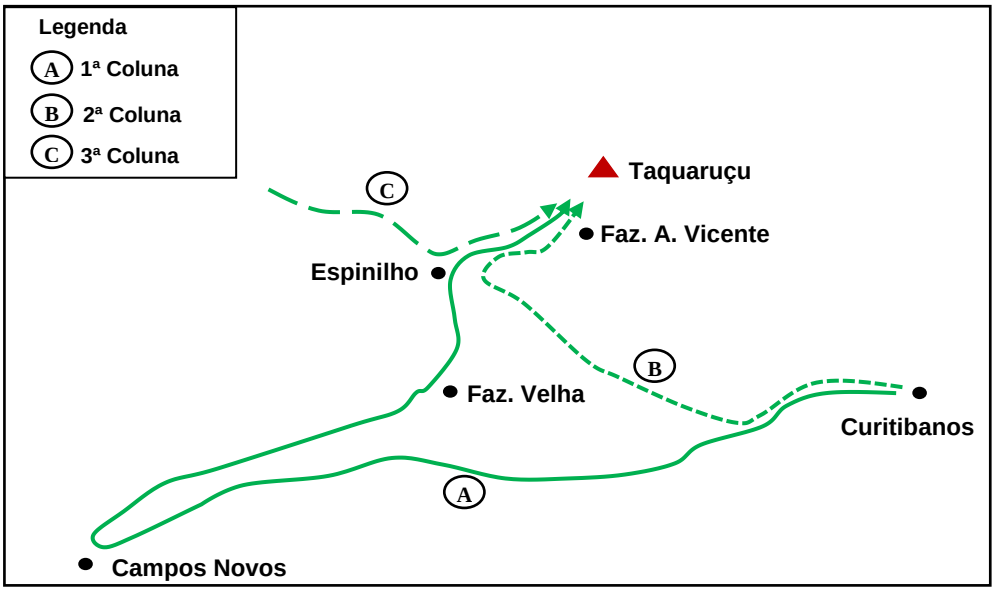
Prossegue:

> *A ação eficacíssima da artilharia que desde uma hora após o início do combate, além dos prejuízos pessoais, produziu incêndios no arraial dos fanáticos, se deve atribuir principalmente à desmoralização destes [...]. Até as 15 horas a artilharia, as metralhadoras e a infantaria protetora mantiveram fogo cerrado, trocando tiros com os defensores. Daquela hora em diante como que um armistício tácito se fez entre os combatentes [...]. Esse interregno foi aproveitado pelos defensores para abrigar os seus feridos, mulheres e crianças e a generosidade sempre grande do coração brasileiro fez nos consentir na consumação dessa obra piedosa. Logo depois a chuva torrencial dificultava as pontarias e a escuridão da noite aumentava as dificuldades, impossibilitando-as. Foi resolvido o bivaque no lugar do combate, não obstante a inclemência do tempo e assim, em condições que honram sobremodo a abnegação e resistência dos oficiais e praças da expedição, foi passada a noite sob os repetidos aguaceiros que se prolongaram até a manhã de 9. Aproveitando-se das circunstâncias, os fanáticos conseguiram retirar-se levando os seus feridos, supõe-se, porque apenas um deles foi aprisionado pelas primeiras forças que penetraram no reduto [...]. O toque de vitória partindo do reduto foi saudado pelas ovações retumbantes de todas as forças que entusiasticamente vivavam os seus valorosos companheiros. Foram feitos dois prisioneiros [...].*[458]

Os sertanejos, após saírem de Taquaruçu, se espalharam pela região e formaram novos redutos, comandados por diferentes chefes. Nesse momento, a principal dessas novas povoações era Caraguatá. Além disso, outras duas crianças também estariam tendo contato com o "monge" através de "visões": Joaquim e Maria Rosa.

Quanto à tropa de Aleluia Pires, houve ordem para que suspendesse as operações, tendo em vista a busca por novas conversações de paz.[459]

ESBOÇO XXIX – ROTA DAS TROPAS QUE REALIZARAM O 2º ATAQUE A TAQUARUÇU[460]



[458] PIRES, Duarte Alelluia Pires. Parte de combate do tenente Coronel Alleluia Pires ao general de Brigada Alberto Ferreira de Abreu, inspetor da XI Região de Inspeção Permanente. In: RAMOS, 1914, p. 91-96. O ataque resultou na morte de um soldado e no ferimento de outros três. Cerca de cinquenta moradores de Taquaruçu foram mortos.
[459] MOURA, 2003, passim.
[460] 1) Adaptado de PEIXOTO, 1920, p. 151. 2) CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.

Aleluia Pires, por motivo de doença, acabou substituído pelo tenente-coronel José Capitulino Freire Gameiro. Este, em março, recebeu ordens para investir sobre Caraguatá, já que as tratativas de paz novamente em nada haviam resultado (ele relata que sua missão era apenas realizar reconhecimentos).[461]

Gameiro dividiu sua tropa, cerca de mil homens, em duas colunas, conforme o quadro abaixo. O Itinerário escolhido foi: Rio Caçador - Perdizes - Caraguatá (Esboço XXX, p. 146).

QUADRO XXXIX: CONTINGENTE DO PRIMEIRO ATAQUE A CARAGUATÁ[462]

1ª Coluna: 54º BC, uma Cia do 5º RI, uma Seç Mtr e uma Seç Art Mth.
2º Coluna: uma Cia do 4º RI, uma Cia do 6º RI, uma Seç Mtr e contingente da polícia catarinense.
Outras: um Esq Cav independente e uma Seção de Saúde (Seç Sau).

Em 6 de março, a tropa governista deslocou-se de Rio Caçador rumo a Perdizes, distante 5 km de Caraguatá. Chegou a seu destino dois dias depois fatigada, devido a dura marcha realizada por caminhos tortuosos e lamacentos, que cortavam florestas espessas, elevações e riachos. O ataque foi marcado para o dia seguinte.[463]

Entretanto, desta vez os sertanejos haviam se preparado. Espiões acompanhavam a movimentação e grupos se posicionaram para emboscar a tropa legalista antes que esta chegasse a Caraguatá e ocupasse elevações dominantes para bombardeá-la, como se dera em Taquaruçu.[464]

Dessarte, a tropa de Gameiro foi surpreendida no trajeto para Caraguatá por insurgentes que a atacaram simultaneamente em diversos locais. Ele descreveu como se deu o embate:

> *[...] a coluna, sob o meu comando, com exceção de 2 pelotões de cavalaria e um de infantaria que ficaram guarnecendo a base de operações e acampamento da coluna, marchou em direção ao reduto dos fanáticos de Caraguatá, às 3 horas de ontem, a fim de operar-se o reconhecimento por ordem de V. Exa., visto constar que os fanáticos estavam se dispersando. Depois da marcha de dois quilômetros a coluna fora tiroteada pelas emboscadas dos fanáticos, pelo que tomei o dispositivo de combate, a fim de defendê-la e ao mesmo tempo operar o reconhecimento à viva força, sempre marchando para a frente e tomando todas as posições do inimigo até as proximidades do arraial de Caraguatá. A ação prolongou-se até as 15 horas, porque não pude evitar e assim também as forças que defendiam o acampamento e base de operações defenderam-se por terem os fanáticos também atacado este ponto, só cessando fogo quando eles deixaram de nos hostilizar e haverem se dispersado para o outro lado do mato do arraial de Caraguatá. Tivemos fora do combate 48 homens, sendo 24 mortos, 21 feridos e 3 extraviados [...].*

[461] RAMOS, 1914, passim.
[462] a) MOURA, 2003, p. 105. b) PEIXOTO, 1920, p. 168.
[463] PEIXOTO, 1920, p. 168-170.
[464] Ibid., p. 172.

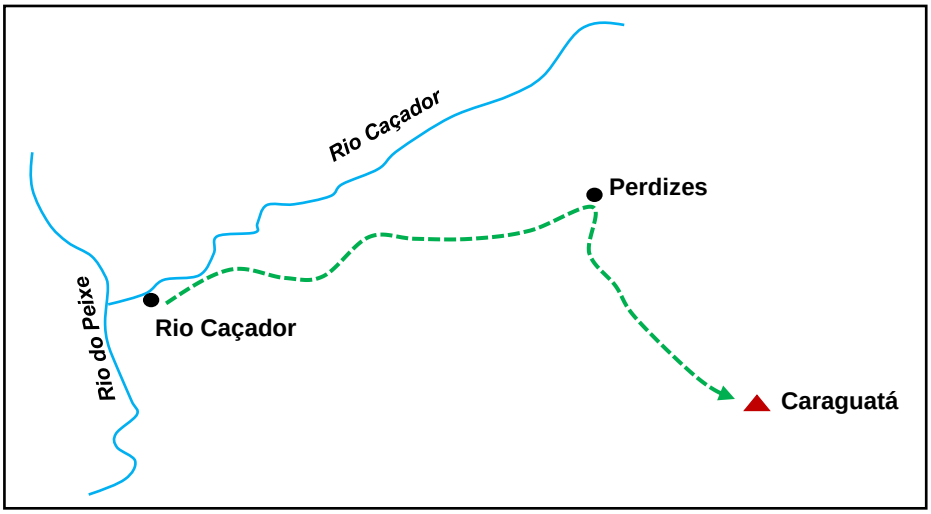
Prossegue:

> *O inimigo deixou no campo 37 mortos, não nos sendo possível avaliar o número dos seus feridos. Operei o transporte dos feridos e enterramento dos mortos, sendo-me assim necessário retroceder e dar como concluído o reconhecimento, fazendo uma retirada em ordem sem ser pelo inimigo hostilizado [...]. Fomos atacados de frente e de flancos, dentro da mata, tornando-se necessário resistirmos e ao mesmo tempo levá-los de vencida, até serem enfraquecidos e dispersos nas matas e longe do alcance das nossas armas em lugar ignorado, cujos caminhos não encontramos. Deixei de prosseguir nos reconhecimentos por não dispor de recursos para a manutenção da coluna, visto estar operando numa zona que está completamente abandonada pelos seus habitantes e devido à deficiência do serviço de socorros e meio de transportes dos feridos.*[465]

Diante do ocorrido, as tropas legalistas deslocaram-se para Calmon, onde permaneceram aguardando instruções. Nesse tempo, Gameiro acabou passando o comando para o coronel Adolpho de Carvalho e os soldados começaram a sofrer com a chegada do inverno, em barracas velhas, sem receber recursos. Em contrapartida, chegaram reforços: o 7º RI, uma Cia do 2º Batalhão de Engenharia (BE), uma Seç Art Mth e uma seção de trem, o que fez com que o efetivo da força aumentasse para cerca de 1.500 homens.[466]

Em face da situação, o governo federal resolveu designar o general Carlos de Mesquita, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, da "Revolução Federalista" e da Campanha de Canudos, para pôr fim à rebelião. Ele assumiu o comando em 16 de abril e descreveu como encontrou a tropa e as providências que imediatamente tomou:

ESBOÇO XXX – ROTA DAS TROPAS QUE REALIZARAM O 1º ATAQUE A CARAGUATÁ[467]



[465] GAMEIRO, José Capitulino Freire. Parte de combate ao general Alberto Ferreira de Abreu, inspetor da XI Região Militar. In: RAMOS, 1914, 103-109.
[466] 1) PEIXOTO, 1920, p. 185-186. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 777. 2) Trem: conjunto de elementos de serviço de uma unidade destinado a proporcionar apoio logístico. Conforme: BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 20-1: **Glossário de termos e expressões para uso no Exército**. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2009. p. T-10
[467] 1) Adaptado de: PEIXOTO, 1920, p. 168. 2) CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.

A tropa achava-se em latente efervescência de revolta pela falta de conforto e abandono em que se achava. As constantes reclamações dos oficiais, antes da minha chegada, em relação a fardamento, equipamento, medicamentos... e a ânsia de saírem do estado de marasmo em que se achavam, demonstravam veladamente, quando assumi o comando da tropa, que pouco faltava para se lançarem nos braços de uma revolta. [...]. E a prova de que envidei todos os meios para firmar a confiança em mim depositada, foi que comecei, ato contínuo, a providenciar sobre pessoal, fardamento, equipamento, munição de guerra e de boca e ambulância, pois, de medicamentos (!!!) nem sequer para uma contusão havia arnica![468]

Mesquita houve por bem dispensar as forças policiais, pois até então a atuação federal se dera em terras sob jurisdição de Santa Catarina e agora os insurgentes espalhavam-se por áreas reivindicadas tanto por esse estado como pelo do Paraná (considerou que poderiam ocorrer conflitos entre policiais catarinenses e paranaenses). Por outro lado, contratou 60 civis locais (vaqueanos), comandados pelo "coronel" Manoel Fabrício Vieira, para servirem de guias, informantes e esclarecedores. Ao mesmo tempo, novas tentativas de apaziguar os sertanejos foram feitas, mas os termos de paz foram desconsiderados.[469]

Entrementes, chegaram informações que os insurgentes haviam deixado Caraguatá e se estabelecido em redutos no vale do rio Timbó, dentre os quais Santo Antônio e Tamanduá. Mesquita resolveu atacá-los. Para isso, formou três colunas: a 1ª e a 2ª deveriam, por via ferroviária, deslocar-se de Calmon até Poço Preto, de onde marchariam para localizar e destruir Santo Antônio e Tamanduá; a 3ª rumaria até Caraguatá, para verificar se esta localidade realmente havia sido abandonada (poderia, ainda, dependendo da evolução das operações, auxiliar as demais) (Esboço XXXI, p. 148).[470]

A constituição da tropa, que tinha cerca de 1.700 homens, está no quadro abaixo:

QUADRO XL: FORÇA DE ATAQUE DO GENERAL MESQUITA[471]

1ª Coluna - comandante: coronel Duarte Aleluia Pires; tropa: contingentes do 54º BC, do 5º RI e de artilharia.
2ª Coluna - comandante: coronel Adolpho José de Carvalho; tropa: contingentes do 7º RI, Cia do 2º BE, esquadrão de trem e elementos de artilharia.
3ª Coluna - comandante: major José da Costa Villar Filho; tropa: contingentes do 4º e 6º RIs e uma Seç Mtr.

Em meados de maio, as operações foram iniciadas. A 3ª Coluna cumpriu sua missão sem dificuldades, pois encontrou Caraguatá deserta. Depois de destruir essa localidade, Villar Filho decidiu retornar com sua tropa para Calmon, já que dispunha de poucos recursos e desconhecia a região; em seguida, rumou para União da Vitória. As outras duas Colunas iniciaram marcha

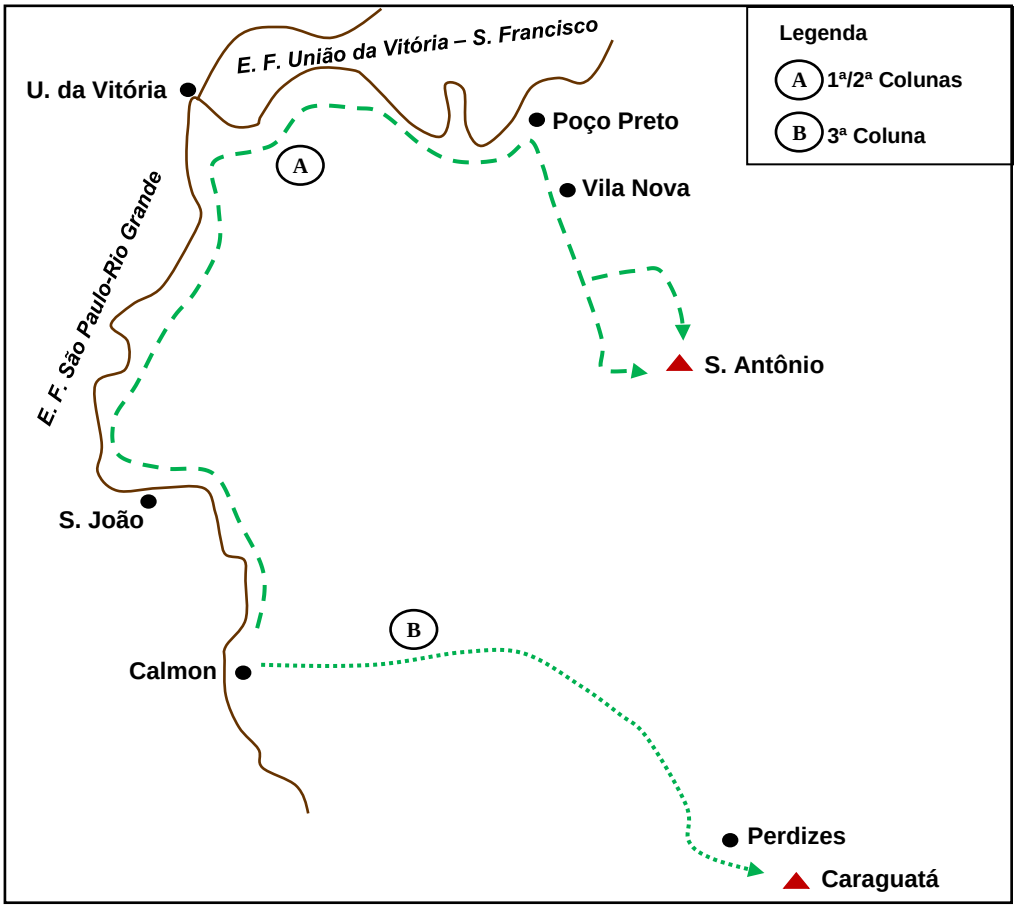
[468] Apud PEIXOTO, 1920, p. 189-190.
[469] PEIXOTO, 1920, p. 192-194.
[470] Ibid., p. 198-199.
[471] Ibid., p. 196-197. O autor registra que o 7º RI, a Cia do 2º BE, o esquadrão de trem e elementos de artilharia faziam parte da 3ª Coluna. Aparentemente se equivocou, pois posteriormente ele relata que tais tropas acompanharam o general Mesquita rumo a Santo Antônio e Tamanduá, portando seriam da 1ª ou da 2ª Colunas. Provavelmente Demerval Peixoto relacionou as tropas da 3ª Coluna como se fossem da 2ª e vice-versa. O general Mesquita, em sua parte de combate, não faz menção ao 4º e 6º RIs, portanto, tais unidades não estariam com ele em Santo Antônio, conforme: MESQUITA, Carlos Frederico de. Additamento á ordem do dia n. 39 de 28 de maio de 1914. In: RAMOS, 1914, p. 118-128.

a pé a partir de Poço Preto, passaram por Vila Nova, e prosseguiram até o rio Timbozinho, onde tomaram diferentes caminhos, a fim de atacar pelos flancos o reduto de Santo Antônio.[472]

Por volta das 13h de 16 de maio, ao aproximaram-se de Santo Antônio, as colunas foram emboscadas. Mesquita descreve:

> *A 2ª Coluna que tomara a direção de um atalho da esquerda, entrou em contato com os piquetes avançados do adversário às 13 horas, sustentando com eles vivíssimo fogo e repelindo-os gradativamente de trincheira em trincheira. Às 14 horas e 10 minutos recebeu a 1ª Coluna o seu batismo de fogo, de um horroroso fogo partido de todos os recantos, onde os fanáticos se ocultavam, emboscados pelos taquarais e trincheiras improvisadas e de toda a natureza. Palmo a palmo conquistou a 1ª Coluna o terreno que a separava do reduto de Santo Antônio, onde havia absoluta ausência de mulheres e crianças que os fanáticos precaucionariamente haviam deixado em Tamanduá. Essa brilhante etapa de 2 quilômetros de fogo incessante e de sacrifícios desmedidos teve por brilhante fecho a tomada do reduto às 18 horas, graças a uma belíssima e irresistível carga de baionetas, levada a efeito pelo 7° Regimento de Infantaria [...]. O inimigo abandonou no reduto 12 cadáveres além dos muitos mortos e feridos que deixou disseminados pela mataria circunvizinha.*[473]

ESBOÇO XXXI – ROTA DE ATAQUE DAS TROPAS DO GENERAL MESQUITA[474]



[472] PEIXOTO, 1920, p. 203.
[473] MESQUITA, Carlos Frederico de. Additamento á ordem do dia n. 39 de 28 de Maio de 1914. In: RAMOS, 1914, p. 118-128.
[474] 1) Adaptado de: PEIXOTO, 1920, p. 199. 2) CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.

Mesquita não seguiu até o reduto de Tamanduá, pois teria recebido informações que lá só havia mulheres e crianças. Preferiu permanecer em Santo Antônio. Todavia, em 18 de maio, enquanto bivacavam, os soldados passaram a ser alvejados por sertanejos, ocultos nas matas. No dia seguinte, Mesquita, constatando a falta de víveres, ordenou retirada para União da Vitória.[475]

Em União da Vitória, para a surpresa geral, Mesquita deu a missão por cumprida e ordenou que as tropas voltassem para as suas sedes. Queixou-se da falta de recursos para empreender a campanha, relatou estar com a tropa extenuada e ponderou que não cabia ao Exército e sim às forças policiais dar cabo dos "bandidos", fatores que devem ter pesado em sua decisão.[476]

Na região, ficou somente um pequeno contingente, cerca de 200 soldados do 4º RI, sob comando do capitão João Teixeira de Mattos Costa. Sua missão era proteger a construção de um ramal da ferrovia São Francisco-União da Vitória, que se estendia desta localidade até Canoinhas, e guarnecer Vila Nova e arredores.[477]

A saída do grosso das tropas federais revigorou os insurgentes, que criaram novos redutos e intensificaram os ataques: Papanduva e Itaiópolis foram saqueadas, Curitibanos foi atacada, estações da estrada de ferro queimadas, fazendas depredadas e dezenas de pessoas assassinadas. Forças policiais enviadas para a região não mostravam capacidade de detê-los.[478]

Mattos Costa não tinha efetivo para guarnecer as diversas povoações que ficaram à mercê dos insurgentes. Tentou realizar um trabalho de persuasão junto a eles, que parecia ser promissor em dar um fim pacífico ao conflito. No entanto, em 6 de setembro, quando se deslocava de trem, de Calmon para São João, juntamente com 40 soldados, acabou emboscado e morto.[479]

Nos meses seguintes, um grupo de insurgentes ocupou Curitibanos, outros fracassaram ao tentar fazer o mesmo em Canoinhas, Lages e Rio das Antas. Entrementes, o general Fernando Setembrino de Carvalho recebeu a incumbência de dar fim à desordem. Para isso, foi nomeado chefe das Forças em Operações no Contestado.

Setembrino, ao mensurar os recursos que dispunha com a vastidão do território onde iria operar, entendeu que só um largo sítio traria sucesso às operações. Esse começaria pela ocupação dos centros mais populosos e rotas de comunicação; e depois passaria pela constituição de colunas móveis que penetrariam, pouco a pouco, nos sertões, com o objetivo de descobrir e exterminar o inimigo. Para ele, era preciso, antes de tudo, quebrar a impetuosidade dos sertanejos, lentamente, levando-os à fome, sem expor a tropa à influência

[475] MESQUITA, Carlos Frederico de. Additamento á ordem do dia n. 39 de 28 de Maio de 1914. In: RAMOS, 1914, p. 118-128. A expedição custou a vida de oito praças e um vaqueano.
[476] MOURA, 2003, p. 110.
[477] 1) MOURA, 2003, p. 109-115. 2) PEIXOTO, 1920, p. 219.
[478] MOURA, 2003, p. 109.
[479] 1) MOURA, 2003, p. 116-117. 2) PEIXOTO, 1920, p. 236-238. 3) Foram mortos também 14 praças.

desmoralizadora das emboscadas.[480] O efetivo que previa empregar era de 7 mil homens (chegaria a 8 mil).[481]

A zona de cerco foi descrita por Setembrino conforme consta no quadro abaixo. Neste está também a distribuição inicial das tropas. As colunas móveis deveriam ser formadas por um RI, um Esq Cav, uma Seç Art Mth, uma Cia Eng, um pelotão de trem e uma seção de ambulância.[482]

QUADRO XLI: DISTRIBUIÇÃO INICIAL DAS TROPAS DE SETEMBRINO[483]

Linha Norte - Comandante: tenente-coronel Onofre Muniz Ribeiro; Área: definida pelo rio Negro até sua confluência com o rio Iguaçu, e por este até União da Vitória, desenvolvendo-se pelos vales desses dois rios à via férrea que de S. Francisco, no Estado de Santa Catarina, dirige-se àquela vila, percorrendo o território contestado, ora de jurisdição do Paraná, ora de Santa Catarina, em 217 quilômetro; Unidades/Sedes: 28º BI/10º RI (Rio Negro), 29º BI/10º RI (Canoinhas) e 56º BC (Barreiro).
Linha Oeste - Comandante: coronel Arthur Eduardo Sócrates; Área: constituída pelo trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que, partindo de União da Vitória, na margem esquerda do rio Iguaçu, desenvolve-se em 363 km pelo vale do rio do Peixe, até sua confluência com o rio Uruguai; Unidades/Sedes: 51º BC (União da Vitória e Legru), 14º BI/5º RI (São João), uma Cia do 53º BC (Calmon), 16º BI/6º RI (Rio Caçador) e 57º BC (Herval e ponte sobre o rio Uruguai).
Linha Sul - Comandante: tenente-coronel Raul d'Estillac Leal; Área: origem na freguesia do Sul, território de Santa Catarina, indo entroncar-se com a de oeste, no rio do Peixe, ou na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e continha a cidade de Lages e as vilas de Curitibanos e Campos Novos; Unidades/Sedes: 58º BC (Campos Novos) e 54º BC (Curitibanos e Passa Dois).
Linha Leste - Comandante: coronel Júlio Cezar Gomes da Silva; Área: definida pela estrada carreteira que liga a cidade de Rio Negro aos núcleos coloniais de Itaiópolis e Paraguaçu, terminando na linha Moema da Colônia Lucena, que corre de leste a oeste; Unidade/Sede: Batalhão Tático da Polícia paranaense (Papanduva).

A etapa inicial consistiu na concentração das tropas, que vinham de diversas partes do País, sem estarem devidamente preparadas e equipadas, conforme reconheceria, no ano seguinte, o ministro da Guerra Caetano de Faria, ao propor reformas:

> *Continuar a manter um excessivo número de unidades que não podiam se instruir, que não podiam ter eficiência alguma, por não permitir o minguado efetivo de que dispunham, era continuar uma ilusão que qualquer perturbação de ordem pública iria desfazer, como aconteceu no Paraná e Santa Catarina, para onde batalhões marcharam quase em casco, ou foram formados por contingentes de outros que ficaram assim reduzidos a não poder atender ao serviço ordinário de suas guarnições.*[484]

[480] CARVALHO, Fernando Setembrino. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950. p. 132/141.
[481] PEIXOTO, 1920, p. 751.
[482] CARVALHO, 1950, p. 143.
[483] 1) MOURA, 2003, p. 141-142. 2) PEIXOTO, 1920, p. 321. 3) CARVALHO, 1950, p. 141-143.
[484] FARIA, 1915, p. 5.

De fato, como exemplo, o 12º BI/4º RI foi organizado com a transferência de oficiais do 10º e 11º BIs. Recebeu também contingentes do 6º RI, do 2º Rgt Art, do 14º Rgt Cav e do 2º BE. Tudo isso a 2 de outubro, e o batalhão seguiu a 5. Do próprio 12º BI havia apenas quatro oficiais, os 13 restantes eram de outras unidades.[485]

Ademais, o deslocamento de algumas unidades até a região do Contestado foi extremamente penoso. Para ilustrar, o 58º BC, comandado por Estillac Leal, iniciou seu deslocamento em Niterói, em 3 de outubro, tendo como destino Curitibanos. A parte inicial, até Itajaí, foi feita por via marítima, o que levou quase todos os soldados a enjoar, devido ao mau tempo (no trajeto, foi feita uma parada na capital federal). De Itajaí, em 6 novembro, a tropa seguiu em vapores, pelo rio Itajaí, até Blumenau. Desta, prosseguiu por estrada de ferro até Morro Pelado. Deste ponto, no dia 9, iniciou marcha a pé, de cerca de 150 km, até Curitibanos, terminada vinte dias depois. No último trecho, os soldados, sob condições meteorológicas adversas, passaram por caminhos alagados, subiram serras, e atravessaram rios, vales e matas cerradas. Os calçados e uniformes, inadequados, rapidamente se deterioram e muitos oficiais e praças tiveram de seguir descalços, com a pele ferida e os pés estropiados. Acompanhava o batalhão um comboio administrativo, composto por 300 muares, que levavam 70 toneladas de carga. Mesmo assim, em muitos momentos faltou alimentação.[486]

Sobre a instrução deficiente dos praças, Demerval Peixoto comenta:

> *[...] os nossos soldados são em regra, maus atiradores; não têm a mais breve noção sobre o aproveitamento do tiro e, muito menos, o desembaraço, a iniciativa indispensável em muitas operações da guerra, sobre tudo da pequena, como sejam os inesperados ataques à noite. Ademais, soldados, na mor parte sertanejos do norte, mediocremente, ou nada instruídos, estavam meio possuídos da convicção da superioridade misteriosa dos fanáticos; alguns acreditavam mais na lenda de que os jagunços eram intangíveis às balas do que em sua própria má qualidade de atiradores; impressionavam-se com a astuciosa invisibilidade dos bandoleiros e sugestionavam-se ainda porque os jagunços não deixavam senão vestígios de sangue depois das formidáveis descargas da fuzilaria defensiva... a esmo dirigidas, sem visada e sem objetivo. Enfim, era o comum assistir-se, nas trincheiras ou nas linhas de fogo, levarem os soldados o cano das carabinas para o alto e o dedo ao gatilho, desperdiçando inconscientemente a preciosa munição. Mas, não eram eles culpados; ao contrário, notava-se lhes verdadeira abnegação pelo insano trabalho de campanha; expunham-se ao perigo muitas vezes por ignorância. A culpa tem-na quem os mandava para a lide do campo, sem o necessário tirocínio e sem os conhecimentos sequer do manejo do tiro. O soldado brasileiro é extraordinariamente resistente e valoroso, mas é supinamente ignorante de instrução e incapaz da mais elementar iniciativa; é intrépido e tem incomparável bravura; a resignação nas cruentas oportunidades e o estoicismo com que resiste às maiores provações, os tornam admiráveis. O rude soldado patrício não é sobrepujado quanto a resignação e resistência às fadigas da guerra; só lhe falta a instrução.*[487]

[485] PEIXOTO, 1920, p. 354.
[486] 1) MOURA, 2003, p. 151-162. 2) O 58º BC não se encontra no Quadro XXXI, p. 125, por ter sido criado em 1915, conforme: Decreto nº 11.498, de 23 de fevereiro. Provisoriamente, existia desde 1913.
[487] PEIXOTO, 1920, p. 353.

Em face disso, Setembrino preocupou-se preliminarmente em organizar os diversos serviços de apoio administrativo (saúde, subsistência, intendência, transporte, transmissões, engenharia, armazéns e trens).[488] Também lançou manifestos conclamando os sertanejos a depor as armas.

As unidades/subunidades e outras frações empregadas por Setembrino no Contestado estão descritas no quadro abaixo.

QUADRO XLII: TROPAS EMPREGADAS POR SETEMBRINO NA CAMPANHA[489]

Imediatamente: 12º BI/4º RI, 14º BI/5º RI, 16º BI/6º RI, 54º BC, contingentes do 14º e do 2º Regimentos de Cavalaria, uma Cia do 2º BE, uma seção do 2º RAM, 2ª Bateria de Obuseiros, 2º Pelotão de Estafetas e Exploradores e 2º Esquadrão de Trem.
Em momentos distintos: 51º, 56º, 57º e 58º BCs; 10º RI, 43º BI/15º RI, contingentes do 53º BC e do 8º RI; contingente de regimentos da Vila Militar, 9º Rgt Cav, 4º Cia Mtr, Dst Cav (composto por contingentes de diferentes unidades, sob comando do major Leovegildo) e duas seções do 20º Grupo de Artilharia de Montanha (GA Mth).

Nesse momento, a maioria dos insurgentes encontrava-se em redutos e povoações situados ao longo ou nas redondezas dos rios Timbó, Canoinhas, Tamanduá e Paciência, nos trechos que se estendem da serra do Espigão até a Estrada de Ferro São Francisco-União da Vitória. As ações de quatro líderes eram as mais preocupantes: Antônio Tavares, na estrada de Colônia Iracema/Moema; Aleixo Gonçalves, nas matas e serras de Colônia Vieira; Bonifácio Papudo, entre os rios Paciência e Timbó; e Henrique Volland (Alemãozinho), que perambulava pela área, organizando redutos, liderando piquetes e perpetrando ataques.[490]

Apesar das dificuldades geradas pelo imperfeito sistema de mobilização, em fins de novembro já se havia concluído a primeira parte do plano de Setembrino, ou seja, a concentração de tropas nas principais localidades da região.

Entrementes, a Coluna Norte fora encarregada de realizar incursões preliminares em postos avançados e redutos de Aleixo Gonçalves, localizados em Salseiro, Colônia Vieira, Paciência e Piedade, todos nos arredores de Canoinhas.[491] Em novembro, as tropas federais tiveram sucesso em ocupar Salseiro, onde havia uma guarda avançada inimiga, mas foram barradas ao tentar chegar em Colônia Vieira. Diante disso e por terem conhecimento que Canoinhas estava sendo atacada, resolveram retrair.[492] Repelidos os ataques dos insurgentes em Canoinhas, o 56º BC recebeu ordens para atacar Paciência, mas também foi detido. Em dezembro, as forças legais voltaram à ofensiva, quando uma coluna, comandada pelo capitão

[488] 1) MOURA, 2003, p. 140; 2) PEIXOTO, 1920, p. 337-340.
[489] PEIXOTO, 1920, p. 304.
[490] 1) MOURA, 2003, p. 140. 2) PEIXOTO, 1920, p. 339-340/passim.
[491] O destacamento que realizou a ação era formado pelo 56º BC, 12º BI/4º RI, um Esq Cav, uma Cia Eng, uma Seç Art Mth e uma Cia Mtr. Como reserva dispunha do 16º BI/6º RI. Seu efetivo era de mais ou menos 1.700 homens. Conforme: PEIXOTO, 1920, p. 342.
[492] MOURA, 2003, p. 164-166.

Tertuliano de Albuquerque Potiguara, atacou e destruiu o reduto de Piedade. Em Seguida. Paciência foi ocupada (Esboço XXXII, p. 154).[493]

Setembrino enalteceu a ação Potiguara:

> *O capitão Potiguara encontrou a Coluna do Norte, acantonada na vila de Canoinhas, onde frequentemente, à noite, era assaltada pelos jagunços. Pouco tempo depois de sua chegada marchou o capitão Potiguara, por dentro da mata virgem à frente de 300 homens, a fim de atacar o reduto da Piedade... O ataque foi rápido e completamente desbaratado foi o inimigo, que só aparecendo em Canoinhas protegido pela escuridão da noite, parecia já, aos supersticiosos, amparados por alto poder estranho. O estado moral da poderosa coluna era então desalentador, e a vitória da Piedade foi o início de uma era de refulgentes triunfos....*[494]

Paralelamente, um destacamento da Linha Leste, formado por soldados do Exército e policiais paranaenses, partindo de Papanduva, obteve êxito em um combate na localidade de Queimados. Todavia, seus integrantes deixaram de dar prosseguimento às operações por temerem ser cercados, pois se encontravam em meio a redutos de Aleixo e de Tavares.[495]

Em dezembro, antes de iniciar a segunda parte de seu plano, Setembrino lançou mais um manifesto, em que declarava aos sertanejos não vir *"trazer-vos a morte ou o presídio, pelo triunfo de nossas tropas, senão concitar-vos mais uma vez a que deponhais as armas e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do Governo e da Lei".*[496] O Apelo foi atendido por centenas de sertanejos que se apresentaram às tropas federais, inclusive Bonifácio Papudo e Alemãozinho.

No início de janeiro de 1915, tropas da Linha Leste atacaram o reduto de Antônio Tavares, na serra do Mirador. O chefe insurgente evadiu-se da área do Contestado, não mais retornando; cerca de 200 sertanejos renderam-se, sem resistência.[497]

Concomitantemente, Aleixo resolveu dissolver o reduto que tinha na estrada de Colônia Vieira, não para render-se, mas para instalar-se mais para o interior.[498]

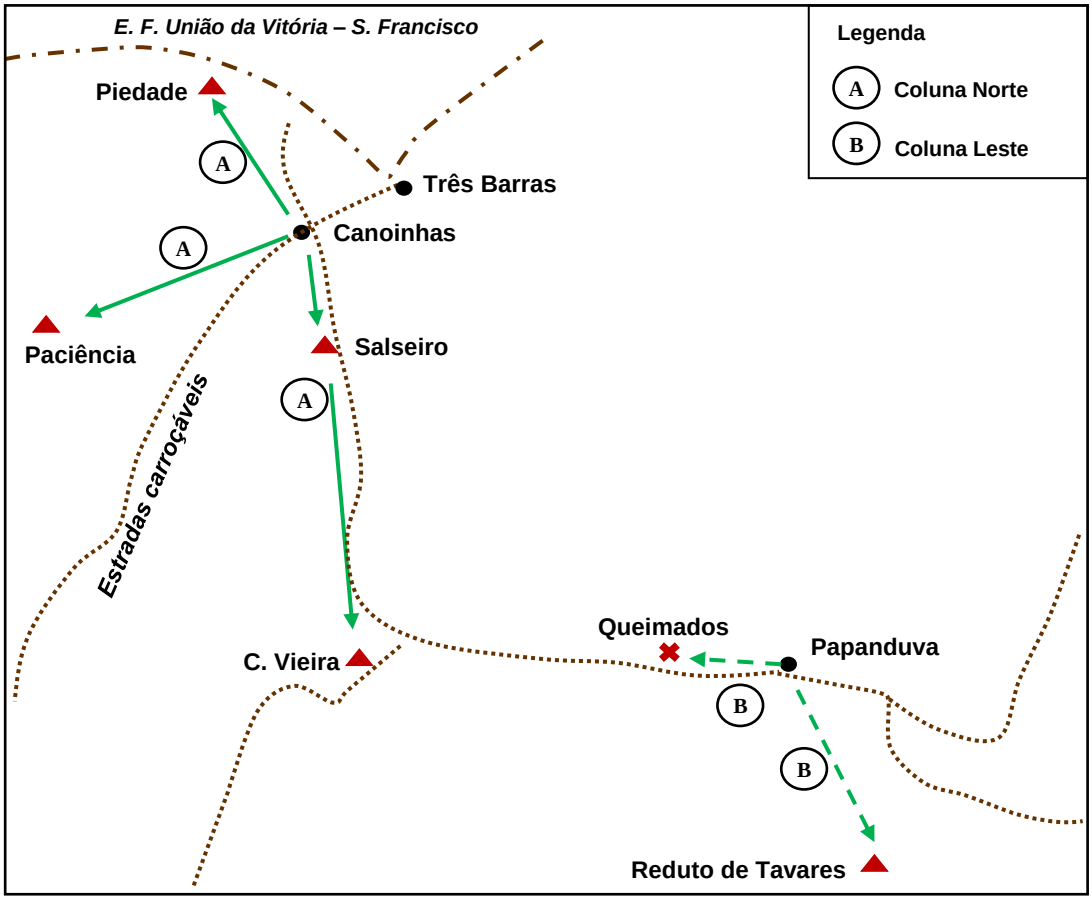
Os insurgentes concentravam-se, agora, em diversos redutos na região do rio Timbó, dentre os quais Tamanduá, Santo Antônio, Caçador e Santa Maria.[499] Dos quatro líderes que inicialmente preocupavam, só Aleixo continuava em beligerância.

Em fins de janeiro de 1915, Setembrino, de seu quartel-general em União da Vitória, expediu ordens para a execução da 2ª parte de seu plano. Em linhas gerais, determinava aos comandantes das Linhas formar colunas e cumprir as missões constante no Quadro XLIII, p. 154.

---

[493] 1) PEIXOTO, 1920, p. 376-381. A Coluna de Potiguara foi composta por duas Cias do 56º BC, uma Seç Mtr, piquetes civis e praças de cavalaria e de trem (efetivo: 300 homens). Outra coluna, comandada capitão Jeremias Froes Nunes, participou da ação de forma secundária. Esta era composta por uma Cia do 56º BC, uma Seç Mtr, praças de cavalaria e de trem. 2) MOURA, 2003, p. 165-166. 3) Os combates resultaram em poucos mortos e feridos.
[494] Apud PEIXOTO, 1920, p. 382.
[495] MOURA, 2003, p. 166-169. No embate foram mortos 11 soldados e 30 insurgentes.
[496] CARVALHO, 1950, p. 148-149.
[497] 1) MOURA, 2003, p. 169. 2) CARVALHO,1950, p. 151. 3) PEIXOTO, 1920, p. 468-469.
[498] PEIXOTO, 1920, p. 470.
[499] Ibid., p. 482.

ESBOÇO XXXII – AÇÕES PRELIMINARES: LINHAS NORTE E LESTE – NOV 1914/JAN 1915[500]



QUADRO XLIII: MISSÕES DOS COMANDANTES DE LINHA[501]

Coluna Norte -
Comandante: tenente-coronel Onofre Muniz Ribeiro;
Missão: formar dois destacamentos: ao 1º caberia ocupar Vila Nova e, em combinação com o 2º, atacar redutos situados na margem esquerda do rio Timbozinho.

Coluna Leste -
Comandante: coronel Júlio Cezar Gomes da Silva;
Missão: concentrar-se em Campinas dos Santos (proximidades de Colônia Vieira) e depois atacar o reduto de Pedro Aleixo, em Rio da Areia (serra dos Vieiras).

Coluna Sul -
Comandante: tenente-coronel Raul d'Estillac Leal;
Missão: concentrar-se em Perdizes Grandes, aguardar reforço de um destacamento da Coluna Oeste, e depois atacar os redutos de Tamanduá e Santa Maria.

Coluna Oeste -
Comandante: coronel Arthur Eduardo Sócrates;
Missão: impedir que o inimigo invadisse o território paranaense (na realidade, área contestada, a oeste da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande)

[500] Adaptado: da CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado.
[501] 1) MOURA, 2003, p. 173-174. 2) PEIXOTO, 1920, p. 525-527.

A Coluna Norte iniciou suas ações em 26 de janeiro e quatro dias depois estava em Vila Nova. Somente o 2º Destacamento, comandado pelo capitão Potiguara, teve contato com um grupo inimigo avançado, nas proximidades de Reichardt.[502] Em 3 de fevereiro, após reconhecimentos, Muniz Ribeiro reiniciou a busca pelos redutos (uma guarda foi deixada em Vila Nova). Estava na vanguarda o Destacamento de Potiguara, que fora reforçado.[503]

A tropa de Potiguara avançou resolutamente, derrotou guardas avançadas, queimou vilarejos e destruiu diversos redutos, entre os quais Santo Antônio e Timbozinho. O objetivo disso, segundo ele, era *"incutir o pavor nos espíritos dos traiçoeiros bandidos".* Em 4 de fevereiro, o grosso da Coluna Norte estava novamente em Reichardt (Esboço XXXIII, p. 157).[504]

Entrementes, a Coluna Leste destruiu, após duros combates, os redutos de Marcello e de Josephino, que se encontravam próximos do de Aleixo, seu objetivo principal. Ao chegarem no reduto de Aleixo, em 20 de fevereiro, encontraram-no abandonado (Aleixo e seus seguidores haviam se transferido para perto de Santa Maria).[505]

Já a Coluna Sul estava tendo dificuldades para conquistar Santa Maria, pois os insurgentes que se evadiam dos redutos atacados pelas demais Colunas para lá se dirigiam. De fato, Estillac Leal, depois de ocupar Perdizes Grandes e Tapera, havia, em 8 de fevereiro, se deslocado para Santa Maria, onde se deparou com forte resistência de sertanejos entrincheirados em posições dominantes. Dois dias depois, com cerca de 80 baixas, ordenou um recuo.

Em 2 de março, Estillac determinou novo ataque, após julgar ter conseguido posicionar adequadamente peças de artilharia que deveriam concentrar seus fogos diretamente no reduto. Os disparos da artilharia, porém, caíram além do alvo e o ataque novamente falhou e, mais uma vez, a tropa retraiu.[506]

No ataque de 2 de março, Estillac esperava contar com apoio de Ernesto Darioli e Ricardo Kirk, que pilotando aviões deveriam realizar reconhecimentos e auxiliar na regulação dos tiros de artilharia. Todavia, más condições atmosféricas impediram os pilotos de chegar no local do combate. Darioli voltou para sua base de partida ao perceber que as condições de voo eram insatisfatórias; Kirk prosseguiu, mas veio a sofrer um acidente fatal.[507]

Em face da situação, Setembrino ordenou que a Coluna Sul mantivesse a pressão sobre Santa Maria e que as Colunas Norte e Leste destacassem tropas para apoiá-la, realizando um ataque conjunto no sentido oposto.[508]

Conforme os planos, a Coluna Sul buscou manter a pressão, todavia essa não passou de trocas de tiros e nenhum terreno foi conquistado.

---

[502] 1) MOURA, 2003, p. 175-181. 2) PEIXOTO, 1920, p. 532-542. 3) No embate foram mortos oito insurgentes.
[503] 1) MOURA, 2003, p. 175-181. 2) PEIXOTO, 1920, p. 532-542. 3) No reconhecimento houve combate e oito insurgentes foram mortos.
[504] 1) MOURA, 2003, p. 175-181. 2) PEIXOTO, 1920, p. 532-542. 3) Até então, o Destacamento de Potiguara, único a entrar em combate, registrara a morte de 3 vaqueanos e 164 insurgentes.
[505] 1) MOURA, 2003, p. 181-186. 2) PEIXOTO, 1920, p. 548-557. 3) No reduto de Marcello foram mortos 33 sertanejos e um soldado; no de Josephimo, 50 sertanejos e um tenente. 4) Os redutos ocupados localizavam-se nas margens do rio da Areia e em sopés do sul da serra do Espigão.
[506] 1) MOURA, 2003, p. 186-194. 2) PEIXOTO, 1920, p. 558-623.
[507] 1) CARVALHO, 1950, p. 102. 2) PEIXOTO, 1920, p. 608-609.
[508] CARVALHO, 1950, p. 160.

Enquanto isso, um destacamento da Coluna Leste avançou, desbaratou um grupo de insurgentes no rio Tamanduá, passou alguns dias em Pedra Branca, e dirigiu-se até o rio Timbó. Porém, não encontrou o destacamento da Coluna Norte, ao qual deveria se unir. Diante disso, prosseguiu cautelosamente em direção a Santa Maria.[509]

O comandante da Coluna Norte incumbiu novamente o Destacamento de Potiguara para seguir na vanguarda. Esta tropa realizou uma marcha impetuosa, em que venceu todas as resistências e destruiu tudo o que encontrava, inclusive os redutos de Caçador e de Aleixo (o último que este havia organizado). Em 3 de abril chegou e se apossou de Santa Maria. Na investida, a força de Potiguara havia ocasionado a morte de centenas de insurgentes; incendiado 1.181 casas, ranchos e igrejas; e inutilizado materiais e suprimentos que pudessem ser aproveitados pelo inimigo.[510]

Potiguara bivacou em Santa Maria, mas passou a ser contra-atacado pelos sertanejos, ficando em situação complicada. Na noite de 3 para 4, ele remeteu mensagem a Estillac solicitando auxílio urgente, pois sua tropa estava cercada, exausta e ressentia-se da falta de suprimentos. Estillac enviou reforços, que chegaram no dia seguinte, e, assim, o inimigo foi repelido.

O tenente Pedro Gomes descreveu os eventos ocorridos nos dias 3 e 4 de abril:

> *A passagem da Cava da Morte, denominação tetricamente sugestiva de uma garganta de Santa Maria, documenta, em toda a sua brutalidade, que as reservas de energia dos bravos nunca se esgotam. Os flanqueadores da esquerda, que marchavam a cerca de 20 metros da estrada para dentro da mata, travaram uma desabrida luta à arma branca com os famigerados 12 pares de França, que impunham na mão esquerda uma bandeira branca, e com a direita manejam alucinadamente um afiadíssimo facão rabo de galo. Foram mortos seis. Fugiram os demais, quebrando o juramento que fazem essas hediondas personagens, de morrer no seu posto em defesa do reduto. Fazia nesta manhã, o autor destas linhas, a vanguarda da coluna. O capitão Potiguara nos ordenou a certa altura, o ataque decisivo ao reduto. Marchámos para lá vigorosamente, sustentando em ambos os flancos um fogo renhido, até o momento oportuno do assalto, numa estrepitosa carga de baioneta que nos deu, em definitivo, a posse do reduto, numa de cujas eminências fizemos soar estridente o toque de vitória para acordar naquelas paragens os ecos da civilização. À tarde de 3, chegámos ao último reduto de Santa Maria, abrindo caminho a poder da mais unida fuzilaria e do fogo das metralhadoras, cujo emprego acertado foi sempre de uma pronta e decisiva eficácia nesse incomparável oitavário da bravura. O comboio foi, também ele, atacado nesse dia. Toda a coluna entrou numa ação enérgica e sinérgica. A bravura de Potiguara, qual uma cunha de ar comprimido, fizera ruir fragorosamente o último reduto de Santa Maria. [...]. O crescido número de feridos ralentava a marcha da coluna. Por intermédio de um punhado de bravos que, afrontando os azares de uma incursão na mata, foram ter à Tapera, comunicamo-nos, a 4, com a Coluna Sul, que marchou para o reduto e, numa ação comum conosco, destroçou os últimos jagunços que ainda se conservavam nas vizinhanças do reduto. [...].*[511]

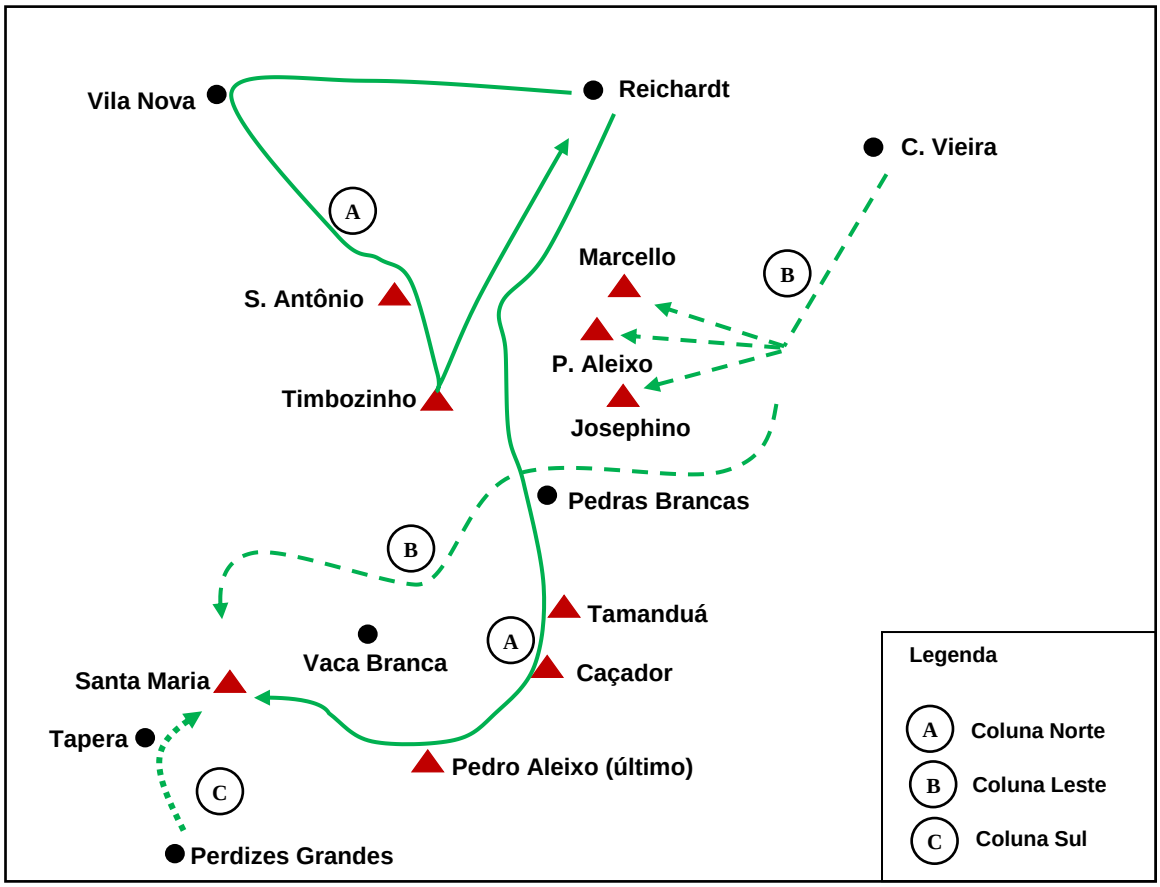
---

[509] MOURA, 2003, p. 203-203.

[510] 1) MOURA, 2003, p. 203-203. 2) PEIXOTO, 1920, p. 690-706. Composição do Destacamento de Potiguara: 100 homens com dois oficiais, de cada um dos batalhões 12º, 16º, 43º e 56º, ambulância do 16º, 50 civis de Pacheco, 67 de Pedro Ruivo, 31 de Elias e o trem. 3) Na investida de Potiguara foram mortos 370 insurgentes e 15 soldados.

[511] In: PEIXOTO, 1920, p. 716-718.

ESBOÇO XXXIII – CERCO FINAL[512]



Para Setembrino, com a queda de Santa Maria, *"baqueava a 5 de abril de 1915 o último e formidável baluarte do banditismo. O projeto de operações teve a mais cabal execução. O Exército havia cumprido a sua missão, e eu dava por terminada a campanha"*.[513]

Realmente, os insurgentes remanescentes estavam desorganizados e sem suprimentos, incapazes de reação de vulto.

Na Linha Oeste, não houve ações de relevo.

Tropas permaneceram na região e debelaram grupos de sertanejos que insistiam em não se submeter. Aleixo, que fugira de Santa Maria, acabou morto por um bandoleiro chamado Adeodato. A questão dos limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná foi resolvida por acordo em 1916.[514]

O conflito contra os adeptos de José Maria evidenciou que as reformas modernizadoras, planejadas principalmente por Hermes da Fonseca, em boa parte não haviam sido colocadas em prática.

[512] 1) Adaptado da: CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado. 2) PEIXOTO, 1920, Croquis entre as p. 528-529 e 708-709.
[513] CARVALHO, 1950, p. 161.
[514] Estima-se que a guerra tenha provocado mais de 10 mil mortes. Conforme: CPDOC/FGV. Guerra do Contestado – 100 anos (1912/1916-2012). *Site.*

De fato, permaneciam problemas de longa data, relacionados à qualidade do equipamento individual, ao recrutamento de praças, ao adestramento da tropa, e ao fornecimento de suprimentos.

Como ocorrera em outras ocasiões, os comandantes viram-se obrigados a partir para a improvisação, o que, dentre outros inconvenientes, retardou e dificultou a execução das medidas destinadas a pacificar a região do Contestado.

Os infantes, mais uma vez, mal equipados, deficientemente supridos e insuficientemente treinados, porém, com a tenacidade, a coragem e a abnegação que já lhes era tradicional, cumpriram exemplarmente as missões recebidas. Para isso, percorreram trilhas enlameadas, terrenos íngremes e florestas fechadas, ao encalço dos sertanejos, que não menos bravos, os emboscavam em densas matas, aproveitando-se de bem conheceram a região.

Em relação à doutrina, percebe-se que, quando possível, se buscou combinar as ações das linhas de atiradores, apoiadas por metralhadoras, com as da artilharia. Também se cabe destacar o esforço em empregar a aviação. Os resultados disso foram variados, em certas ocasiões mostraram-se extremamente vantajosos, em outras, insignificantes.

Em 1915, enquanto se desenrolavam os combates no Contestado, as brigadas estratégicas foram extintas. Em virtude de uma remodelação do Exército, deram lugar a uma organização divisional, que será abordada mais à frente.

Nas décadas seguintes, o Brasil e o Exército passariam por diversas transformações e provações e, mais uma vez, brasileiros se posicionariam em lados opostos em sangrentos conflitos, dentre os quais a “Revolução Constitucionalista”, que será tratada no próximo capítulo.

PARTE V

DO FINAL DAS LUTAS NO CONTESTADO ATÉ O INÍCIO DA II GUERRA MUNDIAL

A guerra de 1914-1918 trouxe alterações profundas às ideias e às realizações correntes antes de seu desencadeamento. [...]. Imenso, portanto, se apresentava o problema do armamento a constituir. Na infantaria, já estavam atrasadas as antigas noções sobre o serem apenas necessários o fuzil, a baioneta e a ferramenta de sapa individual. Novos petrechos individuais de arremesso eram precisos: a granada de mão e a granada de fuzil. [...]. Não podiam ser esquecidos os carros de assalto. Na cavalaria, sabre, lança e mosquetão já não bastavam, como se supunha antes de 1914. Na artilharia, uma verdadeira revolução tivera lugar. Eram precisas séries diferentes de peças: um canhão de acompanhamento da infantaria; um canhão de trajetória tensa com alcance de cerca de 12 quilômetros; um canhão de alcance semelhante, de trajetória curva; um canhão de trajetória tensa, mas de alcance superior ao precedente [..]. Na engenharia, nada tínhamos, a bem dizer, urgia dotar a arma de postes, dos meios de transmissão e de destruição e da ferramenta de sapa indispensável para o cumprimento de sua tarefa. Na aviação era preciso criar uma arma com suas especializações [...].[515]

Pandiá Calógeras, 1921

A partir de 1914, o Brasil passou a sentir os reflexos da guerra mundial, que transcorria de forma intensa, principalmente na Europa. Inicialmente, o presidente Venceslau Brás optou pela neutralidade, porém, em 1917, diversos navios mercantes nacionais foram afundados por submarinos alemães. Isso levou o governo brasileiro a mudar de postura e o País entrou no conflito ao lado dos Aliados (Reino Unido, França, Estados Unidos e outros).

Com o objetivo de contribuir para o esforço de guerra, o governo brasileiro enviou uma missão médica à França e buscou fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios para os Aliados. No campo militar, o apoio foi modesto: a Marinha patrulhou o Atlântico, e oficiais do Exército e aviadores integraram tropas francesas e britânicas.

Terminada a guerra, os presidentes brasileiros, notadamente Artur Bernardes, empenharam-se em tornar o País membro permanente do Conselho da Liga da Nações, organização criada em 1919, a fim de desenvolver a cooperação entre as nações e lhes garantir paz e segurança. Todavia, tal pleito não foi atendimento e o Brasil deixou a Liga em 1926.

Nos anos 1930, o Comunismo e o Fascismo, ideologias totalitárias surgidas na Europa, passaram a influenciar o panorama internacional, com reflexos importantes na sociedade brasileira.

[515] CALOGÉRAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em julho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921. p. 16-17.

No plano interno, no início da década de 1920, passaram a ocorrer diversas revoltas contra o sistema governamental sustentado pela "política do café com leite". Foram desencadeadas principalmente por oficiais de baixa patente, os "tenentes", que almejam modernizar o País, de forma conservadora. As mais relevantes foram a "Revolta dos 18 do Forte de Copacabana" (1922), a "Revolução Paulista" (1924), e a "Coluna Miguel Costa-Prestes" (1925-1927). Todas acabaram controladas por forças leais ao governo.

Em outubro de 1930, porém, uma aliança de "tenentes" e políticos insatisfeitos com o resultado da eleição presidencial, gerou uma revolta armada que levou ao poder Getúlio Vargas. Este permaneceria na liderança do governo por 15 anos: de 1930 a 1934, como chefe provisório; de 1934 a 1937, como presidente constitucional e, de 1937 a 1945, como presidente do "Estado Novo" (regime ditatorial). Nesse tempo, sufocou importantes movimentos armados que contestavam sua posição: a "Revolução Constitucionalista" (1932), a "Intentona Comunista" (1935) e o "Levante Integralista" (1938).

A economia nacional desestabilizou-se em 1929, em reflexo do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, que afetou seriamente o preço internacional do café, produto extremamente importante da pauta de exportações do País. Na década de 1930, a prioridade foi solucionar a crise financeira gerada por tal evento. Por outro lado, a indústria nacional ganhara impulso na I Guerra Mundial, quando muitos estabelecimentos foram criados para atender a demanda interna por manufaturados, que momentaneamente não podiam ser importados dos países envolvidos no conflito. Nos anos 1930, Getúlio Vargas reforçou os estímulos voltados para a industrialização, o que era desejo de importantes chefes militares que respaldavam seu governo (estes consideravam a industrialização imprescindível para a segurança nacional, já que possibilitaria a produção interna de armamentos e equipamentos militares, livrando o Brasil de sua histórica dependência de artigos bélicos fabricados no exterior).

A população brasileira, que era de aproximadamente 30,6 milhões em 1920, chegou a 41,2 milhões vinte anos depois.[516] A condição de vida da maioria do povo, porém, continuava precária. Dessarte, em 1940, a expectativa de vida dos nascidos no País era de 42 anos.[517]

Quanto ao Exército, em 1921, o ministro da Guerra Pandiá Calógeras asseverou que vinham sendo tomadas medidas para reorganizá-lo à luz da experiência da Grande Guerra. Não obstante, considerava que isso deveria ser feito de acordo com a realidade nacional, distinta da europeia.[518]

Para auxiliar na modernização, foi contratada uma missão militar na França, que estendeu seus trabalhos de 1920 até 1940. O general Maurice Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, proferiu as seguintes palavras na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1920:

---

[516] 1) BRAZIL, 1926, p. VIII-X. 2) BRASIL. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Série Nacional. Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p.1/Quadro I.

[517] BRASIL. IBGE. **Estatística do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006. Gráfico nº 4.

[518] CALÓGERAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em julho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921. p. 53-56.

Cabe aos vossos instrutores ilustrar este discurso e mostrar-vos como diferem profundamente do que eram em 1914 [os combates]. A infantaria de hoje, com granadas e metralhadoras numerosas, fuzis-metralhadores, petrechos de acompanhamento, carros de assalto, e, em ligação constante com sua artilharia de acompanhamento e de apoio; a poderosa artilharia moderna, sempre cuidadosamente dissimulada, com os grandes alcances de seus canhões, de seus projéteis, que distribuem à vontade explosivos, balas, estilhaços, gazes ou fumaça, e com a complexidade mesma de seus processos; a cavalaria com as armas de tiro rápido, canhões e apoios. E como se modificou a fisionomia do campo de batalha, sobre que voam aviões; às vezes, deserto e silencioso com o crepitar agudo das metralhadoras de momento em momento, depois, bruscamente, com o ribombar poderoso da artilharia que estronda qual furacão; onde um mundo inteiro trabalha surdamente sob a direção do gênio, cavando trincheiras, abrindo estradas e multiplicando passagens.[519]

Tal cenário nortearia a busca pelo aprimoramento do Exército por quase duas décadas.

Entretanto, é importante salientar que medidas destinadas a modernizar o Exército já haviam sido tomadas durante a I Guerra Mundial. Uma delas foi reorganizá-lo em divisões, extinguindo-se, em consequência, as brigadas estratégicas.

Efetivamente, as brigadas estratégicas não foram constituídas conforme o planejado, o que se tornou evidente na Guerra do Contestado. Segundo Demerval Peixoto, ao discorrer sobre o papel delas no referido conflito: *"As 'brigadas estratégicas' já contavam sete anos de existência nos papéis, entretanto, o primeiro arremedo de mobilização veio encontrar sem regulamentação para a guerra, não só aquelas esdrúxulas formações, senão também os indispensáveis serviços auxiliares a qualquer elemento expedicionário!".*[520]

Assim, em 1915, o Exército foi remodelado, passando a existir divisões de exército (DE), que passaram a enquadrar as unidades de infantaria. Ao mesmo tempo, para efeito de comando, administração e recrutamento, o território da República foi dividido em regiões militares (RM) e circunscrições militares (CM).[521]

Em 1921, já sob influência francesa, ocorreu nova reestruturação. As DEs deram lugar às divisões de infantaria (DI) e de cavalaria (DC). Previa-se, então, a existência de 12 RIs, 29 BCs e três batalhões de infantaria montados (BIM), que seriam distribuídos em DIs/DCs e RMs/CMs conforme se verifica no Quadro XLIV (p. 162). A estrutura organizacional das DIs encontra-se no Organograma III (p. 162) e a dos RIs, BCs e BIMs, nos IV, V e VI (p. 163). Eram também consideradas tropas de infantaria a 1ª e a 2ª Cias de Estabelecimento (capital da República e Porto Alegre), destinadas ao serviço de guarda; além das escoltas das brigadas de infantaria e das 5ª, 6ª e 7ª RMs, que tinham como fim os serviços de estafeta e ordenança.[522]

O efetivo previsto das tropas de infantaria eram os seguintes: RI: 1.363; BC: 516; BIM: 513; companhia de estabelecimento: 255; escolta de RM: 17; escolta de brigadas: 7. Total previsto para toda a Infantaria: 1.325 oficiais e 32.165 praças.[523]

---

[519] GAMELIN, Maurice Gustave. Discurso do Sr. General Gamelin. Inauguração da Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes, 8 abr. 1920. In: CALÓGERAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em junho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920. p. 85.

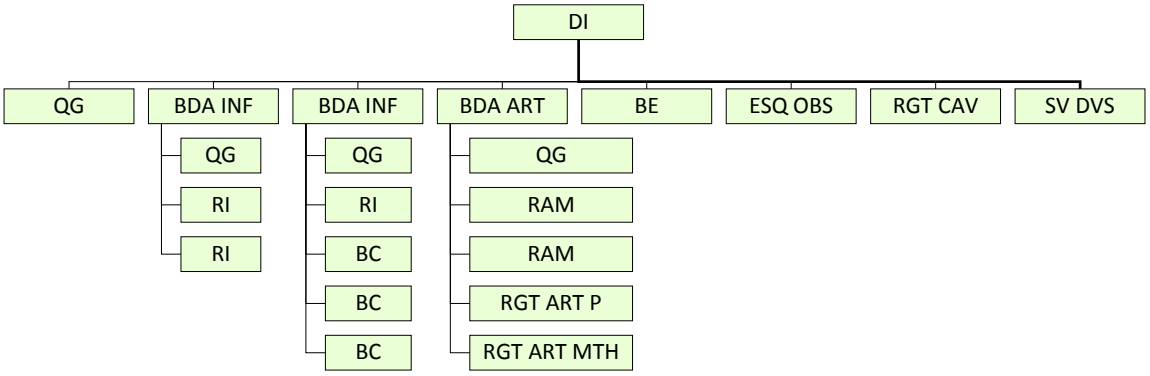
[520] PEIXOTO, 1920, p. 276.

[521] 1) BRASIL. Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915. 2) BRASIL. Decreto nº 11.499, de 23 de fevereiro de 1915.

[522] BRASIL. Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921.

[523] CALÓGERAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1921, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em outubro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922. Anexo "A" – Leis e decretos, anexo nº 7.

ORGANOGRAMA III - COMPOSIÇÃO DA DIVISÃO DE INFANTARIA, 1921[524]



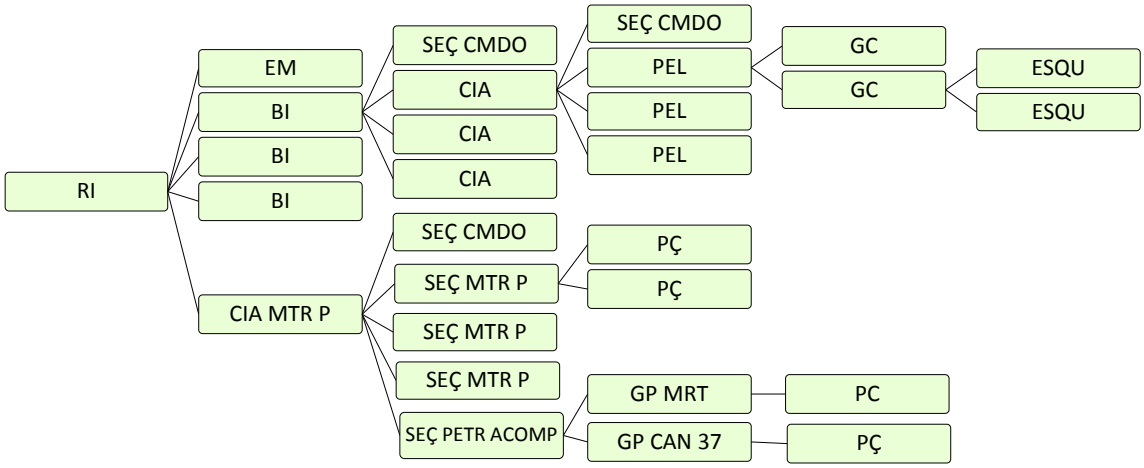
QUADRO XLIV - DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE INFANTARIA, 1921[525]

RM/CM	DIVISÃO	BDA	UNIDADES
1ª RM Cap. Federal	1ª DI Cap. Federal	1ª Bda Inf Cap. Federal	1º RI e 2º RI (ambos na Vila Militar)
		2ª Bda Inf Cap. Federal	3º RI (Praia Vermelha), 1º BC (Niterói), 2º BC (Petrópolis) e 3º BC (Vila Velha)
2ª RM São Paulo	2ª DI São Paulo	3ª Bda Inf Piracicaba	4º RI (Araraquara) e 5º RI (Piracicaba)
		4ª Bda Inf Caçapava	6º RI (Caçapava), 4º BC (São Paulo), 5º BC (Lorena) e 6º BC (Ipameri)
3ª RM Porto Alegre	3ª DI Porto Alegre	5ª Bda Inf Santa Maria	7º RI (Santa Maria) e 8º RI (Cruz Alta)
		6ª Bda Inf P. Alegre	9º RI (Rio Grande), 7º BC (Porto Alegre), 8º BC (São Leopoldo) e 9º BC (Caxias)
	1ª DC Santiago	-	1º BIM (Itaqui)
	2ª DC Alegrete	-	2º BIM (Rosário)
	3ª DC São Gabriel	-	3º BIM (São Gabriel)
4ª RM Juiz de Fora	4ª DI Juiz de Fora	7ª Bda Inf Piracicaba	10º RI (Juiz de Fora) e 11º RI (São João del-Rei)
		8ª Bda Inf Caçapava	12º RI (Belo Horizonte), 10º BC (Ouro Preto), 11º BC (Diamantina) e 12º BC (Curvelo)
5ª RM Salvador	5ª DI Curitiba	-	19º BC (Salvador), 20º BC (Maceió) e 28º BC (Aracaju)
6ª RM Recife			21º BC (Recife), 22º BC (Paraíba), 23º BC (Fortaleza) e 29º BC (Natal)
7ª RM Belém			24º BC (São Luís), 25º BC (Terezinha), 26º BC (Belém) e 27º BC (Manaus)
2ª CM Curitiba			13º BC (Joinville), 14º BC (Florianópolis) e 15º BC (Curitiba)
1ª CM C. Grande	-	Bda Mista C. Grande	16º BC (Cuiabá), 17º BC (Corumbá) e 18º BC (Campo Grande)
Obs.: 1) a 5ª DI possuía algumas peculiaridades, pois suas unidades foram distribuídas pelas 5ª, 6ª e 7ª RMs e 2ª CM, ficando o Quartel-General na sede da 2ª CM, sem nenhuma interferência nas unidades estacionadas fora da mesma. 2) Os BIs dos RIs passaram a ter numeração I, II e III. 3) As Cias Mtr foram incorporadas aos RIs/BCs.			

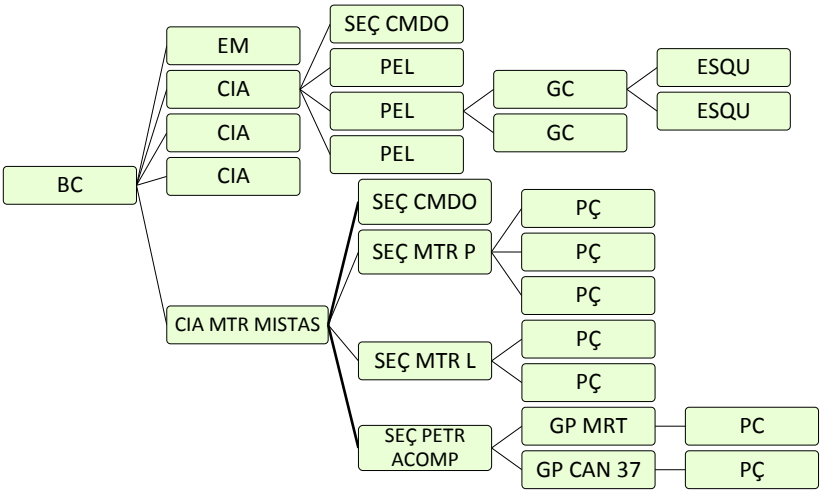
[524] 1) BRASIL. Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921. 2) **Abreviaturas:** DI (Divisão de Infantaria), QG (Quartel-General), Bda Inf (Brigada de Infantaria), Bda Art (Brigada de Artilharia), BE (Batalhão de Engenharia), Esq Obs (Esquadrão de Observação), Rgt Cav (Regimento de Cavalaria), Sv Dvs (Serviços Diversos), RI (Regimento de Artilharia), BC (Batalhão de Caçadores), RAM (Regimento de Artilharia Montado), RAP (Regimento de Artilharia Pesada), Rgt Art Mth (Regimento de Artilharia de Montanha).

[525] CALÓGERAS, 1922, Anexo "A" – Leis e decretos, anexo 18.

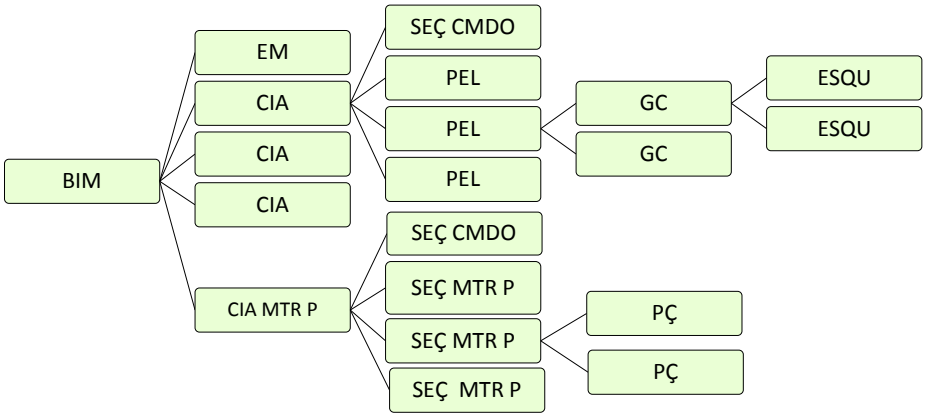
ORGANOGRAMA IV – ORGANIZAÇÃO DO REGIMENTO DE INFANTARIA, 1921[526]



ORGANOGRAMA V – ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO DE CAÇADORES, 1921



ORGANOGRAMA VI – ORGANIZAÇÃO DO BATALHÃO DE INFANTARIA MONTADO, 1921



[526]CALÓGERAS, 1922, Anexo "A" – Leis e decretos, p. 46. 2) **Abreviaturas:** RI (Regimento de Infantaria), BC (Batalhão de Caçadores), BIM (Batalhão de Infantaria Montado), BI (Batalhão de Infantaria), EM (Estado-Maior), Cia (Companhia), Cia Mtr P (Companhia de Metralhadoras Pesadas), Cia Mtr Mistas (Companhia de Metralhadoras Mistas), Cia Mtr L (Companhia de Metralhadoras Leves), Seç Cmdo (Seção de Comando), Pel (Pelotão), Seç Mtr P (Seção de Metralhadoras Pesadas), Seç Mtr L (Seção de Metralhadoras Leves), Seç Petr Acomp (Seção de Petrechos de Acompanhamento), GC (Grupo de Combate), Gp Mrt (Grupo de Morteiro), Gp Can 37 (Grupo de Canhão 37 mm), Esqu (Esquadra) e Pç (Peça).

Cabe-se destacar que diversas unidades previstas na reorganização de 1921 não foram estruturadas, por falta de recursos ou por mudanças de plano, inclusive os BIMs, que eram novidade (em 1932, foram criadas três companhias de infantaria montada, extintas seis anos depois).[527]

Também se deve ressaltar que as unidades de infantaria foram reforçadas com armas de apoio: morteiros e canhões 37 mm, além de surgirem os grupos de combate.[528]

No período Vargas, houve algumas modificações, que não alteraram substancialmente o quadro geral.[529]

Faz-se importante, entretanto, salientar que, em 1934, foi prevista a criação de unidades independentes, com atribuições particulares. Ficaram subordinadas diretamente aos comandantes de RMs. As de infantaria foram as constantes no quadro abaixo:

QUADRO XLV - UNIDADES INDEPENDENTES DE INFANTARIA, 1934[530]

RM/CM	UNIDADES
1ª RM Capital da República	1º Batalhão de Metralhadoras, 1º Batalhão de Carros Leves de Combate, Unidade Escola de Infantaria, Batalhão de Guardas (todos na capital da República)
3ª RM Porto Alegre	3º Batalhão de Metralhadoras, 2º Batalhão de Carros Leves de Combate e Companhia de Guardas (todos em Porto Alegre)
5ª RM Curitiba	Companhia de Fronteira do Iguaçu (Foz do Iguaçu)
8ª RM Belém	Batalhão de Fronteira do Amazonas (Manaus) e Companhia de Fronteira do Pará (Macapá)
9ª RM Campo Grande	2º Batalhão de Metralhadoras (Campo Grande) e Batalhão de Fronteira de Mato Grosso (Cuiabá)
Obs.: o batalhão e a companhia de guardas substituíram as companhias de estabelecimento	

Quanto ao pessoal, deixou de existir a graduação de anspeçada. Em contrapartida, foi criada a de subtenente, posicionada entre o posto de 2º tenente e a graduação de sargento-ajudante. Tal providência vinha atender, entre outras necessidades, a de *"diminuir os encargos dos capitães dando-lhes um auxiliar permanente e almoxarife responsável, e permitindo-lhes dedicar mais tempo à instrução das respectivas subunidades"*.[531]

Faz-se importante destacar que os subtenentes e sargentos poderiam ficar por 25 anos no serviço ativo, mas ainda não gozavam de estabilidade, ou sejam, poderiam ser excluídos antes de atingir esse limite de tempo. Em 1934, foi instituída uma previdência para ampará-los.[532]

---

[527] 1) BRASIL. Decreto nº 21.682, de 30 de julho de 1932. 2) BRASIL, Exército, AHEx, Catálogo, 2019.
[528] CALÓGERAS, 1922, Anexo "A" – Leis e decretos, p. 46.
[529] 1) Em 1934, a 5ª DI, sediada em Curitiba, passou a ter uma configuração igual às demais, compreendendo unidades do Paraná e de Santa Catarina. As CMs deixaram de existir e mais duas RMs foram constituídas, a 8ª e a 9ª (houve mudança na numeração e sede de algumas delas). Além disso, foram criados dois destacamentos, o Norte (Belém) e o Oeste (Campo Grande), enquadrados, respectivamente, nas 8ª e 9ª RMs. Conforme: BRASIL. Decreto nº 23.977, de 8 de março de 1934; e BRASIL. Decreto nº 24.287, de 24 de maio de 1934. 2) Em 1938, estabeleceu-se que poderiam existir DIs sem brigadas, isto é, compostas por determinado número de RIs ou grupos de BCs, além do quartel-general e de unidades de outras armas e serviços. Foi também prevista a existência dos batalhões de engenhos de infantaria e batalhões de carros (estes, tempos depois, passariam para a Cavalaria). Conforme: a) BRASIL. Decreto Lei nº 413, de 6 de maio de 1938; e BRASIL. Decreto Lei nº 556, de 12 de julho de 1938.
[530] 1) BRASIL. Decreto nº 23.977, de 8 de Março de 1934. 2) BRASIL. Decreto nº 24.287, de 24 de maio de 1934.
[531] BRASIL. Decreto nº 22.837, de 17 de junho de 1933.
[532] BRASIL. Decreto nº 23.826, de 2 de fevereiro de 1934.

A falta de soldados rasos nos quartéis foi resolvida com a efetivação do sorteio, a partir de 1916. Cinco anos depois, as juntas alistaram 180.060 jovens, dos quais foram sorteados 85.630, deixando de ser incorporados 51.626 devido ao contingente ter sido fixado em 34.004.[533]

Os voluntários continuaram a ser aceitos, mas sob novos critérios:

> *Estabeleceu-se, um prazo certo para o recebimento de voluntários e exigiu-se para aceitação destes, melhores provas de capacidade moral e mais rigor na capacidade física. Com a primeira medida normalizou-se a instrução, constantemente perturbada, pela chegada de recrutas, e com a segunda evitou-se que procurassem as fileiras indivíduos depauperados e doentes, que em pouco tempo se tornavam hóspedes assíduos dos hospitais e iam povoar o asilo de inválidos.*[534]

Nesse tempo, o coronel médico Arthur Lobo da Silva analisou 38.675 fichas antropométricas de rapazes, com idade de 20 a 22 anos, sorteados para o serviço militar ou que nele entraram voluntariamente nos anos de 1922 e 1923. Em relação à origem social deles concluiu:

> *De fato, os voluntários candidatos ao serviço do Exército saem todos das inferiores camadas sociais; são, via de regra, indivíduos sem educação, sem instrução e sem meios de vida certos. Os levados às fileiras pelo sorteio vêm, na sua maioria, das classes humildes; são pequenos lavradores, operários, empregados subalternos no comércio, etc. Os ricos e poderosos acham quase sempre uma brecha, um meio de livrar-se do serviço obrigatório. Ainda mais: os estudantes das escolas superiores e dos colégios, quando terminam os respectivos cursos, ficam, como disse acima, isentos do serviço militar, pois obtém as suas cadernetas de reservistas, em consequência do preparo militar que adquiriram nos ditos colégios e escolas.*[535]

Quanto aos equipamentos de dotação dos infantes, não houve alterações significativas. Em relação aos uniformes, ocorreram mudanças importantes na década de 1930. As insígnias dos postos e graduações foram modificadas e a cor cáqui dos uniformes de campanha foi trocada pela verde-oliva (Quadros XLVI e XLVII, p. 166 e 167).[536] Justificava-se as alterações alegando-se:

> *Que os atuais uniformes do Exército não satisfazem aos requisitos de ordem técnica que deles devem ser exigidos; que o Exército, como instituição nacional, deve possuir um plano de uniformes que o distinga francamente de outra qualquer coletividade; que é prejudicial ao prestígio do Exército e perniciosa à sua boa disciplina, a maior ou menor semelhança de seus uniformes com o de outras corporações.* [537]

---

[533] CALÓGERAS, 1922, p. 82.
[534] FARIA, José Caetano de. Relatório do ano de 1916, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1917, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1917. p. 4.
[535] SILVA, Arthur Lobo da. **A Anthropologia no Exercito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Archivos do Museu Nacional, 1928. p. 36.
[536] 1) BRASIL. Decreto nº 20.754, de 4 de dezembro de 1931. 2) BRASIL. Decreto nº 22.817, de 12 de junho de 1933.
[537] BRASIL. Decreto nº 20.754, de 4 de dezembro de 1931.

QUADRO XLVI –HIERARQUIA E INSÍGNIAS DO EXÉRCITO, 1931-1945[538]

Marechal

General de Divisão

General de Brigada

Coronel

Tenente-Coronel

Major

Capitão

1º Tenente

2º Tenente

Aspirante a Oficial

Subtenente

Ajudante

1º Sargento

2º Sargento

3º Sargento

Cabo

Oficiais generais: - general de brigada, emblema da República unido por uma fita a um jogo de ramos de café e fumo; - general de divisão, a mesma anterior acrescida de mais um jogo de ramos de café e fumo; - marechal, a mesma anterior acrescida de mais um jogo de ramos de café e fumo.

Oficiais: - aspirante a oficial, uma estrela de cinco pontas; - 2º tenente, uma estrela contendo sobre seu núcleo central uma coroa estrelada; - 1º tenente, duas estrelas iguais à anterior; - capitão, três estrelas iguais à dos tenentes; - major, três estrelas iguais à dos tenentes/capitães, estando uma sobre um campo raiado dourado; - tenente-coronel, três estrelas iguais à dos tenentes/capitães, estando duas sobre campo raiado dourado; - coronel, três estrelas iguais à dos tenentes/capitães, estando todas sobre campo raiado dourado.

Graduados: - cabo, duas divisas de cadarço, em forma de ângulo agudo, disposto com o vértice para cima; - 3º sargento igual à dos cabos, com mais uma divisa; - 2º sargento, igual à dos 3º sargentos, mais uma divisa separada e disposta abaixo das demais; - 1º sargento, igual à dos 2º sargentos, mais uma divisa acompanhando a que estava isolada; - sargento-ajudante, um cadarço em ambas as mangas em forma de ângulo agudo, disposto com o vértice para cima, posicionado acima da costura do punho, local em que deveria ser bordado também um globo com a inscrição "ordem e progresso"; - subtenente, um cadarço mais o símbolo da arma a que pertencia.

As insígnias dos oficiais e dos subtenentes eram colocadas nas ombreiras; às dos praças, nas mangas.

[538] 1) BRASIL. Ministério da Guerra. **O nosso exército**. Rio de Janeiro: Laboratórios Silva Araujo, 1941. 2) BRASIL. Decreto nº 20.754, de 4 de dezembro de 1931. 3) BRASIL. Decreto nº 22.817, de 12 de junho de 1933. 4) BRASIL. Exército Brasileiro. **Regulamento de Uniformes do Exército (RUE)** EB10-R-12.004. Brasília, 2015.

QUADRO XLVII: UNIFORMES DA INFANTARIA, 1915-1941[539]

1917	1931

Da esquerda para a direita: tenente, sargento e dois soldados de infantaria, com uniforme de campanha de 1917; na sequência, dois soldados, general e capitão, com uniforme de campanha de 1931.

Depois da Guerra do Contestado, houve adaptações nos uniformes em reflexo da I Guerra Mundial. A cor cáqui dos uniformes de campanha foi substituída pela verde-oliva, em 1931.

Em 1933, por decreto:

a) fixou-se o 5º uniforme, para uso em campanha, instrução, serviços de guarnição e atividades no interior dos quartéis. Constituído, para oficiais, por capacete (de aço, modelo francês, cor verde-oliva; ou de cortiça, semelhante ao de aço), túnica e calção de brim verde-oliva; botas de couro preto ou borzeguins de couro preto com perneiras de couro preto fustroso; esporas para oficiais montados; cinto talabarte; e perneiras de lona verde. Poderiam ser feitas combinações, assim, no interior do quartel, estava autorizado substituir o capacete por gorro sem pala ou boné. O fardamento dos praças era semelhante.

c) definiu-se os seguintes fardamentos para uso em solenidades oficiais, apresentações individuais ou coletivas, e atos oficiais ou sociais: 1º uniforme - quepe e túnica azul ultramar, e calças e sapatos pretos; 2º uniforme - quepe, túnica e calças cinza, e sapatos pretos; 3º uniforme - quepe, túnica e calção cinza, e botas ou borzeguins com perneiras pretos; 4º - quepe cinza, túnica e calças brancas, e sapatos pretos.

d) assentou-se que o distintivo da arma de Infantaria passaria a ser formado por dois fuzis cruzados, com uma granada de mão no cruzamento (conforme imagem abaixo). Deveria ser colocado na lapela ou gola dos uniformes dos oficiais. Para os praças havia outros distintivos, de acordo com o tipo de unidade em que serviam, ou seja, os dos regimento de infantaria usariam o distintivo acima mencionado; os dos batalhões de caçadores, uma trompa de caça; os dos batalhões de infantaria montados, um fuzil e uma espada cruzada com uma granada de mão no cruzamento; os de unidades de guardas, dois fuzis cruzados com um barrete frígio no cruzamento; os do Batalhão-Escola de Infantaria, dois fuzis cruzados com uma estrela de cinco pontas na parte inferior do cruzamento. Os praças usariam tais distintivos nas coberturas, juntamente com o número da unidade (exceto nos gorros sem pala).

e) regulou-se que as cores das armas e dos serviços seriam as seguintes: Infantaria, verde nacional; Cavalaria, branca; Artilharia, azul ultramar; Engenharia, azul turquesa; Aviação, azul celeste; Intendência, ouro velho; Saúde, borra de vinho; Veterinária, carmesim; mestre de música, castanho escuro.

[539] 1) BRASIL. Ministério da Guerra. O nosso exército. Rio de Janeiro: Laboratórios Silva Araujo, 1941. 2) BARROSO, 1922, p. 106/estampa 205. 3) BRASIL. Decreto nº 20.754, de 4 de dezembro de 1931. 4) BRASIL. Decreto nº 22.817, de 12 de junho de 1933.

Quanto ao armamento, conforme já exposto, a guerra mundial deixara claro a necessidade de a infantaria ser equipada, além de fuzis, com um número elevado de fuzis-metralhadores, metralhadoras e outros petrechos de acompanhamento, no caso canhões 37 mm e morteiros.

Nesse sentido, em 1924, Gamelin estimou que o Exército Brasileiro deveria ter uma dotação de 400 mil fuzis, 80 mil mosquetões, 200 mil pistolas, 15 mil fuzis-metralhadores, 1.600 metralhadoras leves, 1.300 metralhadoras pesadas e 450 canhões 37 mm.[540]

Em relação aos fuzis e carabinas, os infantes continuavam a usar os *Mauser* 1908. Segundo Calógeras, tratava-se de uma arma de primeira ordem, que o Exército possuía em quantidade suficiente.[541] Não obstante, na década de 1930, chegaram da Alemanha fuzis e carabinas *Mauser* mais modernos (modelo 1935). Eram semelhantes aos modelos 1908, com "*exceção da alça de mira tangencial já utilizada neste último modelo, além da incorporação de um rebaixo efetuado na parte frontal da coronha para melhorar a aderência da mão".*[542]

Ao tratar dos fuzis-metralhadores, Calógeras destacou que alguns corpos de tropa haviam sido equipados com os *Madsen*, tidos como excelentes. Entretanto, ressaltou que estes mais se prestavam para a cavalaria, já que sistema de carregamento, peso e velocidade de tiro, os contraindicavam para tropas a pé.[543] Quanto aos petrechos de acompanhamento, salientou que na guerra mundial os *stokes* (morteiros) e o canhão 37 mm haviam prestado bons serviços, o que recomentava a adoção deles. Sobre os *stokes*, acrescentou que alguns exemplares já haviam sido adquiridos e outros talvez pudessem ser produzidos em arsenais brasileiros.[544]

De toda sorte, foram adquiridas metralhadoras e fuzis-metralhadores da empresa *Hotchkiss*, de origem francesa, constantes no Quadro XLVIII, p. 169.

Em relação à formação dos oficiais, tendo em vista dar fim ao ensino teórico que insistia em preponderar na Escola Militar, estabeleceu-se pelo Regulamento de 1919 que não mais poderia haver ensino puramente teórico; todo ele seria teórico-prático ou prático unicamente. A expressão "teórico-prático" significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, ser escolhida com um fim útil e, sempre que possível, ser seguida de exemplos práticos.[545]

Para os alunos de infantaria foram previstas instruções de tiro de fuzil, tiro coletivo, avaliação de distâncias, manejo e emprego de engenhos especiais (granadas, canhão 37 mm, morteiros e artifícios de trincheira), exercícios táticos como comandantes até o escalão companhia, exercícios de aplicação do serviço de campanha; entre outros.[546]

Outra alteração significativa ocorreu em relação ao corpo docente. Definiu-se que oficiais candidatos a instrutor deveriam realizar provas práticas. Segundo Elton Licério Rodrigues Machado:

---

[540] Apud BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 698 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, 2009. p. 280-281.
[541] CALOGÉRAS, 1921, p. 19.
[542] NETO, Carlos F. P. **Armas On-line**. *Site*.
[543] 1) CALÓGERAS, 1920, p. 46. b) CALOGÉRAS, 1921, p. 18.
[544] CALOGÉRAS, 1921, p. 18-19.
[545] BRASIL. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919.
[546] Ibid.

Resultado dessa última inovação, adentra à Escola Militar em 1918, um grupo de oficiais instrutores, selecionados em concurso pelo EME [Estado-Maior do Exército]. A "Missão Indígena", como era chamada. Foi reconhecida por seu alto grau de profissionalismo, eficiência e entusiasmo dos seus oficiais. Destacou-se a instrução voltada à prática castrense, exatamente como prescrevia o regulamento.[547]

Cordeiro de Farias, aluno da Escola no final da década de 1910, descreve como era o ensino: "*Sou da primeira turma que saiu da Escola com formação verdadeiramente militar, pois o treinamento especializado foi introduzido em 1919, ano em que me formei. Até 1918 éramos, tanto quanto possível, peritos em cálculo integral, física e descritiva, mas não havia instrução militar sistemática".*[548]

QUADRO XLVIII: ARMAS *HOTCHKISS* ADQUIRIDAS NO PERÍODO ENTREGUERRAS[549]

FUZIL-METRALHADOR *HOTCHKISS* 1909

METRALHADORA *HOTCHKISS* 1914

FUZIL-METRALHADOR *HOTCHKISS* 1922

ALGUMAS ESPECIFICAÇÕES			
Dados	Fuzil-Metralhador M1909	Metralhadora M1914	Fuzil-Metralhador M1922
Calibre	7x57 mm	7x57 mm	7x57 mm
Peso	12 kg	24,4 kg	8,4 kg
Comprimento	1,23 m	1,39 m	1,216 m
Alcance máximo	3.800 m	5.500 m	+- 4.000 m
Cadência de tiro	400 tiros/min	450 tiros/min	450 tiros/min
Sistema de Alimentação	Lâmina (30 cartuchos)	Lâmina (24 cartuchos) ou fita articulada (250 cartuchos)	Carregador (20 cartuchos) ou lâmina (15, 24 ou 30 cartuchos)

[547] MACHADO, 2015, 346.

[548] FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia de Camargo, Wálter de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 65.

[549] 1) WIKIPEDIA. Hotchkiss M1909 Benét–Mercié machine gun. *Site*. 2) RESERVISTAS DA "CLASSE DE 1935". Metralhadora Hotchkiss. *Site*. 3) MODERN FIREARMS. Hotchkiss M1922. *Site*. 4) MILITARY. Hotchkiss M1909 Benét–Mercié machine gun. *Site*. 5) Armes françaises. *Site*. 6) HANDBOOK of the automatic machine rifle caliber .30 model of 1909. Washington: Government Printing Office, 1926. 7) MANUEL du Fusil-Mitrailleur Hotchkiss. [S.I.: s.n.], [192-?].

Em 1924, todavia, novo regulamento trouxe alterações na grade de disciplinas e no formato dos cursos, tendo-se em vista equilibrar teoria e prática.[550] O ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, defendeu a mudança: *"O regulamento anterior da Escola Militar era preponderantemente prático, com grave prejuízo da preparação teórica dos jovens oficiais. Não há, sem teoria, prática inteligente. Haverá empirismo grosseiro. Serve, ao demais, a teoria para, desenvolvendo a capacidade de apreensão, educar o julgamento*".[551]

Cabe-se destacar que, entre 1920 e 1940, o ensino no Exército sofreu importante influência da Missão Militar Francesa. Na Escola Militar, seus instrutores passaram a atuar a partir de 1924; em outros estabelecimentos de ensino, desde 1920.

Nesse tempo, em 1919, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO, atualmente EsAO), sediada na Vila Militar. Visava à formação intermediária dos oficiais e, assim, *"completar a instrução dos oficiais de Exército e aperfeiçoá-los como instrutores e comandantes das pequenas unidades"*.[552]

A preocupação maior dos responsáveis pelo ensino da EAO era mudar a mentalidade dos oficiais-alunos, que havia sido moldada de acordo com concepções de combate em voga antes da I Guerra Mundial. A ideia era neles inculcar princípios de combate modernos, estimulando-os a aplicá-los no comando e na instrução das tropas.[553]

Para os alunos de infantaria, eram previstas instruções sobre combate ofensivo, ataque na guerra de movimento, aproveitamento do sucesso, ataque de posição fortificada, operações defensivas, combates em terrenos cobertos de mato e com tempo enevoado, entre outras.[554]

Em 1936, a EAO foi extinta e os oficiais passaram a ser aperfeiçoados na recém-criada Escola das Armas. Esta funcionou até 1942, quando foi fechada para não privar os corpos de tropa de oficiais, medida considerada essencial para a segurança nacional devido a guerra mundial que se desenrolava (a escola absorvia muitos oficiais como instrutores e alunos, e também na administração). Em 1945, a Escola de Armas foi oficialmente desativada e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) reativada.[555]

A formação derradeira dos oficiais ocorria na Escola de Estado-Maior (EEM). Criada em 1905, teve seu ensino substancialmente reformulado em 1920, quando passou a ser constituída por dois cursos: um de estado-maior e outro de revisão.[556]

---

[550] BRASIL. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.

[551] CARVALHO, Fernando Setembrino de. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em novembro de 1924. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924. p. 11.

[552] BRASIL. Decreto nº 14.131, de 7 de abril de 1920.

[553] Ibid.

[554] Ibid.

[555] 1) RODRIGUES, Fernando da Silva. O ensino militar e o aperfeiçoamento de oficiais: militares, política e sociedade na modernização profissional (1920-1945). In: ALMEIDA, Luiz Augusto de Andrade de (Org.). **Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Brasil)**. EsAO: 100 anos aperfeiçoando oficiais para o Exército e as Nações Amigas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019. p. 63-64. 2) BRASIL. Decreto-lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945.

[556] O **curso de estado-maior** tinha duas categorias de alunos: capitães e 1º tenentes que tivessem feito serviço arregimentado, mas que desconhecessem o serviço de estado-maior em campanha e necessitassem desenvolver seus conhecimentos sobre a conduta das grandes unidades; e oficiais superiores, com vastos conhecimentos sobre os problemas da guerra, mas que precisassem conhecer o serviço de estado-maior em campanha. Para os primeiros seriam ministradas instruções durante três anos, a fim de colocá-los em condições de preencher as funções de seus postos nos estados-maiores; para os últimos, previa-se um ensino intensivo e sobretudo prático em um ano, capaz de colocá-los em condições de preencher imediatamente funções importantes de estado-maior e alto comando. O **curso de revisão** destinava-se a oficiais superiores e professores da Escola Militar que já tivessem o curso de estado-maior. Visava

As aulas ministradas eram de estratégia, tática geral, estado-maior, fortificação, aeronáutica, mobilização, direito internacional, dentre outras.

Para Leitão de Carvalho, que realizou o Curso de Revisão em 1921:

> *O método de estudo dos franceses abriu definitivamente à inteligência de nossos oficiais uma concepção realística, sob todos os aspectos, desde o emprego do simples grupo de combate, elemento da infantaria, armado com fuzil-metralhador, indicado pela experiência da Primeira Guerra Mundial, até o da unidade tática por excelência, a divisão, e das unidades estratégicas, os exércitos.*[557]

Convém destacar o surgimento, a partir de 1927, dos centros de preparação de oficiais da reserva (CPOR) e dos núcleos de preparação de oficiais da reserva (NPOR). Em 1942, previa-se que seus alunos estivessem cursando faculdades ou pelo menos tivessem curso secundário completo. Receberiam instrução para habilitá-los a comandante de pelotão. Após o término do curso, podiam ser convocados para o serviço ativo (para isso, havia a necessidade de passarem por estágios de aplicação e de atualização de conhecimentos).[558]

A formação dos sargentos, em sua maioria, continuou nos quartéis. Entretanto, a partir de 1920, parte deles passou a receber instrução na recém-criada Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), localizada na capital federal.[559]

O curso da ESI dividia-se em dois períodos de instrução, de cinco meses. O primeiro era separado em duas partes: instrução de recrutas, e de subunidades de infantaria e de metralhadoras (dezesseis semanas); e instrução de companhia de infantaria (quatro semanas). O segundo destinava-se ao aperfeiçoamento da instrução individual, relativa às funções de cabo e de sargento, dos alunos aprovados no primeiro período, que também serviriam como monitores dos novos alunos matriculados no primeiro período.[560]

Previa-se que toda a instrução tivesse caráter eminentemente prático, visando sempre a um fim útil. Ênfase deveria ser dada aos treinamentos de educação física, tiro, combate, avaliação de distância e topografia. Terminando o curso com aproveitamento, os recém-formados ficavam obrigados a servir arregimentados por um período de dois ou três anos.[561]

Cabe-se frisar que os sargentos formados com "distinção" na ESI tendiam a ser promovidos rapidamente, conforme lembra Hildebrando Bayrad Mélo, da turma de 1921: "*O aluno 'distinto' era, de início, promovido ao posto de segundo-sargento e, como os sargentos com Curso de E.S.I. considerados 'aptos para instrutor' deviam ser promovidos*

completar a formação dos referidos militares de modo que pudessem ser empregados com vantagem em cargos no Grande Quartel-General e em estados-maiores, formando também um núcleo de recrutamento para os postos elevados do alto comando. Conforme: BRASIL. Decreto nº 14.130, de 7 de abril de 1920. A EEM foi renomeada ECEME, em 1955 (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército)

[557] CARVALHO, 2016, p. 233.

[558] BRASIL. Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de fevereiro de 1942. Os CPORs são unidades que formam oficiais de diferentes especialidades (infantaria, cavalaria, etc.). Os NPORs são subordinados a determinado CPOR, mas se encontram incorporados a corpos de tropas e formam somente oficiais da mesma especialidade da unidade que os acolhe.

[559] BRASIL. Decreto nº 14.331, de 27 de agosto de 1920.

[560] Ibid.

[561] Ibid.

ao posto imediato seis meses depois, cheguei a primeiro sargento aos dezenove anos de idade, caso raro, senão único, no Exército de então.[562]

Em 1926, Hildebrando foi promovido a sargento-ajudante. Ao receber a informação, ponderou ao comandante do batalhão haver sargentos mais antigos para a função. Teve a resposta de que *"não se tratava de antiguidade; havia examinado as nossas cadernetas de assentamento e chegara a essa conclusão. O fato de ser eu o único a possuir o curso da E.S.I [...] dava-me esse direito indiscutível".* [563]

Em 1933, a ESI foi extinta. Em consequência, previu-se que *"Os sargentos para o Exército ativo, serão preparados nas escolas de armas; os que se destinarem à reserva (caso dos conscritos) serão formados em cursos respectivos, nos corpos de tropa"*.[564] Foi regulado também o aperfeiçoamento dos sargentos, que se daria na Escola das Armas ou em cursos regionais, com o fito de prepará-los para o comando de pelotão ou seção, além de habilitá-los a promoções até subtenente.[565] A Escola das Armas, como já foi salientado, foi extinta em 1945. Para aperfeiçoar os sargentos, neste mesmo ano, foi criada a Escola de Sargentos das Armas (ESA), que acabaria sendo destinada à formação inicial dos referidos graduados.

Nos quartéis, o treinamento passou a ser norteado pelo "Regulamento para a Instrução dos Quadros e da Tropa", publicado em 1921.[566]

O ano de instrução passou a ser dividido em três grandes períodos. O primeiro durava quatro meses e destinava-se à instrução básica dos recrutas; o segundo, de dois meses, abrangia a instrução da companhia; e o terceiro, que começaria no decurso do sétimo mês depois da incorporação, compreendia a instrução de batalhão e unidades superiores.[567]

Dentre as instruções principais, eram previstas as de educação moral, treinamento físico, manuseio e tiro de armas individuais ou coletivas, movimentos de ordem unida, maneabilidade de pelotão e de unidades superiores, exercícios de combate, utilização do terreno, e emprego de ferramentas de sapa.[568]

As instruções básicas dos soldados e a do grupo de combate ou seção de armas coletivas deveriam ser ministradas pelos sargentos, sob a direção imediata dos comandantes de pelotão e reponsabilidade dos comandantes de companhia (cabos e soldados antigos, denominados monitores, secundariam os sargentos). As instruções de maneabilidade do pelotão, da companhia e do batalhão, estavam a cargo dos respectivos comandantes, fiscalizados pelo comandante da fração superior.[569]

A instrução dos quadros permanentes (oficiais e sargentos reengajados) deveria prosseguir durante o ano inteiro. Seguiria um programa independente do da tropa e comportaria, dentro outros, exercícios de quadros, na carta e no campo. Também havia os cursos destinados à formação de cabos e sargentos, com duração de dois a três meses. [570]

[562] MÉLO, Hildebrando Bayard. **No Exército do meu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987. p. 15.
[563] MÉLO, 1987, p. 6.
[564] BRASIL. Decreto nº 22.350, de 12 de janeiro de 1933.
[565] BRASIL. Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de fevereiro de 1942.
[566] BRASIL. Decreto nº 14.701, de 2 de março de 1921.
[567] Ibid.
[568] Ibid.
[569] Ibid.
[570] Ibid.

Faz-se importante acentuar que muitas prescrições relativas às novas formas de instrução encontravam resistência em determinados quartéis. Segundo Cordeiro de Farias, os tenentes formados de acordo com as novas concepções doutrinárias, eram mal recebidos em várias unidades por seus comandantes, que lhes diziam "*Não me venham com estas ideias de instrução para não perturbar a vida do quartel. Somos uma família. Não queremos problemas"*.[571]

O emprego da infantaria passou a ser orientado pelo "Regulamento para os Exercícios e o Combate de Infantaria", publicado em duas partes, em 1920 e em 1921 (revisto em 1932).[572] Em relação ao combate, o referido documento partia das seguintes premissas:

> *A experiência da guerra mundial de 1914-1918 se por um lado mostrou, por assim dizer, a imutabilidade dos princípios táticos em que assenta a doutrina de guerra, tornou também patente, com toda a autoridade inerente à demonstração por fatos, que os processos de combate devem acompanhar estritamente a evolução dos diversos materiais. No que diz respeito à infantaria, orientou-se a evolução de preferência para o domínio das armas automáticas de grande rapidez de fogo: o aumento de potência por elas adquirido e a sua larga dotação à tropa erigiram-nas em rainhas incontestadas do campo de batalha sempre que, em consequência da proximidade dos dois adversários, dos abrigos oferecidos pelo terreno ou de outra qualquer causa, não se achavam expostas ao fogo dos canhões inimigos.*[573]

Caberia, portanto, à infantaria adaptar sua doutrina ao emprego intensivo de novos armamentos, como metralhadoras, fuzis-metralhadores, petrechos de acompanhamento (morteiros e canhões 37 mm), e granadas de mão e de fuzil (bocal).[574]

Para tanto, fez-se necessário a adoção dos grupos de combate (GC), em substituição da linha de atiradores.[575] Tal fração, célula básica da infantaria, deveria ter uma constituição invariável, exercendo seus integrantes atribuições particulares, conforme consta no Quadro XLIX, p. 174. Seria formado por duas esquadras: uma delas responsável pelo serviço da arma automática (fuzil-metralhador) e a outra pela proteção da arma automática. O comando do GC deveria ser exercido por um sargento (tipos de formações ofensivas dos GCs podem ser visualizados no Esboço XXXIV, p. 176).[576]

Assim, passou-se a considerar que não mais deveria existir atirador isolado, pois caberia a todos os soldados atuar voltados para o emprego do fuzil-metralhador, arma mestra do GC: "*É ela quem lhe dirige a ação em todas as circunstâncias e todos os homens do grupo não são mais do que seus auxiliares, imediatos ou mediatos. Uns protegem-na a maior ou menor distância e servem-na os outros, transportam-na e a reabastecem*".[577]

---

[571] FARIAS, 1981, p. 66-67.
[572] 1) BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920. 2) BRASIL. Decreto nº 15.050, de 17 de outubro de 1921. 3) BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria**. Nº 5. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1943. 4) BRASIL. Decreto nº 21.230, de 31 de março de 1932.
[573] BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920.
[574] Ibid.
[575] Antes eram formadas linhas de atiradores para se manter o fogo em uma frente contínua. Com o GC poderia haver intervalos na referida frente, desde que estes pudessem ser batidos pelos fogos de uma esquadra.
[576] BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920.
[577] Ibid.

QUADRO XLIX - CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE COMBATE, 1920[578]

Componente	Função	Armamento
3º Sargento	Comandante do GC	Fuzil
Esquadra nº 1 (serviço da arma automática)		
Cabo	Comandante da Esquadra	Fuzil
Soldado	Atirador	Fuzil-Metralhador e Pistola
Soldado	1º Municiador	Mosquetão
Soldado	2º Municiador	Fuzil
Três Soldados	Municiadores Auxiliares	Fuzil
Esquadra nº 2 (proteção da arma automática)		
Cabo	Comandante da Esquadra	Fuzil
Quatro Soldados	Volteadores	Fuzil
Soldado	Granadeiro Lançador	Mosquetão
Soldado	Granadeiro Atirador	Fuzil e bocal
Obs.: efetivo total de 15 homens. Em 1932, tal número foi reduzido para 13 (na esquadra nº 1 deixou de constar um municiador; e na nº 2, o granadeiro lançador – vide Esboço XXXIV, p. 176).		

Ademais, a solidariedade de combate não se deveria estabelecer somente entre os homens de um mesmo grupo de combate, mas também entre os grupos. Apoiando-se, reunidos em um pelotão (em número variável, de acordo com a missão), eles deveriam ser manobrados pelos tenentes, tendo em vista a conquista de um mesmo objetivo, de preferência desbordando/envolvendo o inimigo. Os pelotões, por sua vez, deveriam ser manobrados pelo comandante da companhia, que agiria sob ordens do comandante do batalhão.[579]

Sobre as ações da infantaria em uma ofensiva, partia-se do princípio que, caso disponíveis, haveria o apoio da artilharia, de carros de combate e da aviação.[580]

Na fase de aproximação do objetivo, os regimentos, batalhões, companhias, pelotões e grupos de combate, deveriam adotar formações tão amplamente articuladas quanto a judiciosa utilização do terreno e a largura da zona de marcha (ou de manobra) permitissem. Para isso, seria necessário formar pequenas colunas escalonadas (grupos de combate, esquadras), que se amoldariam ao terreno, utilizando-o ao extremo, para caminharem tanto quanto possível ao abrigo das vistas dos observatórios terrestres do adversário e de possíveis investidas aéreas.[581]

Por ocasião do ataque, logo que o fogo da infantaria inimiga passasse a estorvar o movimento, a progressão da tropa dever-se-ia dar mediante a combinação do fogo e movimento, adotando as frações formações as mais dispersas e flexíveis. No caso dos GCs, enquanto um fazia um lanço para progredir no terreno, outro, abrigado, deveria proteger tal movimento, disparando sobre o inimigo; feito isso, invertiam-se os papéis e tal movimentação alternada prosseguiria até a posição de assalto. Cabia às armas de apoio de fogo (seções de metralhadoras, canhões 37 mm e morteiros), logo que a distância permitisse, fazer calar, ou

[578] 1) BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920. 2) BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria**. Nº 5. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1943. p. 18.
[579] BRASIL. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920.
[580] BRASIL. Decreto nº 14.760, de 6 de abril de 1921.
[581] Ibid.

pelo menos reduzir, a intensidade do fogo adverso. Os pelotões e as companhias de reforço deveriam ser empregados não nos pontos em que a progressão estivesse nitidamente contida, mas nos claros da frente inimiga ou nos pontos de menor resistência, para continuar a progressão na direção indicada, auxiliando pela manobra as frações provisoriamente imobilizadas. Vencidas as resistências locais, dever-se-ia continuar imediatamente a progressão, pois o "*ataque exige continuidade no esforço. Cada qual só deve ter um pensamento avançar a todo transe, atingir o objetivo o mais cedo possível*".[582]

O assalto dever-se-ia dar pelo fogo da infantaria, que destruiria ou neutralizaria as resistências do inimigo; isso combinado com movimentos para desbordá-lo, ultrapassá-lo, envolvê-lo, e, finalmente, agarrá-lo (neste caso, fazendo-se uso de baionetas e granadas). O terreno conquistado deveria ser porfiadamente defendido, sendo sua limpeza terminada por unidades de segundo e de terceiro escalões.[583]

Consolidada a conquista do objetivo, desencadear-se-ia perseguição ininterrupta e tenaz, entrando a cavalaria progressivamente em ação.[584]

Na defensiva, qualquer que fosse a frente escolhida, *"a missão dos combatentes é garantir-lhe a integridade a todo custo. No combate, a infantaria só tem um dever: o de bater-se a fundo para defender o terreno ocupado, conquistado ou reconquistado"*.[585]

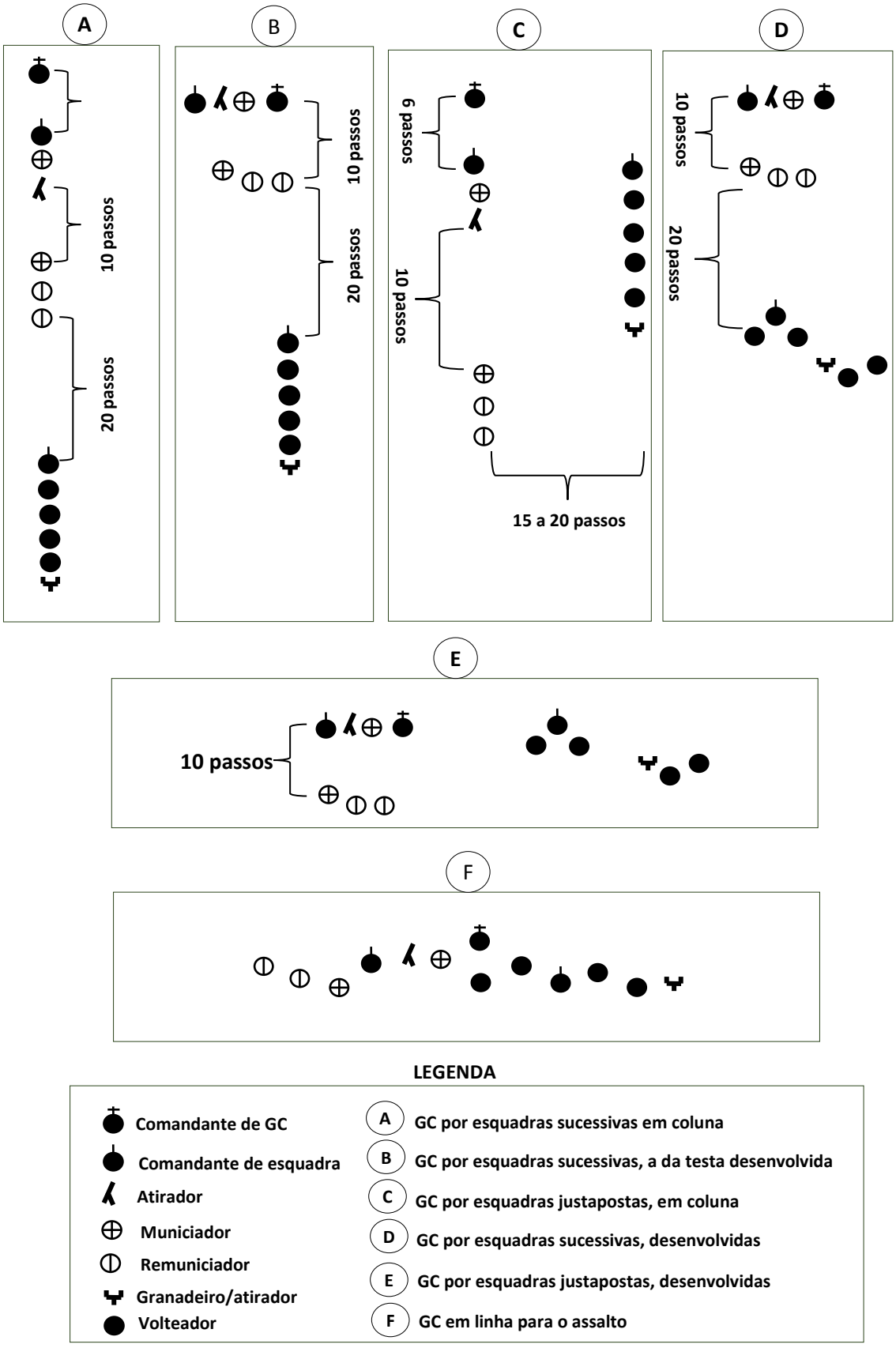
Quanto à organização da defesa, algumas regras gerais que deveriam presidi-la eram: organizar o terreno de forma progressiva, enquanto permitissem o tempo e os meios disponíveis; manobrar combinando ações de fogo e movimento, tendo as primeiras a finalidade de quebrar o dispositivo de ataque do inimigo, e, as últimas, rechaçá-lo das partes da frente em que houvesse podido tomar pé; e escalonar as forças em largura e profundidade, o que permitiria repelir o inimigo através de contra-ataques e reforçar certas zonas, abandonando-se, desse modo, a noção da posição defensiva ser constituída por uma única linha de trincheira.[586]

No caso do escalonamento de forças, na posição principal, as tropas deveriam ficar articuladas em núcleos básicos (GCs); a reunião de alguns destes constituiria um ponto de apoio (pelotão/companhia); e a união de vários destes formaria um centro de resistência (batalhão). Os intervalos entre os diversos grupos deveriam ser obrigatoriamente vigiados e batidos por fogos. Na retaguarda da posição principal, prescrevia-se dispor tropas em reserva, destinadas a reforçar certas partes da frente, limitar os progressos do inimigo, e efetuar contra-ataques limitados. Na frente da posição principal, preconizava-se lançar grupos de soldados, que, dependendo das circunstâncias, receberiam a denominação de destacamentos de cobertura, postos avançados ou tropas de segurança. [587]

---

[582] Ibid.
[583] 1) BRASIL. Decreto nº 14.760, de 6 de abril de 1921. 2) BRASIL. Decreto nº 14.642, de 24 de janeiro de 1921.
[584] BRASIL. Decreto nº 14.760, de 6 de abril de 1921.
[585] Ibid.
[586] 1) BRASIL. Decreto nº 14.760, de 6 de abril de 1921. 2) BRASIL. Decreto nº 15.050, de 17 de outubro de 1921.
[587] 1) BRASIL. Decreto nº 14.760, de 6 de abril de 1921. 2) BRASIL. Decreto nº 15.050, de 17 de outubro de 1921.

ESBOÇO XXXIV – FORMAÇÕES OFENSIVAS DO GRUPO DE COMBATE[588]



[588] BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria**. Nº 5. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1943. p. 186-190.

Enquanto se buscava a modernização do Exército, ocorreu em São Paulo, em 1932, um movimento armado que ficaria conhecido como "Revolução Constitucionalista", no qual as tropas envolvidas fariam uso do que tinham de mais moderno em relação a armamentos e concepções de combate.

Para se entender as razões que levaram à deflagração da "Revolução Constitucionalista", faz-se necessário abordar a "Revolução de 1930", que pôs fim à "República Velha", substituindo-a por um governo provisório, chefiado por Getúlio Vargas.

A origem da "Revolução de 1930" está relacionada à eleição presidencial ocorrida em 1º de março desse ano.

Pelo lado da situação, candidatou-se Júlio Prestes, indicado pelo então presidente da República Washington Luís. Ambos integravam o Partido Republicano Paulista (PRP) e, assim, a indicação quebrava um acordo tácito estabelecido por políticos paulistas e mineiros, que previa para candidato nesse pleito um membro do Partido Republicano Mineiro (PRM). Cabe-se lembrar que as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, desde o início do século, controlavam as eleições presidenciais, respaldadas pelo peso econômico e político de seus estados.

Pelo lado da oposição, concorreu Getúlio Vargas, político gaúcho, apoiado pela "Aliança Liberal". Essa foi formada, entre outros, por políticos do PRM, que estavam insatisfeitos com a escolha de Júlio Prestes; do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do Partido Libertador (PL), que se uniram em apoio ao candidato de seu estado; do Partido Democrático (PD), que faziam oposição ao PRP em São Paulo; e do Partido Republicano da Paraíba, que indicaram o candidato a vice-presidente da chapa, João Pessoa.

Por ocasião das eleições, saiu-se vencedor o candidato da situação, sob protesto dos membros da "Aliança Liberal", que alegaram a ocorrência de fraudes durante as votações. Mesmo assim, o processo sucessório continuou e os oposicionistas pareciam ter se conformado com a derrota. A assunção do novo presidente estava prevista para 15 de novembro.

Todavia, muitos líderes civis e militares conspiravam para assumir o governo à força. Dentre esses encontravam-se os "tenentes", em sua maioria jovens oficiais, que desde o início da década de 1920 buscavam dar fim à "República Velha", por via armada.

Em 26 de julho, João Pessoa foi assassinado por razões passionais. Os oposicionistas, contudo, acusaram o governo federal de ter instigado o crime, o que serviu de pretexto para a eclosão de um movimento armado, em 3 de outubro. Esse tinha em vista depor Washington Luís, impedir a posse de Júlio Prestes e colocar na presidência Vargas. Muitos oposicionistas, principalmente os da ala "tenentista", pretendiam também reformular o regime republicano, sob fundamentos ainda não devidamente discutidos e, portanto, ainda não consensuais, o que resultaria em implicações negativas pouco tempo depois.

A "Revolução" foi desencadeada no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e em estados da Região Nordeste. Vargas, com o apoio de tropas sublevadas, assumiu a liderança do movimento e partiu do Rio Grande do Sul para a capital da República, tendo em vista assumir

o comando do País. Em apoio, tropas mineiras também avançaram para o Rio de Janeiro. Na Região Nordeste, "revolucionários" passaram a controlar diversas capitais.

Washington Luís procurou articular a reação, que seu deu de forma esparsa e pouco expressiva, a não ser em São Paulo, onde tropas foram mobilizadas para deter o avanço da coluna que vinha do sul. Entretanto, ele acabou deposto em 24 de outubro, pelos oficiais-generais João de Deus Mena Barreto, Augusto Tasso Fragoso e Isaías de Noronha, que alegaram ter tomado tal providência para evitar distúrbios sociais e confrontos sangrentos entre tropas das Forças Armadas, momentaneamente em lados opostos.

Após depor o presidente, os referidos oficiais-generais formaram uma junta governativa provisória, que passou o poder para Vargas, em 3 de novembro.

O novo mandatário passou a presidir provisoriamente o País e interventores federais assumiram os governos estaduais (exceto em Minas Gerais, onde Olegário Maciel continuou no cargo de presidente do estado).[589] O Congresso Nacional e as assembleias estaduais foram dissolvidos. Isso deveria perdurar até a elaboração de uma nova constituição e realização de eleições.

Não obstante, Vargas, apoiado principalmente pelos "tenentes", passou a postergar a convocação da assembleia nacional constituinte, enquanto governava com amplos poderes, amparado pelo decreto que instituiu o governo provisório.[590]

Tal fato não foi bem recebido por diversas lideranças nacionais, dentre as quais muitas paulistas. Estas pleiteavam a autonomia de seu estado, inviabilizada pela política centralizadora do governo provisório; bem como a imediata volta da normalidade constitucional, com a elaboração de nova constituição e realização de eleições para presidente da República.

Juarez Távora, então major do Exército, expõe o ponto de vista dos "tenentes", acerca das razões pelas quais esses não desejam a reconstitucionalização imediata:

> *Opúnhamos, pela palavra, à ideia de um retorno imediato ao regime constitucional, porque acreditávamos que a Ditadura ainda não realizara - mas podia fazê-lo em prazo curto – alguns daqueles objetivos por que nos batêramos, afincadamente, durante quase dez anos de lutas, prisões, homizios, degredo e exílio. Não combatíamos a ideia da constitucionalização do país, em si mesma, e para a qual teríamos de marchar, fatalmente. Apenas queríamos que ela viesse oportunamente; e não imediatamente. Sustentávamos que o governo discricionário fora instaurado no país, pela revolução vitoriosa, a fim de que – pondo de lado preceitos legais inadequados e direitos adquiridos à sua sombra, contra o bem comum - pudesse corrigir, satisfatoriamente, as deturpações de ordem política, econômica e social, que haviam tornado possível converter em irrisão, no decorrer de quarenta anos, o regime democrático, estruturado no liberalismo teórico da carta de 1891.*[591]

[589] Durante a "República Velha", o chefe do executivo de determinados estados era denominado presidente, nos demais, governador.
[590] BRASIL. Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.
[591] TÁVORA, Juarez. **Memórias, uma vida e muitas lutas**: a caminhada no altiplano Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976. p. 86.

Euclydes Figueiredo, coronel do Exército e um dos líderes do movimento constitucionalista, descreve por que tomou parte da luta:

> *Ao contrário do que pregava em sua propaganda, o golpe de 1930 suspendeu o exercício do voto, descendo até a agremiações particulares e, em vez de incitar os cidadãos às leis, fê-los descrer delas, para se tornarem autômatos do poder exercido pela força. Em todo o país imperou, por muito tempo, a vontade exclusiva dos que se apossaram das funções de mando. De norte a sul espalharam-se os pequenos ditadores, representando ou não, o chefe do governo provisório, o mais centralizador de todos os governos, mas que nem sempre fazia valer por todos os cantos sua autoridade. Muitos deles tinham o desejo sincero de uma mudança; mas não estavam intelectualmente equipados para discernir o que devia ser mudado.*[592]

Outra questão também aumentava a tensão entre lideranças de São Paulo e do governo federal. Membros do PD desejavam assumir o governo do estado em reconhecimento pelo apoio dado à "Revolução de 1930", o que era inviabilizado pela política de Vargas de nomear interventores para tal cargo, normalmente ligados a ala "tenentista".

De fato, a elite de São Paulo, acostumada a dirigir os destinos de seu estado, não aceitava ser governada pelo interventor João Alberto Lins de Barros, oficial do Exército, natural de Pernambuco, nomeado em 25 de novembro de 1930. Diante das pressões, em 25 de julho de 1931, Vargas designou para tal cargo o paulista Laudo de Camargo, que renunciou em 13 de novembro do mesmo ano, por não ter conseguido conciliar os interesses dos políticos locais com os do governo provisório. Assumiu a interventoria, então, o militar fluminense Manuel Rabelo, ligado aos "tenentes", o que aumentou a insatisfação dos paulistas.[593]

Em fevereiro de 1932, políticos do PD e do PRP uniram-se formando a Frente Única Paulista (FUP), em oposição a Vargas. Em manifesto, conclamavam a *"união sagrada dos paulistas em torno da luta pelo restabelecimento da autonomia de São Paulo e pela imediata reconstitucionalização do país.*[594]

Para apaziguar a situação, ainda em fevereiro, Vargas apresentou um código eleitoral, que regulava a realização de eleições.[595] Também nomeou o paulista Pedro de Toledo para o cargo de interventor. Este assumiu em 7 de março e, na busca por harmonizar a situação, constituiu um secretariado misto, ou seja, alguns membros defendiam os interesses locais, enquanto outros, os do governo federal.[596]

Entretanto, tais medidas não tranquilizaram o cenário político. Pelo contrário, lideranças da FUP iniciaram articulações para destituir Vargas através de um levante armado.

Figueiredo aponta as principais medidas que deveriam ser tomadas tendo em vista a deflagração do movimento: afastar autoridades civis e militares ligadas a Vargas que estivessem ocupando cargos importantes em São Paulo e, se isso não fosse possível,

---

[592] FIGUEIREDO, Euclydes. **Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1977. p. 17.
[593] DONATO. Ernani**. A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Libro/Abril, 1982. passim.
[594] FRENTE ÚNICA PAULISTA. Verbete. In: FGV/CPDOC. *Site.*
[595] BRASIL. Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.
[596] DONATO, 1982, passim.

estabelecer planos para neutralizar sua atuação quando a luta irrompesse; mobilizar a população em torno da causa defendida; conseguir o apoio de outros estados, particularmente do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso, o que daria ao movimento um caráter nacional e resguardaria as divisas sul, oeste e norte do território paulista; buscar trazer para seu lado políticos e militares da capital federal e dos estados nordestinos, ou, pelos menos, tomar medidas para dificultar suas ações, já que a maioria deles eram tida como fiel a Vargas; e, quando a situação se mostrasse propícia, assumir o controle do estado de São Paulo e dali lançar uma ofensiva em direção ao Distrito Federal, a fim de retirar Vargas do poder, o que se poderia dar sem derramamento de sangue, caso os aliados deste e outras autoridades indecisas percebessem que a ação contra o chefe do governo provisório era irresistível.[597]

No início de julho, os articuladores do movimento percebiam que em parte seu planejamento se efetivara. Em São Paulo, Pedro de Toledo havia mudado seu secretariado, que passou a ser constituído somente por membro da FUP; paralelamente, a maioria dos comandantes de unidades armadas, tanto do Exército como da Força Pública (polícia do estado), havia sido convencida a aderir ao movimento. No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha aparentava estar indeciso, mas o PRR e o PL, liderados por Borges de Medeiros e Raul Pilla, haviam formado uma outra frente única, que se comprometia a apoiar os paulistas. No Mato Grosso, o general Bertoldo Klinger, comandante da 1ª CM, prometia ajudar os paulistas com cinco mil homens, dotados do armamento necessário e de boa provisão de munição. Em Minas Gerais, os contatos não haviam obtido os resultados esperados, mas se tinha esperanças de reverter a situação. Na capital da República, sondagens a comandantes militares haviam se mostrado promissoras, mas a atitude destes em face da deflagração do movimento ainda era um enigma. Dos estados da Região Nordeste não se esperava apoio, contudo, buscar-se-ia neles provocar agitações, de modo a impedi-los de enviar tropas em reforço a Vargas.[598]

Quanto ao apoio popular, esse se avolumara, principalmente depois da morte de quatro jovens por partidários de Vargas, durante tumultos decorrentes de uma manifestação ocorrida em 23 de maio de 1932, na capital paulista.

Combinou-se que o general Isidoro Dias Lopes, muito prestigiado localmente, seria elevado a coordenador geral da "Revolução". Esse relutou, mas aceitou, desde que não lhe coubesse o emprego de tropas, por se considerar desatualizado em tal arte. Dessa forma, a chefia geral das tropas em rebelião seria entregue a Klinger, que assumiria assim que chegasse a São Paulo. Caberia a Figueiredo desencadear o movimento, passar o comando a Klinger, e depois, com tropas da 2ª DI, partir para a capital federal, para dar fim ao governo provisório.[599]

A deflagração do movimento foi marcada para 14 de julho, em alusão a data da "Queda da Bastilha", evento marcante da Revolução Francesa. Todavia, em 8 de julho, Klinger foi exonerado do comando da 1ª CM, por ter dias antes enviado uma carta ofensiva ao general

[597] 1) FIGUEIREDO, 1977, passim. 2) DONATO, 1982, passim.
[598] 1) FIGUEIREDO, 1977, passim. 2) DONATO, 1982, passim.
[599] 1) FIGUEIREDO, 1977, passim. 2) DONATO, 1982, passim.

Espírito Santo Cardoso, recém-nomeado ministro da Guerra. Isso levou Figueiredo a antecipar as ações planejadas, pois a possível prisão de Klinger poderia significar a perda do apoio das tropas sediadas no Mato Grosso.[600]

Assim, na noite de 9 de julho, Figueiredo desencadeou o movimento, embora reconhecesse que a antecipação de tal providência atrapalhasse coordenações ainda por fazer. Segundo ele:

> *[...] já às 21 horas senti-me senhor da situação. São Paulo inteiro estava em nossas mãos. Estradas de ferro, entroncamentos rodoviários, estações de rádio e estações telegráficas e telefônicas, a Guarda Civil paulista, a Inspetoria de Veículos, toda a Força Pública, [...], grande parte das unidades do Exército, o próprio governo do estado, pela palavra dos seus secretários; tudo isso, e mais isso: a opinião pública paulista já àquela hora nos garantia o mais absoluto e pronto sucesso.*[601]

Figueiredo apossou-se, na mesma noite, do comando da 2ª RM, sem resistência. Na verdade, os sucessos das ações até então realizadas deviam-se à persuasão, pois sequer houve o disparo de um tiro. No dia 10, Pedro de Toledo rompeu com Getúlio, renunciou ao cargo de interventor e foi aclamado governador do estado.[602]

Em 11 de julho, de acordo com Figueiredo, as forças paulistas estavam assim posicionadas (Esboço XXXV, p. 182):

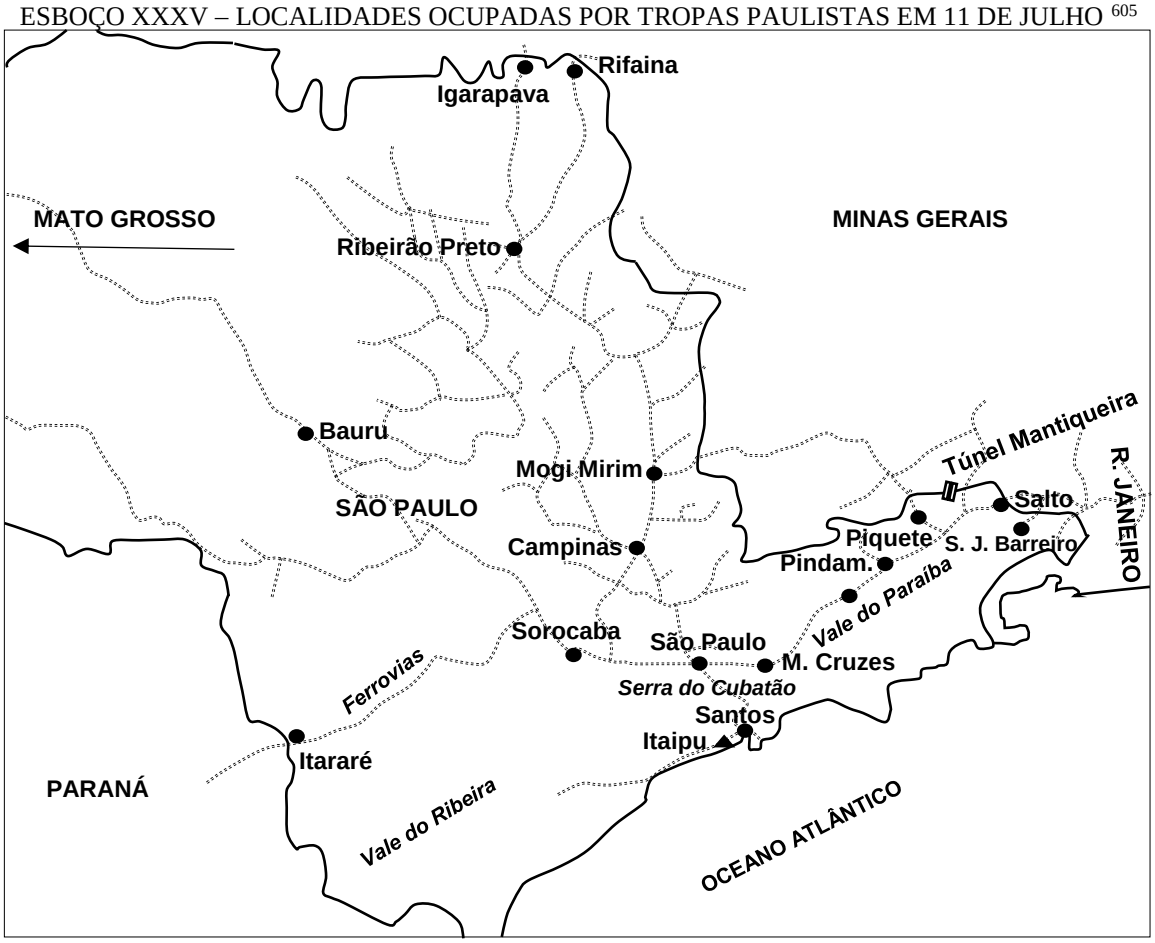
> *a) <u>No vale do Paraíba</u> – Destacamento Coronel Andrade – constituído pelo 4º e 5º (menos um batalhão) e 6º RI (menos um batalhão), 5º PCP [sic BCP? - Batalhão de Caçadores Paulistas, tropa de polícia], 2º RCD [Regimento de Cavalaria Divisionário] (menos um esquadrão), 4º RAM [Regimento de Artilharia Montado] e 2º GAP [Grupo de Artilharia Pesada] com postos avançados em Salto – S. José do Barreiro, e um batalhão (II do 6º RI) em Piquete e outro (II do 5º RI) no túnel. À sua retaguarda, o destacamento do coronel Antônio Paiva de Sampaio, formado pelo 4º BC, 1º e 2º BCP, 4º esquadrão do 2º RCD, 2º GAP, escalonado desde Mogi das Cruzes a Pindamonhangaba. Tal destacamento foi organizado como uma primeira reserva do comando da 2ª DI no vale do Paraíba; b) <u>Em Campinas</u> – uma companhia do 7º BCP, vigiando em direção de Mogi Mirim, e o II (sic-III) batalhão do 5º RI, em condições de embarcar de trem para o vale do Paraíba. Segunda reserva do comando da DI – às ordens do major Gala; c) <u>Em Itararé</u> – 8º BCP e 9º BCP, e um esquadrão de cavalaria da Força Pública; d) <u>Em Ribeirão Preto</u> - 7º BCP, com vigilância sobre as pontes de Igarapava e Rifaina, sobre o rio Grande; e) <u>Em Santos</u> - guarnição do forte de Itaipu (3º GAC) [Grupo de Artilharia de Costa], uma companhia do III do 6º RI e outra do 6º BCP e o Tiro Naval (em mobilização); f) <u>No alto da serra do Cubatão</u> – organizações civis militarizadas, para reforço à defesa de Santos; g) <u>Em Bauru</u> - o 4º BCP – para ligação com as esperadas forças de Mato Grosso; h) O grosso da Força Pública, em seus quartéis, na capital.*[603]

Nessa mesma data, Figueiredo passou o comando da 2ª RM para Klinger, que chegara a São Paulo sem a tropa do Mato Grosso. Arguido sobre isso, respondeu que *"essa não precisará vir*". Segundo Figueiredo, a resposta deveria ter sido *"Não poderá vir*".[604]

---

[600] DONATO, 1982, p. 76-77.
[601] FIGUEIREDO, 1977, p. 121.
[602] DONATO, 1982, p. 81.
[603] FIGUEIREDO, 1977, p. 147-148/Croqui nº 1, do Exército Constitucionalista, de 12 de julho de 1932.
[604] Ibid., 1977, p. 148/passim.

ESBOÇO XXXV – LOCALIDADES OCUPADAS POR TROPAS PAULISTAS EM 11 DE JULHO [605]



Conforme planejado, Figueiredo assumiu o comando da 2ª DI, posicionada no vale do Paraíba (renomeou-a 2ª Divisão de Infantaria em Operações - 2ª DIO). Todavia, não se deslocou imediatamente para o Distrito Federal, tendo sido criticado por isso tempos depois. Cordeiro de Farias asseverou:

> *[...] estar convencido que o Rio não caiu porque os paulistas foram tímidos, pouco agressivos em termos de concepção militar. Não tiveram espírito revolucionário. Eles contavam com grande parte da opinião pública nacional e, provavelmente, tinham maioria nas forças armadas. Mas pararam no meio do caminho, no vale do Paraíba. Faltaram iniciativa e competência em matéria de tática.*[606]

Figueiredo rebateu os críticos afirmando que o planejado fora estabelecer uma força defensiva no vale do Paraíba, antes de iniciar marcha para a capital da República, até que se consolidasse o controle de São Paulo e chegassem tropas de apoio, pelo menos, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e de Minas Gerais:

> *Em virtude disso teria de haver, como houve, um plano de cobertura, para uma situação transitória de defensiva, de onde a revolução partiria em ofensiva, engrossada com aqueles valiosos reforços.*

---

[605] 1) Adaptado do: Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal "Diário da Manhã", Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil. 2) FIGUEIREDO, 1977, p. 147-148/Croqui nº 1, do Exército Constitucionalista, de 12 de julho de 1932.
[606] FARIAS, 1981, p. 204-205.

Prossegue:

> *Atirar toda a tropa para diante, sem mais consideração de ordem militar, seria correr a uma aventura, contando simplesmente com a surpresa; seria pôr em risco, desde o começo, todo o sucesso garantido até ali. Seria comprometer o coroamento de um final certo, iniludível, por uma precipitação; oferecer "batalha decisiva antes da reunião de forças". E mesmo qualquer revés consequente que sofressem as forças constitucionalistas, por insignificante que fosse, iria servir de justificativa para a sonegação daqueles apoios. Até a mobilização no interior do Estado haveria de arrefecer; o entusiasmo da população seria abalado por qualquer derrota inicial.*[607]

Vargas, em face da situação, tomou medidas enérgicas. Ordenou a substituição imediata de oficiais em cargos de comando de tropa que não fossem comprovadamente leais, bem como buscou neutralizar as ações de lideranças políticas que simpatizassem ou estivessem ligadas ao movimento.

Mascarenhas de Moraes, que dois anos antes havia sido preso por manter-se leal a Washington Luís, novamente foi um dos alvos. Assim ele descreve o que se passou;

> *A 26 de maio assumi o comando do 9º RAM, em Curitiba. Ainda no Rio de Janeiro, soubera que em São Paulo algo se tramava no sentido da reconstitucionalização do país [...]. Embora sempre manifestando minha simpatia pela causa da restauração constitucional do país, diversas vezes recusei assumir qualquer compromisso nesse sentido, ainda que solicitado pelos articuladores do movimento. Entretanto, a guarnição militar de Curitiba, bem como a população civil, aplaudia o governo provisório de Getúlio Vargas. A 9 de julho irrompe impetuoso o levante armado de São Paulo, [...], alastrando-se por todo o estado de São Paulo e parte de Mato Grosso. As adesões esperadas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e mesmo no Rio de Janeiro foram sufocadas com as prisões de Borges de Medeiros, Artur Bernardes e outros próceres políticos e alguns chefes militares, estes de imediato reformados administrativamente. No Paraná, o general Meira de Vasconcelos, comandante da região, foi substituído no comando, e eu, suspeitado de simpatia pelo movimento revolucionário, imediatamente afastado do 9º RAM e mandado adir ao quartel-general da região.*[608]

Paralelamente, Getúlio ordenou o combate aos constitucionalistas, em dois setores, Leste e Sul (Esboço XXXVI, p. 184):

a) Setor Leste (norte para os paulistas): sob comando do general Góes Monteiro, abrangia os eixos das estradas de ferro Central do Brasil e Mogiana, o eixo rodoviário Rio-São Paulo, regiões da serra da Mantiqueira, áreas nos limites entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e a parte litorânea entre Parati e Ubatuba. A referida área foi dividida em duas frentes, a do vale do Paraíba e a Mineira. Nelas pretendia-se:

- Frente do vale do Paraíba: deter o avanço dos constitucionalistas e depois contra-atacar, empregando tropas da 1ª DI. Para isso, o grosso de tal força deveria ser apressadamente concentrado entre Barra do Piraí e Barra Mansa, com postos avançados em Itatiaia;

---

[607] FIGUEIREDO, 1977, p. 142-143.

[608] 1) MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 95. 2) Borges de Medeiros e Artur Bernardes não foram presos imediatamente, somente em setembro.

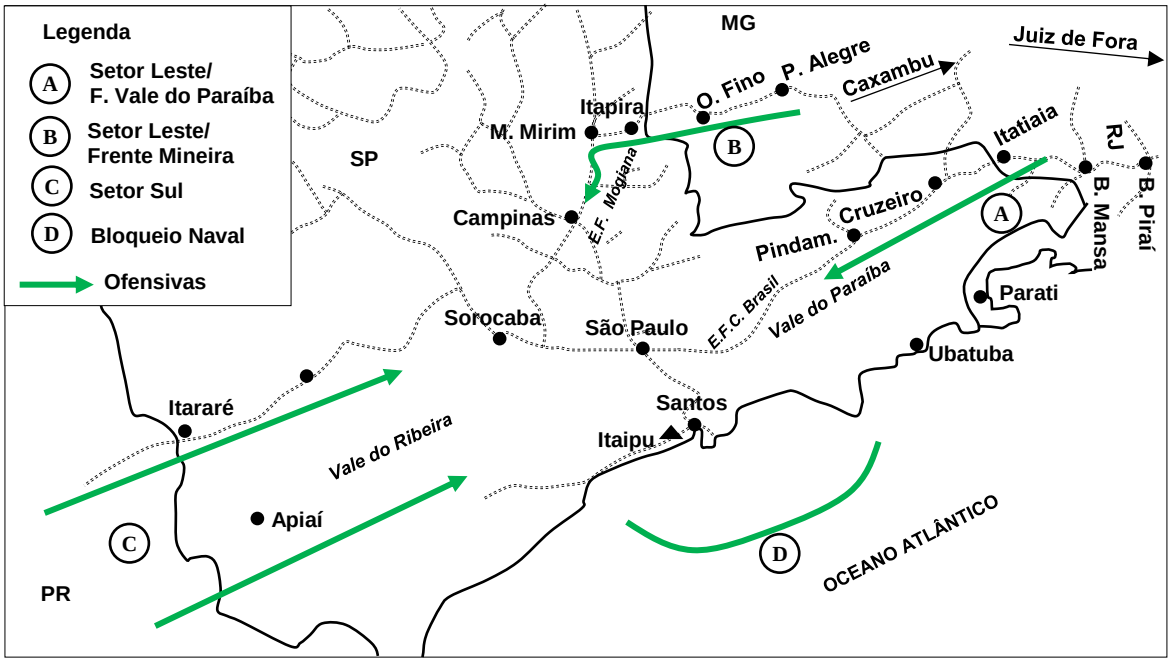
- Frente Mineira: rechaçar provável incursão constitucionalista em território mineiro empregando tropas da 4ª DI, e depois contra-atacar, agindo nas regiões nordeste e centro paulistas, ocupando, inicialmente, Itapira e Mogi Mirim, e depois, infletindo para sudeste, Campinas, de forma a ameaçar a capital paulista. Para tanto, o grosso das tropas deveria ser concentrado no eixo Juiz de Fora - Caxambu - Pouso Alegre - Ouro Fino.

b) Setor Sul, sob comando do general Valdomiro Castilho de Lima, compreendia regiões entre os limites de São Paulo e Paraná. A missão era lançar ofensiva, com tropas da 3ª e 5ª RMs, com o objetivo de adentrar em território paulista, a partir da região de Itararé e do vale do Ribeira.[609]

Também foi ordenado que a Marinha bloqueasse o porto de Santos e que a navegação no rio Paraná fosse monitorada, para impedir a chegada de quaisquer suprimentos em São Paulo, porventura adquiridos no exterior.

Figueiredo, por sua vez, pensou em retomar a ofensiva rumo à capital federal, o que dever-se-ia dar em 16 de julho. O primeiro objetivo seria a ocupação de Resende. Todavia, levados os planos a conhecimento de oficiais imediatamente subordinados, julgou-se que a ação não lograria êxito. E, assim, para o comandante da 2ª DIO "*a Divisão quedou-se nas suas posições, condenada a fazer a guerra de trincheira. Muita bravura, muita abnegação, grandes sacrifícios, mas pouca disposição de ir em frente, e poucos recursos para tentá-lo*".[610]

ESBOÇO XXXVI – PLANO VARGUISTA[611]



[609] 1) TÁVORA, 1976, p. 79-80. 2) FARIAS, 1981, p. 202-203. 3) FIGUEIREDO, 1977, p. 174. 4) Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal "Diário da Manhã", Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil.

[610] FIGUEIREDO, 1977, p. 174.

[611] Adaptado do: Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal "Diário da Manhã", Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil.

De fato, nesse tempo começava a ficar claro para os paulistas que as tropas de Minas Gerais e do sul do Brasil que convergiam para seu estado não visavam apoiá-los, mas sim combatê-los. Receberam somente respaldo do "estado de Maracaju", criado no sul do Mato Grosso, em rebeldia a Vargas; mas boa parte das guarnições que ali se levantaram eram indispensáveis para a segurança local.[612]

A 2ª DIO, em consequência, encontrava-se em situação perigosa. Na sua frente, tropas da 1ª DI pressionavam em Salto e Areias; no flanco esquerdo, forças da 4ª DI atacavam na região do túnel na serra da Mantiqueira; e no flanco direito, em Cunha, apareceram fuzileiros navais vindos de Parati (Esboço XXXVIII, p. 192).[613]

Para complicar, apesar da entusiasmada mobilização industrial e popular paulista, não havia provimento satisfatório de material e pessoal para as unidades das linhas de frente. Faltavam principalmente armamento e munição, o que levou à criação das "matracas", engenhos que simulavam disparos de metralhadora para amedrontar o inimigo. Além disso, os efetivos, muitas vezes compostos por civis voluntários sem experiência militar, também eram insuficientes, o que levava os comandantes a estabelecer posições defensivas compostas somente por uma linha de trincheira, em vez dos preconizados dispositivos em profundidade.[614]

A situação das forças varguistas, pelo menos no início, também não era confortável. O apoio do Rio Grande do Sul ainda não estava consolidado em virtude de rivalidades locais e algumas tropas de lá não eram confiáveis.[615] Além disso, parte do 12º RI, de Belo Horizonte, e do 5º RCD, de Castro, passaram para o lado dos constitucionalistas.

Góes Monteiro expõe a situação das tropas que teve sob comando:

> *O Exército federal e as tropas auxiliares dos estados não passam de conglomerado de unidades desfalcadas em pessoal e material, pouco aparelhadas para a guerra e sofrendo os efeitos de uma já avançada dissolução inoculada em seu seio por uma organização defeituosa e não correspondente às necessidades militares do país e uma década de lutas intestinas, nas quais têm sido envolvidas ativamente, e das quais têm sido cada vez mais dilaceradas, moral e materialmente, a começar pelos quadros que experimentam mais intensamente a influência das facções políticas e não se aplicam à profissão como convém.[...]. A Revolução de Outubro deveria ter mudado ou começado a transformar essa ordem de coisa e a mentalidade que produz. Mas a matéria-prima, o substratum de certos elementos que se batizam revolucionários não difere muito do dos chamados "reacionários" ou "decaídos". Um esforço maior de todos os brasileiros de boa vontade faz-se mister para combater por todas as formas esse mal profundo de mentalidade, de hábitos, de costumes arraigados, de paixões e de individualismo exagerado – que paira como uma ameaça sombria para a nação enferma* [616]

[612] 1) FIGUEIREDO, 1977, p. 202. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 953-954.
[613] FIGUEIREDO, 1977, passim.
[614] 1) FIGUEIREDO, 1977, passim. 2) DONATO, 1982, passim.
[615] No Rio Grande do Sul, houve lutas entre tropas que apoiavam o interventor Flores da Cunha e as que seguiam Borges de Medeiros e Raul Pilla. As forças do primeiro saíram-se vitoriosas, consolidando o apoio do Rio Grande do Sul a Vargas.
[616]Apud McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo/Rio de Janeiro: Letras/Biblioteca do Exército, 2009. p. 423.

Em mensagem para Getúlio, ele descreve seus planos e aponta os meios necessários para derrotar os paulistas:

> *a) conseguir apertar a garganta de São Paulo, interceptando a circulação pelas artérias que vêm do interior. É preciso, para isso, que as forças federais possam apoderar-se da zona entre Campinas e São Paulo e, também, das rocadas do inimigo. b) a potência industrial e militar de São Paulo dá-lhe superioridade em efetivos e meios, a qual só poderá ser compensada quando contarmos com um Exército de campanha de cem mil homens, organizado com todos os serviços provedores, transportadores, correspondentes, etc. c) apesar de nossos esforços [...], estamos sofrendo uma contraofensiva no vale do Paraíba, sentimos a quase paralisação dos movimentos da frente mineira e sabemos o risco que pode correr o destacamento de Exército do Sul, tudo em consequência da falta de efetivos e material adequado para aproveitar os êxitos arrancados com bastante sacrifício. [...]. d) as medidas preventivas, punitivas e repressivas [...] se facilitam com a existência de uma força armada bem organizada e provida com: e) aviação, artilharia moderna, gases e máscaras, bloqueio de fato, munições abundantes e transportes, automóveis; [...] g) enquanto forem deficientes estes meios, seremos obrigados a uma estratégia de esgotamento. Mas o que dá resultado é, sem dúvida, a de aniquilamento. Aquela precisa ser efetiva.*[617]

Góes Monteiro teve atendidas, em parte, suas reivindicações. Quanto aos efetivos, por exemplo, foi reforçado com tropas de diversos estados, particularmente da Região Nordeste. Todavia, quase todas, da mesma forma que as paulistas, eram compostas por policiais e civis com pouco preparo militar.

Nesse contexto, os primeiros embates na frente do Paraíba deram-se entre os dias 13 e 20 de julho, nas regiões de Cunha, São José do Barreiro e túnel da Mantiqueira, sem ganho de nenhuma parte.[618]

No Setor Sul, no entanto, tropas varguistas avançaram rapidamente, apossando-se, ainda em julho, de Itararé e Buri (Esboço XXXVII, p. 188). Cordeiro de Farias participou da ação, como delegado do ministro da Guerra:

> *Ao chegar em Curitiba, verifiquei logo que as bases de sustentação do governo estavam minadas. [...]. Pedi ao comando local um grupo de artilharia, o regimento de infantaria de Ponta Grossa e o regimento de cavalaria de Castro [...]. O regimento de Ponta Grossa portou-se bem. O de Castro, que eu lancei na vanguarda, dividiu-se: parte ficou conosco e parte aderiu a São Paulo, cruzando a divisa. Assim, tirei o resto do regimento da vanguarda e coloquei ali a infantaria. Com essas tropas comecei a atacar Itararé, já em São Paulo. Tomei a cidade e segui para Buri, onde cheguei uns cinco dias depois. Consegui dominá-la por um golpe de sorte. Não dispúnhamos de mapas, e eu comandei a artilharia sem conhecer a posição exata do inimigo. Para minha sorte, os tiros alcançaram Buri, e assumimos o controle da área depois de dois dias de combate. Com a tomada de Itararé e Buri, fiz muita propaganda de nossa vitória, e todas as tropas sediadas no Paraná se passaram para o nosso lado.*[619]

[617] Mensagem de Góes Monteiro para Getúlio Vargas. In: SILVA, Hélio. **1932: a Guerra Paulista.** v. 5 - O Ciclo de Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 164-165.
[618] FIGUEIREDO, 1977, p. 186.
[619] FARIAS, 1981, p. 202-203.

Christiano Klingelhoeffer, oficial da 2ª linha do Exército, dá a visão dos paulistas:

> *Aquela praça de guerra [Itararé] caiu no dia 18 de julho, quando sua defesa estava a cargo do tenente-coronel Moraes Pinto. A tropa comandada por esse oficial ia ser envolvida pela tropa do major Dilermando de Assis, que tendo passado o rio Itararé, no lugar denominado Passo do Cipriano, fazia um movimento envolvente em direção a Ibiti, cortando as comunicações do destacamento Moraes Pinto com São Paulo. Na situação em que se encontrava, toda a tropa paulista que guarnecia Itararé deveria ser totalmente aprisionada. Cheguei, felizmente, a tempo para salvá-la, deslocando o destacamento para Faxina. Quando recuámos por ordem do tenente-coronel Alfieri para Buri, assumiu o comando geral do setor o coronel Taborda, passando eu para a chefia do estado-maior. Reorganizamos a nossa tropa com elementos vários de São Paulo e aí ferimos a primeira batalha de Buri, que não foi vitória nossa pelo não cumprimento de ordens do destacamento que se achava em Capão Bonito e Guapiara. A linha do sul recuou para trás do Paranapanema, tendo recebido novas forças. Foi quando o coronel Taborda me deu o comando do destacamento que ia tentar uma marcha para a frente e assim, tendo atravessado o Paranapanema, rechaçamos o inimigo, atirando-o novamente até Buri.* [620]

Cabe-se salientar que o general Valdomiro de Lima, ao assumir o comando das forças varguistas do Setor Sul, encontrou dificuldades para firmar sua autoridade. Em mensagem para Flores da Cunha e Getúlio, ele informa que só confiava na polícia pernambucana, em face da insubordinação das tropas que trouxera do sul:

> *As forças da Brigada, resolvidas a obedecer a Borges, dizem não avançarão mais. Combatem indecisas. [...] conta com o 1º Batalhão, sob o comando do major Camilo, integralmente fiel. O comandante do 5º, que é o chefe da conspiração, baixou ao hospital. O 3º, dirigido por Pelegrini, francamente rebelado. O 5º promete acatar ordens, mas não inspira confiança.*[621]

Contudo, Valdomiro de Lima conseguiu estabelecer a ordem e lançou ofensiva sobre posições constitucionalistas que defendiam a estação ferroviária situada em Vitorino Carmilo (6 km a nordeste de Buri). A vitória, alcançada em 16 de agosto (2ª Batalha de Buri), obrigou os paulistas a recuarem para a linha defensiva do Paranapanema.

Klingelhoeffer também comenta sobre a 2ª Batalha de Buri:

> *Em combates diários aguentamos a linha de Vitorino Carmilo, e aí se deu a segunda batalha de Buri, que durou dois dias. Nesse combate, 900 voluntários paulistas, apoiados por uma peça de artilharia, com 57 tiros, bateu-se durante dois dias contra 6.000 inimigos apoiados por 32 peças de artilharia. Infligimos tais perdas no inimigo que toda a nossa tropa pode quebrar o contato com os defensores da ditadura e se estabelecer novamente na linha de Aracaçu [distrito de Buri], pronta para uma segunda ofensiva.*[622]

---

[620] A LUCTA no sector sul: O cel. Christiano Klingelhoeffer adeanta ao "Correio Paulistano" pormenores da conferencia que pronunciará amanhã no Clube Piratini. **Correio Paulistano,** São Paulo, 18 set. 1935, n. 24.385, p. 4.
[621] SILVA, 1976, p. 166.
[622] A LUCTA no sector sul: O cel. Christiano Klingelhoeffer adeanta ao "Correio Paulistano" pormenores da conferencia que pronunciará amanhã no Clube Piratini. **Correio Paulistano,** São Paulo, 18 set. 1935, n. 24.385, p. 4.

Paralelamente, os varguistas avançaram pelo vale do Ribeira, passando a pressionar a partir da região de Apiaí.

Não obstante, depois dessas operações, a Frente Sul permaneceu estagnada até o fim do conflito, tendo a linha de contato se apoiado nos rios das Almas e Paranapanema.[623]

Na Frente Mineira, em meados de julho, tropas paulistas avançaram em direção a Pouso Alegre e Itajubá. A expectativa era de que as unidades do Exército lá sediadas, na ordem, 8º RAM e 4º BE, aderissem à causa constitucionalista. A investida foi barrada em Pouso Alegre.

Juarez Távora comenta as ações em Pouso Alegre, em 20 de julho, quando tropas do Batalhão Paes Lemes entraram em confronto com as da 4ª DI:

> *O primeiro ataque de forças paulistas dentro do território mineiro verificou-se em Pouso Alegre, onde um batalhão da Polícia Militar, engrossado por voluntários civis, sob comando do coronel Antônio Pitcher [sic/major Antônio Pietscher], se defrontou com a defesa ali estabelecida pelo 4º Regimento de Artilharia Montada [sic/8º RAM]. Esse ataque foi uma temeridade, pois a tropa paulista, ainda não provada em combate, foi massacrada por certeiro fogo de artilharia, antes de poder atingir a defesa com seus fogos exclusivamente de infantaria. [...]. Após o malogro da investida paulista contra Pouso Alegre, as tropas da 4ª DI avançaram, sem tropeços, até o rio Eleutério, na fronteira de Minas com São Paulo, deslocando-se o QG divisionário para Ouro Fino.*[624]

ESBOÇO XXXVII – AVANÇO VARGUISTA NO SETOR SUL, FINS DE SETEMBRO (EM AMARELO)[625]

[623] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 953.
[624] TÁVORA, 1976, p. 80-81.
[625] 1) Adaptado do: Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal "Diário da Manhã", Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 950 (Mapa).

O major Antônio Pietscher deu sua versão dos acontecimentos:

> *Tomamos parte num dos maiores combates entre os muitos em que o Exército Constitucionalista já entrou. O inimigo era numeroso e conhecido. Foi nas proximidades de Pouso Alegre, quando as forças contrárias estavam na expectativa, bem entrincheiradas, que os homens do batalhão Paes Lemes tiveram seu batismo de fogo, portando-se heroicamente, tanto que logramos abrir grandes claros nas suas fileiras. Estávamos mais ou menos senhores da situação e ocupando pontos estratégicos de grande importância. No entanto, recebemos ordens de retornar às fronteiras de nosso estado com o de Minas. Aí chegando, pouco depois o batalhão deu novamente mostras do seu valor. O 4º RCD, de Três Corações, nos atacou. Bem preparados para o combate, que se iniciou no dia 3 do corrente, 36 horas depois fizemos calar as bocas de fogo do inimigo, procedendo ainda a uma carga em regra, da qual, como é sabido, redundou na prisão de diversos oficiais contrários.*[626]

Paralelamente, na Frente do vale do Paraíba, a 2ª DIO sofria constante e forte pressão dos varguistas, o que levou Figueiredo a recuá-la para Cruzeiro, cedendo em consequência, até o dia 10 de agosto, as localidades de São José do Barreiro, Salto, Queluz e Areias.[627]

Depois disso, até meados do mês seguinte, a linha manteve-se estabilizada, embora ocorressem combates frequentes, por vezes resultando em tomadas e retomadas de posições secundárias. Figueiredo descreve as ações ocorridas no dia 16 agosto, que retratam o cotidiano da linha frente:

> *Retomamos as posições perdidas ontem à tarde em Morro da Pedreira-Morro Verde. Em Pinheiros, continuamos repelindo ataques adversários. Às 19 horas, o capitão Veloso informou: 1) pela manhã, o adversário concentrou cerca de 3 companhias na região de Fazenda das Palmeiras; 2) elementos adversários, cujo efetivo não foi ainda precisado, executam trabalhos de organização do terreno na região, 3 quilômetros a este de Boa Vista; 3) às 15,45, o adversário desencadeou forte ataque às nossas posições, precedido de preparação de artilharia; 4) o ataque foi repelido, não se podendo avaliar o resultado material, em consequência da noite, que caiu logo após, e de não haver reservas para aproveitar o sucesso; 5) na defesa do ataque, cooperou a nossa artilharia em contrapreparação, conseguindo, com seus tiros, desassociar as formações dos adversários. Resultado final: mantemos nossas posições. Estado moral bom.*[628]

Arnon de Mello, enviado especial dos "Diários Associados" junto às forças em operações no vale do Paraíba (varguistas), descreve suas impressões da frente de combate, também relativas a 16 de agosto:

> *Da Fazenda S. Domingos, sigo, com o tenente Appelt, para o Morro da Lapa, poucos quilômetros antes de Silveiras e cerca de quatrocentos metros distante das primeiras linhas de fogo. Desde cedo que se luta nesta zona. E quando chego, o combate ainda vai bem rude e intenso. É pela primeira vez que assisto de tão perto a este espetáculo impressionante. Está anoitecendo, o sol já se esconde e as sombras já se espargem, indefiníveis, sobre a terra. O ronco do 75 se faz ainda mais pavoroso dentro da noite. As metralhadoras, no seu cacarejar irritante, não têm licença para descanso.*

---

[626] O MAJOR Pietscher declarou que os soldados do Paes Lemes são uns bravos. **Diario Nacional,** São Paulo, 10 ago. 1932, n. 1.537, p. 4.
[627] FIGUEIREDO, 1977, p. 202-209.
[628] Ibid., p. 214-215.

Prossegue:

> *Os fuzis trabalham também incessantemente, mas a sua palavra só se escuta melhor quando se calam por alguns momentos, os seus companheiros de guerra. [...]. Estamos, o coronel Fontoura, o capitão Sayão, o tenente Appelt, o tenente Alcino Linhares, o tenente Alcides Pereira, eu e outros oficiais do Exército e da Brigada, numa elevaçãozinha de terreno, de onde ouço e vejo melhor. O capitão Sayão pede-me que escute o silvo da granada que a bateria comandada pelo capitão Alcides Etchegoyen atira para as linhas adversárias. — É este o silvo — diz-me ele. A granada passa, rápida, zunindo pelas nossas cabeças, em direção de Silveiras. — Escute o estrondo. E ouço perfeitamente a explosão do projétil, que atravessou as primeiras linhas paulistas, sem receio de ser incomodado. Mas que coragem! Hein, medrosos? — E a artilharia deles? — Indago. (Não sei se os leitores já notaram que os paulistas são aqui geralmente tratados por "eles"). — Esteve em atividade apenas hoje pela manhã — informa-me o coronel Fontoura. Lançou-nos 23 "shrapnells" que caíram bem por aqui. E calou-se até agora. [...]. Quando desço da elevação do terreno em que me encontrava, escuto uns gritos fortes, partidos das trincheiras. Pergunto o que significam e o tenente Appelt me diz: — os gritos são comuns nas trincheiras. Uns soldados gritam para os outros, de parte a parte, muitas vezes descompondo-se. São as saudações de guerra. [...]. Peço, depois, impressões sobre os revolucionários. E quem me fala é o tenente Arlindo Pereira: — Eles lutam muito. É verdade que estão bem entrincheirados e se acham na defensiva. Mas resistir como têm resistido, não é brincadeira. Olhe que a nossa artilharia e a nossa aviação batem por lá o dia inteiro. E nada! Eles não cedem. São, realmente, grandes lutadores e possuem um entusiasmo formidável.*[629]

Nesse tempo, foram constantes as incursões de aviões de ambos os lados sobre as linhas inimigas, em missões de reconhecimento e bombardeio. Levavam vantagem as forças varguistas, por terem um número superior de aeronaves. Em contrapartida, os paulistas engendraram trens blindados, empregados em surtidas e em missões de cobertura.

Entretanto, a intensidade e as agruras dos combates, mais a falta de perspectiva de vitória, começaram a abalar o moral das tropas de frente constitucionalistas. Em 24 de agosto, Figueiredo relatava que se havia despedido do Batalhão Piratininga, organizado na capital paulista, para onde retornava. Acrescentou:

> *Era constituído de moços da melhor sociedade paulista. Inexperientes, como em geral os soldados de todos os batalhões de patriotas que vinham às linhas de frente, sem a precisa instrução militar, em grau que os tornasse capazes de afrontar os horrores dos combates. A boa vontade, o patriotismo e o entusiasmo pela causa não são suficientes para contrabalançar as falhas de uma preparação psicológica e técnica necessárias aos serviços de guerra. Por isso muito desses jovens baquearam no primeiro contato com dificuldades por eles inesperadas. Fazia-se, então, a seleção por si mesma; os bons ficavam, persistiam e tornavam-se até excelentes soldados.*[630]

Na metade de setembro, a manutenção da linha de frente da 2ª DIO tornou-se insustentável e foi ordenado o recuo da tropa até Guaratinguetá, onde se encontrava preparada nova posição defensiva. O retraimento deu-se em boa ordem, mas significou a perda das

[629] MELLO, Arnon de. **São Paulo Venceu**. 4. ed. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1933. p. 180-184.
[630] FIGUEIREDO, 1977, p. 219-220.

posições de Cunha, Cruzeiro e do túnel da Mantiqueira. A perda da última, na qual haviam ocorrido duros combates desde o início das ações, tornou possível que a 1ª e 4ª DIs conjugassem seus esforços, fazendo uso do eixo ferroviário, agora liberado, que ligava Passa Quatro a Cruzeiro.

Figueiredo, entretanto, percebia que a nova posição era indefensável, em razão de sua extensão (50 km) e da falta de efetivos. Em virtude disso, sugeriu a Klinger novo retraimento até uma linha balizada por Jacareí e Guararema, local em que se poderia estabelecer uma frente defensiva menos longa, solidamente fortificada, na qual *"possamos ganhar reservas, onde não tenhamos flancos no ar, onde, enfim, possamos efetuar uma resistência duradoura, evitando esses abalos que tanto tem enfraquecido o moral de nossa gente*".[631]

A aproximação de tropas inimigas vindas de Cunha e a ocupação de Piquete pelo adversário, sinalizavam que os varguistas pretendiam envolver a 2ª DIO, o que aumentava a urgência de ordens para que se procedesse o referido recuo. O próprio QG de Figueiredo, em Aparecida, foi bombardeado por aviões, aumentando ainda mais as preocupações dos constitucionalistas.

A situação também se tornava crítica na Frente Mineira, onde os paulistas igualmente perdiam terreno. Juarez Távora comenta:

> *Com a queda de Cruzeiro e o estabelecimento de ligação direta, através do túnel da Mantiqueira, entre as tropas da 1ª e 4ª DI, pode esta última divisão ser reforçada por novos elementos chegados do Norte – sobretudo batalhões de Polícia, reforçados por voluntários civis, enviados pelas interventorias da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – e um Regimento Provisório de Cavalaria, constituído de voluntários gaúchos, sob comando de Benjamim Vargas, irmão do Presidente Getúlio. Com esses elementos foi a Divisão reestruturada em três Destacamentos, comandados pelos coronéis Cristóvão Barcelos, Eurico Gaspar Dutra e Galdino Esteves, retomando o plano delineado, desde o início das operações, para a ocupação imediata do nó de comunicações de Mogi Mirim, e a conquista posterior de Campinas.*[632]

Realmente, tropas varguistas venceram duro combate em Eleutério e, com isso, romperam a frente constitucionalista. Em seguida, ocuparam Itapira e Mogi Mirim. A partir de 18 de setembro, antecipando a próxima investida, aviões passaram a bombardear Campinas, deixando a população em pânico.

Na Frente Sul, a pressão dos varguistas continuava, mas os constitucionalistas mantinham-se firmes na linha dos rios das Almas e Paranapanema.

No litoral paulista, em 15 de setembro, o forte de Itaipu sofreu pesado bombardeio realizado por hidroaviões da Marinha. Fora isso, pouca movimentação ocorria.

Em face desse cenário, Klinger e o coronel Herculano de Carvalho e Silva (comandante da Força Pública) se convenceram do fracasso do movimento e da necessidade de se buscar a paz.

---

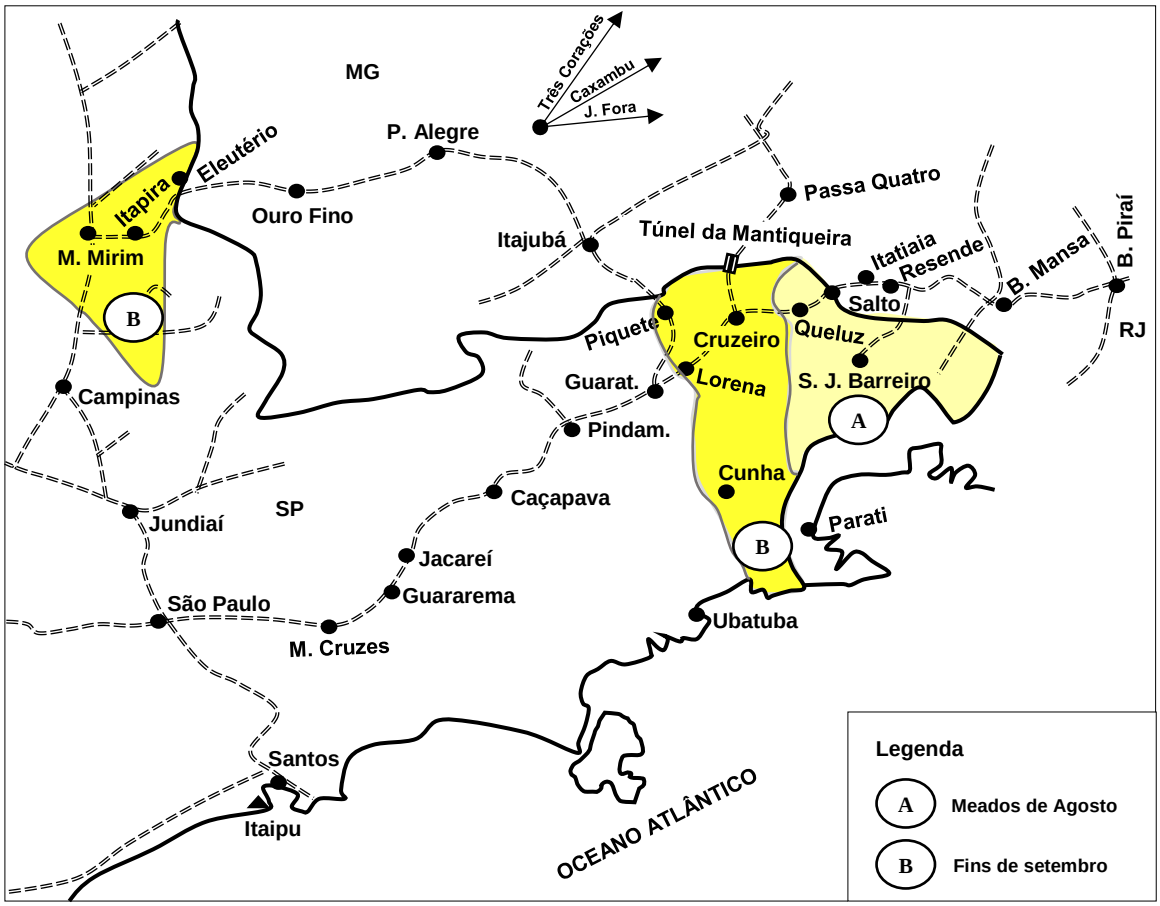
631 FIGUEIREDO, 1977, p. 258-259.
632 TÁVORA, 1976, p. 82.

Em 29 de setembro, Klinger, por conta própria, solicitou um armistício a Vargas. O chefe do governo provisório respondeu que isso deveria ser tratado com Góes Monteiro. Contatado, este deixou claro que a rendição deveria ser de acordo com os seus termos, o que gerou um impasse.

Entrementes, Figueiredo ficou sabendo das negociações de Klinger e viajou para a capital paulista a fim de revertê-las. Considerava necessário resistir até que pelo menos fossem obtidas condições de ser realizado um tratado satisfatório para São Paulo. Após reunião com Pedro de Toledo e autoridades civis e militares, na qual não compareceu Klinger, ele se convenceu de que havia obtido êxito em fazer valer seu ponto de vista.

Na realidade, isso não acontecera, pois Herculano de Carvalho resolveu também entrar em negociações para dar fim às hostilidades. Nesse sentido, em 1º de outubro, este firmou um armistício com Góes Monteiro, em que reconhecia unicamente a autoridade do governo provisório. Acabou investido por Góes Monteiro como autoridade militar suprema do estado de São Paulo, com a atribuição de manter a ordem pública.[633]

ESBOÇO XXXVIII – AVANÇO VARGUISTA NO SETOR NORTE (EM AMARELO)[634]



[633] FGV/CPDOC. Herculano de Carvalho e Silva. Verbete. *Site*.

[634] 1) Adaptado do: Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela tipografia do jornal "Diário da Manhã", Recife, 1932/acervo do Arquivo Nacional do Brasil. 2) HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 942 (Mapa). 3) FIGUEIREDO, 1977, croquis diversos.

Herculano de Carvalho, ainda seguindo determinações de Góes Monteiro, depôs Pedro de Toledo, em 2 de outubro; e ordenou às tropas policiais que estavam nas linhas de frente o retorno imediato aos quartéis.[635] Posteriormente, ele justificou sua decisão de buscar o armistício. Teria a tomado por verificar que todas as frentes de combate estavam por sucumbir devido a inferioridade numérica e material dos paulistas; também para assegurar a ordem e o funcionamento de órgãos públicos, que estariam ameaçados por extremistas; e, ainda, por considerar *"Um crime continuar-se a luta daquele modo. Um crime permitir-se que aqueles moços se expusessem às balas adversárias, aos 'shrapnels', às granadas, ao metralhar dos aviões, e tivessem como armas de defesa, instrumentos que não o eram [as matracas], na persuasão de iludir o inimigo quando, na verdade, procuravam iludir-se a si mesmo".*[636]

Diante do que se sucedia, Klinger declarou-se sem função; o general Isidoro restringiu-se a lançar um manifesto que parecia uma consulta à população sobre se era o caso de rendição ou não.[637]

Figueiredo permaneceu decidido a resistir. Entretanto, a retirada das tropas policiais deixou a linha defensiva da 2ª DIO indefensável, com setores inteiramente desguarnecidos. Diante disso, ele resolveu, com as tropas que ainda lhe eram fiéis, deslocar-se por via ferroviária para o Mato Grosso, onde considerava poder fazer frente aos varguistas, com o apoio de forças locais, ainda defensoras da causa constitucionalista.

Todavia, iniciado o deslocamento, Figueiredo tomou conhecimento de que o caminho estava barrado por forças leais a Vargas. Resolveu, então, liberar a tropa que o acompanhava e foi para Santos, de onde, fazendo uso de uma barca de pesca, decidiu ir para o Rio Grande do Sul, pois diziam que lá os combates prosseguiam. Acabou preso, no dia 6 ou 7 de outubro, quando aportou na ilha de Santa Catarina, devido ao mau tempo.[638]

Com isso, terminava a "Revolução" de 1932. O coronel Herculano de Carvalho permaneceu no poder até 6 de outubro, quando passou o governo de São Paulo para Valdomiro de Lima, nomeado interventor. Em partes do sul do Mato Grosso, constitucionalistas resistiram até o final mês, quando também se renderam.

Em consequência do conflito, lideranças civis e militares que se haviam voltado contra o governo provisório foram exiladas. Em 1934, foram autorizadas a voltar ao Brasil por terem sido anistiadas. A constituição reivindicada, acabou promulgada neste mesmo ano. Vargas manter-se-ia no poder até 1945.

Para Boris Fausto:

> *A "guerra paulista" teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe consequências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central*.[639]

[635] FGV/CPDOC. Herculano de Carvalho e Silva. Verbete. *Site*.
[636] Manifesto do coronel Herculano de Carvalho, comandante da Força Pública de São Paulo. In: SILVA, 1976, p. 358-380/passim.
[637] SILVA, 1976, p. 245-246.
[638] FIGUEIREDO, 1977, p. 317.
[639] FAUSTO, 2006, p. 350.

A "Revolução Constitucionalista" pôs à prova o sistema de mobilização de tropas e de recursos do País para a guerra. O governo provisório conseguiu reunir entre 300 mil e 350 mil homens, do Exército, da Marinha, das forças públicas estaduais e de "batalhões patrióticos" (civis). As lideranças paulistas, aproximadamente 40 mil, a maioria civis (o número de voluntários teria chegado a 60 mil e foi limitado, por falta de armamento).[640]

A maioria dos que foram para a frente de combate, principalmente do lado constitucionalista, carecia de instrução, equipamentos e armamentos. Os esforços feitos pelos paulistas para equipar suas tropas, fazendo uso de seu parque industrial, não foi suficiente. Já o governo provisório buscou resolver o problema fazendo compras no exterior.

Os combates seguiram os moldes dos das I Guerra Mundial. Na defensiva, as tropas entrincheiravam-se e buscavam deter o inimigo, fazendo uso de canhões, metralhadoras, fuzis-metralhadores e fuzis. Na ofensiva, lançavam-se sobre as posições inimigas, com o apoio de armas semelhantes, buscando aproveitar da melhor forma o terreno para progredirem. Aviões foram usados, em pequena escala, para observações e bombardeios.

As infantarias, de ambos os lados, em que pese as deficiências de instrução e de material, mostraram extrema bravura e tenacidade, quer defendendo suas posições, quer buscando se apossar das do adversário.

No final, como na I Guerra Mundial, venceu o lado que dispunha de mais recursos materiais e humanos.[641]

Na década seguinte, o Brasil ver-se-ia envolvido na II Guerra Mundial. Ferida a sua soberania por ações de países do Eixo, destacaria tropa terrestre para atuar nos campos de batalha da Itália: a Força Expedicionária Brasileira.

[640] DONATO, 1982, p. 120-126.

[641] As baixas das forças varguistas são estimadas em: 1.050 mortos e 3.800 feridos, de acordo com McCANN, 2009, p. 422. Quanto aos constitucionalistas, contou-se oficialmente 601 mortos, dos quais 352 voluntários (aceita-se, porém, que teriam se aproximado de mil), conforme DONATO, 1982, p. 172.

PARTE VI

A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Numa ocasião anterior, quando a FEB era bem-vinda ao V Exército, eu frisei que esperávamos grandes feitos de uma organização que mostrou tanta habilidade e entusiasmo no treinamento. A performance da FEB, nos seus primeiros combates em um setor do V Exército, indica que nossas expectativas serão justificadas. Vossas tropas, sob vosso comando, entraram em linha com confiança, tomaram a iniciativa e se deslocaram para a frente com ardor, ocupando sucessivamente posições no terreno no curso de seu avanço inicial. A despeito da presença de demolições, áreas fortemente minadas e observatórios inimigos em pontos dominantes, que permitiam à artilharia inimiga atirar contra as forças da FEB, vossas tropas avançaram resolutamente para a frente. [...]. Poucas horas após ter lançado os primeiros combates, capturastes a cidade de Massarosa. Confio que este é o primeiro dos muitos objetivos militares que seguirão às subsequentes operações como Capturados Pela Força Expedicionária Brasileira.[642]

Mark Clark, 1944

No início da II Guerra Mundial, os países da América optaram pela neutralidade. No entanto, antevendo possíveis ataques, seus representantes reuniram-se em Havana, em julho de 1940, quando assinaram acordo de assistência recíproca e cooperação defensiva.[643] Assentaram que *"todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como ato de agressão contra todos que firmam esta declaração".*[644]

O ataque do Japão a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, levou os Estados Unidos a entrar em guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Diante disso, os países americanos voltaram a se reunir, agora no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. No final do encontro, o governo brasileiro, honrando seus compromissos, informava que *"os Embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o Encarregado de Negócios do Brasil em Roma haviam passado nota aos Governos junto aos quais estavam acreditados, comunicando que [...] o Brasil considerava rotas suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão"*.[645]

---

[642] Telegrama do general Mark Clark para o general Mascarenhas de Moraes. Transcrito no Boletim Interno nº 38, de 22 de setembro de 1944. In: MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p. 335-336.

[643] ARANHA, Oswaldo. Relatório do ano de 1940, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em abril de 1941, pelo ministro de estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 20.

[644] Apud MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 23-24.

[645] ARANHA, Oswaldo. Relatório do ano de 1942, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro de estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 7.

Nos meses seguintes, diversos navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães e italianos, que com isso buscavam solapar o esforço logístico dos Aliados (Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética, entre outros). Os afundamentos ocasionaram centenas de mortes, o que indignou o povo brasileiro, e manifestações passaram a ocorrer, clamando por represálias. Dessarte, em 21 de agosto de 1942, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou nota aos governos da Alemanha e da Itália declarando que esses países haviam praticado *"contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância, que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América"*.[646]

Nesse momento, o governo brasileiro decidiu não enviar tropas para combater italianos ou alemães. Predominava o pensamento de manter a segurança do País e de cooperar com os Estados Unidos no que fosse possível. Para tanto, havia a necessidade de mobilizar recursos econômicos e militares.

Em relação à economia, o governo tomou medidas para mobilizar os recursos que dispunha. Entre as quais, "*orientar a mineração, a agricultura e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir com a máxima eficiência, os materiais e produtos necessários e urgentes*".[647]

No campo militar, o Exército dispunha de cerca de 60 mil homens, espalhados em corpos de tropa por todo o território nacional. Havia cinco divisões de infantaria e duas de cavalaria, além de unidades independentes.[648] Entretanto:

> *O Exército Brasileiro não possuía material de guerra moderno. A infantaria, estruturada segundo os ensinamentos de 1914, tinha a instrução, a tática e o espírito voltados para a guerra de trincheiras. Não dispunha de meios motorizados, nem compreendia o movimento como gerador da ação decisiva. A artilharia, além da carência de material adequado, a técnica, conceitos e processos superados. A cavalaria hipomóvel, assemelhava-se muito àquela tão heroica quão ineficiente cavalaria polonesa, dizimada no primeiro encontro com as formações blindadas nazistas. As premências mais se agravavam nos setores das comunicações e do apoio logístico, vitais, guerra moderna.*[649]

Em um primeiro momento, a principal preocupação brasileira era a de sofrer ataques no saliente nordestino, ponto mais próximo do norte da África (neste local ocorriam combates). A 7ª RM ficou com a jurisdição sobre tal área. Para reforçá-la, foram organizadas a 7ª e a 14ª DIs, com sede em Recife e Natal, respectivamente, além de um Destacamento Misto, em Fernando de Noronha, e de uma "Reserva Regional".[650]

---

[646] ARANHA, 1944, p. 171.
[647] CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. p. 71.
[648] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 77.
[649] HISTÓRIA 1972, p. 829.
[650] 1) CASTELLO BRANCO, 1960, p. 109. Unidades de infantaria da 7ª DI: 14º RI, e 20º, 21º, 22º, 38º e 39º BCs; da 14ª DI: 2º BCC (Batalhão de Carros de Combate), 15º e 16º RIs, e 41º e 42º BCs; do Destacamento Misto: 30º e 31º BCs; e da "Reserva Regional": 1º BCC, e 37º e 40º BCs. 2) Os batalhões de carros eram tidos como unidades da arma de Infantaria, conforme: BRASIL. Decreto-Lei nº 556, de 12 de julho de 1938 e BRASIL. Decreto-Lei nº 5.388, de 12 de abril de 1943.

A partir de meados de 1943, com a derrota das tropas do Eixo no norte da África, a ameaça ao saliente nordestino praticamente deixou de existir e as tropas que o defendiam, em parte, foram realocadas para outras regiões do País.

Para satisfazer as necessidades em pessoal das unidades que se formavam, houve-se por bem aumentar o efetivo do Exército. Em relação ao material bélico, acertou-se com os Estados Unidos o fornecimento de equipamentos e armamentos, o que foi possibilitado pela Lei de Arrendamento e Empréstimo daquele país (*Lend-Lease*).[651]

Cabe-se destacar que a aviação do Exército e a da Marinha foram extintas em 1941, devido a criação do Ministério da Aeronáutica, que passou a ser o responsável por todas as questões atinentes à aviação nacional.[652]

Entrementes, em janeiro de 1943, Getúlio Vargas encontrou-se em Natal, com o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, que lá fazia escala depois de participar de uma conferência em Casablanca. Decidiram que o Brasil participaria de forma mais ativa no combate aos países do Eixo.

Em reuniões posteriores, autoridades dos dois países acertaram que o Brasil enviaria um corpo de exército, constituído por três divisões de infantaria e elementos de apoio, inclusive uma unidade aérea, para colaborar com o esforço do Exército estadunidense em operações fora do continente americano. Tal tropa seria organizada de acordo com os padrões norte-americanos, ficaria sob direção do Exército estadunidense, e receberia todo o material necessário dos Estados Unidos (exceto fardamentos e equipamentos individuais).[653]

A Portaria nº 47-44, publicada no Boletim Reservado do Exército, de 13 de agosto de 1943, prescreveu as normas gerais de estruturação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A organização das outras duas divisões, prevista para se iniciar em janeiro de 1944, acabou sustada, devido a dificuldades de mobilização e da perspectiva do fim da guerra. Portanto, a participação brasileira diretamente nos combates, no que toca às forças terrestres, restringiu a uma divisão de infantaria.[654]

Segundo Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da 1ª DIE, definiu-se que os corpos de tropa que comporiam a 1ª DIE seriam escolhidos dentre os integrantes da 1ª, 2ª, 4ª e 9ª RMs. Ele questiona as razões disso, pois seria mais adequado designar uma das cinco divisões orgânicas do Exército em tempo de paz, em vez de se improvisar uma nova. Comenta que só o Estado-Maior do Exército poderia justificar as razões de tal opção, "*mas não fez, nem tomou parte do acontecimento, salvo para a confecção dos quadros da nova organização".*[655]

---

[651] O Exército Brasileiro ficou de receber do governo norte-americano parte de uma divisão blindada e de uma motorizada, elementos de dois regimentos de artilharia antiaérea, quatro batalhões anticarro, cerca de 150 peças de artilharia de costa, equipamentos de construção de estradas e 50% de uma divisão de infantaria. Conforme: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 79.

[652] BRASIL. Decreto nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941.

[653] OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA**: nova história na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015. p. 63.

[654] 1) MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 25. 2) CASTELLO BRANCO, 1960, p. 127.

[655] BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sôbre a FEB**: memórias de um chefe de estado-maior na campanha da Itália (1943-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 25.

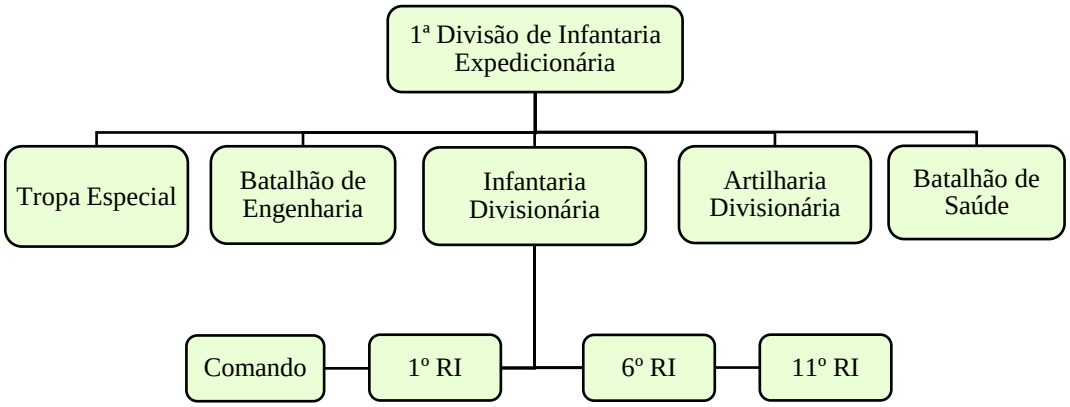
O general João Baptista Mascarenhas de Moraes foi nomeado comandante da 1ª DIE, que seguia o modelo das norte-americanas, com algumas adaptações. Seus principais elementos de combate eram a Infantaria Divisionária, a Artilharia Divisionária, o 9º Batalhão de Engenharia e o Esquadrão de Reconhecimento. O efetivo previsto era de 25.445 homens.

A Infantaria Divisionária era composta por três regimentos, que juntos somavam 9.768 combatentes. Para comandá-la, foi nomeado o general Zenóbio da Costa (vide estrutura da 1ª DIE no organograma abaixo, e da Infantaria Divisionária, no Quadro XL, p. 199).

Estabelecida a organização, tratou-se de definir as unidades que integrariam a força expedicionária. No caso da infantaria, foram selecionados o 1º RI, da capital da República (Regimento Sampaio); o 6º RI, de Caçapava (Regimento Ipiranga); e o 11º RI, de São João del-Rei (Regimento Tiradentes). Tais regimentos foram comandos, na ordem, pelos coronéis Aguinaldo Caiado de Castro, João Segadas Vianna e Delmiro Pereira de Andrade.

Cabe-se salientar que a FEB seguiu para a Itália em cinco escalões: o primeiro em 2 de julho de 1944, composto por 5.075 homens, na sua maioria do 6º RI; outros dois em 22 de setembro, com o 1º e o 11º RIs, mais outras tropas; o quarto em 23 de novembro e o quinto em 8 de fevereiro de 1945, estes com os integrantes do Depósito de Pessoal, destinados a completar os claros que surgiam nas unidades que já combatiam.[656]

ORGANOGRAMA VII - ESTRUTURA DA 1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONÁRIA[657]



[656] MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 38-40.

[657] 1) CASTELLO BRANCO, 1960, Organograma anexo entre as p.128 e 129. 2) Composição da Artilharia Divisionária: comando, bateria de comando, três grupos de obuses 105 (constituídos por: comando, bateria de comando, três baterias de obuses e bateria de serviços) e um grupo de obuses 155 (constituído por: comando, bateria de comando, três baterias de obuses e bateria de Serviços). 3) Composição do Batalhão de Engenharia: comando, companhia de comando e serviços, destacamento de saúde e três companhias de engenharia. 4) Composição do Batalhão de Saúde: comando, companhia de triagem e três companhias de evacuação. 4) Composição da Tropa Especial: Quartel General, Companhia do Quartel-General, Pelotão de Polícia Militar, Companhia de Intendência, Companhia de Comunicações, Companhia de Manutenção, Destacamento de Saúde, Esquadrão de Reconhecimento e Banda. 5) Havia também os órgãos não divisionários, destinados a dar suporte à 1ª DIE (integravam a FEB, mas não a 1ª DIE): Inspetoria Geral, Estado-Maior (Zona Interior), Seção de Saúde, Seção da Base Brasileira, Seção de Justiça, Depósito de Pessoal, Depósito de Intendência, Serviço Postal, Agência do Banco do Brasil e Pagadoria Fixa.

QUADRO XLX - ESTRUTURA DA INFANTARIA DIVISIONÁRIA[658]

	Oficiais	Praças	Total
Três Regimentos de Infantaria	456	9.312	9.768
REGIMENTO DE INFANTARIA			
Fração	Oficiais	Praças	Total
Comando e Estado-Maior	11	-	11
Companhia de Comando	4	96	100
Destacamento de Saúde	9	126	135
Companhia de Serviços	11	103	114
Companhia de Canhões Anticarro	7	158	165
Companhia de Obuses	5	113	118
Três Batalhões de Infantaria	105	2.508	2.613
Total Geral	152	3.104	3.256
BATALHÃO DE INFANTARIA			
Fração	Oficiais	Praças	Total
Comando	4	-	4
Companhia de Comando	5	117	122
Companhia de Petrechos Pesados	8	158	166
Três Companhias de Fuzileiros	18	561	579
Total Geral	35	836	871
COMPANHIA DE FUZILEIROS			
Fração	Oficiais	Praças	Total
Seção de Comando	2	10	12
Três Pelotões de Fuzileiros	3	144	147
Pelotão de Petrechos Leves	1	33	34
Total Geral	6	187	193
Obs.: a seção de comando possuía efetivo variável. Era composta por diversos militares com missões especificas: comandante da companhia, subcomandante, sargenteante, sargento de comunicações, mensageiros, cozinheiros, entre outros.			
PELOTÃO DE FUZILEIRO			
Grupo de Comando	Um tenente (comandante), um sargento (subcomandante), um guia e dois mensageiros		5
Três Grupos de Combate	Cada um composto por um sargento (comandante), um cabo (subcomandante) e dez soldados (quatro fuzileiros, três da guarnição do fuzil automático, dois esclarecedores e um granadeiro)		36
Grupo de Fuzil Automático*	Um sargento (comandante), um cabo (subcomandante) e seis soldados (formavam trios ou duplas, dependendo se dispunham de três ou duas peças)		8
Total Geral			49
*Obs.: a grupo de fuzil automático estava previsto no manual FM 7-5, de 1940; mas não no FM 7-10, de 1942. Portanto, a infantaria da FEB não deve tê-lo adotado.			
PELOTÃO DE PETRECHOS LEVES			
Grupo de Comando	Um tenente (comandante), um sargento (subcomandante), um cabo responsável pelo transporte, dois mensageiros e dois motoristas		7
Seção de Metralhadora Leve	Um sargento (chefe), um mensageiro e mais a guarnição de duas peças (um atirador, um assistente do atirador e dois auxiliares)		10
Seção de Morteiro 60 mm	Um sargento (chefe), um mensageiro e mais a guarnição de três peças (um cabo atirador/chefe, um assistente do atirador e três auxiliares)		17
Total Geral			34

[658] 1) CASTELO BRANCO, 1960, Organograma anexo entre as p.128 e 129. 2) USA. War Department. **Infantry Field Manual FM 7-5**: Organization and tactics of infantry the rifle battalion. Washington:United States Printing Office, 1940. 3) USA. War Department. **Infantry Field Manual FM 7-10**: Rifle Company, Rifle Regiment. Washington: United States Printing Office, 1942. 4) CARVALHO, Nelson Rodrigues de. **Do Terço Velho ao Sampaio da F.E.B.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Americana, [c.a. 1952]. p. 69.

Na organização, percebe-se a preocupação em se apoiar pelo fogo os elementos de manobra. Assim, os regimentos de infantaria tinham o suporte da Artilharia Divisionária; os batalhões, das companhias de obuses; as companhias de fuzileiros, das companhias de petrechos pesados; e os pelotões de fuzileiros, dos pelotões de petrechos leves.

Selecionadas as unidades que comporiam a FEB, iniciou-se o recrutamento para completar os efetivos. No caso dos RIs, havia a necessidade de mais que triplicar o contingente previsto para tempos de paz, que era de cerca de mil homens.[659]

Em relação aos oficiais, foram selecionados os formados na Escola Militar e os treinados nos centros de preparação de oficiais da reserva.[660] Quantos aos praças, foi preciso fazer convocação em âmbito nacional, o que esbarrou em um sistema de mobilização deficiente, o que não era novidade. De fato, em 1940, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, ao tratar do serviço militar obrigatório, já apontava problemas relacionados *"a irregularidades no alistamento, na notificação, etc., além das graves falhas na convocação".*[661]

Os critérios para seleção do pessoal inicialmente foram os mesmos usados pelo Exército norte-americano. Assim sendo, os convocados deveriam ser classificados em quatro grupos: aptos para o serviço do Exército, categoria especial (E); aptos para o serviço do Exército, categoria normal (N); incapaz temporariamente para o serviço no Exército; e incapaz definitivamente para o serviço no Exército. Seriam incluídos na FEB os oficiais e praças enquadrados na categoria "E". No caso dos praças, os da categoria "N" poderiam ser aproveitados em funções que não requeressem excessivo dispêndio de energia.

Juntas médicas, compostas por médicos de diferentes especialidades, foram encarregadas de realizar rigorosa inspeção de saúde; e a psiquiatras e psicólogos coube avaliar a capacidade intelectual.[662] Entretanto, iniciados os trabalhos, verificou-se um baixo número de convocados inseridos na categoria "E". O Ministro da Guerra, considerando que havia um excessivo rigor na seleção, ordenou que as categorias "E" e "N" fossem unificadas, afrouxando, assim, as exigências para o ingresso na FEB.

De todo modo, a seleção médica não seguiu a padronização esperada. Algumas juntas a fizeram com o devido rigor; outras, com acentuada negligência. Para Elza Cansanção, enfermeira da FEB, *"as inspeções de saúde eram sumárias e ineficientes, mesmo porque não dispúnhamos de muito material para exames preventivos"*.[663] Em consequência, quando o 1º escalão expedicionário chegou em Nápoles, constatou-se que muitos soldados apresentavam graves problemas dentários e diversos tipos de moléstias.[664]

---

[659] FARIAS, 1981, p. 296.
[660] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 142.
[661] DUTRA, Eurico Gaspar. Relatório do ano de 1939, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em novembro de1940, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1940. p. 12.
[662] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 138.
[663] CANSANÇÃO, Elza. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p. 54.
[664] GARCIA. Clóvis. Como um combatente viu os serviços médicos. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950. p. 288-290.

César Serau, cabo do 1º RI, relata como ingressou na FEB:

> *Quando fui convocado, fiquei contente, pois acompanhava a evolução do conflito desde 1939 [...]. Com a minha convocação, fui primeiro para o 4º RI em São Paulo e desta unidade transferido para o 1º RI, no Rio de Janeiro, para integrar a Força Expedicionária Brasileira. Classificado no Depósito, pensei que iria servir num depósito de munições ou de armas, mas me enganei: tratava-se do Depósito de Pessoal da FEB que reunia em seu efetivo soldados, cabos, sargentos e oficiais, eventuais substitutos daqueles que, por qualquer razão, deixassem as unidades onde estivessem classificados. Até escrevi uma carta para casa, para os meus pais e meus irmãos, na qual dizia: – Pensei que ia tomar conta de um depósito, mas quem foi para o depósito fui eu. [...].*[665]

Realizada a seleção, que transcorreu de forma bem mais lenta do que se esperava, decidiu-se concentrar os regimentos de infantaria na Vila Militar, no Rio de Janeiro. O 1º RI permaneceu em seu próprio aquartelamento; o 6º RI, no do Batalhão Escola de Infantaria; e o 11º RI em instalações improvisadas. Tal arranjo levou à superlotação dos alojamentos, causando desagrado à tropa.

Paralelamente se providenciou o fardamento. Nesse sentido, foi publicado o "Plano dos Uniformes da Força Expedicionária Brasileira", já que *"as exigências gerais da guerra extracontinental e as condições de clima e de terreno, em particular, determinam modificações nas peças de fardamento atualmente usadas pelo pessoal do Exército [...]".*[666]

Entretanto, os uniformes fornecidos não primavam pela qualidade. Lima Brayner diz ter constatado isso logo na chegada em Nápoles, onde os expedicionários acamparam por algum tempo. Relata que as roupas conduzidas do Brasil, ao serem lavadas, "*encurtaram desmesuradamente. Os tecidos eram, criminosamente, de péssima qualidade, e as cores não eram firmes*". Comenta também situação constrangedora, quando, juntamente com Mascarenhas de Moraes, foi inspecionar a participação de um grupo de oficiais brasileiros em um curso ministrado por norte-americanos:

> *Nesta ocasião, o comandante da Escola de "Liederships" fez os mais veementes elogios aos jovens oficiais que ali se encontravam, salientando sua dedicação, capacidade técnica, espírito de sacrifício e fibra invulgar, apesar de estreantes naquele terrível mister. Falando em tom patético, o oficial americano, apoiado pelo intérprete, mostrou que sua preocupação principal era outra, ao mesmo tempo que exaltava o excelente estado moral. Era lamentável o estado dos uniformes e calçados, que não tinham um mês de uso. As capas ditas "impermeáveis", não o eram absolutamente. As chuvas as havia encharcado e os oficiais que as portavam estavam molhados até à medula. As polainas verde-oliva, de tecido impróprio, tinham se transformado em sanfonas caídas sobre os tornozelos, alguns dos quais se apresentavam feridos e inflamados. Os coturnos, na sua quase totalidade, tinham descosido as solas, tornando o uso um verdadeiro suplício nos deslocamentos prolongados. Para cumular o ridículo, o comandante da escola exibiu uma manta (cobertor) levada por um oficial nosso, cuja notória transparência denunciava que, na confecção, não existira talvez 10% de lã.*

[665] SERAU, César. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 238 - 245.
[666] BRASIL. Decreto nº 15.100, de 20 de março de 1944.

Prossegue:

> *No entanto, aquele grupo de jovens oficiais brasileiros, silenciosos e resignados, hirtos de frio, não tinham uma só palavra de queixa contra os suplícios que estavam sofrendo, por amor e respeito ao nome de seu país, que não podia ser responsabilizado. [...]. Foram remetidos relatórios ao Brasil. A responsabilidade foi atribuída à pressa, inimiga da perfeição.*[667]

Diante da necessidade de se fardar e equipar adequadamente a tropa, o Comando da 1ª DIE solicitou auxílio aos norte-americanos, que foi atendido (Quadro L, p. 203). Efetivamente, praticamente todo o material usado pela FEB durante a campanha era de procedência estadunidense. No que toca aos gêneros alimentícios, alguns foram enviados do Brasil (feijão, mate, farinha, café, entre outros).[668]

Em relação à adaptação dos brasileiros ao cardápio norte-americano, Puppin de Faria e Silva Pereira relatam:

> *[...] a imposição do tipo de alimentação baseada nos hábitos alimentares da população norte-americana, diferente dos costumes alimentares dos pracinhas, causou, em uma fase inicial, um impacto negativo no moral e no ambiente psicossocial da tropa brasileira, pela falta de adaptabilidade à alimentação fornecida e à forma de preparação. Porém, com o aperfeiçoamento das técnicas de preparo, as adaptações que surgiram e o aprimoramento de nossos cozinheiros, as dificuldades foram sendo superadas e esse fator negativo foi reduzido gradativamente.*[669]

TROPA DA FEB[670]

[667] BRAYNER, 1968. p. 116-117.
[668] FARIA, Durland Puppin. Mudança de cardápio e impacto cultural: um estudo sobre alimentação da força expedicionária brasileira (1944-1945). 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – UNIVERSO, Niterói, 2017. p. 75.
[669] FARIA, Durland Puppin de; PEREIRA, Fabio da Silva. Alimentação dos soldados cariocas na Itália: um impacto cultural. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, nº 14, p. 103-121, 2018.
[670] Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

A infantaria recebeu dos norte-americanos armamentos de uso individual e coletivo (Quadros LII, LIII e LIV, p. 204 e 205). A aceitação foi boa, a não ser em relação aos fuzis *Springfield*. Lima Brayner explica:

> *No referente ao armamento, resolveu [o Chefe da Base Americana de Suprimentos] fornecer apenas fuzis Springfield, tipo antiquado, inferior ao nosso "Mauser" 1908. Recusaram o "Garand" semiautomático, empregados pelos americanos em ação, que dava uma potência de fogo muito maior a pequenas unidades de infantaria. Recusamo-nos a receber, inicialmente, o fuzil de repetição, apesar das explicações que assim se resumiam: 1) Muitas divisões americanas estavam dotadas de "Springfield". 2) A fabricação do "Garand" ainda era insuficiente. A preferência continuava sendo para as tropas que lutavam na Normandia. 3) O fuzil "Garand" aumentava terrivelmente o consumo de munições, agravando o problema de remuniciamento, e a fabricação. 4) As tropas de recente formação, pela sua inexperiência, ainda mais agravavam esse problema. Mas nós não aceitamos as explicações. Não estávamos bem integrados na situação geral. Para nós, a distribuição do "Springfield" era uma demonstração de desapreço. [...]. Repentinamente, porém, as coisas se modificaram. O armamento destinado à Divisão brasileira, vindo dos Estados Unidos, estava a caminho. [...]. Nessas condições, foram recebidos os fuzis "Springfield", juntamente com certa porcentagem dos "Garands".*[671]

QUADRO LI - EQUIPAMENTO INDIVIDUAL DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO[672]

Obs.: 1) mochila, 2) porta-marmita, 3) cartucheira, 4) porta-curativo, 5) estojo de primeiros socorros, 6) cinto, 7) porta-cantil/caneco, 8) cantil, 9) caneco, 10) coldre, 11) porta-carregador de pistola, 12) porta-carregador de carabina, 13) lanterna, 14) talheres, 15) marmita, 16) bandoleira, 17) ferramenta de sapa, 18) idem, 19) invólucro do clipe de munição, 20) clipe de munição, 21) baioneta de fuzil.

[671] BRAYNER, 1968, p. 122-123.
[672] 9TH INFANTRY DIVISION. *Site*.

QUADRO LII - ARMAMENTO DA INFANTARIA DIVISIONÁRIA (ID)[673]

ARMAMENTO	ALCANCE (METROS)		CADÊNCIA (TIROS/MIN)		DOTAÇÃO (ID)
	MÁXIMO	EFICAZ	MÁXIMA	PRÁTICA	
Carabina	1.600	250	40	25	853
Fuzil .30	3.200	500	32	16	1.909
Fuzil Automático .30	3.200	500	550	60	81
Metralhadora .30 Leve	3.200	1.800	500	60	42
Metralhadora .30 Pesada	3.200	1.800	540	125	
Metralhadora .50	6.700	1.800	540	40	35
Metralhadora de Mão .45	1.600	100	450	60	- *
Canhão Anticarro 60 mm	9.000	800	15	8	54
Morteiro 60 mm	1.790	1.790	-	-	27
Morteiro 81 mm	2.960	2.960	-	-	18
Morteiro 4.2	3.960	3.960	-	-	- *
Lança-Rojão 2.36	930	630	-	-	112
Obus 105 mm	6.580	5.600	-	-	6
Pistola .45	-	45	-	-	275
Obs.: * metralhadoras de mão e os morteiros não eram da dotação, mas foram distribuídos para reforçar a ID. O canhão utilizado era de 57 mm e não de 60 mm.					

QUADRO LIII: ARMAMENTO DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA[674]

ARMAMENTO	COMANDO	CIA DE COMANDO	CIA DE FUZILEIROS (TRÊS)	CIA DE PETRECHOS PESADOS	TOTAL
Carabina	2	51	84	88	225
Fuzil .30	-	56	438	50	544
Fuzil Automático .30	-	-	27	-	27
Metralhadora .30	-	-	6	8	14
Metralhadora .50	-	2	3	1	6
Canhão Anticarro 60 mm	-	3	-	3	6
Morteiro 60 mm	-	-	9	-	9
Morteiro 81 mm	-	-	-	6	6
Lança-Rojão 2.36	-	10	9	6	25
Pistola .45	2	15	30	28	75

[673] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 130 e organograma anexo entre as p. 128 e 129.
[674] Ibid.

QUADRO LIV - ARMAMENTO DA 1ª DIE[675]

GRANADA MK2

PISTOLA M911

CARABINA M1

METRALHADORA DE MÃO M3

FUZIL *SPRINGFIELD* 1903

FUZIL *GARAND* M1

FUZIL AUTOMÁTICO *BROWNING* M1918

METRALHADORA *BROWNING* M1919

MORTEIRO M2 (60 mm)

LANÇA-ROJÃO M9 A1 *BAZOOKA*

[675] 1) WIKIPEDIA List of World War II weapons of the United States. *Site.* Todas as imagens, exceto a da *bazooka. 2)* D&B MILITARIA, *Site. Bazooka*.

Em relação ao adestramento da tropa, previu-se instrução comum a todos os integrantes, peculiar de cada arma e serviço, de aperfeiçoamento dos graduados, conjunta da tropa, bem como cursos de formação de especialistas, cabos e sargentos. Paralelamente, alguns oficiais foram enviados aos Estados Unidos para realizar estágios.[676]

Todavia, diversos problemas dificultaram a instrução dos expedicionários: designação de unidades pertencentes a diversas regiões militares, retardando a concentração da DIE; mudança repentina de doutrina militar, da francesa para a norte-americana; insuficiência de material norte-americano para o treinamento; flutuação dos efetivos das unidades em decorrência das mudanças de critério de seleção de pessoal; falta de manuais técnicos e de campanha norte-americanos traduzidos; insuficiência de oficiais norte-americanos para instruir os brasileiros; e carência de instalações e de campos de instrução, entre outros. [677]

José Piason, tenente do 6º RI, relata:

> *Os programas de instrução eram previstos semanal e religiosamente, mas raramente cumpridos a rigor; sempre havendo algo para perturbar sua sequência; ora eram as visitas de autoridades-generais, treinamento para desfiles, desfiles e uma infinidade de outras coisas: então, suspendia-se toda a instrução visando a guerra e, de manhã à noite, treinava-se ordem unida; a apresentação, às vezes, era boa; mas, o que realmente ia ser utilizado em combate ficava para trás.*[678]

Nesse cenário, os adestramentos individual e especializado apresentaram resultados razoáveis, mas o coletivo ateve-se a alguns exercícios realizados no âmbito das pequenas frações. De maior envergadura, houve uma marcha de 35 km e um treinamento de ataque realizado por um grupamento tático, equipado com material norte-americano.[679]

Mascarenhas de Moraes reconheceu que variados problemas fizeram com que os três primeiros escalões de embarque chegassem à Itália com treinamento incompleto, enquanto os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução.[680]

De qualquer forma, o Comando da FEB esperava continuar os treinamentos no teatro de operações para o qual a tropa fosse designada. Isso normalmente ocorria em um período de ambientação, antes das novas unidades entrarem em combate.

Em relação ao 1º escalão, o adestramento pouco avançou no primeiro mês de permanência na Itália, devido à falta de material de instrução (restringiu-se a marchas, práticas desportivas, ordem unida e instrução geral). A partir de 5 de agosto de 1944, os brasileiros receberam material norte-americano, e com isso puderam colocar em prática os treinamentos previstos, que culminaram com um exercício-teste em Vada, em 10 de setembro. Deste, participaram mais de quatro mil expedicionários, cuja atuação foi avaliada por oficiais norte-

[676] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 147.
[677] 1) CASTELLO BRANCO, 1960, p. 148-149. 2) LIMA, Thorio Benedro de Souza. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 42.
[678] PIASON, José Álfio. Alguns erros fundamentais observados na FEB. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950. p. 96.
[679] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 149.
[680] MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 62.

americanos. No final, considerou-se que os brasileiros estavam em condições de entrar em combate.[681]

Cabe-se destacar que, na fase de adestramento, diversos oficiais e praças estagiaram em unidades norte-americanas empenhadas na frente de combate. Capitães e tenentes também realizaram cursos, dentre os quais o da Escola Americana de Treinamento e Comando de Pelotão, em Santa Ágata dei Gotti. Mário Amaral, tenente do 6º RI, comenta:

> *Instalada em edificações de madeira e barracas de lona, a escola dispunha de salas de aula, projeção, limpeza de armamento, estudo, descanso, etc., com mobiliário rude, mas confortável. [...]. O curso sendo de três semanas, exigia um programa intensivo de dez horas de trabalhos diários e três vezes por semana de quinze horas, com instrução noturna. O ensino eficiente, era resultante da objetividade dos processos usados; [...]. [Instruções ministradas:] a) organização do Exército alemão [...]. b) armamento alemão [...]. c) treinamento com armamento americano e demolições [...]. d) marcha noturna pela bússola [...]. e) leitura de carta em terreno plano [...]. f) pista de aplicações militares (trepar, rastejar e curso de assalto [...]. g) instrução de combate [...]. h) a instrução de tiro era executada por todos os alunos e com todos os armamentos [...]. [Outras instruções] Educação física - transmissões - estalido e estampido (consiste na determinação da arma na distância que a mesma se encontra do aluno, simplesmente pelos ruídos do "estalido do projétil e estampido da arma") - conselhos práticos - instrução sobre "snipers"- minas e armadilhas, etc. [...]. Esta escola, pela sua eficiente organização, emprestava aos exercícios uma tal realidade de ambiente de guerra, que muitos alunos ficaram feridos, sendo alguns mesmo gravemente. [...]. Infelizmente nunca pudemos aplicar os conhecimentos lá adquiridos, na instrução da tropa, em virtude da pressa demonstrada pelo nosso comando em participar efetivamente das operações.*[682]

No que concerne aos componentes do segundo e terceiro escalões, a instrução foi ainda mais restrita, devido a atrasos no recebimento de material e da premência de empregá-los em combate (faltava tropa de infantaria para os aliados na Frente Italiana, pois o comando geral deles priorizava a campanha que se realizava em território francês).[683] No que toca aos quarto e quinto escalões, treinamentos ocorreram no Depósito de Pessoal.[684]

Deverás, os brasileiros entraram em combate sem estar devidamente preparados. Aprenderam efetivamente a lutar estando em contato com o inimigo, particularmente durante a "Defensiva de Inverno" (meados de dezembro de 1944 até o início de fevereiro de 1945). Nessa fase, houve a retomada dos treinamentos, que ocorriam paralelamente a ações de patrulhamento. Adhemar da Costa Machado, tenente do 6º RI, explica:

> *Bem, nesse período ocorreu um intenso patrulhamento, que é a segurança que numa defensiva você lança à frente, para proteger a sua posição. Tanto alemães quanto brasileiros patrulhavam essa terra de ninguém à noite. E a patrulha tornou-se "o pão nosso de cada dia" do infante, do artilheiro observador avançado que estava lá, do engenheiro que estava em apoio para limpeza de campo minado. Quase diariamente você ficava fazendo escala de rodízio no pelotão para fazer patrulha.*

---

681 1) MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 62. 2) CASTELLO BRANCO, 1960, p. 170.
682 AMARAL, Mário. A instrução da FEB. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950. p. 177-181.
683 FARIAS, 1981, p. 319.
684 MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 215-216.

Prossegue:

> *Essas patrulhas não só realçaram o valor do soldado brasileiro, como serviram para o aprimoramento da sua capacidade profissional. Ele, na realidade, aprendeu a guerrear nesse período de patrulhamento, porque se expôs, arriscou-se, sentiu-se sozinho e enfrentou o inimigo e as condições. Ele foi feito prisioneiro, familiarizou-se com o terreno, aprendeu a se orientar e retornar à posição, que era um lazer para ele, porque no dia seguinte, à noite, provavelmente ele faria outra patrulha. Houve várias oportunidades de encontros de patrulha, com troca de tiros.*[685]

Quanto ao emprego, a 1ª DIE adotou os métodos de combate do Exército norte-americano. Substituía, dessa forma, os do Exército francês, que seguia desde o início da década de 1920, mas que se haviam demonstrado ultrapassados no início da II Guerra Mundial, em face da *Blitzkrieg*, do Exército alemão.[686]

A *Blitzkrieg* foi desenvolvida no Período Entreguerras, como solução para o impasse que a guerra de trincheiras ocasionava. Tinha como base o emprego combinado da aviação e de forças blindadas e motorizadas, bem como do uso da surpresa e da rapidez. Influenciou a doutrina dos principais exércitos envolvidos na guerra, inclusive a do norte-americano. Entretanto, exigia terrenos favoráveis à movimentação das unidades blindadas e motorizadas, ou seja, áreas planas, livres de florestas densas e pântanos, caso de parte dos territórios da França e da União Soviética, onde fora bem-sucedida.

Entretanto, a 1ª DIE acabou empregada em uma frente de combate assentada nos Apeninos setentrionais, que separam as partes central e norte da Itália. Trata-se de uma região montanhosa, que inviabilizou o uso da *Blitzkrieg*, no que concerne ao amplo emprego de forças motorizadas e blindadas. Dessarte, ali se travou uma guerra de posição, em que as forças do Eixo, fortificadas no alto das elevações, tinham que ser desalojadas por tropas de infantaria a pé, caso da brasileira.

---

685 MACHADO, Adhemar da Costa. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 127.

686 Em uma "Blitzkrieg", inicialmente era estabelecido um objetivo estratégico que deveria ser alcançado pelas grandes unidades blindadas. O ataque iniciava-se pela ação de caças e bombardeiros, que, agindo como uma "artilharia aérea", destruíam campos de pouso, estações ferroviárias, depósitos de combustíveis, pontes, quartéis-generais, entre outros alvos, a fim de desarticular as posições defensivas inimigas. A artilharia contribuía, de acordo com suas possibilidades, nesse esforço. Tropas paraquedistas podiam ser lançadas para conquistar áreas importantes para o prosseguimento das operações, ou para desorganizar ainda mais o sistema defensivo inimigo. Paralelamente, ou mesmo antes do início das operações, tropas terrestres pressionavam toda a frente inimiga (reconhecimento em força) para localizar os pontos fortes e fracos do dispositivo inimigo. Feitos os reconhecimentos, poderosas investidas blindadas eram realizadas para abrir brechas de dois a três km nos pontos fracos. Os pontos fortes eram desbordados, para posterior destruição. Após passar pelas brechas, as forças blindadas poderiam, dependendo o caso, seguir para o objetivo final, causando a maior quantidade de danos possíveis ao adversário, ou isolar os pontos fortes que haviam ultrapassado, enfraquecendo-os (as duas operações poderiam ser realizadas conjuntamente). Unidades motorizadas seguiam as blindadas, procurando alargar as brechas. Por fim vinham divisões a pé, às quais cabia reduzir os pontos fortes, agora enfraquecidos pela ação das forças de primeiro escalão. Todas as operações terrestres eram apoiadas pela força aérea. Alcançado o objetivo estratégico, outros eram traçados, e as operações prosseguiam. Conforme: LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 271.

A 1ª DIE foi estruturada como uma força parcialmente motorizada.[687] Fazendo-se arranjos no uso dos meios de transporte que dispunha, 1/3 do efetivo dela podia ser deslocado de uma só vez. Com isso, no máximo poder-se-ia formar um "grupamento tático" motorizado (tropa de constituição variada, temporária, para cumprir missões específicas).[688]

Somente no último mês de guerra, rompida a referida frente, puderam os aliados desencadear ações de alta mobilidade, nas vastas planícies do vale do Pó. Para acompanhá-la, Mascarenhas de Moraes fez uso de parte das viaturas da artilharia para transportar a infantaria.

Cabe-se destacar que os oficiais de infantaria, pelo menos os mais jovens, formados na Escola Militar, tinham conhecimento sobre as novas concepções de emprego de sua arma. Adhemar da Costa Machado declara que:

> *Quanto aos quadros profissionais, a FEB se valeu, principalmente, de tenentes das turmas de 1942, 1943 e 1944. Os capitães eram novos, muitos tendo feito curso nos Estados Unidos, em Fort Benning ou em Fort Leavenworth, portanto já familiarizados com o novo material, ao novo equipamento, à nova ideia que diferia em grande parte da escola francesa, a que o Exército estava habituado a seguir. As diferenças sobressaíam na riqueza de material; na concepção mais arrojada, menos defensiva, mais atrevida, em oposição à escola francesa, mais acadêmica; no fundamento, embora não tão diferente. Mas, esse pessoal combatente, esses quadros, já tinham ideia de guerra relâmpago: mobilidade e rapidez; de grandes desbordamentos ou envolvimentos; do emprego de blindados; e da importância da força aérea, da cobertura aérea, que eram os novos fatores do tipo de guerra moderno que o alemão apresentava ao mundo. Na Escola Militar, embora não tendo o material, o cadete recebia instrução atualizada sobre a concepção das novas táticas, das novas doutrinas, aliviando o problema do material, porque se tratava apenas de um período para saber manejá-lo.*[689]

O emprego da infantaria norte-americana era prescrito em manuais. O FM 7- 5, relativo aos batalhões, continha reflexões e diretrizes. Abaixo, algumas delas.

Partia-se da premissa que o homem é o elemento mais importante e decisivo em uma guerra. O combate, por sua vez, tratava-se de uma luta moral, vencida pelo lado que se recusasse a desanimar. Fatores como armamento, equipamento e treinamento técnico influenciariam o moral de uma tropa, mas, ao mesmo tempo, o aproveitamento pleno das potencialidades deles dependeria das qualidades morais do soldado.[690]

Estabelecia atributos a serem inculcados nos soldados, dentre os quais, disciplina, lealdade, espírito de corpo, agressividade e iniciativa inteligente. Os comandantes de fração deveriam ter também vigor físico, abnegação, força de vontade, coragem, autoconfiança e conhecimento profissional.[691]

---

[687] CASTELLO BRANCO, 1960, Organograma anexo entre as p. 128 e 129.
[688] Ibid. A Artilharia Divisionária possuía 133 viaturas 2/5 toneladas (caminhões), suficientes para transportar seu pessoal e material, mas a Infantaria Divisionária só dispunha de 34, o que restringia a mobilidade da divisão como um todo.
[689] MACHADO, 2001, p. 120.
[690] USA, 1940, p. 1.
[691] Ibid., p. 1-2, 19-20.

Lembrava que a missão básica da infantaria no ataque eram cerrar sobre o inimigo para capturá-lo ou destruí-lo; na defesa, manter o terreno e repelir as investidas hostis.[692]

Destacava que a infantaria opera em zona de fogo hostil e intenso e, por isso, seus combatentes deveriam adotar formações dispersas; o que diminuiria o risco de eles serem alvos do inimigo. [693]

Ressaltava que os comandantes de frações de infantaria têm ciência de apenas uma pequena parte do que se passa no campo de batalha. Em razão disso, devem se preocupar com os combates locais, que delineiam o resultado do confronto.[694]

Salientava que os equipamentos e armamentos deveriam ser adequados para a execução da missão, e as armas mais pesadas suficientemente móveis para manter o apoio permanente aos fuzileiros.[695]

Asseverava que os resultados decisivos são geralmente obtidos por meio de ofensivas. No entanto, os elementos necessários para isso, como superioridade numérica, material e moral, não estariam presentes em todas as partes da frente de combate. Quando isso ocorresse, dever-se-ia ficar na defensiva. Não obstante, cabia ao alto-comando determinar a atitude geral a ser observada nas várias partes de um teatro de operações, devendo as frações envolvidas diretamente nos combates ficar em condições de rapidamente passar da defensiva para a ofensiva e vice-versa.[696]

Expunha que a infantaria, por si só, tem capacidade ofensiva quando dispõe de liberdade de manobra ou em face de resistências improvisadas. Nos estágios iniciais de combate, com apoio limitado de outras armas, poderia ser capaz de superar elementos hostis avançados e parcialmente isolados. Em estágios posteriores, com ação combinada de outras armas, teria condições de fazer frente a um inimigo surpreso ou recentemente posicionado, cujos fogos fossem mal coordenados. Todavia, o poder ofensivo da infantaria diminuiria caso sua liberdade de manobra fosse restringida por resistência coordenada e contínua. Ficaria ainda mais reduzido em situações que requeressem ataques frontais contra uma posição defensiva bem organizada. Em tais condições, a concentração dos fogos de poderosas armas de apoio seria essencial para o êxito do ataque. [697]

Especificava que a infantaria a pé tinha dois meios de ação principais: fogo e movimento. Deveria haver a máxima coordenação entre eles para que se pudesse cerrar sobre o inimigo e quebrar sua resistência. O fogo deveria destruir ou neutralizar o inimigo e ser utilizado para proteger o movimento em qualquer tipo de terreno.[698]

Em se tratando de uma ofensiva, a frente das frações de infantaria dependeria de diversos fatores. Em caso de os flancos estarem protegidos, recomenda-se: regimento, uma a duas mil jardas; batalhão: 500 a mil jardas; companhia: 200 a 500 jardas; e pelotão 100 a 200 jardas.[699]

---

[692] Ibid., p. 19-20.
[693] Ibid.
[694] Ibid.
[695] Ibid.
[696] Ibid.
[697] Ibid.
[698] Ibid., p. 25.
[699] Ibid., p. 34. Uma jarda equivale a aproximadamente 0,91m.

Os comandantes de fração deveriam levar em conta no planejamento e execução do ataque diversos elementos, entre os quais o uso da surpresa e da simplicidade, o controle do apoio de fogos e dos carros de combates postos a sua disposição, a conquista de objetivos sucessivos, a busca por ações sobre os flancos do inimigo, a dispersão controlada das tropas, o estabelecimento contínuo de suprimento de munição, e a adoção de medidas de segurança (realizar reconhecimentos e manter reservas, por exemplo).[700]

Traçados os objetivos e feitos os planejamentos, o comandante do batalhão deveria definir as missões e o setor de ação de suas companhias e os comandantes destas fariam o mesmo em relação aos pelotões. As tropas encarregadas do ataque deveriam partir de uma zona de reunião e concentrar-se em uma posição coberta situada nas proximidades do objetivo. Nesse deslocamento, as frações deveriam prezar pela dispersão, ajustando suas formações ao terreno e a possíveis interferências do inimigo. Da posição coberta, as companhias, por pelotões, seguiriam até a linha de partida. Desta linha, os pelotões, fazendo uso do fogo e movimento, e contando com o apoio de fogo de escalões superiores, deveriam progredir até a linha de assalto. Deste local, os pelotões partiriam para a conquista das posições do inimigo, cessando, então, os fogos de apoio dos escalões superiores, pois poderiam atingi-los.[701] Durante o assalto, os fuzileiros, com baionetas caladas, deveriam avançar rapidamente, aproveitando-se das vantagens oferecidas pela cobertura de carros de combate, pedras, árvores, montes, etc. À medida que progredissem, deveriam disparar intensivamente contra o inimigo, de preferência da posição em pé (Esboço XXXIX, p. 213).[702]

Conquistada a posição, as frações se reorganizariam e, sem perda de tempo, deveriam desencadear perseguição ao inimigo para evitar que este se recompusesse. [703]

Caso o ataque fosse detido pelo inimigo, caberia as frações passar imediatamente para a defensiva e manter o terreno conquistado. Abrigos individuais deveriam ser cavados e caberia ao comandante emitir instruções para a organização de uma posição geral. Armas de apoio deveriam ser prontamente direcionadas para dar suporte à defesa ou para auxiliar os fuzileiros em caso de retomada do ataque.[704]

No que toca à defensiva, partia-se da ideia que uma atitude defensiva poderia ser imposta pelo inimigo ou deliberadamente adotada. Neste caso, temporariamente com vistas à preparação de uma ofensiva sob condições mais favoráveis, ou para economizar forças em um local, tendo com vista concentrar forças superiores em outro. Em qualquer caso, os soldados deveriam buscar ocultar a linha defensiva, estabelecer planos de fogos e realizar trabalhos de organização do terreno (construção de abrigos, limpeza de campos de tiro, camuflagem da posição, etc.). Além disso, os defensores deveriam pensar sempre em contra-atacar, o que poderia ser feitos por tropas que estivessem em reserva, desde que tivessem suficiente mobilidade.[705]

---

[700] Ibid., p. 28-32.
[701] 1) USA, 1940, p. 46. 2) USA, 1942, p. 37.
[702] USA, 1940, p. 142.
[703] Ibid., p. 45-46.
[704] Ibid., p. 47.
[705] Ibid., p. 47.

Considerava que o poder defensivo da infantaria atinge o máximo quando a situação limita a ofensiva inimiga a ataques frontais e permite que o defensor articule intensa fortificação do terreno e densa rede de fogos coordenados, bem como tenha seus flancos intransitáveis pela existência de obstáculos. Mesmo assim, não se poderia dispensar os suportes aéreo, blindado, antitanque e de artilharia.[706]

Destacava que a frente e a profundidade das posições dependeriam de diversos fatores. Em caso de os flancos estarem protegidos, estipulava-se o constante no quadro abaixo:

QUADRO LV – FRENTE E PROFUNDIDADE DA INFANTARIA NA DEFENSIVA (EM JARDAS)[707]

FRAÇÃO	FRENTE	PROFUNDIDADE
Regimento	2.000 a 3.000	1.500 a 2.000
Batalhão	800 a 1.500	700 a 1.200
Companhia	400 a 600	400 a 600
Pelotão	200 a 400	Até 200

O posicionamento das frações dos batalhões e das companhias em uma defensiva deveria atender a requisitos táticos (tipo do terreno ocupado, valor combativo do inimigo, possibilidade de realizar contra-ataques, etc.) (vide exemplo no Esboço XL, p. 213). Normalmente, caso dos pelotões de fuzileiros de uma companhia, dois deles ficavam na linha principal de resistência e um a retaguarda desses para apoiá-los. A integridade dos grupos de combate, em qualquer situação, deveria ser preservada.[708]

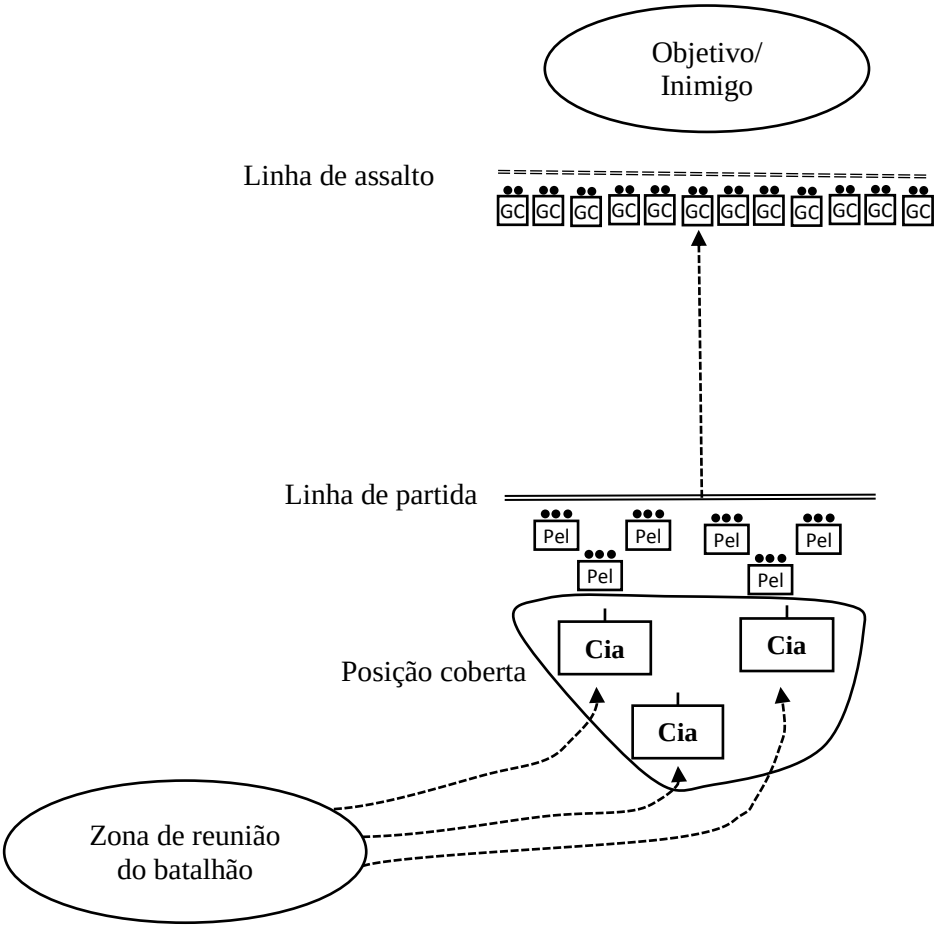
Nesse contexto, em setembro de 1944, o 1º escalão da FEB foi empregado em combate na região do rio Serchio (o 2º e 3º só chegariam na linha de frente em novembro) (Esboço XLI, p. 214). Para isso, foi formado o Destacamento FEB (Dst FEB), comandado por Zenóbio da Costa e composto predominantemente por pessoal do 6º RI.

O Dst FEB ficou adido ao 4º Corpo de Exército (C Ex) dos Estados Unidos (USA). Este era comandado pelo general Willis Crittenberger e dele faziam parte também a 6ª Divisão Blindada (Div Bld), da África do Sul (ZAF); e a 1ª Div Bld e a Força Tarefa 45 (FT), dos Estados Unidos. O 4º C Ex estava subordinado ao V Exército (Ex) dos Estados Unidos, liderado pelo general Mark Clark, que por sua vez estava enquadrado no XV Grupo de Exércitos (Aliados), chefiado pelo general Harold Alexander (vide Organograma VIII, p. 214). O QG da 1ª DIE, que também já se encontrava na Itália, ficou adido ao V Ex, o que deveria perdurar até a chegada de todo o contingente brasileiro.[709]

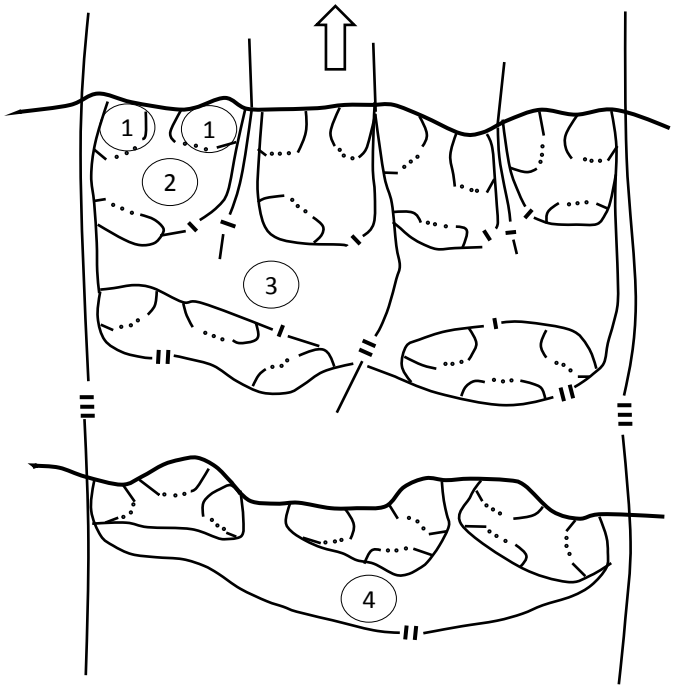
Diante das tropas aliadas estava o Grupo de Exército "C", da Alemanha (DEU), posicionado na Linha Gótica (ou Verde), sistema defensivo que cortava a Itália de leste a oeste, de Pesaro até La Spezia, estruturado em área montanhosa.

[706] Ibid., p. 19-20.
[707] Ibid., 1940, p. 60-61.
[708] USA, 1942, p. 74.
[709] SAVIAN, Elonir José. **Dos Apeninos aos Alpes**: a Força Expedicionária Brasileira e o XV Grupo de Exércitos na campanha da Itália. Resende: Edição do Autor, 2016. p. 24.

ESBOÇO XXXIX – EXEMPLO DE DESLOCAMENTO DE UM BATALHÃO PARA O ATAQUE[710]



ESBOÇO XL – EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DEFENSIVA REGIMENTAL[711]

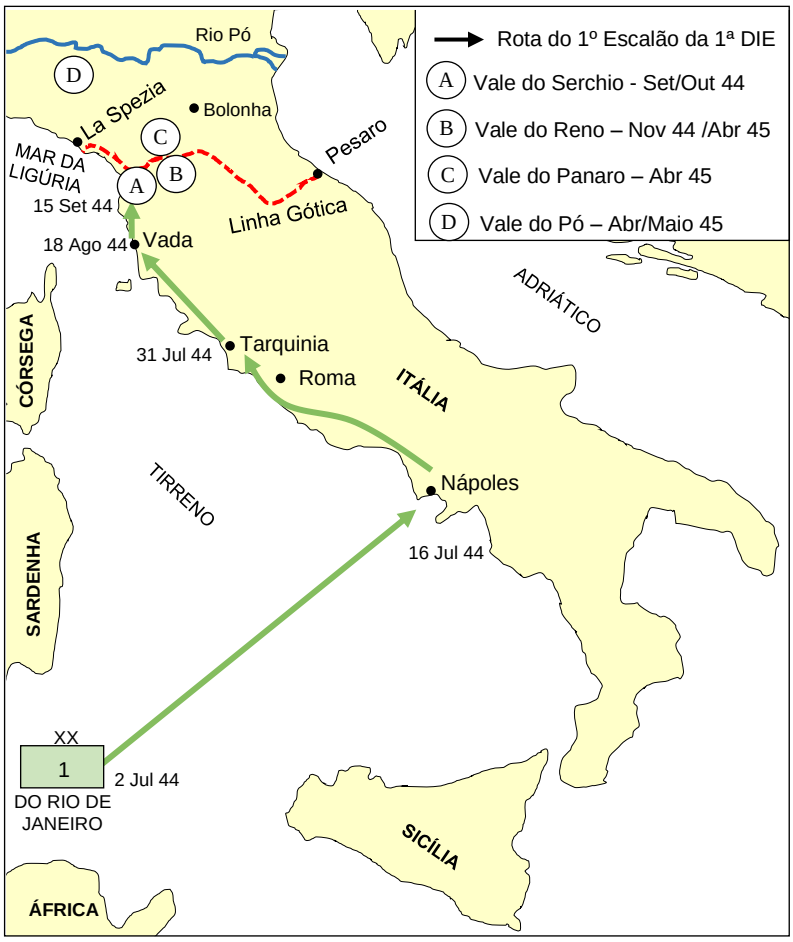


Legenda

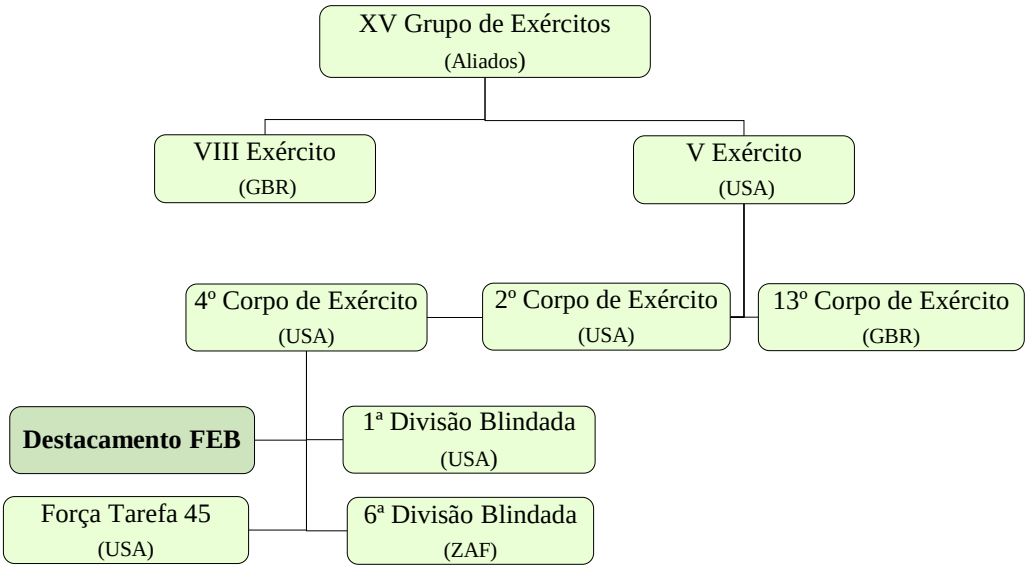
1 Área de defesa de pelotão
2 Área de defesa de companhia
3 Área de defesa de batalhão
4 Reserva regimental

[710] 1) USA, 1940, p. 46. 2) USA, 1942, p. 37.
[711] USA. War Department. **Infantry Field Manual FM 7-40**: Rifle Regiment. Washington: United States Printing Office,1942. p. 151.

ESBOÇO XLI - DESLOCAMENTO DO 1º ESCALÃO E REGIÕES ONDE A 1ª DIE ATUOU[712]



ORGANOGRAMA VIII – ENQUADRAMENTO INICIAL DA 1ª DIE (DST FEB)[713]



[712] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 178.
[713] SAVIAN, 2016, p. 24.

Os aliados contavam com cerca de 900 mil soldados e dispunham de superioridade de meios bélicos, inclusive aéreos. As tropas do Eixo somavam cerca de 300 mil combatentes e tinham estabelecido boas posições defensivas.[714]

No momento em que o Dst FEB entrou em ação, as tropas do XV Grupo de Exércitos realizavam a "Operação Olive". Em linhas gerais, o plano dos aliados era romper a Linha Gótica, apoderar-se de Bolonha (importante entroncamento rodoferroviário), e adentrar no vale do Pó tendo em vista perseguir, cercar e capturar as forças inimigas remanescentes, evitando que se retirassem da Itália pelos passos alpinos.

Ao 4º C Ex cabia atuar como força de cobertura, ou seja, fixar as forças adversárias posicionadas na parte oeste da Linha Gótica, impedindo-as de se deslocar para as frentes em que se realizariam os ataques principais.[715]

Tendo em vista iniciar suas operações, o Dst FEB foi incumbido de atuar nas proximidades do mar da Ligúria, entre a FT 45 e a 1ª Div Bld (Esboço XLII, p. 219). Era uma região relativamente calma da linha de frente e as ações serviriam para ambientar os soldados brasileiros sobre a realidade do combate. [716] Manoel Castello Branco, oficial de comunicações do 1º RI, relata:

> *Tratava-se de cumprir uma missão simples, numa larga frente, a cavaleiro do divisor de águas balizado pelo mar Tirreno a W e o rio Serchio a E, cujo terreno, extremamente acidentado, rochoso e ravinoso, elevava-se, gradativamente, de 300 metros de altitude, na linha de partida, a 1.300 metros no M. Prano, fazendo antever caminhadas longas e fatigantes.*[717]

A missão do Dst FEB seria substituir a FT 45, manter contato com a 1ª Div Bld que operava a leste, sondar o dispositivo do inimigo e persegui-lo, caso este retraísse. Em oposição aos brasileiros operavam tropas da 42ª DI (DEU).[718]

A atuação do Dst FEB iniciou-se no dia 15 de setembro e resultou em uma série de sucessos frente às tropas inimigas, que nos primeiros embates não ofereceram sérias resistências, preferindo retrair para pontos fortes da Linha Gótica. Assim, com relativa facilidade, frações do 6º RI desalojaram forças adversárias das localidades de Massarosa, em 16 de setembro, e Camaiore, dois dias depois.[719]

Dando prosseguimento as ações, as tropas brasileiras passaram a se movimentar para envolver e capturar Monte Prano, usado como observatório pelo inimigo. Mascarenhas de Moraes descreve o que se passou:

> *Durante seis jornadas (de 21 a 26 de setembro), plenas de flutuações e peripécias, nossos canhões e tanques americanos castigaram e afinal romperam todos os esteios do intrincado dispositivo. Lançou-se contra Monte Prano, em arrojada ação de patrulhas, um pelotão da 2ª Companhia do 6º RI, enquanto os canhões aliados prosseguiam na tarefa de abrandamento dessa região-chave, entre as quais se distinguiam os das baterias brasileiras instalados em Babbano.*

[714] Ibid., p. 23.
[715] Ibid., p. 27.
[716] Ibid., p. 33.
[717] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 191. Para o *Istituto idrografico della Marina* (Itália), a costa a que se refere o autor é banhada pelo mar da Ligúria.
[718] SAVIAN, 2016, p. 35.
[719] Ibid., p. 35.

Prossegue:

> *Após duas jornadas de marcha e ligeiros combates com elementos contrários, essa patrulha, comandada pelo tenente Mário Cabral de Vasconcelos, conseguiu alcançar o terço superior de Monte Prano. Na jornada de 26 de setembro, patrulhas brasileiras percorreram essa elevação e certificaram-se do abandono, pelo inimigo, dessa importante posição.*[720]

Entretanto, nos setores principais de combate, as ações não se vinham desenrolando conforme o planejado pelos aliados e a "Operação Olive" estava sob a ameaça de fracassar. Em face disso, Clark resolveu concentrar o máximo de suas tropas em um esforço final para conquistar Bolonha antes da chegada do inverno. Para isso, ordenou que a 1ª e a 6ª Divisões Blindadas passassem para o comando direto do V Exército.[721] Em consequência, o 4º C Ex ficou com seu poder de combate reduzido, pois só passou a dispor do Dst FEB, da FT 92 e do 107º Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAAe), dos Estados Unidos.[722]

A FT 92 passou a atuar na área onde antes operava a FT 45. Era formada predominantemente por tropas do 370º RI da 92ª DI (USA) (divisão que também vinha sendo transportada por escalões para a Itália). A FT 45 deixou temporariamente de operar; seria reorganizada nas proximidades de Pistoia e voltaria a atuar em novembro. Os artilheiros do 107º GAAAe haviam sido requalificados como infantes.[723]

Em razão desses reordenamentos, o Dst FEB recebeu nova missão: avançar pelo vale do Serchio em direção a Castelnuovo de Garfagnana (antes área de ação da 1ª Div Bld).[724]

O vale do Serchio é bastante estreito na região onde os brasileiros atuaram (não passa de 3 km), sendo emoldurado por altas elevações propícias para ações retardadoras. Nele há diversas localidades, destacando-se Borgo a Mozzano, Fornaci e Castelnuovo de Garfagnana. Para a tropa brasileira, o movimento ofensivo para o norte oferecia menor número de dificuldades se fosse realizado pela rodovia que seguia ao longo do rio (Esboço XLIII, p. 219).[725]

Zenóbio da Costa decidiu avançar pelo vale com o 3º/6º RI[726]; justaposto a esse e pela zona montanhosa a oeste progrediria o 2º/6º RI; em reserva e à retaguarda do 3º/6º RI seguiria o 1º/6º RI.[727]

A partir de 1º de outubro, os batalhões iniciaram sua progressão, que se deu inicialmente sem resistência. Dez dias depois, os brasileiros estavam em Barga, tendo percorrido cerca de 10 km e libertado várias localidades, entre as quais Ghivizzano e Fornaci. Faltavam, então, somente cerca de 6 km para se chegar a Castelnuovo de Garfagnana, objetivo final.[728]

---

[720] MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 180.
[721] SAVIAN, 2016, p. 37.
[722] Ibid.
[723] Ibid., p. 38. A supremacia aérea aliada na Frente Italiana permitia tal requalificação.
[724] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 198.
[725] SAVIAN, 2016, p. 38.
[726] 3º Batalhão do 6º Regimento de Infantaria. Doravante seguir-se-á o seguinte modelo de abreviação para indicar subordinações de tropas, em que se partirá das frações menores para as maiores. Assim: 3ª/11º/6º RI é igual a 3ª Companhia, do 11º Batalhão, do 6º Regimento de Infantaria.
[727] SAVIAN, 2016, p. 38.
[728] Ibid., p. 38-39.

Castelnuovo de Garfagnana era um ponto chave do sistema defensivo alemão, já que por lá passavam importante rodovias que ligavam o vale do Serchio a regiões à retaguarda da Linha Gótica. Caso conquistada, possibilitaria aos aliados flanquear importantes posições inimigas. Tudo isso levava a crer que estivesse bem defendida. [729]

Nos dias seguintes, na região de Barga, Zenóbio ordenou a realização de reconhecimentos em elevações próximas a Castelnuovo de Garfagnana, tendo em vista sondar o dispositivo do inimigo. Houve reações em San Quirico e em Lama di Sotto e teve-se informações que no caminho estavam tropas da 42ª e da 232ª DIs (DEU).[730]

Em fins de outubro, Zenóbio resolveu capturar Castelnuovo de Garfagnana, nesse momento defendida por contingentes da 232ª DI (DEU) e da 4ª Divisão Alpina, da Itália (ITA). Tal ação passaria antes pela conquista de objetivos intermediários, ou seja, algumas elevações próximas daquela localidade. O plano do comandante brasileiro era:

> *[...] num primeiro tempo conquistar as alturas de Calomini, C. Casela, San Quirico, Colle, cota 906 (sudoeste de Lama) e Lama di Sotto; reconhecer, após a ocupação da linha supra, com o 6º RI, as alturas de Bruciano, Montaltissimo, Cascio, Treppignana e Sasseto; iniciar as ações a leste do Serchio às seis horas do dia 30 de outubro; e terminado o primeiro tempo de manobra, continuar metodicamente a progressão a cavaleiro do Serchio ou progredir, sem perda de tempo, diretamente contra Castelnuovo de Garfagnana e, neste caso, com esforço principal pela esquerda.*[731]

Caberia às 1ª, 2ª e 3ª Cias do 1º/6º RI, reforçadas pela 7ª Cia do 3º/6º RI, o ataque principal pelo leste do vale, que visava a conquista de San Quirico, Colle, Ponto Cotado 906 (P Cot) e Lama di Sotto. O 2º/6º RI deveria realizar ações secundárias a oeste do vale, entre as quais a conquista de Calomini e Casela. Tal disposição de forças, no entanto, deixava Zenóbio quase sem reserva (sobravam-lhe apenas a 8ª e a 9ª Cias do 3º BI). [732]

O ataque principal foi desencadeado no dia 30 e inicialmente transcorreu conforme o planejado. Partindo de Sommocolonia, a 1ª e 2ª Cias se apossaram, respectivamente, do P Cot 906 e de Lama di Sotto. Ao mesmo tempo, tendo como linha de partida Albiano, a 3ª e a 7ª Cias ocuparam Colle e San Quirico, respectivamente. Assim, ao escurecer, os objetivos haviam sido atingidos, tendo o inimigo quase não esboçado reação. Estavam as tropas brasileiras, agora, a cerca de 4 km de Castelnuovo de Garfagnana. Na parte oeste do vale, o ataque secundário do 2º BI também fora coroado de êxito. [733]

Todavia, dada a importância de Castelnuovo de Garfagnana, tropas ítalo-germânicas pela primeira vez contra-atacaram na zona de ação brasileira. Deveras, na madrugada do dia 31, contingentes inimigos surpreenderam as forças do Dst FEB, que, empolgadas pelo desempenho do dia anterior, não haviam tomado medidas adequadas para consolidar a posição conquistada, o que já era tarefa difícil em razão da falta de suprimentos e da larga frente que defendiam.[734]

---

[729] Ibid., p. 39.
[730] Ibid.
[731] MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 87.
[732] SAVIAN, 2016, p. 40.
[733] Ibid.
[734] Ibid.

As forças do Eixo lançaram o ataque por volta das 3h sobre a posição da 3ª Cia, em Colle. Surpreendidos, os integrantes desta subunidade paulatinamente retraíram para Albiano, o que deixou os flancos da 7ª e da 1ª Cias expostos. Aproveitando-se disso, as tropas inimigas atacaram estas Cias, que após repelirem alguns assaltos, também recuaram. A 2ª Cia permaneceu no terreno, mas ficou isolada; e, em face disso, Zenóbio ordenou que esta também retraísse. As diminutas reservas do destacamento FEB não foram empregadas.[735]

José Gonçalves, tenente do 6º RI, apontou as razões do revés:

> *Foi dada então ordem ao I Batalhão a missão principal dessa operação, cabendo-lhe atuar numa frente de mais de 4 quilômetros! Com o emprego desse batalhão, ficava o regimento praticamente sem reserva e, consequentemente, impossibilitado de acudir a qualquer ponto onde o desenrolar dos acontecimentos pudesse requerer algum reforço! Por sua vez, o batalhão também nenhuma reserva podia reter em virtude da longa frente que lhe atribuíram. Numa visão curta sobre a envergadura e consequências que tal operação pudesse acarretar e, mais ainda, num flagrante menosprezo ao valor adversário, não se preveniu o Comando do indispensável à manutenção das tropas nas novas posições que viesse a conquistar, tal como reservas de víveres e munições, bem como meios próprios ao transporte desses materiais para as primeiras linhas.*[736]

Mesmo com esse revés, os resultados obtidos no vale do Serchio haviam sido expressivos, conforme destaca Mascarenhas de Moraes: *"[...] quarenta quilômetros de progressão; 208 prisioneiros capturados; [...]; várias localidades libertadas; e a captura de uma fábrica de munições e acessórios de aviões (Fornaci*)".[737]

Em 31 de outubro, com a chegada do 2º e 3º escalões, todos os elementos da 1ª DIE voltaram a se unir, sob comando de Mascarenhas de Moraes. Por conseguinte, o Dst FEB foi desfeito.[738]

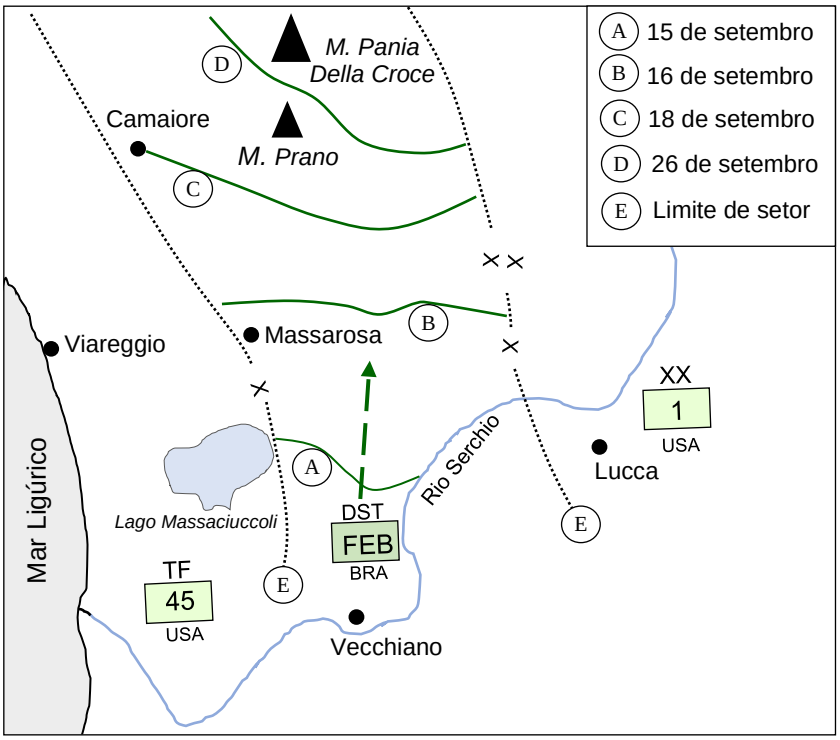
Entrementes, os principais comandantes aliados percebiam que a "Operação Olive" fracassara. Embora suas tropas tivessem avançado, em nenhum setor haviam conseguido romper o sistema defensivo inimigo. A falta de pessoal e material, além da chegada do inverno, levavam-nos a crer que não poderiam vencer os alemães na Itália antes da primavera. Não obstante, consideravam que a pressão sobre as tropas adversárias deveria continuar, a fim de impedi-las de se deslocar para outras frentes de combate europeias.[739]

Foram feitos, então, reajustes. Devido ao bom desempenho no vale do Serchio, a 1ª DIE foi deslocada, entre 4 e 9 de novembro, para o vale do Reno. Passava a ocupar um setor mais ativo da linha de frente, que se estendia do rio Reno, a leste, até a linha Porretta Terme – Monte Belvedere, a oeste.[740] Inicialmente o 6º RI e a FT Gardiner (USA) ocuparam a referida posição (Esboço XLIV, p. 221).

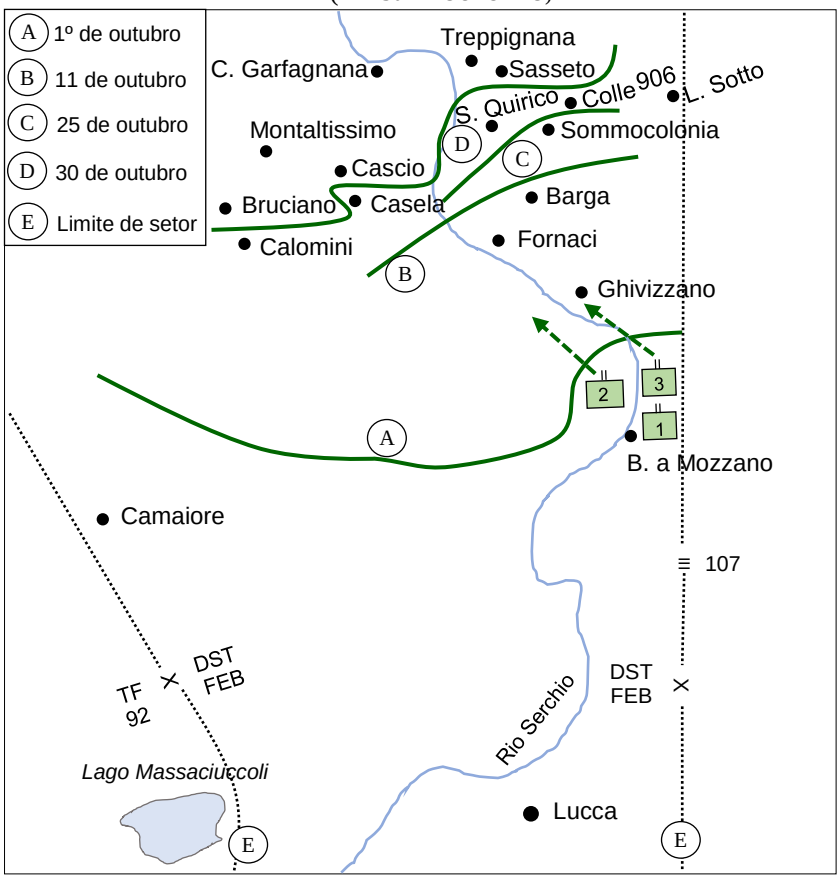
---

[735] SAVIAN, 2016, p. 40.
[736] GONÇALVES, José. Nosso revés em Somacolonia. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a F.E.B. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950. p. 187.
[737] MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 42.
[738] Nos meses de setembro e outubro, a FEB teve, em ação, 13 mortos e 87 feridos; conforme: MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 312.
[739] SAVIAN, 2016, p. 43-44.
[740] Ibid., p. 44-45.

ESBOÇO XLII – PROGRESSÃO DO DESTACAMENTO FEB
(15 A 26 DE SETEMBRO)[741]



ESBOÇO XLIII – PROGRESSÃO DO DESTACAMENTO FEB
(1º A 30 DE OUTUBRO)[742]



[741] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 194.
[742] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 200.

Pela zona de ação da 1ª DIE passava a Rodovia 64, que ligava Pistoia a Bolonha. No lado oeste dela encontravam-se diversas elevações íngremes sob poder da 232ª DI (DEU), entre as quais Belvedere, Gorgolesco, della Torraccia, Terminale, Castello e Castelnuovo. Assim, fazia-se necessário aos aliados conquistar tais alturas, caso mantivessem seu propósito de avançar pelo referido eixo rodoviário. A posse das elevações citadas também enfraqueceria o sistema defensivo alemão (mas não romperia a Linha Gótica).[743]

Crittenberger confiou a missão de conquistá-las ao brigadeiro-general Paul Rutledge. Este teria a sua disposição a FT 45, o 2º/370º/92ª DI e duas Cias do 751º Batalhão de Carros de Combate (BCC), todos norte-americanos, mais o 6º RI e o Esquadrão de Reconhecimento (Esq Rec) da 1ª DIE. [744]

As ordens de Crittenberger foram "*impedir que o inimigo fizesse uso do monte Belvedere; conquistar e manter os montes Castello, della Torraccia e Terminale; ficar em condições de liberar as tropas brasileiras 48 horas depois da conquista dos objetivos*".

Para isso, o seguinte plano foi concebido: o 435º GAAAe (da FT 45), pela esquerda, deveria conquistar Querciola, Corona e Belvedere; o 2º/370º RI, no centro, deveria se apossar das alturas situadas nas vizinhanças de della Torraccia e Terminale; o 3º/6 RI, à direita, deveria dominar Castello e elevações próximas; o 1º/1º RI e o Esq Rec/1ª DIE ficariam em reserva. Caso a investida tivesse sucesso, seriam feitos ajustes e as operações prosseguiriam tendo-se em vista a conquista de della Torraccia e Terminale (Esboço XLV, p. 221).[745]

O Ataque foi lançado às 6h de 24 de novembro e ao entardecer o panorama pode ser assim descrito: o 435º GAAAe havia se apoderado de Querciola e Corona e ganhara terreno em direção a Belvedere; o 2º/370º RI e o 3º/6 RI pouco progrediram, pois logo foram detidos por fogos. O batalhão brasileiro teve os carros de combate que o apoiavam avariados por minas e acabou retornando para a linha de partida (Esboço XLVI, p. 222). [746]

No dia seguinte o ataque foi retomado. O 435º GAAAe conquistou a crista de Belvedere (mas não toda a elevação). O 2º/370º RI e o 3º/6 RI novamente pouco avançaram (Esboço XLVII, p. 222).[747]

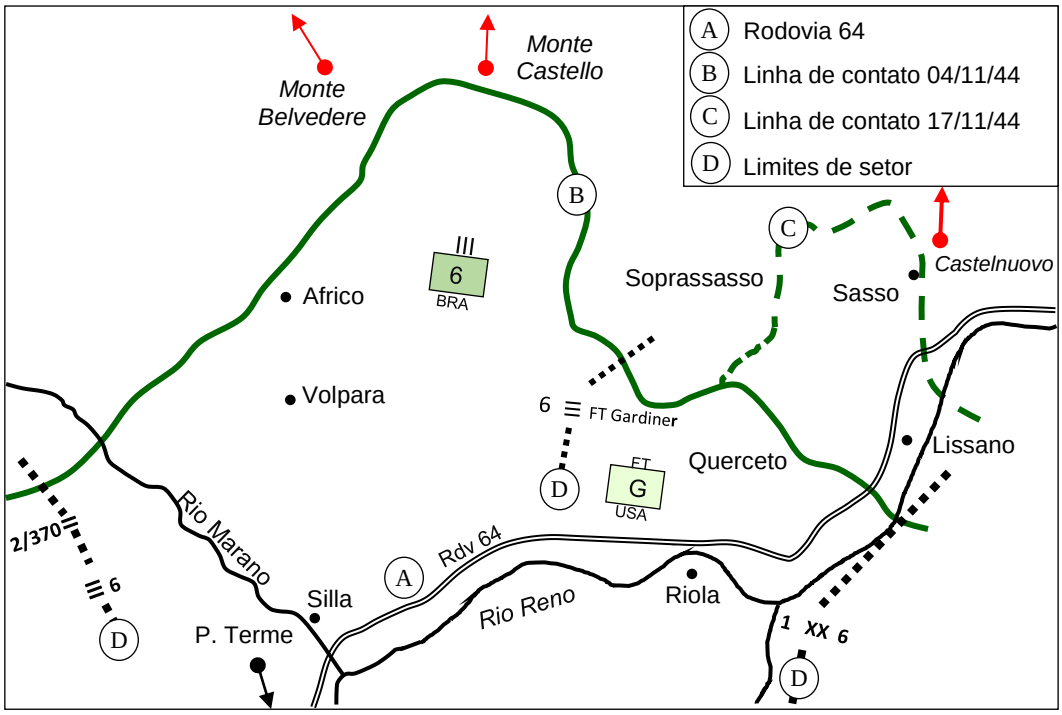
Diante dos insucessos, Crittenberger reverteu para a 1ª DIE as unidades envolvidas no ataque e ampliou a zona de ação dos brasileiros (seu limite esquerdo foi estendido até Gaggio Montano). Também passou para Mascarenhas de Moraes o pleno comando da tropa brasileira, dando-lhe liberdade de coordenar seus meios de acordo com as diretrizes do comandante do 4º C Ex.[748]

Dando prosseguimento às operações, Crittenberger ordenou à 1ª DIE lançar, em 29 de novembro, outro ataque a Castello. Atingido esse objetivo, pretendia determinar que o 435º GAAAe e o 2º/370º RI avançassem até os P Cot 1053 e 1027, a fim efetivar a conquista de Belvedere.[749]

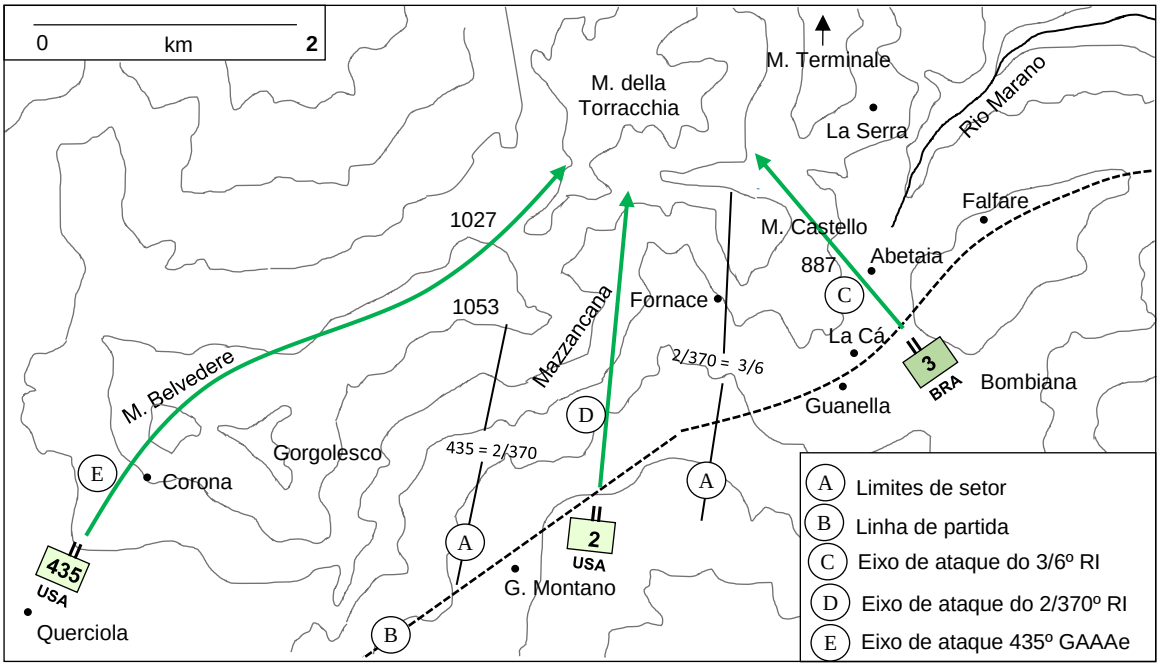
---

[743] SAVIAN, 2016, p. 46.
[744] Ibid., p. 46.
[745] Ibid.
[746] Ibid., p. 47.
[747] Ibid., p. 48.
[748] Ibid.
[749] Ibid.

ESBOÇO XLIV – ZONA DE AÇÃO DA 1ª DIE NO VALE DO RENO[750]

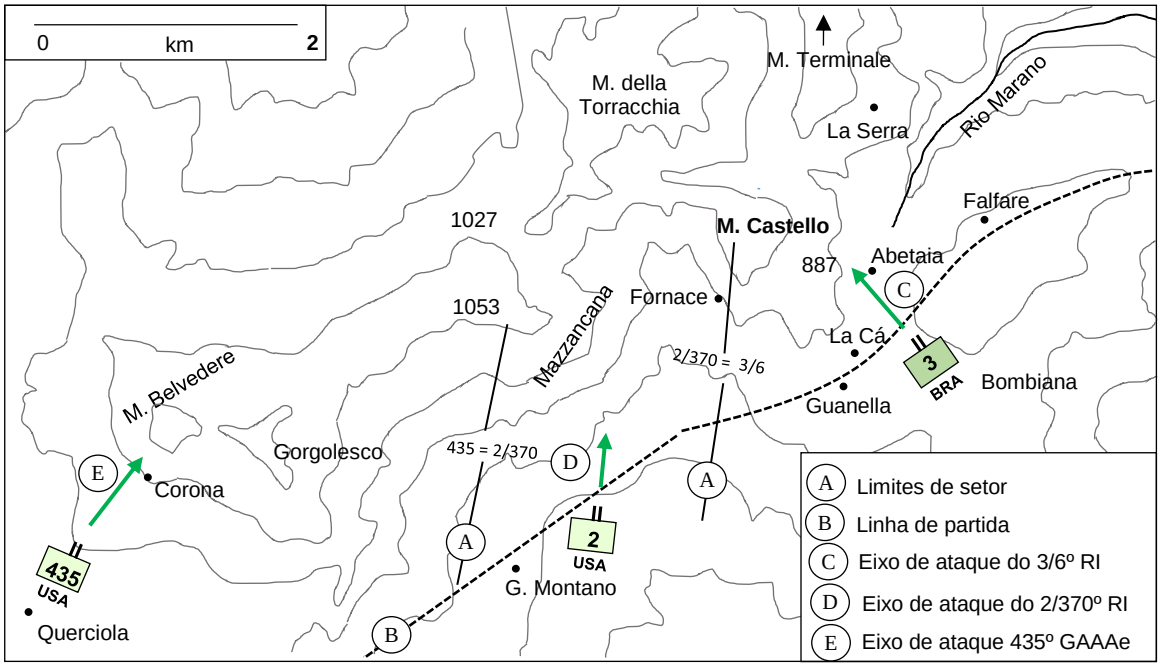


ESBOÇO XLV - PLANO DO 4º C EX PARA CONQUISTAR OS MONTES BELVEDERE, CASTELLO, DELLA TORRACCIA E TERMINALE [751]

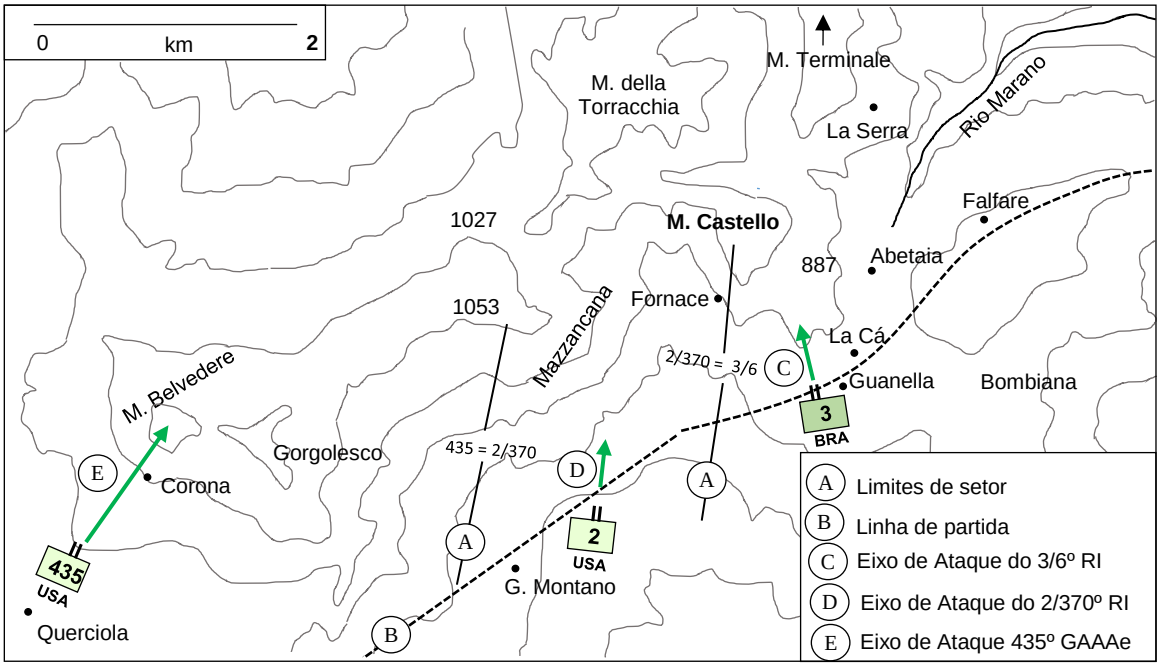


[750] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 230.
[751] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 242.

ESBOÇO XLVI - ATAQUE DO 4º CORPO DE EXÉRCITO AOS MONTES BELVEDERE, CASTELLO, DELLA TORRACCIA E TERMINALE (24 DE NOVEMBRO) [752]



ESBOÇO XLVII - ATAQUE DO 4º CORPO DE EXÉRCITO AOS MONTES BELVEDERE, CASTELLO, DELLA TORRACCIA E TERMINALE (25 DE NOVEMBRO) [753]



[752] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 242.
[753] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 242.

Para cumprir a missão, Mascarenhas de Moraes compôs um grupamento de ataque, que deveria avançar na direção Vittelline - P Cot 887. Atuariam na vanguarda o 1º/1º RI (a oeste da Linha Guanella - 887, inclusive) e o 3º/11º (a leste da referida linha); à retaguarda seguiria o 3º/6º RI e em reserva ficaria o 2º/11º RI. A 4ª/2º/6º RI e o Esq Rec atuariam, respectivamente, nos flancos esquerdo e direito do grupamento de ataque, como forças de cobertura. Também apoiariam a investida três pelotões de carros de combate (USA).[754]

Porém, na noite de 28 de novembro, enquanto as forças brasileiras se deslocavam para a linha de partida, os alemães contra-atacaram o 435º GAAAe, repelindo-o da crista de Belvedere. Isso comprometeu o previsto esforço conjunto das tropas do 4º C Ex, deixando a tropa brasileira sem apoio e com o flanco esquerdo exposto (o 2º/370º RI não agiu ofensivamente no dia do ataque). O plano brasileiro, entretanto, não foi alterado.[755]

Assim, ao amanhecer, o 1º/1º RI e o 3º/11º lançaram-se para o ataque. Todavia, em virtude dos fogos concentrados do inimigo, não foram muito além de Vittelline e La Cá. À tarde, sem perspectiva de avançar, o 1º/1º RI retornou para a linha de partida; e ao escurecer, Mascarenhas de Moraes houve por bem ordenar que o 3º/11º RI fizesse o mesmo (Esboço XLVIII, p. 225).[756]

Carlos A. Lima, comandante de pelotão da 1ª/1º/1º RI, descreve o que presenciou:

> *Quando a nossa artilharia cessou fogo, a artilharia alemã começou a atirar sobre a nossa linha de partida. Aí nós rompemos e eu vi o pelotão prosseguir rastejando [...] – o meu grupo de combate da direita progredia, rastejando, rolando, ficando colado o mais possível no chão para não ser apanhado por bala deles e, também, não ser visto. De repente, o grupo da direita parou, o da esquerda já estava adiante dele. Mandei parar o grupo que estava atrás e cheguei mais ou menos ao alinhamento do que estava parado. Chamei o sargento-orientador e ordenei: "Edmar, vai lá e diz para o Monçores avançar com o grupo dele, mostra para ele, manda-o avançar." [...]. Ele chegou lá e, daqui a pouco, vi o grupo avançar, e, assim, fomos até esse ponto, C. Vitelline. [...]. Quando a tropa avançava, as metralhadoras inimigas começavam a atirar de dentro de casamatas muito bem preparadas com concreto. [...]. O capitão Everaldo se aproximou de nós, porque havíamos parado eu e todo o meu pelotão, por causa do fogo das metralhadoras. O outro pelotão do ataque também havia parado. Nisso, vi um carro de combate norte-americano vir na direção do meu pelotão – eu não sabia, mas havia atrás de nós um pelotão de carros de combate norte-americano. [...]. Passou a cerca de uns trinta metros de mim e parou um pouco na frente sem saber o que fazer. Mostrei a situação ao capitão Everaldo: – capitão, olha aí, o pelotão está detido, não dá para avançar. Quem levantar a cabeça está morto. – O Hermes também está parado lá... Não dá. [...]. – Capitão, parece que estou vendo uma seteira naquela casamata. [...]. – Eu estou vendo, Carlos Augusto. Fica quieto aí que vou falar com o tanque – respondeu. [...]. O carro, [...] atirou com o seu canhão calibre 75 mm. O capitão Everaldo virou e disse assim [...] "Two fingers left!"[...]. O canhão tornou a virar, baixou mais um pouco e atirou. Foi uma coisa incrível, parecia um pequeno vulcão, voou madeira e pedaço de gente, porque pegou no oco da casamata. Em seguida, o pelotão arrancou, sem esperar minha ordem. Foi um avanço geral. O grupo de combate que vinha atrás avançou também e todos passaram por sobre as casamatas – que não eram cobertas.*

[754] SAVIAN, 2016, p. 49.
[755] Ibid.
[756] Ibid.

Prossegue:

> *Foi uma mortandade. Morreu um pouco de tropa alemã ali, na hora. E o pelotão avançou mais, passou por C. Vitelline, desceu uma dobra, e subiu naquele contraforte do outro morro. Ali parou também, porque havia outra linha de defesa alemã. [...]. Muitos morreram. Meu pelotão, pela manhã, tinha quarenta e três homens no efetivo, quando chegou a noite estava com vinte e cinco; [...]. Quando anoiteceu, faltava um quilômetro e meio de subida para se chegar ao Castelo, não havia condições para prosseguir e ficamos ali, começando a cavar, visando ao preparo de uma posição defensiva. Entretanto, veio ordem [...] retraimento porque já estava anoitecendo.*[757]

Em dezembro, a 1ª DIE foi incumbida de novamente conquistar Castello. Em apoio, a FT 45 e o 2º/370º RI realizariam ataques diversionários de pequena envergadura na região de Belvedere.[758]

Para cumprir a missão, a tropa brasileira deveria *"conduzir o esforço ofensivo segundo a direção de Guanella – cota 887, cobrindo-se na área de Falfare e levando a efeito uma ação de limpeza em Valle e Abetaia"*.[759]

A ação deveria ser desencadeada de surpresa, sem preparação de artilharia, às 6h do dia 12. Determinou-se que o 1º RI (menos o 1º BI) conquistasse Castello, ocupando sucessivamente P Cot 776, Fornello e P Cot 887. A cobertura do flanco oeste ficaria a cargo da 5ª/2º/11º RI, que paralelamente deveria buscar conquistar Mazzancana. A proteção do flanco leste ficaria sob responsabilidade do 1º/11º RI, que deveria "limpar" a região de Abetaia e Valle. O 3º/11º RI deveria reforçar o ataque, se fosse o caso.[760]

No momento do ataque, porém, a artilharia norte-americana desencadeou um prematuro bombardeio sobre Belvedere, que alertou os alemães. Para complicar, um denso nevoeiro impedia a artilharia brasileira de regular seus tiros em apoio à tropa que avançaria sobre Castello. [761]

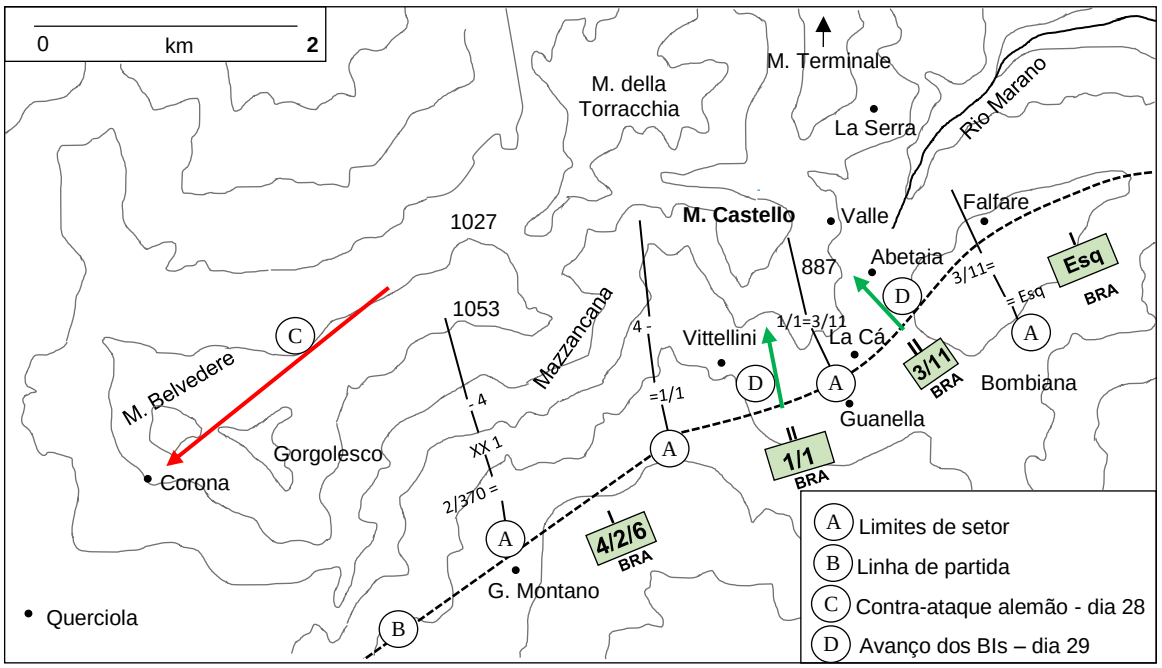
Mesmo assim, o ataque foi lançado. O 2º/1º RI, colhido imediatamente por fogos do inimigo, pouco progrediu, e ficou detido na região de Guanella - La Cá - Fornello. O 3º/1º RI ocupou as cotas 776 e 779, porém em face da resistência inimiga acabou por recuar. O 1º/11º RI ocupou Falfare, mas não conseguiu "limpar" a região de Abetaia e Valle. A 5ª/2º/11º RI, no flanco oeste, não passou de Di Corazza. O 2º/11º RI, que estava em reserva, foi empregado, mas não alterou a situação. Com suas tropas imobilizadas e sem perspectivas de mudar a situação, o Comando da 1ª DIE ordenou o recuo geral. Terminava, desse modo, mais um ataque brasileiro (Esboço XLIX, p. 225). [762]

O revés abalou profundamente o moral da tropa brasileira, que considerava não estar correspondendo às expectativas das demais tropas aliadas e do povo brasileiro.

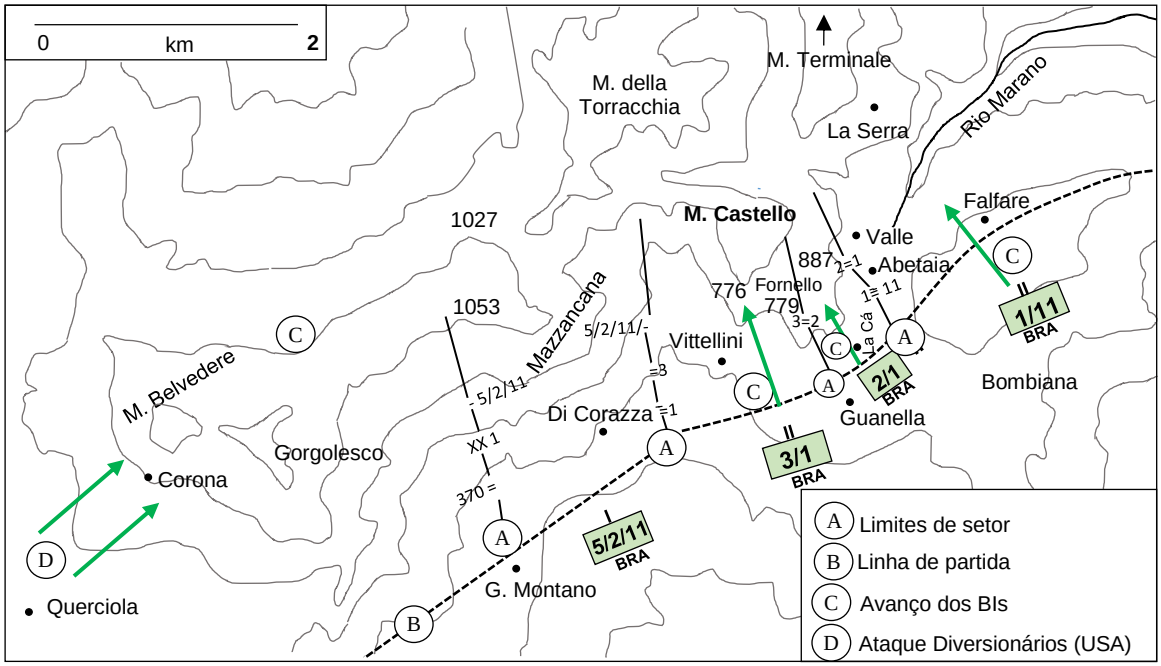
---

[757] LIMA, Carlos Augusto de Oliveira. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 151-153.
[758] SAVIAN, 2016, p. 50.
[759] MASCARENHAS DE MORAES, 1960, 127.
[760] SAVIAN, 2016, p. 50.
[761] Ibid., p. 51.
[762] Ibid.

ESBOÇO XLVIII - ATAQUE DO 4º CORPO DE EXÉRCITO AOS MONTES BELVEDERE, CASTELLO, DELLA TORRACCIA E TERMINALE (29 DE NOVEMBRO) [763]



ESBOÇO XLIX - ATAQUE DO 4º CORPO DE EXÉRCITO AOS MONTES BELVEDERE, CASTELLO, DELLA TORRACCIA E TERMINALE (12 DE DEZEMBRO) [764]



[763] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 246.
[764] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 262.

Mascarenhas de Moraes buscou justificar as investidas infrutíferas:

Defender uma frente de 15 quilômetros, francamente dominada pelo inimigo, e simultaneamente atacar um objetivo da extensão e do valor de Monte Castelo, mal dispondo das comunicações na zona de combate e sob uma terrível ameaça de flanco (Monte Belvedere), eram duas tarefas que sobremaneira exorbitavam a capacidade da divisão. Essa opinião, firmemente defendida perante o comando do IV Corpo, foi afinal vitoriosa. Destarte, em 13 de dezembro, os generais Mark Clark e W. Crittenberger, respectivamente, aceitaram a exposição de motivos apresentada pelo general Mascarenhas de Moraes, ficando a Divisão brasileira, dispensada temporariamente de seus compromissos ofensivos.[765]

Para Lima Brayner:

As quatro investidas sobre Monte Castelo, incidindo sempre nos mesmos erros de concepção e planejamento [ataques frontais], longe de constituir deméritos para nossos jovens, devem ser encaradas como uma rude prova de qualidade excepcionais. Algumas embrionárias, outras pujantes. Quando a tropa tomou conhecimento de que o ataque do dia 12 de dezembro seria levado a efeito pela 4ª vez, com a mesma orientação tática dos três primeiros insucessos, uma onda de tristeza se alastrou no 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio), embora não redundasse em qualquer ato de indisciplina intelectual. Todos confiavam nos chefes, os quais deveriam ter razões e novos argumentos para não incidir nos mesmos erros. A alegação, agora, de que o IV Corpo pretendia alcançar obstinadamente o objeto geográfico, não recomenda a inteligência dos seus planejadores. As 400 baixas que sofremos nas reprises poderiam ter sido evitadas, ou pelo menos melhor compensadas. [...]. Faltou-nos capacidade de reação para impedir a reincidência dos erros. A validade desumana procurando se sobrepor ao bom-senso, desserviu ao Comando, fugindo à realidade. A tropa não teve a mínima culpa. Dela não se podia exigir mais do que generosamente deu. Atribuir-lhe falta de capacidade ofensiva e de instrução para justificar insucesso, é injuriar a memória dos que baquearam no campo de honra, defendendo o nome do Brasil.[766]

Segundo Cordeiro de Farias, comandante da Artilharia Divisionária:

Com a aproximação do inverno, decidiu-se que as tropas brasileiras iriam realizar manobras diversionistas na região de Monte Castelo. É claro que o V Exército sabia, de sobra, que não se podia tomar Monte Castelo. Isto tudo ninguém conta e nem pode contar. O general Clark fez muito bem, a desgraça é que essa dura missão tenha caído em cima das tropas brasileiras.... Fizemos quatro ataques seguidos a Monte Castelo. Iniciamos no dia 24 de novembro, e eu tinha perfeita consciência de que se tratava de uma missão fadada ao fracasso. E o general Clark queria que morrêssemos? Ele tinha outra tropa para executar aqueles ataques? Não. A única disponível era a nossa. O que ele queria? Simplesmente dar aos alemães a impressão de que as forças aliadas haviam desistido da tomada de Bolonha e decidido tomar Monte Castelo. Qual era então o seu real objetivo? Estava claro: levar os alemães para a região de Monte Castelo, esperando a chegada o inverno, e lançar um ataque decisivo a Bolonha.[767]

[765] MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 205.
[766] BRAYNER, 1968, p. 297-298.
[767] FARIAS, 1981, p. 319-320

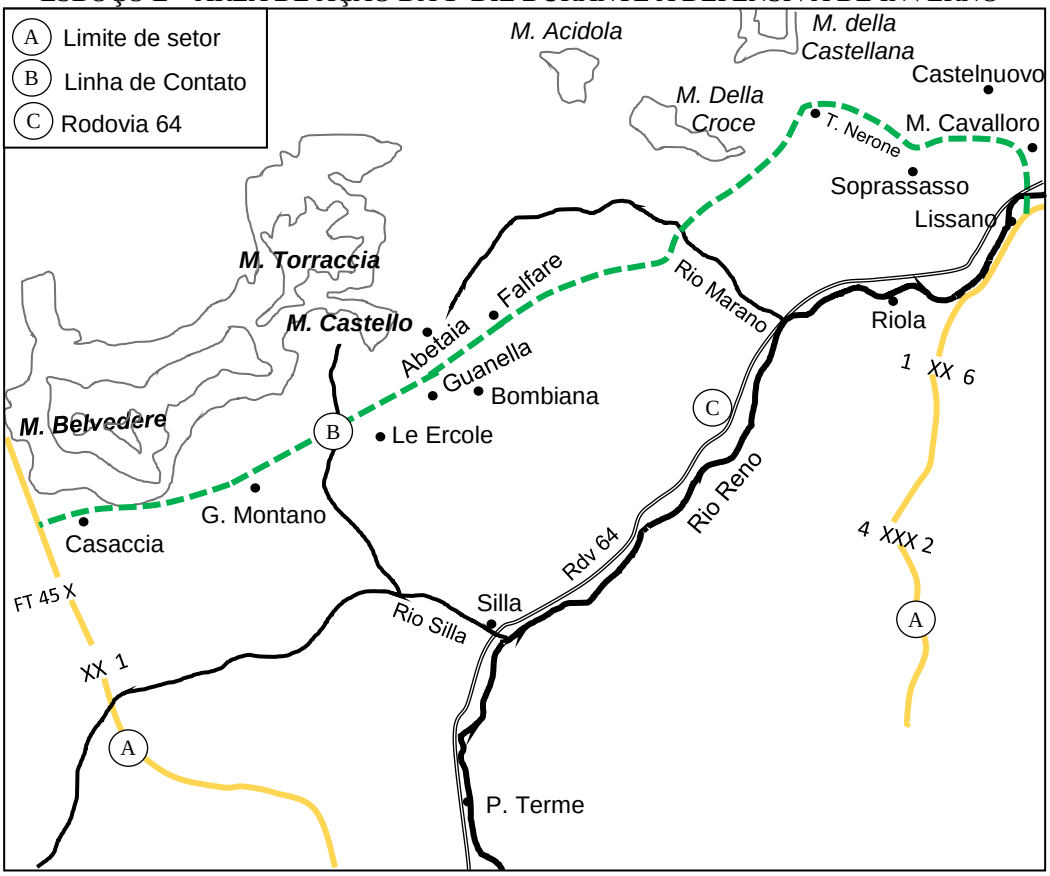
Com a chegada de rigoroso inverno, os aliados deram por encerrada a "Operação Olive" e começaram a articular uma nova ofensiva em toda a linha de frente, a ser desencadeada no início da primavera. Houve mudanças em relação ao comando: Mark Clark assumiu o XV Grupo de Exércitos, passando o comando do V Ex para Lucian Truscott.

A 1ª DIE permaneceu na linha de frente, na defensiva, patrulhando a região, aprimorando sua instrução e tomando outras medidas tendo em vista preparar-se adequadamente para as futuras missões. As lembranças dos insucessos, porém permaneciam, e a tropa aguardava ansiosamente o momento de mostrar seu valor.

Geraldo Campos Taitson, soldado do 11º RI, lembra:

> *A frente se estabilizou; foi o período em que veio a neve, cabendo-nos participar de patrulhas e de golpes de mão, atividade permanente, realizada na linha de frente para saber o efetivo da tropa que estava diante da nossa. Toda noite saíam duas ou três patrulhas na alta madrugada para trazer prisioneiros e para saber o que o inimigo vinha fazendo: se estava construindo trincheira, deslocando armas pesadas, tudo a gente procurava saber através das patrulhas. Até que a neve derreteu, aproximando-se a primavera. [...]. Não há dúvida de que o nosso soldado amadureceu na fase das patrulhas, tornando-se, verdadeiramente, profissional. Isso aconteceu nos golpes de mão, na busca do contato com o inimigo através da terra de ninguém, e mesmo nos ataques fracassados, onde o soldado precisa superar-se, precisa buscar novas forças. É, nessa hora, que o sistema psíquico de cada um se revela inferior ou superior.*[768]

ESBOÇO L – ÁREA DE AÇÃO DA 1ª DIE DURANTE A DEFENSIVA DE INVERNO[769]



[768] TAITSON Geraldo Campos. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 314-315.
[769] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, Esboço 14.

Em meados de fevereiro de 1945, o Comando aliado decidiu lançar a "Operação Encore", preliminar à ofensiva geral, denominada Grapeshot, prevista para abril. A ação caberia à 1ª DIE e à 10ª DI Mth (USA), tropa de elite colocada em reforço ao 4º C Ex.

O ataque compreendia duas fases: a primeira previa a conquista de Belvedere, Castello e della Torraccia; a segunda, o avanço até uma linha que se estendia de Righetti a Calvezano, passando pelo monte Pigna e por elevações situadas ao sul da localidade de Tolé (Esboço LI, p. 232). Essa progressão propiciaria ao 4º C Ex posicionar-se ao lado do 2º C Ex, que estava um pouco mais avançado na linha de frente; além disso, privaria os alemães de importantes posições que lhes permitiam observações sobre a Rodovia 64.[770]

Para isso, a 10ª Div Mth inicialmente deveria capturar posições inimigas situadas no maciço formados pelos montes Serrasiccia, Cappel Buso e Pizzo di Campiano, o que lhe garantiria melhorar as condições de sua linha de partida para o ataque. Depois disso, os norte-americanos deveriam conquistar sucessivamente Belvedere, Gorgolesco, Cappella di Ronchidos e Mazzancana. A partir de Mazzancana, a 1ª DIE se juntaria ao ataque a fim de se apossar de Castello, enquanto os norte-americanos avançariam sobre della Torraccia.[771]

Na segunda fase, os norte-americanos deveriam seguir conquistando elevações até atingirem a linha balizada pelos montes Righetti e Calvenzano. Aos brasileiros caberia acompanhar os norte-americanos, protegendo-lhes o flanco direito, e também guarnecer as elevações conquistadas na 1ª fase, dando mais liberdade de ação à força estadunidense.[772]

A tropa que fazia oposição à ofensiva continuava ser a 232ª DI, que aproveitara o inverno para reforçar suas posições.

O ataque inicial seria realizado contra os flancos do dispositivo do inimigo, inclusive em Castello (nas vezes anteriores, as investidas haviam sido frontais). Seria apoiado maciçamente pela artilharia, por carros de combate e pela aviação (inclusive por um esquadrão da Força Aérea Brasileira). Durante a ação, chegaram a ser empregados doze batalhões ao mesmo tempo: nove norte-americanos e três brasileiros; efetivo quatro vezes superior ao utilizado no primeiro ataque.[773]

A ação principal da 1ª DIE, na primeira fase, foi atribuída ao 1º RI, que partindo da região de Mazzancana deveria se apossar de Castello e La Serra. A ação secundária seria realizada pelo 2º/11º RI, que teria a tarefa de cobrir o flanco direito do 1º RI. A direção geral de ataque era Gaggio Montano – Castello – La Serra. [774]

O ataque foi iniciado pelo 1º/86º/10ª Div Mth às 23h do dia 18 e resultou na conquista dos montes Serrasiccia, Cappel Buso e Pizzo di Campiano (Esboço LII, p. 232). Houve pouca reação dos alemães e, conforme previsto, a posse destas elevações possibilitou às demais tropas da 10ª Div Mth tomar com segurança o dispositivo para o assalto a Belvedere e Gorgolesco.[775]

[770] SAVIAN, 2016, p. 59.
[771] Ibid., p. 59.
[772] Ibid., p. 59.
[773] Ibid., p. 61.
[774] Ibid.
[775] Ibid.

O ataque a Belvedere e Gorgolesco foi desencadeado pelos três regimentos da 10ª Div Mth (menos o batalhão envolvido no ataque do dia anterior) às 23h do dia 19. Houve forte resistência por parte dos alemães, mas, às 6h do dia seguinte, os norte-americanos já se haviam apossado dessas elevações. À tarde dominaram Cappella de Ronchidos, onde repeliram contra-ataques, e depois estabeleceram controle sobre Mazzancana (por volta das 15h30min).[776]

Em seguida, de acordo com o plano estabelecido, o 1º/1ª DIE substituiu os norte-americanos em Mazzancana e conquistou a região de P Cot 785 - Fornace. Com isso, os brasileiros asseguravam boas condições para lançar seu ataque a Castello. Depois disso, combinou-se que às 5h30min, do dia 21, seria lançado o ataque da 10ª Div Mth sobre della Torraccia e o da 1ª DIE sobre Castello.[777]

O ataque teve início conforme fora estabelecido, mas a progressão da 10ª Div Mth foi temporariamente barrada ao norte de Cappella di Ronchidos. Não obstante, o 1º e o 3º/1º RI lançaram-se sobre Castello, enquanto o 2º/11º RI se apossava de Abetaia em ação de cobertura. Houve resistência na área de atuação dos brasileiros, mas não igual às dos combates anteriores, pois parte da guarnição alemã lá posicionada se retirara temendo ser desbordada. Assim, por volta das 18h, Castello estava sob posse dos brasileiros. Della Torraccia foi dominado pelos norte-americanos no dia seguinte.[778]

Nelson Rodrigues de Carvalho, comandante da Cia de Serviços do 1º RI, pormenoriza o ataque a Castello (vide Quadro LVI, p. 230).

Em 23 de fevereiro, o 2º/1º RI, apoiado pelo 2º/11º RI, atacou La Serra e dela se apossou no dia seguinte. Em 25, consolidou a conquista, depois de repelir contra-ataques. Enquanto isso, a 10ª Div Mth tomava Terminale.[779]

Posteriormente, já na segunda fase da ofensiva, as tropas brasileiras apoiaram a progressão da 10ª Div Mth em direção à linha Righetti - Calvezano. Nesse esforço, "limparam" o vale do Marano (3º/6º RI e 2º/11º RI) e conquistaram Castelnuovo (1º/11º RI). Também guarneceram áreas conquistadas pelos estadunidenses na primeira fase do ataque, conforme previsto.[780]

Em 8 de março, mesmo sem alcançar todos os objetivos estabelecidos, Truscott ordenou que cessasse a "Operação Encore" (Esboço XLIII, p. 233). Temia que o ataque em execução levasse os alemães a reforçar demasiadamente as defesas ao longo da Rodovia 64, o que poderia prejudicar as ações do 4º C Ex quando fosse lançada a ofensiva principal prevista para abril (em virtude do ataque que se realizava, os alemães já haviam destacado a 114ª DI e a 29º Div Bld para apoiar a 232ª DI).[781]

---

[776] Ibid.
[777] Ibid.
[778] Ibid.
[779] Ibid.
[780] 1) SAVIAN, 2016, p. 61. 2) De novembro de 1944 a março de 1945, a FEB teve, em ação, 252 mortos e 1.000 feridos; conforme: MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 312.
[781] SAVIAN, 2016, p. 61.

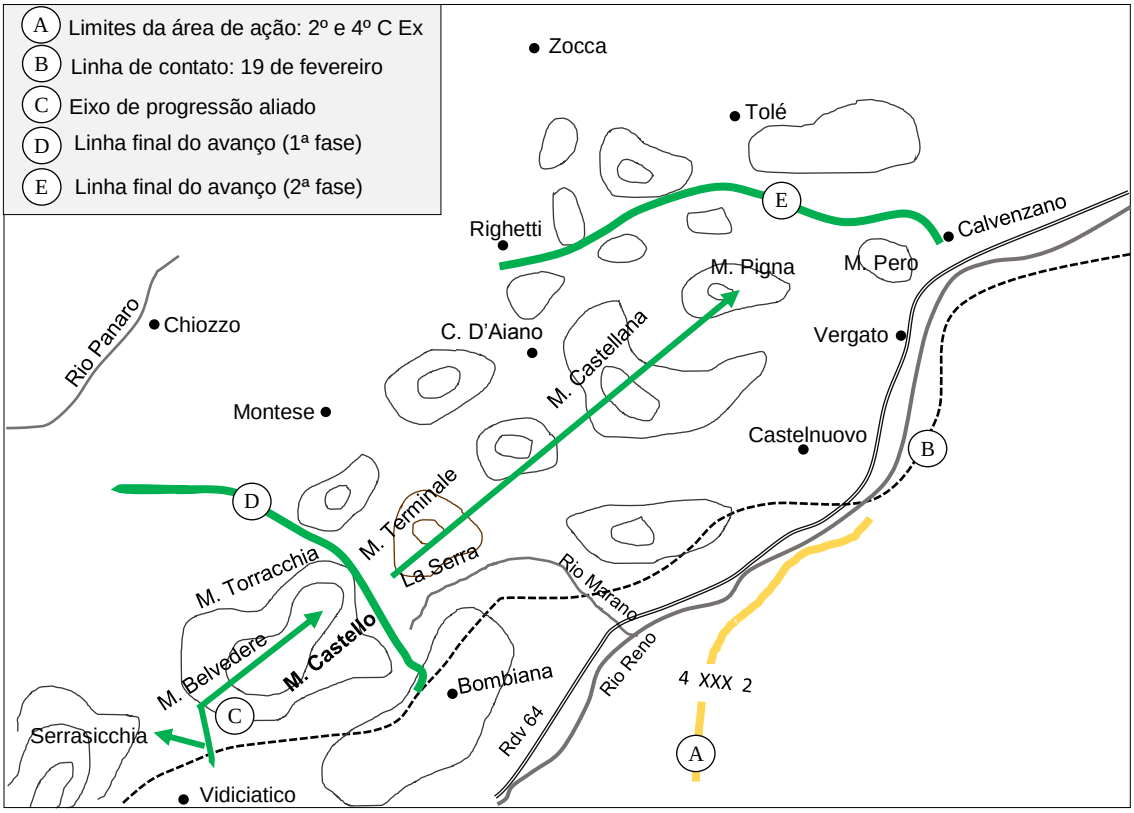
QUADRO LVI – ATAQUE A MONTE CASTELO, SEGUNDO NELSON R. CARVALHO[782]

A jornada de 21 de fevereiro foi decisiva para os brasileiros, já que os êxitos americanos de Belvedere e Gorgolesco impunham, como ponto de honra para o SAMPAIO, a conquista a qualquer preço, do famoso Monte Castelo. E, desde a entrada em linha, iniciada às 20 horas de 20, se revelara a disposição da tropa: a base fixada (Mazzancana-Gambaiana-Le Roncole), foi ultrapassada, na madrugada, por audazes patrulhas do 1º REGIMENTO, que assim irrompeu para o ataque às 5,30, por elas coberto do alinhamento geral Fornace - C. Viteline, a mais de km à frente. Todavia, confusos eram os informes sobre a situação exata dos norte-americanos, contra-atacados nesta madrugada, na crista onde os brasileiros e montanheses corriam o risco de se desconhecerem, dada a semelhança dos nossos uniformes com os dos alemães (muitos haviam despido a jaqueta de campanha). À hora da partida, pois, a situação do nosso flanco esquerdo era incerta e de apreensões. Vencidas, porém, as dificuldades iniciais, progride o Batalhão Uzeda [1º/1º RI], em ação flanqueante, com segurança e decisão, enquanto o Batalhão Franklim [3º/1º RI], via o ímpeto de seu ataque frontal obstaculizado por sérios pontos fortes do inimigo. Desta feita, porém, o Comandante do Regimento dispõe do recurso precioso dos pedidos diretos de tiro à Artilharia Divisionária (general Cordeiro de Farias, comandante), podendo assim, ajustar seus preciosos fogos à sua manobra. E às 7,45, a seu pedido, desencadeou a Artilharia forte barragem sobre os pontos 930 e 887, na crista do Castelo, bem sobre acima de 776, onde se revelara tenaz resistência. Consegue o Batalhão Franklim, desse modo, progredir mais além, mas às 9 horas seus pelotões são de novo detidos (fogos ajustados de C. Zolfo, 977 e 887). No Batalhão Uzeda, porém, aniquilada a guarnição de Cargé (Pelotão Villaboim), a Cia Yedo (3ª) avançara sobre 875, enquanto que em Fornace, a Cia Edison (2ª), cooperando buscava neutralizar C. Zolfo, em proveito do batalhão vizinho. Recuada, em reserva, a Cia Everaldo (1ª) faz limpar 920, um ponto renitente que ficara para trás. Em benefício do ataque frontal, porém, a cargo do Batalhão Franklim, já que a ação de flanco ia tendo um curso satisfatório, o reforço do impulso desbordante, pela crista, do Batalhão Uzeda, se impunha. Consequência, o Comandante deste Batalhão e a seu pedido, é auxiliado pelo Comandante do Regimento, que lhe passa à disposição a Cia Waldir (5ª) do Batalhão Syzeno [2º/1º RI], reserva de ataque. São ainda nove horas da manhã. Os "piquês" das nossas esquadrilhas entusiasmam os atacantes, estimulando-os. Esta manobra de flanco em curso, decide o Comandante do Regimento aguardar-lhe o resultado, para só forçar o ataque frontal do Batalhão Franklim quando tal ação pudesse ser útil, com o mínimo de perdas. Voltemos, pois, ao Batalhão Uzeda. Enquanto a Cia Edison (2ª), permanece ainda em Fornace, e a Cia Waldir (5ª), vai se aproximando de Mazzancana, a Cia Yedo alcança por fim 875, onde 930 passa a lhe embargar progressão. Manobra então o Comandante do Batalhão e empenha a Cia Everaldo (1ª), numa tentativa de desbordamento daquela nova resistência, buscando despregar a Cia Yedo (3ª). Às 11 horas, enquanto o batalhão Franklim continuava com seus pelotões avançados detidos, a manobra de flanco de que lhe deveria facilitar sofre um contratempo: a Cia Everaldo topa com uma resistência inesperada, frente a 1.036 que deveria, ao revés, estar em mãos dos montanheses, e assim apoiar a progressão dos brasileiros. Uma informação pedida pelo Comandante do Regimento tem com resposta que a situação na frente americana, que já deveria estar nas faldas de Torraccia, era imprecisa e confusa. A artilharia brasileira não poderia, pois, aí atirar, sem risco de atingir a tropa americana. A Cia Everaldo (1ª) é então endereçada ao colo 1.036-875, para cobrir o flanco exposto de seu Batalhão, cujo comandante aguardava ainda a chegada da Cia Waldir, para prosseguir a sua manobra de flanco. [Continua...]

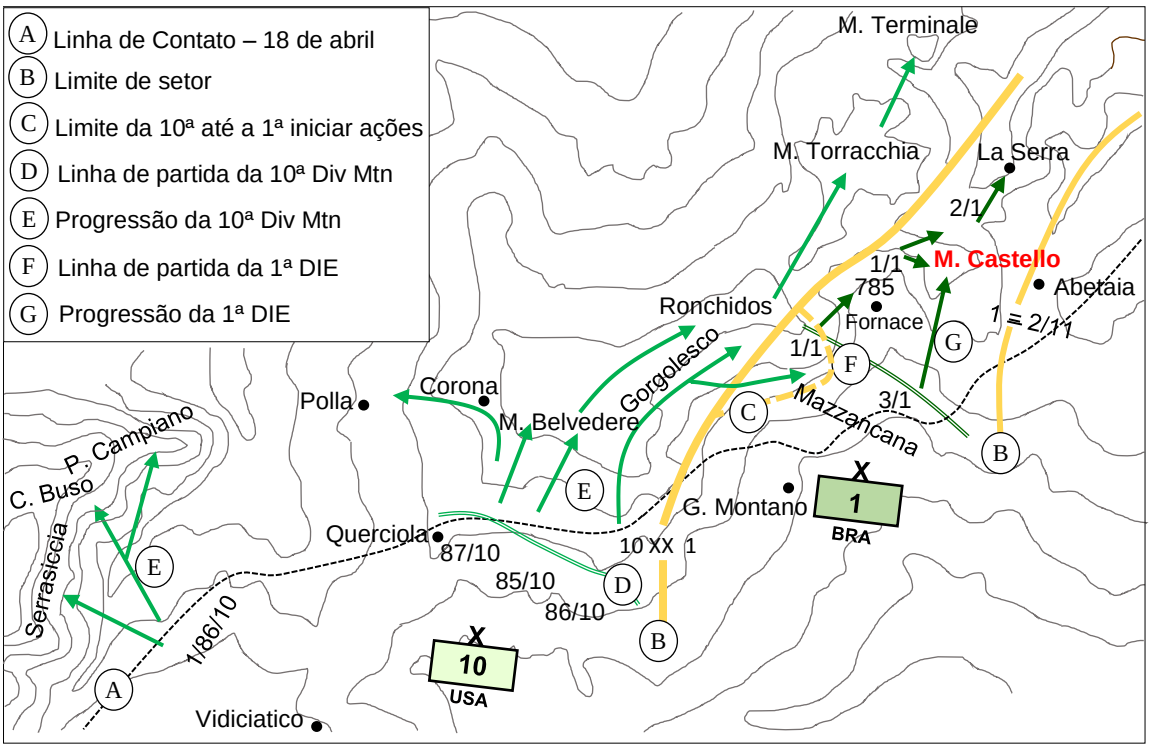
[782] CARVALHO, [c.a. 1952], p. 107-112.

A esta altura do desenvolvimento do combate e diante deste contratempo, de tudo informado, resolve o Comandante do Regimento forçar o Castelo com o Batalhão Franklim, amolecendo, previamente, as obstinadas resistências alemãs, com uma violenta concentração da Artilharia Divisionária. Solícita, esta não se fez esperar, e por 20 minutos vomita um inferno de fumo e estilhaços sobre o inimigo, na frente do III Batalhão, desde o alto da crista do Castelo até, regredindo, as vizinhanças da posição da sua tropa. Retornam, também, os aviões brasileiros, em novos bombardeios. Desta forma, as resistências alemãs diminuíram e pode o batalhão Franklim recomeçar a progressão, agora mais fácil para a Cia Arnizaut (7ª) que para a Cia Mazza (8ª), onde as baixas eram grandes. Seus morteiros mascaravam, ao meio dia, com fumígenos as posições alcançadas, balizadas de aquém C. Zolfo e além C. Viteline. A essa altura, no flanco esquerdo, o Batalhão Uzeda dispunha já de quatro companhias para atacar, que mais densidade não comportava a língua de terra para o Castelo e os grotões que dela baixam, caso em que o Comandante do Regimento teria por aí lançado o seu Batalhão Syzeno, de reserva. E restava o apoio sempre estimulante da Artilharia Divisionária, que atirava quase ininterruptamente, em ações de apoio e de conjunto. Montado, pois, o ataque de flanco pelo Batalhão Uzeda, às 14,30 a Cia Everaldo e a Cia Edison já cerravam sobre 930, enquanto a Cia Waldir alcançava 875, na esteira da Cia Edison, que daí se despregara, afinal. Os tanques americanos, mais uma vez, não puderam atuar e 30 minutos depois de partido o ataque, o Batalhão Uzeda topa, na sua zona de ação, com montanheses de uma companhia desgarrada, que atiram contra os brasileiros de Fornace (confusão de uniformes), causando baixas. Irritante e delicado contratempo esse, que forçou o Batalhão Uzeda a decair o ritmo de seu ataque, enquanto os alemães iniciavam a retirada de material e guarnições, poupando-se assim à destruição inapelável e próxima. Por seu turno, o Batalhão Franklim pôde enfim manobrar e beneficiando-se da ação da artilharia sobre Fornello, lança a sua reserva, a Cia Paulo C. (9ª), de Gambaiana sobre 887, apertando o cerco de Castelo. São 3 horas da tarde. A impaciência domina o P.C. do REGIMENTO diante dos acontecimentos no flanco e até que se esclareça a situação, decide o Comandante do Regimento empregar seu Batalhão Syzeno, de reserva, num esforço final, sobre 887-Cavrulo, para asfixiar num abraço mortífero, o teimoso reduto. Tilintam os telefones de campanha, na azáfama das informações e ordens, que chegam e partem a todo o instante, empenhando todas as atividades dos oficiais de informações e operações, sob vistas do Chefe do Estado-Maior Regimental. Recrudescem os bombardeios da Artilharia Divisionária sobre os pontos indicados. Aviões da FAB secundam-na. Passava já de 4 horas quando, afinal, o inimigo, acutilado de todos os lados, começa a esmorecer. O Batalhão Franklim toma de assalto Fornello (Pelotão Vidal) e avança enfim sobre 887, para onde se dirige, pouco depois a Cia Souza Vargas (Batalhão Syzeno), vencida a barragem de 88, à partida de C. Guanela. Novas chamadas telefônicas, às 17,25: era o Batalhão Uzeda com alvissareiras notícias – feitas as ligações com os americanos, seu batalhão progredia abertamente sobre Monte Castelo, embora ainda combatendo. E já a Cia Souza Vargas (4ª), do Batalhão Syzeno, investia 887, deixada para trás pelo Batalhão Franklim, que iniciava a escalada de 997, o marco topográfico do cume do reduto alemão, investido também, e de revés, pelo Batalhão Uzeda. Às 18,30, finalmente, já no lusco fusco do poente, o Batalhão Uzeda, Cia Waldir do Batalhão Syzeno e as avançadas do Batalhão Franklim, confraternizam no cume Castelo, dando largas ao intenso júbilo que de todos se apossara, pela queda final do sinistro reduto alemão, afinal vergado aos baionetaços da infantaria do REGIMENTO SAMPAIO.

ESBOÇO LI – PLANO DA OPERAÇÃO ENCORE [783]

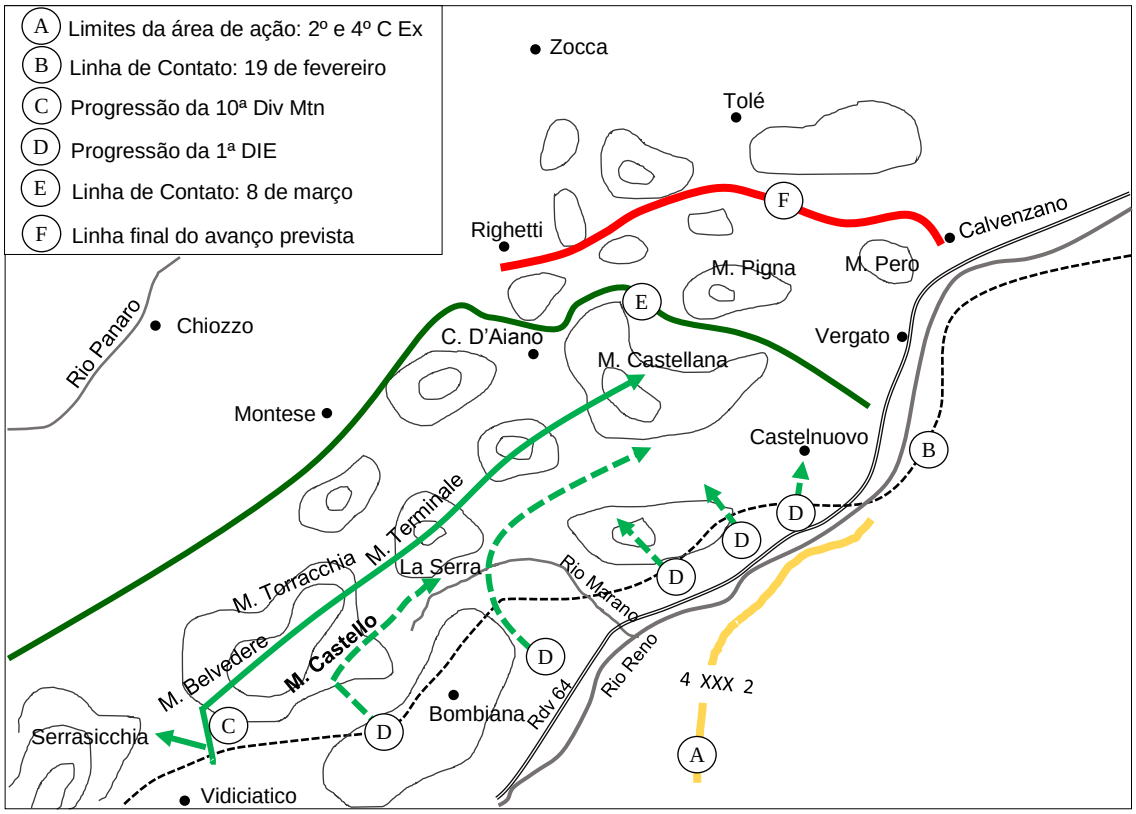


ESBOÇO LII – EXECUÇÃO DO PLANO ENCORE (1ª FASE) [784]



[783] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 358.
[784] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 358.

ESBOÇO LIII – EXECUÇÃO DA OPERAÇÃO ENCORE [785]



Em abril, com a melhora das condições climáticas, os aliados lançaram a "Operação Grapeshot" (Ofensiva na Primavera). O plano geral era semelhante ao da Olive, ou seja, romper a Linha Gengis Khan (nova posição articulada pelas tropas do Eixo), conquistar Bolonha e perseguir o inimigo pelo vale do Pó.

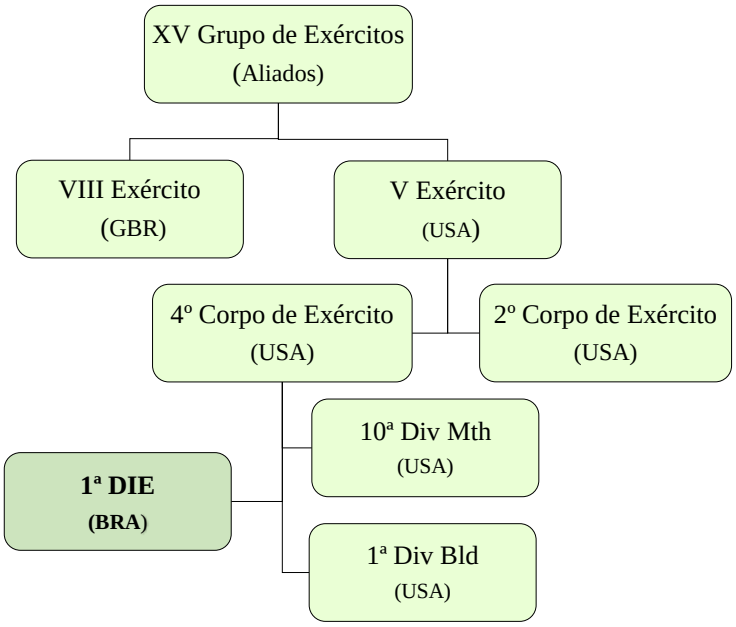
Os aliados continuavam com ampla superioridade bélica e contavam, ainda, com o apoio de milhares de *partisans* (guerrilheiros italianos). Os alemães ressentiam-se cada vez mais da falta de suprimentos, pois suas linhas de comunicações eram implacavelmente atacadas pela aviação aliada.[786]

O 4º C Ex tinha como principais elementos de combate a 1ª DIE, a 10ª Div Mth e a 1ª Div Bld (USA) (Organograma IX, p. 234). Tais tropas enfrentariam a 114ª e 334ª DIs (DEU).

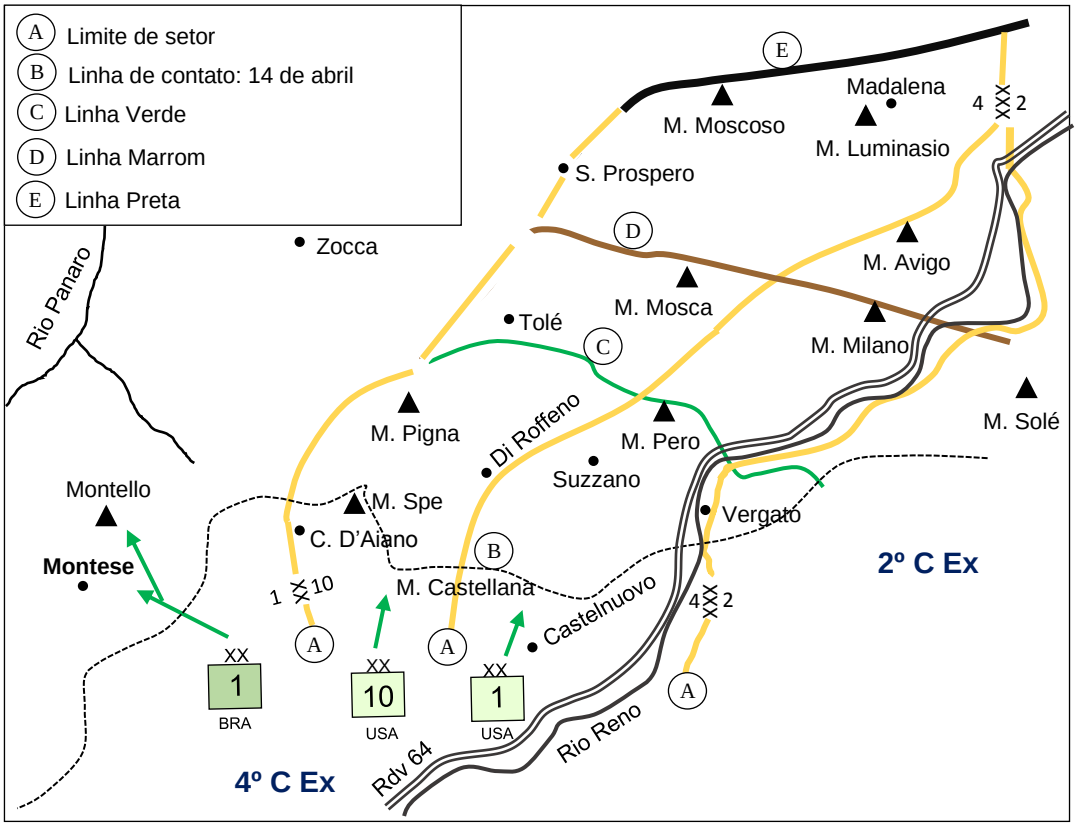
Crittenberger ordenou que a 10ª Div Mth e a 1ª Div Bld rompessem o dispositivo alemão a oeste da Rodovia 64, o que se deveria dar ultrapassando três linhas sucessivas, que denominou "verde", "marron" e "preta". Caberia à 1ª DIE proteger o flanco esquerdo da 10ª Div Mth e conquistar o maciço triangular balizado pela linha Montese/P Cot 888/Montello, ocupado pela 114ª DI (DEU). Esta ação da tropa brasileira impediria que reservas inimigas, posicionadas no referido maciço, fossem deslocadas para a área de atuação da 10ª Div Mth, o que era preocupação do comandante desta força. Também possibilitaria aos brasileiros, se fosse o caso, avançar até o rio Panaro (Esboço LIV, p. 234).[787]

[785] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 358.
[786] SAVIAN, 2016, p. 65.
[787] Ibid., p. 73.

ORGANOGRAMA IX – ENQUADRAMENTO DA 1ª DIE (ABRIL DE 1945)[788]



ESBOÇO LIV – PLANO DO 4º CORPO DE EXÉRCITO: OPERAÇÃO GRAPESHOT [789]



[788] Ibid., p. 66.
[789] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 406.

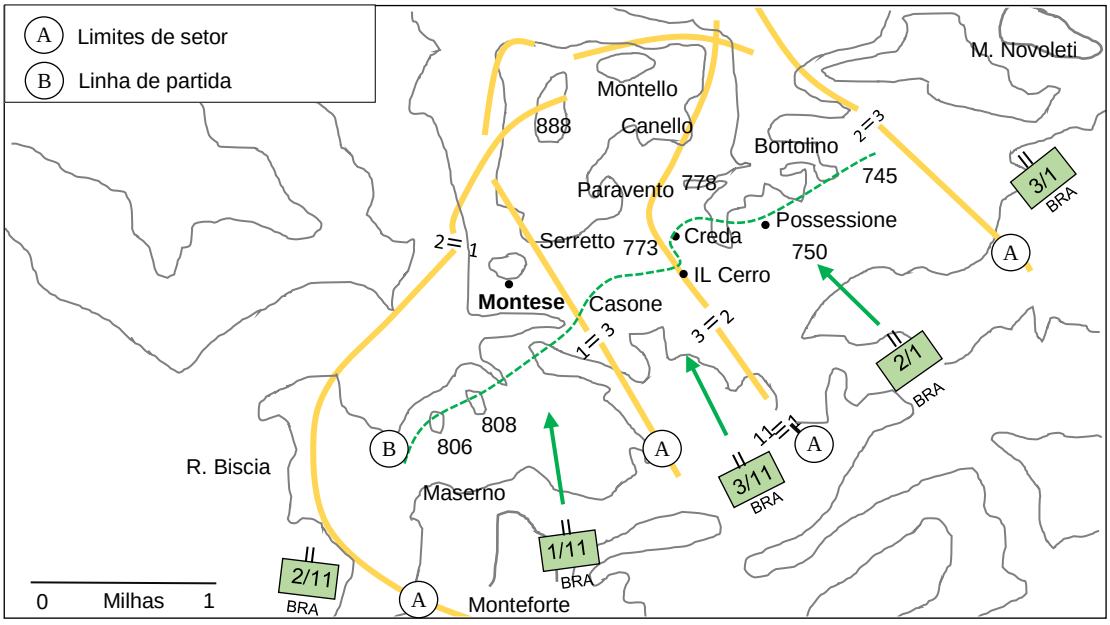
Mascarenhas de Moraes determinou ao 11º RI, apoiado pelo 2º/1º RI, executar a tarefa incumbida à FEB. O plano era o seguinte (esboço abaixo):

> *Desfechar o ataque do centro do dispositivo brasileiro, enquanto as tropas situadas nos flancos, mantendo-se na defensiva, auxiliariam com seus fogos a progressão inicial do atacante. Para isso, o grosso da tropa do coronel Delmiro (11º R.I. [1º e 3º BI]) e o Batalhão Syseno (II/1º RI) passariam ao ataque na jornada de 14 de abril, com o objetivo de capturar a linha Riva di Biscia – Montese – Cota 888 – Montello. Enquanto esse ataque se processasse, os Batalhões Ramagem (II/11º R.I.) e Franklin (III/1º R.I.) defenderiam seus quarteirões, especialmente as regiões de Monteforte e Monte Nuvoleti.*[790]

Na manhã do dia 14, patrulhas foram lançadas para capturar a linha Cotas 806/808 - Casone - Il Cerro - Possessione - Cota 745, de onde partiria o ataque propriamente dito. A progressão foi exitosa e os objetivos alcançados, em que pese os terrenos minados e reações do inimigo, que se faziam sentir, particularmente, pelo emprego dos fogos de artilharia.[791]

Às 13:30h, o ataque brasileiro foi lançado, pois se fazia urgente aliviar a situação da 10ª Div Mth, que naquele momento pouco progredia devido a feroz resistência inimiga. Cabia ao 1º/11º RI se apossar de Montese; e ao 3º/11º RI, a conquista do P Cot 888 e de Montello. O 2º/1º RI deveria ocupar o P Cot 778 e as vertentes sul do arroio nascente em Canello.[792]

ESBOÇO LV– PLANO DE ATAQUE DA 1ª DIE (REGIÃO DE MONTESE) [793]



[790] MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 192-193.
[791] 1) MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 165-166. 2) 2) CARVALHO, [c.a. 1952]. p. 140.
[792] SAVIAN, 2016, p. 77.
[793] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 410.

Após intensa preparação de artilharia, as tropas brasileiras avançaram. O 3º/11º RI se apossou de Serretto e do P Cot 773. O 2º/1º RI avançou até as orlas de Bortolino. O resultado mais expressivo, no entanto, foi alcançado pelo 1º/11º RI, que por volta das 15h conseguiu entrar em Montese. Fora precedido por uma audaciosa arremetida do pelotão do tenente Iporan de Oliveira, que, em meio a um bombardeio, penetrou nas defesas inimigas, surpreendendo-as. Dessa forma, ao escurecer, a localidade de Montese estava sob poder dos soldados brasileiros (esboço abaixo).[794]

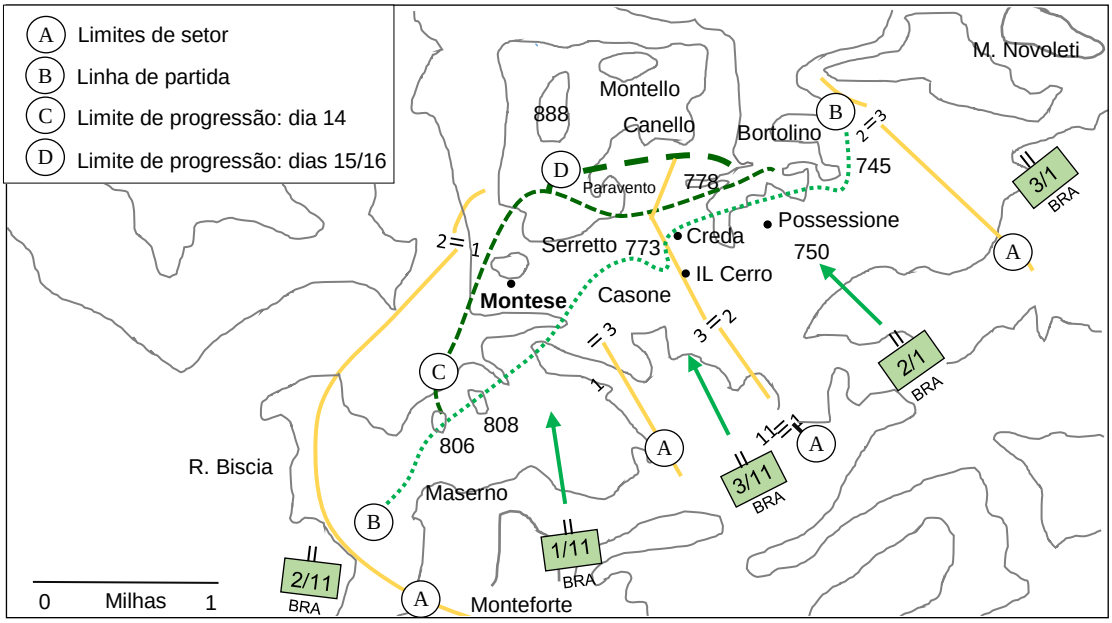
Nestor da Silva, sargento do pelotão do tenente Iporan, pormenoriza o combate de Montese (vide Quadro LVII, p. 237).

Encerrava-se assim o primeiro dia do ataque brasileiro, recebendo as tropas ordens de manterem as posições, estabelecidas firmemente em uma linha que ia de Maserno até Bortolino, passando pelo P Cot 806 e pelas localidades de Montese e Serretto.[795]

Nos dias 15 e 16, foram feitos novos esforços para se chegar ao P Cot 888 e Montello, e, assim, foram conquistados Paravento e P Cot 778, entre outros locais. Novo ataque ao P Cot 888 e a Montello, previsto para o dia 17, foi cancelado, pois a 1ª DIE fora encarregada de acompanhar a progressão da 10ª Div Mth (Esboço LVII, p. 237), que quebrara a resistência inicial inimiga e passara a avançar rapidamente (conforme planejado, cabia às tropas brasileiras prioritariamente proteger o flanco esquerdo desta divisão).[796]

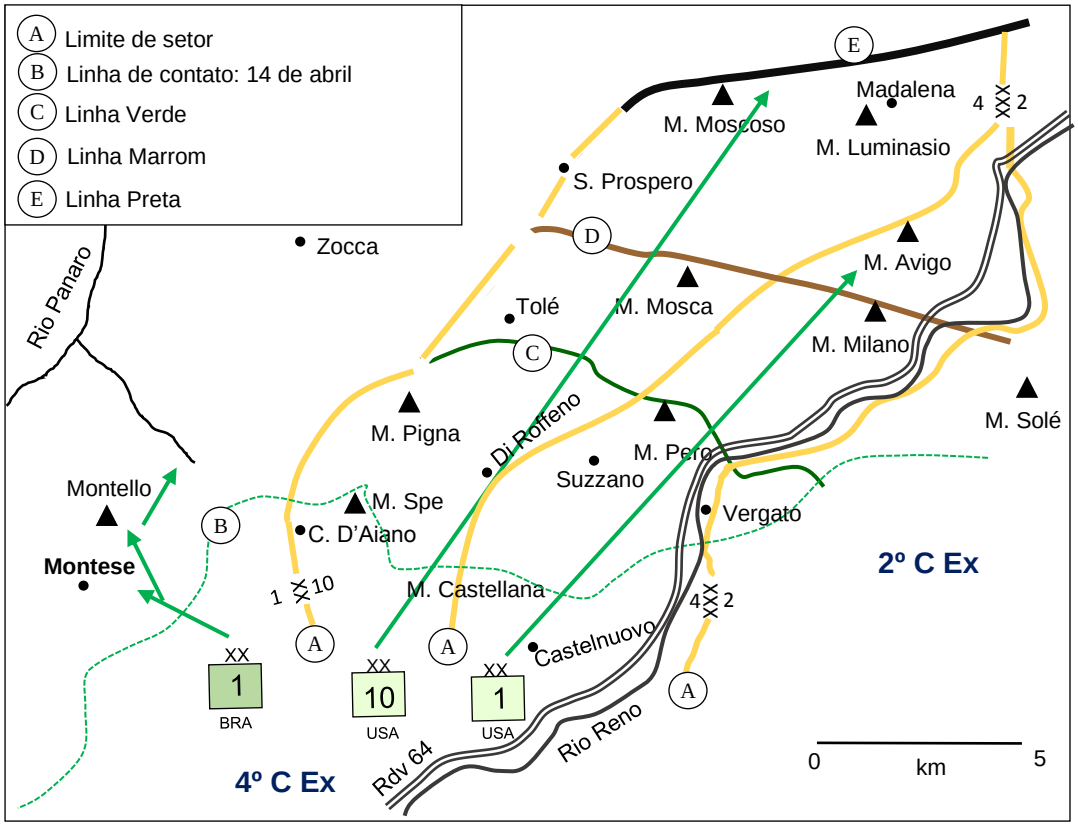
A região de Montese foi ocupada por tropas do 371º RI/92ª DI, que avançava à esquerda e a retaguarda da 1ª DIE. Nos dias seguintes, os alemães se retiraram do P Cot 888 e de Montello, posições que perderam sua importância militar, já que o grosso do 4º C Ex seguia em direção à Bolonha passando ao largo delas.[797]

ESBOÇO LVI – ATAQUE DA 1ª DIE À MONTESE, P COT 88 E MONTELLO (14/15ABRIL)[798]



[794] 1) SAVIAN, 2016, p. 78. 2) CARVALHO, [c.a. 1952]. p. 140.
[795] SAVIAN, 2016, p. 78.
[796] Ibid.
[797] Ibid.
[798] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 410.

ESBOÇO LVII – OFENSIVA DO 4º CORPO DE EXÉRCITO (ATÉ A LINHA PRETA)[799]



QUADRO LV – ATAQUE A MONTESE, SEGUNDO NESTOR DA SILVA[800]

Como todos sabem, a nossa organização é ternária. A companhia, normalmente, ataca com dois pelotões em primeiro escalão e um pelotão na reserva. Em Montese, fizemos diferente. Atacamos com três pelotões na frente e a 3ª Companhia ficou fazendo papel de reserva. Então, a minha companhia atacou com três pelotões. O 1º pelotão, comandado por um oficial R/2 chamado Malheiros, atacou a célebre colina 808, à esquerda de Montese. Esse tenente Malheiros foi ferido antes de atingir o objetivo [...]. Bem, ele atacou à esquerda. À direita atacou o pelotão do tenente Ary Rauen, oficial R/2, catarinense bravo e inteligente. Sua missão era agredir uma posição alemã fortificada, dentro do cemitério de Montese, mas, infelizmente, antes de atingir o cemitério, foi ferido mortalmente. O 3º pelotão, ao qual eu pertencia, pelotão comandado pelo tenente Iporan, atacou Montese frontalmente. Fizemos um ataque contrariando certas regras, porque o normal é a artilharia desencadear uma concentração para amaciar as posições inimigas, e, em seguida, a infantaria avançar. Lá procedemos de outra forma. Saímos ao mesmo tempo em que caíam os tiros da artilharia e surpreendemos os alemães. Eles estavam sabendo: "a artilharia está atirando agora, daqui a pouco vem a infantaria", mas nós chegamos juntos. [Continua...]

[799] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 406.
[800] SILVA, Nestor da. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 166-169.

E eles, utilizando uma forte barragem de metralhadoras e morteiros – os alemães eram mestres no emprego de morteiros e também, o canhão 88, em cima do pelotão do tenente Iporan, de quem eu era o 2º sargento auxiliar, fez com que ficássemos divididos em duas frações. Dois grupos de combate permaneceram com o tenente Iporan à esquerda, uma lombada entre mim e ele e eu com outro grupo, à direita, além do grupo de comando. Este estava formado com remuniciadores, telefonistas, pessoal do rádio, de apoio. Nós já nos encontrávamos bem perto da igreja, já havíamos conquistado dois terços de Montese; o 3º Pelotão, por incrível que pareça, sozinho. E existia uma cratera de bomba de avião, perto da igreja, talvez lançada pelos alemães. O certo é que essa cratera, com a forma de um cone e do tamanho de uma sala, me foi muito útil, porque eu estava com 16 homens e fiz 18 prisioneiros alemães. [...]. Eu tinha um cabo que, durante o ataque, fora ferido levemente na testa, com um tiro de metralhadora, só pegou a pele, estava sangrando e um outro que ficou com a perna meio amolecida – lá na Itália chamavam paura, aqui é medo. Coloquei os dois tomando conta dos 18 dentro do buraco. [...]. Aí fizemos a defesa em 360º. O Iporan fez à esquerda e eu à direita. Nós nos encontrávamos separados um do outro, cerca de cem metros mais ou menos. Já o dia avançava, começando a escurecer, me apavorei por não saber notícia nem do Tenente Iporan que estava perto de mim. Fui procurar, então, o soldado da RAD 100, o Hand Talk. Cheguei lá e ele tinha levado um estilhaço de granada no peito, morrera. Era um mato-grossense. Peguei o rádio, puxei a antena, apertei o botão e coloquei no ouvido. Comecei a ouvir um sargento do pelotão do tenente Ary Rauen falando com o capitão Sidney Álvares Teixeira, um grande herói, comandante da minha companhia, falando que o tenente Ary tinha morrido, que o pelotão estava esfacelado, muita gente ferida, que pedia ordem para retirada e tal. Aí, em um intervalo, entrei na conversa. Falei: – capitão, capitão, sargento Nestor. – Nestor, onde é que vocês estão? Cadê o Iporan? – Está aqui perto de mim, mas não posso falar com ele. Aí ele disse: – Onde vocês estão? Respondi: – Nós estamos junto da igreja... Igreja semidestruída. Ele continuou: – Pois eu vou para aí, vou ficar com vocês. Reuniu homens, corneteiro, cozinheiro, ordenança, o que ele tinha de resto, juntou. Só não levou sargento e subtenente e progrediu direitinho até o lugar que eu tinha indicado. Quando chegou lá, contei a história para ele. Há 18 homens aqui presos, prisioneiros. [...]. Conseguimos a falar com o Iporan. O capitão recompletou o nosso pelotão com aquele pessoalzinho que ele trouxe, sem prática nenhuma de tiro nem nada. [...]. Ele voltou para o PC da companhia e ficamos em Montese até a madrugada. Na madrugada de 14 para 15, o telefone tocou. [...]. [...] queriam falar com o tenente Nestor. Eu atendi e disse: "Olha, não é hora de brincadeira, estamos aqui, vou colocar o telefone para fora do abrigo para vocês escutarem a barulheira". "Não, Nestor, aqui quem fala é o comandante do Batalhão, major Lisboa" [...] "Não! Acaba de vir uma ordem da DI te promovendo a 2º Tenente. Honra as suas estrelas como você honrou as divisas". Exclamei: "Meu Deus do Céu…" – Mas fiquei assim na dúvida. Aí o Iporan também ficou sabendo e o pessoal do pelotão também que eu fora promovido. [...]. Após minha promoção, transferiram-me para o pelotão do tenente Ary Rauen que estava sem comando. Ficamos lá mais dois dias, depois fomos rocados para o Rio Panaro, na direção de Turim e Milão.

Em 21 de abril, tropas aliadas conquistaram Bolonha, depois de romperem a linha Gengis Khan em diversos setores. Concomitantemente, iniciava-se a perseguição das tropas do Eixo que buscavam alcançar os passos alpinos.

A vanguarda da 1ª DIE havia seguido de Montese para Vignola. Em 22 de abril, Mascarenhas de Moraes recebeu de Crittenberger a missão de seguir na direção noroeste; substituir elementos da 34ª DI (USA) à medida que esta avançasse; cobrir o flanco esquerdo do 4º C Ex, protegendo a Rodovia 9; e bloquear as saídas dos Apeninos para o norte e nordeste. Sua zona de ação se estenderia dos Apeninos até Rodovia 9, exclusive. O eixo de progressão brasileiro seria Modena – Placência – Alessandria. A 34ª DI havia sido transferida do 2º para o 4º C Ex. [801]

A preocupação principal dos aliados, nesse setor, era o possível retraimento da 148ª DI (DEU) e da 1ª DI (ITA). Estas, da Ligúria, onde se encontravam, poderiam cruzar os Apeninos, atravessar o vale do Pó e assim chegar aos Alpes.[802]

Para atravessar os Apeninos, as referidas forças do Eixo poderiam fazer uso de quatro rodovias principais: 12, 63, 62 e 45. Nesse contexto, cabia a 1ª DIE bloquear tais rodovias e ao mesmo tempo avançar em direção a Alessandria. Segundo Mascarenhas de Moraes: *"[...] as duas servidões aparentemente se chocavam. [...]. As operações exigiriam parte dos meios de infantaria em momentânea defensiva, com a frente para o sul, enquanto os meios restantes se deslocariam seguindo pelo eixo Vignola – S. Polo D'Enza – Collecchio – Fidenza*".[803]

Para dar agilidade às tropas de infantaria, Mascarenhas de Moraes lançou mão de parte das viaturas da artilharia. Assim, no dia 23, tropas brasileiras chegaram a Sassuolo, bloqueando a Rodovia 12; no dia 24, a Montecavolo, barrando a Rodovia 63; e no 25, a S. Polo d'Enza (Esboço LVIII, p. 241). Até aquele momento, o avanço fora feito quase sem reação do inimigo. O próximo objetivo da 1ª DIE era bloquear a Rodovia 62, que passava por Collecchio e Fornovo di Taro. [804]

Adhemar da Costa Machado relata:

> *Houve, então, uma fase de perseguição [...]. Começamos a encontrar fracas resistências, normalmente a cavaleiro dos eixos, e tivemos habilidade de não perder tempo com problemas menores. Com isso, o problema desaparecia, eles se entregavam. O importante era não deixarmos que os remanescentes do Vale do Panaro atravessassem o Rio Pó para o lado de lá dos Alpes. Havia, entre esses alemães que recuavam, duas Divisões e algumas outras frações. Uma, ainda, com sua estrutura orgânica, de Divisão, inteira, embora com muitas baixas e sem viaturas, mas que oferecia resistência. Houve uma sucessão de ações bem coordenadas, onde se revezaram o 1º e o 6º RI.*[805]

Entrementes, no dia 26, em Collecchio, o Esq Rec/1ª DIE deparou-se com forças contrárias muito superiores às suas. Em seu reforço, foram deslocadas frações do 6º e do 11º

[801] SAVIAN, 2016, p. 86.
[802] Ibid., p. 88.
[803] MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 220.
[804] SAVIAN, 2016, p. 88.
[805] MACHADO, 2001, p. 130.

RIs e a localidade foi cercada. Iniciou-se um combate que resultou na rendição dos alemães no dia seguinte. Com essa ação, foi bloqueada a Rodovia 62 e capturados *"395 prisioneiros e copioso material, todos pertencentes à 90ª Div Bld".*[806]

Relatos de prisioneiros indicavam que a 148ª DI, comandada pelo general Otto Fretter-Pico, vinha da região de La Spezzia-Viarregio, em direção a Fornovo Di Taro – Collecchio – Parma. Em razão disso, o Comando brasileiro planejou uma manobra convergente sobre a região de Fornovo di Taro, com a finalidade de destruir ou levar à rendição as tropas adversárias.[807]

Coube ao 6º RI realizar o cerco aos alemães. Para isso, seu comandante ordenou que o 1º BI, apoiado por um pelotão blindado norte-americano, e por frações de artilharia e engenharia, seguisse a cavaleiro da estrada Collecchio – Fornovo di Taro a fim de ocupar Gaiano e Fornovo di Taro. Enquanto isso, o 2º BI seguiria pelo eixo S. Vitale – Neviano di Rossi com a missão de se apossar de Respiccio e assim cooperar para o sucesso do 1º BI. O 3º BI e o Esq Rec foram deslocados para a outra margem do rio Taro, na região de Felegara. Fechando o cerco, *partisans* encontravam-se na região de Viazzano (Esboço LIX, p. 241).[808]

No dia 28, as tropas brasileiras avançaram inquietadas por fogos de artilharia e armas automáticas, apertando o cerco sobre os alemães. Na noite de 28 para 29, estes atacaram em direção a Segalara, tendo em vista abrir caminho para o rio Pó, mas não obtiveram sucesso.[809]

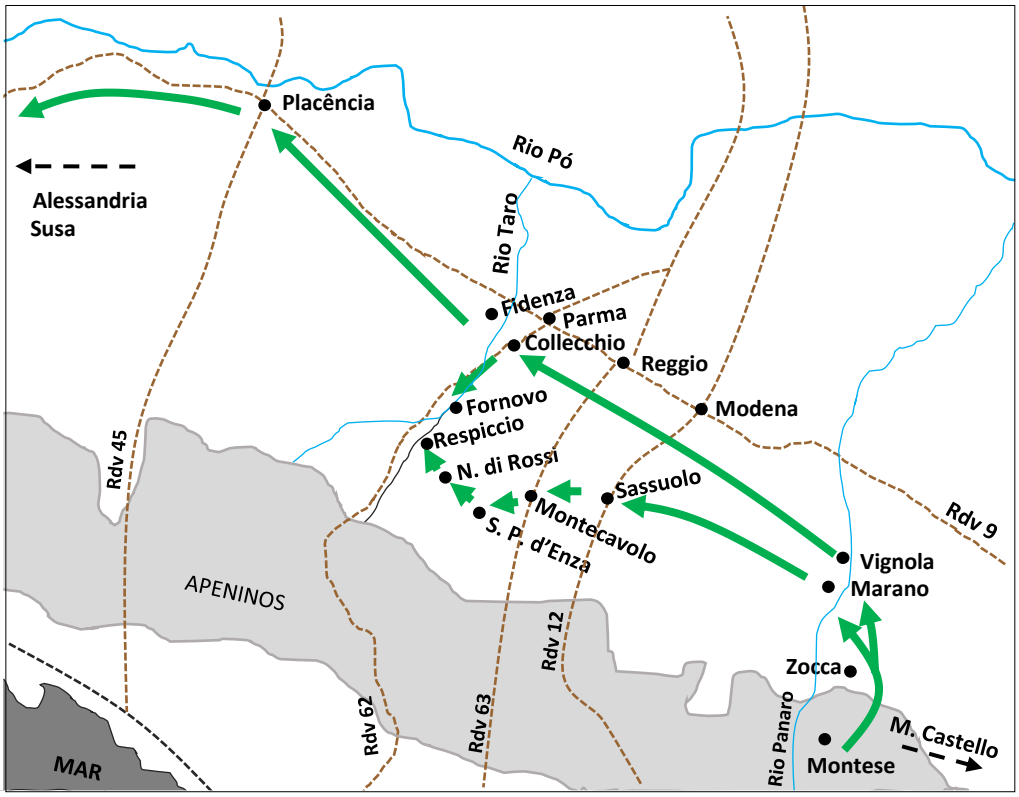
Ainda no dia 28, iniciaram-se negociações entre o Comando brasileiro e o das tropas alemãs em termos de rendição incondicional. Esta foi aceita por volta das 5h30min, do dia 29, e, assim, os alemães começaram a depor as armas (soldados italianos que os acompanhavam fizeram o mesmo).[810] Segundo Brayner: *"[...] no dia 30, a rendição estava concluída, tendo sido feitos 14.779 prisioneiros e todo o material de guerra da 148ª Divisão. [...]. Além dos remanescentes das Divisões 'Itália' e 'Monte Rosa' [...]".*[811]

Vicente Gratagliano, soldado do 6º RI, comenta:

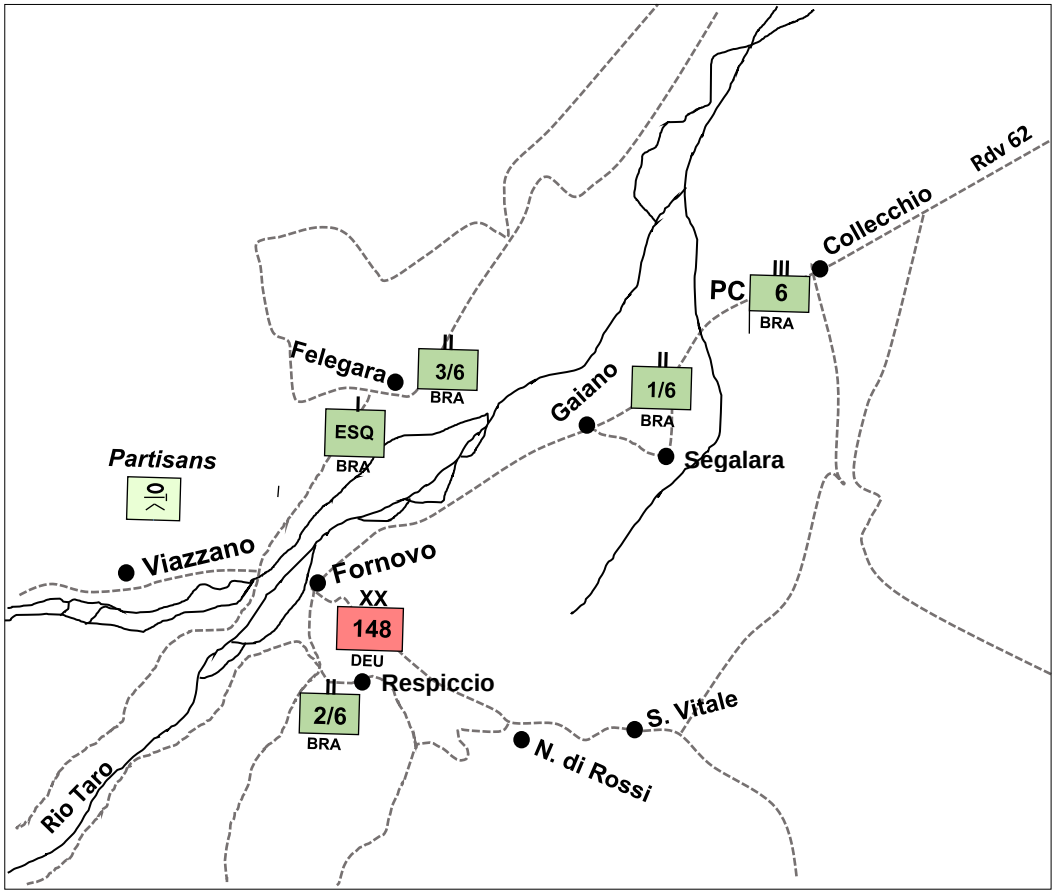
> *Os alemães se renderam, mas antes que o fizessem, ainda houve muito tiroteio. Fomos ao encalço deles com um pelotão da 2ª Companhia. O Capitão Ayrosa e um sargento vinham num jipe que passou por cima de uma mina; o jipe virou, morreu o motorista, o sargento eu não lembro o que aconteceu, mas o Capitão Ayrosa que tinha sido comandante da 2ª Companhia, era S3 do Batalhão, foi feito prisioneiro, gravemente ferido, pelos alemães que estavam lá. Quando a Divisão alemã se rendeu o Capitão foi posto em liberdade, ainda ferido. Tinha recebido tratamento inicial do próprio inimigo. Estávamos proporcionando cobertura a um pelotão da 2ª Companhia; eles entraram em combate, inclusive morreu um sargento desse pelotão, cujo nome era Andirás. Morreu no último dia de guerra.*[812]

[806] BRAYNER, 1968, p. 437.
[807] SAVIAN, 2016, p. 88-89.
[808] Ibid. p. 89.
[809] Ibid.
[810] Ibid.
[811] BRAYNER, 1968, p. 463.
[812] GRATAGLIANO, Vicente. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. p. 294.

ESBOÇO LVIII – PERSEGUIÇÃO REALIZADA PELA 1ª DIE[813]



ESBOÇO LIX – CERCO DA 1ª DIE EM FORNOVO DI TARO [814]



[813] Adaptado de esboço de Fernando de Maya Pedrosa.
[814] Adaptado de: CASTELLO BRANCO, 1960, p. 458.

Enquanto transcorria a rendição, tropas brasileiras ocupavam Placência e Alessandria. Nesta cidade, entraram em ligação com a 92ª DI (USA), que avançara pela costa do mar da Ligúria. Em 2 de maio, elementos avançados chegaram a Susa, fazendo contato com tropas francesas. Ainda nesse dia, em razão da rendição inimiga em toda a Itália, Mark Clark ordenou que as forças do XV Grupo de Exércitos cessassem fogo, salvo em caso de ato abertamente hostil.[815]

A guerra na Europa terminou em 8 de maio. Começaram, então, os brasileiros a preparar o retorno para casa. Luiz Emílio Da Cas detalha:

> *Pouco depois, por ordem do Cmt V Ex, a 1ª DIE deslocou-se da sua área de ocupação para a região de Francolise, onde estacionou, aguardando o embarque para regresso ao Brasil. Em aviso 217-185, de 6 de junho de 45, ficou determinado que as unidades da FEB ficassem, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, subordinadas ao Cmdo 1ª RM e fosse dado destino aos seus elementos integrantes, o que significava a formal dissolução da Força Expedicionária. Portanto, a FEB foi desativada, ainda, na Itália como medida de precaução do Governo Vargas, que temeroso da força e coesão e dos ideais de liberdade que a FEB defendera com suor e sangue, ela se tornasse uma séria ameaça ao regime vigente no país. Entre 6 de junho e 3 de outubro de 1945, chegaram ao Brasil os diferentes elementos integrantes da 1ª DIE e que foram, calorosamente, recebidos pelo povo brasileiro.* [816]

A recepção calorosa fora merecida. Os infantes haviam mostrado que estando adequadamente preparados, podiam fazer frente a soldados de qualquer outra nação. Superaram, ao longo da trajetória, os óbices de representar um País ainda desindustrializado, carente dos recursos imprescindíveis para bem equipar e instruir uma força armada. Terminaram por derrotar tropas experientes, percebidas poucos anos antes, por muitos, como insuperáveis.

Quanto à doutrina, os brasileiros, durante quase todo o tempo, empenharam-se em uma "guerra de posição", que fazia lembrar os combates da I Guerra Mundial. Somente depois do rompimento da linha Gengis Khan, já em fins de abril de 1945, é que puderam desenvolver uma "guerra de movimento", quando de forma extremamente exitosa perseguiram e capturaram milhares de inimigos.

Nas décadas seguintes, a feição do Brasil mudaria. O Exército evoluiria a partir das experiências da guerra mundial, participaria de missões de paz e se defrontaria com inimigos internos, desejosos de instaurar um regime cuja ideologia não se coadunava com a índole do povo brasileiro.

---

[815] 1) SAVIAN, 2016, p. 90. 2) Em abril e maio, a FEB teve, em ação, 89 mortos e 490 feridos; conforme MASCARENHAS DE MORAES, 2005, p. 312. 3) Durante a campanha, a FEB teve, em ação, 354 mortos e 1.577 feridos. Morreram também 60 expedicionários em razão de acidentes, nove por doenças, quatro por afogamentos e seis por causas diversas. Os brasileiros, ao todo, fizeram 20.573 prisioneiros. Conforme: CASTELLO BRANCO, 1960, Anexo XXIII.

[816] DA CAS. Luiz Emílio. A Participação do Brasil na II Guerra Mundial. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 274.

PARTE VII

PÓS-II GUERRA MUNDIAL

Não somos, nunca fomos nação armamentista nem belicosa. Nossos anseios de convivência pacífica e fraternal com os outros povos, afirmados através de toda a nossa história e reafirmados no princípio constitucional de não nos envolvermos em guerra de conquista, não poderiam, entretanto, induzir-nos a descuidar da nossa própria segurança. [...]. Cuidou-se de completar a desmobilização do Exército e reintegrá-lo no regime de paz, já que essas tarefas não puderam ser totalmente cumpridas no ano anterior. Reduziram-se os efetivos em armas em mais de 30% e licenciou-se grande número de oficiais da Reserva. Várias unidades foram extintas, outras mantidas apenas com os elementos indispensáveis à guarda e conservação do material. Simultaneamente, procedeu-se a ampla reforma de toda a organização militar, à luz da nova conceituação dos fatores que a condicionam e das lições da nossa própria e da alheia experiência. [...]. Efetuou-se a remodelação do ensino em todos os seus graus e modalidades. [...]. A indústria militar, nos limites dos recursos postos a sua disposição, pôde prover as necessidades ordinárias do consumo de paz. Os estabelecimentos de produção continuaram a desempenhar o seu relevante papel de órgãos de estudos técnicos, de orientação industrial e de preparo de especialistas. Por meio de encomendas efetivas e de aquisições regulares, prosseguiu o Exército no incentivo a fabricação de artigos militares pela indústria privada, e, através de seus órgãos, continuou a acompanhar e auxiliar, quanto possível, o trabalho de exploração das riquezas minerais estratégicas.[817]

Eurico Gaspar Dutra, 1947

Logo após a II Guerra Mundial, o Brasil passou a ser influenciado pela "Guerra Fria", conflito político-ideológico travado pelos blocos Ocidental/Capitalista e Oriental/Socialista, liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. Com o colapso desta, em 1991, o País buscou inserir-se na nova ordem mundial que se delineava, marcada, principalmente, pela intensificação da globalização e dos avanços tecnológicos.

A retirada de Getúlio Vargas do poder e a realização de eleições presidenciais, em 1945, bem como a publicação de uma nova constituição, em 1946, sinalizavam que se buscava instaurar um regime plenamente democrático. Todavia, crises políticas rotineiras, entremeadas por questões ideológicas, levaram a instauração, em 1964, do "Regime Militar", de caráter autoritário. Na segunda metade da década de 1980, com a elaboração de nova constituição e realização de eleições diretas para presidente, retomava o País seu caminho para a democracia.

[817] DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1947, pelo Presidente da República. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947. p. 103-106.

O crescimento econômico do Brasil no pós-guerra foi intenso, evidenciado pela crescente industrialização e aumento do PIB. Não obstante, não foi regular: houve décadas de elevado desenvolvimento, como a de 1970, e outras de estagnação, a exemplo da de 1980. A partir dos anos 1990, o desafio passou a ser inserir o País na "Revolução Digital".

A população brasileira, que somava cerca de 41,2 milhões em 1940, chegou a 212 milhões em 2021.[818] Houve intenso processo de urbanização e a condição de vida do povo melhorou, embora não tenha atingido patamar satisfatório. De toda forma, a expectativa de vida dos nascidos no País, que era de 42 anos em 1940, passou para 76,6 anos, em 2019.[819]

Após a II Guerra Mundial, buscou-se introduzir no Exército a doutrina norte-americana, que os brasileiros absorveram nos campos de batalha da Itália ou em escolas militares estadunidenses. Todavia, pensava-se em adaptá-la à realidade nacional, a fim de se criar uma doutrina singular, o que foi ganhando corpo com o passar do tempo. Evidentemente, muitos dos ensinamentos da Missão Militar Francesa permaneceram, contribuindo para moldar a feição das tropas terrestres brasileiras.

Dessarte, em 1946, foi publicada nova reorganização do Exército. Quatro zonas militares passaram a enquadrar as dez regiões militares então existentes.[820] Dez anos depois, as zonas militares passaram a ser denominadas exércitos;[821] por sua vez renomeados, em 1985, comandos militares de área.[822] Em 2020, havia doze regiões militares e oito comandos militares de área.[823]

Pela reorganização de 1946, as divisões de infantaria e de cavalaria foram mantidas e previu-se a estruturação de uma divisão blindada e de outra aeroterrestre. As divisões deveriam ficar subordinadas a comandos de regiões militares (em 2020, encontravam-se subordinadas diretamente aos comandos militares de área).[824]

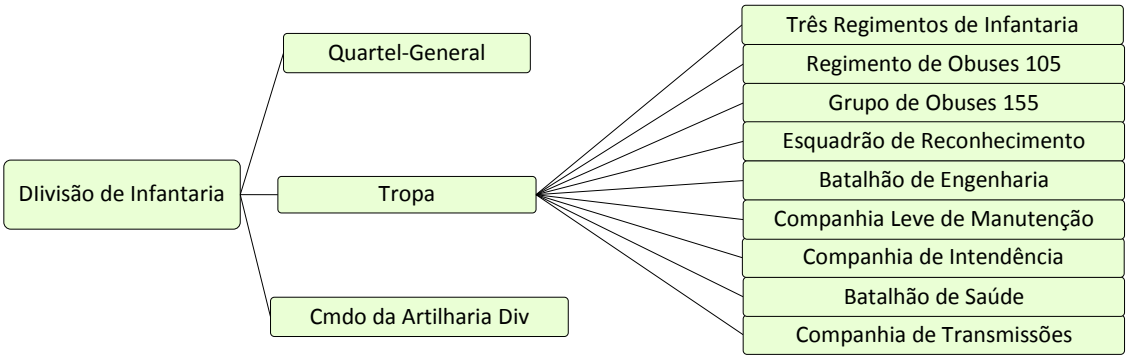
Em 1957, houve alteração na estrutura das divisões de infantaria (vide configuração das divisões de infantaria, em 1946 e em 1957, nos Organogramas X e XI, p. 245). [825]

A divisão blindada, prevista em 1946, acabou sendo estruturada somente em 1957, a partir do Núcleo da Divisão Blindada.[826] A divisão aeroterrestre não tomou forma. Somente foi criado, em 1952, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, transformado em brigada, em 1968. Em consequência, neste ano, o regimento de infantaria aeroterrestre que fazia parte do Núcleo deu lugar a três batalhões de infantaria aeroterrestres, com autonomia administrativa.[827]

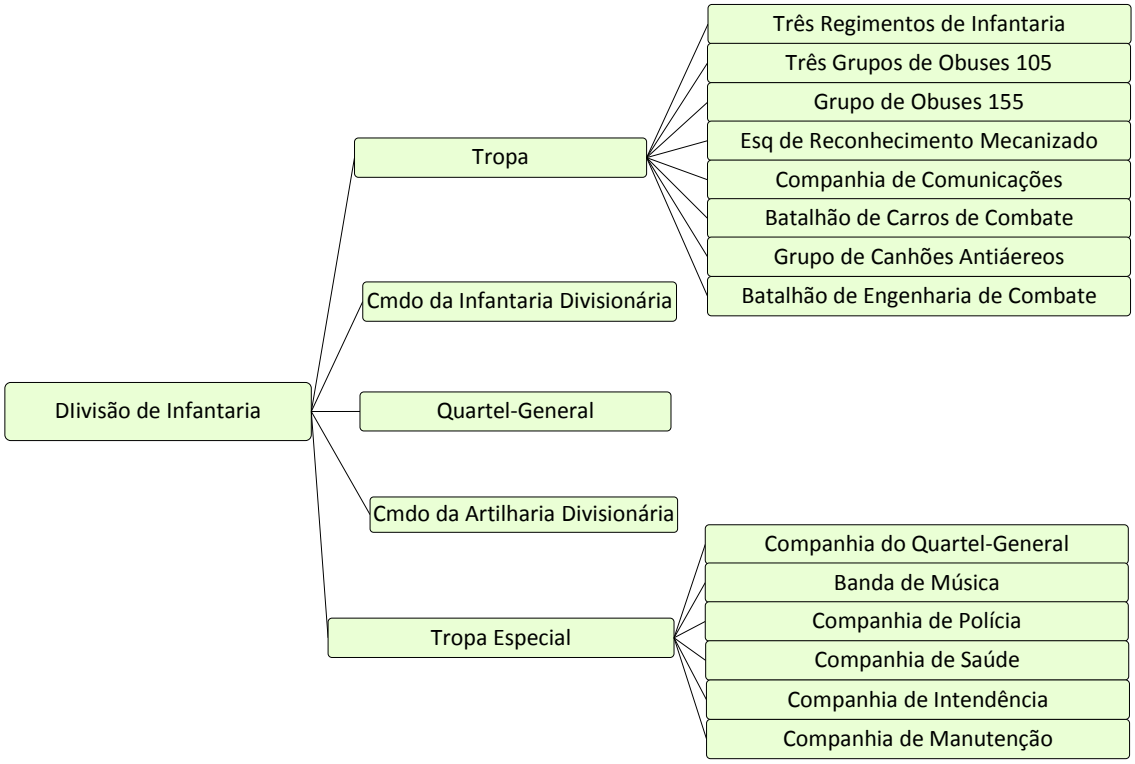
---

[818] 1) BRASIL. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Série Nacional. Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 1/Quadro I. 2) BRASIL. IBGE. População do Brasil. *Site*.
[819] BRASIL. IBGE. Em 2017, a expectativa de vida era de 76,6 anos. *Site*.
[820] BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946. Eram as seguintes as zonas militares, suas sedes e regiões militares que enquadravam: Zona Militar do Leste, capital da República (1ª RM); Zona Militar do Centro, São Paulo (2ª, 4ª e 9ª RMs); Zona Militar do Sul, Porto Alegre (3ª e 5ª RMs) e Zona Militar do Norte, Recife (6ª. 7ª, 8ª e 10ª RMs).
[821] BRASIL. Decreto nº 39.863, de 28 de agosto de 1956.
[822] BRASIL. Decreto nº 91.778, de 15 de outubro de 1985.
[823] EXÉRCITO BRASILEIRO. Estrutura organizacional. *Site*. Em 2021, eram os seguintes os comandos militares de área, suas sedes, e regiões militares e divisões de exército que enquadravam: Comando Militar do Sudeste, São Paulo (2ª DE e 2ª RM); Comando Militar do Sul, Porto Alegre (3ª, 5 e 6ª DEs, e 3ª e 5ª RMs); Comando Militar do Leste, Rio de Janeiro (1ª DE e 1ª e 4ª RMs); Comando Militar do Nordeste, Recife (6ª, 7ª e 10ª RMs); Comando Militar da Amazônia, Manaus (12ª RM); Comando Militar do Planalto, Brasília (11ª RM); Comando Militar do Oeste, Campo Grande (9ª RM); e Comando Militar do Norte, Belém (8ª RM).
[824] BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946. Nas regiões militares onde havia uma só divisão, um comandante acumulava os dois comandos.
[825] BRASIL. Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957.
[826] BRASIL. Decreto nº 42.520, de 28 de outubro de 1957.
[827] BRASIL. Decreto nº 63.573, de 7 novembro de 1968.

ORGANOGRAMA X – ORGANIZAÇÃO DA DIVISÃO DE INFANTARIA, 1946[828]



ORGANOGRAMA XI – ORGANIZAÇÃO DA DIVISÃO DE INFANTARIA, 1957[829]

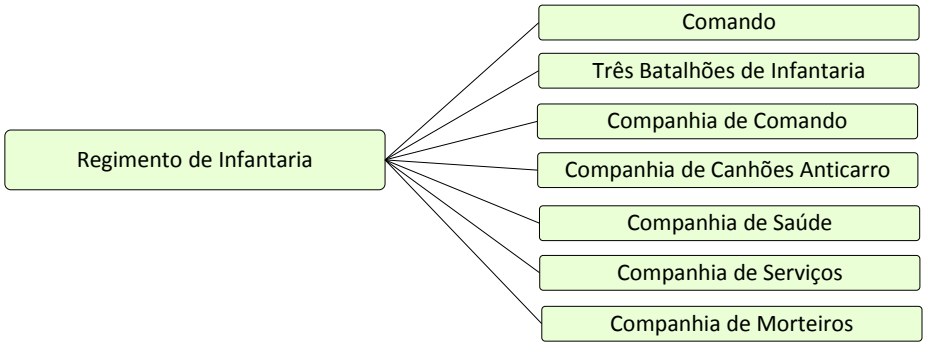


[828] BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946.
[829] BRASIL. Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957.

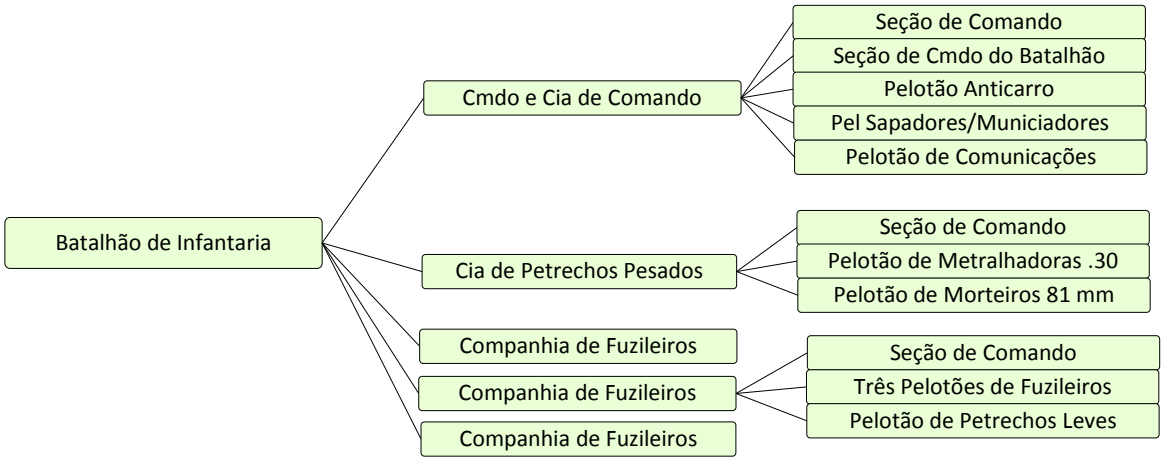
Quanto aos tipos de unidades de infantaria, em 1946 foram mantidos os regimentos (inclusive o Escola) e os batalhões de caçadores, de fronteira e de guardas. Também permaneceram os batalhões de carros, criados durante a II Guerra Mundial. Ademais, foi prevista a existência de batalhões blindados e regimentos aeroterrestres. Os antigos batalhões de carros, agora denominados batalhões de carros de combate, e os batalhões blindados, passaram a fazer parte do que se denominou "tropas blindadas".[830] Em 1957, legislação esclareceu que os batalhões de carros de combate leves seriam da arma de Infantaria, e os de carros de combate (médios) e de carros de combate pesados, da arma de Cavalaria, o que na prática já acontecia. [831] Além disso, em 1951 foi estruturado o 1º Batalhão de Polícia do Exército, na capital federal. [832]

A organização de um RI, de um BI de RI, e a pormenorizada de uma companhia de fuzileiros, encontram-se nos organogramas abaixo e no Quadro LVIII (p. 247).

ORGANOGRAMA XII – ORGANIZAÇÃO DO REGIMENTO DE INFANTARIA, 1952[833]



ORGANOGRAMA XIII – ORGANIZAÇÃO DE BI ENQUADRADO EM RI, 1953[834]



[830] BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946.
[831] BRASIL. Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957. Os batalhões de carros de combate da Cavalaria foram renomeados regimentos de carros de combate, em 1971.
[832] BRASIL, Exército, AHEx, Catálogo, 2019.
[833] BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-40: **O Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1952. p. 2
[834] BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-20: **O Batalhão de Infantaria**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1953. p. 45.

QUADRO LVIII: COMPOSIÇÃO DA COMPANHIA DE FUZILEIROS, DÉCADA DE 1960.[835]

Comandante: Capitão		
Seção de Comando	Subdividida em Grupo de Comando, constituído por um 1º sargento (auxiliar), um cabo (chefe de transmissões) e 15 soldados (um corneteiro, um ordenança, três mensageiros e dez suplementares); e Grupo de Serviços, formado por um subtenente, mais a Turma de Administração e Manutenção (um 3º sargento furriel, um cabo escrevente, um cabo armeiro e um soldado auxiliar) e a Turma de Aprovisionamento (um 3º sargento encarregado de rancho, um cabo e dois soldados cozinheiros, e dois soldados auxiliares de rancho)	
Três Pelotões de Fuzileiros Comandante: 1º ou 2º tenente	Grupo de Comando	2º Sargento (auxiliar), cabo (cerra-fila) e dois soldados (mensageiros)
	Três Grupos de Combate	Cada um composto por um 3º Sargento (comandante) e um cabo (auxiliar). Mais uma esquadra de volteadores (cinco soldados) e uma esquadra de tiro (atirador de fuzil-metralhador, municiador e remuniciador)
Pelotão de Petrechos Leves Comandante: 1º ou 2º tenente	Seção de Comando	2º Sargento (auxiliar), um cabo (motorista) e três soldados (um motorista e dois mensageiros)
	Seção de Morteiros 60 mm	3º Sargento (comandante) e soldado (mensageiro). Mais três peças de morteiro, cada uma com um cabo (chefe de peça) e quatro soldados (atirador, municiador e dois remuniciadores)
	Seção de Metralhadoras .30	3º Sargento (comandante) e soldado (mensageiro). Mais duas peças de metralhadora, cada uma com um cabo (chefe de peça) e quatro soldados (atirador, municiador e dois remuniciadores)

Convém salientar que as reorganizações mencionadas em parte não foram efetivadas, por razões de ordem principalmente financeira. Segundo Fernando Velôzo Gomes Pedrosa:

> *Na prática, as divisões eram incompletas e compostas por unidades também incompletas e mal equipadas. A maioria dos regimentos de infantaria era composta por apenas um ou dois batalhões, também incompletos. A Divisão Blindada não contava com unidades de carros de combate pesados, nem de artilharia blindada, nem de canhões antiaéreos autopropulsados. A Divisão Aeroterrestre não passava de um núcleo, e nunca teve mais que um regimento de infantaria aeroterrestre incompleto, um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e um pelotão de comunicações.*[836]

No início da década de 1970, as divisões infantaria e de cavalaria foram extintas. Deram lugar às divisões de exército, compostas por um número variável de grandes unidades, não necessariamente idênticas (brigadas de infantaria e cavalaria, mais artilharia divisionária), além de outras tropas (Organograma XIV, p. 248).[837]

Em relação às brigadas de infantaria, na década de 1980 existiam as do tipo motorizada, blindada, paraquedista e de selva. Posteriormente, foram criadas as do tipo leve (entre as quais, uma aeromóvel e outra de montanha) e mecanizada.[838]

---

[835] BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-5: **Maneabilidade (exercícios para a infantaria)**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1965. passim.
[836] PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). 2018. 305 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. p. 108.
[837] 1) BRASIL. Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. 2) BRASIL. Decreto nº 93.188, de 29 de agosto de 1986.
[838] BRASIL, Exército, AHEx, Catálogo, 2019.

A constituição de uma brigada de infantaria motorizada, na década de 1980, encontra-se no Organograma XV (p. 249). Nos quarenta anos seguintes, pouco mudou. A configuração das brigadas de outros tipos era similar à da motorizada.

No início da década de 1970, com o fim das divisões de infantaria, também foram desfeitos os regimentos dessa arma, passando os batalhões que os formavam a ter autonomia administrativa. Além disso, foram criados novos tipos de batalhões, à medida que se diversificavam as brigadas. Assim, paulatinamente surgiram os batalhões de selva (desde 1969), motorizados (a contar de 1971), leves (a partir de 1992) e mecanizados (a datar de 2014).[839]

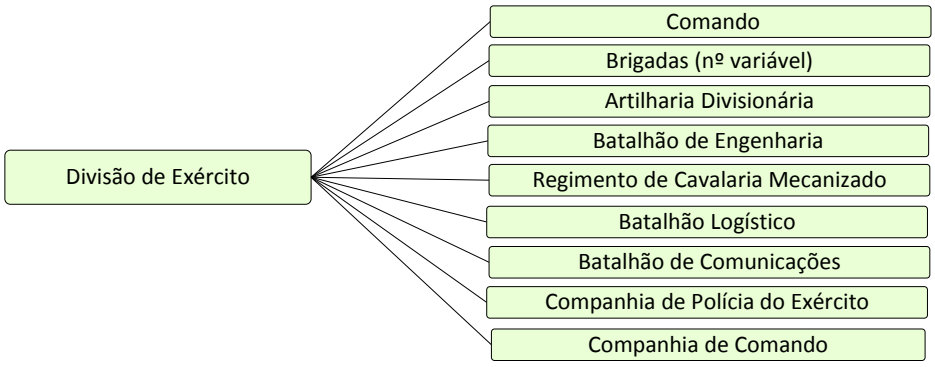
A estrutura dos batalhões de infantaria motorizados e de suas companhias de fuzileiros, nos anos 1970 e 2000, encontram-se nos Organogramas XVI e XVII (p. 249) e nos Quadros LIX e LX (p. 250 e 251). A configuração dos outros tipos de batalhões e companhias de infantaria eram semelhantes.

Algumas particularidades dos diferentes tipos de brigadas e batalhões de infantaria constam no Quadro LXI (p. 252). Tal diversidade visa possibilitar aos comandantes empregar o tipo de tropa mais adequado em face dos diferentes cenários com que podem se deparar.

Cabe-se ainda mencionar que a Divisão Blindada foi extinta em 1971. Os batalhões de infantaria que dela faziam parte passaram a integrar as brigadas blindadas, então formadas. Nesse mesmo ano, a Brigada Aeroterrestre foi renomeada Brigada Pára-quedista.[840]

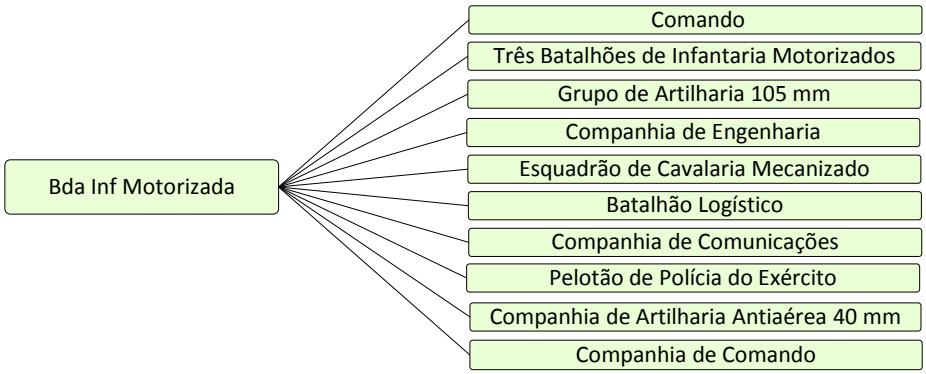
Entretanto, persistiram problemas atinentes a efetivação dos planos organizacionais. Como exemplo, batalhões de infantaria de brigadas motorizadas não foram motorizados, além de nestas faltarem unidades e subunidades que em teoria deveriam enquadrar, como um batalhão logístico e companhias de artilharia antiaérea e de engenharia.[841]

ORGANOGRAMA XIV: COMPOSIÇÃO DA DIVISÃO DE EXÉRCITO, DÉCADA DE 1970.[842]

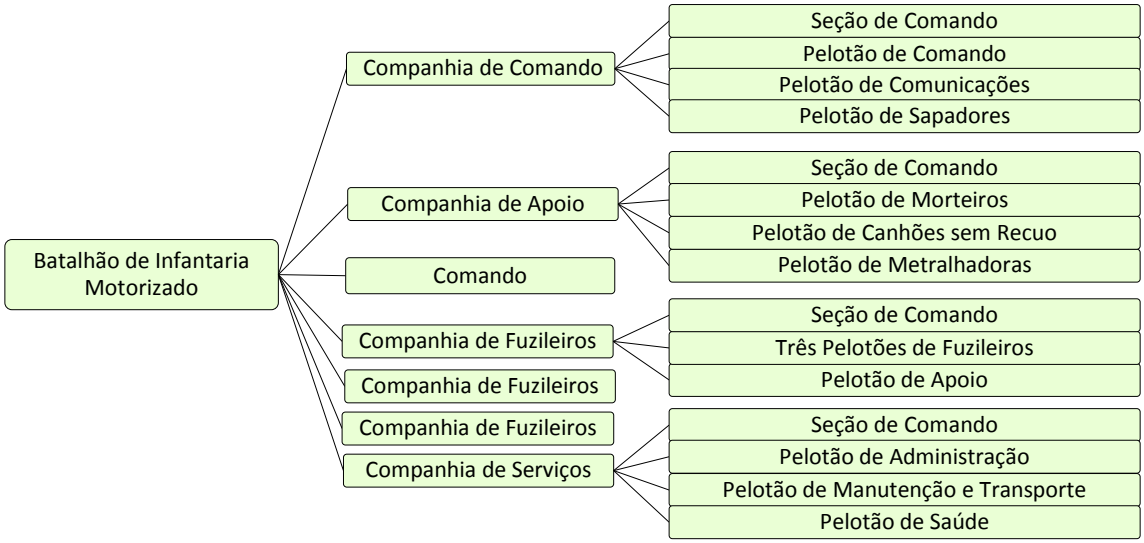


[839] BRASIL, Exército, AHEx, Catálogo, 2019.
[840] 1) BRASIL. Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971.
[841] BENTO, Cláudio Moreira. **História do Comando Militar do Sul**: 1953-2018 e Antecedentes/Cláudio Moreira Bento, Luiz Ernani Caminha Giorgis. 2. ed., Porto Alegre; Resende: FAHIMTB, 2018. p. 31.
[842] Apud PEDROSA, 2018, p. 171.

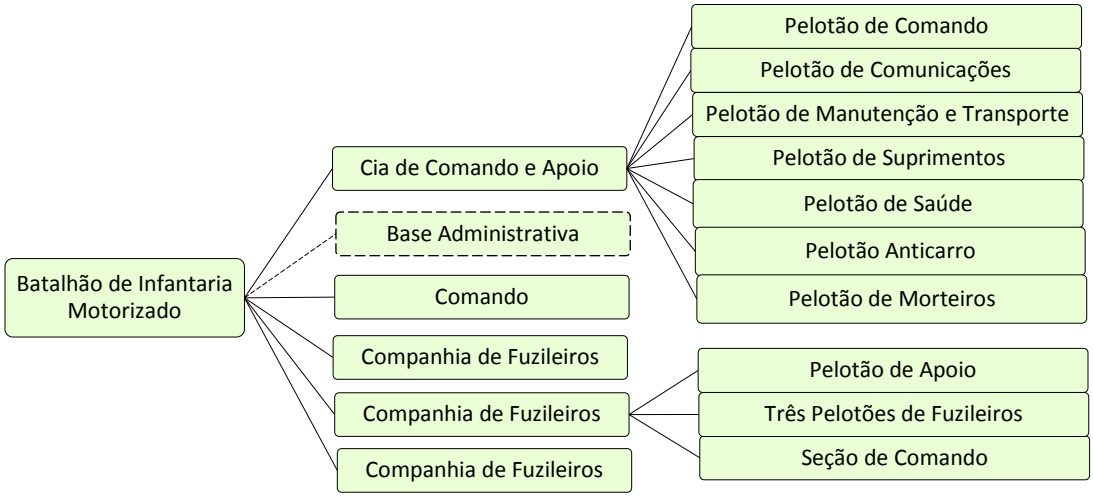
ORGANOGRAMA XV - COMPOSIÇÃO DE BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA, 1984[843]



ORGANOGRAMA XVI - COMPOSIÇÃO DE BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO, 1974[844]



ORGANOGRAMA XVII - COMPOSIÇÃO DE BTL INF MOTORIZADO, 2003.[845]



[843] BRASIL. Exército Brasileiro. EME. Manual de Campanha C 7-30: **Brigadas de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1984. p. 1-4.
[844] BRASIL. Exército Brasileiro. EME. Manual de Campanha C 7-20: **Batalhões de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1974. p. 1-5.
[845] BRASIL. Exército Brasileiro. EME. Manual de Campanha C 7-20: **Batalhões de Infantaria**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 2003. p. A-11. A Base Administrativa incumbia-se de atividades burocráticas

QUADRO LIX - COMPOSIÇÃO DA COMPANHIA DE FUZILEIROS, 1973.[846]

Comandante: Capitão		
Seção de Comando	Subtenente (auxiliar de administração e suprimento), 1º sargento (sargenteante), 3º sargentos (furriel e auxiliares de comunicações e de rancho), cabos e soldados (corneteiro, datilógrafo, ajudante de mecânico, radioperador, motoristas, telefonistas, cozinheiros e auxiliares de rancho)	
Três Pelotões de Fuzileiros Comandante: 1º ou 2º tenente	Grupo de Comando	Sargento (adjunto), cabo (cerra-fila) e soldados (radioperador e mensageiros). Mais uma peça de morteiro leve, composta por cabo (chefe) e soldados (atirador, municiador e remuniciador)
	Três Grupos de Combate	Cada um composto por um 3º sargento (comandante) e cabo (auxiliar). Mais duas esquadras ("A" e "B"). A "A" comandada pelo cabo auxiliar e integrada por mais três soldados (atirador de fuzil-metralhador e dois esclarecedores); a "B" composta por quatro soldados (atirador de fuzil-metralhador e três esclarecedores, sendo um destes o comandante da fração).
Pelotão de Apoio Comandante: 1º ou 2º tenente	Seção de Comando	Sargento adjunto e dois soldados (radioperador e mensageiro)
	Seção de Morteiros (médios)	2º Sargento (comandante), 3º sargento (observador avançado), cabo (observador) e dois soldados (radioperador e motorista). Mais duas peças de morteiro, cada uma com um cabo (chefe de peça) e cinco soldados (atirador, municiador e três remuniciadores)
	Seção de Metralhadoras	3º Sargento (comandante) e soldado (mensageiro). Mais duas peças de metralhadora, cada uma com um cabo (chefe de peça) e quatro soldados (atirador, municiador e dois remuniciadores)
	Seção de Canhões sem Recuo	3º Sargento (comandante) e dois soldados (mensageiro e motorista). Mais três peças de canhão, cada uma com um cabo (chefe de peça) e três soldados (atirador, municiador e remuniciador)

[846] BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-10: **Companhia de Fuzileiros**. 5. ed. Brasília: EGGCF, 1973. passim.

QUADRO LX - COMPOSIÇÃO DE COMPANHIA DE FUZILEIROS, DÉCADA DE 2000.[847]

Comandante: Capitão		
Seção de Comando Comandante: Subtenente	Grupo de Comando, constituído por um 1º sargento (sargenteante), um cabo (operador de microcomputador) e dois soldados (um auxiliar e um motorista); Grupo de Comunicações, formado por um sargento (auxiliar de comunicações), dois cabos (um radioperador e um construtor de linha/telefonista) e um soldado (construtor de linha/telefonista); e Grupo Logístico, que compreendia a Turma de Manutenção: um sargento (mecânico de viatura e comandante), um cabo (ajudante de mecânico de armamento) e um soldado (ajudante de mecânico de viatura), e a Turma de Suprimento: um sargento (furriel), um cabo (operador de microcomputador) e dois soldados (um motorista e um auxiliar)	
Três Pelotões de Fuzileiros Comandante: 1º ou 2º tenente	Turma de Comando	Sargento (adjunto) e um soldado (radioperador)
	Grupo de Apoio	3º Sargento (comandante); mais duas peças de metralhadora, cada uma com um cabo (chefe de peça/atirador) e um soldado (auxiliar); e uma peça de morteiro leve, com um cabo (chefe de peça/atirador) e um soldado (auxiliar)
	Três Grupos de Combate	Cada um composto por um 3º sargento (comandante); mais duas esquadras (1ª e 2ª). A 1ª integrada por um cabo (comandante), um atirador de fuzil-metralhador e dois esclarecedores (um deles atirador de lança-rojão anticarro); a 2ª constituída por um cabo, um atirador de fuzil-metralhador e dois esclarecedores (um destes, também atirador de lança-rojão anticarro; o outro, lançador de granadas de bocal)
Pelotão de Apoio Comandante: 1º ou 2º tenente	Seção de Comando	Sargento (adjunto) e um soldado (radioperador)
	Seção de Morteiros	2º Sargento (comandante), um cabo (observador avançado) e um soldado (radioperador); mais duas peças de morteiros médios, cada uma com um cabo (chefe de peça/atirador) e dois soldados (um auxiliar do atirador e um municiador)
	Seção de Canhões sem Recuo	3º Sargento (comandante) e um soldado (radioperador); mais três peças 84 mm, cada uma com um cabo (chefe de peça/atirador) e um soldado (auxiliar do atirador)

[847] 1) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-10: **Companhia de Fuzileiros**. Anteprojeto. 2005. passim. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Caderno de instrução CI 7-10/1: **Pelotão de Fuzileiros**. Brasília, 2009. 3) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 7-36: **Emprego das pequenas frações do batalhão de infantaria leve**. Brasília: EME, 1997.

QUADRO LXI - PARTICULARIDADES DAS ORGANIZAÇÕES DE INFANTARIA[848]

BRIGADAS E BATALHÕES	
Tipo	Particularidades
Motorizados	Tropa apta para o combate aproximado e para missões de manutenção do terreno, sendo dotada de armas leves e portáteis.
Blindados	Tropa particularmente apta para operações que exijam alta mobilidade tática, potência de fogo, proteção blindada e ação de choque. Utiliza viaturas blindadas sobre lagartas para seus deslocamentos e para o combate, conduzindo suas ações o máximo possível embarcada, desde que a situação e o inimigo permitam. Quando desembarcada, emprega, sempre que possível, o armamento das viaturas blindadas no apoio de fogo. A infantaria blindada é largamente empregada em combinação com os carros de combate.
Paraquedistas	Tropa particularmente apta para realizar o assalto aeroterrestre. Uma vez no solo, cumpre as missões típicas da infantaria.
Selva	Tropa particularmente apta para atuar em ambiente de selva, no qual as operações revestem-se de características especiais, como grande fluidez e dificuldades de sobrevivência devido à natureza do terreno, às condições meteorológicas e à carência de recursos.
Leves (Aeromóvel)	Tropa particularmente apta para realizar o assalto aeromóvel; uma vez no solo, tem condições de cumprir missões semelhantes às da infantaria motorizada (ou da infantaria a pé).
Leves (Montanha)	Tropa particularmente apta para realizar operações em terreno montanhoso e que exijam a permanência continuada em ambientes sob condições meteorológicas desfavoráveis.
Mecanizados	Tropa particularmente apta para realizar operações que exijam alta mobilidade tática, relativa potência de fogo, proteção blindada e ação de choque. Utiliza viaturas blindadas sobre rodas para seus deslocamentos e para o combate, conduzindo suas ações o máximo possível embarcada, desde que a situação e o inimigo permitam. Quando desembarcada, emprega, sempre que possível, o armamento das viaturas blindadas no apoio de fogo.
Fronteira	Tropa particularmente apta para atuar na vigilância da fronteira (terrestre ou fluvial). Capacitada para realizar operações ofensivas e defensivas em área do bioma Pantanal, particularmente infiltração tática, defesa de "ponto forte" e movimentos retrógrados.
BATALHÕES	
Caçadores e Infantaria a Pé	Unidades sem as condições necessárias para serem empregadas, como um todo, em missões na zona de combate. Na defesa externa contribuem, com suas companhias de fuzileiros, para o completamento das estruturas organizacionais dos batalhões de infantaria motorizados. Mobilidade restrita à do homem a pé.
Polícia do Exército e de Guarda	Unidades organizadas para atuar em situação de guerra e de não guerra. Capazes de realizar escolta, evacuação e guarda de prisioneiros de guerra, de internados civis, e de presos militares. Também aptas para fazer escolta e segurança física de autoridades militares e civis, efetuar a prevenção e a investigação de crimes, participar de operações contra forças irregulares, entre outras.
Obs.: o que diferencia as brigadas e batalhões supracitados é o quadro organizacional. Esse é composto pelos seguintes elementos: base doutrinária, estrutura organizacional, quadro de cargos e quadro de dotação de material.	

[848] 1) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-30: **Brigadas de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1984. p. 1-1. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Manual de Campanha EB 70-MC-10.228: **A Infantaria nas Operações**. Brasília, 2018. p. 2-1. 3) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Manual de Campanha EB 70-MC-10.239: **Polícia do Exército**. Brasília, 2018. p. 3-3. 4) BRASIL, C 7-20, 2003, p. A-11.

Em relação a hierarquia, ainda durante a II Guerra Mundial, foi extinta a graduação de sargento-ajudante (os que estavam nessa graduação a manteriam, com os mesmos direitos e deveres). Em consequência, definiu-se que "*em cada corpo de tropa, estabelecimento ou formação de serviço, e se der vaga de sargento-ajudante, as funções correspondentes serão preenchidas pelo primeiro sargento mais antigo, que doravante se denominará primeiro sargento ajudante*".[849]

Em 1946, foi criado o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), a ser constituído de segundos e primeiros tenentes oriundos das fileiras do Exército, *"sem o curso da Escola Militar, destinando-se a completar os claros em oficiais subalternos das Armas e do Serviço de Intendência e a exercer trabalhos que incumbem aos tenentes na Diretoria de Recrutamento, nas Repartições e Estabelecimentos Militares do Exército"*. O ingresso no QAO resultaria da promoção de subtenentes, de sargentos-ajudantes ainda existentes, e de primeiros sargentos, ao posto de 2º tenente.[850]

Ainda no ano de 1946, foi criado o posto de general de Exército, posicionado entre o de marechal e o de general de divisão.[851]

O quadro de oficiais continuou a ser preenchido por militares de carreira formados na Escola Militar, que foi transferida para Resende em 1944 (renomeada Escola Militar de Resende, e, em 1951, Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN).[852] Somavam-se a esses, militares formados em centros e núcleos de preparação de oficiais da reserva, convocados para ocupar, por tempo limitado, cargos destinados a oficiais subalternos e intermediários.[853]

O quadro de graduados passou a contar com sargentos de carreira formados na Escola de Sargento das Armas (ESA), criada em 1945, na capital da República (transferida, quatro anos depois, para Três Corações).[854] Também por cabos e 3º sargentos temporários formados em cursos realizados em corpos de tropa.

Quanto ao recrutamento de soldados, o sorteio foi extinto em 1945. Nova legislação definiu que todos os convocados passariam por inspeção de saúde e, conforme seu estado físico, classificados em cinco grupos: "A", "B", "C", "D" e "E". A incorporação iniciar-se-ia pelos relacionados no grupo "A", recorrendo-se aos subsequentes se houvesse necessidade.[855]

Em 1964, nova lei passou a regular o serviço militar. Estabeleceu que esse deveria ser prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completassem 19 anos de idade (voluntários poderiam servir a partir dos 17

[849] BRASIL. Decreto-Lei nº 4.840, de 16 de outubro de 1942.
[850] BRASIL. Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946.
[851] BRASIL. Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946.
[852] 1) ACADEMIA, 2011, p. 51. 2) BRASIL. Decreto nº 29.484, de 23 de abril de 1951.
[853] Em tempo de paz, por décadas, regulou-se que os oficiais temporários poderiam ser promovidos a capitão e, assim, exercer as atribuições destes, como o comando de companhia (desde que realizassem estágio de habilitação), de acordo com BRASIL. Decreto nº 41.475, de 8 de maio de 1957, e BRASIL. Decreto nº 2.354, de 20 de outubro de 1997. Em 2002, porém, firmou-se que eles poderiam ser promovidos, em tempo de paz, somente até o posto de 1º tenente, conforme BRASIL. Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002.
[854] 1) BRASIL. Decreto-lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945. 2) BRASIL. Decreto nº 27.543, de 5 de dezembro de 1949. 3) Inicialmente, a ESA destinava-se a aperfeiçoar sargentos (de acordo com BRASIL. Decreto-lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945), o que se sucedeu novamente entre os anos de 1970 e 1976 (conforme ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS, Resumo Histórico. *Site*).
[855] Decreto-lei nº 7.343, de 26 de fevereiro de 1945.

anos). Determinou que a seleção, quer da classe convocada, quer dos voluntários, passasse a levar em conta aspectos físicos, culturais, psicológicos e morais. Definiu que as obrigações dos brasileiros para com o serviço militar estender-se-ia dos 18 aos 45 anos de idade, período que poderia ser ampliado em caso de guerra (o tempo de duração normal da prestação do serviço militar seria de 12 meses, podendo ser reduzido em dois meses ou dilatado até seis meses). Assentou que ficariam dispensados de incorporação, os arrimos de família, os que residissem em municípios não tributários, os que excedem às necessidades das Forças Armadas, os matriculados em órgãos de formação de reserva e em estabelecimentos de ensino militar, e os funcionários de empresas relacionadas com a segurança nacional.[856]

Em razão do crescente aumento populacional do País e da melhora das condições de serviço nos quartéis, não houve falta de pessoal.

A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 2008, delineou o futuro do serviço militar. Estabeleceu que esse deveria ser um instrumento de mobilização do povo em defesa da soberania nacional e de afirmação da unidade nacional acima das divisões das classes sociais. Destacou que as Forças Armadas deveriam selecionar os recrutas segundo o vigor físico, a aptidão e a capacidade intelectual, cuidando para que todas as classes sociais fossem representadas. Especificou que as Forças Armadas deveriam reverter a tendência de aumento do número de soldados profissionais em seus quadros, o que estava levando o efetivo de recrutas a diminuir. Para isso, no Exército, respeitada a necessidade de especialistas, a maioria do contingente de soldados deveria continuar a ser de recrutas do serviço militar obrigatório.[857]

Quanto a armamentos, equipamentos e viaturas, terminada a guerra mundial, buscou-se dotar o Exército com o que havia de mais moderno, dando-se ênfase à motorização e a armamentos de uso coletivo. Parte do material necessário havia sido conseguido durante o conflito graças a acordos com os Estados Unidos.[858]

Em 1952, o Brasil e os Estados Unidos firmaram tratado de assistência militar, voltado para a defesa do hemisfério ocidental. Esse previa, entre outros pontos, que os norte-americanos forneceriam material bélico ao Exército Brasileiro, em troca de minerais estratégicos.[859]

Em meados da década de 1970, o acordo supracitado foi desfeito. Porém, nesse tempo, o Exército estava conseguindo alcançar, pelo menos parcialmente, um objetivo almejado por décadas: livrar-se da dependência de materiais importados. O desenvolvimento econômico e industrial do País, que se havia acelerado depois da II Guerra Mundial, possibilitava o estabelecimento de um plano de "*aquisição de equipamentos na indústria nacional (80%) e no*

[856] BRASIL. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.
[857] BRASIL. Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008.
[858] OLIVEIRA, 2015, p. 114-115. Os Estados Unidos forneceram, dentre outros materiais, 800 caminhões ¾ tonelada, 1.200 *jeeps*, aproximadamente 2.800 veículos de uso geral, 26 ½ lagartas e transporte de pessoal, 81 *scout cars*, 419 carros de combates leves, 153 carros de combate médios, 250 canhões antitanque 37 mm, aproximadamente 325 metralhadoras .50 e cerca de 600 metralhadoras .30.
[859] CPDOC/FGV. Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Verbete. *Site*.

exterior (20%), em particular para compra de armamento e material motomecanizado e reequipamento das fábricas, arsenais, estabelecimentos militares de ensino".[860]

Dessarte, em 1973, o presidente Médici asseverava:

> *Seguindo a política de reaparelhamento, adquiriram-se, aproximadamente, 1.500 viaturas militares e administrativas na indústria nacional e cerca de 680 blindadas e material de artilharia; prosseguiu-se na fabricação e transformação do armamento leve, com padronização de calibre; equiparam-se as unidades, parques e depósitos de manutenção, com ferramental e suprimento; adquiriram-se embarcações fluviais, material de transposição de cursos de água e purificação de água, para reaparelhamento das unidades de Engenharia de Combate; modernizou-se a rede fixa do Exército, mediante a utilização dos novos sistemas de transmissão, com apoio do Ministério das Comunicações; e intensificou-se o uso da indústria civil para fabricação de fardamento e calçado para a tropa.*[861]

Nas décadas seguintes, sucessivos períodos de crise financeira dificultaram a consecução de diversos projetos de reaparelhamento, mas não impediram que continuassem a ser disponibilizados aos Exército diversos armamentos e equipamentos de procedência nacional, além de variados tipos de viaturas, muitas das quais blindadas.

Em relação ao armamento individual padrão do soldado de infantaria, até meados da década de 1960 continuavam em uso armas *Mauser*, que, em parte, haviam recebido modificações, notadamente em relação ao calibre. Tais alterações foram realizadas pela Fábrica de Itajubá, e deram origem aos mosquetões M949, M954 e M968.[862]

Ainda nos anos 1960, o Exército iniciou a substituição das armas *Mauser* pelo Fuzil Automático Leve (FAL), produzidos pela Fábrica Nacional de Herstal, sediada na Bélgica. Também foi adotado o Fuzil Automático Pesado (FAP), versão do FAL com bipé e cano reforçado, destinado a ser utilizado como fuzil-metralhador, para apoio de fogo.[863]

A Fábrica de Itajubá conseguiu licença para fabricar o FAL e posteriormente, já com a denominação IMBEL, produziu novas versões do referido armamento, entre as quais o Fuzil 7,62 M964 A1 – PARAFAL, projetado para atender as necessidades das tropas paraquedistas, mas também adequado para ambientes de selva e assemelhados.[864]

---

[860] MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1971, pelo Presidente da República. Brasília: [s.n.], 1971. p. 124.
[861] MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem ao Congresso Nacional, em 1973, pelo Presidente da República. Brasília: [s.n.], 1973. p. 95
[862] ARMAS ON-LINE. Fuzis Mauser no Brasil e as espingardas da Fábrica de Itajubá. *Site*.
[863] IMBEL. Manual do Fuzil 7,62 M964-FAL/M964A1-PARAFAL. Brasília, 2015. passim. O FAL é uma arma automática ou semiautomática, ou seja, pode realizar disparos de forma contínua ou intermitente, o que pode ser regulado por uma peça denominada registro de tiro e segurança. Também pode ser ajustado para tiros de repetição, destinados ao lançamento de granadas de bocal. O funcionamento automático ou semiautomático de seu mecanismo se dá após o primeiro disparo e resulta da ação da força expansiva dos gases gerados pela queima da carga de projeção do cartucho. É alimentado por um carregador com capacidade para vinte cartuchos, que se encaixa no receptor do carregador na parte inferior da caixa da culatra. Em cada avanço do mecanismo, o ferrolho retira das abas do carregador um cartucho e o introduz na câmara; no recuo, com o auxílio de outras peças, extrai e ejeta o estojo. Iniciados os disparos, as operações de carregamento e de extração reproduzem-se enquanto existir cartuchos no carregador.
[864] IMBEL é abreviatura de Indústria de Material Bélico do Brasil, denominação de 1975.

Na década de 2010, o Exército passou a substituir o FAL pelo Fuzil IA2, calibre 5,56 mm, fabricado também pela IMBEL, com tecnologia nacional. O IA2, comparado com o FAL, tem peso inferior, melhor ergonomia do punho, maior capacidade do carregador e possibilidade de fixação de acessórios diversos, a exemplo de optrônicos.[865] Paralelamente, o FAP passou a dar lugar à metralhadora leve FN MINIMI**,** produzida pela Fábrica Nacional de Herstal.[866]

Voltando algumas décadas, nos anos 1970, além dos fuzis *Mauser*, o Exército buscava substituir outros armamentos que haviam sido adquiridos antes, durante e logo após a II Guerra Mundial, como as metralhadoras *Madsen*, as metralhadoras de mão INA e os canhões anticarro 37 mm. Assim, na década de 1980, os batalhões de infantaria podiam contar com metralhadoras de mão *Beretta*, metralhadoras MAG, morteiros 4.2", lança-chamas, e canhões sem recuo de 57 mm e de 106 mm (Quadros LXII e LXIV, p. 257 e 258).[867]

A partir dos anos 1990, os canhões de 57 mm e de 106 mm passaram a ser substituídos pelo Lança-Rojão 84 mm (AT-4) e pelo Canhão sem Recuo 84 mm *Carl Gustav*, ambos de origem sueca.[868] Morteiros também foram substituídos, passando-se a adotar os 120 mm AR e 81 mm *Royal Ordnance*, de origem nacional e britânica, respectivamente. (Quadros LXIII e LXV, p. 257 e 259).[869]

Em 2020, o Centro de Tecnológico do Exército desenvolvia o Sistema Míssil Superfície-Superfície 1.2 Anticarro (MSS 1.2 AC) e a Arma Leve Anticarro (ALAC) (Quadro LXIII), e já havia finalizado com sucesso projeto de criação de um morteiro 81 mm.[870]

Em relação às viaturas, cabe-se destacar as blindadas. No pós-guerra, os batalhões de infantaria blindados e de carros de combates leves faziam uso de viaturas meia lagarta (Half Track) e de carros de combate leves M3, de procedência norte-americana.

Considerados obsoletos, as *Half Track* e os M3 foram substituídos, a partir da segunda metade da década de 1960, por viaturas blindadas de transporte de pessoal M113, também de origem estadunidense. As M113 foram modernizadas e continuavam a ser utilizadas pelos batalhões de infantaria blindados na década de 2010 (os batalhões de carros de combate leves foram extintos no início da década de 1970).

Também na década de 2010, viaturas blindadas de transporte de pessoal Guarani (VBTP-Me-Rd), fabricadas em território nacional pela empresa IVECO, passaram a ser usadas por batalhões de infantaria mecanizados (Quadro LXVI, p. 260).[871]

---

[865] EXÉRCITO BRASILEIRO. Exército adota Fuzil IA2, com tecnologia 100% nacional. *Site*. Outros dados técnicos: capacidade do carregador: 30; raiamento: 6 à direita.
[866] MINIMI é abreviatura de ***mini-mi****trailleuse*.
[867] MAG é sigla de *Mitrailleuse d'Appui General*.
[868] 1) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 23-81: **Canhão Sem Recuo 84 mm (CSR 84 mm) – Carl Gustav**. Brasília, 1998. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 23-34: **Lança-Rojão sem Recuo 84 mm (AT4 84 mm)**, Brasília: EGGCF, 1998.
[869] 1) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 23-95: **Morteiro 120 mm AR**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2004. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 23-90: **Morteiro 81 mm Royal Ordnance**. Brasília, 2000.
[870] EXÉRCITO BRASILEIRO. Centro Tecnológico do Exército. Projetos em Andamento. *Site*.
[871] IVECO = ***I****ndustrial* ***Ve****hicles* ***Co****rporation*.

QUADRO LXII - ARMAS DA INFANTARIA, ANOS 1980[872]

ARMAMENTO	CALIBRE	PESO (kg)	ALCANCE (m)		CADÊNCIA (tpm)(1)	
			UTIL	MÁXIMO	TÉCNICA	PRÁTICA
Fuzil 7,62 M964 - FAL	7,62 mm	4,2	600	3.800	650 a 700	60/120 (2)
Fuzil Metralhador 7,62 M964 - FAP	7,62 mm	6	600	3.800	650 a 700	-
Metralhadora 7,62 M971 MAG	7,62 mm	10,8	800 (3)	3.800	600 a 1.000	
Metralhadora M9 M972 - *Beretta*	9 mm	3 (4)	200	-	550	30 a 90
Canhão Sem Recuo 106 mm M40A1	106 mm	209,5	1.350	6.870	-	
Canhão Sem Recuo 57 mm M18 A1	57 mm	22,04	450	3.970	-	
Morteiro 4.2 M30	4.2"	305	770 a 6.840		-	
Lança Chamas Portátil LCT1 M1	-	34(5)	25(6)	30(6)	-	
Obs.: 1) tiro por minuto; 2) tiro contínuo: 120 tpm, tiro intermitente: 60 tpm; 3) alcance de utilização usando o reparo: 1.800 m; 4) sem carregador; 5) com reservatórios abastecidos; 6) 25 e 30 com combustível líquido, 50 e 70 com combustível espessado.						

QUADRO LXIII - ARMAS DA INFANTARIA, DA DÉCADA DE 1990 E SEGUINTES [873]

ARMAMENTO	CALIBRE	PESO (kg)	ALCANCE (m)		CADÊNCIA (tpm)	
			UTIL	MÁXIMO	TÉCNICA	PRÁTICA
Fuzil 7,62 M964 A1 – PARAFAL	7,62 mm	4,2	600	3.800	650 a 700	60/120 (1)
Fuzil de Assalto 5,56 IA2	5,56 mm	3,38(2)	300	1.800	730 a 980	60/180 (1)
Canhão 84 mm *Carl Gustav*	84 mm	10	700(3)		-	
Lança-rojão 84 mm (AT-4) 4)	84 mm	6,7	300	2.100	-	
Metralhadora FN MINIMI	5,56 mm	6,9	600	-	700 a 1.000	-
Morteiro 81 mm *Royal Ordnance*	81 mm	42,2	5.800		1 a 12(4)	
Obs.: 1) tiro intermitente: 60 tpm, tiro contínuo: 120 tpm; 2) sem carregador e acessórios; 3) depende do tipo de munição, o dado apresentado é da granada 84 mm HEAT 551; 4) 1 a 12 em circunstâncias normais, mas se pode realizar mais de 20 disparos por minutos.						

[872] 1) BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. Escola de Material Bélico. **Apostila de Armamento leve**. Rio de Janeiro: [s. n.], [199?]. 2) MODERNFIREARM. Beretta M12. *Site*. 3) DICTIONNAIRE. SENSAGENT. LEPARISIEN. FN FAL/FALO. *Site*. 4) MILITARY. M40 Recoilless Rifle. *Site*. 5) MILITARY. M18 Recoilless Rifle. *Site*. 6) GLOBALSECURITY. Military. 4.2 Inch Mortar M30. *Site*. 7) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 23-33: **Lança Chamas Portátil LCT1 M1**. Brasília: EGGCF, 1984.

[873] 1) BRASIL, **Apostila de Armamento leve**, [199?]. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Caderno de instrução EB 70-CI-11.405: **Fuzil de Assalto 5,56 IA2**. Brasília, 2017. 3) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 23-81: **Canhão Sem Recuo 84 mm – Carl Gustav (CSR 84 mm)**. Brasília: EGGCF, 1998. 4) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 23-34: **Lança-Rojão sem Recuo 84 mm (AT4 84 mm)**, Brasília: EGGCF, 1998. 5) MILITARYPPOWER. FN MINIMI. *Site.* 6) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 23-90: **Morteiro 81 mm Royal Ordnance**, Brasília, 2000.

QUADRO LXIV - ARMAS DA DÉCADA DE 1980[874]

FUZIL 7,62 M964 - FAL

FUZIL METRALHADOR 7,62 M964 - FAP

METRALHADORA 7,62 M971 MAG

METRALHADORA M9 M972 - *BERETTA*

CANHÃO SEM RECUO 106 MM M40A1

CANHÃO SEM RECUO 57 MM M18 A1

MORTEIRO 4.2 M30

LANÇA-CHAMAS PORTÁTIL LCT1 M1

[874] 1) IMBEL. Manual do Fuzil 7,62 M964-FAL/M964A1-PARAFAL. Brasília, 2015. 2) WEAPON SYSTEMS. *Site*. 3) HISTORICALFIREARMS. *Site*. 4) SALA DE ARMAS. Armas antigas usadas pelo Exército Brasileiro. *Site*. 5) FORGOTTENWEAPONS. 106 mm M40 Recoilless Rifle, history and firing. *Site*. 6) MODERNFIREARMS. M18 Recoilless Rifle. *Site*. 7) PRIMEPORTAL. M30 4.2 Inch Mortar. *Site*. 8) BRPINTEREST. M1A1 Flamethrower. *Site*.

QUADRO LXV - ARMAS DA DÉCADA DE 1990 E SEGUINTES, E EM DESENVOLVIMENTO[875]

FUZIL 7,62 M964 A1 – PARAFAL

FUZIL DE ASSALTO IMBEL 5,56 IA2

CANHÃO 84 MM *CARL GUSTAV*

LANÇA-ROJÃO 84 MM (AT-4)

METRALHADORA FN MINIMI

MORTEIRO 81 MM *ROYAL ORDNANCE*

SISTEMA MÍSSIL SUPERFÍCIE-SUPERFÍCIE 1.2 ANTICARRO (MSS 1.2 AC)

ARMA LEVE ANTICARRO (ALAC)

[875] 1) IMBEL. Manual do Fuzil 7,62 M964-FAL/M964A1-PARAFAL. Brasília, 2015. 2) IMBEL. Fuzil de Assalto IMBEL 5,56 IA2. *Site*. 3) ARMEDCONFLICTS. SWE – 84 mm RCL Carl-Gustav M3. *Site*. 4) WIKIPEDIA. AT4. *Site*. 5) WIKIPEDIA. FN MINIMI. *Site*. 6) WIKIWAND. L16 81 mm. *Site*. 5) TECNOLOGIA E DEFESA. SIATT e CAEx disparam o míssil anticarro MSS 1.2 AC na Marambaia. *Site*. 6) SKETCHFAB. ALAC – Arma leve anticarro brasileira. *Site*.

QUADRO LXVI - VEÍCULOS BLINDADOS USADOS PELA INFANTARIA [876]

	VIATURA *HALF TRACK* Capacidade de transporte: 13 militares. Autonomia: 350 km. Dimensões: 6,15 m (comprimento); 2,02 m (altura) e 2,1 m (largura). Peso: 10 toneladas. Blindagem: 6-12,7 mm. Armamento: uma metralhadora .50. Velocidade máxima: 75 km/h.
	CARRO DE COMBATE M3 Capacidade de transporte: quatro militares. Dimensões: 4,54 m (comprimento) e 2,3 m (largura). Peso: 12.927 kg. Blindagem: 15-43 mm. Armamento: um canhão 37 mm e metralhadoras. Velocidade máxima: 58 km/h.
	VIATURA BLINDADA DE TRANSPORTE DE PESSOAL M113 Capacidade de transporte: 13 militares. Dimensões: 4,86 m (comprimento), 2,54 m (largura) e 2 m (altura). Peso: 9.800 kg. Capacidade anfíbia: possui. Sistema de tração: lagartas. Velocidade máxima: 64 km/h. Armamento básico: Metralhadora *Browning* M2 .50. Blindagem: de alumínio, tipo 5083.
	VIATURA BLINDADA DE TRANSPORTE DE PESSOAL GUARANI Capacidade de transporte: 11 militares, em ambiente climatizado e ergonomia adequada. Dimensões: 6,91 m (comprimento), 2,70 m (largura) e 2,34 m (altura). Capacidade anfíbia: possui. Peso bruto total: 18 toneladas. Tração 6x6, rodas. Transmissão: automática de 6 velocidades à frente. Velocidade máxima: 90 km/h. Proteção balística e antiminas: composta por aço e *spall liner* (forração de fibra) e pela predisposição para receber externamente uma blindagem adicional. Configurações para o sistema de armas: torre para canhão automático de 30 mm, reparo de metralhadora automatizado e torreta para estação de armas de acionamento manual (os dois primeiros são operados remotamente do interior do veículo e possuem plataforma estabilizada com sistema computadorizado de auxílio ao tiro). Possui capacidade de operação noturna, posicionamento global por satélite e sistema de mira laser.

[876] 1) SPMODELISMO. Militaria do Exército Brasileiro. Parte II (1945 até hoje). *Site*. 2) MUSEUMILITARPANAMBI. Viatura Blindada Stuart M3A1. *Site*. 3) BRASIL EM DEFESA. M 113 BR. *Site*. 4) EXÉRCITO BRASILEIRO. Departamento de Ciência e Tecnologia. Projeto Guarani. *Site*. 5) AMINO. Fatos Militares. M3 Stuart. *Site*. 6) DEFESANET. BAE Systems entrega o 250º M113 modernizado para o Exército Brasileiro. *Site*. 7) WIKIPEDIA. VBTP-MR Guarani. *Site*.

No que concerne aos uniformes, segundo Manoel Castello Branco, no pós-guerra foram abolidos, parcialmente, "*o uso do talabarte, das botas, das esporas e do boné armado, surgindo novos tipos de fardamentos, mais adequados ao clima e à prática dos exercícios de campo, inspirados nos tipos norte-americanos"*.[877]

Destarte, em 1951 foi aprovado um novo regulamento de uniformes para o Exército, tendo em vista adaptar o fardamento de acordo com a experiência da FEB. Assim, além de modificações no feitio do fardamento, foram adotados o capacete de aço M1 e coturnos. Manteve-se como base a cor verde-oliva.[878] Nas décadas seguintes, em linhas gerais o padrão se manteve (Quadro LXVII, p. 262).[879]

Depois da segunda metade dos anos 1980, ocorreram algumas modificações importantes: generalização do uso de boinas, de diversas cores (antes usadas somente por integrantes de determinadas unidades, como as de paraquedistas),[880] adoção do uniforme de instrução e de combate camuflados em substituição aos da cor verde-oliva, e troca do capacete de aço-fibra M1 pelo de *kvelar* PASGT.[881]

Há de se destacar que algumas tropas, de acordo com a natureza de seu emprego, passaram a dispor de peças de uniforme diferenciadas, a exemplo das de caatinga (farda amarronzada, em parte de couro).

Em relação à qualidade dos fardamentos de instrução e de combate, na década de 2010 foram feitos estudos para dar-lhes nova configuração, já que apresentavam diversas deficiências, como desbotamento prematuro, bolsos inferiores da blusa com pouca utilidade em caso de utilização do cinto "NA", baixa resistência ao rasgo, secagem demorada, e fechamentos das mangas e golas ineficientes.[882] Para sanar tais problemas, foi adotado um novo tipo de blusa de combate (leve), com dois bolsos com fole nas mangas, reforços nos ombros e nos cotovelos com matelassê, e fechamentos das mangas e golas mais práticos.[883] Ainda foi disponibilizado tecido camuflado de alta solidez.

Na década de 1950, verificava-se alteração nas insígnias dos oficiais generais e dos subtenentes. Posteriormente outras foram criadas para taifeiros e soldados engajados. (Quadro LXVIII, p. 263).

---

[877] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 579.

[878] BRASIL. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951.

[879] 1) BRASIL. Decreto nº 67.042, de 12 de agosto de 1970. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. **Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) /** EB10-R-12.004. Brasília, 2015.

[880] Cores das boinas, em 2020 - bordô: militares possuidores do curso paraquedista servindo em organização militar (OM) da Brigada de Infantaria Paraquedista e no Comando de Operações Especiais; garança: alunos de colégios militares; preta: integrantes de OM blindada ou mecanizada; camuflada: integrantes de OM da Amazônia; azul-ferrete: alunos das escolas de formação (AMAN, IME, CPOR/NPOR e CFS de carreira); azul-ultramar: integrantes de OM de Aviação do Exército; bege: integrantes de OM da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel); cinza: integrantes de OM da 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha); verde-oliva: integrantes das demais OMs. Conforme: BRASIL, EB10-R-12.004, 2015.

[881] Kevlar é uma fibra sintética de aramida muito resistente e leve, marca registada da *DuPont.* PASGT é sigla de *Personnel Armor System for Ground Troops.*

[882] ARAÚJO, Ivan Christie Barros. Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: contribuições para atuais e futuras demandas logísticas do Exército Brasileiro. 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014. p. 82-83. "NA" é abreviação de norte-americano.

[883] 1) BRASIL. Decreto nº 67.042, de 12 de agosto de 1970. 2) BRASIL. Exército Brasileiro. **Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) /** EB10-R-12.004. Brasília, 2015. Atualizado pela Portaria n° 666-Cmt Ex, de 26 de junho de 2017.

QUADRO LXVII - UNIFORMES, 1951-2020[884]

1951	2020

Da esquerda para a direita: oficial com 2º uniforme; sargento com o 4º, e soldados com o 6º e o 7º, em 1951; em seguida, capitão com o 4º uniforme; coronel com o 5º A1; soldado com o 6º B2; e tenente com uniforme de combate camuflado com proteção balística, em 2020.

Constituição básica dos principais uniformes:

a) 1951: 1º - boné (quepe) e túnica azuis, e calças e sapatos pretos; 2º - boné azul, túnica branca, e calças e sapatos pretos; 3º - quepe, túnica e calças cinzas, e sapatos pretos; 4º - quepe e calças cinzas, túnica branca e sapatos pretos; 5º - quepe, túnica e calças verde-oliva, e sapatos pretos; 6º - idem ao anterior com exceção da túnica que leva colarinho (cabos e soldados usavam gorro em lugar do boné); 7º - capacete de aço-fibra, blusa e calças de instrução verde-oliva, e coturnos pretos.

b) 2020: 1º - quepe cinza, túnica cinza-escuro fechada, calças e sapatos pretos; 2º - jaqueta, calças, gravata horizontal e sapatos pretos; 3º - túnica cinza-escuro aberta, calças cinza-claro, e gravata horizontal e sapatos pretos; 4º - quepe cinza, túnica cinza-escuro aberta, calças cinza-claro, e gravata vertical e sapatos pretos; 5º - quepe, túnica e calças verde-oliva, gravata vertical bege e sapatos pretos; 6º - boina, blusão e calças verde-oliva, gravata vertical bege (exceto cabos e soldados) e coturnos; 7º - quepe e calças verde-oliva, camisa bege manga comprida, gravata vertical bege e sapatos pretos; 8º - boina e calças verde-oliva, camisa bege meia-manga e sapatos pretos; 9º - boina, blusa de combate e calças camuflados, e coturnos. Também havia o uniforme de combate camuflado com proteção balística, composto por capacete, colete, blusa de combate e calças camuflados, mais coturnos.

Obs.: tanto em 1951 como em 2020, havia diversas combinações que poderiam ser feitas com as peças de uniforme previstas. As unidades de infantaria diferenciavam pelo uso de distintivos, que sofreram alterações ao longo do tempo. Em 1951, usava-se um colocado no gorro; em 2020 havia um de bolso (com exceção do uniforme camuflado, em que a denominação da unidade constava em sutache colocado acima do bolso esquerdo da blusa de combate).

O símbolo da Infantaria permaneceu inalterado.

[884] 1) BRASIL. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951. 2) BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (RUPE)**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1952. 3) BRASIL, EB10-R-12.004, 2015.

QUADRO LXVIII –HIERARQUIA E INSÍGNIAS DO EXÉRCITO, PÓS II GUERRA MUNDIAL[885]

Marechal	General de Exército	General de Divisão	General de Brigada
Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão
1º Tenente	2º Tenente	Aspirante a Oficial	Subtenente
1º Sargento	2º Sargento	3º Sargento	Taifeiro-Mor
Cabo	Taifeiro de 1ª Classe	Taifeiro de 2ª Classe	Soldado Engajado

Em 1946, houve alteração nas insígnias dos oficiais generais, que passaram a ser constituídas por estrelas encimadas pelo símbolo do Exército, assim dispostas: general de brigada, duas estrelas em faixa; general de divisão, três estrelas em triângulo; general de exército, quatro estrelas em retângulo; marechal: cinco estrelas em santor. A dos subtenentes também mudou, passou a ser duas divisas formando um losango. As dos demais militares permaneceram as mesmas. Posteriormente foram criadas insígnias para taifeiros e soldados engajados.

No que toca aos equipamentos, os integrantes da infantaria continuaram a usar os tradicionalmente previstos. Não obstante, na década de 2010, em razão dos avanços tecnológicos, o Exército iniciou o Projeto Sistema Combatente Brasileiro (COBRA), com o intuito de:

> *[...] desenvolver um Material de Emprego Militar (MEM) capaz de agregar ao combatente do Exército Brasileiro um sistema moderno dotado de adaptabilidade, flexibilidade e modularidade. Este sistema deverá potencializar a consciência situacional, permitindo ao combatente atuar em rede, aumentar efetivamente a proteção individual, logrando à Força Terrestre (F Ter) aumentar as capacidades militares terrestres e as capacidades operativas, sendo um efetivo instrumento do processo de transformação da Força.*

[885] 1) EXÉRCITO BRASILEIRO. Postos e graduações. *Site*. 2) BRASIL. Decreto nº 21.590, de 7 de agosto de 1946. 3) BRASIL, **RUPE**, 1952.

Prossegue:

> *[...] o material a ser adotado deverá possuir, entre outros, os atributos da adaptabilidade para todos os ambientes operacionais encontrados no território nacional. Tal adaptabilidade, além de permitir o preparo e o emprego mais adequado, deverá permitir atuar em ambientes externos similares, particularmente considerando a possibilidade de emprego compondo uma Força Expedicionária ou em Operações de Paz sob a égide de organismos internacionais.*[886]

Previa-se disponibilizar aos soldados binóculos termais, miras laser de combate, dispositivos elétricos incapacitantes, e equipamentos de transmissão de dados, voz e imagem, etc. Além disso, outros materiais em uso seriam aperfeiçoados.

QUADRO LXIX - EQUIPAMENTOS DE INFANTARIA, MEADOS DOS ANOS 2010[887]

Em meados dos anos 2010, previa-se que em ações operacionais, os soldados conduzissem seu armamento de dotação, cinto "NA", suspensório, porta-carregadores, porta-cantil/caneco, cantil, caneco, porta-marmita, marmita, talheres, porta-ferramenta de sapa, ferramenta de sapa, porta-curativo, curativo individual, mochila, poncho, manta, isolante térmico (tipo *camping*), roupas de muda, capacete, coldre (se armado com pistola), e diversos *kits* (de higiene, manutenção do armamento, costura, primeiros-socorros, anotação, sobrevivência, etc.).

Dependendo da missão, poderiam ser equipados também com máscara contra gases, óculos de visão noturna, binóculo, faca, facão, porta-bússola, bússola, colete tático, saco de dormir, rede de dormir, lanterna e *kit* de destruição.

Seriam supridos com água, munição e ração operacional.

Outros materiais de uso individual, como sandálias, tênis, gorro e uniforme de treinamento físico, poderiam ser acondicionados em sacos de lona, que seriam transportados nos trens da subunidade até a área em que se previa estacionar.

Eram previstos três tipos de fardos: o aberto (materiais que pudessem ser presos ao cinto "NA" e suspensório/colete tático); o de combate (materiais transportados na mochila) e o de bagagem (materiais diversos dos soldados transportados em sacos de lona pelos trens das companhias até áreas de estacionamento).

[886] BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria nº 263-EME, de 18 de julho de 2016, publicada no Boletim do Exército nº 29, de 22 de julho de 2016. p. 31 -32.

[887] BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Caderno de instrução EB70-CI-11.404: **Aprestamento e apronto operacional**. Brasília, 2014.

No que toca à instrução, terminada a guerra mundial, houve preocupação de preparar as tropas de acordo com as novas concepções doutrinárias resultantes da participação do Exército no conflito.

Uma providência foi buscar aproveitar no serviço ativo a experiência de militares que não eram de carreira, mas que haviam participado do conflito com distinção. Assim, regulou-se que oficiais da reserva e praças que houvessem servido na FEB poderiam cursar a Escola Militar, e assim prosseguir carreira. Para isso, deveriam atender requisitos de escolaridade, idade, condição física, entre outros.[888]

Também foram revisados manuais ou elaborados outros versando sobre novos temas. Em relação aos destinados à infantaria, importante foi o C 7-40, que tratava da organização, preparo e emprego dos regimentos, publicado em 1952. Com sua edição, revogavam-se "*todas as prescrições referentes aos regimentos de infantaria, constantes no RECI (1ª e 2ª parte), edição de 1932 e do FM 7-40, tradução de emergência para uso das Forças Expedicionárias Brasileiras, edição de 1944*".[889]

Não obstante, o esforço principal em difundir a nova doutrina deu-se através das escolas militares. Buscou-se formar e aperfeiçoar os alunos de acordo com os novos pressupostos doutrinários e esperava-se que os ex-discentes espalhassem pelos corpos de tropa o que haviam aprendido. Segundo Elton Licério Rodrigues Machado:

> *Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o então coronel Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu a direção de ensino em 1946, iniciou uma fase de intensos trabalhos e procurou sistematizar a nova doutrina militar, baseada na norte-americana. Foram elaborados documentos doutrinários que se disseminaram por todo o Exército, como os manuais de operação e o Manual de Estado-Maior e Ordens, cuja primeira edição data de 1952. Como Diretor de Ensino (1946-1949) e como comandante da Escola (1954-1955), o marechal Castelo Branco, teve atuação marcante, e definiu as bases do que ficou conhecido como "a escola do método".*[890]

Entretanto, durante a "Guerra Fria", contatou-se que treinar as tropas somente para fins de guerra convencional[891] não era suficiente. Isso porque grupos guerrilheiros de ideais comunistas, usando métodos de "guerra irregular",[892] buscavam tomar o poder em diversas partes do mundo. Assim, com o intuito de combater tal ameaça, o Exército passou a desenvolver uma doutrina de combate não-convencional e a criar cursos especializados para testá-la e treinar pessoal, como os de operações especiais e de guerra na selva.[893] Nesse

[888] BRASIL. Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945.
[889] BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-40: **O Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1952.
[890] MACHADO, 2015, p. 379. Humberto de Alencar Castelo Branco foi oficial de operações do Estado-Maior da 1ª DIE.
[891] Entende-se por guerra convencional aquela travada entre estados, por tropas regulares, por meio de batalhas campais.
[892] Entende-se por guerra irregular um conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas. Divide-se em guerra insurrecional e guerra revolucionária. Conforme: BRASIL, C 20-1, 2009. p. G-10
[893] O curso de operações especiais teve início em 1957, no Núcleo da Divisão Aeroterrestre; e o de guerra na selva em 1966, no Centro de Instrução de Guerra na Selva.

contexto, nos batalhões de infantaria surgiram os Pelotões de Operações Especiais (PelOpEs), que recebiam tanto adestramento para a guerra convencional como para a não-convencional.[894]

Terminada a "Guerra Fria", os treinamentos concernentes a combates não-convencionais prosseguiram, pois se constatava que as guerras convencionais, cada vez mais raras, davam lugar às "guerras assimétricas".[895]

Na Escola Militar de Resende/AMAN, continuou-se a busca por dosar da melhor forma o tempo destinado aos ensinos teórico/científico e prático/profissional. Em relação ao primeiro, as ciências exatas, como Matemática, Física e Química, paulatinamente perderam espaço para as ciências humanas, a exemplo de Direito, Psicologia e História. No que toca ao segundo, o conteúdo das instruções foi sendo adaptado às mudanças que ocorriam nos processos de combate e na conjuntura internacional. Assim, os currículos foram se sucedendo, consoante a diferentes diretrizes, conforme os exemplos constantes no quadro abaixo:

QUADRO LXX - EVOLUÇÃO DOS CURRÍCULOS DA AMAN[896]

CURRÍCULO	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS
1945	[...] influência norte-americana na Escola. [...] fortemente sentida na doutrina, pelo conteúdo de seus manuais e pela experiência vivida e repassada pelos ex-integrantes da FEB. Consolidava-se a franca utilização de manuais norte-americanos traduzidos, com ênfase no Regulamento de Serviço de Campanha e no vade-mécum norte-americano, revistos e adequados às unidades brasileiras, dentro das possibilidades, como base dos exercícios táticos. [...].
1964	[...] a organização do ensino foi alterada, passando a ser estudadas as Operações de Defesa Territorial e de Segurança Interna, refletindo as novas preocupações e a associação de medidas a serem adotadas. Passou a predominar o estudo das operações contra o inimigo de influência marxista, em seus diversos matizes.
1999	[...] foi aprimorada a formação dos futuros oficiais para que pudessem acompanhar os avanços da "era do conhecimento" e participar da preparação e evolução do Exército Brasileiro no terceiro milênio.

Em relação às disciplinas destinadas aos cadetes de infantaria, em 1971, as previstas para os do 4º ano, eram as seguintes: Educação Física, Administração e Legislação Militar, Conduta Auto, Informações, Instrução Especial, Instrução Geral, Ordem Unida, Tiro, Emprego Tático, Combate e Serviço em Campanha, Maneabilidade, Armamento e Tiro, Comunicações e Organização do Terreno.[897]

---

[894] Em uma brigada, podia-se formar a Subunidade de Operações Especiais (SuOpEs), juntando-se os PelOpEs dos batalhões que a compunham. Os PelOpEs eram formados preferencialmente por militares voluntários e experientes.
[895] 1) Entende-se por guerra assimétrica: a. conflito caracterizado pelo emprego de meios não-convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate. b. Conflito armado que contrapõe dois poderes militares que guardam entre si marcantes diferenças de capacidades e possibilidades. Trata-se de enfrentamento entre um determinado partido e outro com esmagadora superioridade de poder militar sobre o primeiro. Neste caso, normalmente o partido mais fraco adota majoritariamente técnicas, táticas e procedimentos típicos da guerra irregular. Conforme: BRASIL, **Glossário,** 2009, p. G-7. 2) Os ataques ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, deflagrados por membros da *Al-Qaeda*, são exemplos de ações inseridas em uma "guerra assimétrica".
[896] ACADEMIA, 2011, p. 203, 212 e 223.
[897] Ibid., p. 215.

Na EsAO, o ensino seguiu rumo semelhante ao do da AMAN, ressalvando que se destinava a atualizar e complementar conteúdos teóricos e práticos dos oficiais, a fim de habilitá-los ao comando e a integrar estados-maiores de unidades. O emprego de tropa em guerras convencionais manteve-se sempre em pauta, com ênfase nas operações ofensivas e defensivas (marcha para o combate, ataque, aproveitamento do êxito, retraimento, defesa de área, entre outras).[898]

Não obstante, Gleuber Vieira, instrutor da escola nos anos 1960, relata que nesse tempo:

> *"[...] uma das principais mudanças decorreu do fato de [...] se travar a Guerra do Vietnã e também as guerras das colônias portuguesas de Angola e Moçambique. Havia uma ênfase na chamada antiguerrilha, e os instrutores que faziam curso nos Estados Unidos traziam uma vasta carga de conhecimento sobre o assunto".*[899]

No final dos anos 1990, segundo Rogério de Carvalho França, houve modernização dos conteúdos, a fim de se desenvolver:

> *Uma mentalidade de armas combinadas, sincronizadas no tempo, no espaço e na finalidade, e da visão sistêmica de um campo de batalha multidimensional, onde os sistemas operacionais, tais como comando e controle; inteligência; manobra; apoio de fogo; mobilidade, contramobilidade e proteção; defesa antiaérea; e apoio logístico interagiam de forma plena nas quatro dimensões – largura, profundidade, espaço aéreo e espectro eletromagnético.*[900]

A EEM foi renomeada ECEME, em 1955 (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), que se manteve fiel ao cumprimento de suas missões básicas: preparar oficiais superiores para o exercício de funções de estado-maior, comando, chefia, direção e assessoramento aos mais elevados níveis decisórios; e cooperar com os órgãos de direção-geral e setorial no desenvolvimento da doutrina para o preparo e emprego da Força.[901]

Os CPORs e NPORs continuaram formando oficiais da reserva, ministrando cursos com duração de um ano, nos quais se priorizavam as instruções de cunho técnico/profissional.

A formação dos sargentos de infantaria, de carreira, ocorreu na ESA, com breve interrupção na década de 1970.[902] O ensino manteve-se voltado para habilitá-los ao comando de grupos de combate e de seções de armas coletivas, além de prepará-los para o desempenho de outras funções que poderiam exercer nos quartéis.

Em 1989, o ano de ensino na ESA encontrava-se dividido em duas fases. Na primeira, por cerca de três meses, os alunos recebiam conhecimentos básicos. Finda essa etapa, eles, de acordo com o mérito intelectual (soma dos graus das provas), escolhiam a arma que desejavam

---

[898] OLIVEIRA, Eduardo da Cruz. O período do Regime Militar (1964-1985). In: ALMEIDA, 2019, p. 76.
[899] Apud OLIVEIRA, 2019, p. 80.
[900] FRANÇA, Rogério de Carvalho. A EsAO no contexto histórico de 1985 a 2000; ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, econômicos, sociais e militares. In: ALMEIDA, 2019, p. 91.
[901] BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012. p.126.
[902] Devido a ESA não comportar o efetivo previsto de alunos, em alguns períodos, sargentos de carreira foram formados em determinados corpos de tropa, seguindo o mesmo programa de ensino da referida escola.

integrar (se ainda houvesse vaga naquela que queriam entrar quando chegasse a sua vez de opção). Nos meses seguintes passavam a receber instrução relativa à arma que escolheram. O regime era de internato. As instruções transcorriam durante todo o dia e, por vezes, estendiam-se noite adentro. A teoria ministrada nas salas de aulas era colocada em prática nos campos de instrução. No final do curso, os alunos, também de acordo com o mérito intelectual, escolhiam a unidade em que desejavam servir (desde que nela houvesse vaga quando chegasse a sua vez de fazer a opção). [903]

Na década de 2010, o tempo de formação dos sargentos foi aumentado para dois anos: o primeiro, destinado a dar-lhes conhecimentos básicos, passou a ocorrer em determinados corpos de tropa para isso selecionados e preparados; o segundo, a fim de qualificá-los como infantes, foi centralizado na ESA.

O aperfeiçoamento de sargentos, tendo em vista qualificá-los ao comando de pelotão e outros cargos nos batalhões, por muito tempo ocorreu em corpos de tropa escolhidos para esse fim. A partir de 1992, passou a ser centralizado na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA), em Cruz Alta. [904]

A formação dos sargentos de infantaria, temporários, prosseguiu nos corpos de tropa, por meio de cursos com duração de cerca de seis meses, voltados para conhecimentos técnicos/profissionais. A formação de cabos desenvolveu de forma semelhante, mas em tempo menor, aproximadamente três meses.

Quanto à preparação dos soldados, no pós-guerra houve preocupação em selecionar jovens mais escolarizados para o serviço militar. Sobre essa questão, em 1960, assim refletiu Manoel Castello Branco:

> *A mudança de orientação foi radical, passando-se somente a admitir, nas unidades, homens de nível educacional e cultural superior, porquanto, diante da tecnicidade da guerra, já não é mais possível receber analfabetos, como se vinha fazendo no Exército, em particular, transformando os quartéis em verdadeiras escolas de alfabetização, ao revés de se entregarem, exclusivamente, aos assuntos profissionais. A intenção era louvável e os serviços altamente lucrativos para a nação, mas, inegavelmente, prejudiciais à instrução, que é missão precípua das casernas.*[905]

Nos quartéis, em 2001, o preparo da tropa era regido pelo Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB), que comportava os seguintes programas principais, a serem desenvolvidos no transcorrer do ano: de instrução individual para o efetivo variável;[906] de capacitação técnica e tática do efetivo do núcleo profissional,[907] e de Adestramento.[908]

---

[903] Memórias do autor, que foi aluno da ESA em 1989.
[904] A EASA foi denominada inicialmente Centro de Instrução de Aperfeiçoamento de Sargentos do Comando Militar do Sul (CIAS-Sul).
[905] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 577.
[906] O efetivo variável (EV) é composto pelos convocados para servir por um ano, por força do serviço militar obrigatório.
[907] O efetivo profissional (EP) é formado pelos Quadros (oficiais e sargentos, de carreira e temporários) e pelo Núcleo Base - NB (cabos e soldados engajados).
[908] 1) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. **SIMEB. PPB/1 – Planejamento e Controle da Instrução Militar – Orientação aos instrutores e Monitores de Tropa**. 3 ed. Brasília, 2001. p. 14.00. 2) Previa-se também outros programas, voltados para a adaptação ou formação de oficiais e sargentos temporários.

O programa de instrução individual do efetivo variável seguia modelo que vinha de longa data e, assim, comportava duas fases. Inicialmente, havia o período da Instrução Individual Básica (IIB), que tinha por objetivo dar aos recrutas conhecimentos elementares acerca das lides castrenses (ao concluí-la, o recruta era considerado reservista de segunda categoria). Depois, havia o período da Instrução Individual de Qualificação (IIQ), que tinha em vista preparar cabos e soldados, habilitando-os a ocupar os cargos correspondentes às suas funções nos batalhões (ao terminá-la, o recruta tornava-se um cabo ou soldado possuidor de uma qualificação militar, QM, passando à condição de reservista de primeira categoria).[909]

Cabe-se ressaltar que os programas, desde as décadas anteriores, padronizavam a forma como se deveriam desenvolver as instruções dos recrutas. Neles constavam as tarefas a serem executadas pelos instruendos, o tempo a isso destinado, as condições de execução e o padrão mínimo de desempenho a ser alcançado. Como exemplo, segue abaixo transcrição de trecho do Programa-Padrão de Instrução de Cabos e Soldados de Infantaria, de 2001.

QUADRO LXXI: TRECHO DO PROGRAMA-PADRÃO DE INSTRUÇÃO DE CABOS E SOLDADOS DE INFANTARIA, DE 2001.[910]

16. FUZIL METRALHADOR				TEMPO ESTIMADO DIURNO: 8 h	
	OBJETIVOS INDIVIDUAIS DE INSTRUÇÃO (OII)			ORIENTAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO	
	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS	ASSUNTOS
Q-406 (TE)	Controlar a arma durante as rajadas.	Apresentado, ao militar, um fuzil metralhador municiado com festim, e, em seguida, um comando de tiro.	O militar deverá executar somente os tiros correspondentes ao regime de tiro dado no comando ordenado.	- Distinguir os diversos regimes de tiro. - Identificar o comando de tiro. - Controlar a arma. - Demonstrar aptidão para o cumprimento da tarefa constante do OII.	12. Regime de tiro. 13. Controle da arma durante as rajadas
Q-407 (TE)	Executar o tiro de fuzil metralhador.	O militar dotado de fuzil metralhador deverá satisfazer as condições previstas nas IGTAEx.	O militar deverá atingir os índices determinados pelas IGTAEx.	- Realizar os tiros previstos - Demonstrar aptidão para o cumprimento da tarefa constante do OII.	14. Execução do tiro

Em 1960, Manoel Castello Branco comentou sobre a referida padronização:

> *A instrução variava de unidade para unidade, apesar das diretrizes e programas fixando normas, etapas a atingir, fato este devido tanto ao ecletismo dos quadros de instrutores quando à pobreza e à diversidade dos meios. Já agora, processa-se dentro de normas uniformes, mediante uma padronização mais rígida de programas e métodos, fato este que muito tem contribuído para nivelar os conhecimentos, embora seja, de algum modo, prejudicial ao desenvolvimento da imaginação, que tanto nos tem dado forças para superar muitas das nossas deficiências.* [911]

[909] BRASIL, **SIMEB,** 2001, p. 15.00.
[910] 1) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. **PPQ 07/2: Programa-Padrão de Instrução/Qualificação do Cabo e do Soldado de Infantaria**. 3 ed. Brasília, 2001. p. 35.00. 2) IGTAEx = Instruções Gerais de Tiro com Amamento do Exército.
[911] CASTELLO BRANCO, 1960, p. 577-578.

Ademais, cabe-se mencionar o surgimento do manual do instrutor, que tinha a finalidade de *"orientar aqueles que ministram sessões de instrução ou de aula [...]"*.[912]

O programa de capacitação técnica e tática do efetivo do núcleo profissional deveria ser desenvolvido ao longo de todo o ano, a fim de manter o efetivo profissional em estado permanente de treinamento e suprir necessidades de instruções específicas. Nele, entre muitos outros, poderiam ser inseridos exercícios de desenvolvimento da liderança; atualizações sobre subsistemas (Inteligência, Logística da Unidade, Comunicações e Guerra Eletrônica, etc.); e instruções a respeito do emprego tático da infantaria (com ênfase nas operações de guerra regular, de contraguerrilha e de garantia da lei e da ordem).[913]

O programa de adestramento deveria ocorrer depois do término da Instrução Individual de Qualificação, e reuniria todos os integrantes do batalhão. Tinha como objetivo o preparo das frações, subunidades, unidades e grandes unidades. Dividia-se em duas fases: de Adestramento Básico, que visava capacitar as frações, subunidades e unidades ao emprego em operações de combate; e de Adestramento Avançado, que tinha em vista capacitar, para as mesmas operações, as brigadas, divisões e comandos superiores.[914] Neles poderiam ocorrer, entre outros, exercícios na carta, no terreno, ou de campanha.[915]

No que toca ao emprego da infantaria em combate convencional, em linhas gerais, as operações pouco mudaram em relação às utilizadas na II Guerra Mundial. Na ofensiva, continuaram a ser: marcha para o combate, reconhecimento em força, ataque, aproveitamento do êxito e perseguição; com a finalidade de destruir as forças inimigas, conquistar acidentes capitais do terreno, obter informações, etc. Na defensiva: defesa em posição e movimentos retrógrados; a fim de deter ou retardar a progressão do inimigo.[916]

Todavia, faz-se importante ressalvar que, a partir da II Guerra Mundial, aumentou consideravelmente a importância do uso da aviação, da guerra eletrônica, e de viaturas blindadas e mecanizadas, o que evidente influiu no modo de execução das operações supracitadas.

Em face de não terem ocorrido mudanças basilares no modo de se proceder em guerras convencionais após a II Guerra Mundial e de não ter o Exército Brasileiro participado de conflitos dessa natureza depois da Campanha na Itália; doravante dar-se-á preferência por verificar como se previa empregar a Infantaria brasileira em guerras não-convencionais,

---

912 BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Manual Técnico T 21-250: **Manual do instrutor**. Brasília: EGGCF, 1997.

913 BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. **SIMEB. PPB/1 – Planejamento e Controle da Instrução Militar – Orientação aos instrutores e Monitores de Tropa**. 3 ed. Brasília, 2001. p. 15.00, 33.00.

914 BRASIL. **SIMEB. PPB/1**, p. 15.00-17.00.

915 Exercício na Carta é atividade tática ou estratégica-operacional, de Quadros, executada sobre uma carta topográfica, à luz da qual devem ser resolvidas questões relativas a situações de combate. Exercício no Terreno é uma atividade tática ou estratégica-operacional, de Quadros, na qual devem ser resolvidos, no terreno, problemas relativos a situações de combate. Exercício de Campanha e uma atividade tática na qual se cria uma situação de combate simulada, no terreno, entre dois partidos, ambos representados por tropa, ou um deles representado por tropa e o outro por uma figuração inimiga. Há escolha sobre qual atividade realizar normalmente é condicionada pela disponibilidade de recursos financeiros.

916 1) BRASIL, C 7-20, 1953. 2) BRASIL, C 7-20, 1974. 3) BRASIL, C 7-20, 2003. 4) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Manual de Campanha EB70-MC-10.202: **Operações ofensivas e defensivas**. Brasília: EGGCF, 2017.

particularmente contra guerrilhas, em ambiente rural (emprego da tropa que efetivamente ocorreu, na primeira metade da década de 1970, na região do Araguaia).

Em 1966, o major José de Faria Corrêa, aluno da ECEME, tendo como referência documentação oficial, assim conceituou guerrilha:

> *[...] nada mais é do que uma maneira característica de realizar operações de natureza predominantemente militar, caracterizada pela grande diversificação de emprego de táticas não ortodoxas, condicionadas ao meio em que se desenvolvem e à aptidão dos executantes, levadas a efeito por grupos de indivíduos, parte ou toda a população de uma região, com a ajuda direta ou indireta do exterior, visando causar o maior dano possível ao inimigo, seja ele interno ou de origem externa.*[917]

Destacou também os fundamentos das organizações de guerrilha:

> *(1) Apoio da população: conquistado pelo terror ou por afinidade ideológica, normalmente através de uma bem desenvolvida ação psicológica, o apoio da população local é uma condição imprescindível para o exercício e o sucesso da ação de guerrilheiros em uma determinada área. Através desse apoio, serão obtidos recursos de alimentação, cooperação no recebimento clandestino de armamento e materiais, informações necessárias, colaboração na difusão de novos informes, cobertura e refúgio a feridos e refugiados, etc. Tal apoio, proporciona, sobretudo, o ambiente adequado para que o mimetismo do guerrilheiro atinja sua plenitude se considerarmos que, com sua arma oculta, desprovido que é de uniforme que o identifique, o guerrilheiro torna-se um popular como outro qualquer, furtando-se, assim, de reconhecimento, localização e captura pelo inimigo. (2) Conhecimento da região de operações: outro aspecto que aufere vantagem ao guerrilheiro é o conhecimento pormenorizado da região de operações. O profundo conhecimento de gretas, trilhas, bosques, caminhos, aguadas e locais próprios para o homizio, asseguram condições de evitar o engajamento prolongado em combate, diluindo suas formações e, desse modo, escapando ao cerco pela fuga, pela ocultação, por infiltração ou pela simples transformação de seus guerrilheiros em nativos da região completamente alheios, na aparência, às ações que ali se realizavam. (3) Adaptabilidade ao meio: em princípio o guerrilheiro dever ser autóctone, apresentando, consequentemente, tanto mais adaptabilidade e resistência física em relação a um estranho, quanto mais adversas forem as condições de vida local. (4) Bandeira: criada, desenvolvida e constantemente estimulada mediante campanha psicológica detalhadamente planejada e executada, é um fator de fundamental importância a considerar em se abordando as causas de uma manifestação caracteristicamente insurrecional qual seja a da proliferação de guerrilhas.* [918]

Partindo-se desses pressupostos, julgava-se que para dar fim a um foco guerrilheiro seria necessário agir sobre as vulnerabilidades dos que o integravam, ou seja, necessidades de contar com o apoio da população local, de manter o fluxo de suprimentos (alimentos, medicamentos, armas, munição, etc.), de preservar a estrutura de comando, e de conservar o moral elevado.[919]

Para isso, inicialmente deveriam ser realizadas operações tipo polícia, destinadas a isolar a área e dificultar a atuação da guerrilha (bloqueios terrestres e controle fluvial; ações de busca e apreensão de pessoas, armamento, munição e outros materiais; interdição, vasculhamento ou

[917] CORRÊA, José de Faria. Guerrilha. 1966. 5 f. Trabalho – ECEME, Rio de Janeiro, 1966. p. I.
[918] Ibid., p. II.
[919] BRASIL, C 7-20, 1974. p. 9-1.

evacuação de áreas; segurança de tropas, autoridades, instalações, comunidades e vias de transporte; identificação de pessoas e controle de movimentos; etc.). Em seguida, caberiam ser desencadeadas ações voltadas para localizar os pontos onde se agrupavam os guerrilheiros, bem como para inquietá-los e causar-lhes baixas, o que poderia ser feito por meio de patrulhas de reconhecimento (de ponto, área, itinerário e observação) ou de combate (reconhecimento em força, incursão, inquietação, emboscada, destruição, eliminação, captura de prisioneiros e materiais, etc.). Por fim, tocaria serem lançadas ações ofensivas com o fito de destruir as forças guerrilheiras.[920]

Paralelamente às medidas mencionadas, deveriam ser realizados esforços para fazer com que a população local deixasse de dar suporte à força guerrilheira e passasse a apoiar a tropa que a combatia, o que poderia ser feito através de "Ações Cívico Sociais" – ACISO (doação de medicamentos e de material escolar e esportivo; atendimento médico, odontológico e veterinário; reforma de escolas; etc.).[921]

As forças empenhadas em ações contraguerrilha deveriam receber uma área de operação. Um batalhão de infantaria poderia ser encarregado de uma delas, e a subdividiria entre as suas companhias. Cada companhia estabeleceria uma "base de combate" em determinado local de seu setor, e, dali, lançaria seus pelotões para cumprir as missões julgadas necessárias. Os pelotões, caso preciso, poderiam estacionar em locais convenientes e ali constituir "bases de patrulha", de onde se poderia destacar frações, normalmente grupos de combate, para executar as mais variadas tarefas.[922]

A área de atuação deveria ter designações de grau de controle, definidas por cores: vermelha (território sob controle contínuo ou intermitente da força de guerrilha), amarela (território que a guerrilha atua, mas não tem controle efetivo) e verde (território sob firme controle da tropa regular).[923]

A força antiguerrilha deveriam buscar respostas para questões como estas:

> *(a) Onde vivem os grupos de guerrilheiros? No povoado, nas cercanias ou florestas? (b) Vivem eles dispersos ou agrupados? (c) Preferem algum local especial, como, por exemplo, a orla dos bosques ou florestas? (d) Como se alimentam? Reúnem-se para refeições? Comem dispersos? Fazem a alimentação por rodízio? Há, entre a população, quem lhes leve comida a um esconderijo ou local determinado? (e) O pessoal de comando vive separado? Com guarda-costas? Com o grosso do pessoal? (f) Quais são os sistemas de alarme? (g) Quais são os seus dispositivos de segurança em profundidade durante o dia e à noite? Sentinelas móveis? Vigias nas trilhas e no perímetro do acampamento? (h) Que técnica de fuga preferem: dispersão entre a população, fuga individual, em pequenos grupos, ou fuga em massa? Fogem sem combater ou lutando? (i) Qual o seu armamento? (j) Qual o seu efetivo e a organização aproximados?*[924]

[920] 1) BRASIL, C 7-20, 1974, p. 9-1. 2) BRASIL, EB 70-MC-10.239, 2018, p. 5.5. 3) BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 21-75: **Patrulhas**: EGGCF, 1986. p. 1.2-1.5. 4) BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. Caderno de instrução CI 45-01: **Ação Cívico-Social (ACISO)**. Brasília, 2009. p. 3.1-3.7.
[921] 1) BRASIL, C 7-20, 1974, p. 9-1. 2) BRASIL, EB 70-MC-10.239, 2018, p. 5.5. 3) BRASIL, C 21-75, p. 1.2-1.5. 4) BRASIL, CI 45-01, p. 3.1-3.7.
[922] BRASIL, C 7-20,1974, p. 9-3.
[923] BRASIL, IP 31-15,1969, p. 9-10.
[924] Ibid., p. 132.

Levantados tais dados e localizado o ponto de concentração da guerrilha, o passo seguinte seria destruí-la. Para isso, poderia ser lançada operação tipo " martelo e bigorna", ou seja, em um primeiro momento o inimigo seria cercado, depois parte da força atacaria os guerrilheiros (martelo), enquanto o restante manter-se-ia em posição para evitar fugas (bigorna). [925]

Para o sucesso da operação, acreditava-se que alguns requisitos seriam particularmente importantes: apoio da população, operações ofensivas, boa rede de informações, integração de esforços, mobilidade, liderança, surpresa, segurança em combate, ação psicológica e instrução especial. [926]

A liderança deveria merecer ênfase, pois:

> *O moral de uma tropa engajada nas operações contraguerrilheiros apresenta problemas bastante diferentes daqueles encontrados no combate regular. Atuar contra uma força esquiva, violentamente destrutiva, que raramente oferece um alvo definido, que se dilui quando enfrentada e que, posteriormente ressurge para atacar, é muito diferente do que operar contra as forças encontradas no combate regular. Resultados visíveis poucas vezes poderão ser observados. Em geral, o conforto decorrente da permanência passiva em reunião parecerá preferível ao vasculhamento do terreno em busca de um inimigo fugidio. Os comandantes, em todos os escalões encontrar-se-ão operando por longos períodos em missões independentes, nas quais grande parte do seu apoio, tanto moral, como material, dependerá de sua própria engenhosidade, habilidade, conhecimentos profissionais, coragem e tenacidade. Este problema deverá ser enfrentado por meio de uma liderança energética e capaz, de uma doutrinação sobre a importância das operações contraguerrilha, da utilização de oficiais subalternos autoconfiantes e ousados e de constante atividade.* [927]

As tropas antiguerrilha poderiam também fazer uso de forças irregulares, recrutadas entre a população local, devidamente apoiadas por assessores militares e supridas com equipamentos. Além disso, não eram descartados bombardeios da aviação.[928]

Com esse pensamento, o Exército Brasileiro fez frente a grupos de guerrilheiros que buscavam tomar o poder por meio de uma revolução de cunho socialista, particularmente entre os anos de 1965-1975. Em meio a bipolarização gerada pela "Guerra Fria", os membros de tais grupos eram influenciados por movimentos revolucionários que se espalhavam mundialmente. O sucesso de revoluções, como as ocorridas na China e em Cuba, mais os combates que ocorriam no Vietnã, encorajavam-nos a partirem para a luta armada.

Todavia, os grupos guerrilheiros que surgiam no Brasil tinham concepções diversas de como se deveria desencadear a revolução, o que os impediu de conjugar esforços (alguns deles, em raras ocasiões, uniram forças). Segundo Jacob Gorender, um dos fundadores do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário):

---

[925] BRASIL, IP 31-15,1969, p. 24-25.
[926] Ibid., p. 2.
[927] Ibid.
[928] Ibid.

> *À exceção da maioria do Comitê Central do PCB [Partido Comunista Brasileiro], a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguia-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou em axioma, nem por isso unificou a esquerda. À questão da luta armada se acrescentaram outras, concernentes aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais, etc. O cruzamento destas e outras variáveis explica a proliferação de tantas siglas na esquerda naqueles anos.*[929]

Assim desunidas, e sem contar com o esperado e imprescindível apoio da população, as organizações guerrilheiras foram paulatinamente debeladas, o que já se percebia no início da década de 1970. Suas ações haviam ocorrido, em sua maioria, nos grandes centros urbanos, e foram basicamente as que prescrevia Carlos Marighela, fundador da ALN (Aliança Liberadora Nacional), em seu "Manual do Guerrilheiro Urbano", ou seja, assaltos; invasões; ocupações; emboscadas; táticas de rua; greves e interrupções de trabalho; deserções, desvios, confiscos, expropriações de armas, munições e explosivos; libertação de prisioneiros; execuções; sequestros; sabotagem; terrorismo; propaganda armada; e guerra de nervos.[930]

Sobre terrorismo, assim pensava Marighela:

> *O terrorismo é uma ação, usualmente envolvendo a colocação de uma bomba ou uma bomba de fogo de grande poder destrutivo, o qual é capaz de influir perdas irreparáveis ao inimigo. O terrorismo requer que a guerrilha urbana tenha um conhecimento teórico e prático de como fazer explosivos. O ato do terrorismo, fora a facilidade aparente na qual se pode realizar, não é diferente dos outros atos da guerrilha urbana e ações na qual o triunfo depende do plano e da determinação da organização revolucionária. É uma ação que a guerrilha urbana deve executar com técnica de terrorismo revolucionário. Outra coisa importante é o material que a guerrilha urbana pode persuadir o povo a expropriar em momentos de fome e escassez, resultados dos grandes interesses comerciais. O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar*. [931]

Entrementes, se desenvolvia na região do Araguaia um foco de guerrilha rural, criado por membros do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), inspirado na guerra popular prolongada maoísta. Esta, concebida pelo líder chinês Mao Tsé-Tung, preconizava o combate a um inimigo superior em três fases: a primeira, defensiva, ocorreria enquanto se estivesse mais fraco que o adversário e seria marcada por ações de guerrilha destinadas a desgastar o oponente; a segunda, do equilíbrio de forças, seria caracterizada pela combinação de ações de guerrilha e convencionais; e a terceira, da contraofensiva, dar-se-ia quando se estivesse mais forte que o inimigo e seria marcada por operações convencionais empregadas em defesa ou em ataques a posições organizadas. Tudo deveria ser respaldado por uma grande mobilização de camponeses.[932]

---

[929] GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 79.
[930] MARIGHELA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. [S. l. : s. n.], 1960.
[931] Ibid.
[932] LACERDA; SAVIAN, 2015, p. 305.

De fato, a partir de 1966, o PCdoB passou a enviar militantes para a região do Araguaia (Esboço LX, p. 280). O número dos que lá estiveram chegou a 78 (60 homens e 18 mulheres), a maioria de classe média, com idade entre 20 e 28 anos. Em relação à ocupação, 31 eram universitários, seis estudantes secundaristas, quatro operários, nove políticos, e o restante médicos, advogados, engenheiros, bancários, comerciários ou professores. Mais da metade deles fora recrutada nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; e 14 haviam recebido treinamento militar na China. O líder geral era Maurício Grabois. Cabe-se ressaltar que 69 deles efetivamente participaram dos combates, pois nove não estavam ou deixaram a região quando o Exército iniciou suas operações. Dentre estes, os dirigentes João Amazonas e Elza Monnerat, que se refugiaram em São Paulo. Pedro Pomar, um dos mentores da guerrilha, jamais esteve no Araguaia.[933]

A região do Araguaia fora escolhida porque atendia a requisitos julgados imprescindíveis para o sucesso da guerrilha:

> *Em primeiro lugar, era uma área com pouca presença do Estado, uma espécie de fronteira interna, onde os conflitos sociais entre posseiros e latifundiários ou grileiros eram constantes. A polícia frequentemente agia em benefício dos grandes proprietários de terra, sendo, por isso, percebida com desconfiança por uma parcela expressiva da população local. Ao mesmo tempo, prevaleciam zonas de mata fechadas e as áreas inexploradas pela ocupação humana (em parte devido à presença de povos indígenas na região). Nesses espaços, o PCdoB calculava que teria vantagem sobre as forças oficiais ao evitar os confrontos diretos e garantir a sobrevivência dos guerrilheiros na fase inicial da luta. Por fim, situada na divisa entre três grandes estados do país – Pará, Goiás e Maranhão -, a região escolhida para a preparação dos guerrilheiros do PCdoB poderia contribuir para a eclosão de outros focos de resistência armada ao regime autoritário. O partido imaginava que estes poderiam surgir, rapidamente, no Ceará e no Piauí, espalhando-se pela região Nordeste do país, cujas características sociais se assemelhariam às encontradas no Araguaia.*[934]

No Araguaia, os guerrilheiros buscaram misturar-se com a população, embora logo os locais passassem a chamá-los de "paulistas" ou "povos da mata". De acordo com suas especialidades, procuraram angariar o apoio dos habitantes (os que tinham conhecimento medicinais, por exemplo, prescreviam remédios, faziam partos e extraíam dentes). Viviam dispersos, em pequenos grupos, em castanhais, na beira de estradas e rios, entre outros locais. Plantavam arroz, inhame e mandioca e tentavam estocar suprimentos em pontos esparsos da mata (alimentos, munição, remédios, etc.). Paralelamente, com os parcos recursos que dispunham, realizavam treinamentos de combate, a exemplo de "jornadas nas florestas".[935]

Segundo a ex-guerrilheira Tereza Cristina Albuquerque: "*A gente aprendeu um pouco a atirar até por questão de sobrevivência, porque a gente tinha de comer animais da mata. Aprendemos a atirar de espingarda. E aprendemos tática de guerrilha, de como chegar aos locais sem fazer barulho, dormir na mata para saber olhar na escuridão."*

---

[933] CORRÊA, Carlos Hugo Studart. Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 1966. 619f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. p. 171-172.
[934] BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. p. 984.
[935] GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Letras, 2002. passim.

Prossegue: *"A minha ideia de mudar o mundo era através da educação, porque eu era educadora. O partido deu a entender que a gente ia para o interior e eu iria ser professora, trabalhar com as mulheres, a organização, tanto que eu fiquei como professora lá".*[936]

No início de 1972, o governo brasileiro já tinha ciência da existência do foco guerrilheiro, o que se dera, em parte, mediante informações prestadas por Pedro Albuquerque e Lúcia Regina Martins, dois militantes que, desiludidos com o andamento das ações, haviam abandonado a região do Araguaia.[937]

Em abril do mesmo ano, o Exército desencadeou a "Operação Papagaio" para dar fim à guerrilha. Simulando estar realizando uma manobra rotineira, cerca de 1.500 homens chegaram na região. Esperava-se derrotar os guerrilheiros por meio de operações tipo "martelo e bigorna", conforme se previa nos manuais. Assim, bases de combate de batalhões e companhias foram estabelecidas na área e delas saíam pelotões em patrulha com a finalidade de vasculhar a região, obter informes, destruir depósitos de suprimento, vigiar estradas, e localizar e combater o inimigo.

Os guerrilheiros, que esperavam surpreender o governo, foram surpreendidos. Faltava-lhes o mínimo do pessoal previsto para dar início às operações (84 combatentes) e não tinham terminado a organização dos depósitos de suprimentos. Haviam formado três destacamentos (A, B e C). Cada um destes tinha dois chefes e por volta de 20 combatentes. Os destacamentos subdividiam-se em três grupos, com cerca de seis integrantes. Além dos destacamentos, havia a "Comissão Militar" (CM), formada por quatro dirigentes. Cada guerrilheiro dispunha de um revólver e quarenta cartuchos para proteção individual. Para uso geral, a guerrilha chegou a contar com quatro submetralhadoras, 25 fuzis, 30 espingardas e quatro carabinas.[938] Nesse tempo, os guerrilheiros se autoproclamaram membros da FOGUERA (Força de Guerrilha do Araguaia).

O Destacamento "A" atuava ao longo da Transamazônica, nas regiões de Faveiro, São João do Araguaia e Metade; o "B", a nordeste da serra das Andorinhas, no chamado vale do rio Gameleira, enquadrando as bases de Gameleira e Couro das Antas; o "C", a sudoeste da serra das Andorinhas, englobando as bases de Pau Preto, Abóbora, Esperancinha e Caiano.[939]

Os resultados obtidos pelas tropas do Exército na "Operação Papagaio" não foram os esperados. A maioria dos guerrilheiros refugiou-se nas matas e não foi localizada. Houve algumas escaramuças que terminaram com baixas em ambos os lados.[940] Em outubro, o Exército deu por encerrada a operação e retirou da região o grosso das tropas empregadas.

Alvaro de Souza Pinheiro, paraquedista que combateu os guerrilheiros, aponta as razões do insucesso:

---

[936] Apud CORRÊA, 2013, p. 296.
[937] GASPARI, 2002.
[938] Ibid.
[939] 1) BRASIL, CNV, 2014, p. 685. 2) CPDOC/FGV. Atlas Histórico do Brasil. *Site.*
[940] Baixas: guerrilheiros: 12 mortos e sete aprisionados; Exército: cabo Odílio Cruz Rosa, morto, e outros militares feridos. Conforme: GASPARI, 2002.

***Concepção equivocada nos níveis operacional e tático**. O planejamento e a condução das operações inicialmente desencadeadas no "Bico do Papagaio" partiram do pressuposto que as ações de contraguerrilha a serem executadas seriam aquelas que normalmente são desencadeadas contra forças já no estágio de Exército de Libertação Nacional, do tipo "martelo-bigorna", "pistão-cilindro", etc. Uma das primeiras operações efetuadas na área foi uma ação de vasculhamento na única serra existente na região, a serra das Andorinhas, que se caracterizava por não ter cobertura vegetal. Após ser bombardeada com napalm pela Força Aérea, a serra foi objeto de uma vigorosa ação de cerco e busca efetuada por um grande efetivo. E o resultado foi nulo porque os guerrilheiros nunca lá estiveram. Por outro lado, no terreno de selva, as patrulhas se deslocavam com um efetivo de pelotão, 35 a 40 homens, pelas trilhas, enquanto os grupos da guerrilha se deslocavam através selva, com um efetivo de 5 a no máximo 10 elementos. Dessa forma as ações iniciais se mostraram extremamente ineficazes. **Falta de unidade de comando**. Provocada, sobretudo, pelo fato de que a base de combate de Marabá estava sob o controle do Comando Militar da Amazônia [CMA], enquanto a de Xambioá estava sob o do Comando Militar do Planalto (CMP). Uma simples solicitação de evacuação aeromédica provocava um complexo problema de coordenação. **Informações deficientes sobre o terreno e o inimigo**. Não havia cartas nem fotos aéreas da região de operações em escala compatível. O desconhecimento do terreno era enorme. As patrulhas se deslocavam somente pelas trilhas, enquanto os guerrilheiros, profundos conhecedores do terreno, sempre através selva. Não se conhecia o dispositivo e a composição da FOGUERA. As informações sobre o valor eram extremamente difusas. Com relação às atividades recentes e atuais, e peculiaridades e deficiências, praticamente nada. **Grande diversidade de unidades empregadas e deficiências no adestramento**. Unidades de diferentes pontos do território nacional foram empregadas nesta fase. Algumas delas com graves deficiências no adestramento em operações de contraguerrilha em ambiente de selva. Muitas delas com efetivos constituídos por soldados recrutas que, além da imaturidade psicológica, não tinham ainda completado nem a metade do ano de instrução. Inúmeras baixas ocorreram pela execução de disparos acidentais e por disparos equivocadamente realizados quando do encontro inadvertido entre patrulhas na selva. **Falta de continuidade nas operações**. Diferentemente da força de guerrilha que já estava na área há algum tempo e lá permanecia, a tropa era empregada por períodos predeterminados, não mais de 20 dias, findos os quais retornava à sua sede, sem ser substituída. Esta descontinuidade trazia enormes prejuízos para as operações e graves reflexos negativos sobre a população.*[941]

Já os guerrilheiros faziam o seguinte balanço, no início de setembro de 1972:

Nosso objetivo estratégico nesta fase da luta armada é sobreviver. Mas sobreviver não significa unicamente continuar a existir, mas crescer e se consolidar. Em 5 meses as forças guerrilheiras avançaram bastante. Hoje elas têm mais experiência de vida na mata e domínio do terreno; ampliaram e fortaleceram suas ligações com as massas; conhecem melhor o inimigo, sabem quais são seus pontos débeis e seus pontos fortes. Os fatos indicam que as FF GG [Forças Guerrilheiras] têm condições de avançar e se desenvolver, que a orientação política e a linha militar do P [PCdoB] são justas e que só seremos derrotados se fugirmos da aplicação de nossa concepção de luta armada, se cometermos erros essenciais, irreparáveis.[942]

[941] PINHEIRO, Alvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review**. jan./mar. 1995. Republicado por **Defesanet**. A Guerrilha do Araguaia (Parte 2). O "Bico do Papagaio" é uma área situada no extremo-norte do estado de Tocantins (em 1970 pertencia a Goiás). Faz divisa com o Pará e o Maranhão. Parte das atividades da guerrilha nele acontecia ou em suas proximidades.
[942] GRABOIS, Maurício. Diário: de 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973.

Em maio de 1973, o Exército voltou a atuar no Araguaia, por intermédio da "Operação Sucuri". Trinta e dois militares, disfarçados de colonos (roceiros), vendedores ambulantes, negociantes estabelecidos (bodegueiros) e funcionários de órgão federais (INCRA e SUCAM), infiltraram-se na região a fim de obter informações. Buscavam identificar os guerrilheiros, seus locais de refúgio e rotas de fuga, moradores que lhes davam suporte e tudo mais que pudesse esclarecer a real situação em que se encontrava a força de guerrilha.[943]

Cinco meses depois, dava-se por encerrada a operação, com os seguintes resultados: levantamento, quase total, do dispositivo, composição e área de atuação dos destacamentos subversivos; contatos pessoais com grupos terroristas, possibilitando a identificação de seus componentes, de seu armamento, equipamento e vestimenta; identificação pormenorizada de sua extensa rede de apoio, com nomes, endereços, ações realizadas e reconhecimento de suas casas; complementação da carta do sudeste do Pará, antes muito vaga, entre outros.[944]

Nesse tempo, estavam prontas as estradas operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3), que cortavam a região da guerrilha, feitas para dar suporte às operações do Exército.

Os guerrilheiros não se deram conta da execução da "Operação Sucuri", embora tratassem com desconfiança certos indivíduos que perambulavam pela área. Em reunião, datada de 14 de agosto de 1973, mostravam-se otimistas:

> *[...] melhoramos a capacidade militar dos combatentes. Avançamos no conhecimento do terreno e no domínio da mata; realizamos algumas ações que, embora pequenas, tiveram repercussão entre o povo (contra o barracão do capitão Olinto, contra a fazenda do Paulista, ocupação de Bom Jesus, etc.); ampliamos nossa área de ação (exemplos dos DD [destacamentos]); resolvemos, em certa medida, nossos problemas de abastecimento. Temos reserva de alimentos para 6 meses. Solucionou-se a falta de calçados. Mas ainda são grandes nossas deficiências no que se refere a equipamento; melhoramos nosso armamento. Conseguimos 9 rifles 44, 9 espingardas 20, um rifle 36 e 4 revólveres (apoiados na massa e por ação militar). Consertamos quase todas as armas. Não há nenhum combatente desarmado. Mas comparado com o armamento do inimigo, o nosso armamento é deficientérrimo. Carecemos de balas 44 e de munição. Precisamos de minas, granadas e de armas modernas. Nosso poder de fogo ainda é pequeno; desenvolvemos um trabalho de propaganda relativamente bom. Imprimimos material que foi distribuído em S. Domingos, Palestina e S. Geraldo. [...]. Aumentou o número de nossos agitadores e melhorou a sua qualidade. No entanto, é pequeno o trabalho de educação política e ideológica com os combatentes; enfrentamos com êxito as doenças, apesar da falta que o Juca nos faz. É bom o estado físico dos combatentes; enfim, é bastante alto o moral das FF GG. Melhorou grandemente seu aspecto disciplinar. Poucos são os casos de indisciplina (Mané, Ari, etc.). Nossos maiores êxitos estão no trabalho de massas. Deste trabalho depende a maior parte das vitórias da guerrilha.* [945]

No início de outubro de 1973, tendo como base as informações colhidas, o Exército desencadeou a "Operação Marajoara", melhor planejada e de molde diferente da "Papagaio". Alvaro de Souza Pinheiro a descreve:

---

[943] BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. S/104. Relatório da operação de informações realizada pelo CIE no Sudeste do Pará. – Operação Sucuri. Brasília, 24 de maio de 1974.
[944] BRASIL. Ministério do Exército, CIE, 1974.
[945] GRABOIS, 1973.

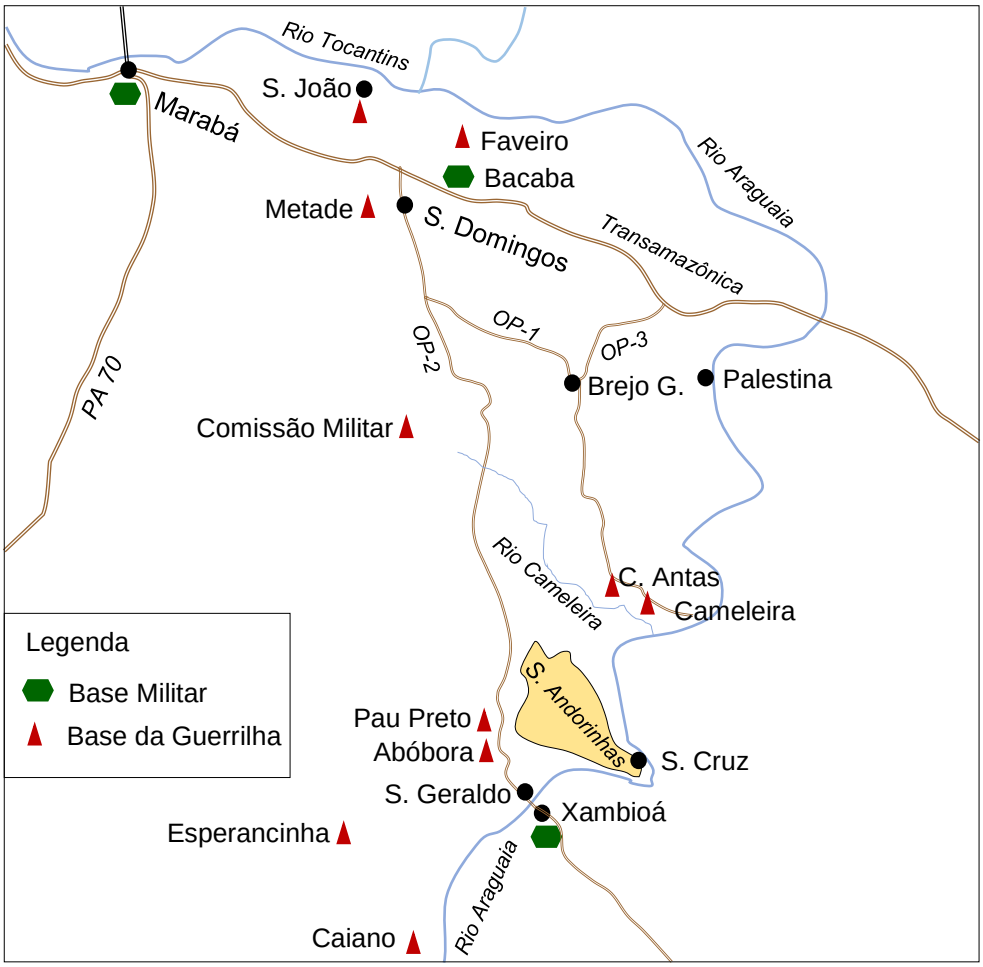
A 3ª fase, que se denominou "Operação Marajoara", foi desencadeada imediatamente após a conclusão dos levantamentos efetuados na "Operação Sucuri". A unidade de comando ficou perfeitamente definida, cabendo ao CMA o exercício pleno do comando e controle, inclusive das diversas agências governamentais federais e estaduais civis envolvidas. Foram selecionados efetivos profissionais das mais bem adestradas unidades de infantaria de selva e dos batalhões de infantaria paraquedista. Um rigoroso programa de adestramento foi conduzido tanto nas sedes quanto na área, enfatizando-se, sobretudo, o exercício da liderança nos diversos escalões. Três bases de combate foram instaladas, uma em Marabá, onde se encontrava o principal posto de comando da operação; uma em Xambioá, e outra em Bacaba, às margens da rodovia Transamazônica. Foi estabelecido um eficiente e seguro sistema de comunicações que permitiu o funcionamento do sistema de comando e controle em muito boas condições. Da mesma forma, foi estabelecido um eficiente sistema de apoio logístico que levou em consideração as características altamente especiais da missão e do ambiente operacional. Todo o efetivo envolvido, inclusive o pessoal da Força Aérea, passou a operar descaracterizado, em trajes civis. Como "estória de cobertura", a tropa atuava como se fossem elementos pertencentes aos quadros da Polícia Federal. Esta decisão foi tomada, principalmente, a fim de negar o reconhecimento de que efetivos das forças armadas estavam sendo empregados num problema de defesa interna dessa natureza. As patrulhas passaram a operar com o efetivo de 5 a 10 homens, compatível com o poder de combate do inimigo interno em presença. E também passaram a contar com o considerável reforço de habitantes locais selecionados que atuavam como "guias" e/ou "rastreadores". Há que se ressaltar que a atuação destes elementos foi decisiva para a obtenção do pleno êxito na operação. Mais uma vez se ratificava o ensinamento de que "guerrilha se combate com guerrilha". Nesse contexto, cabe ressaltar o importante papel desempenhado pelos elementos da então Companhia de Forças Especiais, os especialistas em guerra irregular, que estiveram permanentemente envolvidos no combate à FOGUERA, desde o desencadeamento das operações de informações, ainda na "Operação Carajás 70". Nesta fase, estes elementos atuaram como multiplicadores de força, adestrando as unidades engajadas e preparando as forças de autodefesa das comunidades locais, [...] desencadeando operações de informações e operações psicológicas junto à população local, e sendo empregados em missões selecionadas de ação direta contra o inimigo interno. Outro papel preponderante a ser ressaltado na consecução dos objetivos finais foi o desempenhado pelos elementos da Força Aérea, particularmente pelos esquadrões de helicópteros. Cumprindo missões de infiltração, exfiltração, ressuprimento e evacuação aeromédica, estes elementos foram fator primordial para o êxito alcançado. [946]

Ângelo Arroyo, guerrilheiro, dá sua versão sobre as primeiras ações das tropas federais:

As tropas inimigas entraram por diferentes pontos. Transamazônica, São Domingos, Metade, Brejo-Grande, São Geraldo e, possivelmente, pela Palestina e Santa Cruz. Iniciaram a operação desencadeando intensa repressão contra as massas. [...]. As tropas obrigavam elementos da massa a servir de guias. Gradualmente, foi aumentando o número de soldados na zona. Ocuparam fazendas, sedes de castanha, roças, estradas, grotas, etc. Na periferia havia também grande número de soldados. Fizeram bases de operação no meio do mato, utilizando fazendas, roças e sedes de castanhas. Estavam apoiados por helicópteros e aviões. A maior parte da tropa era especializada em combate na selva. Traziam bons mateiros. [947]

[946] PINHEIRO, **Military Review**, A Guerrilha do Araguaia, 1995. A "Operação Carajás" foi um exercício realizado pelas Forças Armadas, em novembro de 1970, na região de Marabá. Além de adestrar a tropa em combate antiguerrilha, tinha também a finalidade de desencorajar a instalação de foco de guerrilha naquela área, do que já havia indícios.
[947] ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. 1974.

ESBOÇO LX – ÁREA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA[948]



As tropas federais foram aos poucos encurralando e enfraquecendo os guerrilheiros. Eram cerca de 400 homens, dentre os quais 100 da Brigada Paraquedista e 120 do CMA/8ª RM, que formaram 22 grupos de patrulha, compostos por dez indivíduos cada um. Depois de três meses de atuação, relatório apontava que haviam: reconquistado o apoio da população, destruído mais de 70% dos estoques de suprimento do inimigo, inutilizado a oficina de armas e a impressora dos guerrilheiros, levantado a maior parte das áreas de homizio, aprendido 30% do equipamento e 20% do armamento dos insurgentes, infligido 50% de perdas à Comissão Militar e aos comandos de destacamentos e de grupos, ocasionado 40% de perdas no total de combatentes do Partido e 75% de perdas nos combatentes recrutados na área. Também tinham eliminado Maurício Grabois, e, assim, alijado a guerrilha de seu comandante geral.[949]

Ângelo Arroyo narra um encontro de soldados e guerrilheiros, ocorrido em outubro de 1973, que exemplifica o que ocorria na selva:

[948] 1) CPDOC/FGV. Atlas Histórico do Brasil. *Site*. 2) BRASIL, CNV, 2014, p. 685. 3) PINHEIRO, Alvaro de Souza. Guerrilla in The Brazilian Amazon. **Foreign Military Studies Office**, Fort Leavenworth, KS. jul. 1995.
[949] BRASIL. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. Relatório Especial de Informações nº 1/74. Brasília, 1974.

No dia 12, o grupo do Zé Carlos comunicou que o destacamento ficaria na zona em que se encontrava até a data do encontro com a CM [Comissão Militar), que seria dia 20. Alfredo, na ocasião, insistiu com Zé Carlos para que fossem apanhar dois porcos deles, que se encontravam numa roça próxima. Os porcos ajudariam a alimentação dos guerrilheiros. Zé Carlos considerou temerário o projeto de Alfredo. Chegou a dizer: "Não vamos morrer pela boca". Sabia que o Exército provavelmente estaria emboscado na roça onde se encontravam os porcos. No dia seguinte, saíram cinco companheiros para apanhar farinha num depósito e, se nada de anormal notassem, poderiam ir apanhar os porcos. Mas, no caminho, decidiram ir, primeiramente, apanhar os porcos. Lá chegaram cerca de 9 horas. Mataram os porcos com quatro tiros e os levaram para um lugar limpo a fim de retalhá-los. Fizeram fogo de palha para pelar os porcos. Uma hora depois estava terminado o serviço. Mas quando foram carregar a carne, as alças das mochilas se quebraram. Alfredo resolveu, então, improvisar um cipó (vira mundo) para carregar nas costas. Quando terminou o último atado, eram já 12 horas. Estavam presentes os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, Zebão (João Gualberto) e João (Demerval da Silva Pereira). Preparavam-se para sair, quando Alfredo ouviu um barulho esquisito. Chamou a atenção de João. Este, porém, achou que era uma palha de coqueiro que tinha caído. Ato contínuo, apareceram os soldados, apontando suas armas. Atiraram sobre o grupo. João conseguiu escapar, os outros foram mortos. Não tiveram tempo nem de pegar as armas. Perderam-se, além da vida dos companheiros, quatro fuzis, um rifle 44 e cinco revólveres 38.[950]

O moral dos guerrilheiros paulatinamente caía em face da morte de companheiros, da falta de alimentos, da intensa perseguição, das doenças, entre outros fatores.[951] Maurício Grabois, em 25 de dezembro de 1973, data em que seria morto, registrou em seu diário:

Joaq e Zezinho não vieram porque foram buscar duas latas de farinha para nos entregar. Quanto ao Ari, o nosso armeiro, desapareceu quando ia apanhar farinha em uma barraca. Não sabemos se teve um ataque epiléptico ou se desertou. As duas possibilidades são viáveis. Ultimamente, com a presença do inimigo e com o aumento das dificuldades, mostrava certo descontentamento. É muito personalista e também um pouco assustado. A morte do Zebão, que era seu primo, e a falta de boia, podem ter contribuído para que ele fugisse. Se ele não aparecer, trará dificuldades para nós. Ficamos sem um dos armeiros. Ele conhece todos os depósitos da CM e a oficina, onde há 14 armas para consertar. Agravou-se a moléstia dos meus olhos. Estou enxergando com certa dificuldade. Há possibilidade de ocorrer um colapso em minha visão. Não posso facilitar. Penso em sair da região, pois, se não o fizer, posso criar, com minha doença, uma situação difícil para os co. [companheiros]. Discutirei o assunto na próxima reunião da CM, que se realizará logo que o Joaq chegue. Para mim é bastante doloroso deixar as FF GG.[952]

As tropas federais deram por encerrada a "Operação Marajoara" no último trimestre de 1974. Não havia mais guerrilheiros nas matas do Araguaia: ou tinham sido mortos ou de lá se evadido.[953]

[950] ARROYO, Ângelo. Relatório Arroyo. 1974.
[951] BRASIL. Ministério do Exército. CIE. Relatório Especial de Informações nº 1/74, 1974.
[952] GRABOIS, 1973.
[953] Dos 79 guerrilheiros do Araguaia, 59 morreram ou foram dados como desaparecidos, e 20 sobreviveram. Conforme: CORRÊA, 2013, p. 18. Não foram encontrados registros sobre as baixas das tropas governamentais.

Sobre os propósitos dos guerrilheiros, Alexsander Soares Elias salienta que:

> *[...] em nenhum manifesto produzido pelas organizações de esquerda no período, propõe-se a continuidade da democracia liberal, ou mesmo justificam-se tais ações de guerrilha em prol de seu retorno [...] embora lutassem contra um governo que definiam como ditatorial essas organizações de esquerda propunham, em seus manifestos, uma revolução popular para a posterior implantação de uma "ditadura do proletariado" ao estilo cubano, chinês e até mesmo albanês.*[954]

Os episódios do Araguaia marcam o fim do ciclo de guerrilhas no Brasil. No entanto, no início da década de 1990, o Exército teria de fazer frente a investida de supostos guerrilheiros estrangeiros, nas profundezas da selva amazônica.

Em 26 de fevereiro de 1991, um destacamento brasileiro, composto por 17 militares, se encontrava às margens do rio Traíra, na fronteira entre o Brasil e a Colômbia, com a missão de reprimir garimpo ilegal. O grupo acabou atacado por cerca de 40 indivíduos que se declararam membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, os quais estariam insatisfeitos com a fiscalização que ali se fazia. No confronto, três soldados foram mortos e nove ficaram feridos. Houve ainda o roubo de armas, munições e equipamentos.[955]

Em reação, o Exército Brasileiro desencadeou a "Operação Traíra", que contou com o apoio do Exército Colombiano. Militares do 1º Batalhão Especial de Fronteira, 1º Batalhão de Infantaria de Selva e 1º Batalhão de Forças Especiais, foram destacados para controlar a situação. Contaram com o apoio da Aviação do Exército, Força Aérea Brasileira e Marinha do Brasil. Suas ações resultaram na eliminação de doze guerrilheiros, além de outros indivíduos que faziam parte da rede de apoio inimiga. Também foi recuperada boa parte do material roubado. Com isso, a normalidade foi restabelecida na região.[956]

Paralelamente ao cumprimento de suas obrigações relacionadas à defesa nacional e à preservação da ordem interna, tropas brasileiras, em sua maioria de infantaria, foram enviadas para outros países. Sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA) ou da Organização das Nações Unidas (ONU), suas missões visaram cooperar para a manutenção da paz.

Sob o respaldo da OEA, nos anos 1960, o Brasil participou da Força Interamericana de Paz (FIP), destinada a restaurar a normalidade na República Dominicana. Nesse país, ocorriam sérios distúrbios em razão da deposição do presidente Juan Bosch, acusado de permitir infiltração comunista. Para cumprir a missão, o governo brasileiro criou a Força Armada Interamericana do Brasil (FAIBRAS), com efetivo que chegou a 1.132 homens. Foi constituída inicialmente pelo I Batalhão do Regimento Escola de Infantaria e mais uma companhia de fuzileiros navais. A tropa brasileira iniciou suas operações em fins de maio de 1965 e as

---

954 ELIAS, Alexsander Soares. A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna, no desenvolvimento nacional e no contexto internacional, após a II Guerra Mundial. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 299.
955 PINHEIRO, Alvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review**. jan./mar. 1995. Republicado por **Defesanet**. A Experiência do rio Traíra (Parte 3).
956 Ibid.

concluiu em meados de setembro do ano seguinte, após a pacificação da nação caribenha. Devido a revezamentos, o número de brasileiros que participou da missão passou de três mil.[957]

Sob o amparo da ONU, desde a década de 1950 o Brasil participa de missões de paz. Um dos propósitos dessa entidade é manter a paz e a segurança internacionais. Para viabilizar isso, seus membros se *"comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais"*. [958]

As missões de manutenção da paz são atividades realizadas em determinada região/país, com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis. Visam propiciar a execução de arranjos relativos a controle de conflitos (cessar-fogo, separação de beligerantes, etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para a contenda.[959]

Os parâmetros e limites para o emprego da força pelos militares numa operação de manutenção da paz são estabelecidos por "regras de engajamento". Estas asseguram que o uso da força observará os propósitos da Carta da ONU, o mandato do Conselho de Segurança, além dos princípios de Direito Internacional, incluído o Direito Internacional Humanitário.[960]

Por ocasião da primeira missão, a UNEF I, no Egito, entre 1957 e 1967, os batalhões de infantaria que se revezaram foram preparados pelos comandos de exércitos que os enquadravam. Parte de seus efetivos foram compostos por reservistas.

Sobre as missões ocorridas a partir dos anos 1990, Paulo Roberto da Fontoura destaca:

> *[...] o Exército buscou distribuir entre os diferentes comandos militares de área (Sul, Sudeste, Leste, Planalto, Oeste, Nordeste e Amazônico) a oportunidade de indicar pessoal. Tal prática permite, a um tempo, adestrar o maior número possível de oficiais e soldados profissionais da corporação e manter elevado o moral da tropa, já que o processo de seleção é aberto ao voluntariado e o preparo do contingente fica por conta do comando de área escolhido, que treina seus integrantes com base nas diretrizes recebidas do Comando de Operações Terrestres (COTER). O Exército não seleciona praças que estejam realizando apenas o serviço militar obrigatório de um ano.*[961]

A partir de 2005, a preparação dos militares selecionados para missão de paz ficou a cargo do Centro de Instrução de Operações de Paz, sediado no Rio de Janeiro (renomeado Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, CCOPAB, em 2010).

As missões de paz que contaram com a participação de tropas brasileiras encontram-se sintetizadas no quadro LXXII (p. 284). Todas foram cumpridas com êxito, de acordo com os preceitos da ONU. Há de se destacar a participação de muitos infantes como observadores militares, nas missões de paz em que o Brasil enviou tropas, e em outras.

---

[957] HISTÓRIA do Exército Brasileiro, 1972, p. 875-882.
[958] Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco (EUA), em 26 de junho de 1945.
[959] FONTOURA, Paulo Roberto Tarisse da. **O Brasil e as operações de manutenção de paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005. p. 34
[960] FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013. p. 54
[961] FONTOURA, 2005, p. 225.

QUADRO LXXII: MISSÕES DE PAZ COM A PARTICIPAÇÃO DE TROPAS BRASILEIRAS[962]

MISSÃO	FINALIDADE	EFETIVO
. UNEF I: First United Nation Emergency Force . Egito . 1957- 1967	. Supervisionar o cessar das hostilidades decorrentes da Guerra do Suez, incluindo a retirada das tropas da França, de Israel e do Reino Unido que se encontravam em território egípcio.	. Um batalhão de infantaria: ± 600 homens. Houve revezamento de 20 contingentes. . Total de militares das Forças Armadas destacados: ± 6.300.
. ONUMOZ: United Nations Operation in Mozambique . Moçambique . 1992 - 1994	. Monitorar o estabelecido no Acordo Geral de Paz, firmado em 4 de outubro de 1992, em Roma, pelo Governo de Moçambique e pela Resistência Nacional Moçambicana.	. Uma companhia de infantaria: 170 integrantes. Mais outros militares com encargos diversos. . Total de militares das Forças Armadas destacados: 218.
. UNAVEM III: United Nations Angola Verification Mission III . Angola . 1995 -1997	. Monitorar o estabelecido no Protocolo de Lusaka, de 15 de novembro de 1994, firmado pelo Governo da República de Angola e pela União Nacional para a Libertação Total de Angola.	. Um batalhão de infantaria: ± 800 militares; uma companhia de engenharia: ± 200 integrantes; e dois postos de saúde avançados: ± 40 membros. Mais outros militares com encargos diversos. Houve revezamento de quatro contingentes. . Total de militares das Forças Armadas destacados: 4.222.
. INTERFET: International Force East Timor . UNTAET: United Nations Transitional Administration in East Timor . UNMISET: United Nations Mission of Support to East Timor . Timor Leste . 1999 - 2005	INTERFET: lidar com a crise humanitária e de segurança que ocorria no Timor Leste decorrente de conflito entre timorenses e indonésios. UNTAET: administrar transitóriamente o Timor Leste, que passava por processo de independência. UNMISET: proporcionar assistência após a independência do Timor Leste, até que todas as responsabilidades operacionais se transferissem para autoridades governamentais.	. Um pelotão, depois uma companhia de Polícia do Exército. Efetivo inicial de 51 militares, aumentado para 70 e depois 125. Mais outros militares com emcargos diversos. Houve revezamento de diversos contingentes. . Total de militares das Forças Armadas destacados: 917.
. UNSTAMIH: United Nations Stabilisation Mission in Haiti ou MINUSTAH: Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti . Haiti . 2004 - 2017	Restaurar a ordem no Haiti, após insurgência que resultou na deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide.	. Um batalhão de infantaria: ± 1.200 integrantes; uma companhia de engenharia: ± 250 membros. Mais outros militares com encargos diversos. Houve revezamento de 25 contingentes. Temporariamente, depois do terremoto de 2010, foi destacado um segundo batalhão de infantaria: ± 800 militares. . Total de militares das Forças Armadas destacados: ± 37 mil.

[962] 1) FONTOURA, 2005. 2) HAMANN, Eduarda Passarelli. A Força de uma Trajetória: o Brasil e as Operações da ONU (1947-2015). Military Review. Tomo 71. n. 4. p. 47-62. jul./set. 2016. 3) EXÉRCITO BRASILEIRO. Exército em ação. Missões de Paz. Missões encerradas. *Site.* 4) HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017. 4) **Militares brasileiros mortos em missões de paz** - UNEF I: sete (um por afogamento, três devido a acidentes e três por disparos acidentais); UNAVEM III: três (dois por malária e um vítima de disparo durante assalto); UNMISET: um (vítima de atentado terrorista em Bali); UNSTAMIH: 24 **(**18 devido ao terremoto de 2010, dois por acidente, dois cometeram suicídio e dois sofreram ataque cardíaco). Conforme: FONTOURA, 2005; e OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; GÓES, Fernanda Lira. **A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

Além do combate à guerrilha e das operações de manutenção da paz, não deve ser esquecida a atuação do Exército e de sua infantaria no movimento cívico-militar de 1964, a fim de reestabelecer a ordem interna, seriamente ameaçada por interesses alheios à vontade do povo. Também se deve mencionar a realização de numerosas operações de garantia da lei e da ordem, destinadas a preservar a ordem pública; bem como as frequentes participações em atividades subsidiárias, realizadas em benefício do desenvolvimento nacional e em apoio à Defesa Civil.

No que concerne a doutrina, houve permanente esforço em adequar o Exército aos avanços tecnológicos que influíam nos métodos de combate convencionais. Paralelamente buscou-se prepará-lo para a "guerra irregular", o que foi de grande importância na luta contra as guerrilhas nas décadas de 1960 e 1970, embora, por vezes, se precisasse, na prática, aperfeiçoar o que era previsto em manuais. Ainda foi sistematizada a preparação das tropas destacadas para missões de paz, destacando-se a criação do CCOPAB.

Assim, o Exército Brasileiro cumpriu suas missões no pós-II Guerra Mundial. Seus infantes não pouparam esforços para que a paz fosse alcançada, no próprio País, e em outros longínquos. Os sacrifícios, como sempre enormes, foram superados com a galhardia que lhes é inata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da arma de Infantaria, como não poderia deixar de ser, esteve relacionada à trajetória do Exército Brasileiro. As diversas transformações por que este passou deram-se em consonância com as condições gerais do País, em diversos momentos de sua história.

Sobre isso, Eurico Gaspar Dutra asseverou:

> *Refletem sempre as instituições militares dos povos, numa época qualquer, mui precisamente, as aspirações de sua política, os progressos da arte e ciência da guerra, e, finalmente, o estado da sociedade, sua organização, constituição e grau de cultura ou de instrução cívico-moral da população*.[963]

Qualquer exame sobre o Exército Brasileiro e sua infantaria, portanto, deve partir necessariamente dessa premissa. Assim, por exemplo, não se pode exigir que as tropas de Sampaio fossem dotadas de fuzis nacionais, se naquele tempo não tinha o Brasil tecnologia, parque industrial, mão e obra especializada e recursos financeiros para desenvolvê-los e fabricá-los de maneira satisfatória.

Ao se analisar os conflitos constantes no presente estudo, verifica-se que o Exército não esteve imediatamente pronto para fazer frente a nenhum deles. Partia-se, então, para improvisações que retardaram o fim das contendas, ocasionando prejuízos financeiros, perdas humanas e muitas outras provações que poderiam ser evitadas.

Tal despreparo do Exército não foi obra da negligência de suas lideranças. Desde o início do Império, os ministros da Guerra apontavam os mais diversos e graves problemas que percebiam afligir a força sob seu comando. Porém, para saná-los, faltavam recursos financeiros, vontade política, e disposição de mudar mentalidades e práticas culturais, entre outros elementos que moldavam e decidiam o destino o País. A ideia de que a segurança do Brasil não passava por sérios perigos, por estar ele isolado na América do Sul, onde poucas nações estariam dispostas a desafiar seus interesses, não ajudava a mudar tal panorama, e levou a contratempos dramáticos, como a invasão de López e as agressões de submarinos alemães. Não se pode esquecer, no entanto, que os recursos financeiros da Nação, normalmente escassos e mal administrados, sempre foram insuficientes para atender as inúmeras necessidades, não só no campo militar, mas também em outras áreas, como a social.

A doutrina do Exército foi influenciada pela de países europeus até a II Guerra Mundial, quando, em consequência da participação da FEB nos campos de batalha da Itália, adotou-se a norte-americana. Não obstante, desde o tempo de Caxias pensava-se em estruturar uma própria, adequada as particularidades nacionais, o que, por óbices variados, somente passou a ganhar corpo nas últimas décadas do século XX.

---

[963] DUTRA, 1940, p. 6.

A Infantaria brasileira desde o seu surgimento esteve organizada em batalhões, cujos quadros de pessoal e de dotação de material foram sendo modificados de acordo com as transformações que ocorriam na ciência e na arte da guerra. No período da Regência, só havia um tipo de batalhão, o de "caçadores"; no início da República, só existia o de "infantaria". Todavia, na maior parte do tempo, coexistiram batalhões de diferentes tipos: como exemplos, "caçadores" e "granadeiros", no I Reinado; "blindados", "mecanizados" e outros, atualmente. Do final da década de 1900 até o início dos anos 1970, existiram os regimentos de infantaria, formados por três batalhões. A partir de 1908 tornaram-se permanentes as brigadas e divisões, antes constituídas somente em caso de guerra (passaram a enquadrar batalhões e regimentos de infantaria, além de unidades e subunidades de outras armas, quadros e serviços).

Os quadros de oficiais e de praças graduados dos batalhões de infantaria foram preenchido, em geral, por voluntários que recebiam formação em escolas militares ou nas próprias unidades. Salvo em períodos de guerra, que requeriam contingentes muito superiores aos dos tempos de paz, não houve dificuldades em completá-los. Contribuíam para isso seus pequenos efetivos e por existir, particularmente para oficiais, cargos de prestígio, com remunerações satisfatórias. No entanto, completar os efetivos de soldados rasos foi um sério problema, devido, principalmente, as más condições de serviço. Tal óbice somente foi contornado no Período Republicano, através da devida aplicação das leis do serviço militar, da melhoria das condições de serviço nos quartéis e do expressivo aumento populacional.

Os quadros de dotação de material das unidades de infantaria normalmente estiveram incompletos, devido à falta de recursos financeiros para adquirir os artigos previstos. Armamentos, viaturas e outros equipamentos de produção complexa, foram por muito tempo comprados no exterior. Somente com a industrialização e a evolução tecnologia do País, registrada notadamente a partir dos anos 1960, se conseguiu resolver, em parte, tal problema.

A formação dos oficiais, por muito tempo, ocorreu na Escola Militar ou em corpos de tropa, o que deu origem aos "bacharéis" e "tarimbeiros" (os primeiros dispondo de excessivos conhecimentos teóricos, os segundos, somente dos práticos). A partir do início do século XX, esses modos de preparação insatisfatórios deram lugar a outro que contemplava a busca por uma dosagem adequada entre a teoria e a prática, o que foi possível pela obrigatoriedade do curso na Escola Militar para se chegar ao oficialato e também por influência dos "jovens turcos" e da Missão Militar Francesa. Esta missão, por sinal, muito contribuiu para a melhoria do ensino nas atuais EsAO e ECEME. Não se pode esquecer o surgimento dos CPORs e NPORs, imprescindíveis para a boa preparação de oficiais da reserva. Quando à formação de graduados, marcos são a criação da ESA e da EASA, importantíssimos centros de formação e aperfeiçoamento. Há de se fazer menção também ao exemplar papel dos cursos de sargentos temporários e de cabos, realizados em corpos de tropa.

O adestramento da tropa, por largo período, foi prejudicado, principalmente, pela falta de efetivos, ausência de padronização da instrução, carência de materiais e escassez de recursos financeiros. Pode se dizer que os dois primeiros óbices foram superados, mas os dois últimos,

em parte interligados, não. Ocorre que os amplos exercícios de campanha necessários para a preparação ideal para a guerra, nos quais são treinadas grandes unidades equipadas com materiais de ponta, são atividades extremamente onerosas, incompatíveis com as receitas do País. Assim, paliativamente, recorre-se a exercícios na carta, exercícios no terreno, ou exercícios de campanha de vulto compatível com os recursos financeiros e materiais disponíveis (normalmente insatisfatórios).

Os processos de combate seguidos pela infantaria foram regulados por diversos documentos. No início do Império, havia os regulamentos do Conde de Lippe e do Conde de Campo Maior (lorde Beresford), substituídos, em 1852, pelos sistemas de instruções de Bernardo Antonio Zagalo (em meados do século XIX, houve a ideia de se adotar as "Ordenanças de Tática Elementar", do Exército português). Na República, a princípio foi adotado o "Regulamento Moreira César", baseado em instruções portuguesas, que acabou trocado, em 1914, pelo "Regulamento de Exercícios para a Infantaria", elaborado sob a influência dos "jovens turcos". Do período da Missão Militar Francesa, merece destaque o "Regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria", de 1920/1921, revisto em 1932. A FEB seguiu manuais norte-americanos, como o *FM 7-20: Infantry Battalion*, que, por sinal, serviu de base para a elaboração do manual de campanha "C 7-20: O Batalhão de Infantaria", de 1953, revisado em 1974 e em 2003. Assim, não se pode dizer que no Brasil foram criados processos de combate originais, pois os seguidos foram trazidos de outros países, em parte adaptados à realidade nacional, caracterizada por ambientes variados (áreas de caatinga, pantanal, selva, urbanas, etc.). De modo geral, nos campos de batalha, as tropas de infantaria paulatinamente abandonaram as formações compactas (de linhas de atiradores, em que se exigia do soldado basicamente estrita obediência), pelas que previligiavam a dispersão no terreno (alicerçadas nos grupos de combate, que requeriam dos soldados atributos diversos, como a iniciativa).

Invencível em todas as campanhas, a Infantaria brasileira deve isso aos militares que a integraram. Por vezes mal equipados, insuficientemente instruídos, precariamente abastecidos, superaram com denodo todas as dificuldades e os mais valorosos adversários. Combateram, sem esmorecer, nas gélidas planícies e planaltos sulistas, na úmida e quente selva amazônica, no árido sertão nordestino, nos escabrosos vales e montanhas das regiões meridional e oriental, nos pestilentos charcos matogrossenses e paraguaios, nos escarpados e nevados Apeninos, entre muitos outros locais. Também contribuíram para a paz em diversos países, fazendo parte de tropas ou atuando como observadores das Nações Unidas.

Sobre o futuro da Infantaria, só se pode ter certeza de que enquanto se fizer necessária a existência de uma tropa que ocupe e mantenha um terreno ou posição, ela estará presente.

REFERÊNCIAS

- BIBLIOGRAFIA - p. 291
- CARTAS MILITARES, DESENHOS E MAPAS - p. 294
- DEPOIMENTO, DIÁRIO E RELATÓRIO - p. 294
- DOCUMENTOS OFICIAIS - p. 294
- LEGISLAÇÃO - p. 298
- MANUAIS, REGULAMENTOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO - p. 304
- MANUAIS DIVERSOS - p. 305
- OBRAS ACERCA DA EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DA INFANTARIA - p. 305
- PERIÓDICOS - p. 305
- *SITES* - p. 306
- TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHOS DIVERSOS - p. 309

- BIBLIOGRAFIA:

ACADEMIA Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Resende: Ipsis, 2011.

AMARAL, Mário. A instrução da FEB. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições militares contra Canudos**: seu aspecto marcial. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BENICIO, Manoel. **O rei dos jagunços**: chronica historica e dos costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos, documentada e comentada. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1899.

BENTO, Cláudio Moreira. **História do Comando Militar do Sul**: 1953-2018 e Antecedentes / Cláudio Moreira Bento, Luiz Ernani Caminha Giorgis. 2. ed., Porto Alegre; Resende: FAHIMTB, 2018.

BRASIL. IBGE. **Estatística do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Guerra. **O nosso exército**. Rio de Janeiro: Laboratórios Silva Araujo, 1941.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sôbre a FEB**: memórias de um chefe de estado-maior na campanha da Itália (1943-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CANSANÇÃO, Elza. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

CARVALHO, Fernando Setembrino. **Memórias**: dados para a história do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Nelson Rodrigues de. **Do Terço Velho ao Sampaio da F.E.B.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Americana, [c.a. 1952].

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**: 1865-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

COSTA, Carla. **Cronologia resumida da Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Museu da República/IBRAM/MINC, 2017.

CUESTAS, Juan Lindolfo. **Páginas sueltas**. Tomo II. Montevideo: Dornaleche y Reyes, 1898.

CUNHA, Euclides. **Os sertões:** Campanha de Canudos. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & C., 1905.

DONATO. Ernani. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Libro/Abril, 1982.

DA CAS. Luiz Emílio. A Participação do Brasil na II Guerra Mundial. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Sampaio**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

_____. **Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: MRE/FUNAG, 2014.

ELIAS, Alexsander Soares. A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna, no desenvolvimento nacional e no contexto internacional, após a II Guerra Mundial. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 299.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: MRE/FUNAG, 2013.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate**: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia de Camargo, Wálter de Góes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, Euclydes. **Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1977.

FONTOURA, Paulo Roberto Tarisse da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

FRANÇA, Rogério de Carvalho. A EsAO no contexto histórico de 1985 a 2000; ideias, valores, relacionamento com a sociedade, eventos políticos, econômicos, sociais e militares. In ALMEIDA, Luiz Augusto de Andrade de (Org.). **Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Brasil)**. EsAO: 100 anos aperfeiçoando oficiais para o Exército e as Nações Amigas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

GARCIA, Clóvis. Como um combatente viu os serviços médicos. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Letras, 2002.

GONÇALVES, José. Nosso revés em Somacolonia. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a F.E.B. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRATAGLIANO, Vicente. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA Carlos Augusto Ramires (Orgs.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB, 2017.

HISTÓRIA do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Rio de Janeiro/Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

JOURDAN E. C. (Org.). **Atlas Historico da Guerra do Paraguay.** Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1871.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa. A Guerra da Tríplice Aliança. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Introdução ao estudo de História Militar Geral**. Resende: AMAN, 2015.

LIMA, Carlos Augusto de Oliveira. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

LIMA, Thorio Benedro de Souza. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 8. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; GÓES, Fernanda Lira. **A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

MACHADO, Adhemar da Costa. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MACHADO, Elton Licério Rodrigues. A Evolução doutrinária do Exército: da Independência ao início do século XXI. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende; AMAN, 2015.

_____. A Evolução da formação militar: escolas e reformas no ensino do EB. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015. p. 330.

MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo/Rio de Janeiro: Letras/Biblioteca do Exército, 2009.

MAIOR. A. Souto. **História do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1968.

MANUSCRITO de mil oitocentos e sessenta e nove ou resumo histórico das operações militares dirigidas pelo marechal d'exercito Marques de Caxias na Campanha do Paraguay. Rio de Janeiro/Brasília: Typographia e Lithographia Popular de Azeredo Leite, 1872.

MARIGHELA, Carlos. **Manual do Guerrilheiro Urbano**. [S. l. : s. n.], 1960.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. **A F.E.B. pelo seu comandante**. 2. ed. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960.

_____. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

_____. **Memórias**. 2. ed. v.1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MÉLO, Hildebrando Bayard. **No Exército do meu tempo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

MOTTA, Jeohvah. **Formação do oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MOURA, Aureliano Pinto de. **Contestado**: a guerra cabocla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA**: nova história na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Eduardo da Cruz. O período do Regime Militar (1964-1985). In: ALMEIDA, Luiz Augusto de Andrade de (Org.). **Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Brasil)**. EsAO: 100 anos aperfeiçoando oficiais para o Exército e as Nações Amigas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

PEIXOTO, Demerval. **A Campanha do Contestado**: episódios e impressões. Rio de Janeiro: Segundo Milheiro, 1920.

PIASON, José Álfio. Alguns erros fundamentais observados na FEB. In: DEPOIMENTO de oficiais da reserva sobre a FEB. 3. ed. Rio de Janeiro: Cobraci, 1950.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

RODRIGUES, Fernando da Silva. O ensino militar e o aperfeiçoamento de oficiais: militares, política e sociedade na modernização profissional (1920-1945). In: ALMEIDA, Luiz Augusto de Andrade de (Org.). **Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Brasil)**. EsAO: 100 anos aperfeiçoando oficiais para o Exército e as Nações Amigas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

SANTA Catarina. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SANTOS, Francisco Ruas. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

SAVIAN, Elonir José. **Dos Apeninos aos Alpes**: a Força Expedicionária Brasileira e o XV Grupo de Exércitos na campanha da Itália. Resende: Edição do Autor, 2016.

SCHNEIDER, L. **A Guerra da Triplice Alliança (Império do Brazil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o Governo do Paraguay**: 1964-1870. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

SERAU, César. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 7. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

SILVA, Arthur Lobo da. **A Anthropologia no Exercito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Archivos do Museu Nacional, 1928.

SILVA. Gláucio Érico de Almeida. A Ação militar da Independência até a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015.

SILVA, Hélio. **1932: a Guerra Paulista.** v. 5 - O Ciclo de Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, João Barbosa da. A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna da proclamação da República até a II Guerra Mundial. In: FARIA, Durland Puppin de (Org.). **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: AMAN, 2015.

SILVA, José Luís Rodrigues da. **Recordações da Campanha do Paraguai.** Brasília: Senado Federal, 2007.

SILVA, Nestor da. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo**. A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Alpina/Assembléa 96, 1902.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TAITSON Geraldo Campos. In: HISTÓRIA Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Tomo 6. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

TAVARES, Aurélio de Lyra. **Nosso Exército**: essa grande escola. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

TÁVORA, Juarez. **Memórias, uma vida e muitas lutas**: a caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

TAUNAY. Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle. **A Campanha da Cordilheira**: Diário do Exército. São Paulo: Melhoramentos, [19--?].

_____. **A Retirada da Laguna**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

THOMPSON, Jorge. **La Guerra del Paraguay**. Buenos Aires: Imprénta Americana, 1969.

TITÁRA, Ladisláo dos Santos. **Memorias do Grande Exército Alliado Libertador do Sul da America**. [Porto Alegre?]: Typographia de B. Berlink, 1852.

VIANNA, José Feliciano Lobo. **Guia militar para o anno de 1898 (abrangendo os annos de 1893, 1894, 1895, 1896 e 1897)**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1897. p. 261.

- CARTAS MILITARES, DESENHOS E MAPAS

ALENCASTRO, Antonio Pedro de. Plano de Batalha de Morón. Desenho a nanquim.1852. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em: 9 dez. 2020.

CARTA do Plano de Operações de Guerra no Estado da Bahia, 1897. Acervo da Biblioteca nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart541268/cart541268.jpg>. Acesso em: 8 fev. 2021.

CARTA do Theatro de Operações das Forças Federais do Contestado. Mandado elaborar pelo Tte. Crl Francisco Raul d'Estillac Leal. Comandante do 58º Batalhão de Caçadores. Acantonamento em Curitybanos, 14 de dezembro de 1914. Arquivo Nacional. Seção de Mapas.

Mapa de São Paulo e estados vizinhos, ilustrando o posicionamento de tropas, elaborado pela Tipografia do jornal "Diário da Manhã", Recife, 1932. Acervo do Arquivo Nacional do Brasil. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/48242175642>. Acesso em: 2 jul. 2020.

- DEPOIMENTO, DIÁRIO E RELATÓRIO

ARROYO, Ângelo. **Relatório Arroyo**. 1974. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/010-relatorio-arroyo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GRABOIS, Maurício. **Diário**: de 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/especiais/136883-44738/2014-04-10/diario-de-mauricio-grabois-na-guerrilha-do-araguaia>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Depoimento,** 1978. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado/depoimento>. Acesso em 22 maio 2020.

- DOCUMENTOS OFICIAIS

ARANHA, Oswaldo. Relatório do ano de 1940, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em abril de 1941, pelo ministro de estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/105#?c=0&m=102&s=0&cv=0&r=0&xywh=-696%2C-1%2C4271%2C3013>. Acesso em: 1º out. 2020.

_____. Relatório do ano de 1942, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro de estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/105#?c=0&m=104&s=0&cv=3&r=0&xywh=-728%2C565%2C3594%2C2535>. Acesso em: 1º out. 2020.

ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório do ano de 1896, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1897, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=60&s=0&cv=0&r=0&xywh=-359%2C-274%2C4553%2C3212>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BARBUDA FILHO, José Egídio Gorgulho de. Relatório do ano de 1864, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1865, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=33&s=0&cv=0&r=0&xywh=-175%2C-1%2C4429%2C3125>. Acesso em: 1º set. 2020.

BARRETO, Emygdio Dantas. Relatório do ano de 1910, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1911, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1911. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=74&s=0&cv=0&r=0&xywh=-100%2C-91%2C4035%2C2846>. Acesso em: 13 maio 2020.

BARROS, Sebastião do Rego. Relatório do ano de 1838, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1839, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=13&s=0&cv=1&r=0&xywh=-246%2C73%2C2379%2C1678>. Acesso em: 7 ago. 2020

BORMANN, José Bernardino. Relatório do ano de 1909, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1910, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=73&s=0&cv=0&r=0&xywh=-64%2C-66%2C3964%2C2796>. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 6 maio 2020.

_____. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1940. Série Nacional. Volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

_____. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. Relatório Especial de Informações nº 1/74. Brasília, 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia_07.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

_____. Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. CIE. S/104. Relatório da operação de informações realizada pelo CIE no Sudeste do Pará. – Operação Sucuri. Brasília, 24 de maio de 1974. Disponível em: <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/relatorio-operacao-sucuri#pagina-4>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRAZIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920: População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade. Volume IV - 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1926. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CALÓGERAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em junho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=83&s=0&cv=0&r=0&xywh=-383%2C-291%2C4600%2C3245>. Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em julho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1921. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=84&s=0&cv=0&r=0&xywh=-241%2C-147%2C4112%2C2901>. Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. Relatório do ano de 1921, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em outubro de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=85&s=0&cv=0&r=0&xywh=-5%2C0%2C3817%2C2692>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CANTUARIA, João Thomaz. Relatório do ano de 1897, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1898, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=61&s=0&cv=0&r=0&xywh=-191%2C-155%2C4218%2C2975>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARVALHO, João Vieira de. Relatório do ano de 1836, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1837, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1837. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=10&s=0&cv=0&r=0&xywh=-311%2C619%2C4087%2C2883>. Acesso em: 13 ago. 2020.

COELHO, Jeronimo Francisco. Relatório do ano de 1843, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1844, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1844. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=19&s=0&cv=0&r=0&xywh=-480%2C499%2C4424%2C3121>. Acesso em: 13 ago. 2020

_____. Relatório do ano de 1857, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1858, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=25&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1144%2C7%2C4172%2C2943>. Acesso em: 7 set. 2020.

DUTRA, Eurico Gaspar. Relatório do ano de 1939, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em novembro de1940, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1940. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=95&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1569%2C-434%2C5008%2C3533>. Acesso em: 5 out. 2020.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1947, pelo Presidente da República. Rio de Janeiro: [s.n.], 1947. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/124#?c=4&m=0&s=0&cv=121&r=0&xywh=-318%2C-8%2C2652%2C1871>. Acesso em: 26 out. 2020.

FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227319>. Acesso em: 3 ago. 2020.

FARIA, José Caetano de. Relatório do ano de 1914, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1915, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=78&s=0&cv=0&r=0&xywh=-317%2C-379%2C4355%2C3072>. Acesso em: 31 maio 2020.

_____. Relatório do ano de 1916, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1917, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1917. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=80&s=0&cv=0&r=0&xywh=-11%2C-28%2C3857%2C27212>. Acesso em: 20 maio 2020.

FERREIRA, Manoel da Silva Pires. Relatório da Expedição contra Canudos, em 10 de dezembro de 1896. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Aristides Augusto Milton. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.

FONSECA, Hermes Rodrigues da. Relatório do ano de 1906, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1907, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=70&s=0&cv=0&r=0&xywh=-575%2C-426%2C4985%2C3516>. Acesso em: 7 maio 2020.

_____. Relatório do ano de 1907, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em junho de 1908, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=71&s=0&cv=0&r=0&xywh=-646%2C-476%2C5128%2C3617>. Acesso em: 7 maio 2020.

_____. Relatório do ano de 1908, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1909, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=72&s=0&cv=0&r=0&xywh=-93%2C0%2C3929%2C2771>. Acesso em: 7 maio 2020.

FONSECA, Manoel Deodoro da. Mensagem dirigida ao Congresso Nacional, em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/120#?c=4&m=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=24%2C1555%2C2574%2C1815>. Acesso em: 07 abr. 2020.

FROTA, Antonio Nicoláo Falcão da. Relatório do ano de 1890, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em junho de 1891, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=54&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1732%2C-595%2C5463%2C3854>. Acesso em: 07 abr. 2020.

GAMEIRO, José Capitulino Freire. Parte de combate ao general Alberto Ferreira de Abreu, inspetor da XI Região Militar. In: RAMOS, Vidal José de Oliveira. Synopse apresentada ao presidente do Congresso representativo do Estado, em 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=116&s=0&cv=1&r=0&xywh=0%2C1590%2C1616%2C1140>. Acesso em: 28 maio 2020.

GAMELIN, Maurice Gustave. Discurso do Sr. General Gamelin. Inauguração da Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes, 8 abr. 1920. In: CALÓGERAS, João Pandiá. Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em junho de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1920. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=83&s=0&cv=0&r=0&xywh=-324%2C-55%2C4600%2C3245>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GUIMARÃES, Adolpho Ribeiro. Parte ao major Rosário. In: **A Republica**. O combate – Informações do chefe de policia ao presidente do Estado - a parte oficial do alferes Adolpho Ribeiro Guimarães. Curitiba, n. 252, p. 2, 26 out. 1912. (jornal). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=ADOLPHO>. Acesso em: 27 abr. 2020.

JORDÃO, Polidoro da Fonseca Quintanilha. Relatório do ano de 1862, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1863, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=30&s=0&cv=0&r=0&xywh=-437%2C-329%2C4711%2C3323>. Acesso em: 9 set. 2020.

MALLET, João Nepomuceno de Medeiros. Relatório do ano de 1898, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1899, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=62&s=0&cv=0&r=0&xywh=-330%2C-253%2C4497%2C3172>. Acesso em: 15 fev. 2020.

_____. Relatório do ano de 1899, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1900, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=63&s=0&cv=0&r=0&xywh=60%2C21%2C3715%2C2621>. Acesso em: 7 maio 2020.

_____. Relatório do ano de 1900, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1901, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=64&s=0&cv=0&r=0&xywh=-72%2C-72%2C3977%2C2805>. Acesso em: 7 maio 2020.

MATTOS, José Marianno de. Relatório do ano de 1863, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1864, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=32&s=0&cv=0&r=0&xywh=10%2C130%2C4057%2C2862>. Acesso em: 1º set. 2020.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, em 1971, pelo Presidente da República. Brasília: [s.n.], 1971. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/121#?c=0&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1081%2C187%2C3473%2C2449>. Acesso em: 4 nov. 2020

_____. Mensagem ao Congresso Nacional, em 1972, pelo Presidente da República. Brasília: [s.n.], 1972. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/121#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1373%2C-131%2C4377%2C3087>. Acesso em: 4 nov. 2020

_____. Mensagem ao Congresso Nacional, em 1973, pelo Presidente da República. Brasília: [s.n.], 1973. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/121#?c=0&m=3&s=0&cv=0&r=0&xywh=-975%2C238%2C3324%2C2345>. Acesso em: 4 nov. 2020

MENEZES, Adalberto de. Parte de combate do capitão Adalberto de Menezes ao general de Brigada Alberto Ferreira de Abreu, comandante da 2ª Brigada Estratégica/Relatório da marcha para Taquaruçu e combate realizado neste local. In: RAMOS, Vidal José de Oliveira. Synopse apresentada ao presidente do Congresso representativo do Estado, em 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=116&s=0&cv=1&r=0&xywh=0%2C1590%2C1616%2C1140>. Acesso em: 28 maio 2020.

MORAES, José Manoel de. Relatório do ano de 1830, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1831, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, 1831. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=3&s=0&cv=1&r=0&xywh=-215%2C731%2C4036%2C2847>. Acesso em: 4 ago. 2020.

MOURA, Francisco Antonio de. Relatório do ano de 1891, apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1892, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=65&s=0&cv=0&r=0&xywh=-215%2C-172%2C4266%2C3009>. Acesso em: 2 fev. 2021.

PARANHOS, José Maria da Silva. Relatório do ano de 1870, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1871, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=34&s=0&cv=0&r=0&xywh=-153%2C-128%2C4142%2C2922>. Acesso em: 3 set. 2020.

PEREIRA, José Clemente. Relatório do ano de 1840, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 1841, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=15&s=0&cv=0&r=0&xywh=-415%2C544%2C4290%2C3026>. Acesso em: 8 ago 2020.

PIRES, Duarte Alelluia Pires. Parte de combate do tenente Coronel Alleluia Pires ao general de Brigada Alberto Ferreira de Abreu, inspetor da XI Região de Inspeção Permanente. In: RAMOS, Vidal José de Oliveira. Synopse apresentada ao presidente do Congresso representativo do Estado, em 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=116&s=0&cv=1&r=0&xywh=0%2C1590%2C1616%2C1140>. Acesso em: 28 maio 2020.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. Synopse apresentada ao presidente do Congresso representativo do Estado, em 20 de junho de 1914. Florianópolis: Typ. d'O Dia, 1914. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/189#?c=0&m=116&s=0&cv=1&r=0&xywh=0%2C1590%2C1616%2C1140>. Acesso em: 28 maio 2020.

RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro. Typographia. G, Leuzinger, [1874?]. Disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 1º fev. 2020.

RELATÓRIOS apresentados pelos Ministros da Guerra à Assembleia Geral Legislativa/Presidente da República. Disponíveis em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-351%2C-810%2C4266%2C3009>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, Luís Alves de Lima e Silva. Relatório do ano de 1855, apresentado na Camara dos Deputados, em 1856, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=23&s=0&cv=0&r=0&xywh=-437%2C-329%2C4711%2C3323>. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVA, Manoel da Fonseca Lima e. Relatório do ano de 1831, apresentado na Câmara dos Deputados, em 1832, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Patriotica D'Astrea, 1832. Disponível em: <hhttp://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-216%2C0%2C4239%2C2990>. Acesso em: 5 ago 2020.

SILVA, Vespasiano Gonçalves d'Albuquerque e. Relatório do ano de 1913, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em outubro de 1914, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1914. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=77&s=0&cv=0&r=0&xywh=-499%2C-373%2C4835%2C3411>. Acesso em: 13 maio 2020.

SOUZA, Paulino José Soares. Relatório do ano de 1869, apresentado à Assembleia Geral na 2ª Sessão da 14ª Legislatura, em 1870, pelo ministro e secretário de estado dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=0&m=39&s=0&cv=0&r=0&xywh=-185%2C0%2C2720%2C1918>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SYNOPSE do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Directoria Geral de Estatistica. Rio de Janeiro. Typographia de Estatística, 1905. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2020.

VALENTE, Thomaz Joaquim Pereira. Relatório do ano de 1829, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil, em 1830, pelo ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Typographia Nacional e Imperial, [1830?]. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-258%2C1832%2C2590%2C1827>. Acesso em: 4 ago. 2020.

VASQUES, Bernardo. Relatório do ano de 1894, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1895, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=58&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1486%2C-66%2C4840%2C3414>. Acesso em: 20 abr. 2020.

VASQUES, Bernardo. Relatório do ano de 1895, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1896, pelo ministro de estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=59&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1394%2C-1%2C4658%2C3286>. Acesso em: 20 abr. 2020.

- LEGISLAÇÃO

Em ordem cronológica

BRASIL. Decisão do Governo nº 67, de 10 de julho de 1822. Marca o modo por que se deve fazer o Recrutamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Decreto de 8 de janeiro de 1823. Crêa um Regimento e tres Batalhões com a denominação de Regimento de Estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Decreto de 22 de fevereiro de 1823. Crêa um deposito geral de recrutas na Fortaleza da Praia Vermelha. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Constituição Politica do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Decreto de 5 de junho de 1824. Perdoa a todos os desertores que se apresentarem aos seus Corpos em determinado prazo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Decreto de 21 de junho de 1824. Ordena que voltem ao serviço do Exercito todos os que obtiveram escusas sem ser por conclusão do tempo da lei ou por cansados e avançados em idade. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Decreto de 3 de setembro de 1824. Approva a Tabela para a distribuição do armamento, petrechos e utensis aos differentes corpos do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 13 ago. 2020.

_____. Decreto de 1º de dezembro de 1824. Dá organização aos corpos de 1ª e 2ª linhas do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 3 ago. 2020.

_____. Decisão nº 244, de 22 de outubro de 1825. Sobre o recrutamento de pretos libertos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Decreto de 4 de maio de 1831. Reorganiza as tropas de 1ª linha do Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Lei de 18 de agosto de 1831. Crêa as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipaes e ordenanças. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html>. Acesso em: 6 ago. 2020.

_____. Lei de 25 de agosto de 1832. Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1833/1834. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 6 ago. 2020.

_____. Decisão do Governo nº 202, de 23 de abril de 1833. Remette uma tabella das peças de fardamento que se deve fornecer á Tropa, e mais duas dos valores das peças de armamento e equipamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Carta de Lei nº 55, de 6 de outubro de 1835. Estabelecendo a maneira de se proceder ao recrutamento para o Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto de 2 de novembro de 1835. Ordenando que em todas as Provincias do Imperio se proceda ao recrutamento de 4.040 individuos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

Lei nº 45, de 29 de agosto de 1837. Sobre o modo do recrutamento para completar as Forças de terra decretadas para os annos de 1837-1838 e de 1838-1839. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 30, de 22 de fevereiro de 1839. Dando nova organisação ao Exercito do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 73, de 6 de abril de 1841. Encarregando do recrutamento a oficiaes do Exercito , e aos Commandantes da Guarda Nacional, debaixo da direcção dos juizes de Direito, Chefes de Policia, e approvando as lnstrucções da mesma data. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html>. Acesso em: 5 ago. 2020

_____. Decreto nº 301, de 27 de maio de 1843. Approva o novo plano da organisação dos Corpos do Exercito do Imperio do Brasil em circumstancias extraordinarias, na conformidade do art. 2º do Decreto nº 139 de 23 de Abril de 1842, e da Lei nº 282 de 24 de maio de 1843. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 547, de 8 de janeiro de 1848. Approva a Tabella dos preços de diversos artigos de armamento, equipamento, arreios, fardamentos e mais objetos para o Exercito e Fortalezas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 750, de 5 de outubro de 1850. Determina quaes as Instrucções por que se devem regular as manobras e exercicios das differentes armas do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html>. Acesso em: 8 set. 2020.

_____. Decreto nº 772, de 31 de março de 1851. Approva o Regulamento para execução da Lei nº 585 de 6 de Setembro de 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html>. Acesso em: 14 ago. 2020.

_____. Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851. Approva o plano da organisação do Exercito em circumstancias ordinárias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 785, de 6 de maio de 1851. Distribue as Provincias do Imperio em seis Districtos para as Inspecções militares. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 1.029, de 7 de agosto de 1852. Approva o Plano dos uniformes do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Lei nº 648, de 18 de agosto de 1852. Fixa as Forças de terra para o anno financeiro de 1853-1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 1.074, de 30 de novembro de 1852. Altera a organisação do Exercito, supprimindo o setimo Batalhão de Infantaria, que he substituido por hum Regimento de Cavalaria, e augmentando a força do primeiro Batalhão de Infantaria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1074-30-novembro-1852-559470-publicacaooriginal-81695-pe.html>. Acesso em: 2 set. 2020.

_____. Decreto nº 1.089, de 14 de dezembro de 1852. Approva o Regulamento que determina o modo pratico de distribuir-se o numero de recrutas annualmente precisos para o serviço do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao5.html>. Acesso em: 5 ago. 2020.

_____. Decreto nº 2.978, de 2 de outubro de 1862. Decreto de 2 de outubro de 1862. Revoga o Decreto nº 705, de 5 de outubro de 1850, e manda adoptar provisoriamente para a instrucção pratica dos Corpos das tres Armas do Exército os Regulamentos e Ordenanças actualmente seguido nos do Exercito portuguez. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html>. Acesso em: 9 set. 2020.

_____. Lei nº 1.220, de 20 de julho de 1864. Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1864 a 1865. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html>. Acesso em: 1º set. 2020.

_____. Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Crêa Corpos para o serviço de guerra em circumstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html>. Acesso em: 1º set. 2020

_____. Decreto nº 3.51, de 12 de setembro de 1865. Isenta do recrutamento e do serviço da Guarda Nacional ao que der por si para servir no Exercito uma pessoa idonea. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html>. Acesso em: 1º set. 2020.

_____. Decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865. Extingue os Corpos de Guarnição do Exercito, eleva o numero dos moveis, dá nova fórma aos Corpos e Companhias de Artilharia, reduz os de Cavallaria, créa Corpos de Caçadores á cavallo, Companhias de operarios em substituição ás de Artifices, estabelece depositos especiaes de instrucção e de disciplina, e Companhias ou baterias e deposito, de Aprendizes Artilheiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3555-9-dezembro-1865-554932-publicacaooriginal-73934-pe.html>. Acesso em: 2 set. 2020.

_____. Decreto nº 3.260, de 28 de fevereiro de 1866. Altera o grande e pequeno uniforme dos corpos do exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3620-28-fevereiro-1866-554315-publicacaooriginal-72894-pe.html>. Acesso em: 4 set. 2020.

_____. Decreto nº 3.725-A, de 6 de novembro de 1866. Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao6.html>. Acesso em: 1º set. 2020.

_____. Lei nº 1.765, de 28 de junho de 1870. Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1870 a 1871. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao7.html>. Acesso em: 1º fev. 2021.

_____. Lei nº 4.572, de 12 de agosto de 1870. Approva o plano da organização dos corpos das armas de artilharia, cavallaria e infantaria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4572-12-agosto-1870-553086-publicacaooriginal-70729-pe.html>. Acesso em: 1º fev. 2021.

_____. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exercito e Armada. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-2556-26-setembro-1874-589567-publicacaooriginal-114514-pl.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto nº 10.015, de 18 de agosto de 1888. Reorganiza as forças arregimentadas do Exército**.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10015-18-agosto-1888-542765-publicacaooriginal-52125-pe.html>. Acesso em: 6 abr. 2020.

_____. Decreto nº 21, de 28 de novembro de 1889. Approva o plano de uniformes do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Decreto nº 56, de 14 de dezembro de 1889. Eleva o numero dos corpos de artilharia, cavallaria e infantaria do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-56-14-dezembro-1889-519641-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 abr. 2020.

_____. Lei nº 330, de 12 de abril de 1890. Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Decreto nº 1.351, de 7 de fevereiro de 1891. Regula o accesso aos postos de officiaes das differentes armas e corpos do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1351-7-fevereiro-1891-519707-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 abr. 2020.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto nº 338, de 23 de maio de 1891. Approva os regulamentos para o serviço interno e externo dos corpos arregimentados do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-338-23-maio-1891-516152-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

____. Decreto nº 431, de 2 de julho de 1891. Divide em sete districtos militares o territorio da Republica e extingue os logares de commandante de armas e de brigada**.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-431-2-julho-1891-525018-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 abr. 2020.

_____. Decreto nº 1.682, de 28 de fevereiro de 1894. Crea no Exercito corpos provisorios nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1682-28-fevereiro-1894-519235-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1º maio 2020.

_____. Decreto nº 1.729A, de 11 de junho de 1894. Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exercito, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Invalidos da Patria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arreiamento para as montarias dos officiaes e praças. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2367-22-outubro-1896-511239-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

_____. Decreto 5.698, de 2 de outubro de 1905. Approva os regulamentos para os institutos militares de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5698-2-outubro-1905-522360-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

_____. Regulamento para instrucção e serviço interno dos corpos do Exército. In: FONSECA, Hermes Rodrigues da. Relatório do ano de 1906, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em maio de 1907, pelo ministro de estado da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=70&s=0&cv=0&r=0&xywh=-575%2C-426%2C4985%2C3516>. Acesso em: 7 maio 2020.

_____. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Faz a remodelação do Exercito Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908. Approva o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6947-8-maio-1908-511501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio. 2020.

_____. Decreto nº 6.971, de 4 de junho de 1908. Organiza as grandes unidades e os quadros dos officiaes do Exercito e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6971-4-junho-1908-517579-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 maio 2020.

_____. Decreto nº 7.201, de 26 de novembro de 1908. Estabelece alterações no plano de uniformes do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7201-26-novembro-1908-506989-publicacaooriginal-104807-pe.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

_____. Decreto nº 7.231, de 4 de dezembro de 1908. Approva o plano de equipamento das praças de infantaria do Exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7231-24-dezembro-1908-580091-publicacaooriginal-103016-pe.html>. Acesso em: 8 maio 2020.

_____. Decreto nº 7.459, de 15 de julho de 1909. Approva o regulamento para instrucção e serviço interno dos corpos do exercito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7459-15-julho-1909-506870-norma-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

_____. Decreto nº 11.380, de 16 de dezembro de 1914. Aprova o Regulamento de exercícios para a Infantaria. In: FARIA, José Caetano de. Relatório do ano de 1914, apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#?c=0&m=78&s=0&cv=0&r=0&xywh=-317%2C-379%2C4355%2C3072>. Acesso em: 31 maio 2020.

_____. Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915. Faz a remodelação do Exercito Nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11497-23-fevereiro-1915-513642-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto nº 11.499, de 23 de fevereiro de 1915. Estabelece a constituição provisoria dos elementos que entram na organização do exercito activo, com o effectivo orçamentario votado pelo Congresso Nacional para 1915. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11499-23-fevereiro-1915-514085-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto nº 11.981, de 8 de março de 1916. Approva o regulamento de tiros para metralhadoras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11981-8-marco-1916-498551-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 jan. 2021.

_____. Decreto nº 12.008, de 29 de março de 1916. Approva o regulamento para instrucção e serviços geraes nos corpos de tropa do Exercito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12008-29-marco-1916-512789-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919. Approva o Regulamento para a Escola Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13574-30-abril-1919-527090-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919. Substitue os decretos ns. 13.651 e 13.652, de 18 de junho e 13.674, de 2 de julho e 13.765, de 17 de setembro, todos de 1919: altera a divisão territorial e a organização das divisões de exercito; crêa unidades e serviços, e reorganiza a artilharia de costa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13916-11-dezembro-1919-502503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Decreto nº 14.130, de 7 de abril de 1920. Approva o regulamento para a Escola de Estado-Maior do Exercito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14130-7-abril-1920-512752-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Decreto nº 14.131, de 7 de abril de 1920. Approva o Regulamento para a Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14131-7-abril-1920-502667-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Decreto nº 14.331, de 27 de agosto de 1920. Approva o regulamento da Escola de Sargentos de Infantaria. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14331-27-agosto-1920-527132-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. Decreto nº 14.543, de 16 de dezembro de 1920. Approva a primeira parte do regulamento para os exercicios e o combate da Infantaria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14543-16-dezembro-1920-519657-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

_____. Decreto nº 14.642, de 24 de janeiro de 1921. Approva o regulamento para o serviço em campanha. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/427567/publicacao/15690874l>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. Decreto nº 14.701, de 2 de março de 1921. Approva o regulamento para a instrucção dos quadros e da tropa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14701-2-marco-1921-514189-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. Decreto nº 14.760, de 6 de abril de 1921. Approva a segunda parte do regulamento para os exercicios e o combate da Infantaria. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14760-6-abril-1921-501184-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Decreto nº 15.050, de 17 de outubro de 1921. Approva o regulamento para a organização do terreno destinado ás tropas de todas as armas (II parte). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao4.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921. Organiza o Exercito activo em tempo de paz. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15235-31-dezembro-1921-524983-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

_____. Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924. Approva o Regulamento para a Escola Militar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16394-27-fevereiro-1924-525538-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 6 jul. 2020.

Decreto nº 20.754, de 4 de dezembro de 1931. Aprova o plano de uniformes dos oficiais e praças do Exército ativo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20754-4-dezembro-1931-506847-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____. Decreto nº 21.230, de 31 de março de 1932. Aprova o regulamento para os exercícios e o combate da infantaria (1ª e 2ª partes). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21230-31-marco-1932-504762-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 mar. 2021.

_____. Decreto nº 21.682, de 30 de julho de 1932. Organiza, a título provisório, três batalhões de infantaria montada, esquadrões de transmissão é dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21682-30-julho-1932-513325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Decreto nº 22.350, de 12 de janeiro de 1933. Aprova o Plano Geral do Ensino Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-republicacao-79918-pe.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Decreto nº 22.817, de 12 de junho de 1933. Aprova o 1º uniforme e o uniforme de tolerancia, complementares ao plano anexo ao decreto n. 20.754, de 4 de dezembro de 1931; e dá outras providencias. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/155309-aprova-o-1u-uniforme-e-o-uniforme-de-tolerancia-complementares-ao-plano-anexo-ao-decreto-n-20-754-de-4-de-dezembro-de-1931-e-du-outras-providencias.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. Decreto nº 22.837, de 17 de junho de 1933.Crea mais um posto na classe de graduados do Exercito e regula suas exigencias e vantagens. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22837-17-junho-1933-498398-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Decreto nº 23.826, de 2 de fevereiro de 1934. Institúe a Previdência dos sub-tenentes e sargentos do Exército, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23826-2-fevereiro-1934-499068-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Decreto nº 23.977, de 8 de março de 1934. Lei de Organização Geral do Exército, de 8 de março de 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23977-8-marco-1934-516424-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Decreto nº 24.287, de 24 de maio de 1934. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército ativo em tempo de paz e outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24287.htm>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Lei nº 189, de 16 de janeiro de 1936. Altera o regulamento dos Institutos Militares de Ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-189-16-janeiro-1936-556309-publicacaooriginal-76099-pl.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 413, de 6 de maio de 1938. Lei de organização do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-413-6-maio-1938-348746-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 556, de 12 de julho de 1938. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército em tempo de paz. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/150071-lei-de-organizauuo-dos-quadros-e-efetivos-do-exurcito-em-tempo-de-paz.html>. Acesso em: 18 jun. 2020.

_____. Decreto nº 2.961, de 20 de janeiro de 1941. Cria o Ministério da Aeronáutica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 out. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 4.130, de 26 de fevereiro de 1942. Regula o Ensino Militar no Exército. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/529216/publicacao/15708821>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 4.840, de 16 de outubro de 1942. Extingue a graduação de Sargento-ajudante, e dá outras providências. Disponível em: <hhttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4840-16-outubro-1942-414847-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 5.388, de 12 de abril de 1943. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército - Atualiza disposições contidas no Decreto-Lei n.º 556, de 12 de julho de 1938. Câmara dos Deputados. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2020.

_____. Decreto nº 15.100, de 20 de março de 1944. Aprova o Plano de Uniformes para a Fôrça Expedicionária Brasileira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao6.html>. Acesso em: 5 out. 2020.

_____. Decreto-lei nº 7.343, de 26 de fevereiro de 1945. Aprova novas disposições sobre o serviço militar e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7343-26-fevereiro-1945-416340-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto-lei nº 7.888, de 21 de agosto de 1945. Cria o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7888-21-agosto-1945-378754-retificacao-62992-pe.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945. Dispõe sobre o aproveitamento no serviço ativo do Exército, de oficiais subalternos da reserva convocados e de praças, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8159-3-novembro-1945-416336-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946. Cria o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8760.htm>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 9.120, de 2 de abril de 1946. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9120-2-abril-1946-417123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto nº 21.590, de 7 de agosto de 1946. Altera o Plano de Uniformes do Pessoal do Exército e das Polícias Militares e dá outras providências. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/119728-altera-o-plano-de-uniformes-do-pessoal-do-exurcito-e-das-polucias-militares-e-du-outras-providuncias.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.

_____. Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946. Aprova o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9698.htm>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Decreto nº 27.543, de 5 de dezembro de 1949. Transfere de sede a Escola de Sargentos das Armas e dá outras providências.

_____. Decreto nº 29.484, de 23 de abril de 1951. Altera o atual nome da "Escola Militar de Resende" para "Academia Militar das Agulhas Negras". Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/105763-altera-o-atual-nome-da-escola-militar-de-resende-para-academia-militar-das-agulhas-negras.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951. Aprova o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30163-13-novembro-1951-340678-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 nov. 2020.

_____. Decreto nº 39.863, de 28 de agosto de 1956. Cria os Exércitos Constitutivos das Forças Terrestres. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39863-28-agosto-1956-333390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957. Trata da organização das Fôrças Terrestres e dos órgãos Territoriais em tempo de paz. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41186-20-marco-1957-379944-norma-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto nº 41.475, de 8 de maio de 1957. Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41475-8-maio-1957-380294-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Decreto nº 42.520, de 28 de outubro de 1957. Dá nova denominação a Grande Unidade. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42520-28-outubro-1957-381207-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Lei do Serviço Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4375-17-agosto-1964-377695-norma-pl.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Decreto nº 63.573, de 7 novembro de 1968. Transforma, cria e muda a denominação de Organizações Militares e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63573-7-novembro-1968-405265-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto nº 67.042, de 12 de agosto de 1970. Aprova o Regulamento de Uniformes do Exército (R/124 - RUE). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67042-12-agosto-1970-408538-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 nov. 2020.

_____. Decreto Reservado nº 1, de 11 de novembro de 1971. Modifica a organização da Força terrestre e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decres/1970-1979/decretoreservado-1-11-novembro-1971-534440-publicacaooriginal-26677-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020

_____. Decreto nº 91.778, de 15 de outubro de 1985. Dispõe sobre a extinção dos Exércitos e a criação de Comandos Militares de Área no Ministério do Exército e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91778-15-outubro-1985-441824-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto nº 93.188, de 29 de agosto de 1986. Dispõe sobre a Organização Básica do Ministério do Exército, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d93188.htm>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Decreto nº 2.354, de 20 de outubro de 1997. Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2354-20-outubro-1997-437278-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 nov. 2020.

_____. Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002. Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército - R-68. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4502-9-dezembro-2002-489913-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 nov. 2020

_____. Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm>. Acesso em: 2 nov. 2020.

_____. Exército Brasileiro. Portaria nº 263-EME, de 18 de julho de 2016. Aprova a Diretriz de Criação da Compreensão das Operações (COMOP) nº 03/2016, do Sistema do Combatente Individual do Futuro. p. 31 -32. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1428/1/be29-16.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2020.

- MANUAIS, REGULAMENTOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Em ordem cronológica

BRASIL. Ministério da Guerra. **Regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria**. Nº 5. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1943.

_____._____. **Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (RUPE)**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1952.

_____._____. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-40: **O Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1952.

_____._____._____. Manual de Campanha C 7-20: **O Batalhão de Infantaria**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1953.

_____._____._____. Manual de Campanha C 7-5: **Maneabilidade (exercícios para a infantaria)**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1965.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Instruções Provisórias – IP 31-15: **O pequeno escalão nas operações contraguerillhas**. Brasília: EGGCF, 1969.

_____._____._____. Manual de Campanha C 7-20: **Batalhões de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1974.

_____._____._____. Manual de Campanha C 7-30: **Brigadas de Infantaria**. Brasília: EGGCF, 1984.

_____._____._____. Manual de Campanha C 23-33: **Lança Chamas Portátil LCT1 M1**. EGGCF, 1984.

_____._____._____. Manual de Campanha C 21-75: **Patrulhas**: EGGCF, 1986.

_____. _____. Escola de Material Bélico. **Apostila de Armamento leve**. Rio de Janeiro: [s. n.], [199?].

_____._____. Estado-Maior do Exército. Manual Técnico T 21-250: **Manual do instrutor**. Brasília: EGGCF, 1997.

_____. _____._____. Instruções Provisórias – IP 7-36: **Emprego das pequenas frações do batalhão de infantaria leve**. Brasília: EME, 1997.

_____. _____._____. Instruções Provisórias – IP 23-34: **Lança-Rojão sem Recuo 84 mm (AT4 84 mm)**. Brasília: EGGCF, 1998.

_____. _____._____. Instruções Provisórias – IP 23-81: **Canhão sem Recuo 84 mm – Carl Gustav (CSR 84 mm)**. Brasília: EGGCF, 1998.

_____._____._____. Instruções Provisórias – IP 23-90: **Morteiro 81 mm Royal Ordnance**. Brasília, 2000.

_____._____. COTER. **SIMEB. PPB/1: Planejamento e Controle da Instrução Militar – Orientação aos instrutores e Monitores de Tropa**. 3 ed. Brasília, 2001.

_____._____._____. **PPQ 07/2: Programa-Padrão de Instrução/Qualificação do Cabo e do Soldado de Infantaria**. 3 ed. Brasília, 2001.

_____._____. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 7-15: **Companhia de Comando e Apoio**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 2002.

_____._____._____. Manual de Campanha C 7-20: **Batalhões de Infantaria**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 2003.

_____._____._____. Manual de Campanha C 23-95: **Morteiro 120 mm AR**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2004.

_____._____._____. Manual de Campanha C 7-10: **Companhia de Fuzileiros**. Anteprojeto. 2005.

_____._____._____. Manual de Campanha C 20-1: **Glossário de termos e expressões para uso no Exército**. 4. ed. Brasília: EGGCF, 2009.

_____._____. COTER. Caderno de instrução CI 7-10/1: **Pelotão de Fuzileiros**. Brasília, 2009.

_____._____._____. Caderno de instrução CI 45-01: **Ação Cívico-Social (ACISO)**. Brasília, 2009.

_____._____._____. Caderno de instrução EB70-CI-11.404: **Aprestamento e apronto operacional** –Brasília, 2014.

_____._____. **Regulamento de Uniformes do Exército (RUE)**/ EB10-R-12.004. Brasília, 2015.

_____._____. COTER. Manual de Campanha EB70-MC-10.202: **Operações ofensivas e defensivas**. Brasília: EGGCF, 2017.

_____._____._____. Caderno de instrução EB 70-CI-11.405: **Fuzil de Assalto 5,56 IA2**. Brasília, 2017.

_____._____._____. Manual de Campanha EB 70-MC-10.228: **A Infantaria nas Operações**. Brasília, 2018.

_____._____._____. Manual de Campanha EB 70-MC-10.239: **Polícia do Exército**. Brasília: 2018.

_____._____. Arquivo Histórico do Exército (AHEx). **Catálogo de destino dos acervos das organizações militares do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2019.

- MANUAIS DIVERSOS

HANDBOOK of the Automatic Machine Rifle caliber .30 model OF 1909. Washington: Government Printing Office, 1926.

IMBEL. Manual do Fuzil 7,62 M964-FAL / M964A1-PARAFAL. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.imbel.gov.br/phocadownload/produtos/manuais/fz-ca/manual-fz762m964.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MANUEL du Fusil-Mitrailleur Hotchkiss. [S.I.: s.n.], [192-?].

USA. War Department. **Infantry Field Manual FM 7-5**: Organization and tactics of infantry the rifle battalion. Washington: United States Printing Office, 1940.

_____._____. **Infantry Field Manual FM 7-10**: Rifle Company, Rifle Regiment. Washington: United States Printing Office,1942.

_____._____. **Infantry Field Manual FM 7-20**: Infantry Battalion. Washington: United States Printing Office,1944USA. War Department.

_____._____. **Infantry Field Manual FM 7-40**: Rifle Regiment. Washington: United States Printing Office,1942.

- OBRAS ACERCA DA EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DA INFANTARIA

BERESFORD, William Carr. (Conde de Campo Maior). **Regulamento para Instruções e Disciplina dos Corpos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima.** Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1820.

LIPPE. Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-. (Conde de Lippe). **Regulamento para Instruções e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de Sua Majestade Fidelíssima.** [S.I.]: Secretária de Estado, 1763.

QUEIROZ, José Clarindo; MOREIRA CESAR, Antonio; CASTELLO, João de Souza; ACHÉ, Napoleão Fellippe. **Instrucções para a Infantaria do Exército Brazileiro, tomando-se por base a instrucção portuguesa**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892.

ZAGALO, Bernardo Antonio. **Systema de Instrucção para a Infantaria**, oferecido aos novos officiaes do Exercito. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850.

_____. **Systema de Instrucção para a Infantaria Ligeira**, oferecido aos novos officiaes do Exercito. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850.

- PERIÓDICOS

A LUCTA no sector sul: O cel. Christiano Klingelhoeffer adeanta ao "Correio Paulistano" pormenores da conferencia que pronunciará amanhã no Clube Piratini. **Correio Paulistano,** São Paulo, 18 set. 1935, n. 24.385, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1935_24384.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

FARIA, Durland Puppin de; PEREIRA, Fabio da Silva. Alimentação dos soldados cariocas na Itália: um impacto cultural. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, nº 14, p. 103-121, 2018. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/alimentacao-de-soldados-cariocas-na-italia-um-impacto-cultural-1944-1945/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

HAMANN. Eduarda Passarelli. A Força de uma Trajetória: O Brasil e as Operações da ONU (1947-2015). **Military Review**. Tomo 71. n. 4. p. 47-62. jul./set. 2016. Disponível em: < https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Directors-Select/Hamann-A-Forca-de-uma-Trajetoria-POR-DSA-Feb-2019-3.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

O MAJOR Pietscher declarou que os soldados do Paes lemes são uns bravos. **Diario Nacional,** São Paulo, 10 ago. 1932, n. 1.537, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&pesq=Pietscher&pasta=ano%20193&pagfis=15710>. Acesso em: 6 jul. 2020.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review**. jan./mar. 1995. Republicado por **Defesanet**. A Guerrilha do Araguaia (Parte 2). Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toa/noticia/5193/TOA---GUERRILHA-NA-AMAZONIA--A-Experiencia-dos-Anos-70-Parte-2>. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____. Guerrilha na Amazônia: uma experiência no passado, o presente e o futuro. **Military Review.** jan./mar. 1995. Republicado por **Defesanet**. A Experiência do rio Traíra (Parte 3). Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/toa/noticia/5195/TOA-GUERRILHA-NA-AMAZONIA--A-Experiencia-do-Rio-Traira----Parte-3>. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____. Guerrilla in The Brazilian Amazon. **Foreign Military Studies Office**, Fort Leavenworth, KS. jul. 1995. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170628000650/http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/amazon/amazon.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA Natália Ferronatto da. As "Virgens Messiânicas": participação e influência das "Virgens" Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). **Revista Santa Catarina em História,** Florianópolis, UFSC, v.1, n.1, p. 52-62, 2010. Disponível em:<http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/331>. Acesso em: 18 maio 2020.

- *SITES*

ACCESS HERITAGE. Disponível em: <http://www.militaryheritage.com/musket18.htm>. Acesso em: 12 ago. 2020.

AMINO. Fatos Militares. M3 Stuart. Disponível em: <https://aminoapps.com/c/fatos_militares/page/blog/todos-os-tanques-ja-utilizados-pelo-exercito-brasileiro-1925-atualmente/kWLm_MbsGuMZvaQZqmg8vQwdBknnngPQZ/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Memória da Administração Pública Brasileira. Governadores/Comandantes das Armas. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/156-comandante-das-armas/>. Acesso em: 1º set. 2020.

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ARMAS, MUNIÇÕES E ACESSÓRIOS. História do cartucho metálico. Disponível em: <https://gassentiro.com.br/historia-do-cartucho-metalico/>. Acesso em: 5 set. 2020.

ARMES FRANÇAISES. Disponível em: <http://armesfrancaises.free.fr/Mitr%20Hotchkiss%2014.html>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ARMURERIE GUNS & CO. Disponível em: <http://www.gunsandco.com/moules-balle-rechargement/12963-lee-lee-moule-a-balle-minie-calibre-58-575-500-grains.html>. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL EM DEFESA. M 113 BR. Disponível em: <https://www.brasilemdefesa.com/2012/06/m-113br.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BRASIL. IBGE. População do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php>. Acesso em: 17 mar. 2021.

_____._____. Em 2017, a expectativa de vida era de 76,6 anos. *Site*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRPINTEREST. M1A1 Flamethrower. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/365002744769396738/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

CANSIAN, Renato. História do Brasil. Guerra do Paraguai: tríplice aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/guerra-do-paraguai-triplice-alianca-entre-argentina-brasil-e-uruguai.htm>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Armas do Brasil**. Disponível em: <http://www.armasbrasil.com/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. Sobre o CCOPAB. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CLUB CONFÉDÉRÉ ET FÉDÉRAL DE FRANCE. Disponível em: <https://ccffcw.clicforum.com/t5471-balles-mini-monopole.htm>. Acesso em: 5 set. 2020.

CPDOC/FGV. Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>. Acesso em: 4 nov. 2020.

_____. Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-castelo-branco-medici-1964-1974/mapas/o-araguaia-xambioa-em-1972-75>. Acesso em: 20 mar. 2021.

_____. Frente Única Paulista. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-unica-paulista-fup>. Acesso em: 17 maio 2020.

_____. Guerra do Contestado – 100 anos (1912/1916-2012). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/contestado>. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. Herculano de Carvalho e Silva. Verbete. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-herculano-de-carvalho-e>. Acesso em: 6 jul. 2020.

_____. Jovens turcos. Verbete. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

D&B MILITARIA. Disponível em: <https://www.dandbmilitaria.com/deactivated-m9a1-bazooka>. Acesso em: 8 out. 2020.

DEFESANET. BAE Systems entrega o 250º M113 modernizado para o Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/leo/noticia/27608/BAE-Systems-entrega-o-250--M113-modernizado-para-o-Exercito-Brasileiro/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

DICTIONNAIRE.SENSAGENT.LEPARISIEN. FN FAL/FALO. Disponível em: <http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/FN%20FAL/FALO/fr-fr/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS. Resumo Histórico. Disponível em: <http://www.esa.eb.mil.br/index.php/pt/historia/resumo-historico>. Acesso em: 2 nov. 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Centro Tecnológico do Exército. Projetos em Andamento e Projetos Finalizados. Disponível em: <http://www.ctex.eb.mil.br/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

_____. Departamento de Ciência e Tecnologia. Projeto Guarani. Disponível em: <http://www.dct.eb.mil.br/index.php/termo-de-fomento-a-ser-firmado-entre-o-exercito-brasileiro-e-a-fundacao-parque-tecnologico-de-itaipu-br/35-programas-e-parceiros/88-projeto-guarani#:~:text=A%20viatura%20tem%206%2C91,pela%20opera%C3%A7%C3%A3o%20em%20meio%20aqu%C3%A1tico.>. Acesso em: 11 nov. 2020.

_____. Estrutura organizacional. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/estrutura-organizacional>. Acesso em: 26 out. 2020.

_____. Exército adota Fuzil IA2, com tecnologia 100% nacional. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/exercito-adota-fuzil-ia2-com-tecnologia-100-nacional?_101_INSTANCE_MjaG93KcunQI_viewMode=view>. Acesso em: 5 nov. 2020.

_____. Exército em ação. Missões de Paz. Missões encerradas. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missoes-encerradas>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. Postos e graduações. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>. Acesso em: 23 dez. 2020.

FORGOTTENWEAPONS. 106 mm M40 Recoilless Rifle, history and firing. Disponível em: <https://www.forgottenweapons.com/106mm-m40-recoilless-rifle-history-and-firing/ >. Acesso em: 5 nov. 2020.

GASSEN. CURSOS DE ARMAMENTO E TIRO. Disponível em: <https://gassentiro.com.br/historia-do-cartucho-metalico/>. Acesso em: 5 set. 2020.

GLOBALSECURITY. MILITARY. 4.2 Inch Mortar M30. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/23-90/ch6.htm#tab6-1>. Acesso em: 5 nov. 2020.

HERITAGE AUCTIONS. Disponível em: <https://historical.ha.com/itm/military-and-patriotic/civil-war/percussion-577-caliber-belgian-made-brazilian-light-minie-rifle/a/6141-47771.s?ic16=ViewItem-BrowseTabs-Auction-Archive-ThisAuction-120115>. Acesso em: 5 set. 2020

HISTORICALFIREARMS. Disponível em: <https://www.historicalfirearms.info/post/146125517050/british-l7-general-purpose-machine-gun>. Acesso em: 6 nov. 2020.

IMBEL. Fuzil de Assalto IMBEL 5,56 IA2. Disponível em: <https://www.imbel.gov.br/index.php/fuzis/91#topo>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. Fuzil IMBEL 7,62 M964 A1 – PARAFAL. Disponível em: <https://www.imbel.gov.br/index.php/fuzis/96#topo>. Acesso em: 10 nov. 2020.

JOE SALTER. Disponível em: <https://gen2.joesalter.com/category/products/Civil-War-Era-Brazilian-Minie-Rifle-Modified>. Acesso em: 5 set. 2020.

KOLOWSKI. Mauser 08 (1908). Disponível em: <https://kolowski.wordpress.com/2009/01/18/mauser-08-1908/>. Acesso em: 16 maio. 2020 (blog).

LA GAZETA FEDERAL. Disponível em: <http://www.lagazeta.com.ar/uruguayana.htm>. Acesso em: 16 set. 2020.

LINKFANG. Maxim. Disponível em: <https://pt.linkfang.org/wiki/Maxim_(metralhadora)>. Acesso em: 7 jan. 2021.

_____. MG 08. Disponível em: <https://pt.linkfang.org/wiki/MG08>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MILITARY. Hotchkiss M1909 Benét–Mercié machine gun. Disponível em: <https://military.wikia.org/wiki/Hotchkiss_M1909_Ben%C3%A9t%E2%80%93Merci%C3%A9_machine_gun>. Acesso em: 21 Jun. 2020.

_____. M18 Recoilless Rifle. Disponível em: <https://military.wikia.org/wiki/M18_recoilless_rifle>. Acesso em: 6 nov. 2020.

_____. M40 Recoilless Rifle. Disponível em: <https://military.wikia.org/wiki/M40_recoilless_rifle/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MILITARYPPOWER. FN MINIMI. Disponível em: <http://militarypower.com.br/frame4-armas72.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MODERNFIREARM. Beretta M12. Disponível em: <https://modernfirearms.net/en/submachine-guns/italy-submachine-guns/beretta-m12-eng//>. Acesso em: 6 nov. 2020.

_____. Hotchkiss M1922. Disponível em: <https://modernfirearms.net/en/machineguns/france-machineguns/hotchkiss-m1922-eng/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

_____. Military. M18 Recoilless Rifle. Disponível em: <https://modernfirearms.net/en/grenade-launchers/u-s-a-grenade-launchers/m18-bezotkatnyj-eng/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MUSEUMILITARPANAMBI. Viatura Blindada Stuart M3A1. Disponível em: <http://museumilitarpanambi.com.br/m3-stuart-carro-de-combate-leve/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MUZZLE-LOADERS. Disponível em: <https://www.muzzle-loaders.com/traditions-1842-springfield-musket-rifled-69-cal-r184205.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NETO, Carlos F. P. **Armas On-line**. As metralhadoras Madsen no Brasil. Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-metralhadoras-madsen-no-brasil/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. **Armas On-line**. Fuzis Mauser no Brasil e as espingardas da Fábrica de Itajubá. Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-espingardas-da-fabrica-de-itajuba/comment-page-4/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. **Armas On-line**. Metralhadoras e submetralhadoras na I e II Grandes Guerras. Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/metralhadoras-e-submetralhadoras-na-i-e-ii-grandes-guerras/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

PRIMEPORTAL. SALA DE ARMAS. M30 4.2 Inch Mortar. Disponível em: <http://www.primeportal.net/artillery/david_althaus/m30_4.2in_mortar/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

REBEL GUN WORKS. Disponível em: <https://www.rebelgunworks.com.au/products/french-m1842-sword-bayonet-bay038?variant=12785408802893#generate-quote/?variant=12785408802893>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RESERVISTAS DA "CLASSE DE 1935". Metralhadora Hotchkiss. Disponível em: <http://www.mikrus.com.br/~classe35/armas06.htm>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SALA DE ARMAS. Armas antigas usadas pelo Exército Brasileiro. Disponível em: <https://saladearmas-oficial.blogspot.com/2017/02/armas-antigas-usadas-pelo-exercito.html>. Acesso em: 6 nov. 2020.

SKETCHFAB. ALAC – Arma leve anticarro brasileira. Disponível em: <https://sketchfab.com/3d-models/alac-arma-leve-anticarro-brasileira-9f77418a7c4846acbb87d0afbff81acd>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SPMODELISMO. Militaria do Exército Brasileiro. Parte II (1945 até hoje). Disponível em: <https://www.spmodelismo.com.br/howto/ml/eb2.php>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TECNOLOGIA E DEFESA. SIATT e CAEx disparam o míssil anticarro MSS 1.2 AC na Marambaia. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/siatt-e-caex-disparam-o-missil-anticarro-mss-1-2-ac-na-marambaia/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

9TH INFANTRY DIVISION. Disponível em: <http://www.easy39th.com/impression2.php>. Acesso em: 6 out. 2020.

UNION DRUMMER BOY. Disponível em: <https://uniondb.com/products/brown-bess-bayonet-bay-124>. Acesso em: 12 ago. 2020.

WEAPON SYSTEMS. FN FALO. Disponível em: <https://development.weaponsystems.net/system/1014-FN%20FALO>. Acesso em: 6 nov. 2020.

WIKIPEDIA. AT4. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/AT4>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. FN MINIMI. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/FN_Minimi>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. Hotchkiss M1909 Benét–Mercié machine gun. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Hotchkiss_M1909_Ben%C3%A9t%E2%80%93Merci%C3%A9_machine_gun>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. List of World War II weapons of the United States. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_World_War_II_weapons_of_the_United_States#Anti-tank_weapons_(besides_anti-tank_guns)>. Acesso em: 8 out.

_____. VBTP-MR Guarani. <https://pt.wikipedia.org/wiki/VBTP-MR_Guarani>. Acesso em: 11 nov. 2020.

WIKIWAND. Dreyse needle gun. Disponível em: <https://www.wikiwand.com/en/Dreyse_needle_gun>. Acesso em: 5 set. 2020.

_____. L16 81 mm. Disponível em: <https://www.wikiwand.com/en/L16_81mm_mortar>. Acesso em: 10 nov. 2020.

- TESES/DISSERTAÇÕES/TRABALHOS

ARAÚJO, Ivan Christie Barros. Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: contribuições para atuais e futuras demandas logísticas do Exército Brasileiro. 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

BELLINTANI, Adriana Iop. O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 698 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/9-teses/1119-o-exercito-brasileiro-e-a-missao-militar-francesa-instrucao-doutrina-organizacao-modernidade-e-profissionalismo-1920-1940>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 1966. 619f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18326>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CORRÊA, José de Faria. Guerrilha. 1966. 5 f. Trabalho – ECEME, Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <https://consultaredebie.decex.eb.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FARIA, Durland Puppin. Mudança de cardápio e impacto cultural: um estudo sobre alimentação da força expedicionária brasileira (1944-1945). 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2017. Disponível em: <https://ppghistoria.universo.edu.br/wp-content/uploads/2018/05/2017-DURLAND-PUPPIN-DE-FARIA.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980). 2018. 305 f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=269-modernizacao-e-reestruturacao-do-exercito-brasileiro-1960-1980&category_slug=teses&Itemid=155>. Acesso em: 5 nov. 2020.

Sobre o Autor:

Elonir José Savian é militar da reserva do Exército Brasileiro.

Incorporou no 5º BE Cmb (1987).

Formou-se sargento de infantaria (ESA, 1989). Serviu no 62º BI (1990 a 2000). Nesse período, participou de missão de paz (UNAVEM III, 1996-1997) e realizou curso de aperfeiçoamento de sargentos (EASA, 1998).

Formou-se oficial do Quadro Complementar (EsFCEx, 2001) e realizou curso de aperfeiçoamento militar (EsAO, 2010).

Foi professor de História da AMAN (dezembro de 2001 a fevereiro de 2018).

Possui graduação em História (UNIVILLE, 1993-1997), pós-graduação em História Militar (UNISUL, 2010), pós-graduação em Conhecimentos Militares (EsAO, 2010), pós-graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares (EsFCEx, 2015) e mestrado em História Social (Universidade de Vassouras, 2012-2013).

É autor dos livros: "Dos Apeninos aos Alpes: a Força Expedicionária Brasileira e o XV Grupo de Exércitos na Campanha da Itália"; "Haverá sempre uma Cavalaria: tradição e modernização no processo de evolução tecnológica do Exército Brasileiro (1937-1973)"; e "Legalidade e Revolução: Rondon combate tenentistas nos sertões do Paraná - 1924/1925".

É coautor dos livros: "Introdução ao Estudo de História Militar Geral" e "Introdução à História Militar Brasileira".

www.ejsavian.com.br

ejsavian@hotmail.com

ID Lattes: 4922312331781574 – Endereço: <http://lattes.cnpq.br/4922312331781574>